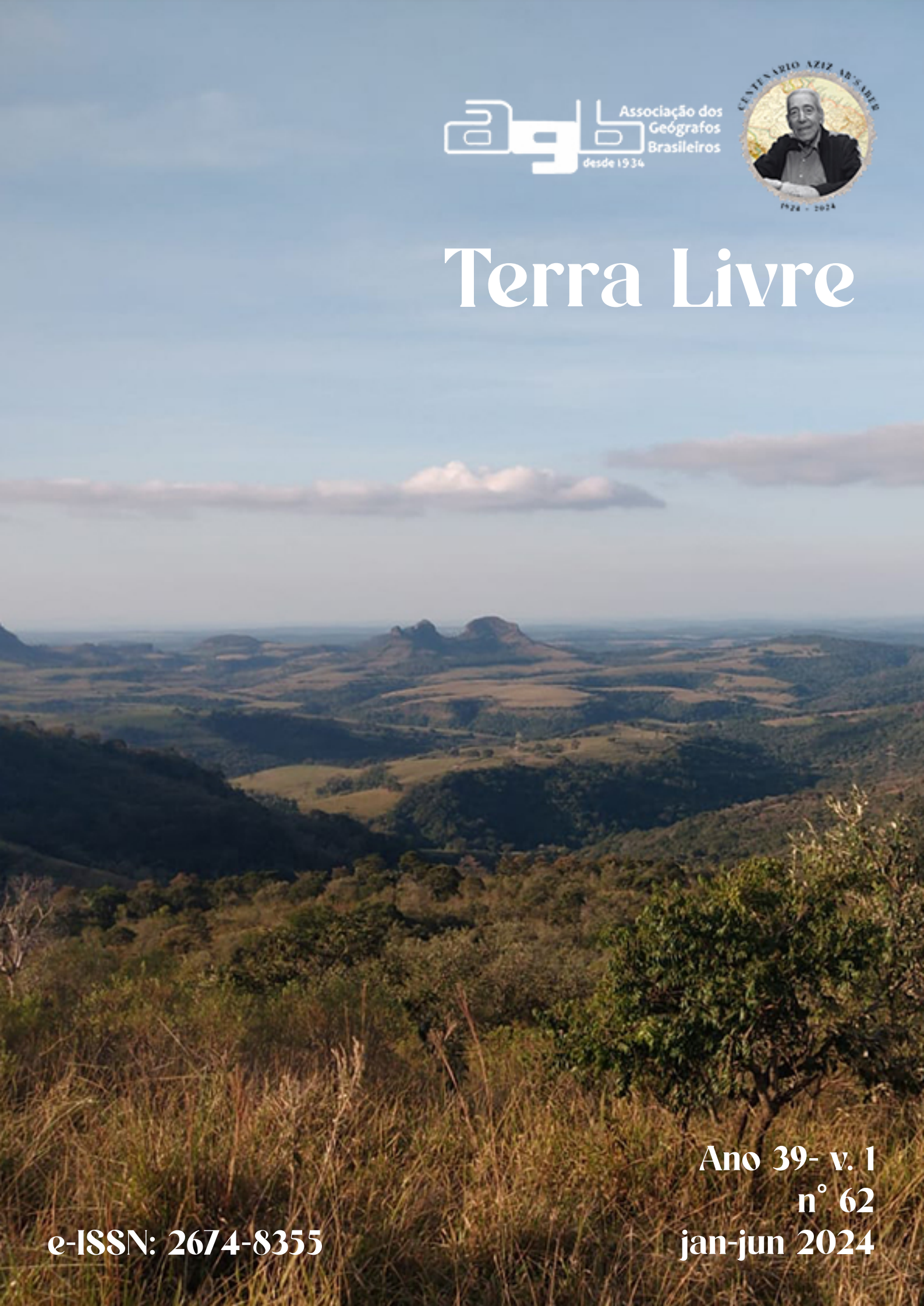


Associação dos Geógrafos Brasileiros
desde 1934

Terra Livre

Ano 39- v. 1
nº 62
jan-jun 2024

e-ISSN: 2674-8355

Terra Livre

n. 62 v. 1, 2024

Associação dos Geógrafos Brasileiros
desde 1934

Associação dos Geógrafos Brasileiros

Coletivo Diretoria Executiva Nacional

Gestão 2023-2024

Diretoria Executiva Nacional

Presidente
Prof. Dr. Charlles da França Antunes
Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ).
Seção Local Niterói-RJ

Vice-presidente
Prof. Me. Ladislau Pereira Sanders Filho
Doutorando em Geografia Humana na Universidade de São Paulo (USP).
Seção Local São Paulo-SP

1º Secretário
Prof. Dr. Astrogildo Luiz de França Filho
Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ).
Seção Local Niterói-RJ

2ª Secretária
Profa. Ma. Jessica Aparecida Correa
Doutoranda em Geografia na Universidade Estadual Paulista (UNESP- Rio Claro).
Seção Local São Paulo-SP

1ª Tesoureira
Profa. Dra. Lorena Izá Pereira
Pesquisadora no Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI/UNESP). Seção Local João Pessoa-PB

2º Tesoureiro
Prof. Me. Felipe Rodrigues
Professor da Rede Municipal de Educação de Fortaleza – CE. Doutorando em Geografia na Universidade Estadual do Ceará (UECE).
Seção Local Fortaleza-CE

Coordenador de Publicações
Prof. Dr. Eduardo Karol
Professor Associado do Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Seção Local Niterói-RJ

Suplente da Coordenação de Publicações
Prof. Dra. Maria Clara Salim Cerqueira
Seção Local Belo Horizonte-MG

Coletivo de Publicações
Profa. Dra. Rogata Del Gaudio
Professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
Seção Local Belo Horizonte-MG.

* Essa edição ainda contou com a **Profa** Me. **Rachel Facundo Vasconcelos de Oliveira** no Coletivo de Publicação da DEN
Seção Local Fortaleza-CE

Coletivo de Comunicação
Prof. Me. Igor Carlos Feitosa Alencar
Doutorando em Geografia Humana na Universidade de São Paulo (USP).
Seção Local São Paulo-SP

Prof. João Vitor Cardoso Sudário

Mestrando em Geografia na Universidade Federal Fluminense (UFF).
Seção Local Juiz de Fora-MG

Coletivo de Articulação

Profa. Ma. Amanda Emiliana Baratelli

Doutoranda em Geografia na Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente

Seção Local Três Lagoas-MS

Prof. André Tinoco de Vasconcelos
Professor Assistente do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP-UERJ).
Seção Local Niterói-RJ

Prof. Dr. Bartolomeu Israel de Souza
Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Seção Local João Pessoa-PB

Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes
Professor Associado do Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP)– Campus Presidente Prudente

Seção Local Presidente Prudente-SP

Prof. Dr. Claudio Ubiratan Gonçalves
Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Seção Local Recife-PE

Prof. Dr. Daniel Araújo Sombra Soares
Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof. Dr. Douglas Santos
Professor Aposentado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) Seção Local Niterói-RJ

Prof. Dr. Élvio Rodrigues Martins
Professor Livre Docente do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP)
Seção Local São Paulo-SP

Prof. Dr. Fabio de Macedo Barbosa
Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Campus Formosa. Seção Local Goiânia-GO

Profa. Dra. Janeide Bispo dos Santos
Professora Adjunta do Departamento de Geografia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Campus Serrinha
Seção Local Santa Inês-BA

Profa. Ma. Jessilyn Gomes da Silva
Professora da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-RJ)

Seção Local Niterói-RJ

Prof. Dr. João Osvaldo Rodrigues Nunes
Professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus Presidente Prudente

Seção Local Presidente Prudente-SP

Prof. Dr. Luis Henrique Leandro Ribeiro
Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. (FFP-UERJ)
Seção Local Rio de Janeiro-RJ

Profa. Ma. Mara Iris Barreto Lima
Professora da Rede Estadual de Educação de Pernambuco.
Seção Local Aracajú-SE

Prof. Dr. Marco Antonio Mitidiero Junior
Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Seção Local João Pessoa-PB

Prof. Dr. Marcos Antônio Campos Couto
Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ).
Seção Local Niterói-RJ

Profa. Dra. Núbia Beray Armond
Professora Adjunta do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. (UFRJ)
Seção Local Niterói-RJ

Prof. Pedro Catanzaro da Rocha Leão
Mestrando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Pesquisador no Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO-UFF). Integrante do GT Agrária da AGB Rio de Janeiro e Niterói.
Seção Local Niterói-RJ

Prof. Dr. Rildo Borges Duarte
Professor Adjunto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSul de Minas – Campus Alfenas
Seção Local Alfenas-MG

Profa. Dra. Silvia Lopes Raimundo
Professora Adjunta do Departamento de Geografia da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
Seção Local São Paulo-SP

Profa. Dra. Wilma Guedes de Lucena
Professora Adjunta do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG)– Campus Carangola.

Secretario Administrativo
Caio Tedeschi de Amorim (AGB São Paulo)

ISSN 2674-8355

TERRA LIVRE

Publicação semestral da Associação dos Geógrafos Brasileiros

ANO 39 – VOL. 1
NÚMERO 62

TERRA LIVRE
Conselho Científico

Anderson Gabrelon – ABC/SP
André Buonani Pasti – Campinas/SP
Andrea Bezerra Crispim – Fortaleza/CE
Bibiana C. Rezende– Presidente Prudente/SP
Bruno Zucherato – João Pessoa/PB
Caio Zarino Jorge Alves – São Paulo/SP
Camila Zucon R. de Siqueira – Belo Horizonte/MG
Cristiane Ferreira de Souza França – Fortaleza/CE
Cláudio Zamboni Harari – ABC/SP
Diógenes Rabello – Presidente Prudente/SP
Eduardo José Pereira Maia – Niterói/RJ
Estevan Leopoldo de Freitas Coca – Alfenas/MG
Éverton Vinícius Valezio – Campinas/SP
Fabrício Gallo – Campinas/SP
Felipe Garcia Passos – Fortaleza/CE
Felipe Rodrigues Leitão – Fortaleza/CE
Felipe Saluti Cardoso – ABC/SP
Flamarion Dutra Alves – Alfenas/MG
Gabriel Pedro Alves Lopes – Vitória/ES
Gislene F. Ortiz Porangaba – Três Lagoas/MS
Guilherme dos S. Claudino – Presidente Prudente/SP
Gustavo Teramatsu – Campinas/SP
Humberto Goulart Guimarães – Rio de Janeiro/RJ
Isabel C. M. Caccia Gouveia – Presidente Prudente/SP
Jader Janer Moreira Lopes – Juiz de Fora/MG
Jander Barbosa Monteiro – Fortaleza/CE
João Alves de Sousa Neto – São Paulo/SP
João César A. de Oliveira Filho – Fortaleza/CE
Jodenir Calixto Teixeira– Três Lagoas/MS
Julia Berezovoya Assis – Rio de Janeiro/RJ
Karinne Wendy S. de Menezes – Fortaleza/CE
Larissa A. C. de Paula – Presidente Prudente/SP
Luciano Pereira Duarte Silva – Campinas/SP
Luiz Henrique Vieira – Viçosa/MG
Marcos Antônio Campos Couto – Niterói/RJ
Maria Cecília Silva Souza – João Pessoa/PB
Maria Lúcia Pires Menezes – Juiz de Fora/MG
Maria Rita de Castro Lopes – São Paulo/SP
Marina da Silva Teixeira João Pessoa/PB
Marine Dubos-Raoul – Três Lagoas/MS
Mateus Fachin Pedroso – Presidente Prudente/SP
Mauro Henrique Soares – Três Lagoas/MS
Naiemer Ribeiro de Carvalho – Belo Horizonte/MG
Otávio Augusto de O. Lima Barra – Fortaleza/CE
Patrícia Helena Milani – Três Lagoas/MS
Paulo R. Raposo Alentejano – Rio de Janeiro/RJ
Paulo R. de Albuquerque Bomfim – São Paulo/SP
Pedro H. de Mendonça Resende – Belo Horizonte/MG
Rachel Facundo V. Oliveira – Fortaleza/CE
Rebecca Luna Lucena – Caicó/RN
Renato Emerson N. dos Santos – Rio de Janeiro/RJ
Rodrigo Coutinho Andrade – Niterói/RJ
Rodrigo Tsuyoshi Takata – Alfenas/MG
Suzana Campos Silva – Rio de Janeiro/RJ
Tereza Sandra Loiola Vasconcelos – Fortaleza/CE
Theo Soares de Lima – Porto Alegre/RS
Thiago Araújo Santos – Três Lagoas/MS
Vicente Eudes Lemos Alves – Campinas/SP
Vitor Mendes Monteiro – ABC/SP
Wagner Barbosa Batella – Juiz de Fora/MG
Wagner Wendt Nabarro-- Campinas/SP

Pareceristas *Ad Hoc* Terra Livre n. 61:

Adely Pereira Silveira, Adriana Carvalho Silva, Amanda Quintela de Castro, Amanda Emiliana Santos Baratelli, Ana Elisa Corrêa, Ana Claudia Narbaes de Carvalho, Ana Paula Vasconcelos, André Azoury Vargas, Andrea Almeida Cavalcante, Andrea Bezerra Crispim, Andrey Luna Saboia, Ângela Massumi Katuta, Antonio Jarbas Barros de Moraes, Antonio Rodrigues Ximenes Neto, Astrogildo Luiz de França Filho, Átila Menezes Lima, Bernard Teixeira Coutinho, Caê Garcia Carvalho, Camila Salles de Faria, Carlos Josué de Assis, Carlos Roberto Bernardes de Souza Júnior, Carolina Santos, Cíntia Cristina Lisboa da Silva, Claudemir Cosme, Claudia Maria Sabóia De Aquino, Cristiane Cardoso, Cristiane Ferreira de Souza França, Darlan Neves, Darlene Costa da Silva da Silva, Dennys Henrique Miranda Nunes, Édila Borges, Edson de Morais Machado, Eduardo José Marandola Junior, Eider de Olivindo Cavalcante, Emilio Reguera Rua, Fernanda Laize Silva de Lima, Fernando Freitas de Almeida, Flamarion Dutra Alves, Francismar Cunha Ferreira, Frederico Rodrigues Bonifácio, , Gean Magalhães da Costa, George Bezerra Pereira, Gil Lessa Soares, Gilberto Vieira Dos Santos, Girlany Valéria Lima da Silva Araújo, Hikaro Kayo de Brito Nunes, Idair Augusto Zinke, Igor Armindo, Rockenbach, Jaime de Lima Guimarães Junior, James Ulisses dos Santos, Janeide Bispo dos Santos, Janio Santos, Jean Filippe Gomes Ribeiro, Jefferson Rodrigues de Oliveira, Jefferson da Silva, Jefferson Santos Fernandes, João Victor Moré Ramos, José Antônio Herrera, José Diego Gobbo Alves, José Gustavo Santos da Silva, Leandro Vieira Cavalcante, Léia Aparecida Veiga, Leildo Dias Silva,Leonardo Silva,Letícia de Souza Amaral, Lorena Izá Pereira, Luciano Duarte, Luisa Fernanda Durán Montes, Luiz Karol, Maglandyo da Silva Santos, Marco Túlio da Cunha Silva Moreira Moreira, Maria Bonfim Casemiro, Maria Lúcia Pires Menezes, Maria Rita de Castro Lopes, Mariana Rabêlo Valença,Mariane Biteti,Marielly de Sousa Miranda , Marina da Silva Teixeira, Mário Pires Simão, Marlon Altavini de Abreu, Mateus Fachin Pedroso, Matheus Alves de Barros, Mauricio Moysés, Nandara Silva Costa, Oséias Teixeira da Silva, Otávio Augusto de Oliveira Lima Barra, Paloma Teixeira, Paola Luchesi Braga, Patrícia Helena Mirandola Garcia, Paulo Cesar Aguiar Junior, Paulo Roberto Raposo Alentejano,

Rodolfo Anderson Damasceno Góias, Rodrigo da Costa Caetano, Ronald Coutinho Santos, Salvadora Alcântara Lima, Thell Rodrigues, Thiago Manhães Cabral, Thiago Roniere Rebouças Tavares, Thiago Teixeira da Cunha Coelho, Vanessa Barbosa de Alencar, Victor Dantas Siqueira Pequeno, Vinicius Maciel Oliveira, Vitor Mendes Monteiro, Wagner Barbosa Batell, Zandor Mesquita.

Editores Responsáveis: Eduardo Karol, Maria Clara Salim Cerqueira e Rachel Facundo Vasconcelos de Oliveira.
Capa/Foto: Thiago da Nóbrega Prata (Seção São Paulo)

Associação dos Geógrafos Brasileiros (DEN) – Av. Prof. Lineu Prestes, 322 – Edifício de Geografia e História – Cidade Universitária – CEP. 05508-900 – São Paulo – SP – Brasil – Tel. (11) 3091-3758

Ficha Catalográfica

Terra Livre, ano 1, n.1, São Paulo, 1986 – v. ils. Histórico	
1986 - ano 1, v. 1 – impressa	2007 - ano 22, v.1, n.28; v.2, n.29 – impressa e digital
1987 - n. 2 – impressa	2008 - ano 23, v.1, n.30; v.2, n.31– impressa e digital
1988 - n. 3, n.4, n.5 – impressa	2009 - ano 24, v.1, n.32; v.2, n.33 – impressa e digital
1989 - n.6 – impressa	2010 - ano 25, v.1, n.34; v.2, n.35 – impressa e digital
1990 - n.7 – impressa	2011 - ano 26, v.1, n.36; v.2, n.37 – impressa e digital
1991 - n.8, n.9 – impressa	2012 - ano 27, v.1 n.38; v.2, n.39 – impressa e digital
1992 - n.10 – impressa	2013 - ano 28, v.1 n.40; v. 2, n. 41 – digital
1992/93 - n.11/12 (editada em 1996) – impressa	2014 – ano 29, v.1 n. 41; v. 2, n. 43 – digital
1994, 95,96 – interrompida	2015 – ano 30, v.1 n. 44; v. 2, n. 45 – digital
1997 - n.13– impressa	2016 – ano 31, v. 1 n. 46; v.2, n. 47 – digital
1998 - interrompida	2017 – ano 32, v. 1 n. 48; v.2, n. 49 – digital
1999 - n. 14 – impressa	2018 – ano 33, v. 1 n. 50; v. 2, n. 51 – digital
2000 - n.15 – impressa	2019 – ano 34, v. 1 n. 52; v. 2, n. 53 – digital
2001 - n.16, n.17 – impressa	2020 – ano 35, v. 1 n. 54 – digital
2002 - ano 17, v.1, n.18; v.2, n.19 – impressa	2020 – ano 35, v. 2 n. 55 – digital
2003 - ano 18, v.1, n. 20; v.2, n.21 – impressa	2021 – ano 36, v. 1 n. 56 – digital
2004 - ano 19, v.1, n.22; v.2, n.23 – impressa	2021 – ano 36, v. 2 n. 57 – digital
2005 - ano 20, v.1, n. 24; v.2, n.25 – impressa	2022 – ano 37, v. 1 n. 58 – digital
2006 - ano 21, v.1, n.26; v.2, n.27 – impressa	2022 – ano 37, v. 2 n. 59 – digital
	2023 – ano 38, v. 1 n. 60 – digital
	2023 – ano 38, v. 2 n. 61 – digital
	2024 – ano 39, v. 1 n. 62 – digital
	ISSN 2674-8355

SUMÁRIO

EDITORIAL XVI-XIX

HOMENAGEM A AZIZ NACIB AB'SABER

CONFERÊNCIA DE ABERTURA - XII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS OUTROS 500 NA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO*/ OPENING CONFERENCE/ CONFERÊNCIA INAUGURAL*

Aziz Nacib Ab'Saber 20-45

GEOMORFOLOGIA DA REGIÃO DO JARAGUÁ, EM SÃO PAULO/*GEOMORPHOLOGY OF THE JARAGUÁ REGION, IN SÃO PAULO/ GEOMORFOLOGÍA DE LA REGIÔN DE JARAGUÁ, EM SÃO PAULO*

Aziz Nacib Ab'Saber 46-72

O SÍTIO URBANO COMO CONCEITO ANALÍTICO NA OBRA DE AB'SABER. O PASSADO E O PRESENTE DA CIDADE DE PORTO ALEGRE (RS)*/ THE URBAN SITE AS AN ANALYTICAL CONCEPT IN AB'SABER'S WORK. THE PAST AND PRESENT OF THE CITY OF PORTO ALEGRE (RS)/EL SITIO URBANO COMO CONCEPTO ANALÍTICO EN EL TRABAJO DE AB'SABER. EL PASADO Y PRESENTE DE LA CIUDAD DE PORTO ALEGRE (RS)*

Dirce Maria Suetergaray 73-97

DE A-Z: AZIZ NACIB AB'SÁBER, O SABER E A INTERDISCIPLINARIDADE*/ FROM A-Z: AZIZ NACIB AB'SÁBER, KNOWLEDGE AND INTERDISCIPLINARITY/ DE LA A-Z: AZIZ NACIB AB'SÁBER, SABER E INTERDISCIPLINARIEDAD*

Flávio Rodrigues do Nascimento 98-134

TRIBUTO AO PROFESSOR AZIZ NACIB AB'SÁBER: FATOS E TEMAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA INESTIMÁVEL*/ TRIBUTE TO PROFESSOR AZIZ NACIB AB'SÁBER: FACTS AND THEMES OF AN INVALUABLE ACADEMIC CAREER/ HOMENAJE AL PROFESOR AZIZ NACIB AB'SÁBER: HECHOS Y TEMAS DE UNA CARRERA ACADÉMICA INVALORABLE*

Marcos José Nogueira de Souza 135-153

ARTIGOS

O "PARADIGMA DA FORMAÇÃO" E A GEOGRAFIA BRASILEIRA: CONTRIBUIÇÕES GEOGRÁFICAS À INTERPRETAÇÃO DO BRASIL/ *THE "PARADIGM OF FORMATION" IN BRAZILIAN GEOGRAPHY: GEOGRAPHICAL CONTRIBUTIONS TO THE INTERPRETATION OF BRAZIL/ EL "PARADIGMA DE FORMACCIÓN" EN LA GEOGRAFÍA BRASILEÑA: APORTES GEOGRÁFICOS A LA INTERPRETACIÓN DEL BRASIL*

Thiago Adriano Machado, Jaedna Danielle Alves da Costa, Maria Fernanda Silva Santos **154-192**

DESSUBSTANCIALIZAÇÃO DO CAPITAL E DO ESTADO: ELEMENTOS SOBRE O NEOLIBERALISMO E A RECONFIGURAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE ESTADO E CAPITAL/ *DESUBSTANTIALIZATION OF CAPITAL AND STATE: ELEMENTS ON NEOLIBERALISM AND THE RECONFIGURATION OF THE RELATIONSHIP BETWEEN STATE AND CAPITAL/ LA DESUSTANCIALIZACIÓN DEL CAPITAL Y DEL ESTADO: ELEMENTOS SOBRE EL NEOLIBERALISMO Y LA RECONFIGURACIÓN DE LA RELACIÓN ENTRE EL ESTADO Y EL CAPITAL*

Thiago Teixeira da Cunha Coelho **193-241**

ESPAÇO GEOGRÁFICO, FINANÇAS CONTEMPORÂNEAS E PAISAGEM URBANA: OLHARES PARA A AMÉRICA LATINA/ *GEOGRAPHIC SPACE, CONTEMPORARY FINANCE AND URBAN LANDSCAPE: LOOKING AT LATIN AMERICA/ESPACIO GEOGRÁFICO, FINANZAS CONTEMPORÁNEAS Y PAISAJE URBANO: UNA MIRADA A AMÉRICA LATINA*

Leandro Di Genova Barberio, Fabrício Gallo **242-285**

BELA, RECATADA E DO LAR: SE NÃO OS SOU, AINDA SOU! EXISTÊNCIA E RESISTÊNCIA DAS MULHERES NO CONTEXTO NEOLIBERAL/ *BEAUTIFUL, DEMECURE AND HOMEMADE: IF I AM NOT THEM, I STILL AM! EXISTENCE AND RESISTANCE OF WOMEN IN THE NEOLIBERAL CONTEXT/ HERMOSA, DEMECURA Y CASERA: ¡SI NO SOY ELLAS, AÚN LO SOY! EXISTENCIA Y RESISTENCIA DE LAS MUJERES EN EL CONTEXTO NEOLIBERAL*

Kamila Madureira da Silva, Norma Oviedo; Alexandre Bergamin Vieira, Adalberto Vital dos Santos Júnior **286-315**

O "LUGAR DO 'ÍNDIO'" NA REDEMOCRATIZAÇÃO: OS POVOS INDÍGENAS NA PALAVRA DOS PRESIDENTES ENTRE 1988 E 2015/ *THE 'ÍNDIO'S PLACE' IN THE REDEMOCRATIZATION: INDIGENOUS PEOPLES IN THE WORDS OF THE PRESIDENTS BETWEEN 1988 AND 2015/ EL 'LUGAR DEL INDIO' EN LA REDEMOCRATIZACIÓN: LOS PUEBLOS INDÍGENAS EN LAS PALABRAS DE LOS PRESIDENTES ENTRE 1988 Y 2015*

Francisco Oliveira **316-344**

INTRATERRITÓRIO TREMEMBÉ: INTERCULTURALIDADE DE SABERES GEOGRAFICOS NO CURSO PEDAGOGIA INTERCULTURAL CUIAMBA/ *TREMEMBÉ INTRATERRITORY: INTERCULTURALITY OF GEOGRAPHICAL KNOWLEDGE IN THE CUIAMBÁ INTERCULTURAL PEDAGOGY COURSE/ TREMEMBÉ INTRATERRITORIO: INTERCULTURALIDAD DEL CONOCIMIENTO GEOGRÁFICO EN EL CURSO DE PEDAGOGÍA INTERCULTURAL CUIAMBÁ*

Adriana Campani, Francisco Lucas de Sousa Lima, Virginia Célia Cavalcante de Holanda 345-373

BRADESCO: ORIGEM CAIPIRA E A DIFUSÃO LOCAL-REGIONAL NA FRANJA PIONEIRA PAULISTA E PARANAENSE (1943-1963) / *BRADESCO: CAIPIRA ORIGIN AND LOCAL-REGIONAL DIFFUSION IN THE PIONEERING FRONT PAULISTA AND PARANAENSE (1943-1963) / BRADESCO: ORIGEM CAIPIRA Y DIFUSIÓN LOCAL-REGIONAL EN LA FRANJA PIONERA PAULISTA E PARANAENSE (1943-1963)*

Marcio Fernando Gomes **374-422**

OPERAÇÕES URBANAS E ESPAÇOS DE LAZER EM CATALÃO (GO)*/URBAN OPERATIONS AND LEISURE SPACES IN CATALÃO (GO)/ OPERACIONES URBANAS Y ESPACIOS DE OCIO EN CATALÃO (GO)*

Vinícius Mendes, Carmem Lúcia **423-452**

CONFIGURAÇÃO GEOGRÁFICA: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARITUBA- PA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM*/GEOGRAPHIC CONFIGURATION: THE INSTITUTIONALIZATION OF THE MUNICIPALITY OF MARITUBA-PA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM/CONFIGURACIÓN GEOGRÁFICA: LA INSTITUCIONALIZACIÓN DEL MUNICIPIO DE MARITUBA-PA EM LA REGIÓN METROPOLITANA DE BELÉM*

Antonio Cleison Souza Costa, Clay Anderson Nunes Chagas, Roberto Magno Reis Netto **453-483**

A GEOGRAFIA DAS REDES AGROALIMENTARES AGROECOLÓGICAS: VÍNCULOS ENTRE OS ESPAÇOS URBANO-METROPOLITANOS E RURAIS/ *THE GEOGRAPHY OF AGROECOLOGICAL FOOD NETWORKS: LINKS BETWEEN RURAL AND URBAN METROPOLITAN SPACES/ LA GEOGRAFÍA DE LAS REDES ALIMENTARIAS AGROECOLÓGICAS: VÍNCULOS ENTRE ESPACIOS RURALES Y URBANOS METROPOLITANOS*

Elaine Regina Branco **484-527**

CONVERGÊNCIAS ENTRE A SOBERANIA ALIMENTAR E A AGROECOLOGIA/ *CONVERGENCES BETWEEN FOOD SOVEREIGNTY AND AGROECOLOGY/ CONVERGENCIAS ENTRE SOBERANÍA ALIMENTARIA Y AGROECOLOGÍA*

Diamantino Pereira, Tamires Fakih, Cristiana Maymone, Gleiciely Barroso Carvalho, Márcio Douglas Brito Amaral **528-569**

A DISCUSSÃO DE TERRITÓRIO E PAISAGEM NA PERSPECTIVA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA-ACREANA*/THE DISCUSSION OF TERRITORY AND LANDSCAPE FROM THE PERSPECTIVE OF CONSERVATION UNITS IN THE ACREAN- AMAZON/ LA DISCUSIÓN SOBRE TERRITORIO Y PAISAJE DESDE LA PERSPECTIVA DE LAS UNIDADES DE CONSERVACIÓN EN LA AMAZONIA DE ACRE*

Francisca da Silva Reis, Marciel Lohmann **570-598**

SOCIOBIODIVERSIDADE E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MATA CAVALO – NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT – BRASIL/ *SOCIOBIODIVERSITY ANDA TRADICIONAL KNOWLEDGE OF THE QUILOMBOLA COMMUNITY OF MATA CAVALO – NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT – BRASIL/ SOCIOBIODIVERSIDAD Y CONOCIMENTOS TRADICIONALES DE LA COMUNIDAD QUILOMBOLA DE MATA CAVALO – NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT - BRASIL*

Giseli Dalla Nora, Maria Aparecida Matos Rios da Costa **599-643**

"A NATUREZA É NOSSA ANCESTRAL": A ÓTICA DO RACISMO AMBIENTAL E A VAGUEZA DO DEBATE NO ENSINO SUPERIOR CEARENSE/ *"NATURE IS OUR ANCESTRY": THE PERSPECTIVE OF ENVIRONMENTAL RACISM AND VAGUENESS IN THE DEBATE IN CEARANCE'S HIGHER EDUCATION/ "LA NATURALEZA ES NUESTRA ANCESTRIA": LA PERSPECTIVA DEL RACISMO AMBIENTAL Y LA VAGEDAD EN EL DEBATE EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR DE CEARANCE*

Ruth dos Santos Lima; Davison da Silva Souza;Ingrid Gomes da Silva **644-667**

A DINÂMICA ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS NO REASSENTAMENTO RURAL COLETIVO KM 27 EM VITÓRIA DO XINGU/PA/ *THE ECONOMIC DYNAMICS OF FAMILIES IN THE COLLECTIVE RURAL RESETTLEMENT KM 27 IN VITÓRIA DO XINGU/PA/ LA DYNAMIQUE ÉCONOMIQUE DES FAMILLES DANS LE RÉINSTALLATION RURALE COLLECTIVE KM 27 À VITÓRIA DO XINGU/PA*

Jéssica Ferreira de Castro, José Antônio Herrera **668-699**

O MITO DE LUGAR NA PERSPECTIVA DE LUGAR E PAISAGEM NARRADA NA OBRA "SAGA DA ESPERANÇA: SOCIALISMO UTÓPICO À BEIRA DO IVAÍ", UMA INTERFACE ENTRE A GEOGRAFIA E A LITERATURA/*THE MYTH OF PLACE IN THE PERSPECTIVE OF PLACE AND LANDSCAPE NARRATED IN THE WORK: "UTOPIAN SOCIALISM ON THE BANKS OF THE IVAÍ", AN INTERFACE BETWEEN GEOGRAPHY AND LITERATURE/ EL MITO DEL LUGAR EN LA PERSPECTIVA DEL LUGAR Y PAISAJE NARRADO EN LA OBRA: "SOCIALISMO UTÓPICO A ORILLAS DEL IVAÍ", UNA INTERFAZ ENTRE GEOGRAFÍA Y LITERATURA*

Brunna Adla Ferreira, Almir Naboznyci **700-725**

A OCUPAÇÃO CEMITERIAL DO BAIRRO DE SANTO ANTÔNIO, VITÓRIA/ES: CEMITÉRIOS VISÍVEIS E INVISÍVEIS A PARTIR DA ABORDAGEM TERRITORIALISTA ITALIANA/ *THE CEMETERY OCCUPATION OF THE SANTO ANTÔNIO NEIGHBORHOOD, VITÓRIA/ES: VISIBLE AND INVISIBLE CEMETERIES FROM THE ITALIAN TERRITORIALIST APPROACH/ LA OCUPACIÓN CEMENTERIAL DEL BARRIO DE SANTO ANTÔNIO, VITÓRIA/ES: CEMENTERIOS VISIBLES E INVISIBLES DESDE EL ENFOQUE TERRITORIALISTA ITALIANO*

Paloma Barcelos Teixeira, Michela Sagrillo Pegoretti Fadini **726-765**

LIVRO DIDÁTICO: REFLEXÕES PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA/ *TEXTBOOK: REFLECTIONS FOR TEACHING GEOGRAPHY/ LIBRO DE TEXTO: REFLEXIONES PARA LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA*

Elaine Moreira Moreira de Oliveira, Glauber Barros Alves Costa **766-796**

EPISTEMOLOGIA DA GEOGRAFIA: ARTICULAÇÃO ENTRE OS CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS E OS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS NA FORMAÇÃO DOCENTE/ *EPISTEMOLOGY OF GEOGRAPHY: ARTICULATION BETWEEN SPECIFIC AND DIDACTIC-PEDAGOGICAL KNOWLEDGE IN TEACHER TRAINING EPISTEMOLOGÍA DE LA GEOGRAFÍA: ARTICULACIÓN ENTRE CONOCIMIENTOS ESPECÍFICOS Y DIDÁCTICO-PEDAGÓGICOS EN LA FORMACIÓN DOCENTE*

Leildo Dias Silva, Vanilton Camilo de Souza **797-826**

O CERRADO NO CONTEXTO DA VEGETAÇÃO BRASILEIRA: CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA/ *THE CERRADO IN THE CONTEXT OF BRAZILIAN VEGETATION: CONTRIBUTIONS TO THE TEACHING OF GEOGRAPHY IN BASIC EDUCATION/ LE CERRADO AU CONTEXTE DE LA VEGETATION BRESILIENNE: DES CONTRIBUTIONS A L'ENSEIGNEMENT DE GEOGRAPHIE DANS L'ECOLE PRIMAIRE*

Clara Lúcia Francisca de Souza, Eliana Marta Barbosa de Morais **827-859**

RESENHA

REVISITANDO OS "GRANDES PROJETOS NA AMAZÔNIA: A ECOLOGIA POLÍTICA DOS DANOS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS" */ GREAT PROJECTS IN THE AMAZON: THE POLITICAL ECOLOGY OF SOCIO-ENVIRONMENTAL DAMAGES AND CONFLICTS/ REVISANDO LOS "GRANDES PROYECTOS EM LA AMZONÍA: LA ECOLOGÍA POLÍTICA DE LOS DAÑOS Y CONFLITOS SOCIOAMBIENTALES"*

Gilcimar Maysonnave da Luz **860-871**

GEOGRAFIAS COMUNITÁRIAS NO CARIRI CEARENSE/ *REVIEW: COMMUNITY GEOGRAPHIES IN CARIRI CEARENSE/RESEÑA: GEOGRAFÍA COMUNITARIA EN EL CARIRI CEARENSE*

Gerlane Gomes da Rocha **872-880**

DOCUMENTO

II FÓRUM DE EDITORES DA ASSOCIAÇÃO DAS GEÓGRAFAS E GEÓGRAFOS BRASILEIROS (AGB)

Coletivo de Publicações da Diretoria Executiva Nacional - Gestão 2023-2024 881-896

NORMAS 897-908

EDITORIAL

Caros leitores e leitoras, apresentamos nossas saudações AGBeanas,

A Revista Terra Livre (TL) publica seu primeiro número para o ano de 2024 (ano 39, volume 1, n.º 62) referente ao primeiro semestre, janeiro a junho. Esse número faz parte da chamada de temática livre, que realizamos no início do ano. Nos últimos meses foi implementado um conjunto de ações na continuidade do processo de qualificação da Revista Terra Livre — designação de Identificação de Objeto Digital (DOI, sigla em inglês), indexação da Revista em diversas bases, instalação de plugins com contador de acessos, entre outras. A edição, concluída após a realização do VIII Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos, permitiu antecipar os resultados do II Fórum de Editoras(es) da AGB, que reuniu 20 periódicos da Geografia brasileira no debate qualificado sobre as políticas editoriais e de divulgação científica.

No ano que lembramos o centenário do professor e geógrafo Aziz Nacib Ab'Saber, o número 62 da Revista Terra livre, traz em suas páginas um pouco sobre a importância deste que é reconhecido como um dos mais importantes cientistas da Geografia e da ciência em geral no Brasil, e que o presente editorial pretende antecipar.

No campo da Geografia, tanto no Brasil quanto internacionalmente, um nome que ressoa com respeito e admiração é o de Aziz Nacib Ab'Saber. Este Professor e Geógrafo, ganhador de diversos e importantes prêmios, não apenas deixou um vasto legado acadêmico, mas também desempenhou um papel crucial na formação de estudos da geomorfologia e da preservação ambiental.

Aziz Nacib Ab'Saber dedicou-se ao estudo do território brasileiro, combinando rigor científico com um compromisso apaixonado pela proteção e compreensão das questões ambientais do país. Suas contribuições transcendem fronteiras disciplinares à Geografia, abrangendo Ecologia, Antropologia e Planejamento e Política Ambiental, com um foco especial nos biomas brasileiros e suas características únicas. Com obras reconhecidas como "Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas", e elaboradas teorias como Refúgio/Reduto, a produção acadêmica do professor Aziz Ab'Saber tem grande relevância para vários campos do saber científico e vem carregada de inovações no uso do método para analisar questões associadas à dinâmica da natureza e da

relação dos seres humanos. Ele analisou as interações das paisagens com o clima e as atividades humanas, apresentando o grande mosaico ecológico que compõe o Brasil e para o entendimento dos domínios morfoclimáticos e fitogeográficos do Brasil.

A atuação do Professor Aziz não se limitou à academia. Ele foi um dos pioneiros na defesa do meio ambiente, antecipando discussões sobre mudanças climáticas e a importância da preservação dos biomas muito antes de se tornarem tópicos centrais nas agendas políticas. Seu envolvimento com temas ambientais também o levou a atuar diretamente na política científica e ambiental do Brasil, onde ajudou a construir importantes relações entre ciência e políticas públicas, tendo sido Secretário Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), na década de 1950; e Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), na década de 1990. O trabalho incansável do professor Aziz, e sua perspectiva visionária deixaram uma marca indelével na ciência geográfica e na compreensão do território brasileiro.

Nesse contexto, é importante destacar o papel da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), uma entidade histórica na defesa da Geografia enquanto campo de estudo e prática no Brasil. A AGB foi, e continua sendo, um fórum vital para o diálogo, a organização de eventos científicos e a articulação de ações conjuntas em defesa do território brasileiro e da profissão do geógrafo. A entidade atuou como um espaço essencial para que estudiosos como Ab'Saber pudessem difundir suas ideias, colaborar com outros intelectuais e ampliar o impacto de seus trabalhos, a partir da publicação e publicização de suas informações nos eventos acadêmicos e em seus periódicos. Além disso, a AGB promove a valorização do ensino de Geografia em todos os níveis educacionais, contribuindo para a formação de novas gerações de geógrafos com consciência crítica sobre as questões socioambientais que afetam o Brasil.

A memória de Aziz Ab'Saber continua viva, não apenas através de suas publicações e teorias, mas também na atuação da comunidade geográfica brasileira. Por meio de congressos, seminários e publicações, a AGB perpetua o debate sobre os temas que Aziz trouxe à tona e amplia seu alcance, garantindo que as discussões sobre o futuro do território brasileiro sejam feitas com base no conhecimento profundo e no compromisso ético que ele sempre demonstrou.

É imperativo destacar na presente edição o episódio ocorrido no final de abril de 2024, quando a população do Estado do Rio Grande do Sul enfrentou um dos mais severos desastres ambientais de sua história. A crescente intensidade de tempestades e eventos de precipitação anômala, que refletem o desequilíbrio ambiental; e a ação humana desordenada sobre o território desenhada a partir de um projeto político e econômico neoliberal, estão no centro das necessárias discussões sobre o ocorrido no Rio Grande do Sul.

Em oito de maio de 2024 a Seção Porto Alegre da AGB emitiu o documento *"Crônica de uma tragédia anunciada: a política econômica neoliberal, os eventos climáticos e a destruição das condições essenciais da vida Rio Grande do Sul"* que expõe com profundidade o pensamento da Associação. Sugerimos aos nossos leitores que consultem o documento (https://agb.org.br/agb-porto-alegre-cronica-de-uma-tragedia-anunciada/). Ele mostra como as novas gerações entenderam o pensamento de Aziz Ab'Saber e expressam com sabedoria seus ensinamentos na luta por uma sociedade igualitária onde todos devem ser responsáveis por um ambiente inteiro.

O professor e geógrafo Aziz Nacib Ab'Saber, já apontava em seus estudos a importância de compreender as interações entre os ecossistemas e o clima. Ele destacava que a degradação do solo, aliada às mudanças climáticas, criaria cenários cada vez mais predispostos a desastres, onde o desmatamento e a ocupação desordenada diminuem a capacidade da natureza de absorver e mitigar os impactos de eventos extremos.

Ab'Saber foi e é uma inspiração e referência para numerosos profissionais da Geografia, atuando como orientador de professores, técnicos e ativistas ambientais. Seu legado vai além da admiração; seus estudos são fundamentais para o desenvolvimento da Geomorfologia no Brasil e na América Latina. Antigos orientandos, agora colegas, foram convidados a compartilhar seus conhecimentos e reflexões sobre suas trajetórias na Geografia.

Assim invitamos a lerem os artigos publicados nesta edição sobre o professor Aziz e seus estudos. Publicamos a transcrição da Conferência de Abertura do XII Encontro Nacional de Geógrafos — *Outros 500 na Formação do Território Brasileiro*, proferida em 16 de julho de 2000, na cidade de Florianópolis–SC. Este número da nossa revista também traz um dos primeiros trabalhos do professor Aziz, apresentado e aprovado em evento da AGB: Geomorfologia da Região do Jaraguá, em São Paulo, publicado, pela primeira vez, nos Anais da Associação dos

Geógrafos Brasileiros, volume II (1947). São Paulo, 1952. Nossa homenagem segue com a colaboração dos textos escritos por Dirce Maria Suertegaray, Flávio Rodrigues do Nascimento e Marcos José Nogueira de Souza.

Em sua totalidade, esta edição, reúne cinco artigos em homenagem ao professor Ab'Saber, além de vinte e dois trabalhos que exploram diversas áreas da Geografia, como geopolítica, geografia econômica, ensino de geografia, geografia agrária e urbana, além das lutas e resistências dos povos originários em seus territórios. A publicação também inclui duas resenhas e o relatório do Fórum de Editores realizado no dia nove de julho na Universidade de São Paulo.

Por fim, fazemos o convite a mergulharem nessa edição, debaterem, questionarem e compartilharem com a comunidade acadêmica, curiosos e amantes da Geografia, ampliando o diálogo sobre esses importantes temas geográficos.

COLETIVO DE PUBLICAÇÕES DA AGB — GESTÃO 2023–2024

Eduardo Karol

Maria Clara Salim Cerqueira e Rachel

Raquel Facundo Vasconcelos de Oliveira

Rogata Del Gaudio

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

OPENING CONFERENCE

CONFERENCIA INAUGURAL

Aziz Nacib Ab'Saber
Universidade de São Paulo

XII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS

OUTROS 500 NA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

16 de julho de 2000
Florianópolis - SC

Terra Livre	São Paulo	Ano 39, v.1, n.62, jan-jun 2024	ISSN: 2674-8355

Independentemente do constrangimento que as palavras fizeram em mim, eu gostaria de dizer, em primeiro lugar, que eu me sinto muito bem nessa casa, quando eu já vim muitas vezes por outras razões. E no momento estou aqui por causa da nossa Associação dos Geógrafos Brasileiros, que participou de parte da minha vida como um complemento direto da universidade. Também gostaria de dizer a vocês que eu estou aqui em um momento muito dramático, no momento em que os jornais brasileiros estão recebendo alguma coisa que a própria ditadura fez no passado, no sentido de coibir pronunciamentos e notícias que desagradam os governantes. E por isso mesmo, talvez, a imprensa brasileira recomece aquela tradição de precisar colocar vazios entre as frases para que os governantes não tenham a sua biografia prejudicada.

E biografia, por falar nisso, é aquilo que todos nós temos que cuidar. Os moços, os adultos, os anciões, devem saber que a sua passagem por este planeta Terra deve significar uma biografia a favor do outro, do seu vizinho, da sua sociedade, das suas comunidades e dos cidadãos que compõem um país que tem uma originalidade muito grande diante do mundo. Também gostaria de dizer a vocês que a oportunidade que a gente tem de conversar com vocês é uma oportunidade de reencontro. Aqui eu vejo velhos companheiros jovens que fazem parte das minhas memórias e das minhas lembranças de tal maneira que eu me sinto muito bem.

O primeiro bloco do trabalho que eu gostaria de discutir com vocês é o papel do geógrafo em relação ao seu país, à sua sociedade e às exigências de uma nova universidade. Eu tive a oportunidade de repensar muito sobre a universidade brasileira durante as greves que estão acontecendo no país inteiro em função das dificuldades econômicas das famílias, dos funcionários, dos professores. Eu acho

que é o momento de a gente dar aquela volta por cima, fazer dessa dificuldade que, inclusive, criou situações emotivas de parte a parte dentro das universidades, fazer um esforço para que haja umas modificações essenciais na universidade brasileira. Em primeiro lugar, a questão do academicismo, das conclusões, das pesquisas, já não se justifica mais a pesquisa pela ornamentação do objeto do trabalho, o que interessa é o que ela possa produzir em termos de propostas que extravasem para a sociedade, que extravasem para a criação de uma cidadania.

E aqui eu vou lhes dizer uma coisa que eu penso com muita sinceridade e depois de muita meditação, o Brasil precisa de geógrafos. Quando eu analiso os pronunciamentos dos diversos escalões do governo brasileiro e sinto que eles falam em nome apenas de uma parte do país que foi pressionada a ser o que é por causa da dominação do FMI, que se dita da dominação norte-americana, eu vivo em estado de desespero. Eles não conhecem nada do Brasil, eles não fizeram aquela geografia que nós professamos. Nem o presidente da República, nem os ministros, nem os primeiros escalões.

Então, a minha mensagem, primeiro, para os jovens que estão aqui presentes é que nós temos que valorizar a nossa profissão, nós temos que reaprender a fazer geografia no melhor sentido da palavra e cada trabalho nosso deve ter um interesse social para colocar na fronte dos governantes idiotizados pelo poder. Gostaria, em seguida, de lhes dizer alguma coisa sobre o que eu penso da nossa ciência geográfica. Em primeiro lugar, a ciência geográfica, em um país tropical de história econômica e social e étnica muito diferenciada, a geografia é sempre a própria história real do continente brasileiro. Nunca se fez em um país alguma coisa mais extraordinária do que a

geografia humana transformada em uma sucessão de histórias reais, independentemente da história formal.

E, nesse sentido, o meu conceito de geografia, a única coisa que eu poderia dizer a vocês é que a geografia estuda o suporte ecológico, note bem, é preciso dizer as palavras interdisciplinarmente, estuda o suporte ecológico das atividades do homem; por isso, é sempre geografia humana e é sempre geografia física, ecológica, fitogeográfica e natural, e esse suporte ecológico das atividades humanas se prolonga para as sociedades modernas, portanto, é o suporte ecológico das atividades humanas e o suporte ecológico das atividades de uma sociedade complexa e diferenciada ao longo de todos os espaços que compõem o país. E, nesse sentido, aquelas velhas divisões clássicas e também informais da geografia não têm mais razão de ser, a gente tem que fazer ciência em todos os níveis, mas sempre direcionadas para entender o suporte das atividades e das sucessões de história de ocupação e de sobrevivência da sociedade e de todas as comunidades. Dito isso, eu queria dizer a vocês que a Universidade Brasileira tem um dever muito grande de partir do objeto de trabalho encontrado pelos pesquisadores os mais diversos para o interesse social desta pesquisa e não se pode mais pensar em conclusões aleatórias, de uma ciência extremamente destituída de qualquer sentido social e, quando eu digo social, eu estou dizendo o político do seu mais alto nível, porque as políticas públicas feitas e dirigidas para melhorar o social são sempre necessárias. Essa é a introdução da minha fala, mas eu estou aqui cumprindo uma obrigação de ordem científico-acadêmica que tem os seus objetivos dirigidos para o social, e queria dizer a vocês que esse país é um país de geografia humana mais do que história e é de uma história sobre a sucessão de geografias humanas em um estudo

globalizado dos diversos acontecimentos da geografia humana brasileira.

E aí os historiadores que me perdoem, mas a geografia está mais presente do que a história na própria pré-história, a pré-história é feita por atividades de sobrevivência de grupos humanos de cultura primária, de culturas muito simples, mas de atividades muito complexas para a sobrevivência dos grupos pré-históricos. Então, quando se fala no Brasil da pré-história, nós estamos falando da geografia humana que precedeu a colonização e estamos dentro dos temas que foram propostos para este encontro. E nesse sentido eu queria dizer a vocês que eu nos últimos tempos estou inteiramente voltado para esse prolongamento para dentro do passado da chamada geografia humana, isso porque há muitos anos, um colega muito admirado por mim, muito prezado por mim fraternalmente, ele escreveu uma tese de doutorado famosa, que se chamava "A Função Social da Guerra entre os Tupinambás", e meditando sobre as considerações do nosso muito querido amigo Florestan Fernandes, alguém disse, mas o problema não é o papel social da guerra, o problema é o papel social das estratégias de sobrevivência, a guerra é um dos processos pela conquista dos espaços ecológicos a fim de propiciar a sobrevivência através da coleta, da caça, da pesca e de outras atividades que um dia chegaram até a agricultura. E quando eu percebi que a função social da guerra está relacionada com os deslocamentos das pessoas ao longo de vários espaços, eu tive a intenção de pensar naqueles espaços que retém homens e naqueles espaços que possibilitam a trajetória dos homens através de setores abertos de vegetação, mas não muito distantes de setores biodiversos capazes de ofertar alimentos para os pequenos grupos de coletores e caçadores.

E aí, então, vem um problema de ordem científica muito sério que se combina com esse fato. Há muitos anos, esteve no Brasil, em 1956, o memorável Congresso Internacional de Geografia, no Rio de Janeiro. Toda uma equipe de grandes cientistas franceses, belgas, japoneses, italianos, americanos, parcialmente, e nessa ocasião eles se preocuparam muito em fazer falar a estrutura superficial das paisagens brasileiras em todos os lugares, porque para eles observar a paisagem superficial era uma coisa fácil, transitando pelos ônibus em grandes distâncias para chegar ao Nordeste, até a Bahia, até o Pantanal, eles viam a paisagem, mas o interesse naquele momento era fazer falar as estruturas superficiais da paisagem em termos de como foi a história vegetacional, a história climática, a história climatobotânica e morfoclimática da país. E eu me interessei muito por aquilo, nem, porque houve um incidente de excursão, um geógrafo um pouco clássico resolveu, em uma das excursões, criticar os professores franceses que olhavam muito os barrancos para obter alguns dados da estrutura superficial da paisagem, e ele tomou uma palavra e disse o seguinte, mas diga uma coisa, a geografia que eu fazia olhava a paisagem e não apenas os barrancos, e a resposta do professor Jean Drecht foi espetacular e disse, as paisagens eu já vi ao longo desses dias inteiros de caminhada e nas minhas notas observando sempre da janela dos ônibus as paisagens brasileiras de diversos domínios, mas a estrutura superficial da paisagem, se eu voltar para a França, nunca mais terei a possibilidade de destrinchá-la e de fazer propostas para explicar a sua significância em termos paleoclimáticos e paleoambientais. Isso marcou muito a minha vida, e a minha vida tem sido marcada por mensagens desse tipo.

E mais tarde, o professor Jean Tricart voltou ao Brasil em uma excursão aos arredores de São Paulo, ele parou em um barranco

igual ao que os outros paravam lá no Nordeste, na Bahia e em toda a parte do Brasil, e me disse, Aziz, você está vendo essa linha de pedra em cima dessas rochas alteradas, mas que são substratos e, acima disso, tem um solo que nós, franceses, chamamos de depósito de recobrimento, e você está vendo essa linha, você que conhece bem o sertão do Nordeste deve ter visto enormes áreas no meio da caatinga, colhadas de seixos e de fragmentos de rocha, pois bem, se um dia mudasse o clima e os depósitos de recobrimento tamponassem aquilo, seria isso que estamos vendo no barranco. Foi uma ideia que abriu janelas para eu poder fazer toda uma intenção de estudos, procurando saber o que teria acontecido antes da climatologia atual em um momento de maior modificação climática do passado recente, ou o que teria acontecido em termos quer do espaço físico daquele chão de pedras do passado, mas também quer da vegetação que foi vinculada e correlacionada com aquele chão pedregoso. O professor Tricart me dizia, podem ter sido cerrados que eu conheço mal, podem ter sido com caatingas, o tempo nos mostrou que os pequenos redutos de caatingas existentes desde Aporaima até o Uruguai foram a caminhada e certas ampliações das condições dos setores do Nordeste por entre chapadas e por entre serranias e depressões interplanáuticas polinosas, de tal maneira que o que era mais baixo recebia menos umidade e tinha um pouco mais de calor, mas o calor não era tão importante porque nós estamos encontrando cactos em regiões bem mais frias e temperadas, ainda sobrevivendo na climatologia de hoje, alinhadas apenas em certos pontos nodais de blocos semi-rochosos, campos de boulders, lajedos com canelulas e com gravatás e bromélias, naturalmente.

E a partir disso me interessou muito pensar na pré-história. E aí veio uma outra ideia bastante importante em termos de ciências

interdisciplinares. Um dia, estava se reunindo em Manaus, no famoso Hotel Nacional, Hotel Tropical de Manaus, uma grande assembleia de biólogos do mundo inteiro, convidados pela Associação Americana de Biologia e Internacional de Biologia, a TTP, e o governo brasileiro orientado por um general que não era um dos mais dramáticos representantes do governo ditatorial, mas era também muito, estava muito longe de debater as grandes coisas com a universidade.

Isso se tornou até hoje alguma coisa de fantástico. Debate-se com todo mundo, com as ONGs e com os técnicos que já estão lá dentro do governo, mas não são capazes de debater com a universidade brasileira. E nós vamos ter que exigir que os Fernandos Henriques, e os Covas, e os governadores que não têm essa capacidade de debater propostas e projetos com a universidade, que eles fiquem execrados na sua história e na sua biografia.

A reunião dos biólogos não pode ser realizada naquele grande hotel lá da beira do Rio Negro. E os organizadores tiveram que, de um modo empírico e imediato, mudar a reunião para Macuto La Guaira, na Venezuela. E, além disso, era proibido dos cientistas brasileiros viajarem com facilidades. Era preciso pedir direito de sair do país e outras coisas mais. Isso era a ditadura e é a única coisa que eles não conseguiram agora na democracia extremamente parcial, fazer com que a gente não possa caminhar pelo mundo. Já é uma grande coisa.

Mas eu consegui, através de um amigo do MEC, que ele pedisse autorização para eu poder sair do país. E fui à reunião de Macuto La Guaira, e dois cidadãos, um de Rio Preto e outro de Manaus, por vias indiretas, saindo de cursos no exterior, também

estiveram lá. Éramos três brasileiros na reunião que deveria ser realizada nos arredores de Manaus.

E o Ministro da Educação nos ofendeu profundamente, dizendo que ciência não tinha fronteira e que lá estava a liberdade para nós discutirmos todos e quaisquer problemas da vida natural na face da Terra e que ele lamentava muito aqueles países e aquelas pessoas que proibiam o debate científico. Eu me senti arrasado. E só não me senti tão arrasado porque fiz uma das conferências que depois foi publicada no livro *Biological Diversification in the Tropics*, e pela primeira vez apareceu um pouco mais da Teoria dos Refúgios e como mapa que eu fiz sobre conhecimento de campo, tentando colocar os corredores de penetração das caatingas sobre aquilo que hoje são florestas ou, ocasionalmente, são mosaicos de cerrados e florestas, nas mais diferentes partes do Brasil do Sudeste e do Brasil do Sul. E no Brasil do Sul, com Araucárias e na pradaria mista do Rio Grande do Sul, como os prados mistos, aflora, às vezes, em um lugar em que o chão de pedras estava muito raso, um cacto, relembrando como reduto a história vegetacional e paraclimática daquele cacto.

Mas eu não vou hoje tratar da teoria dos redutos e dos refúgios, porque a teoria dos redutos e dos refúgios já é bastante divulgada hoje. Eu fiz um trabalho um dia desse chamado Redutos de Flora, Refúgios de Fauna e Refúgios de Homem, usando os nomes da antropologia cultural clássica que eu consegui destrinchar e que já tinha esse nome bonito de Refúgios de Homem, como são as regiões selváticas mais isoladas do mundo, como a região dos Yanomâmis e outras áreas que estiveram sob a forma de refúgios de homens e que foram, em função da falta de projetos defensivos, sobretudo da falta de um ideário de *buffer zones*, de verdadeiras zonas tampões, para

evitar a rápida desvinculação e fragmentação das culturas tradicionais, primárias e, por isso, mesmo os refúgios de homens foram agredidos por projeções da base da sociedade brasileira, pressionados pelo capitalismo selvagem que transforma aquilo que os jovens geógrafos brasileiros disseram desde há 20 anos, muito mais do que os mais velhos, dizendo que hoje todo o espaço é mercadoria, e é mercadoria. E é por isso que o senhor deputado Micheletto, do Paraná, quis modificar o Código Florestal para que os proprietários de terras da Amazônia, mesmo não tendo capacidade para fazer uma economia ecologicamente autossustentável, pudessem se dispor dos espaços e vendê-los em pedaços para fazer patrimônio.

E então eu queria dizer a vocês um fato que ocorreu com a geografia humana dentro da pré-história, para meu entusiasmo pessoal e a minha curiosidade. Na reunião de Macuto La Guaira, eu encontrei o casal Betty Meggers e seu marido Clifford Evans, que eram grandes estudiosos da Amazônia, e eles me procuraram por causa de um mapa paleoclimático de 23 mil a 13 mil anos do Brasil, e me pediram um almoço muito fraternal, me pediram opiniões sobre um fato, será que no momento que as florestas se reduziram e as caatingas se ampliaram, e esse cenário de deposição indo até a Amazônia e até outros lugares, chegando talvez até a Roraima -- será que isso não favoreceu a marcha e a trajetória dos grupos pré-históricos de coletores e caçadores?

Eu tive que meditar um pouco e dizer a eles que, certamente, o roteiro dos grupos pré-históricos de caçadores e coletores, no momento em que as drenagens eram intermitentes em sazonagens como as do Nordeste, e ainda não existia a pesca e não existia ainda a cerâmica, é evidente que houve marchas mais adiantadas no espaço

procurando sítios favoráveis, e foi assim que certamente encontraram as poucas áreas de distritos cársticos com grutas, e ali alguns grupos se sedentarizaram e outros grupos fizeram guerras como os que primeiro chegaram procurando aquele abrigo natural que tem uma finalidade muito importante para o homem. O homem, o coletor e o caçador não têm casa, não têm moradia, mas no dia em que encontraram as grutas, eles encontraram a primeira moradia natural capaz de ser ofertada pela própria natureza e, por isso, os relevos cársticos e as inscrições que estão lá dentro deles representam uma parte da história da humanidade. Parênteses - Niède Guidon me telefonou um dia desse lá do Sul, do Piauí, e me dizendo o seguinte: - "Professor Aziz, defenda a nossa região se possível, porque o governo brasileiro resolveu transformar os arredores da Serra da Capivara, um dos maiores patrimônios universais do Brasil". E resolveu transformar em áreas de assentamento de populações, porque aqui tem pouca gente, então, na cabeça dos ignorantes, tendo pouca gente, é melhor colocá-los aqui, independentemente da fertilidade do solo, independentemente do Custo Brasil em termos de transporte e de produtividade, independente dos ciclos de economicidade também estudados por Leo Waibel na sua passagem pelo Brasil. E o pior é que os fazendeiros de grandes glebas inúteis daquela região resolveram imediatamente roçar a caatinga, desmanchar a paisagem para dizer que eles estavam produzindo alguma coisa, e por isso, na hora da desapropriação, ter mais vantagens perante o governo federal.

E aí, a Niède completou uma coisa fantástica que eu gostaria de dizer a vocês, para vocês saberem que o capitalismo selvagem se desdobra em episódios que não têm fim. Então, dizia a Niède, e agora, para nos provocar a nós que fizemos de São Raimundo Nonato um

centro de pesquisas internacional, tendo hotéis e tendo lugares para os pesquisadores e tendo um museu. Agora que tudo isso foi feito, o ódio dos fazendeiros dos arredores pela região em que nós trabalhávamos muito para, ao mesmo tempo, em que pesquisávamos, formar um grupo que pudesse ter um certo desenvolvimento local e subregional, agora os fazendeiros usam as inscrições rupestres como alvo para os seus tiros na calada da noite e da manhã.

Vejam bem que problema do ponto de vista cultural será esse. Lá estão inscritas partes da história da humanidade dentro da América Tropical, e de repente têm as inscrições dos homens novos que chegam lá no fundo das grutas de Minas Gerais e escrevem os nomes dos casais Maria e Raimundo, Raimundo e Helena, etc. E, além de tudo, lá nos profundos das cavernas, eles usam como banheiro, deixando a nota da falta de cultura e da falta de gerenciamento que o governo brasileiro não consegue fazer de modo nenhum. Não se sabe gerenciar nada nesse país em termos das áreas que precisam de maior necessidade de gerenciamento. Então, a Betty Meggers reinaugurou uma Geografia humana para nós todos que cuidamos apenas da geografia humana do presente. É a retrospectiva mais antiga, aquela em que os homens estiveram primeiro percorrendo enormes territórios e depois entrando por lutas e se sedentarizando por algum tempo antes que outros chegassem e guerreassem.

Mas aqui eu quero contar um episódio doloroso da universidade brasileira.

Eu tive um certo relacionamento com a Madame Perret em termos culturais. Madame Perret era casada com um grande arqueólogo e pré-historiador que andou estudando primeiras grutas

de Minas, andou estudando os sambaquis e depois morreu lá na Patagônia e ela própria acabou morrendo em Curitiba. O francês é muito *pão durinho*. Então, ela se alojou na casa de um amigo que estava em Brasília e não tinha ninguém ali para controlar e, na noite de um dia fatal, o gás se exalou até o quarto da Madame Perret, e ela morreu em Curitiba. O marido nas grutas da Patagônia, e a Madame em um quarto de uma casa amiga em Curitiba. O que mostra que a atividade do pré-historiador e do arqueólogo é pouco como a nossa.

Nós percorremos áreas enormes, sem dinheiro, por cima de caminhões, tentando conhecer o país e os arqueólogos têm que trabalhar fazendo a estratigrafia dos depósitos com muito cuidado para saber o que veio antes, o que veio depois, e o depois do depois. E um cidadão de São Paulo, que é docente da minha universidade, declarou no dia desse que não existe arqueologia no Brasil, e que a arqueologia é uma coisa que deveria desaparecer e só ficar na mão do estrangeiro. Um pouco na linguagem do presente. E eu fiquei desesperado daquele desaforo que saiu na Folha de São Paulo para os meus amigos da arqueologia e da pré-história, mesmo quando eu penso que a pré-história é um tipo de geografia humana muito especial, muito inteligente e muito relacionada com as nossas atividades interdisciplinares.

Porém, dito essas coisas para vocês, eu devo apresentar que o acaso é muito importante na história dos conhecimentos. Hoje, no avião, eu abri o estado de São Paulo e tinha uma página inteira sobre as inscrições de rupestres da Ilha de Santa Catarina em diversos de seus pontos. E eu fiquei super interessado, porque lá na Serra da Capivara, que eu não conheço por razões de dificuldade de viagem, eu não gosto de pedir dinheiro nem para CNPQ, nem para CAPES, nem para FINEP, porque eu consegui trabalhar nesse país inteiro,

fazendo palestras, conferências, debates e inquéritos. E por isso mesmo, eu deixo o dinheiro para que eles façam aquilo que eles fizeram sempre, ou seja, eles entregam todos os recursos para menos de 100 pessoas, pessoas que têm menos vida do que os recursos que dispõe.

Veja só, agora é a hora da gente cotejar. Quando comecei a minha vida, eu percorri realmente todos os domínios, saindo da minha terrinha, com morros arredondados e florestas mais ou menos eliminadas pelo ciclo do café e transformadas em fazenda de gado, e numa época em que as pessoas achavam que limpar a paisagem era um fato cultural, os que compraram as áreas que pertenceram aos fazendeiros de café. Depois eu fui para o Brasil Central e, para mim, foi uma descoberta verificar outro domínio de natureza, outras condições fitogeográficas, outra associação entre fatos interfluviais e galerias florestais por entre o domínio do cerrado. Mais tarde, quando eu desci da Serra da Borborema, olhando a planície, apraigada de pátios e os incelbergs emergentes dentro daquela paisagem, que é muito parecida com as paisagens que eu via nos meus livros sobre a África, na região da Namíbia, eu disse agora, descobri o terceiro domínio.

Não basta a divisão, do mostruário de domínios pela vegetação, é preciso vincular a vegetação aos compartimentos de planalto. Quando eu aprendi as coisas sobre o Nordeste no ginásio, me diziam que o Nordeste é a terra das chapadas, sobre as quais existiam caatingas e, quando eu chego, vejo que o Nordeste verdadeiro, semiárido, se estendia por direções entre o Ibiapau, o Araripe, o Apodi e as serrinhas todas, era sobretudo, principalmente, mas não exclusivamente, a única área semiárida em depressões interplanáuticas extensivas e complexas. Depois eu fui à Amazônia

com dificuldade, fui no bico de um avião da FAB. Os Estados Unidos, para pagar o seu débito com o Brasil, que forneceu bases para a invasão da Europa e do norte da África, os Estados Unidos nos doaram algumas fortalezas voadoras. No departamento de Geografia, existia um professor — Ari França, que era irmão de um piloto da FAB. Um dia, o Ari chegou lá e disse que tinha dois lugares para geógrafos irem até Manaus e foi assim que eu, no banco de uma fortaleza voadora, durante três dias, no maior incomodo possível, cheguei até Manaus e comecei a estudar a Amazônia, que é uma das áreas que eu gosto muito de trabalhar, mas é difícil, porque se trabalha aqui, ali e acolá. Não existem grandes possibilidades de transectos projetados pelo próprio pesquisador e, por isso mesmo, o Nordeste é mais simples, é bem como uma vida pré-história, a gente pode cruzar o Nordeste por todas as áreas estudando todos os sertões. Eu queria dizer a vocês que, no dia desse, eu escrevi um dossiê Nordeste na Revista 36, do Instituto de Estudos da Amazônia da USP e, ainda, fiz o meu mea culpa em termos de não ter trabalhado mais sobre o Nordeste, sobretudo para poder orientar mais os problemas que algumas personalidades bizarras querem fazer, transpor as águas do São Francisco, sai daqui, passa por ali e chega lá, como se isso fosse uma coisa simples.

E queria dizer a vocês que, um dia, eu fui fazer uma conferência perto desse cidadão que se diz engenheiro militar e, hoje, aposentado, que quer tirar a água do Açude de Curemas e levar para os Cariris Velhos, e eu coloquei a imagem de satélite, tendo a Chapada do Araripe e, depois, a Borborema, a parte norte com Ceará e o Rio Grande do Norte, a parte sul com a Bahia e Pernambuco. E o homem pegou um mapa desse tamaninho e colocou no quadro para mostrar o que ele queria sair daqui de Cabrobó, passa por ali, chega

lá e está resolvido. Então, eu peguei e disse, mas vai mais que satélite está lá, o senhor quer fazer o favor de mostrar o itinerário? E ele não sabia usar aquilo, que, para nós, é uma das soluções mais importantes. Eu, atualmente, fico pensando que a grande contribuição para a gente ter uma ideia do espaço total brasileiro chegou, são as imagens de satélite em falsa cor, bandas 3, 4, 5.

E vou lhes contar também, hoje eu estou disposto a cortar historinhas e fazer algumas coisas que, em geral, a gente não faz. Um dia desses, desceu uma comissão do Ministério das Relações Exteriores, do Instituto de Estudos Avançados, para discutir a exposição de Hanôver e, junto com elas, um alemão, que era um dos delegados alemães para pedir ao Brasil que acelerasse o seu projeto de espaço cultural dentro de Hanôver. E aí, o diretor do instituto, por razões óbvias, mandou me chamar e nós tivemos que estar com aquele grupo. E o alemão estava desesperado e criticava o Brasil, mas o senhor já pediu que está com o projeto pronto e isso e aquilo, porque a exposição vai ocorrer logo etc.

E o ministro que veio falar conosco, muito educado. Eu ouvi tudo aquilo, depois pedi a palavra e disse, — "se se trata de apresentar o Brasil para a curiosidade do europeu, não faça mais aquilo que vocês fizeram em Portugal, ou seja, uma ornamentação como se fosse uma exposição. Vamos fazer coisas sérias. Eu me comprometo a examinar todos os quadros das imagens do satélite sobre esse litoral brasileiro".

Esse litoral que começa na Amapá, termina no Rio Grande do Sul, é a maior faixa de litorânea tropical que existe para qualquer país do mundo. E nós não temos nas universidades o quadro geral desse litoral que hoje está sendo sacramentado pela história, porque em algum ponto deles chegaram as caravelas portuguesas e outros

aqui chegaram para dominar o espaço, e houve os conflitos que transformaram o país em um país colonial português.

O ministro achou muito boa a ideia, eu trabalhei quase que uma semana, fui a São José dos Campos, consegui os índices, fiz os quadradinhos de cada área, coloquei cada imagem de satélite em uma bancada baixa, dessas lupas que os arquitetos usam, para que as pessoas quisessem olhar Porto Seguro com a paisagem do Amapá, ou a belíssima paisagem da Lagoa dos Patos e do maciço de Porto Alegre, pudessem olhar com detalhes.

Mesmo porque imagens de satélite do centro da Bahia com as cristas paralelas da chapada da Diamantina e do Espinhaço, ninguém vai entender, mas o litoral com o mar, a praia, as lagunas e os deltas intralagunários, é fácil. E seria muito bonito! Não consegui que o ministro falasse mais uma vez comigo, ele achou ótima a ideia, o alemão virou-se e disse, mas isso é o que nós queremos, apresentar o Brasil ao homem da Europa. E o ministro nunca mais me atendeu.

Falei com várias pessoas do Brasil. Falei com o São José dos Campos, e me chamaram uma pessoa que é chefe do museu e é apenas uma ornamentadora, e ela disse - "isso é assunto para nós aqui". E não fez nada. E depois, na última hora, contrataram uma ornamentadora, que tem parentescos e amizades com a família do presidente, e ela fez todo o modelo ornamentado da exposição brasileira**,** sem colocar as realidades que tínhamos trabalhado junto com uma comissão que procurava ideias. Eles procuram ideias, mas não respondem a essas ideias.

Essa é a constante. E a última que eu tive de decepção nesse nível foi com o Código Florestal. Alguém falou que, depois de 40 anos de vigência do Código Florestal brasileiro, era preciso modificá-lo em suas necessidades novas. E ocorre que, então, os deputados que

sempre pretendem ter projetos sem ter cabeça, sem ter conhecimento, ofereceram uma coisa extremamente anti-geográfica.

Disseram o seguinte, é preciso colocar a Amazônia no mesmo esquema das outras partes do território. O uso do espaço deveria ser de até 50% em cada propriedade e não 25%. E todos nós geógrafos que temos uma ideia das consequências, dos impactos de um processo desse tipo, porque a gente sabe observar as fotografias aéreas e as imagens de satélite, sabemos que tendo uma greba pequena aqui, uma média aqui, uma grande aqui, uma pequena, uma média, cada um tem direito de fazer até 50%, o que sobra uma série de chumaços de vegetação que perde a biodiversidade rapidamente e depois vão ser transformados em área de exploração madeireira e, para poder transportar a madeira, vão multiplicar os caminhos e, multiplicando os caminhos, a demolição da floresta é maior, sobretudo porque nós temos o exemplo do Sul do Pará, onde, em 13 anos, foram eliminados 51,5% do espaço total, isto medido no ano de 1996. Então, pessoal, nós, geógrafos, temos que fazer do nosso trabalho, ciência do lado, aplicação de ciência do outro lado, controle de propostas erradas. Querem transpor as águas do São Francisco, todos nós estamos de acordo, desde que haja continuidade no processo da transposição e dos pagamentos, coisa que o Brasil não tem, no momento; e, segundo lugar que se faça a reforma agrária do Vale do Jaguaribe, mesmo porque, dentro do Vale do Jaguaribe, o único espaço do povo é o leito dos rios, fica sete meses exposto ao ar e a água se infiltra por baixo das areias, aí essa não evapora tão rapidamente.

Mas os homens cultivam ali, do leito do rio, desde que as águas descem, fazendo os leilões com culturas de interesse para as feiras nordestinas e para a sobrevivência dos que cultivam. E também, se a gente soltar água para dentro daquilo, vai acontecer o que um

cidadão da beira de Jaguaribe, de Jaguaribá, me falou. Professor, o que acontece é que isso, para nós, é essencial. Nós produzimos, nós vendemos e as pessoas se alimentam a custo baixo.

Mas o que está acontecendo é que a SUDENE e o DNOCS, lá em Fortaleza, lá em Recife, não estou criticando o DNOCS historicamente, nem a SUDENE, mas estou criticando o acontecimento. Os fazendeiros, politicamente, pressionam as autoridades e elas mandam despejar a água, sangrar os açudes. Resultado, a água do açude mata a nossa cultura de vazante. Então, tudo isso tem que ser errado.

E daí, porque um geógrafo tem que começar a trabalhar em vários outros níveis de temáticas. Eu anotei alguns que eu fiz ao longo do meu trabalho no passado. Eu comecei um círculo de inundação, bacias sedimentares, exaltando, havendo desnundação semicirculares no seu entorno. Depois eu parti para o conhecimento dos ecossistemas de cada domínio. É triste e dramático que uma pessoa da área biológica, por exemplo, escreva o ecossistema do Pantanal. Meu Deus! Que ignorância! O Pantanal é um dos espaços de vários grandes domínios, de multiplicação de ecossistemas, o ecossistema dos cerrados ou do chaco oriental da Amazônia, da periferia da Amazônia. E, dentro disso, a função de modificações relacionadas com a descida dos cerrados depois de uma fase muito seca que houve por dentro daquela depressão hidrofórmica.

Então, eu estive pensando o seguinte, nós temos a responsabilidade de estabelecer aquilo que os biólogos não puderam estabelecer, quais os ecossistemas existentes em cada domínio da natureza brasileira, ou seja, nos famosos domínios morfoclimáticos e fitogeográficos. Estabelecer as suas diferenças, na Amazônia -- existem enclaves de cerrados, existem enclaves de campestres,

existem campos inundáveis em Marajó, existem campos inundáveis no Delta do Araguari. E, por falar no Delta do Araguari, lá em Amapá, eu devo dizer a vocês que é uma das regiões mais isoladas do mundo.

Uma cidadezinha minúscula de umas vinte casas chamada Amapá, que foi a que deu o nome para o território e depois o estado. E lá, alguns americanos já estiveram para fazer uma base para se transpor as suas tropas para o norte da África e para a Europa Ocidental. Pois bem, mas se não forem os geógrafos, quem é que vai orientar o governo do Amapá? O Amapá não tem praias.

É o único estado que tem na terra amazônica uma espécie de estiância de argilas com um tipo de ecossistema implantado no lodassal. E, do outro lado, do lado atlântico, tem um ecossistema de manguezais com muitos tipos de mangue devido o esparramento da bolha de sedimentos que acontece na frente do Marajó, e que se estirca da corrente tropical norte brasileira na direção das Guianas e que deixa uma parte do material em dissolução das águas do mar acumuladas recentemente para dentro das rias do nordeste do Pará, e do norte e do oeste do Ceará. Tudo isso fazendo com que alise uma natureza extremamente adecumênica, aquelas rias todas com os manguezais laterais apenas de vez em quando frequentada por uma embarcação que veio capturar caranguejos e, depois, na frente das barreiras escondendo todas as falésias que talharam os tabuleiros, escondendo algumas penetrações sucessivas de manguezais frontais, os únicos manguezais que não acontecem na retaguarda dos estuários, mas acontecem caminhando dentro do mar em função do material argiloso que sai da boca norte do Amazonas e da boca sul do Amazonas. Então, eu dizia para o governador do Amapá, que teve a

gentileza, um dos poucos governadores que compareceu à universidade, para discutir com os alunos de Geografia na USP.

Eu dizia a ele, já que vocês não têm praias, não podem fazer um turismo para além. E, por isso, mesmo, vocês devem usar daquele porto que vocês ganharam, porque acabaram as organizações nacionais e multinacionais de eliminar tudo de manganês que existia na pequena ferrovia que saía do Porto de Santana até a Serra do Navio. Na Serra do Navio, existia um *Pão de Açúcar* deitado gigantesco só de minério de manganês, que o mundo inteiro estava precisando naquele momento, na década de 40, estava sendo esgotado o manganês e as siderúrgicas iriam entrar em falência por falta de manganês para dar ductibilidade para o ferro gusa deles. E, de repente, aquilo foi esvaziado em 40 anos, hoje existe um buraco enorme e a estrada de ferro foi desativada e não se sabe o que fazer com os arredores, em onde se implantou uma pequena cidade de apoio e, ao mesmo tempo, o porto já não tem função para transportar minérios.

E, daí, seria interessante que o Amapá se adiantasse e fizesse parcerias internacionais para ter um turismo de muito valor, de renovação da cidade, com a renovação da Zona Franca que eles têm e com a possibilidade dos navios saírem dali e darem a volta pela traseira do Marajó. Tenho certeza que se isso houvesse muito de nós, mesmo com dificuldades, estaríamos fazendo essa grande viagem, passando pelo Estreito de Breves, entrando na Baía das Bocas, seguindo para Baitetuba, chegando a Belém e, depois, retornando pelo Mar Doce, aquele mar que tem a lenda de que os portugueses que queriam ir até o Amapá e, dentro do barco acabou-se a água e eles estavam morrendo de inanissão e o barqueiro indígena estava muito firme porque ele sabia que a água era bem doce, ele podia

alimentá-lo e, enquanto os outros não tinham água, a sabedoria indígena transformou a viagem em uma viagem factível.

Mas, também, eu queria dizer a vocês que o povo estava à frente de nós cientistas, em muitas pequenas coisas. Quando eu desci o Canal de Breves, que não é um canalete, é alguma coisa de 600, 800 metros de largura e pontilhado por cidadesinhas que são aquelas que transformam as madeiras cortadas da floresta em placas para vender para o mundo sem dizer que estão explorando a floresta. E, quando eu desci o Estreito de Breves, lá, no fundo do Estreito de Breves tinha uma série de bocas, prolongamentos de um delta e o povo chamou isso de Baía das Bocas, o que significa que eles descobriram que ali é delta e, quando eu era aluno, se dizia que a gente não sabia se é estuário ou delta, mas acontece que é delta. Entre a costa interior de Marajó, a retroterra, a traseira de Marajó e o começo das baías de terra firme, existe um vão. Esse vão era água durante o último ciclo. Quando o leito do Amazonas desceu até menos 100 e o leito do Rio Pará também a menos 100, houve uma incisão fluvial na parte traseira de Marajó e alguns dos vales da beirada de um talude de tabuleiro foram bem escavados e, quando o mar subiu, ele formou um canal entre Marajó e essas incisões, e as incisões se transformaram em lagos de terra firme.

Uma velha expressão de Paul Le Cointe, ele dizia que existem lagos de várzea, lagos de planície, mas existem lagos de terra firme, ou seja, áreas de incisões que foram feitas durante os 23 mil e 13 mil anos, quando o mar estava mais baixo e os rios fizeram um retrocesso erosivo, uma erosão regressiva, e talharam algumas bordas de tabuleiro e depois o tabuleiro foi fechado.

No caso da traseira de Marajó, fechado pela sedimentação deltaica, é um dos deltas inter angulares mais bonitos do mundo e

continua descendo uma boa parte de água e por ali pode se passar, vindo do Amapá, ou vindo de Santarém, ou vindo de Monte Alegre e passando pela Baía das Bocas, que tem 22 quilômetros de largura e que tem o aspecto ainda de um estuário muito encarneirado, como dizia hoje, por acaso, alguém que estava ao meu lado na poltrona do avião, ele olhava lá para o mar todo cheio de rugas esbranquiçadas e dizia o mar está encarneirado e ele não sabia que nós cientistas chamamos alguns tipos de fatos de *rocha encarneirada.* Só que agora é o mar que, em função do clima, estava turbulento.

Mas veja bem, basta conhecer Cuba, que é o país mais pressionado perversamente pelo bloqueio dos americanos. E os cubanos resolveram conquistar a sua autonomia em termos econômicos, provocando a ida pessoas do mundo inteiro para dentro do seu território, praticamente dando de graça a passagem aérea e depois dando, por poucas centenas de reais, a possibilidade das pessoas estarem em uma das regiões turísticas mais bonitas que eu conheço no mundo, que é a Península de Varadero. E as pessoas compram a passagem e a estadia e pagam os gastos de alimentos e pequenas coisas artesanais. Um dia depois de retornar de Havana, em uma viagem em que eu estive apenas preocupado com a Geografia e não com a política do Fidel, que eu considero ser ditatorial, mas acontece também ter uma justiça de nível intermediário, que foi o que me levou a Cuba, através da Associação dos Funcionários da Justiça do Estado de São Paulo, por convite deles.

E, de repente, eu pergunto para uma pessoa que tinha uma bicicleta, como se fosse o Rikcha. E eu pergunto -- "mas vocês têm direito de ir para outros lugares?". Ele disse assim, como é que podemos ter direito? Primeiro, é porque a gente ganha tão pouco que não podemos sair. Eles ganham 140 pesos cubanos, dizendo que cada

21 pesos valem US$1, eles ganham US$7 de salário mínimo, sem generalizar. Mas eles têm saúde pública das melhores do mundo, têm educação forçada para as crianças, porque os pais seriam condenados se não pusessem as crianças na escola, e têm a biotecnologia mais avançada de todas as Américas e talvez do mundo. Eles descobriram, inclusive, produtos que acabam com o colesterol. E, como todos nós vamos envelhecer, é bom que você saiba que tem um produto que os pobres coitados, vendem nas ruas escondido porque é para formar algum dinheiro, chama-se PTG, é o anticolesterol mais famoso do mundo.

Vêm os americanos comprar um remédio anticolesterol dentro das ruas de Cuba ou dentro dos hospitais de Cuba. Mas aí eu perguntei para o cidadão se estava havendo alguma distensão na política de privatização e eu recebi uma resposta de que eu pretendo dar àqueles que prejudicaram a sua biografia, com ordens de poder nesse país. O rapaz me respondeu — "aqui não se vende nada". E eu pensei, meu país estão vendendo tudo.

E como vocês estão vendo, isso não é uma conferência, é um bate-papo. Queria dizer a vocês que, quando eu li o projeto do Código da Florestal novo, do senhor Moacir Micheletto, fiquei furioso, indignado. Um dia quero conhecer essa pessoa. Ele deve ser mais moço do que eu, mas não tem importância.

Mas, veja bem, eu resolvi fazer um código das biodiversidades regionais. Será que precisa ser só a floresta? E a caatinga? E o cerrado? E as pradarias mistas? E os planaltos de Araucárias? E as faixas de contato que eu estabeleci com muito cuidado? O problema dos domínios já era conhecidos em termos de vegetação desde Martius, desde 1858, quando publicou seu mapa de domínio de vegetação, apenas não conseguiu destrinchar os dois domínios extra-

tropicais que ele fez como se fosse um só. O dele são cinco, o nosso são quatro inter-tropicais e dois sub-tropicais.

Mas a nossa forma de observar os grandes polígonos nos levou a saber que existia uma anastomose de área de contato e de transição entre os grandes domínios brasileiros. O domínio Tropical Atlântico Brasileiro faz transição para o Nordeste, faz transição para o Cerrado, faz transição para a Araucária, a Amazônia faz transição para o Cerrado, faz transição para a caatinga, não dava para fazer uma linha separando a Amazônia superúmida do nordeste semiárido. Então tem que ser em uma faixa complexa, às vezes compartimentada, com vários tipos de ecossistemas intermediários. As vezes tem um tampão de vegetação diferenciada, como são os tampões existentes nos portais do Maranhão e o tampão existente nas florestas intermediárias entre a mata fria do Planalto Sul Baiano e o começo das caatingas, e outros tampões em forma de mosaicos, como aqueles que existem nas regiões sedimentares arenosas de solos pobres do estado de São Paulo. Por sinal que um dia desse eu descobri que a linha de pedras estava encimada por solos avermelhados e em cima dos solos avermelhados existia um reduto de Cerrados.

Portanto, antes dos cerrados estarem ali e antes das matas estarem no fundo dos vales alargadas pelas vertentes, existia um clima semiárido mais extensivo na região de Salto e Itu, onde ocorrem campos de bulbos enormes e todos eles com cactos, porém com as balas de granito ali formadas no passado. E pessoal, por que não fazer o mesmo? Esse país tem que descobrir meios de ter economicidades sem precisar vender com preços aviltados para companhias absolutamente selváticas dentro do capitalismo absolutamente também selvagem. Por que fazer tudo isso?

Será que os economistas desse país nunca estudaram alguma coisa que pudesse mostrar a eles o conjunto do território, o conjunto dos suportes regionais que têm reconhecentes de matas e de ecossistemas naturais e tem agroecossistemas diferenciados.

Tem alguns exemplos de economias autoecologicamente sustentáveis, como é o caso do projeto RECA, lá na fronteira do Acre com a Rondônia, um dos exemplos de possibilidades muito amplas de fazer alguma coisa sem destruir a biodiversidade, de fazer aquilo que algumas pessoas defendem, desenvolvimento com o máximo da floresta em pé. Quando eu digo o máximo da floresta em pé, significa desenvolvimento com o máximo de biodiversidade *in situ* e não *ex sito*, que é uma dúvida. No entanto, há dois dias eu ouvi uma conferência apresentando um livro feito por pessoas da área militar em que eles execravam o ecoturismo e não conseguiam dizer nenhuma proposta mais razoável para o nosso país.

E a gente estava com eles porque eles eram nacionalistas, só que o nacionalismo tem que ser um nacionalismo racional e inteligente, e o papel dos geógrafos será sempre uma questão de inteligência colocada nas propostas, na discussão de propostas de quem quer que seja com muito equilíbrio a favor do futuro desse país que merece o nosso trabalho. Muito obrigado!

Submetido em: 03 de junho de 2024
Devolvido para revisão em: 25 de junho de 2024
Aprovado em: 02 de setembro de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3608

Como citar:
AB'SABER, A. N. CONFERÊNCIA DE ABERTURA XII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS: OUTROS 500 NA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO. **Terra Livre**, São Paulo, Ano 39, v.1, n.62, jan-jun 2024, págs. 20-45. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3608. Acesso em: dia/mês/ano.

GEOMORFOLOGIA DA REGIÃO DO JARAGUÁ, EM SÃO PAULO

GEOMORFOLOGY OF THE JARAGUÁ REGION, IN SÃO PAULO

GEOMORFOLOGÍA DE LA REGIÔN DE JARAGUÁ, EM SÃO PAULO

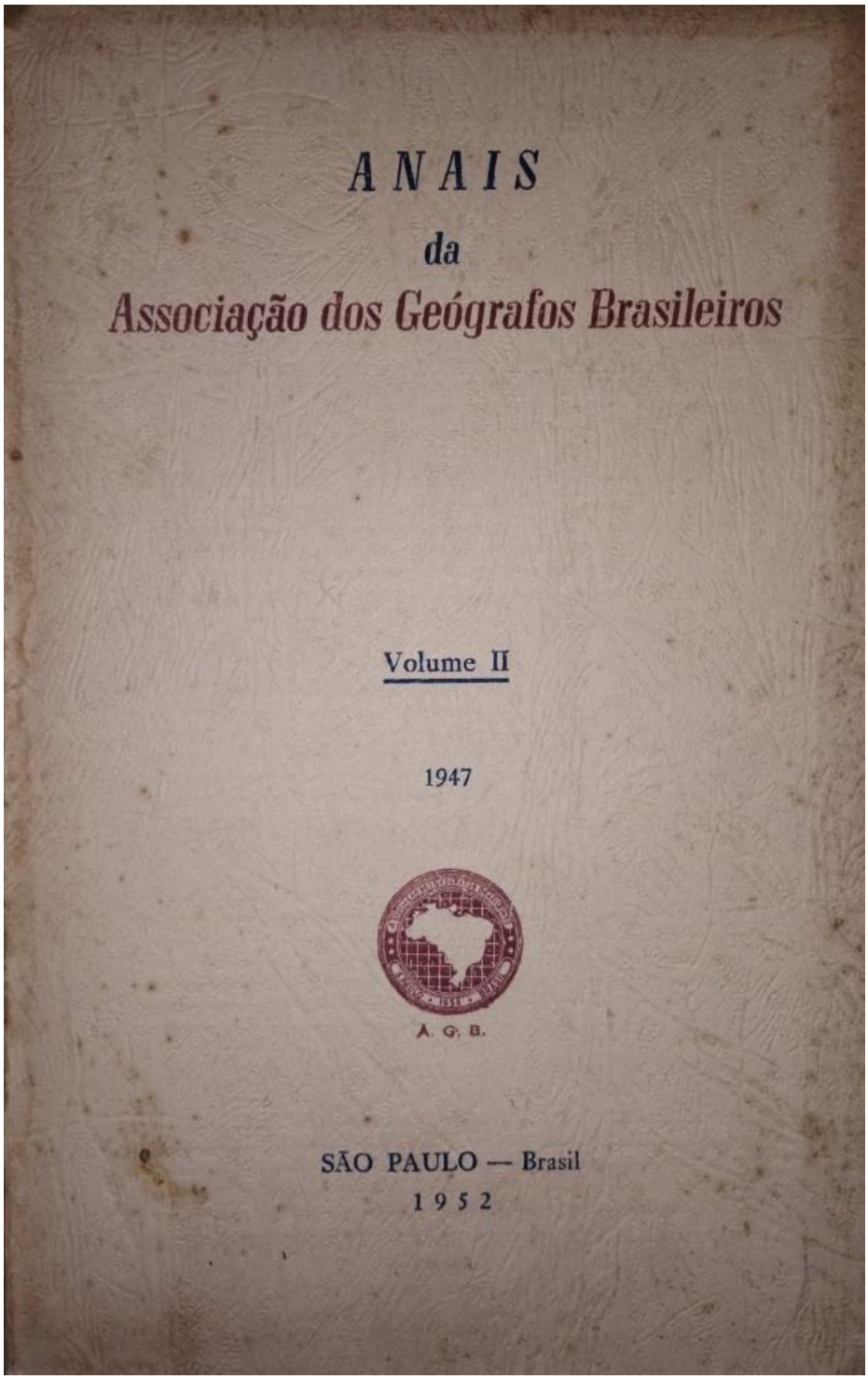
Aziz Nacib Ab'Saber
Universidade de São Paulo

Texto publicado nos ANAIS DA ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS, volume II (1947). São Paulo, 1952

APRESENTAÇÃO

O texto intitulado "Geomorfologia da Região do Jaraguá, em São Paulo", de autoria do professor Aziz Nacib Ab'Saber foi publicado originalmente nos Anais da III Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). A III AGO foi realizada na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 24 a 30 de novembro de 1947, e teve como sede o Conselho Nacional de Geografia (CNG). Este foi o primeiro estudo/texto do professor publicado pela AGB. A Assembleia da Associação dos Geógrafos Brasileiros era uma reunião anual de especialistas provenientes de vários lugares do país, um encontro de geógrafos e geógrafas, um encontro de pesquisadores: principiantes e veteranos das lides geográficas e que ali tinham a possibilidade de trocar ideias e experiências. Foi uma das mais ativas e significativas experiências de pesquisa geográfica no país. Os Anais da AGB — resultado acadêmico das Assembleias Gerais Ordinárias — em sua história de existência enquanto a principal publicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros e uma das mais importantes do Brasil, publicaram teses, textos referentes às Comunicações Orais apresentadas individualmente pelos associados, e Comunicações Temáticas apresentadas durante os Simpósios. Essas foram as contribuições e resultados de investigações científicas conduzidas por diferentes pesquisadores, de diferentes instituições no Brasil, e que tinham em comum o fato de pertencerem a alguma Seção Regional ou Núcleo da AGB. Foram mais de duas décadas de contribuições acadêmicas. Nas sessões de estudos das Assembleias, as teses e as comunicações eram apresentadas e debatidas, e a partir da indicação do relator/parecerista, as teses apresentadas eram indicadas ou não para a publicação nos Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros. O estudo apresentado pelo professor Aziz Ab'Saber, teve com parecerista o professor Orlando Valverde, e foi aprovado para a publicação, o que constituía enorme relevância acadêmica, uma vez que os Anais da AGB continham as produções dos principais geógrafos(as) brasileiros(as) que participavam das Assembleias Gerais Ordinárias, que a entidade realizou anualmente de 1946 a 1969.

Charlles da França Antunes


ANAIS
da
Associação dos Geógrafos Brasileiros
Volume II
1947
A. G. B.
SÃO PAULO — Brasil
1952

GEOMORFOLOGIA DA REGIÃO DO JARAGUÁ, EM SÃO PAULO

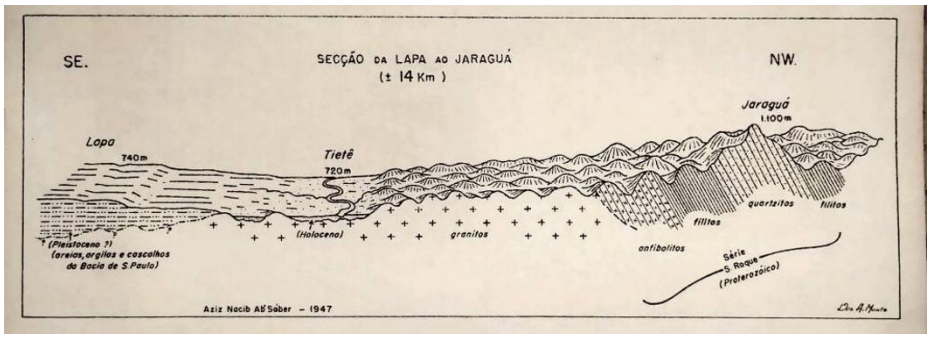
A pequena área geográfica do quadrante noroeste da capital paulista, onde o Pico do Jaraguá (1.135 metros) se alteia imponente com seus quartzitos, corresponde geologicamente a uma faixa da chamada Série São Roque, secção paulista remanescente de um grupo de formações brasileiras muito dobradas e antigas, possivelmente de idade proterozóica.

A sucessão de paisagens e terrenos do relevo do quadrante noroeste da bacia de São Paulo. Se escolhermos o itinerário da "E. F. Santos-Jundiaí" para uma viagem de São Paulo a Taipas (16 km), a fim de escalar o Pico do Jaraguá, assistiremos a uma sucessão interessante nas formas do relevo regional: variações de morfologia e paisagens que, em grande parte, se devem à grande variedade das rochas e estruturas do subsolo. Partindo das colinas tabulares suavizadas da bacia de São Paulo, passando pelas várzeas e planícies do Tietê para depois atingir os outeiros graníticos da região de Pirituba e galgar, finalmente, após os morros de xistos da região de Taipas, as encostas íngremes dos quartzitos do Jaraguá, o excursionista amador executa, insensivelmente, uma perfeita secção geológica e topográfica, das mais interessantes existentes nos arredores da capital paulista (graf. 1 e foto 1).

O viajante, ao embarcar na Estação da Luz, inicia sua viagem partindo de uma região das colinas de nível médio da bacia de São Paulo (740-750 metros) à margem esquerda do Tietê. As formas relativamente tabulares, muito suaves, do topo das colinas que conformam o relevo da Luz e dos Campos Elíseos já, em si, diferem do costado mais saliente das colinas da Avenida Paulista ou de Sant'Ana (800 metros). É lógico mesmo que as estradas de ferro tenham procurado acompanhar as últimas lombadas das colinas paulistanas, quase no ponto em que estas mergulham por sob os aluviões das várzeas do Tietê. A "Santos-Jundiaí" faz exatamente isto, até onde lhe é possível. A partir da Luz, seus trilhos acompanham a zona de transição entre o fim das colinas semi-tabulares e o início das planícies aluviais da vertente esquerda do rio. Da região da Barra Funda em diante, porém, em direção à Água Branca e Lapa, os trilhos da antiga S.P.R. já se assentam diretamente nos sedimentos holocênicos.

No ponto em que a tradicional ferrovia paulista transpõe o rio, nas proximidades de Pirituba, já se podem observar os primeiros afloramentos de granitos. Transposta a ponte, por isso mesmo, surge um relevo bem diferente do das colinas tabulares suavizadas da capital paulista. De fato, passa-se diretamente das planícies

quaternárias para os outeiros constituídos de afloramentos decompostos do chamado granito 'Pirituba', completam-se



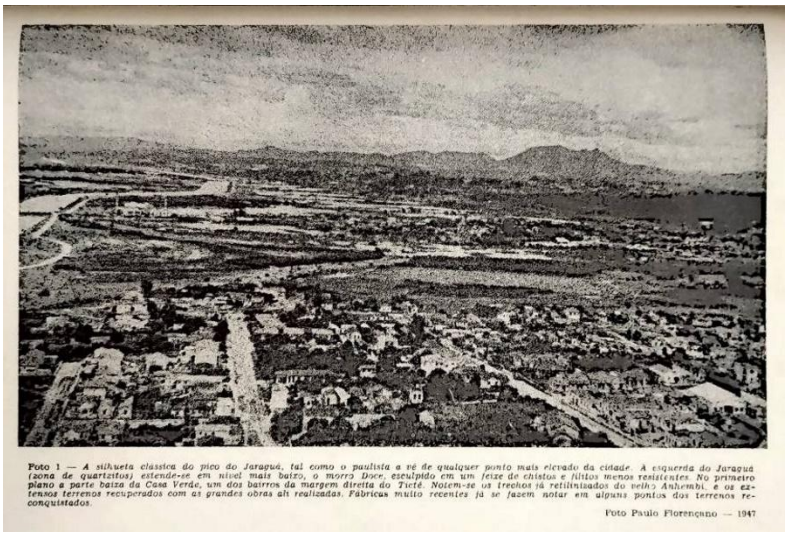


Foto 1 — *A silhueta clássica do pico do Jaraguá, tal como o paulista a vê de qualquer ponto mais elevado da cidade. À esquerda do Jaraguá (zona de quartzitos) estende-se em nível mais baixo, o morro Doce, esculpido em um feixe de chistos e filitos menos resistentes. No primeiro plano a parte baixa da Casa Verde, um dos bairros da margem direita do Tietê. Notem-se os trechos já retilinizados do velho Anhembi, e os extensos terrenos recuperados com as grandes obras ali realizadas. Fábricas muito recentes já se fazem notar em alguns pontos dos terrenos reconquistados.*

Foto Paulo Florençano — 1947

progressivamente as diferenças de topografias, não se encontrando mais o relevo semi-tabular das colinas paulistanas. Agora, um pequeno 'mar' de outeiros e morrotes graníticos, em forma de calotas de meia laranja, substitui a região dos pequenos platôs semi-tabulares da cidade de São Paulo. Os outeiros de Pirituba, que possuem no máximo 40 a 70 metros em relação ao nível do Tietê, estão a 750-800 metros em relação ao nível do Atlântico (foto 2). Vê-se, portanto, que, apesar de sua individualidade topográfica e morfológica, possuem nível equivalente ao das regiões da Avenida Paulista ou Sant'Ana. Curioso notar também que a cidade de São Paulo já está se estendendo além das colinas semi-tabulares e penetrando na zona dos outeiros graníticos, através de bairros incipientes, muito afastados, quase suburbanos. É o que se observa a oeste da Freguesia do Ó, na região do Piqueri (fotos 3, 4 e 5).

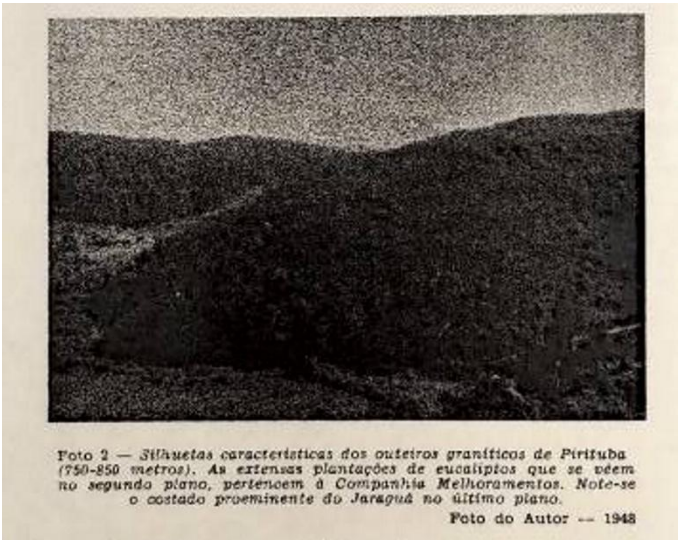


Foto 2 — *Silhuetas características dos outeiros graníticos de Pirituba (750-850 metros). As extensas plantações de eucaliptos que se vêem no segundo plano, pertencem à Companhia Melhoramentos. Note-se o costado proeminente do Jaraguá no último plano.*

Foto do Autor — 1948

Nos sopés e nas contra-encostas dos outeiros graníticos de Pirituba, não é raro encontrarmos as típicas chagas de matacões em formação, principalmente nos cortes das estradas de rodagem e de ferro, assim como nos pastos inúteis muito maltratados pela erosão. O que, aliás, nos chama a atenção, em primeiro lugar, ao transpor a ponte da 'Santos-Jundiaí' são os matacões que afloram na primeira colina à esquerda dos trilhos. Nota-se, pelo certo arranjo no conjunto dos 'boulders' ali existentes, que eles representam o esqueleto de um primitivo outeiro, exatamente semelhante aos que o rodeiam. A proximidade desse morrote em relação à cidade de São Paulo; a existência de uma antiga pedreira no local; o desflorestamento muito antigo e o corte da própria estrada de ferro nos explicam por que houve uma evolução tão acentuada, apenas com relação a um daqueles pequenos morros (fotos 7, 8 e 9).

Pouco além de Taipas tem início uma das faixas, vamos dizer — um pacote de xistos meso-metamórficos muito erodidos, pertencentes às estruturas proterozóicas dobradas e metamorfizadas da série São Roque. Dali para diante, os granitos e anfibolitos cedem lugar a afloramentos de micaxistos, filitos e calcários. Essas rochas sedimentares metamorfizadas possuem, como se sabe, pequena resistência ao trabalho do intemperismo e da erosão tropicais. Os calcários cristalinos da série São Roque se apresentam em



Foto 3 — *Outeiros graníticos na região da Freguesia do O' e Piqueri (margem direita do Tietê, extremo noroeste da capital paulista). O povoamento que, nessa zona, por muito tempo esteve restringido à Freguesia do O, nos últimos anos está marchando em direção a Pirituba, acompanhando o eixo da estrada municipal que para lá se dirige. Nasceram assim novos bairros de povoamento muito esparso: Itaberaba, Piqueri, Palmeiras, Pereira Cerca, Pereira Barreto e Barreto. Este povoamento recente, implica em dizer que a cidade de São Paulo, mercê de sua expansão enorme, já começou a sair da região das colinas semi-tabulares e penetrar na zona dos outeiros graníticos, em algumas regiões.*

Foto do autor — 1948

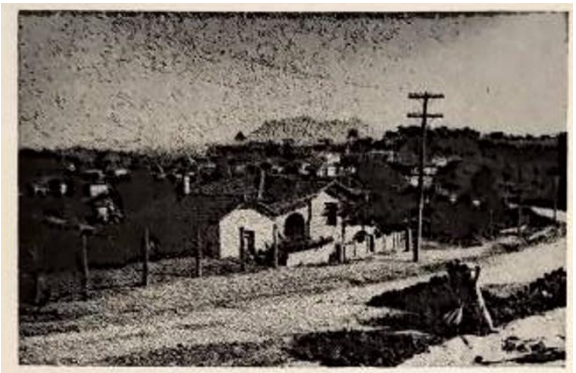


Foto 4 — *Região de povoamento muito recente ao longo da estrada municipal Piqueri-Freguesia do O'. A preferência pelos altos é patente na localização do habitat, tal como já se fizera notar no povoamento das colinas semi-tabulares, desde os primeiros tempos. A maioria dos habitantes da região trabalha na Lapa ou mesmo na Cidade, exercendo ocupações diversas, operários, funcionários, pequenos negociantes, etc. Bairros de população relativamente pobre.*

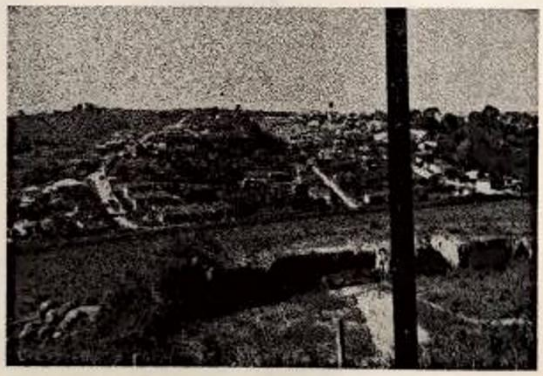
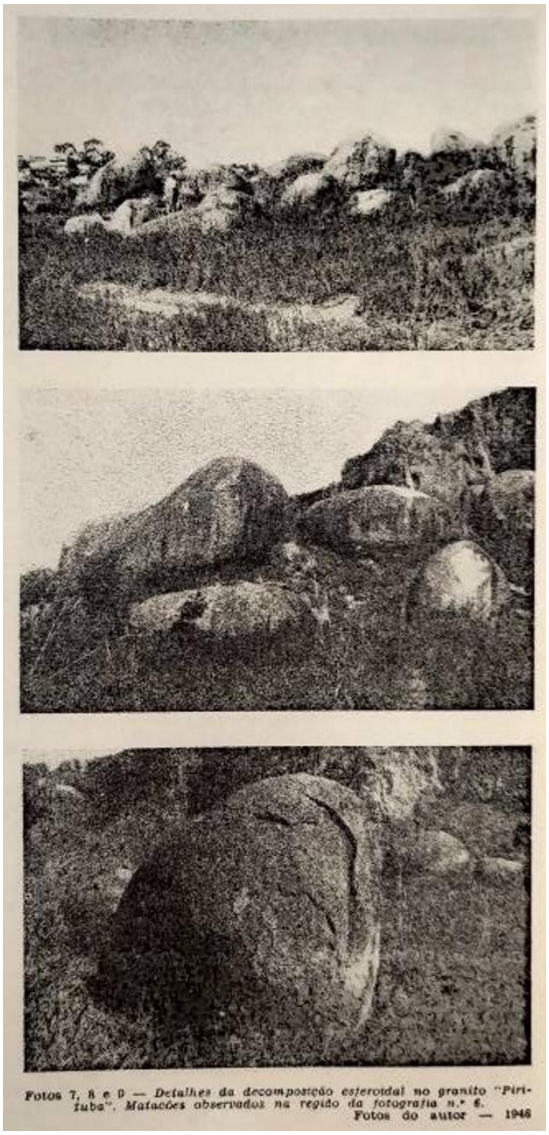


Foto 5 — *Outro aspecto de povoamento recente nos outeiros graníticos. Região do Piqueri e Palmeiras. Note-se que apesar das pequenas habitações tomarem todo o costado do pequeno outeiro, desde o vale onde passa a "Santos-Jundiaí", até o tôpo do relêvo, o povoamento não tem nada a ver com a estrada de ferro; êle é mais um fruto da expansão dos bairros da margem direita do Tietê, que desde a Freguesia do O', estão saltando de outeiro a outeiro. A estrada municipal que demanda Pirituba, passa no alto do pequeno espigão que se vê na fotografia; foi ela a principal propulsionadora do povoamento na região.*



Foto 6 — *Outeiros graníticos parcialmente arrasados entre Piqueri, Vila Anastácio e Pirituba.*



Fotos 7, 8 e 9 — *Detalhes da decomposição esferoidal no granito "Pirituba". Matacões observados na região da fotografia n.º 6.*
Fotos do autor — 1948

ocorrências muito restritas nas proximidades de São Paulo (córrego Itaim, região do Sucesso e vertente norte do morro dos Cabelos

Brancos). Nenhuma dessas pequenas ocorrências, situadas a alguns quilômetros ao norte e noroeste do Jaraguá, foi capaz de acentuar feições fisiográficas, como muito notou Moniz Ribeiro (1933). Apesar disso, porém, tiveram importância sob o ponto de vista econômico, pois animaram a grande indústria de cimento 'Perus' e, no passado, as caieiras da Companhia Melhoramentos.

Paisagens e características gerais do morro do Jaraguá e seus picos — Na região do morro do Jaraguá, propriamente dita, a 3 km a oeste de Taipas, existe uma pequena faixa de rochas quartzíticas, que se encarregaram de romper a unidade morfológica do relevo de micaxistos, filitos e calcários. Os quartzitos, rochas das mais resistentes da crosta terrestre, são os responsáveis diretos pela silhueta escarpada e proeminente do Jaraguá. Os afloramentos do quartzito, embora pouco extensos, pois ocupam uma área triangular de pouco mais de 4 km², tiveram, no entanto, um papel dos mais expressivos sob o ponto de vista topográfico e morfológico.

O Jaraguá, com seus 400 metros acima dos vales que o circundam (zona de xistos pouco resistentes), apresenta-se ao observador paulistano, que o avista de quase todos os pontos mais elevados da capital, como um morro um tanto isolado, de silhueta imponente, três vezes mais largo que alto, tendo um pico relativamente afunilado em uma das extremidades.

De avião, pode-se observar que a disposição triangular da faixa de quartzitos, assinalada na carta da antiga Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, influiu muito na esculturação do bloco rochoso, determinando conformação curiosa para os costados do morro. De fato, as curvas de nível que representam o relevo da região no mapa revelam também certos aspectos triangulares, tendendo a estender-se na direção das extremidades e a estrangular-se lateralmente. Esse estrangulamento está se processando devido ao entalhe profundo que os córregos e torrentes, que descem pelas encostas do morro, vêm efetuando incessantemente ao longo de diáclases e planos de xistosidade.

Acima dos 975 metros, mais ou menos, o pico mais íngreme do morro do Jaraguá (1.126 m) apresenta o bedrock quartzítico aflorando sem qualquer revestimento edáfico ou botânico (foto 10). Em uma das faces desse pico, as escarpas rochosas dos quartzitos apresentam paredões quase verticais de 50-80 metros, absolutamente desnudos na extremidade N-NE, face leste.

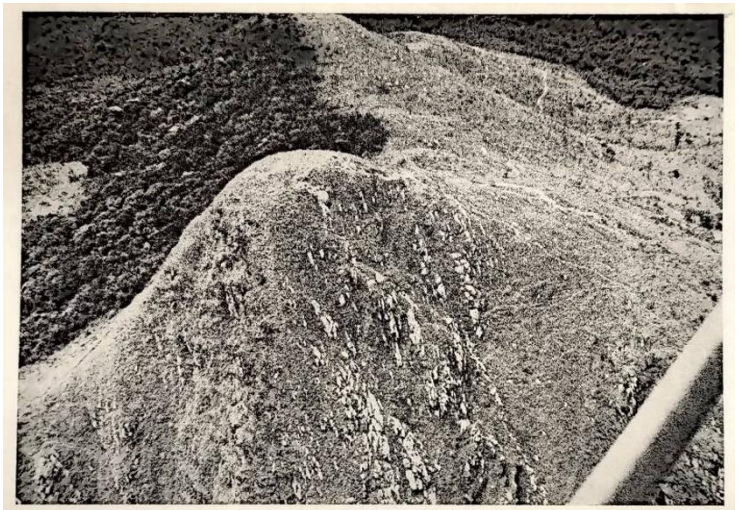


Foto 10 — *Aspectos dos quartzitos que conformam paredões desnudos numa das faces do pico principal do Jaraguá (face W-SW). As estruturas quartzíticas apresentam-se aí, às vêzes, quase sem nenhum revestimento edáfico ou botânico. Na fotografia podem ser percebidos facilmente os detalhes dos planos de chistosidade (inclinação 85° NE) e os detalhes dos processos de fragmentação e ciivagem. A orientação das estruturas, neste pico, é L-W. Notem-se as poucas manchas de matas, que sobraram nessa região de solos extremamente ácidos.*
Foto Paulo Florenzano — 1947

O dentilhado dissimétrico que se observa nesta zona dos picos mais salientes do Jaraguá, situada entre 1.050 e 1.135 metros, é menos função da inclinação apresentada pelas estruturas quartzíticas do que o resultado da esculturação de detalhe. O feixe de quartzitos que gerou o acidente topográfico apresenta minúsculas diferenças de litologia e resistência à erosão, além de estar sujeito àquela rede especial de diáclases, tão comum às áreas quartzíticas brasileiras. Disso resultou o dentilhado dissimétrico da cumiada do morro, não havendo nenhuma relação entre o sentido da inclinação dos picos com a orientação das estruturas (E-W) e o mergulho das camadas (85°-90°). Em outras palavras, pode-se dizer que, em seu conjunto, o Jaraguá representa as arestas de erosão de um pacote de quartzitos encravados nos xistos e filitos da série São Roque; não é, porém, um hogback típico, dentro do conceito estrutural que se convencionou dar a esse tipo de relevo. São absolutamente ilusórias as feições de cuestas altamente inclinadas (hogback) que a silhueta do morro deixa transparecer ao observador postado a alguns quilômetros de distância (foto 11).

A orientação E-W revelada pelos quartzitos do Jaraguá escapa completamente ao sentido clássico NE-SW que geralmente se dá para as formações proterozóicas paulistas. É conveniente lembrar, mesmo, que a orientação generalizada NE-SW, que se costuma dar à série São Roque, está a pedir estudos mais detalhados, com maior número de medidas, estabelecimento de gráficos de frequência etc. Provavelmente, são as secções de batólitos e bossas de granitos, que

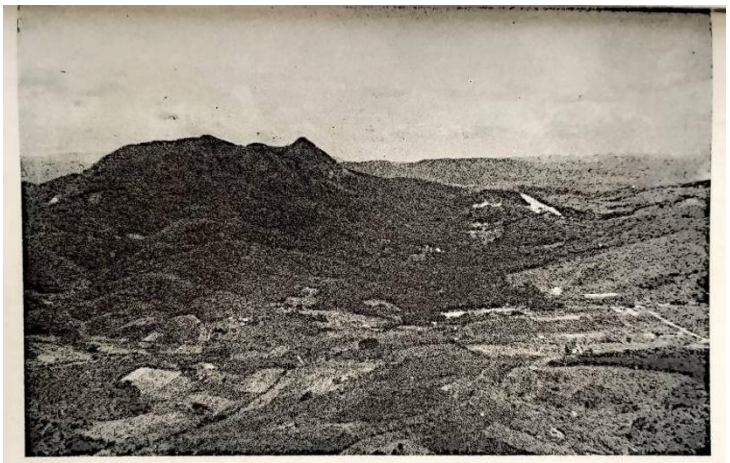


Foto 11 — *O Jaraguá com seus picos dispostos sob a forma de um dentilhado dissimétrico, denotando fácies ilustrios de hogback. Ao fundo as grandes pedreiras de quartzito da SAMBRA. No último plano o relêvo da série São Roque com algumas de suas feições típicas: pequenos morros isolados com certa retilinização de topos, descontinuidade de formas, etc. No primeiro plano da fotografia, observa-se bem, a ocupação mais ou menos satisfatória das fraldas do Jaraguá na região de Taipas. Alí, a presença de solos derivados de anfibolitos e solos de planos aluviais mais ou menos ricos, possibilitou uma pequena agricultura de caráter muito regional. Notem-se as extensas matas que ainda revestem as encostas do morro quartzítico até uma altura correspondente a 900-950 metros. Depois dêsse nível, uma cintura mais ou menos esbranquiçada denota os afloramentos de quartzito. O contraste morfológico entre o Jaraguá e os morros de filitos e anfibolitos que o rodeiam é também digno de nota.*

Foto Paulo Florençano — 1947

entremeiam os xistos, os principais responsáveis pelas direções locais tomadas pelas formações da série São Roque. O 'stock' granítico do batólito desnudado da Cantareira seria, no caso, o maior responsável pela orientação local E-W das estruturas do Jaraguá.

Relevo da região que circunda o Jaraguá — No relevo da região de Pirituba-Perus, os micaxistos, filitos e anfibolitos, assim como granitos e pegmatitos, constituem hoje a lombada média dos níveis de altitude. Suas cotas principais variam de 770 a 850 metros, raramente atingindo 900 metros ou mais. O relevo é suave e arredondado, denotando uma marcha aparente para a senilidade. Daí um contraste bem grande em relação às formas salientes e ásperas do morro do Jaraguá com seus picos quartzíticos.

Os vales dos pequenos rios e córregos que se dirigem para o Tietê e seus afluentes cortam suavemente as regiões xistosas, possuindo fímbrias de sedimentos recentes e minúsculos planos aluviais ao longo de seus leitos. Ao contrário, o pequeno pacote de quartzitos, responsável pelos picos proeminentes e maturos do Jaraguá, obriga a um esforço enorme para o entalhamento hidrográfico. Os córregos e torrentes descem pelas fraldas do morro através de pequenos vales encachoeirados e jovens, tendo se adaptado a uma dispersão radial, em drenagem ora subsequente, ora insequente. Alguns deles convergem diretamente para o Tietê (ribeirões Vermelho e Olaria); outros dirigem-se para noroeste, a fim de engrossar as águas do Juqueri, afluente do Tietê (córregos de Santa Fé e São Miguel).

As corredeiras e os saltos da região de Santana do Parnaíba constituem nível de base local para o Tietê e seus afluentes na área

por nós estudada. O desnível existente do perfil do Tietê, desde sua saída da bacia sedimentar paulistana até a região de corredeiras e saltos de Parnaíba, a 30 quilômetros de distância, é de mais ou menos 40 metros. O rio Juqueri, pelo fato de desaguar no Tietê a uns 10 quilômetros a jusante de Parnaíba, tem como nível de base local a região acidentada de quartzitos e anfibolitos de Pirapora. Todos esses acidentes desempenham para com o rio Tietê uma ação de soleira, que implica numa sedimentação generalizada a montante, tanto em relação ao rio principal como para com seus pequenos afluentes."

Importante é assinalar que, excetuando-se o Tietê, toda a rede hidrográfica subsidiária das circunvizinhanças do Jaraguá corre inteiramente sobre xistos menos resistentes. Daí, todos os pequenos rios e córregos regionais possuírem um perfil muito suave e pouco acidentado, denotando uma aparente transição da maturidade para a senilidade.

Os solos oriundos da decomposição dos anfibolitos, micaxistos e filitos chegam a oferecer localmente algumas pequenas possibilidades à agricultura regional. As melhores manchas de solos correspondem, sem dúvida, à região anfibolítica das proximidades de Taipas. Ali, pelo que se pode observar em uma fotografia aérea tirada por Paulo Florençano, existe uma micro paisagem agrícola das mais interessantes, ligada aos pequenos planos aluviais e às encostas baixas dos morros anfibolíticos (foto 11). A região de Taipas, aliás, é a única que chega a ter certas características de pequena região agrícola. Observam-se, ao norte da pequena estação, alguns canaviais, numa zona de solos oriundos da decomposição de micaxistos, filitos e granitos. De resto, são os planos aluviais que apresentam certa importância para pequenas atividades agrícolas na região. Neles se observa sempre um povoamento mais acentuado e ocupação um pouco mais efetiva dos solos.

Na região de outeiros graníticos nas proximidades de Pirituba, vastos eucaliptais foram plantados para aproveitar, de alguma forma, os solos muito pobres e degradados. Em Caieiras, a Companhia de Melhoramentos, para assegurar matéria-prima à sua grande indústria de papéis, plantou, além de eucaliptos, grandes extensões de pinho do Paraná.

Lembramos que, nas encostas quartzíticas de solos ácidos e pobres do morro do Jaraguá, existem ainda hoje calotas de vegetação florestal, devido exclusivamente à cuidadosa proteção oficial que as matas da região têm encontrado (foto 12). Do contrário, teríamos ali

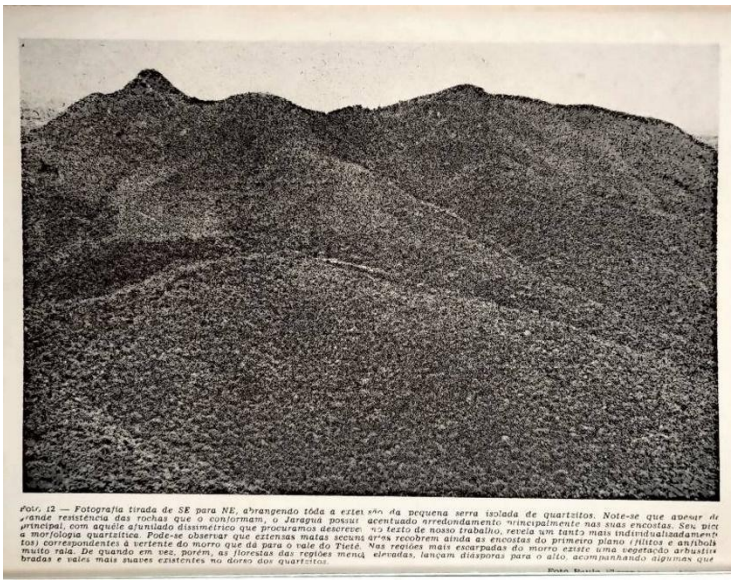


Foto. 12 — Fotografia tirada de SE para NE, abrangendo tôda a extensão da pequena serra isolada de quartzitos. Note-se que apesar da grande resistência das rochas que o conformam, o Jaraguá possui acentuado arredondamento principalmente nas suas encostas. Seu pico principal, com agúde afunilado dissimétrico que procuramos descrever no texto de nosso trabalho, revela um tanto mais individualisadamente a morfologia quartzítica. Pode-se observar que extensas matas secundárias recobrem ainda as encostas do primeiro plano (Nitos e anibais) correspondentes à vertente do morro que dá para o vale do Tietê. Nas regiões mais escarpadas do morro existe uma vegetação arbustiva muito rala. De quando em vez, porém, as florestas das regiões menos elevadas, lançam diásporas para o alto, acompanhando algumas quebradas e vales mais suaves existentes no dorso dos quartzitos.

regiões íngremes de campos inteiramente desnudos, como é via de regra para a grande maioria das regiões quartzíticas de uma boa parte da série São Roque.

Nas proximidades de Perus, a nordeste, podem-se perceber algumas altitudes equivalentes às do pico do Jaraguá, correspondentes, porém, a um dos núcleos extremos de batolito desnudado da Cantareira, conhecido localmente como serra do Ajuá (1.000-1.100 metros). São estas duas serras - o Ajuá e a Cantareira - que, com suas encostas graníticas suavizadas pela ação do intemperismo e da erosão em clima quente e úmido, conformam a moldura mais saliente do relevo norte da cidade de São Paulo. Importante é lembrar que, nas proximidades de Perus, os granitos das serras do Ajuá e Cantareira descaem bruscamente, dando passagem a afloramentos de micaxistos fortemente perturbados e a grandes diques alongados de pegmatitos e granitos pegmatíticos, muito pobres em elementos ferro-magnesianos. Devido a esta última particularidade, a região, que dista apenas duas dezenas de quilômetros da capital paulista, constitui um curioso núcleo de mineração ligado às explorações de caulim. A presença de caulim nos pegmatitos decompostos de Perus, ao lado da presença de quartzito no Jaraguá, veio possibilitar matéria prima barata e acessível para a indústria de louças paulistas (foto 13).



Foto 13 — *A serra do Ajuá em vista tomada da estação de Perus. Os granitos desse maciço pertencem à mesma massa do batolito desnudado da Cantareira. O Ajuá possui altitudes que variam entre 950 e 1.100 metros. Perus, o lugarejo que se observa no primeiro e segundo planos da fotografia, em vista parcial, é constituído por uma série de pequenos blocos de casas semeadas pelas contra-encostas dos morros que a contornam. Ao centro possui várzeas cultivadas. Em seus arredores, existe uma curiosa zona de mineração ligada à exploração do caulim. Vêem-se na fotografia acima, os grandes rasgões deixados pelas pedreiras de caulim, nas encostas próximas ao Ajuá. Próximo à estação de Perus funciona a grande fábrica de cimento "Perus", ali localizada devido à presença de jazidas de calcários cristalinos da série São Roque.*
Foto do autor — 1947

Aspectos da esculturação na região do Jaraguá e vizinhanças. — É para oeste, noroeste e sudoeste dos últimos esgalhos da Cantareira que se estendem os xistos da série São Roque, ali erodidos tão profundamente a ponto de expor o batólito granítico. O Tietê, desde sua saída de São Paulo, corre sobre uma área granítica por excelência. Seu vale, aliás, é caracteristicamente antecedente e epigênico em todo o trecho da série São Roque.

Sob o ponto de vista da erosão em si, é muito lógico que as áreas onde ocorrem micaxistos, anfibólio-xistos, filitos e calcários na série São Roque tenham sofrido uma erosão bem mais acentuada que as áreas onde aparecem estruturas quartzíticas. Sabemos que, dos quartzitos aos calcários e filitos, há toda uma escala quanto às diferenças de dureza das rochas. No processo de esculturação sofrido pelas estruturas xistosas da série São Roque, o mecanismo da erosão baseou-se inteiramente nisso. Teríamos, portanto, que a heterogeneidade das rochas regionais condicionou certas e determinadas normas de trabalho para com o mecanismo do processo erosivo. Escavou-se mais nas regiões de rochas menos resistentes, contribuindo para o salientamento natural das rochas mais duras, como os quartzitos do Jaraguá (1.135 metros). Coube grande papel, no mecanismo de re-esculturação, aos afluentes do Tietê e à pequena bacia hidrográfica do rio Juqueri, tomada em seu conjunto. Uma ligeira análise do mapa geológico-topográfico evidencia bem esse fato.

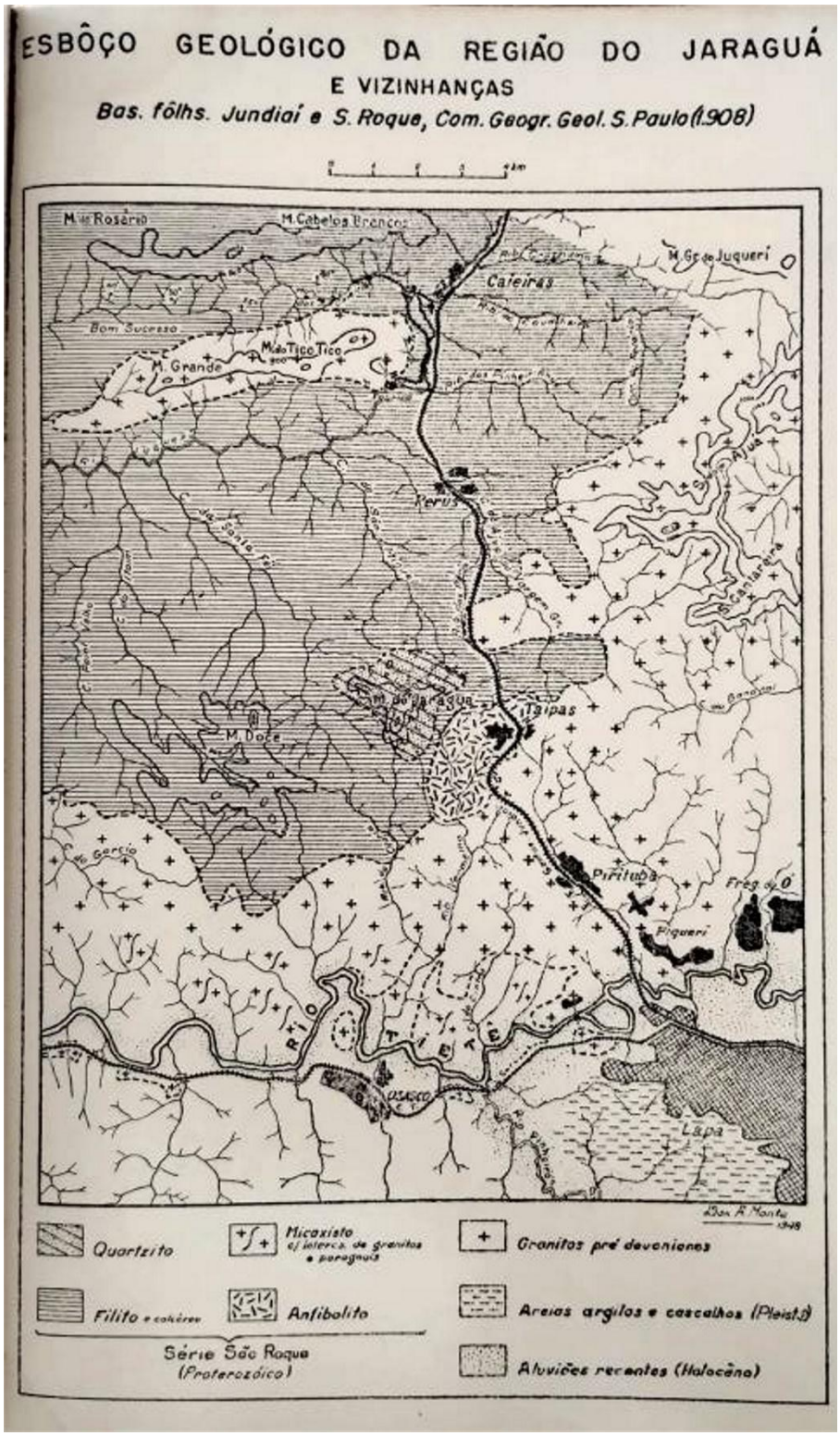
Em todas as áreas onde ocorrem quartzitos ao lado de filitos, micaxistos e calcários na série São Roque, observa-se um acentuado processo de erosão diferencial e uma consequente heterogeneidade de formas de detalhe no relevo. Bastaria lembrar que os topos mais altos e proeminentes do relevo atual desta série, nas proximidades de São Paulo, coincidem exatamente com os afloramentos de rochas quartzíticas (Jaraguá, Pirucaia, Boturuna, Japi, Guaxatuba, Saboó,

etc.). Todos esses pequenos morros ou minúsculas serras, sempre um tanto abruptos e isolados, possuem seus níveis mais altos variando entre 1.100 e 1.200 metros. Note-se, porém, que existem em muitos pontos da série outros morros e pequenas serras relativamente isoladas, que são constituídos de rochas bem diferentes dos quartzitos. Esses morrotes, também salientados pela erosão diferencial, pertencem a bossas desnudas de granitos resistentes (caso do morro do Tico-Tico) ou a pacotes de xistos duplamente consolidados e metamorfizados, devido às intrusões graníticas que se lhes associaram (caso da serra dos Cristais, com seus 1.100 metros). Notável, como sempre, é a constância dos níveis principais de altitudes. Quanto à morfologia intrínseca e seus detalhes, é preciso que se notem, porém, acentuadas diferenças entre os morros quartzíticos e estes últimos. Muito cedo o pesquisador que inicia estudos na série São Roque acostuma-se a identificar a constituição geológica dos morros através dos pormenores de sua topografia.

As regiões quartzíticas de São Roque, como a região granítica da Cantareira e Ajuá e a maior parte das regiões xistosas consolidadas por massas intrusivas, apresentam, hoje, feições de acentuada maturidade, tanto na forma de alguns de seus morros e espigões, como na de alguns de seus vales. Trata-se de um relevo rejuvenescido, entalhado em estruturas petrograficamente muito variadas, resultando em uma topografia semi-montanhosa, localmente denotando feições de maturidade. Em conjunto, apresenta grande variedade de formas, apesar da ação altamente homogeneizadora do clima quente e úmido.

O rejuvenescimento da região, provavelmente devido ao estímulo provocado pela epirogênese positiva pós-eocênica, obrigou a um reinício do ciclo de erosão que vinha de se completar. Julgamos útil lembrar que a maturidade atual, denotada localmente em muitos pontos da série São Roque, é uma espécie de maturidade de regressão de ciclo, se assim podemos dizer. De fato, somente depois da epirogênese positiva pós-cretácea ou pós-eocênica, houve uma reativação do ciclo geomórfico para com toda a extensão da série, implicando numa transição dos caracteres senis, do antigo peneplano regional, para caracteres novos, tipicamente maduros em determinados pontos.

Pode-se dizer que os estágios de maturidade ficaram especialmente ligados às zonas onde ocorrem quartzitos (caso do Jaraguá, Japi, Boturuna, Jaboó e Guaxatuba); assim como, secundariamente, às seções mais proeminentes de batólitos

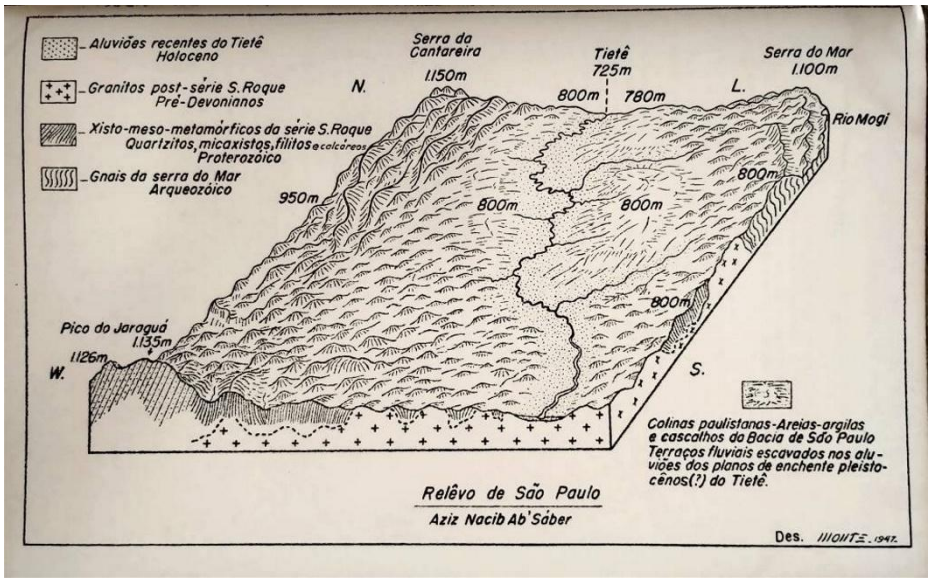

ESBÔÇO GEOLÓGICO DA REGIÃO DO JARAGUÁ
E VIZINHANÇAS
Bas. fôlhs. Jundiaí e S. Roque, Com. Geogr. Geol. S. Paulo (1.908)
M. do Rosário
M. Cabeleira Branco
M. Gr. de Juqueri
Caieiras
Bom Sucesso
M. do Tico Tico
M. Grande
Serra da Água
Cantareira
Taipas
M. Dôce
Pirituba
Freg. do Ó
Piqueri
RIO TIETÊ
Lapa
Quartzito
Micaxisto
Granitos pré devonianos
Filito
Anfibolito
Areias argilas e cascalhos (Pleist.)
Série São Roque
(Proterozóico)
Aluviões recentes (Holocêno)

graníticos (caso da Cantareira e Ajuá) e aos pacotes de xistos duplamente consolidados por intrusivas (caso da Serra dos Cristais).

A região do Jaraguá e seus contrastes morfológicos em face da Serra da Cantareira e das colinas semi-tabulares de São Paulo. Num estudo sobre o relevo da região de Pirituba-Perus; interessa salientar, em primeiro lugar, o fato de esta pequena região do quadrante noroeste da capital paulista representar exatamente a zona onde se processa a transição brusca entre dois tipos de morfologia cristalina bem distintos. Devemos acrescentar, a isso, o fato de esta pequena região constituir uma complexa plataforma do relevo cristalino, semi-montanhoso e rejuvenescido, opondo-se às formas homogêneas das colinas tabulares suavizadas da bacia sedimentar paulistana.

De fato, ali se inicia um relevo bem mais movimentado e multiforme que o das colinas paulistanas e ali se interrompe a continuidade do maciço da Cantareira, através da massa extrema de granitos representada pela serra do Ajuá. Neste sentido, são três os tipos de morfologia que entram em contato e oposição: um de ordem eruptiva (granitos pré-devonianos da Cantareira); outro de ordem metamórfica (xistos da série São Roque, possivelmente proterozóicos); e, um terceiro, de ordem sedimentar (areias, argilas e cascalhos consolidados da bacia de São Paulo, talvez de idade pleistocênica). (graf.II)

A interrupção brusca que o relevo da Cantareira sofre na região de Pirituba-Perus teve um papel importante para o traçado da ferrovia que demanda o nor-noroeste do Estado. Na realidade, foi o pequeno colo existente na região que medeia o Jaraguá e o maciço da Cantareira que possibilitou uma passagem natural para a "Santos-Jundiaí" (foto 14). A "E. F. Sorocabana", na saída de São Paulo, pelo contrário, encontrou, no próprio vale do Tietê, o melhor auxiliar de ordem geográfica para seu traçado.



A serra da Cantareira, apesar de sua gênese até certo ponto bastante individualizada em relação à Mantiqueira, consegue dar expressiva continuidade à morfologia da principal cadei sub-litorânea do les-nordeste paulista. É muito curioso o fato de, geralmente, ter sido afirmado que a Mantiqueira terminava "perto da cidade de São Paulo, sob a denominação de Cantareira". Essa percepção tradicional, embora antiga, possui uma explicação lógica se considerarmos que, além da confusão entre as formas graníticas do extenso batólito exposto da Cantareira com o relevo granítico-gnaissico da Mantiqueira, deve-se levar em conta o extremo paralelismo existente entre as duas regiões montanhosas contíguas. De fato, o perfil e a silhueta granítica da Cantareira, destacando-se logo após as suaves lombadas das colinas paulistanas, lembram a paisagem típica dos paredões da Mantiqueira, nas regiões deprimidas do alto-médio vale do Paraíba.

Não restam dúvidas de que, do ponto de vista morfológico, a continuidade entre as duas regiões montanhosas é das mais perfeitas que se poderia desejar. Somente razões complexas de ordem tectônica e orogênica podem explicar esse fato. Nesse sentido, deve-se lembrar, logo, que os dobramentos ativos nas formações arqueozoicas paulistas não deixaram de ter uma direção geral mais ou menos igual à dos dobramentos posteriores que vieram afetar a série São Roque (sistema de dobramentos nordeste-sudoeste). Isso, apesar de complicar a geomorfogênese das formações criptozoicas, explica, em grande parte, o paralelismo extremado existente entre o eixo dos dobramentos primitivos e as zonas posteriormente fraturadas e falhadas. Também explica a história do encaixe

subsequente, duplamente tectônico, dos rios paulistas do médio e alto Paraíba.

Na realidade, os rios paulistas das bacias superiores do Paraíba e Tietê, com seus vales extremamente paralelos, refletem, segundo tudo leva a crer, uma série de complicações tectônicas, que afetaram o Complexo Brasileiro nas zonas litorâneas e sublitorâneas do Estado de São Paulo. Por sua vez, o paralelismo extremado entre o relevo da Mantiqueira e o do maciço da Cantareira deve-se também ao mesmo sistema de dobras, fraturas e falhas, orientadas de nordeste para sudoeste, existente no dorso do cristalino criptozoico em São Paulo. As fraturas e os deslocamentos por reativação epirogenética, que afetaram as formações graníticas e gnaissicas do arqueozoico, tiveram de fato, ao que parece, prolongamentos para sudoeste; ora dispersando-se na zona dos xistos, ora acompanhando a orientação geral dos dobramentos huronianos. O intemperismo e a erosão tropicais se encarregaram de camuflar, pela esculturação, todo e qualquer detalhe mais flagrante desses grandes fenômenos de ordem tectônica.

O fato apontado por Moacir Rêgo (1933), sobre a continuidade dos eixos de dobramentos das formações arqueanas e proterozoicas, pode atestar, por outro lado, que a geossinclinal onde se dobraram as formações gnaissicas do arqueozoico superior continuou existindo até o proterozoico propriamente dito. O que houve foi apenas uma ligeira migração do eixo de negatividade, após a fase orogênica complexa, responsável pelo dobramento e gnaissificação do arqueozoico superior. A prova disso está em que os sentidos dos esforços predominantes, no dobramento da série São Roque, continuaram a ser quase os mesmos dos dobramentos imediatamente anteriores.

A grande remodelação estrutural, através de fraturas e falhas, reveladas hoje pelas formações criptozoicas paulistas, deve-se ligar, como se sabe, às irregularidades epirogenéticas e tectônicas pós-cretáceas ou pós-eocêntricas, que afetaram a província cristalina do peneplano cretáceo ou eocêntrico. Esta remodelação ou reestruturação é de alguma forma recente e parece ter-se ligado à necessidade de se reestabelecer o equilíbrio isostático na face oriental do continente sul-americano, após o soerguimento da cordilheira andina (LEME, 1930 e 1945) e à fragmentação final da secção afro-brasileira do continente de Gondwana.

Interessa-nos, por ora, fazer as seguintes indagações: Por que se convencionou que a Cantareira é "o esgalho final da Mantiqueira nas regiões próximas à capital paulista"? Ou, formulando o problema de outra maneira: por que a denominação não foi estendida para a área de relevo correspondente à série São Roque?

Ao que parece, a alteração do relevo sofrida pela Cantareira na região de Perus, devido ao surgimento de novas formações estruturais e petrográficas, fez com que, mesmo no reconhecimento popular, não se considerasse o relevo semi-montanhoso, que fica a oeste e sudoeste, como sendo um prolongamento da Mantiqueira. O que contribuiu, portanto, para que não se estendesse mais a denominação de Mantiqueira foram as diferenças muito grandes existentes entre a topografia granítica da Cantareira e a topografia mais variada e heterogênea da série São Roque na região dos filitos, micaxistos, quartzitos, anfibólioxistos e calcários.

Existem, por conseguinte, diferenças expressivas e evidentes nas silhuetas e nas formas gerais do relevo das duas regiões, apesar de sabermos que a Cantareira, por sua petrologia e geomorfogênese, se aproxima e se relaciona diretamente com a história da formação da própria série São Roque. Sabe-se que esta serra corresponde aos afloramentos de um batólito granítico (melhor diríamos, de uma seção de batólito granítico), formado durante o diastrofismo responsável pelo dobramento da série proterozoica (Rico e Santos, 1938, págs. 19, 27 e 35). O trabalho geológico de vários ciclos de erosão, como lembra Morais Rêgo, contribuiu para desnudar quase por completo o primitivo capeamento xistoso encaixante. Hoje, os xistos apresentam-se lateralizando o grande batólito desnudado. Tal foi a intensidade das forças erosivas que, hoje, só se observam as raízes das primitivas dobras isoclinais. Daí a inclinação acentuada que os xistos deixam antever constantemente, em quase todos os pontos onde ocorrem.

Sob o ponto de vista rigorosamente morfológico, já mencionamos que o relevo apresentado pelos filitos, micaxistos e calcários é mais ou menos homogêneo. Todas estas rochas, apesar de se apresentarem em estruturas fortemente inclinadas, possuem uma escultura simples, com um ondulado relativamente suave, onde às vezes se sucedem pequenos planos aluviais em pequenas planícies alveolares características. O intemperismo e a erosão tropicais fizeram com que rochas relativamente diferentes se apresentassem com morfologia homogênea. A inclinação maior ou menor das estruturas quase nada parece ter influído nas formas do relevo. Pode-se dizer, inclusive, que tanto os filitos quanto os micaxistos, calcários, anfibólioxistos e pegmatitos, apesar das diferenças petrográficas existentes entre eles, permanecem, hoje, como já fizemos notar, num nível pouco superior ao dos outeiros e morrotes graníticos de Pirituba ou das lombadas principais da topografia das colinas paulistanas.

O que individualiza o relevo atual da série São Roque são os pequenos blocos quartzíticos, assim como os pacotes de xistos duplamente endurecidos por mais intrusivas e as pequenas bossas

graníticas, que afloram num nível relativamente mais alto que o nível médio dos xistos pouco resistentes. A paisagem morfológica acima do nível médio dos xistos fica, assim, caracterizada por um relevo heterogêneo, onde morros e pequenas serras isoladas (1000-1200 metros de altitude) se destacam sobre o nível médio da topografia, que é de 850-900 metros. Há, por isso mesmo, uma certa dissociação de formas e uma descontinuidade marcante na topografia regional. Os quartzitos dos abruptos e salientes, por seu lado, implicam num contraste significativo em relação às regiões de morfologia tipicamente granítica (caso da Cantareira).

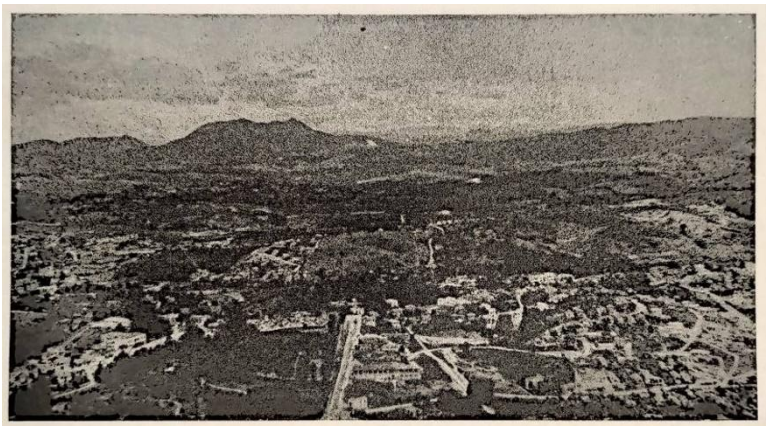


Foto 14 — *Panorama do quadrante noroeste da capital paulista, em fotografia tomada na altura do Piqueri. Notem-se nos primeiros planos, as dispersas terminais da metrópole paulistana no sentido de noroeste, coincidindo com a região de outeiros graníticos da Freguesia do Ó, Piqueri e Pirituba. No primeiro plano, à direita, as lombadas graníticas do Ajuá e Cantareira (1 000-1 100 metros). A esquerda, a silhueta imponente do Jaraguá seguida pelo costado menos ingreme do morro Doce. Entre a Cantareira e o Jaraguá, a zona de transição do batolito granítico em relação aos chistos meso-metamórficos da série São Roque. O colo que marca a transição entre as duas regiões, diferentes petrográfica e morfológicamente, serve de passagem natural para o leito da "E. F. Santos-Jundiaí".*
Foto Paulo Florençano — 1947

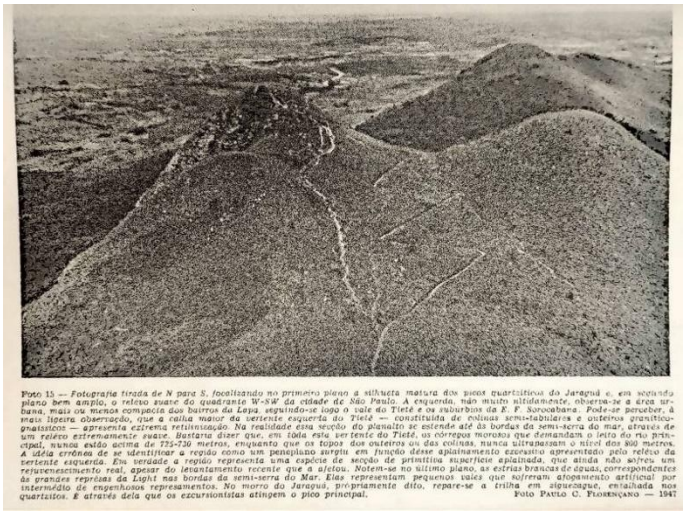


Foto 15 — *Fotografia tirada de N para S, focalizando no primeiro plano a silhueta maiura dos picos quartzíticos do Jaraguá e, em segundo plano bem amplo, o relevo suave do quadrante W-SW da cidade de São Paulo. A esquerda, não muito nitidamente, observa-se a área urbana, mais ou menos compacta dos bairros da Lapa, seguindo-se logo o vale do Tietê e os subúrbios da E. F. Sorocabana. Pode-se perceber, à mais ligeira observação, que a calha maior da vertente esquerda do Tietê — constituída de colinas semi-tabulares e outeiros graníticos gnaissicos — apresenta extrema retilinização. Na realidade essa seção do planalto se estende até às bordas da semi-serra do mar, através de um relêvo extremamente suave. Bastaria dizer que, em tôda esta vertente do Tietê, os córregos morosos que demandam o leito do rio principal, nunca estão acima de 725-730 metros, enquanto que os topos dos outeiros ou das colinas, nunca ultrapassam o nível dos 850 metros. A idéia errônea de se identificar a região como um peneplano surgiu em função desse aplainamento excessivo apresentado pelo relêvo da vertente esquerda. Em verdade a região representa uma espécie de seção de primitiva superfície aplainada, que ainda não sofreu um rejuvenescimento real, apesar do levantamento recente que a afetou. Notem-se no último plano, as estrias brancas de águas, correspondentes às grandes represas da Light nas bordas da semi-serra do Mar. Elas representam pequenos vales que sofreram afogamento artificial por intermédio de engenhosos represamentos. No morro do Jaraguá, propriamente dito, repare-se a trilha em zigue-zague, entalhada nos quartzitos. E através dela que os excursionistas atingem o pico principal.*
Foto Paulo C. Florençano — 1947

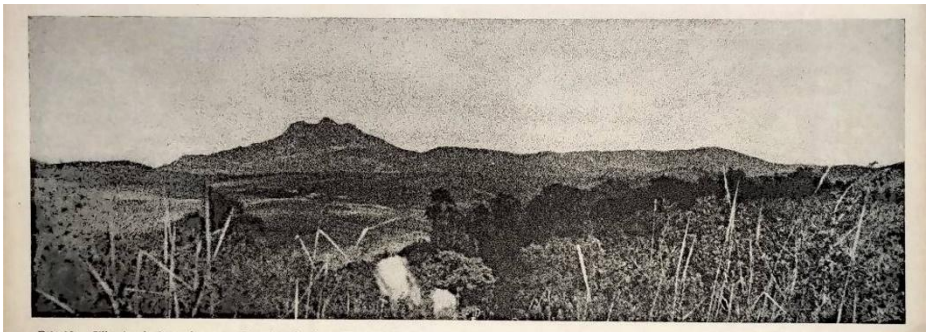


Foto 16 — *Silhuetas do Jaraguá e morro Doce tomadas de N-NE para S-SW. Fotografia tirada da região dos granitos e pegmatitos dos arredores de Perus, abrangendo os três níveis mais característicos do relêvo. No primeiro e segundo planos a topografia dos filitos, micaxistos e granitos, variando entre 750 e 900 metros. Notam-se aí vestígios de uma ocupação mais efetiva dos solos (arredores de Taipas). A "Santos-Jundiaí" ganha o relêvo da série São Roque, aproveitando-se dessas zonas de topografia menos pronunciada. O Jaraguá com seus quartzitos representa o nível mais elevado (1 100 metros) e menos contínuo do relêvo. Note-se que fotografias tiradas dêsse ângulo dão-lhe na realidade um aspecto aparente de monadnock. No texto de nosso trabalho discutimos êsse problema. A pequena serra, de tôpo mais ou menos retilinizado, que se observa à direita (morro Doce), é constituída de filitos e possui um nível geral variando entre 950 e 1 000 metros. Pode-se dizer que acima dêsse nível não se encontram ocorrências de filitos e micaxistos no relêvo atual da série São Roque. Assim mesmo, as poucas serras de filitos a alcançarem 900-1 000 metros, correspondem a pacotes de xistos consolidados por intrusivas graníticas.*

Foto do autor — 1947

Por último, resta-nos observar que os morros quartzíticos da série São Roque, como alguns outros, também salientes na região, constituídos de outras rochas (seções de batólito granítico ou pacotes de xistos reconsolidados por intrusivas), conseguem delimitar e demonstrar, mais ou menos, o nível relativo do primitivo peneplano dos fins do Cretáceo ou do Eoceno. Para muitos pesquisadores, a linha de seus topos (hoje variando entre 100 e 1250 metros) marcaria a superfície geral do aplainamento dos fins do Mesozoico e inícios do Cenozoico (superfície das cristas médias, de De Martonne). Por nosso turno, achamos que, já no peneplano eocênico, as atuais regiões quartzíticas da série São Roque constituíam saliências pronunciadas, verdadeiros restos de montanhas, sobressaindo-se de 150 a 250 metros em relação ao nível geral da topografia. Estudos morfológicos, por nós realizados em diversos pontos da série São Roque, levam-nos a pensar assim. De qualquer forma, porém, achamos que os picos e montes quartzíticos da série São Roque constituem acidentes de relevo de excepcional valor geomorfológico, pelo fato de nos sugerirem níveis de erosão antigos da região. Daí sua importância ímpar para a geomorfologia de São Paulo, fato que tanto Morais Rêgo como Emmanuel de Martonne tão bem souberam perceber.

BIBLIOGRAFIA

MARTONNE, Emmanuel De. (1943-1944). Problemas morfológicos do Brasil tropical atlântico. Revista Brasileira de Geografia, Ano V, Nº 4 e Ano VI, Nº 2 (tradução portuguesa de artigos publicados nos "Annales de Géographie" 1940).

MAME, John. (1944). Viagens ao interior do Brasil, Principalmente aos distritos do ouro e dos diamantes. Rio de Janeiro. (Tradução de Selena Benevides Viana da Edição inglesa de 1812, Anotações de Cláudio Ribeiro Lessa).

RINO, Luís Flores de Morais. (1932). Notas sobre geomorfologia de São Paulo e sua gênese. São Paulo.
— (1933). Contribuição ao estudo das formações pré-devonianas de São Paulo. São Paulo.
IGLO, F. L. de Morais e SANTOS, T. D. de Sousa. (1938). Contribuição para o estudo dos granitos da serra da Cantareira. Boletim 18 do Instituto de Pesquisas e Estudos Geológicos de São Paulo, junho de 1938.
WASHBURNE, Chester W. (1939). Geologia do Petróleo do Estado de São Paulo. (Tradução anotada de João Pacheco). Rio de Janeiro, edição do D.N.P.M.
Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. (1908). Folhas de Itu e São Roque (1900-1908).
Fotografias adicionais (1947) devidas ao fotógrafo amador PACUÊ FLORENÇANO e ao aviador Dr. THIAGO RAVENDE.

NOTAS DE RODAPÉ

1 Note-se que a tabularidade das colinas paulistanas é muito camuflada pela ação complexa do clima quente e úmido. Podemos denominá-las colinas tabulares suavizadas na acepção de Davis, ou colinas semi-tabulares, para usar uma expressão simples e de alguma forma cômoda.

2 Esse pico, que é o primeiro a ser atingido pelas trilhas comuns, possui l.126 m, enquanto o segundo pico, mais central, possui 1.135 m.

3 Casos dos filitos duplamente consolidados do morro Doce (1.000 metros) dos granitos do Ajuá e morro do Tico-Tico (1.000-1.100 metros).

4 Os quartzitos de Pirucaia (1.170 metos) estão encaixados diretamente na massa dos granitos da Cantareira, a NE da capilal paulista. Neste sentido, constituem curiosa exceção. Apresentam, apesar disto, altiudes equivalentes às dos outros morros, (Ver MORAIS REGO e SOUZA SANTOS sôbre a Cantareira).

5 Sôbre o asunto rever os estudos de MORAIS REGO relacionado às formações pré-devonianas de São Paulo (1983, 1938). A secção geológica Jaraguá-Serra dos Cristais, feita por M. REGO e contida no primeiro dos tralballos citados (1993), ilustra suficientemente os fatos a que aludimos.

LEGENDAS

FOTO 1 – A silhueta clássica do pico do Jaraguá, tal como o paulistano a vê de qualquer ponto mais elevado da cidade. À esquerda do Jaraguá (zona de quartzitos) estende-se em nível mais baixo, o morro Doce, esculpido em um fácies de xistos e filitos menos resistentes. No primeiro plano, a parte baixa da Casa Verde, um dos bairros da margem direita do Tietê. Notem-se os trechos já retificados do velho Anhembi e os extensos terrenos recuperados com as grandes obras ali realizadas. Fábricas muito recentes já se fazem notar em alguns pontos dos terrenos reconquistados.

Foto 2 – Silhuetas características dos outeiros graníticos de Pirituba (750-850 metros). As extensas plantações de eucaliptos que se vêem no segundo plano pertencem à Companhia Melhoramentos. Note-se o costado proeminente do Jaraguá no último plano. Foto do Autor - 1948

Foto 3 - Outeiros graníticos na região da Freguesia do Ó e Piqueri (margem direita do Tietê, extremo noroeste da capital paulista). O povoamento aqui, por muito tempo, esteve restrito à Freguesia do Ó, nos últimos anos está se estendendo em direção a Pirituba, acompanhando o eixo da estrada municipal que dali se dirige. Nasceram assim novos bairros de povoamento muito espaçosos: Jardim Barreto, Piqueri, Palmeiras, Pereira Barreto e Barreto. Esse povoamento recente, implica em dizer que a cidade de São Paulo, mediante sua expansão enorme, já começou a sair da região das colinas semi-tabulares e penetrar na zona dos outeiros graníticos, em algumas áreas. Foto do autor 1948

Foto 4 - Região de povoamento muito recente ao longo da estrada municipal Piqueri-Freguesia do Ó. A preferência pelos altos é patente na localização do habitat, tal como já se fez notar no povoamento das colinas semi-tabulares, desde os primeiros tempos. A maioria dos habitantes da região trabalha na Lapa ou mesmo na Cidade, exercendo ocupações diversas; operários, funcionários, pequenos negociantes, etc. Bairros de população relativamente pobre.

Foto 5 - Outro aspecto de povoamento recente nos outeiros graníticos. Região do Piqueri e Palmeiras. Note-se que apesar das pequenas habitações tomarem todo o costado do pequeno outeiro, desde o vale onde passa a "Santos-Jundiaí", até o topo do relevo, o povoamento não tem nada a ver com a estrada de ferro; é mais um fruto da expansão dos bairros da margem direita do Tietê, que desde a Freguesia do Ó, estão saltando de outeiro a outeiro. A estrada municipal que demanda Pirituba, passa no alto do pequeno espigão que se vê na fotografia; foi ela a principal propulsora do povoamento na região.

Foto 6 - Outeiros graníticos parcialmente arrasados entre Piqueri, Vila Anastácio e Pirituba.

Fotos 7, 8 e 9 - Detalhes da decomposição esferoidal no granito de Pirituba, Matucões observados na região da fotografia número 6. Fotos do autor - 1948.

Foto 10 - Aspectos dos quartzitos que formam paredões desnudos em uma das faces do pico principal do Jaraguá (face Oeste-Sudoeste). As estruturas quartzíticas apresentam-se, às vezes, quase sem nenhum revestimento edáfico ou botânico. Na fotografia podem ser percebidos facilmente os detalhes dos planos de clivagem (inclinação 85° NE) e os processos de fragmentação e clivagem. A orientação das estruturas, neste ponto, é de Norte para Sul. Notem-se as poucas manchas de matas, que sobrevivem

nesta região e os solos de remanescente ácido. Foto de Paulo Florençano - 1947.

Foto 11 - O Jaraguá com seus picos dispostos sob a forma de um dentilhado assimétrico, denotando fácies ilusórias de hogback. Ao fundo, as grandes pedreiras de quartzito da SAMBRA. No último plano, o relevo da série São Roque com algumas de suas feições típicas: pequenos morros isolados com certa retificação de topos, descontinuidade de formas, etc. No primeiro plano da fotografia, observa-se bem, a ocupação mais ou menos satisfatória das encostas do Jaraguá na região de Taipas. Além disso, a presença de solos derivados de anfibolitos e solos de planícies aluviais mais ou menos ricos, possibilitou uma pequena agricultura de caráter muito regional. Notem-se as extensas matas que ainda revestem as encostas do morro quartzítico até uma altura correspondente a 900-950 metros. Depois desse nível, uma cintura mais ou menos esbranquiçada denota os afloramentos de quartzito. O contraste morfológico entre o Jaraguá e os morros de filitos e anfibolitos que o rodeiam também é digno de nota. Foto de Paulo Florençano - 1947.

Foto 12 - Fotografia tirada de Sudeste para Nordeste, abrangendo toda a extensão da pequena serra isolada de quartzitos. Note-se que apesar das rochas que a conformam, o Jaraguá possui um acentuado perfil principal, com aquele afunilado dissimétrico que predomina principalmente em suas encostas. Se buscarmos descrever o objeto de nosso trabalho, revela um tanto mais a morfologia quartzítica. Pode-se individualizar as vertentes que dão extensão para as matas secundárias que ainda recobrem as encostas do primeiro plano (filitos e anfibolitos). De quando em vez, porém, existem arbustos e vegetação arbustiva em áreas mais escarpadas do morro e árvores mais suaves e densas nos vales menos elevados, lançando diásporas para o alto, acompanhando as vagas de quartzitos.

Foto 13 - A serra do Afuá em vista tomada da estação de Perus. Os granitos desse maciço pertencem à mesma massa do batólito desnudado da Cantareira. O Afuá possui altitudes que variam entre 950 e 1.100 metros. Perus, o lugarejo que se observa no primeiro e segundo planos da fotografia, em vista parcial, é constituído por uma série de pequenos blocos de casas espalhados pelas contraencostas dos morros que o dominam. Ao centro, possui várzeas cultivadas. Em seus arredores, existe uma curiosa zona de mineração ligada à exploração do caulim. Vêem-se na fotografia acima, os grandes rasgões deixados pelas pedreiras de caulim, nas encostas próximas ao Afuá. Próximo à estação de Perus funciona a grande fábrica de cimento "Perus", ali localizada devido à presença de jazidas de calcários cristalinos da série São Roque. Foto do autor - 1947.

Foto 14 - Panorama do quadrante noroeste da capital paulista, em fotografia tomada na altura do Piqueri. Notem-se nos primeiros planos, as expansões terminais da metrópole paulistana no sentido noroeste, coincidindo com a região de outeiros graníticos da Freguesia do Ó, Piqueri e Pirituba. No primeiro plano, à direita, as lombadas graníticas do Ajuá e Cantareira

(1.000-1.100 metros). À esquerda, a silhueta imponente do Jaraguá seguida pelo costado menos íngreme do morro Doce. Entre a Cantareira e o Jaraguá, a zona de transição do batólito granítico em relação aos filitos meso-metamórficos da série São Roque. O colo que marca a transição entre as duas regiões, diferentes petrográfica e morfologicamente, serve de passagem natural para o leito da "E. F. Santos-Jundiaí". Foto Paulo Florençano - 1947.

Foto 15 - Fotografia tirada de Norte para Sul, focalizando no primeiro plano a silhueta majestosa dos picos quartzíticos do Jaraguá e, em segundo plano, o relevo suave do quadrante Oeste-Sudoeste da cidade de São Paulo. À esquerda, não muito nitidamente, observa-se a mancha, mais ou menos compacta dos bairros da Lapa, seguindo-se logo o vale do Tietê e os subúrbios da E. F. Sorocabana. É possível perceber, à mais ligeira observação, que a calha maior da vertente esquerda do Tietê é constituída de colinas semi-tabulares e outeiros graníticos muito irregulares - apresentando extrema retilinização. Na realidade, essa seção do planalto se estende até às bordas da serra do mar, através de um relevo extremamente suave. Basta dizer que, em toda essa vertente do Tietê, os córregos que denodam o leito do rio principal, nunca estão a menos de 725-730 metros, enquanto que os topos dos outeiros ou das colinas, nunca ultrapassam o nível dos 800 metros. A ideia errônea de se identificar a região como um peneplano surgiu em função desse aplainamento excessivo apresentado pelo relevo da vertente esquerda. Em verdade, a região representa uma espécie de seção de primitiva superfície aplainada, que ainda não sofreu um rejuvenescimento real, apesar do levantamento recente que a afetou. Notem-se no último plano, as estrias brancas das águas, correspondentes às grandes represas da Light nas bordas da serra do Mar. Elas representam pequenos vales que sofreram afogamento artificial por intermédio de engenhosos represamentos. No morro do Jaraguá, propriamente dito, repare-se na trilha em ziguezague, entalhada nos quartzitos. É através dela que os excursionistas atingem o pico principal. Foto Paulo C. Florençano - 1947.

Foto 16 e seguintes - Silhuetas do Jaraguá e morro Doce tomadas de Norte-Nordeste para Sul-Sudoeste. Fotografia tirada da região dos granitos e pegmatitos dos arredores de Perus, abrangendo os três elementos característicos mais do relevo. No primeiro e segundo planos, a topografia dos filitos, micachistos e granitos, variando entre 750 e 900 metros. Notam-se aí vestígios de escarpas. O efeito dos solos (arredores de Taipas). A "Santos-Jundiaí" ganha o relevo da série São Roque, aproveitando-se dessas zonas de topografia menos pro - na realidade, um aspecto com seus quartzitos representa o nível mais elevado (1.100 metros) e menos contínuo do relevo. Note-se que fotografias tiradas desse ângulo dão-lhe na direita (morro Doce), aparência de monadnock. No texto de nosso trabalho discutimos esse problema. A pequena serra, de topo mais ou menos retilinizado, que se observa à base de filitos e constituída de filitos e micachistos e possui um nível geral variando entre 950 e 1.000 metros.

Pode-se dizer que acima desse nível não se encontram ocorrências de micachistos no relevo atual da série São Roque. Assim mesmo, as poucas serras de filitos a alcançarem 900-1.000 metros, correspondem a pacotes de chistos solidados por intrusivas graníticas. Foto do autor.

Selecionado em: 06 de junho de 2024
Revisado e formatado em: 25 de junho de 2024
Aprovado em: 02 de setembro de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3609

Como citar:
AB'SABER, A. N. GEOMORFOLOGIA DA REGIÃO DO JARAGUÁ, EM SÃO PAULO. **Terra Livre**, São Paulo, ano 39, v.1, n.62, jan.-jun. 2024, p. 46-72. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3609. Acesso em: dia/mês/ano.

O SÍTIO URBANO COMO CONCEITO ANALÍTICO NA OBRA DE AB'SABER. O PASSADO E O PRESENTE DA CIDADE DE PORTO ALEGRE (RS)

THE URBAN SITE AS AN ANALYTICAL CONCEPT IN AB'SABER'S WORK. THE PAST AND PRESENT OF THE CITY OF PORTO ALEGRE (RS)

EL SITIO URBANO COMO CONCEPTO ANALÍTICO EN EL TRABAJO DE AB'SABER. EL PASADO Y PRESENTE DE LA CIUDAD DE PORTO ALEGRE (RS)

Dirce Maria Antunes Suetergaray
Universidade Federal da Paraíba
dircesuerte@gmail.com

Resumo:
Em homenagem ao centenário de nascimento do prof. dr. Aziz Nacib Ab'Saber, escolheu-se, a partir do conjunto de sua obra, um texto escrito por ele nos anos 1960, em que trata dos limites do sítio urbano de Porto Alegre, indicando as vantagens estratégicas iniciais e os limites de expansão da cidade. Promove-se uma análise comparativa entre as considerações sobre este sítio, que, em seus escritos, o autor definia como complexo, e a situação de cheia vivida pela cidade em 2024. Esse resgate busca, através da análise do sítio urbano de Porto Alegre, relacionar as áreas susceptíveis a alagamentos, indicadas nos anos 1960, ao episódio de cheias ocorrido em maio de 2024 no Rio Grande do Sul, trazendo à atualidade uma obra clássica da Geografia, que expressa tanta relevância, em reconhecimento a sua produção na e pela ciência geográfica brasileira.

Palavras-chave: Aziz Nacib Ab'Saber, sítio urbano, cidade de Porto Alegre.

Abstract
In honor of the centenary of the birth of Prof. Dr. Aziz Nacib Ab'Saber, a text written by him in the 1960s was chosen from his entire body of work, in which he discusses the limits of the urban site of Porto Alegre, indicating the initial strategic advantages and the limits of the city's expansion. A comparative analysis is made between his considerations on this site, which he defined in his writings as complex, and the flood situation experienced by the city in 2024. By analyzing the urban site of Porto Alegre, this rescue seeks to relate the areas susceptible to flooding, indicated in the 1960s, to the episode of flooding that occurred in May 2024 in Rio Grande do Sul, bringing to the present a classic work of Geography that expresses so much relevance, in recognition of its production in and by Brazilian geographic science.

Keywords: Aziz Nacib Ab'Saber. Urban site. City of Porto Alegre.

Resumen
En homenaje al centenario del nacimiento del Prof. Dr. Aziz Nacib Ab'Saber, se escogió, de entre toda su obra, un texto escrito por él en la década de 1960, en el que discute los límites del emplazamiento urbano de Porto Alegre, indicando las ventajas estratégicas iniciales y los límites de la expansión de esta ciudad. Se realiza un análisis comparativo entre sus consideraciones sobre este emplazamiento, que definió en sus escritos como complejo, y la situación de inundación que la ciudad vive en 2024. A través del análisis del sitio urbano de Porto Alegre, este rescate busca relacionar las áreas susceptibles de inundación, indicadas en la década de 1960, con el episodio de inundación ocurrido en mayo de 2024 en Rio Grande do Sul, trayendo a la actualidad una obra clásica de la Geografía, que tanta relevancia expresa, en reconocimiento a su producción en y por la ciencia geográfica brasileña.

Palabras clave: Aziz Nacib Ab'Saber. Sitio urbano. Ciudad de Porto Alegre.

É preciso lembrar que ninguém escolhe o ventre, a localização geográfica, a condição socioeconômica e a condição cultural para nascer. Nasce onde o acaso determinar. Por isso, temos que cuidar de todos aqueles que estão em todos os recantos deste planeta.
Aziz Ab'Saber

Sua família vivia em Cafaras (aldeias) localizadas nas regiões agrícolas do Líbano. Impulsionado pelo convite de Dom Pedro II a todos os libaneses para morarem no Brasil, o avô de Aziz e seu tio Nagib viram no país a oportunidade de crescimento e migraram para o Ocidente.
Em entrevista com Aziz Ab'Saber[1]

Nesse texto, que escrevo em homenagem ao centenário do nascimento do mestre Aziz Nacib Ab'Saber, reflito sobre sua intensa e diversificada obra, para decidir sobre qual temática abordar neste momento. Devido às circunstâncias vividas neste mês de maio de 2024, com as cheias no Rio Grande do Sul e, em extensão, em Porto Alegre, achei por bem me deter na leitura de seu clássico texto *O sítio urbano de Porto Alegre: estudo geográfico*, publicado em 1965. Resgato este texto, para indicar a preocupação de Ab'Saber (1956) com o conceito de sítio, que se articula aos processos de assentamento de cidades, preocupação geográfica que se expressa, desde sua tese de doutorado, construída em 1956.

[1] Entrevista Especial com Ab'Sáber: a trajetória de sua família. Ter, 13/03/2012. https://icarabe.org/index.php/cadernos-icarabe/entrevista-especial-com-absaber-a-trajetoria-de-sua família

A retorno a este texto busca estabelecer uma leitura feita por Ab'Saber ainda nos anos 1960 sobre os limites de um sítio urbano complexo, conforme seus escritos, e o episódio de cheias ocorrido neste mês de maio de 2024 no Rio Grande do Sul de forma ampla, atingindo catastroficamente inúmeras cidades do estado, entre elas a capital Porto Alegre.

O conceito de sítio, central nos estudos de Geografia Urbana clássica, foi sendo esquecido, de certa forma, sobretudo com as renovações da Geografia nos anos 1970, seja no âmbito da Geografia Quantitativa, seja no âmbito da Geografia Crítica, fato também perceptível na produção da Geografia contemporânea. O sítio, como receptáculo da cidade ou lugar primordial dos assentamentos populacionais, não deixado ao esquecimento, seria relevante para o entendimento da organização e/ou da produção da cidade, no entanto, com o advento da problemática ambiental, esse conceito retorna de certa forma, reinterpretado como áreas vulneráveis da ocupação urbana, consistindo objeto de exame no âmbito das análises de risco ambiental.

É a partir desta questão que, em tributo ao professor Ab'Saber, resgato seus estudos. Sua preocupação com os sítios, em que se assentam as cidades brasileiras, compõe objeto de seus trabalhos. Assim, à luz dos acontecimentos climáticos que promoveram a atual catástrofe ambiental no Rio Grande do Sul, pensar sobre o sítio urbano de Porto Alegre e, além dele, sobre os das 471 cidades do estado afetadas pelas inundações, do total de 497 municípios/cidades que compõe a malha urbana do estado, é um exercício desafiador, sem dúvida.

Os estudos de Ab'Saber sobre sítios urbanos estão concentrados sobretudo na década de 1960 (Ab'Saber, 1961, 1965,

1966, 1969, 1970, 1975), ainda que, nos anos 1950, antes mesmo de seu doutoramento, tenha publicado textos, referentes às cidades, estudando Paulistânia e Salvador (1952). Sua obra revela, também, investigações sobre sítios urbanos em uma publicação de 1996, abrangendo uma tipologia de espaços urbanos inundáveis, por ocasião de grandes chuvas.

Na epígrafe de seu artigo publicado no Boletim Paulista de Geografia, sob editoração da AGB-SP, lê-se:

> Problema dos mais importantes na geografia das cidades, o estudo dos tipos de sítio que asilam os organismos urbanos brasileiros ainda não foi levado muito a sério pelos que cuidam da ciência geográfica entre nós. Daí a importância que vemos no presente trabalho, cujo autor, professor do Departamento de Geografia da USP e sócio efetivo da A.G.B, além de especialista no assunto, pois sua tese de doutoramento versa sôbre o "Sitio da Cidade 'de São Paulo", é também o pioneiro de tais estudos no Brasil (Ab'Saber, 1965, p. 3).

Ab'Saber, além de ser o pioneiro a fazê-lo, foi o geógrafo brasileiro que mais se dedicou a estudar sítios urbanos. Em relação a Porto Alegre, ao referir suas condições de localização, em comparação a outras aglomerações urbanas brasileiras de meados do séc. XX, considerava que raras seriam as cidades que apresentariam um sítio urbano tão complexo e diversificado. O autor admitia que Porto Alegre, assim como outras cidades que estudou, guardava um sem-número de problemas, derivados especificamente de seu sítio, indicando a contradição entre a excepcional originalidade, em particular considerando os objetivos desta escolha, à época de sua fundação, e os problemas urbanos herdados, como circulação interna, inorganicidade de traçados,

estrangulamentos, limitações no crescimento de alguns de seus núcleos essenciais, entre outros tantos fatos.

Para Ab'Saber, a complexidade do sítio de Porto Alegre advinha do fato deste estar no entrecruzamento de diferentes compartimentos geomorfológicos: "Na realidade, trata-se de uma área relativamente complexa, onde estão presentes trechos do escudo sul-riograndense, da depressão periférica gaúcha, do fundo da planície costeira e da planície lagunar (Ab'Saber, 1965, p. 5)

Ao descrever o sítio de Porto Alegre, o teórico dirige seus esforços à caracterização do sítio inicial, que se vincula ao que denominou promontório (na cidade, reconhecida como Ponta da Cadeia), um dos inúmeros pontais que margeiam o Guaíba, pela sua borda esquerda. Ab'Saber justifica sua análise, deixando de lado o arquipélago que constitui o Delta do Jacuí e a várzea do Gravataí, por serem espaços a urbanizar ou terrenos de ocupação imediata muito problemáticos. Nesse sentido, Ab'Saber já antevia os problemas que a expansão urbana para estas áreas acarretaria a seus moradores.

Passados 60 anos, temos estas áreas ocupadas e apresentando grandes problemas de infraestrutura, além de evidentes convivências desastrosas com cheias, cuja mais emblemática, após 1941, ocorreu neste ano de 2024.

Em relação às ilhas do Delta do Jacuí, ainda que tenham sido historicamente ocupadas por povos indígenas, elas abrigaram pescadores artesanais e ribeirinhos à continuidade, populações que sempre sofreram com cheias e, em parte, conviveram com elas, através de construções de casas na forma de palafitas. Entretanto, essa ocupação foi se transformando e se complexificando: ampliaram-se os usos dos espaços das ilhas, culminando em

ocupações por moradores das classes altas porto-alegrenses, que encontraram na beleza cênica das suas margens e no acesso de seus barcos ao Guaíba os lugares ideais para construções de residências de alto padrão, a despeito dos fatos de que as ilhas sejam de propriedade militar (da Marinha do Brasil) e estejam inseridas em uma área de preservação, o Parque Estadual Delta do Jacuí, instituído pelo Decreto n.º 24.385, de 14 de janeiro de 1976.

Enfim, as pressões sobre este espaço e sobre os ilhéus pescadores artesanais e ribeirinhos, dadas por fatores, como construções de moradias de alto padrão, atividades variadas no setor de serviços e outros, levaram a mudanças de legislação, tornando parte do Parque uma APA, a partir do Decreto n.º 44.516, de 29 de junho de 2006, que regulamentou a Lei n.º 12.371, de 11 de novembro de 2005, e criou a Área de Proteção Ambiental Estadual Delta do Jacuí e o Parque Estadual Delta do Jacuí.

Em relação ao sítio de Porto Alegre, Ab'Saber direciona seus estudos ao lugar que serve de espaço de fundação de Porto Alegre e a suas áreas de expansão, assim se referindo, à época:

> [...] se observa os sucessivos promontórios da ribeira alta do Guaíba, e se medita sobre a posição daquele, dentre eles, que serviu de primeiro sítio para o aglomeramento dos meados do século XVIII, persistindo até hoje como área central da cidade, atinge-se o delicado ponto de interseção, onde os problemas de sítio e de posição geográfica se superpõem. E' bem evidente que o ponto de amarração insuperável em que a cidade se apoiou foi o último e o mais interior dos salientes promontórios fluviais de ribeira alta do Guaíba. Outros, similares, se estendiam mais para o sul e sul-sudoeste, mas aquêle que foi o preferido e recebeu a atenção especial dos engenheiros coloniais encarregados do arruamento da cidadezinha embrionária, foi exatamente o que ficava a cavaleiro, a um tempo, do fundo do velho estuário do Guaíba e da planície deltáica,

> labiríntica e submersível do Jacuí (Ab'Saber, 1965, p. 12).

As estratégias para deslocamento da capital da província de Viamão (1765-1773) para Porto Alegre revelam uma ótima escolha na leitura de Ab'Saber, considerando os objetivos estratégicos do Brasil colonial.

> A mudança da capital de Viamão para um promontório estratégico, situado nos confins interiores da beirada alta do Guaíba — que correspondia ao fundo de um largo e vistoso estuário residual, e, ao princípio de uma série de canais deltáicos — obedeceu a um excelente critério de escolha de sítio e posição, que deve ser contabilizado historicamente a favor dos administradores e engenheiros coloniais que operavam na América portuguêsa (Ab'Saber, 1965, p. 13).

Esse sítio estratégico é demonstrado por Jean Roche e corroborado por Ab'Saber como um ambiente que tem sua origem na condição portuária, visando a conexão entre as navegações marítima e fluvial e, dessa forma, conseguindo adentrar nas áreas mais continentais da província, conjugado a um sítio de defesa, que protegeu Porto Alegre dos conflitos com espanhóis e com revolucionários farroupilhas (a Guerra dos Farrapos (1835-1845).

Em outra linha de observação, Ab'Saber faz referência ao promontório da Ponta da Cadeia e à disposição dos arruamentos, criticando a rigidez do traçado das ruas, características do ordenamento português.

> Foi Porto Alegre outra vítima do estilo hipodâmico, uma vez que não consideraram a topografia característica local e promoveram um arruamento retangular, dominantemente em tabuleiro de xadrez (estilo grosso modo hipodâmico), aplicado indistintamente a qualquer

> tipo de topografia do país. Nesse sentido, Porto Alegre, em sua porção central original, relativamente acidentada, foi mais uma das grandes vítimas da rigidez e da falta de adaptação funcional c de flexibilidade do planejamento urbano colonial luso-brasileiro, em relação às condições topográficas específicas de sítio urbano (Ab'Saber, 1965, p. 16).

Considerava Aziz que, sendo o sítio original de Porto Alegre um promontório, esse seria um espaço particularmente favorável à inovação urbanística, com uma adaptação mais funcional da estrutura urbana às condições do relevo local em contraposição ao plano em tabuleiro de xadrez.

> Foram ao todo, uma dezena de quarteirões, em que as ruas longitudinais ao eixo do promontório ficaram na posição horizontal, enquanto as ruas transversais se traduziram por ladeiras, de diversos graus de declividade — algumas com lances ou setores muito íngremes (Ab'Saber, 1965, p. 21).

O texto divulgado em 1965 é revelador das vantagens iniciais da escolha do sítio, em relação a sua situação geográfica, mas expressa, sob diferentes ângulos, as limitações deste mesmo espaço. Faz referência às iniciativas urbanísticas de integração da cidade, que crescia de um lado e de outro do promontório, da região portuária ao largo da avenida Duque de Caxias, seguindo o topo do espigão (promontório), com as aberturas de avenidas, com a construção do viaduto da Borges de Medeiros e edificações feitas sobre aterros, a exemplo da antiga região da avenida Praia de Belas.

Nessa breve análise, deter-nos-emos no que Ab'Saber já havia identificado nos anos 1960, no subitem, destacado, de seu artigo "Problemas urbanos: terras e águas na região de Pôrto

Alegre". Nesse tópico, aqui recortado, tem-se o dimensionamento mais cabal da complexidade do sítio de Porto Alegre, no qual Ab'Saber se refere às ilhas do Delta do Jacuí e às terras baixas do norte da cidade, incluindo os bairros ao norte e os municípios de Canoas e de São Leopoldo, colocando o que segue:

> Um dos mais graves problemas urbanos da Metrópole gaúcha está relacionado com o caráter de "ilha" topográfica que incide sobre o maciço de Pôrto Alegre. Na verdade, o pequeno conjunto de morros e patamares graníticos que formam o chamado maciço de Pôrto Alegre está insulado por terras baixas submersíveis, águas correntes e massas d'águas um tanto represadas, por todos os seus quadrantes. A saber: ao norte pelas planícies de inundação do Gravataí, a leste pela área de lagunas e banhados da planície costeira gaúcha, a oeste-sudoeste pelo delta do Jacuí, e, ao sul-sudoeste pelo velho estuário do Guaíba cuja largura em muitos trechos ultrapassa a própria largura média do rio Amazonas. Atrás do maciço cristalino regional reúnem-se — em notável coalescência hidrográfica — todas as águas provindas do Planalto e da Serra, assim como, da Depressão Central e de trechos do Planalto Uruguaio Sulriograndense, através do baixo Jacuí. Apenas, o Guaíba dá escoamento lento a todas essas massas de águas doces, as quais são despejadas no setor norte da Lagoa dos Patos, antes de escoarem para o Atlântico, através da barra de Rio Grande. Compreende-se que, com tantos e sucessivos elementos de retenção, a região de Porto Alegre fique à mercê de cheias e inundações frequentes. E' de se compreender que nos bairros populares, construídos em plena planície de inundação (backswamps) os efeitos sociais e sanitários das inundações adquirem um caráter de calamidade pública. Sob ondas de frio açoitantes, associadas a fortes chuvas e vento, as enchentes castigam sobretudo as camadas mais pobres da população gaúcha forçando-as a uma verdadeira "retirada" para abrigos públicos provisórios (armazéns do porto, hospitais em construção), em condições as mais dramáticas e desoladoras. Desta forma, um processo climático e

> hidrológico espasmódico — e até hoje imprevisível — recai sobre a constelação de bairros pobres estabelecidos em sítios desadequados e tecnicamente condenados. Em algumas cidades satélites da região de Pôrto Alegre, tal como é sobretudo o caso de São Leopoldo, as enchentes atingem praticamente toda a comunidade. O mesmo, em parte, ocorre em Esteio e Canoas. E, se às fortes chuvas e inundações acrescentam-se acidentes graves em outros setores do frágil equipamento da circulação terrestre gaúcha (queda de pontes, escorregamentos de aterros e cortes), pode haver um colapso momentâneo de toda a vida económica da maior parte do Estado do Rio Grande do Sul (Ab'Saber, 1965, p. 25-26).

As observações feitas pelo mestre se configuram atuais e de grandes proporções, na medida em que se expandiu a cidade, sem considerar tais limitações, que se associam a outros fatores, hoje, nas escalas regional e global, como bem demonstram as cheias deste maio de 2024.

Outro setor que merece ser posto em consideração, segundo Ab'Saber, diz respeito à área do Delta do Jacuí. Em seu texto, o geógrafo indica que esta área, ainda que muito próxima ao promontório da Ponta da Cadeia, que dá origem à cidade de Porto Alegre, ficou à margem do processo de urbanização, permanecendo [...] um território de pescadores e de beiradeiros pobres moradores de semi-palafitas alinhadas ao longo dos albardões (diques fluviais marginais) das submersíveis ilhas deltaicas (Ab'Saber, 1965). Tal indicava que o processo de ocupação destas ilhas seria ampliado, com a construção de pontes, que favoreceriam à "[...] travessia do delta e a ligação direta de Porto Alegre e do setor norte-oriental do Estado com as mais diferentes áreas da hinterlândia gaúcha" (Ab'Saber, 1965). Nesse sentido, e a partir desta conexão, as terras deltaicas ribeirinhas, outrora completamente isoladas e esquecidas,

já iniciavam, ainda que timidamente, um processo de ocupação mais efetivo, uma vez que as paisagens das ilhas deltaicas:

> [...] passaram a ser vistas e consideradas por outros prismas de ordem econômica e urbanística, tendo sido propostos diferentes projetos para sua efetiva incorporação aos quadros do sítio urbano metropolitano instalações pioneiras de reservatórios de combustíveis, assim como, ligeiros embriões de urbanização nas áreas. A despeito desses esforços dos pioneiros da ocupação do delta, não é de se esperar, por inúmeras razões, uma urbanização muito rápida do conjunto (Ab'Saber, 1965, p. 9-10).

O sítio urbano de Porto Alegre em 2024

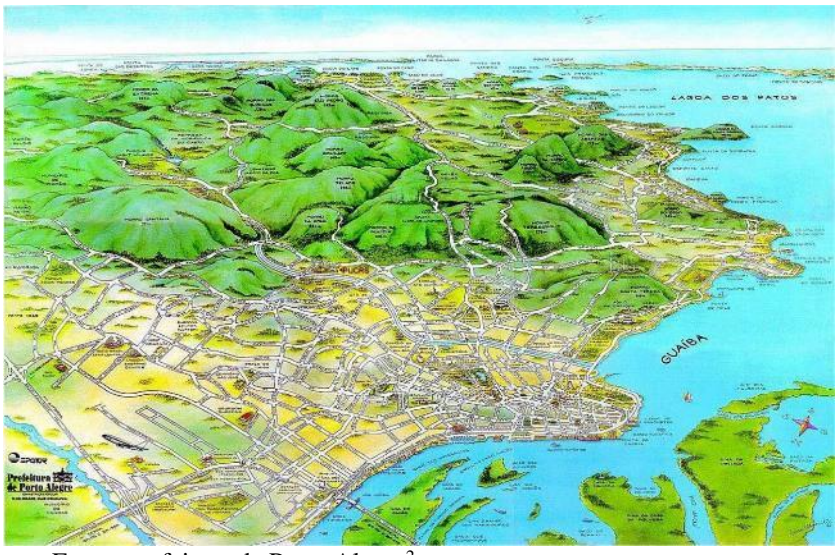
Retomando as considerações do sítio de Porto Alegre feitas por Ab'Saber (1965), em relação às cheias catastróficas de maio de 2024, é possível perceber quão preditiva era a sua análise, quando indicou as parcelas mais vulneráveis do sítio urbano de Porto Alegre: a zona norte, incluindo as terras baixas de Canoas e de São Leopoldo, e as ilhas do Delta do Jacuí. À época, o estudioso considerou este sítio na sua relação com os fluxos d'água do entorno, incluindo as redes hidrográficas, cujas águas derivavam diretamente para o Guaíba ou através do rio Ibicuí. Essas poderiam ser represadas, em decorrência do corpo lacustre do Guaíba, ou ocupar áreas de planície, drenando para a laguna dos Patos, contudo Ab'Saber demonstrou sobretudo o perigo que poderiam viver as populações que neste sítio se estabelecessem.

A geomorfologia do sítio urbano de Porto Alegre, caracterizado por margens que bordejam o Guaíba, intercalando enseadas e pontais (Figura 1), ilustra a distinção e a análise feitas por Ab'Saber, demonstrando a vulnerabilidade do espaço a cheias

em pelo menos dois dos quatro setores categorizados: as áreas planas do norte da capital e as ilhas do Delta do Jacuí.

O sítio de Porto Alegre e o seu entorno, resgatando suas gêneses geomorfológicas, assentam-se sobre o que se constituiu, no passado, em um conjunto de cristas de granito, conformando um relevo insular, que deriva de um *graben* formado a oeste da capital, isolando esta parcela granítica de sua estrutura original o Maciço Uruguaio-sul-riograndense. Essa ilha granítica se une ao continente, ao longo do tempo geológico (Terciário e Quaternário), em decorrência de sedimentações marinha e fluvial (essa, vinda do interior do continente). O antigo *graben* constituiu uma área mais deprimida, por onde, à continuidade, escoaram águas continentais e, em virtude desta dinâmica, configurou-se uma área-reservatório e de escoamento de águas, em direção ao oceano Atlântico. Esse reservatório é, hoje, denominado lago Guaíba. Com as barreiras que conformam a planície costeira, nesse mesmo período se forma a laguna dos Patos, que passa a drenar as águas deste sistema.

Figura 1 – Croqui do sítio urbano de Porto Alegre



Fonte: prefeitura de Porto Alegre[2]

À época em que escreve Ab'Saber, o Rio Grande do Sul já tinha tido registro de cheias severas, sobretudo as que originaram a enchente de 1941. Diante desta, que foi a maior inundação vivida pelos moradores de Porto alegre, até 2024, surge a necessidade de construir um sistema de controle para as águas do Guaíba. Esse sistema de contenção, construído ao final dos anos 1960 e início dos 1970, foi um equipamento técnico projetado para conter as possíveis cheias episódicas e extremas, que pudessem alagar a cidade, sobretudo seu centro histórico e os bairros ao norte da capital. Da mesma forma, já se iniciava a construção de aterros na enseada (na região da avenida Praia de Belas — centro-norte da imagem), como registrado por Ab'Saber em 1959, aproximadamente (Figura 2).

[2]Informação disponível em: https://terraqueosemterra.blogspot.com/2009/07/relevo-de-porto-alegre-rs.html. Acesso em: 17 maio 2024.

Figura 2 – Vista panorâmica de Porto Alegre, em 1959(?)



Fonte: acervo de Ab'Saber (1959).

De ontem para hoje, Porto Alegre cresceu em população e estendeu seus limites para além de seu sítio de origem, ocupando áreas mais rebaixadas, como previa e indicava Ab'Saber. Atualmente, a Porto Alegre expandida vai viver sua maior catástrofe histórica: as cheias de maio de 2024 no Rio Grande do Sul, que atingiram 471 das 497 cidades que compõem o estado. Segundo dados da Casa Civil do estado, até o dia 22 de maio de 2024, a calamidade contabilizava 161 pessoas mortas, 85 desaparecidas e 650.000 fora de casa, tendo afetado 2 milhões e 320 mil pessoas, deixando 77 mil desabrigados e mais de 540 mil desalojados.

Na capital gaúcha, a inundação atingiu 157.701 pessoas, o que equivale a 11,8% da população total da cidade. Do cruzamento entre as áreas alagadas e a renda da população atingida, incluindo, além dos bairros ao norte da capital, parte do município de Canoas, conforme mapa produzido pelo Observatório das Metrópoles (2024) (Figura 3), ficam evidentes duas assertivas de Ab'Saber, em seu texto de 1965: as áreas mais prejudicadas foram as dos dois setores que o autor considerava mais vulneráveis (as regiões rebaixadas ao norte da capital e o espaço do Delta do Jacuí); e as populações mais

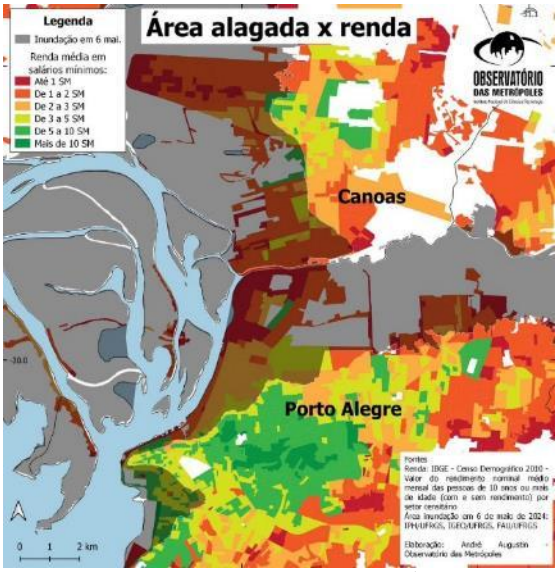
afetadas foram as mais vulneráveis e de menor renda, residentes daqueles espaços.

Num olhar de maior detalhamento, toma-se, como exemplo de áreas baixas afetadas, o bairro Mathias Velho, situado em Canoas. No mapa da Figura 3, o bairro se encontra na parte superior da figura, apresentando uma forma aproximadamente retangular, de grande extensão. Nesse bairro, a renda da população varia entre um e dois salários-mínimos.

> Mathias Velho é uma ocupação urbana oriunda do Movimento Comunitário entre os anos 1975 e 1988, viabilizada pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) de luta pela moradia, voltada às pessoas que não paravam de chegar a Porto Alegre, vítimas do Êxodo Rural, e não tinham onde morar. O finado Irmão Antônio Cechin e sua irmã Matilde protagonizaram essa ocupação e construção entre outros atores importantes junto às CEBs. O bairro Mathias Velho está numa zona de risco, era uma fazenda de gado e de plantio de arroz de um militar; um banhado, nada apropriado para residências devido às constantes cheias do Rio dos Sinos, só diminuiria no final dos anos 60 quando foi construído o dique. São esses lugares que sempre resta de Norte a Sul do País para os pobres (Fuão, 2024)[3].

[3] Fernando Freitas Fuão é professor titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande Sul e pesquisador do CNPq, desde 1992, estudando galpões de reciclagem e ocupações no centro de Porto Alegre, a partir de 2000, até 2020. Sua prática extensionista é voltada a moradores de rua e a catadores.

Figura 3 – Enchentes em Porto Alegre e em Canoas: relação área alagada X renda



Fonte: Observatório das Metrópoles (maio de 2024)[4]

Um segundo compartimento do sítio de Porto Alegre indicado por Ab'Saber como área de grande vulnerabilidade compreende as ilhas do Delta do Jacuí. Historicamente habitadas por populações indígenas, por pescadores e por ribeirinhos, elas já eram descritas, por Ab'Saber, em 1965, como espaços que vinham se transformando, em função de sediarem o acesso à ponte do Guaíba, que liga a capital às regiões mais interiorizadas do estado. Essa ocupação foi se efetivando, ao longo da rodovia de conexão que corta as diferentes ilhas, e, da mesma forma, ao comprido das margens das ilhas, que abrigam catadores e galpões de reciclagem, além de moradias de lazer, construídas por moradores de Porto Alegre, que foram gradativamente se apropriando destas áreas.

[4] Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/nucleo-porto-alegre-analisa-os-impactos-das-enchentes-na-populaçao. Acesso em: 18 maio 2024.

Diante desta ocupação, em 1976, foi criado o Parque Estadual Delta do Jacuí, que se constituía numa unidade de uso restrito, com o objetivo de garantir a preservação do ecossistema do delta. Os conflitos de uso se acentuaram, desde então, e, em 2005, por pressões dos moradores de alta renda e das outras atividades econômicas localizadas no interior do parque, esse foi transformado parcialmente em APA, buscando afiançar a biodiversidade e orientar a ocupação das diferentes atividades humanas às características ambientais. Essa mudança flexibilizou a ocupação:

> Hoje podemos observar uma mudança no padrão de ocupação das ilhas. Estas áreas periféricas têm sofrido grande pressão imobiliária e cresce o número de residências de alto padrão em faixas de orla das ilhas. Segundo relatos de moradores, muitos vendem os terrenos a preços baixos, onde posteriormente são erguidas mansões. Estas residências têm por finalidade o lazer e o acesso às amenidades propiciadas pelo local. Da mesma forma que é ocupada irregularmente por uma população pobre também são ocupadas por pessoas com grande poder aquisitivo. Desta forma demandando um padrão de uso e com implicações ambientais distintas. Se antes a preocupação se dava por conta da insalubridade e da vulnerabilidade a que as pessoas estavam submetidas, agora a preocupação passa a ser a inserção de espécies exóticas e a construção de amuradas por sobre os diques, alterando a dinâmica deposicional (De Oliveira *et al.*, s/d).

A população das ilhas, composta de grupos de baixa renda, incluindo pescadores, catadores, ribeirinhos e outros, entre tantas cheias já enfrentadas, vive o episódio ambiental mais extremo neste ano de 2024, com as ilhas totalmente inundadas, desestruturando ainda mais as suas já precárias condições de vida.

Esses dois exemplos demonstram como Ab'Saber (1965), ao finalizar seu artigo, tomado como referência neste texto, refletia sobre a vulnerabilidade destas áreas e propunha:

> Para corrigir tais condições negativas e catastróficas hão que tomar medidas locais, regionais e extra-regionais, urgentes. Entre elas, destacamos:
> 1. Impedir a aprovação de projetos de loteamento em áreas de planícies submersíveis, não preparadas por aterros prévios;
> 2. Quando fôr indispensável incorporar planícies de inundação às células de urbanização metropolitana, construir aterros contínuos, a partir dos taludes terminais dos baixos terraços não inundáveis, em nível superior ao dos diques marginais dos rios;
> 3. Desdobrar os acessos à Capital gaúcha por rodovias de bom gabarito técnico e manutenção adequada, a fim de eliminar o caráter insular residual que tão fortemente vem prejudicando a região de Pôrto Alegre após o advento e à generalização da circulação terrestre no Sul do Brasil. (Ab'Saber, 1965).

O sítio de Porto Alegre mudou, desde 1965, entretanto as orientações técnico-científicas do autor ainda são observáveis nos contextos da região da capital e do seu entorno, tendo em conta as divulgações que têm sido trazidas a público sobre as condições locais, atualmente. Ab'Saber demonstrou, através de suas pesquisas, uma preocupação relevante com questões, vinculadas aos assentamentos urbanos e aos limites impostos pela dinâmica natural, manifestada sobretudo no resultado destes impactos sobre as populações mais vulneráveis.

O geógrafo pensava o espaço, através de sua ordenação, e, sob esta perspectiva, construiu sua pesquisa e se envolveu na discussão sobre preservação ambiental do território brasileiro em diferentes escalas, a exemplo de seus estudos sobre: problemas de

localização das indústrias de ferro-gusa na faixa da Estrada de Ferro Carajás-São Luís; zoneamento ecológico da Amazônia; identificação de áreas de florestamento no espaço total do Brasil; e estratégias e planos de ação do Projeto Floram. Ademais, Ab'Saber participou dos debates sobre a transposição do São Francisco e sobre a reformulação do Código Florestal Brasileiro, chegando a propor, para além do código florestal, a criação de um código da biodiversidade. São inúmeras as pesquisas, as palestras e os envolvimentos de Ab'Saber com as questões ambientais, nas diferentes escalas do território brasileiro, e seu reconhecimento acadêmico-científico nos âmbitos ambiental e político chegou, entre outras honrarias, com o Prêmio Unesco para Ciência e Meio Ambiente, recebido em 2001[5].

O texto trazido aqui para análise, em sua homenagem, é apenas um exemplo de um dos temas abordados pelo prof. Aziz Nacib Ab'Saber, presentes no conjunto de sua obra. Trabalhando com a Geomorfologia e ampliando seus estudos para os aspectos da paisagem, Ab'Saber conheceu o Brasil como poucos, tendo trilhado o país em todas as suas direções, estudando seus domínios morfoclimáticos, suas regiões e suas cidades, desde a metrópole São Paulo às pequenas e médias cidades brasileiras, com uma preocupação e com um olhar para as suas ordenações territoriais. Nos anos 1970, o geógrafo ainda adentrou na discussão ambiental, elaborando os mais diferentes projetos, em diversas escalas espaciais.

Essa leitura já se manifesta em seus primeiros estudos, em particular quando avalia sítios urbanos, a exemplo do que foi

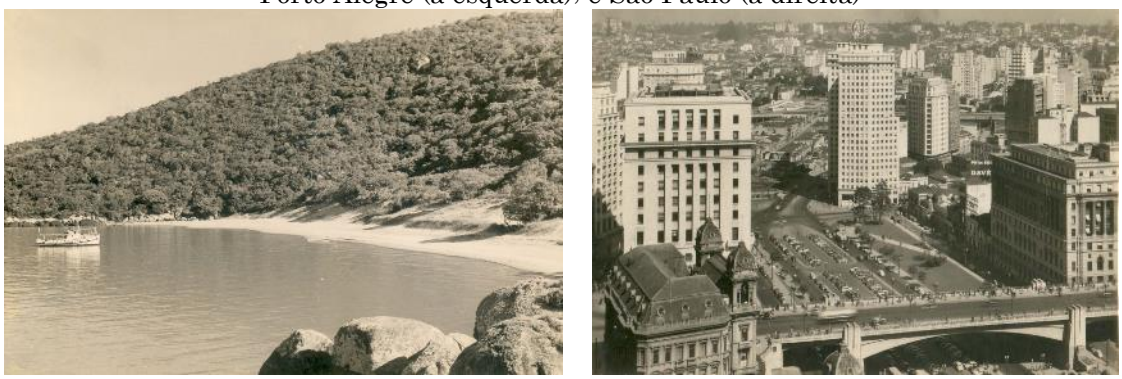
[5] informações extraídas de http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoaa/aziz-absaber.

tratado aqui, demonstrando sua preocupação, como geógrafo, com os espaços de moradia dos brasileiros, sobretudo os de baixa renda, habitantes de lugares vulneráveis.

Como professor e como pesquisador, Ab'Saber influenciou gerações de estudantes de graduação e de pós-graduação da USP, sendo um excelente docente e um verdadeiro artista, ao desenhar seus croquis e suas paisagens, que representavam feições e cenários brasileiros.

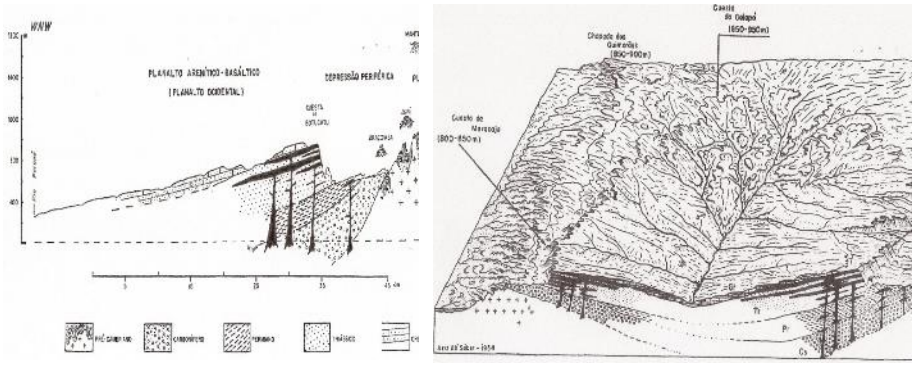
A pequena amostra de fotos, de imagens de perfis geomorfológicos e de croquis que segue, fotos e ilustrações elaboradas por Ab'Saber, demonstram sua habilidade, ao desenhar, e revelam seu olhar atento, seja à natureza, seja à sociedade. A natureza é vista, por exemplo, na foto do Pontal de Itapoã, espaço ao sul da cidade de Porto Alegre que limita o lago Guaíba e que marca o início da laguna dos Patos, enquanto o olhar sobre a cidade é colocado na imagem de São Paulo, urbe em que Aziz construiu sua trajetória como professor da Universidade de São Paulo. Nas próximas figuras, há modelos de perfis e de croquis feitos por Ab'Saber, que são produtos de seus estudos (nos exemplos, em áreas do Planalto Arenítico-basáltico no estado de São Paulo e na Bacia do Paraná).

Figuras 4 – Fotos de Aziz Ab'Saber dos anos 1950: Pontal de Itapoã, em Porto Alegre (à esquerda); e São Paulo (à direita)



Fonte: acervo de Ab'Saber

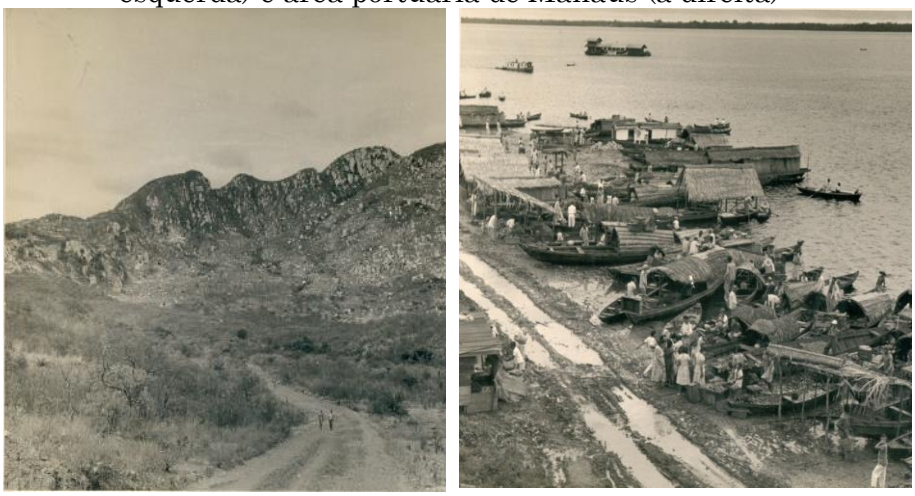
Figuras 5 – Perfis e croquis de áreas do Planalto Arenítico-basáltico no estado de São Paulo (à esquerda) e da região da bacia do rio Paraná (à direita)



Fonte: Modenesi-Gauttieri *et al.* (2010).

Outro aspecto da paisagem observado por Ab'Saber se refere ao estudo dos processos atuais de modificação do relevo — incluindo a "ação do homem". Em tais investigações da natureza da paisagem, o intelectual conseguiu demonstrar a diferenciação da biodiversidade e os impactos sobre as paisagens e imprimir um olhar cuidadoso para as desigualdades e para as diversidades dos brasileiros e das brasileiras, com especial atenção aos trabalhadores.

Figura 6 – Fotos de Ab'Saber dos anos 1950: Sertão Nordestino (à esquerda) e área portuária de Manaus (à direita)



Fonte: acervo de Ab'Saber

Concluir um texto em homenagem ao grande mestre Aziz Nacib Ab'Saber leva a refletir sobre o quanto suas pesquisas, seu conhecimento sobre o território brasileiro, suas análises e suas proposições são atuais e merecem ser trazidas à discussão e dar embasamento intelectual aos jovens estudantes de Geografia da atualidade. Ab'Saber é um dos nossos clássicos e clássicos devem ser lidos, estudados e compreendidos em seus contextos de produção. O conhecimento é movimento e superação; e superação é avançar, sem desconhecer o que já foi feito, contudo. Esse breve texto é um resgate e uma homenagem a um professor/pesquisador, com quem muito apreendi: Aziz Nacib Ab'Saber.

Referências e sugestões de leitura

AB'SABER, A. N. A cidade de Salvador. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 11, p. 61-78, 1952.

AB'SABER, A. N. A cidade de Santa Isabel. **Paulistânia**, São Paulo, n. 44, p. 44-47, 1952.

AB'SABER, A. N. As cheias no Sul. **Ciência Hoje**, v. 2, n. 8, p. 94-96, 1983.

AB'SABER, A. N. Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo. **Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP**, São Paulo, n. 219, 1957. (Geografia, n. 12) [publicação da tese de doutorado do autor, defendida junto à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 1956]

AB'SABER, A. N. Notas a respeito do sítio urbano de Curitiba. **Geomorfologia**, São Paulo, n. 3, p. 1-8, 1966.

AB'SABER, A. N. O problema das paisagens originais do sítio urbano de São Paulo. **Notícia Geomorfológica**, Campinas, v. 4, n. 7-8, p. 52-55, 1961.

AB'SABER, A. N. O sítio de Caxias: primeiros estudos. **Geomorfologia**, São Paulo, n. 21, p. 16-19, 1970.

AB'SABER, A. N. O sítio e a organização do espaço urbano de Franca: notas prévias. **Geografia e Planejamento**, São Paulo, n. 16, p. 1-6, 1975.

AB'SABER, A. N. O sítio urbano de Porto Alegre: estudo geográfico. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 42, p. 3-30, 1965.

AB'SABER, A. N. Problemas de localização das indústrias de ferro-gusa na faixa da Estrada de Ferro Carajás-São Luís. **Pará Desenvolvimento**, Belém, n. 22, p. 3-15, 1987. [republicado com o título *Gênese de uma nova região siderúrgica: acertos e distorções de origem, na faixa Carajás-São Luiz* em AB'SABER, A. N. Amazônia: do discurso à práxis. São Paulo: Ed. USP, 1996]

AB'SABER, A. N. Tipologia dos sítios inundáveis por ocasião das grandes chuvas. **Cadernos Ambientais**, São Paulo, n. 1, p. 11-24, 1996.

AB'SABER, A. N.; GUERRA, A. T. O sítio do Ginásio Nova Friburgo. **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 103-110, 1950.

COELHO, Antonio S. Rensi; AB´SABER, Aziz; FORBES, Geraldo; MARCOVITCH, Jacques; WRIGHT, James; GOLDEMBERG, José; RODÉS, Leopoldo; BARRICHELO, Luiz G. E.; VICTOR, Mauro Antonio de Morais; BARBOSA, Nelson; ZULAUF, Werner. Projeto Floram: estratégias e plano de ação. **Estud. Av.**, n. 4, v. 9, p. 120-148, 1990.

DE OLIVEIRA, A. M. S. D. F; COSTA, F. V. A.; HEBERLE, K. A.; BERGONCI, P. **Ocupações e usos nas ilhas do Delta do Jacuí - Rio Grande do Sul, Brasil**. Disponível em: https://onedrive.live.com/?authkey=%21AKMK2MWPLJgsbDE&id=23313

45EB789E03D%2168157&cid=2331345EB789E03D&parId=root&parQt=sharedby&o=OneUp. Acesso em: 19 abr. 2024.

FUÃO, Fernando Freitas. Cidades temporárias. 2024. Disponível em: https://sul21.com.br/opiniao/2024/05/cidades-temporarias-por-fernando-freitas-fuao/. Acesso em: 25 maio 2024.

GOMES, A. B.; AB'SABER, A. N. Barrancas de abrasão fluvial nas margens do Guaíba, Porto Alegre, RS. **Geomorfologia**, São Paulo, n. 10, p. 4-7, 1969.

MODENESI-GAUTTIERI, M. C. *et al.* (org.). **A obra de Aziz Nacib Ab'Saber**. 1. ed. São Paulo: Beca, 2010. 588 p.

ROSA, E. M.; AB'SABER, A. N. O sítio e o crescimento urbano de Mauá. **Geomorfologia**, São Paulo, n. 12, p. 7-8, 1969.

SANTOS, R. da F.; AB'SABER, A. N. O sítio urbano de Jacareí, Estado de São Paulo. **Geomorfologia**, São Paulo, n. 12, p. 6-7, 1969.

Submetido em: 1º de junho de 2024
Devolvido para revisão em: 03 de junho de 2024
Aprovado em: 02 de setembro de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3610

Como citar:
SUERTEGARAY, D. M. A. O SÍTIO URBANO COMO CONCEITO ANALÍTICO NA OBRA DE AB'SABER. O PASSADO E O PRESENTE DA CIDADE DE PORTO ALEGRE (RS). **Terra Livre**, São Paulo, ano 39, v.1, n.62, jan.-jun. 2024, p. 73-97. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3610. Acesso em: dia/mês/ano.

DE A-Z: AZIZ NACIB AB'SÁBER, O SABER E A INTERDISCIPLINARIDADE

FROM A-Z: AZIZ NACIB AB'SÁBER, KNOWLEDGE AND INTERDISCIPLINARITY

DE LA A-Z: AZIZ NACIB AB'SÁBER, SABER E INTERDISCIPLINARIEDAD

Flavio Rodrigues do Nascimento
Universidade Federal do Ceará
flaviogeo@ufc.br

Resumo:

A abordagem deste texto, é de trazer alguns elementos que contribuam com a celebração da memória deste eminente Geógrafo e cidadão do mundo. E neste sentido, discutir de que modo Aziz influenciou os estudos Ambientais Integrados a partir da Geografia, ressignificando os campos analíticos das Ciências nos estudos ambientais. A partir disto, o texto adentra nas avaliações e estudos ambientais integrados considerando suas vantagens, desafios e limites. Além do que, visão de mundo, sinopse biográfica, produção científica e outros trabalhos/obras de destaque do Professor Aziz Nacib Ab'Saber foram consideradas neste texto. Além da introdução, o artigo traz os seguintes tópicos: Estudos Geográficos e Ambientais de A-Z; Um problema, desafios diversos; Estudos integrados: novos impulsos nos estudos ambientais; Limites e possibilidades nos estudos e avaliações integradas; Escopo para uma agenda analítica; Uma proposta investigativa; e, Últimas observações. Portanto, segue uma singela homenagem ao centenário e memória do geógrafo Ab'Sáber – para refletirmos sobre os nossos "BrAziz".

Palavras-chave: Aziz Nacib Ab'Saber, Geografia, Meio Ambiente e Interdisciplinaridade.

Abstract:
The aim of this text is to provide some elements to help celebrate the memory of this eminent geographer and citizen of the world. It discusses how Aziz influenced Integrated Environmental Studies from the point of view of Geography, re-signifying the analytical fields of the sciences in environmental studies. Based on this, the text goes into integrated environmental assessments and studies, considering their advantages, challenges and limits. In addition, Professor Aziz Ab'Saber's worldview, biographical synopsis, scientific production and other outstanding are in the text. In addition to the introduction, the article contains the following topics: Geographical and Environmental Studies from A-Z; One problem, many challenges; Integrated studies: impulses in environmental studies; Limits and possibilities in integrated studies; an analytical agenda; An investigative proposal; and Last remarks. This's a simple tribute to the centenary and memory of the Ab'Saber - to reflect on our "BrAziz".

Keywords: Aziz Nacib Ab'Saber, Geography, Environment and Interdisciplinarity.

Resumen:
El objetivo de este artículo es proporcionar algunos elementos que contribuyan a celebrar la memoria de este eminente geógrafo y ciudadano del mundo. El texto discute cómo Aziz influyó en los Estudios Ambientales Integrados desde el punto de vista de la Geografía, resignificando los campos analíticos de las ciencias en los estudios ambientales. A partir de ahí, el texto se adentra en las evaluaciones y estudios ambientales integrados, considerando sus ventajas, desafíos y límites. Además, en este texto se han considerado la cosmovisión, la sinopsis biográfica, la producción científica y otros trabajos destacados del profesor Aziz Nacib Ab'Saber. Además de la introducción, el artículo contiene los siguientes temas: Estudios geográficos y medioambientales de la A a la Z; Un problema, muchos retos; Estudios integrados: nuevos impulsos en los estudios medioambientales; Límites y posibilidades en los estudios y evaluaciones integrados; Ámbitos para una agenda analítica; Una propuesta de investigación; y, Observaciones finales. Últimos comentarios. He aquí un sencillo homenaje al centenario y a la memoria del Ab'Saber: reflexionar sobre nuestro "BrAziz".

Palabras-clave: Aziz Nacib Ab'Saber, Geografía, Medio Ambiente e Interdisciplinariedad.

Introdução

Os desafios do mundo contemporâneo e contingenciado, vêm exigindo maiores esforços da ciência desde os fins dos anos de 1960. Sem escalas e nem precedentes, os problemas ambientais (aqui entendidos como físicos e humanos), estão em escalada incessante e crítica.

Especialmente durante os últimos quarenta anos foram acumuladas evidências de que as alterações no planeta não têm precedentes, tanto em escala quanto em magnitude. Muitas destas mudanças já ocorrem em escala global — a degradação das águas (oceanos, bacias hidrográficas etc.) e dos solos, as chuvas ácidas, poluição do ar, acidentes termonucleares, mudanças climáticas —, para citar alguns exemplos transformados em deseconomias ambientais — efeito estufa, processo de desertificação, redução da biodiversidade, mortandade de cadeias de corais, disseminação de endemias, epidemias e pandemias (como Covid 19), exaustão de mananciais e secas. Estas como resultante de ações localizadas em diversas regiões do planeta, porém, com alcance que pode ser global. Adicione-se, neomalthusianismo a parte, explosão demográfica associada à concentração de renda, das desigualdades socioeconômicas, somada à necessidade de alimento e abrigo, é a principal causa da degradação ambiental — a denominada poluição da pobreza.

O mundo hoje sobre habitado e globalmente interligado, enfrenta estes problemas sistêmicos e interdependentes. Estas questões são frutos da crise ambiental, social, econômica, de governança, produção de alimentos, do crescimento populacional e de energia, isto é, de um conjunto de problemas que formam um só: a

primeira crise mundial na história — a crise da modernidade —, balizada pelo Estado, Razão-Instrumental e Mercado. A qual foi violentamente açodada pela atual pandemia, com profundos impactos mundiais:

> Os cidadãos do Brasil e do mundo vivem uma epidemia sem escala, magnitude e precedentes: Coronavírus, COVID-19, SARS-CoV-2. Estamos vivendo a "esquina da história", pois experimenta-se de fato outro momento, outras experiências no mundo hodierno e em seu processo civilizatório. Inauguram-se uma série de circunstâncias outras até então não vividas em termos de simultaneidade de informações no tempo e no espaço (Nascimento, 2020, p. 141).

O cenário atual e as atuações dos diversos atores sociais e políticos demandam urgência na revisão dos paradigmas para o estabelecimento de um modelo de desenvolvimento que assegure a sustentabilidade e de caráter interdisciplinar. Conceber os recursos naturais como exauríveis e necessários de sustentabilidade apreendendo um modelo de desenvolvimento socialmente justo e economicamente viável é romper com a visão de futuro inevitável e determinístico para assegurar a geodinâmica como processo indispensável à natureza e à vida. Da mesma maneira que promover a elevação da qualidade ambiental e de vida das gerações atuais e futuras.

Os estudos ambientais podem ajudar em diferentes frentes e abordagens neste contexto. Uma das suas mais importantes linhas são os diagnósticos, análises e estudos ambientais integrados promovendo resultados positivos para redução dos impactos socioespaciais e sobre a exploração da dotação de recursos naturais,

aferindo os limites e as potencialidades de usos da natureza como imperativo.

Estes tipos de estudos, trabalhos e pesquisas são por origem interdisciplinares, multi e transdisciplinares. São, pois, uma possibilidade analítica na área das Ciências Sociais Aplicadas, Geociências e Ciências da Terra, por exemplo. Estes envolvem fatores físicos e humanos interativos no tempo e no espaço, consideram as complexidades espaços-temporais (escalas de abordagens diferenciadas e escalas de tempo histórico-social e geocronológicos ou geológicos). Todavia, o problema central reside na ausência de articulação teórico-conceitual que conduza para uma linha metodológica mais coesa e simétrica. Nesta lacuna, é que nosso homenageado tem vanguarda com os estudos sobre paisagens: Aziz Nacib Ab'Saber.

A Ciência Geografia detém papel importante neste contexto e muito se deve ao Professor Ab'Saber. Malgrado, ao longo do século XX, transpassando por variadas tendências e escalas geográficas, a Geografia Tradicional se impôs como leitura de mundo a partir de Friedrish Ratzel. Existia uma Geografia de síntese (relações sociedade x natureza), que se desdobrou em três linhas de abordagens, a saber: determinismo ambiental, possibilismo, Geografia como diferenciação de áreas - neste caso, a partir da integração dos elementos terrestres e sua variação espacial a par de Alfred Hettner e Richard Hartshorne. Adicione-se a Geografia Quantitativa, rebatendo aquela Tradicional e o surgimento da Geocrítica através da Geografia Humanista.

Várias tendências foram montadas ao longo destes prismas de visão: ora focando em estudos da natureza; ora tentando articular sociedade x natureza sem vieses mais críticos da

dialética/materialismo histórico que aquela visão de expansão territorial. E desde o fim dos anos de 1970, diz-se por tentativas de estudos sociedade-natureza no contexto de uma relação socioespacial e quiçá, a partir dos anos de 1990, de formação territorial.

O ponto aqui é ratificar que Ab'Saber colocou e trabalhou como poucos a visão integrada e multiescalar como chave para compreender a paisagem, lendo e vendo a paisagem atual e pretérita (estudos paleoambientais e paleogeográficos) em sua forma, função e dinâmica. Como ele dizia: era necessário ver o que a paisagem contém e como ela funciona. E como os problemas ambientais associados nesta interação com a sociedade.

Deste modo, o Prof. Aziz como poucos enfatizou há décadas a disciplinaridade como estágio que antecede os estudos multi e interdisciplinares. A partir da Geografia, especialmente do seu sub-ramo Geografia Física, participou de estudos da Geomorfologia aos estudos Integrados da natureza e do meio ambiente. Em seus trabalhos disciplinários de Geógrafos desde os anos de 1950-60, ficava clara a contribuição da Geografia com as outras áreas do conhecimento, no campo interdisciplinar. E assim, se ampliava e relacionava com diálogos e estudos interdisciplinares que envolvem as avaliações ambientais integradas.

A integração como chave de interpretação e avaliação da paisagem é a cara contribuição de Aziz em todas as perspectivas do gênero e suas tendências. Sumariamente, foi assim que apareceram e se desdobraram estudos apropriados pela Geografia ou formados por seus campos histórico-epistemológicos e analíticos trazendo uma leitura Geográfica x interdisciplinar: releituras das últimas décadas da Ecologia das Paisagens; a contribuição dos estudos integrados de paisagens por Ab'Saber e as Geossistemas de Bertrand (1968);

Ecodinâmica de Tricart (1977); os próprios Domínios de Natureza do Brasil (2003); Estudos Geoambientais Integrados de Souza (2000); Geossistemas Território e Paisagem/GTP (Bertrand e Bertrand, 2007); Geoecologia das Paisagens (Rodriguez et al., 2002); Ecogeografia (2006), Geodiversidade da CPRM (2008), citando as mais importantes.

Estudos Geográficos e Ambientais de A-Z

O campo de ação da Geografia Física é vasto e complexo, pode-se destacar por exemplo as análises das condições naturais, sobretudo na interpretação da estrutura e processos do espaço Geográfico e da relação sociedade x natureza, os estudos Geossistêmico, considerando seus subsistemas naturais e todas as influências dos fatores socioeconômicos. A Geografia Física atua ainda em planejamentos (territoriais e regionais), no planejamento geoambiental e no ensino. Sem nos esquecermos dos ricos e profundos trabalhos verticalizados sobre clima, geomorfologia costeira, vegetação, solos e vegetação, por exemplo. Entre seus clássicos de renome internacional citamos De Marttone com seu Tratado Geral de Geografia Física (1909) com enfoque enciclopédico; a Geografia Física de Sotchava e de Arthur Straler.

Durante a década de 50 surge no Brasil a obra "A terra e Homem: bases físicas", sob a coordenação de Aroldo de Azevedo e nos anos 60 e 70 se destaca a coleção de geografia do Brasil, na qual é discutida as regiões brasileiras.

No campo específico da Geomorfologia, destacam-se os estudos de A. Christofoletti, Aziz Ab'Saber, Margarida Penteado,

com as respectivas obras Geomorfologia Fluvial. Os domínios morfoclimáticos na América do Sul, Contribuição à Geomorfologia da área dos Cerrados e Fundamentos de Geomorfologia.

Realmente, um dos maiores marcos da Geomorfologia nacional ocorreu em 1960 com Ab'Saber. Ele elaborou uma proposta sobre o entendimento de macropaisagens do Brasil em Domínios Morfoclimáticos, influenciado pela geografia europeia, sob a perspectiva da zonalidade climática.

Na climatologia destacam-se as obras de Carlos A. Figueredo Monteiro: Teoria e clima urbano; Análise rítmica em climatologia; O clima e a organização do espaço no Estado de São Paulo, Problemas e perspectivas e, A Questão ambiental no Brasil 1960-1980; e Edmond Nimer, pública através do IBGE um trabalho sobre o clima brasileiro.

Não obstante, parte importante das bibliografias sobre estudos ambientais, das Geociências, Ciências Exatas e da Terras, e sobretudo de Geografia e Meio Ambiente começam por ordem alfabética com Ab'Saber. Professor Aziz Nacib Ab'Saber é considerado um dos maiores e melhores cientistas do Século XX. Um primogénito sugere sobre uso de fotografias aéreas e sensoriamento remoto, métodos, procedimentos operacionais, conceitos e teorias, não só da Ciência Geográfica, como também de várias outras áreas do conhecimento.

Ab'Saber produziu trabalhos inter e transdisciplinares com grande alcance e "Factor de Impacto" altíssimo, antes mesmo que Eugene Garfield - fundador do *Institute for Scientific Information* - *ISI* e da base *Science Citation Index – SCI* – cogitasse a criação de um método bibliométrico para avaliar a importância de periódicos científicos. Nesta trajetória, Ab'Saber coloca a Geografia em

nivelamento com as Geociências e outras áreas do conhecimento. Ou seja, ele elevou a Geografia no plano de diálogo com o mundo demonstrando como a Ciência Geográfica pode trazer contribuições caras a produção do conhecimento sobre Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação/PD&I sobre diversas perspectivas da Ciência, Tecnologia, Inovação e Informação/CT&I, sobretudo, através de estudo sobre meio ambiente e Geografia.

Ele é acima de tudo uma pessoa de muitos méritos. Foram 70 anos dedicados aos estudos geográficos e ambientais com preocupação com uma base conceitual e terminologias a ela pertinentes com teorias e métodos interpretativos que abrange todas as regiões. Não à toa, conheceu os "Quatro cantos do Brasil". Ele se preocupava-se com a espacialização dos fatos e fenômenos, para não fazer generalizações e forte atuação empírica, no fortalecimento de uma relação telúrica entre fatos e fenômenos. Daí, produziu estudos com visão horizontal, embora tenha tratado de pesquisas mais verticalizadas. Como as que seguem:

✓ Sequências de rochas glaciais e subglaciais dos arredores de Itu (1948).

A transição entre o Carbonífero e o Criptozóico na região de Itu (1948)

✓ O Solo de Piratininga, 2007.

✓ Sobre a ocorrência de cavidades pedocársticas no sítio da Barragem de Tucuruí – Pará, (1979)

Contudo, na amplitude do escopo ele apresentou um conjunto de estudos que mostram as mais variadas etiologias, como os seguintes:

✓ O preço dos livros importados, 1959.

✓ O intercâmbio cultural entre o Brasil e os países Árabes, 1958.

✓ A cidade e a cultura – primeiros estudos, 1995

✓ Aula de Geografia, 2004.

- ✓ Gênese de uma metrópole – voo do pássaro.
- ✓ O Papel social das Bicicletas, 2007

Entre os mais diversos e célebres textos destacamos:

- ✓ Domínios e Províncias Fitogeográficas do Brasil, 1967.
- ✓ Um conceito de Geomorfologia a Serviço das Pesquisas do Quaternário (1969).
- ✓ A problemática da desertificação e da savanização no Brasil Intertropical (1977).
- ✓ Projeto Floram e Desenvolvimento Sustentável (1996).
- ✓ Teoria dos Redutos – origem e significado, 1992.

De modo geral, sua Biografia geral, evoca: Publicação de Artigos acadêmicos: 215; Teses: 03 defendidas; Capítulos de livros: 52; Livros: 22; Prefácios e apresentações de livros: 07; Resenhas: 04; Publicações relacionadas à participação em eventos: 27; Publicações em jornais, revistas e outros: 98; Entrevistas e depoimentos: 34; Outras produções (documentos, relatórios e afins): 04; Inéditos: 20.

Incluímos, ainda, duas importantes obras em sua homenagem: a) A Obra de Aziz Nacib Ab'Saber, publicada em 2010 por organização de Guttiere et la., em 588, foi reunido um acervo com documentos, fotos, capítulos de livros, artigos científicos do homenageado. Ou seja, reúne todas as publicações de Aziz, fotos inéditas e entrevista. b) Caminhos do Brasil. Auxiliadora da Silva, Itaciane Ramos, Paula Regina Cordeiro (Org.), Salvador: EDUFBA, 2013. 139p.

Ademais, ocupou cargos científicos importantes em diversas entidades, como: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, da qual foi presidente. São vários e múltiplos o legado do Professor Emérito da USP, ainda assim, consideramos sua luta na Constituição Federal de 1988 para incorporar a Amazônia como

Bioma protegido, ao lado de outros. Assim como, a inserção de setores da Serra do Mar em instrumentos legais para Preservação Ambiental – como bem lembra Claudino-Sales (2024).

A propósito disto, significativos avanços promovidos nas políticas públicas de patrimônio cultural dos anos 1980 que teve a inclusão da ideia de natureza como seu objeto de atuação. Elementos de Patrimônio Geológico, hoje entendidos como Geodiversidade (Falcão, Nascimento e Claudino-Santos, 2020), como Grutas, serras, morros, rios, florestas, ilhas, além de parques urbano e outros bens naturais, passaram a compor a lista do patrimônio tombado do estado de São Paulo. Essa contribuição sem precedentes foi dada por Aziz Nacib Ab'Saber quando foi conselheiro do órgão de preservação do patrimônio cultural do estado de São Paulo (SCIFONI, 2020). Algo sublime e visionário!

Estamos tratando de um grande pesquisador do e no Brasil. Muito embora tenha iniciado suas pesquisas em Geomorfologia e ele incorporou conceitos outros de campos de atuação distintas a suas pesquisas, e tratados científicos, com destaque aos Domínios de Natureza do Brasil, considerando a evolução das paisagens regionais. Usou o Brasil como um grande laboratório (inclusive empírico) sobre o Mundo Tropical. E desde décadas atrás, já considerava as mudanças climáticas, o uso de tecnologias da informação. Entre os Louros, destacamos o Prêmio Internacional de Ecologia e o Prêmio Unesco para Ciência e Meio Ambiente.

Devemos muito ao Prof. Aziz. Ele desenvolveu várias teorias e conceitos importantes na Geografia, Geomorfologia, Patrimônio Geológico, Ecologia, Biologia evolutiva, Biogeografia, Geologia e Arqueologia, Patrimônio Material e Imaterial, dentre outros. Podemos reunir algumas das mais importantes no quadro seguinte.

Quadro 1 - Teorias e campos de ações correlatas desenvolvidas por Ab'Saber

Teorias e campos do pensamento	Proposições
Domínios Morfoclimáticos do Brasil	Compartimentação do Brasil em Domínios Morfoclimáticos, de Natureza ou Macrodomínios Ecológicos a partir da tríade: clima, relevo e conjuntos fitogeográficos, e ecossistemas associados
Teoria dos Redutos:	Trouxe o conceito de "redutos" como áreas de refúgios nos períodos de mudanças climáticas ou eventos geológicos. Sendo áreas especiais à proteção ambiental, conservação da biodiversidade e herança das paisagens
Estudos do Quaternária:	Quaternário como Período Geológico no estudo sobre mudanças climáticas e geológicas. Ajudam no reforço da teoria dos Refúgios e Redutos Biogeográficos, assim como para compreender o clima e a vegetação em suas evoluções temporais
Paisagens Antrópicas	Estudo das ações e atividades humanas nas paisagens no meio urbano rural, ou mesmo em zonas costeiras e em ambientes fluviais (processos lineares e areolares) e impactos ambientais correlatos
Planejamento Urbano e Ambiental	Considerações sobre a influência humana nas paisagens enquanto elemento relevante para o planejamento urbano sustentável e a mitigação dos impactos ambientais.
Estudos Ambientais Integrados	Considera a contribuição da Geografia e da Geomorfologia aos estudos integrados da paisagem a partir de visão multiescalar e espacial, como chave para compreender a fisiologia da paisagem atual e pretérita (estudos paleoambientais e paleogeográficos). Concebeu os estudos Geossistêmicos de Natureza como de natureza integrada e com importantes avanços para Geografia e estudos ambientais, no geral.

Elaborado com base em Nascimento (2001); Modenesi-Gauttiere, 2010. Claudino-Sales, 2024.

Entrementes, uma de suas marcas maiores são os Domínios Morfoclimáticos, de Natureza do Brasil, de Paisagens ou Macroecológicos. Segundo ele (2003), estamos tratando sobre paisagens enquanto heranças de processos pretéritos e de atuação

recente – quaternário (2,5 m.a). portanto, os povos herdaram fatias de conjuntos paisagísticos de complexa fisiografia e ecologia. Logo, as paisagens são responsabilidade de proteção nossa; e devemos conhecer as limitações de uso.

Estes domínios são um Conjunto espacial de certa ordem de grandeza territorial (centenas de milhares a milhões de km² de área), apresentando mosaicos com feições de relevo, tipos de solos, formas vegetacionais e condições climático-hidrológicas.

Ocorre em uma área principal, de certa dimensão e arranjo, onde condições fisiográficas e biogeográficas formam um complexo relativamente homogêneo e extenso. Dada a sua magnitude espacial, ocorrem mosaicos das principais paisagens e ecologias do mundo tropical. Cujas têm cores, Áreas de Transição e Contato.

As primeiras, são áreas nucleares dessas condições ecológicas integradas, de complexidades fisiográficas e biogeográficas, relativamente homogêneas. Entre a área central, existem ecótonos enquanto áreas de transição entre core área de domínios vizinhos, promovendo interespaços de transição e contato, com combinações diferenciadas de vegetação, solos e relevos. Isto é, uma combinação sub-regional distinta de fatos fisiográficos e ecológicos, sobretudo solo, vegetação e relevo (Ab'Saber, 2003).

O Professor, ainda orientou a realização de estudos chaves das áreas de transição na Bahia e Maranhão, pois nestes estados ocorrem ricas e complexas combinações, fisiográficas e ecológicas e paisagens tampão. Além de subnúcleos paisagísticos e faixas de vegetação concentrada, diferentes das áreas core. Aí, segundo ele, existem floras que aproveitam da instabilidade das faixas transicionais. Exemplo: cocais, mata de cipó, matas secas e outros oportunistas.

Assim, os grandes domínios paisagísticos e macroecológicos são quatro intertropicais (> 7 milhões de km²) e dois subtropicais (mais ou menos 500 mil km²). E as áreas de transição detém, mais ou menos, um milhão de km². De todos os Domínios, cinco estão em arranjo poligonal, considerando sua área core. Quais são: Terras baixas florestadas da Amazônia; Chapadões e centrais e recobertos por Cerrados, cerradões e campestres; Depressões interplanálticas semiáridas do Nordeste; Mares de Morros florestados; Planaltos de Araucárias (Figura 1).

Donde ele passa a descrever e sobretudo avaliar cada um destes Domínios destacando suas potencialidades e limitações de usos sustentáveis dos recursos naturais, considerando a dinâmica e fisiologia das paisagens e seus ecossistemas derivados. Nesta questão, reside o mais relevante para este artigo, isto é, a visão integrada e multiescalar como critério à compreensão dos estudos integrados da paisagem.

Figura 1: Domínios Morfoclimático do Brasil.



Fonte: Ab'Saber, 2023.

Um problema, desafios diversos

Muito embora sejam observadas tendências que colaboram para os estudos e diagnósticos ambientais integrados, há uma miscelânea de perspectivas analíticas que parecem não conversarem entre si na abordagem de problemáticas e estudos de pontos e questões comuns: relação sociedade x natureza, como função da relação sociedade x espaço. Isto a par de uma visão crítica e laboral, considerando as paisagens como categorias focais, para avaliar sua dinâmica, articulada as escalas espaciais (regionais, territoriais etc.) e temporais (tempo histórico-social - tempo profundo/geológico).

Isto posto, é importante justificar que os estudos ambientais (físicos e humanos) são fundamentais à compreensão da dinâmica

entre sociedade x natureza na produção do espaço. A questão teórico-metodológica, neste contexto, se reveste de caráter prioritário de modo que subsidie as discussões e pesquisas geográficas atinentes a tal temário. Os estudos e avaliações integradas, neste contexto, urgem como interessante proposta investigativa, ao tempo que tratam os estudos ambientais através de sua complexidade espaço-temporal, destacando a dinâmica da natureza no contexto da Geografia Física - pautando-se em concepções analíticas que subsidiem o ordenamento territorial ambiental, por exemplo.

Ademais, ao se trabalhar com a diversidade de perspectivas de abordagens metodológicas de estudos da natureza, pautados na Geografia Física e áreas correlatas, ratificam-se os estudos e avaliações integradas, enquanto perspectiva holística, complexa, inter e multidisciplinar, além de contemporânea. E neste aspecto, Ab'Saber foi um visionário desde décadas atrás.

A despeito dos estudos ambientais integrados, os mesmos são compreendidos como estudos unificados das ciências da terra/natureza que proporciona uma percepção holística do meio em que vive a sociedade humana. O objetivo é analisar os elementos que compõem a natureza através de suas interligações, em detrimento do setorialismo temático – questões da ordem do método, originalmente colocadas pelo Prof. Aziz.

Estudos integrados: novos impulsos nos estudos ambientais

Os Estudos Integrados dão-se por meio da unificação das Ciências da Terra em busca de uma percepção holística do meio. Tem

como objetivo a análise dos elementos componentes da natureza de forma integrada, por meio de suas interconexões.

Até a metade do século passado, os estudos ambientais davam-se de forma setorizada, minimizando a tendência de unificação, integração e interdisciplinaridade tão aspirada pelos naturalistas do século XIX. Os estudos setorizados permitem um certo reconhecimento da realidade ambiental, mas tal conhecimento constitui-se de forma incompleta e imparcial, não tornado possível o reconhecimento do ambiente e de seus recursos naturais de um território em seu conjunto, de forma integral. Contudo a análise geoambiental ou integrada não confronta com os estudos produzidos setorialmente pelas ciências naturais; pelo contrário, a proposta é de incorporação dos conhecimentos geológicos, climatológicos, hidrológicos, pedológicos, fitogeográficos, e mesmo os geomorfológicos.

Praticamente por quase toda a década de 70 os trabalhos de Geografia Física eram feitos de forma separada, individualizada. Todavia, com os estudos integrados da paisagem propostos por Ab'Saber, atrelados ao uso do Geossistema foi possível a síntese e os estudos integrados. Sendo que a Organização das Nações Unidas – ONU - lançou a expressão Estudos Integrados ao fim da década de 70. Os estudos Integrados só são possíveis com aplicação de estudos multidisciplinares e através de algumas estratégias, uma delas é a exploração sistemática.

Por isso, no Brasil esta perspectiva pioneiramente materializou-se com a publicação do RAMBRASIL (1981) com o início de seus trabalhos na Amazônia nos anos 70. A Geomorfologia à luz deste momento deu um grande passo qualitativo, otimizando mais sua abordagem e ganhando campo, nos estudos integrados, dentro

das outras áreas das ciências da terra. Contribuições à esta questão deram-se com Ab'Saber, Carlos A. F. Monteiro, Amélia Alba, Tereza Cardoso, Marcos José Nogueira de Souza, Claudio Di Mauro, Jurandyr L. S. Ross entre muitos outros geógrafos.

Contudo, a natureza, em primeiro passo, deve ser entendida de forma interdependente em relação aos elementos do meio ecológico (Geomorfologia+clima+hidrologia) onde o fator biológico seja bastante considerado. A partir daí, procedem-se os estudos das análises e mapeamentos previamente executados, possibilitando a síntese e as correlações demandadas (Nascimento, 2001).

No Brasil, o Congresso Internacional de Geografia realizado no Rio de Janeiro em 1956 foi importante neste sentido. E neste bojo Ab'Saber (1969) incorporou muito bem esta perspectiva. O que inclusive reflete-se na produção geomorfológica do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de São Paulo, tratando-se de uma das mais sérias e consistentes contribuições geomorfológicas do país: Ab'Saber, Aziz Nacib. Um conceito de geomorfologia a serviço das pesquisas sobre o quaternário. Geomorfologia, n. 18, p. 1-23, 1969.

Este célebre trabalho, tornou-se referência nos estudos gemorfológicos, geográficos, em outras áreas do conhecimento e até nos estudos interdisciplinares. E merece nossa atenção aqui. Este importante artigo, considera os estudos Geomorfológicos recentes a partir de uma tríade: Compartimentação topográfica, Estrutura superficial da paisagem e Fisiologia da paisagem. Sendo que:

Formas da Superfície - compartimentação topográfica, envolve:

✓ Caracterizar e descrever as formas de relevo, o mais detalhadamente possível, em cada compartimento.

✓ Identificar as formas de relevo com base no estabelecimento de diferenças e semelhanças, na delimitação das unidades e na descrição das formas.

Materiais - Estrutura superficial da paisagem, trata sobre:

✓ Avaliação dos aspectos morfogenéticos

✓ Material que corresponde ao que está próximo à superfície, constituído por solos, depósitos coluvionares e aluvionares, detritos e rochas etc.

✓ Estabelecimento das primeiras proposições interpretativas sobre os processos paleoclimáticos e morfoclimáticos ao longo do Quaternário, o que corresponde à análise morfoclimática.

✓ Considera a litosfera sob condições genéricas, pois essa é tão somente incorporada devido às suas propriedades e arranjos estruturais e litológicos que têm maior resistência aos processos de meteorização.

Processos - Fisiologia da paisagem:

✓ Funcionamento; dinâmica da paisagem atual.

✓ Compreensão dos fluxos de matéria e energia.

✓ Entendimento da sucessão habitual do tempo e da ocorrência dos fatos climáticos excepcionais, ou seja, os espasmódicos. Estes estão associados aos processos biogênicos e químicos correlatos.

A Figura seguinte, estrutura a lógica de pensamento do artigo supracitado.

Figura 2 – Geomorfologia do Quaternário



Fonte: Autor, 2023.

Apesar de toda a contribuição teórico-conceitual, epistemológica e de sistemáticas operacionais na construção de uma proposta sobre estudos ambientais integrados promovida por Ab'Saber e por outros (as) docentes, não se vislumbrou algo mais consensual. E neste sentido, que alinhasse método de investigação, e mantivesse uma sequência de avaliação sistemática dos estudos setoriais (Geologia, Geomorfologia, Condições Climato-hidrológicas, Solo-Vegetação e agentes produtores do espaço/uso ocupação/impactos ambientais).

A partir daí, e considerando o que foi colocado até o momento neste texto, foram sumarizadas algumas questões centrais que persistem como problemática e desafio interdisciplinar para os estudos integrados. Merece nossa atenção:

Limites e possibilidades nos estudos e avaliações integradas

Porque ainda persiste confusão entre escalas espaciais com categorias distintas entre áreas do conhecimento que tratam do tema em tela, como Biologia/Ecologia e Geografia, respectivamente: Ecossistemas e Geossistemas?

A propósito disto, Ab'Saber deu importantes contribuições, junto como Carlos Augusto Figueiredo Monteiro e Jean Tricart, na assertiva de que trabalhar os Ecossistemas em pé de igualdade dos Geossistemas, não colaboram para os estudos Ecológicos, tampouco aos Geográficos. Portanto, como diz Nascimento e Sampaio (2001), entre Ecossistemas e Geossistemas, não há nível de igualdade. Mas sim, complementaridade.

O entendimento conceitual de meio ambiente ou ambiente como algo somente biofísico, apartado da sociedade em sua formação, construção, dinâmica e apropriação da natureza e do uso dos recursos naturais, confunde mais que explica os estudos integrados?

Neste bojo, prevalecem entendimentos e considerações reducionistas sobre o ambiente como natureza, ao contrário da unificação que apregoam Bertrand (1968), Souza (2000), Ab'Saber (2003) e Nascimento (2006)?

Por quais razões há diagnóstico focado na caracterização e dinâmica de uma natureza entendida só e somente como entidade física, e tampouco conceituada a partir da concepção de natureza não-natural? Ou seja, natureza também como conceito e construção social, como advogam várias autorias (Capdevila, 1981; Coelho, 2001; Bernardes e Ferreira, 2003; Gonçalves, 2001, 2005; Moraes 2005).

Porque o entendimento pouco articulado de que o ambiental é algo socioambiental, sem perceber que ele também é físico-ambiental?

E que, portanto, o ambiente é todo, logo ele é socioambiental e físico-ambiental; como faces de uma mesma moeda?

Deste modo, acredita-se que uma avaliação destas questões e problemas, reorientam visões mais articuladas e integradas do ambiente sobre diagnósticos e estudos integrados. Igualmente, que a Geografia pode contribuir e organizar uma proposta para esse caminho.

Mesmo por que, as vantagens das abordagens integrativas são muitas (Ab'Saber, 2003) e estão ratificados em diversos trabalhos (Souza e Oliveira, 2011; Ross, 2006; Nascimento, 2006). Neste sentido, desde os trabalhos sobre Domínios Morfoclimáticos e Fitogeográficos do Brasil, até sua arrumação em Domínios Morfoclimáticos, algumas linhas argumentativas deixam claro as dúvidas e limites que pairam sobre os estudos integrados. Geralmente, nos parece que cada grupo, cientista ou mesmo área do conhecimento elege seus próprios critérios para avaliação sistemática.

Observemos ainda que:

✓ As Geociências e Ciências da Terra acabam por se confundirem, epistemologicamente, com fortes repartimentos em suas metodologias e resultados de pesquisa, perdendo o poder analítico integrativo.

✓ Muitos trabalhos sobre sociedade x natureza, são na prática diagnósticos do meio físico confundidos com diagnósticos ambientais integrados. O que há décadas, já tinha sido rebatido por Ab'Saber.

✓ Contudo, a Geografia apresenta muitas vantagens aos estudos e diagnósticos ambientais integrados, tem assentos importantes nos estudos e teorias de Ab'Saber. Ela usa paisagem como categoria central, se baseiam na TSG de Ludwig von

Bertalanffy (1968, 1972, 1975a, b, 1976), e respectivas adaptações às suas áreas, com propostas de hierarquização de unidades de paisagens mais bem acabadas e testadas.

✓ A Geografia Física se apropriando da TGS por meio dos Geossistemas, deu caráter unificador à Geografia, até então mundialmente indefinido. Nesta esteira dos trabalhos e aplicados da Geografia Física, a Teoria Geossistêmica contribuiu com os estudos e diagnósticos ambientais integrados de um modo geral. Sendo que as contribuições e trabalhos de Ab'Saber que destacam os estudos integrados, colaboram até hoje com os estudos Geossistêmicos – como uma via de mão dupla!

✓ E potencialmente, a Geografia Física pode contribuir com outras áreas do conhecimento na sistematização e esquematização de formulações, estudos integrados e aplicações, dando subsídios teórico-conceituais e metodológicos aos estudos, análises e diagnósticos.

Portanto, há profícuo diálogo entre o trabalho de Ab'Saber e avaliação Geossistêmica de Bertrand (1968), sobre muitas perspectivas:

✓ Pela necessidade e tratamento escalar.

✓ Através do destaque as potencialidades e limitações de uso dos recursos naturais nos mais diversos tipos de paisagens.

✓ O jogo de relação e integração entre os componentes do universo avaliado, seja qual for a escala: Domínio, Região e Paisagem.

Escopo para uma agenda analítica

A par do que foi trazido até aqui, é muito importante considerar que os estudos integrados reúnem um conjunto de possibilidades analíticas nas várias áreas do conhecimento. A Geografia como Ciência com largo auxílio de Aziz Ab'Saber em são importantes neste sentido.

É necessário aprofundar a questão é saber quais as contribuições e principais trabalhos que Ab'Aziz tem com os estudos integrados, destacando a Geografia como linha condutora e articuladora de um pensamento e método propositivo, reunindo uma sistematização do conhecimento que contribuam com seu Estado da Arte e aplicações.

Se faz necessários avaliar estudos e avaliações integradas, investigando suas bases fundamentais, teorias e metodologias, enquanto elementos importantes na discussão do tema, concorrendo para formação (proposição) de um estratagema de método que unifique uma linha mais bem acabada do temário aqui avaliado; destacando para isso a Geografia Física como plataforma de trabalho.

É preciso haver um levantamento e avaliação sobre grades curriculares de IES do Brasil de cursos de Geografia e das áreas de Geociências e afins, para analisar como cursos e disciplinas trabalham a lógica de formação discente, produção de disciplinas e do conhecimento sobre o tema Estudos Ambientais Integrados. E neste sentido, apurar melhor suas linhas teórico-conceituais e metodológicas, avaliando a contribuição do Professor Aziz na lógica de feitura e realização do que foi produzido.

A partir daí, é necessário analisar e tabular dados e informações sobre como docentes, discentes e grupos de pesquisa

trabalham com estudos integrados, projetando representações espaciais com um mapeamento temático, e distinguindo suas abordagens através das mais diversas modalidades de estudos integrados. Quais sejam: Geossistemas, Análise Geoambiental, Geoecologia, Ecologia das Paisagens, Ecogeografia, Geodiversidade ou Ecossistemas. Como mostrado no item "Uma proposta investigativa ".

Sugere-se, ainda (com base em Nascimento, 2006), que podem dar suporte ao desenvolvimento destas pesquisas aspectos relacionados às ciências naturais e sociais - básicas e aplicadas – fundamentados na Teoria Geral dos Sistemas (Bertalanffy, 1968, 1972, 1975a, b, 1976), a qual, dentro da temática ambiental sob o crivo geográfico (Métodos da Geografia - Pierre, 1986), visa principalmente à integração dos elementos que compõem as unidades de paisagens. Neste caminho, os estudos interdisciplinares, multivariados e integrados darão respaldo ao escopo almejado.

A própria linha de trabalho de Ab'Saber pode ser observada ou está correlacionada com diversos outros textos. Dentre os quais, a integração de fatores físicos e humanos, interagindo no tempo e no espaço é evidente, como no caso: Tricart (1977), Sotchava (1974, 1977), Capdevila, 1981, Monteiro (2000), Ribeiro (2004); Nascimento (2001, 2003), Nascimento e Sampaio (2003/2004), Souza (1985 e 1988), Sales (2004), Suertegaray (2010). Outros trabalhos que também consideram análise sistêmica (Chorley,1971; Christofoletti, 1979) e a teoria Geossistêmica e sua aplicação.

Sem nos esquecermos daqueles trabalhos em que a interação dos estudos ambientais se dá por meio de áreas diversas do conhecimento - ecologia, biologia, ciências sociais etc.; Drew (1986), Tavares (1988), Casseti (1995), Tauk (1995), e Gonçalves (2001)

dentre outros. Estes consideram, ademais, a relação sociedade e natureza para que seja possível melhor se confrontar com a face de imprecisões do tema proposto, desvendando aspectos inerentes a sua compreensão.

Uma proposta investigativa

Nos trabalhos integrados, a consideração do conjunto é indispensável por meio dos elementos e aspectos naturais e sociais, em face de sua diversidade e heterogeneidade. É preciso eleger uma metodologia e procedimentos que reúnam possibilidades de entendimento e integração dos elementos e fenômenos que indiquem as potencialidades/limitações para o uso e ocupação dos recursos naturais.

Neste sentido, desde os anos de 1960 Ab'Saber dava sinais claros desta perspectiva a partir de vários trabalhos, como aqueles que trouxeram a abordagem dos Domínios Fitogeográficos de várias regiões do Brasil e que vieram a culminar com o texto: AB'SABER, Aziz Nacib. Províncias Geológicas e Domínios Morfoclimáticos do Brasil. In: Geomorfologia (20). São Paulo: USP – IG, 1970.

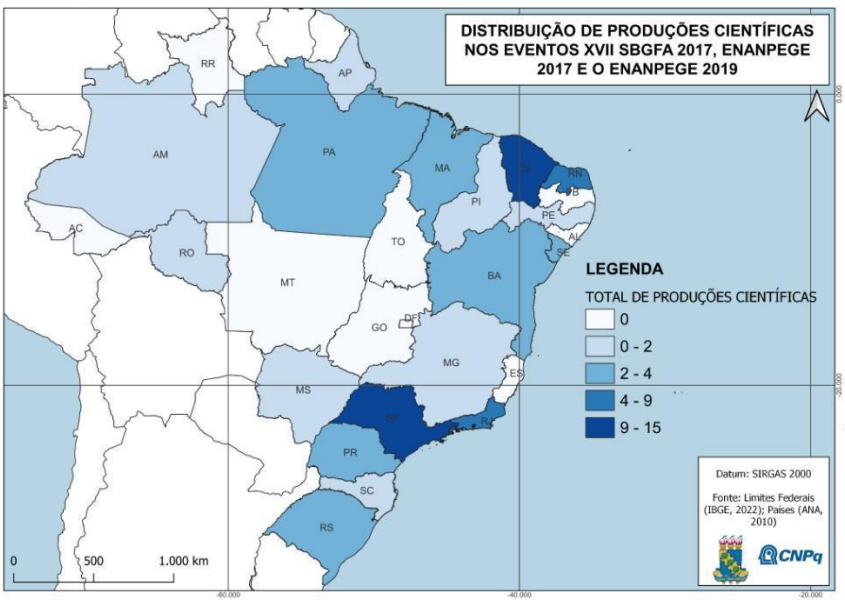
A investida proposta aqui, portanto, aponta para correlações e investigações da diversidade e complexidade de questões ambientais (físicas e humanas), que orientem uma visão ampla e holística do ambiente em suas múltiplas dimensões. Este caminho é necessário para culminar com enfoque integrado das discussões do temário em tela, analisando a problematização supracitada.

Para um panorama geral sobre o tema em foco no Brasil, foram escolhidas datas para antes da Pandemia de Covid 19, com fins ao levantamento de anais e cadernos de resumos de temas

correlatos aos estudos ambientais integrados: Geossistemas, Análise Geoambiental, Geoecologia, Ecologia das Paisagens, Ecogeografia, Geodiversidade ou Ecossistemas, Gestão e Planejamento Ambiental e Zoneamento Ecológico-Econômico ou Zoneamento Ambiental.

Com isto, foi produzido um cartograma (Fig. 3) projetando trabalhos publicados em anais de eventos em Geografia que trabalham com Estudos e Diagnósticos Integrados. Foram escolhidos como base de dados eventos do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Brasil (ENANPEGE) de 2017 em Porto Alegre/RS e de 2019 em São Paulo.

Figura 3: Publicações sobre estudos integrados em eventos da ENANPEGE.



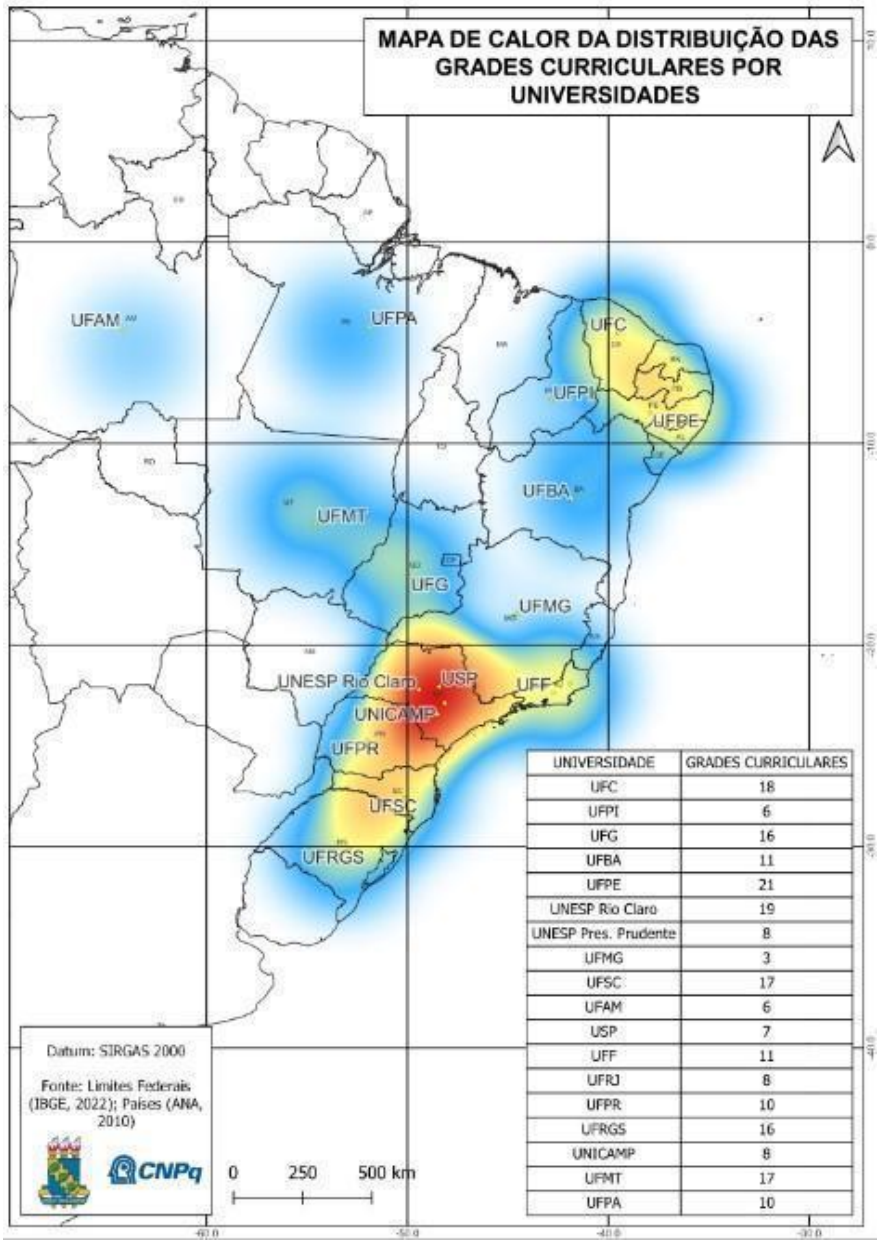
Fonte: Nascimento, Souza, 2023.

Este levantamento é útil para avaliarmos a participação destes temas na Geografia Nacional, levando em conta os eventos supra, como importantes pontos de precipitação do conhecimento na Área de Atuação e sua relação com áreas correlatas. A partir de

levantamentos deste tipo, é dada luz aos temas que envolvam estudos ambientais integrados, estabelecendo um *ranking* dos mais presentes, percebendo sua proporção no universo dos trabalhos publicados, e avaliando conteúdos qualitativos daqueles selecionados no montante extraído. É sugerido, além do mais, que outras representações espaciais sejam produzidas ampliando o número de eventos e revendo os temas eleitos para apreciação sobre estudos integrados no Brasil. Assim, deduz-se sobre contribuições de Aziz neste cenário.

Igualmente, foi produzido um mapa de calor com base em 2023, mostrando os números de disciplinas sobre Geografia Física, Meio ambiente e Estudos Ambientais Integrados de vários cursos de Graduação e contados os cursos de Pós-Graduação (mestrado e doutorado) em Geografia, existentes nestas diversas instituições do Brasil. Embora a Geografia Física não seja um mérito em si, ela apresenta boa capacidade de propor estudos integrados partindo do conhecimento sobre a dinâmica das paisagens.

Figura 4: Distribuição de Grandes Curriculares sobre Geografia, Meio Ambiente e Estudos Integrados e 2023



UNIVERSIDADE	GRADES CURRICULARES
UFC	18
UFPI	6
UFG	16
UFBA	11
UFPE	21
UNESP Rio Claro	19
UNESP Pres. Prudente	8
UFMG	3
UFSC	17
UFAM	6
USP	7
UFF	11
UFRJ	8
UFPR	10
UFRGS	16
UNICAMP	8
UFMT	17
UFPA	10

Fonte: Nascimento, Souza, 2023.

Neste enquadramento, é possível observar as IES com cursos de Geografia que mais sobressaem com os currículos que contenham

disciplinas temáticas atinentes aos estudos ambientais integrados, conforme nossa eleição de temas supracitados.

Com a expansão e atualização destes mapas, é possível criar banco de dados a partir da análise e tabulação de dados e informações sobre como docentes, discentes e grupos de pesquisa que trabalham com Avaliações Ambientais Integradas.

Últimas colocações

As Avaliações Ambientais Integradas, em seu estado da Arte e metodologias associadas, têm grande importância nos estudos da natureza de *per si* e da relação desta com a sociedade. As Geociências, Ciências da Terra e da Natureza e Ciências Sociais Aplicadas, em geral, trabalham muito nesta linha. Em particular destaque, a Geografia Física se preocupa com esta problemática. E o Professor Aziz Nacib Ab'Saber em sua trajetória, foi um dos principais geógrafos e pioneiros nestes estudos no Brasil.

Observamos que cada campo disciplinar vem tratando sua abordagem precípua, correlacionando fatores físicos e humanos, em regra, a partir da Teoria Geral do Sistemas/TSG. Longe de uma metateoria, entrementes, estas mesmas áreas apresentam metodologias próprias sem uma base teórico-conceitual e metodológica comum, que vão para além da TSG e que seja necessário em análises com um conceito de paisagem como elemento chave para os estudos integrados, e que ao mesmo tempo seja abrangente e complexo para além das componentes biofísicas. Conquanto, houve esforços por procedimentos operacionais que buscassem a inter-relação, em causa e efeito, das componentes

ambientais (físicos e humanos); porém, restou-lhes dificuldades de integração dos dados, correlacionando-os no tempo e no espaço.

A Geografia e seu sub-ramo Geografia Física, pode vir a calhar nisto, ao tempo que além de considerar a paisagem como categoria central nessa análise, investem em análises espaciais e de lapsos temporais integrados – como já falara Ab'Saber nos anos de 1970. Espaço-tempo são categorias importantes, por onde se arranjam paisagens e regiões em aninhamento hierárquico. Isto a par de um sistema de classificações ordenados e orientados pela integração de fatores físicos e humanos.

Essa questão é passível de observação em propostas como Geossistemas, Geoecologia e Ecogeografia, por exemplo. O texto aqui apresentado, abordou bases teóricas e metodológicas sobre estudos ambientais integrados nas Geociências, com destaque para Geografia Física. Entre os principais temas relacionados e estudados estão: tendências e perspectivas de análises integradas nas Geociências e na Geografia Física; perspectivas analíticas em estudos da natureza; estudos setoriais e integrados; análises geoambientais; Geossistemas e ecossistemas; teoria ecodinâmica; dinâmica e funcionalidade da paisagem; e enfoque integrativo.

E em especial, consideramos que o Professor Aziz Nacib Ab'Saber, em toda a sua trajetória e sabedoria, contribuiu com uma vastidão de trabalho que, de um modo ou doutro, colocaram a paisagem no centro da análise do ambiente. Sobretudo, não só na Geografia, mas de modo interdisciplinar em diversas áreas do conhecimento.

Referências Bibliográficas

AB'SABER, Aziz Nacib. Conhecimentos sobre as flutuações climáticas do Quaternário no Brasil. In: Notícia Geomorfológica, n° 1. Campinas, São Paulo. 1958. p. 24-30.
AB'SÁBER, A. N. São Paulo. Mineração e Metalurgia, Rio de Janeiro, v. 12, n. 71, p. 221-223, 1948.
AB'SÁBER, A. N. Seqüência de rochas glaciais e subglaciais dos arredores de Itu, São Paulo. Mineração e Metalurgia, Rio de Janeiro, v. 13, p. 43-44, 1948.
AB'SÁBER, A. N. O intercâmbio cultural entre o Brasil e os países árabes. Revista da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, v. 6, n. 17, p. 80-101, 1958.
AB'SÁBER, A. N. Províncias Geológicas e Domínios Morfoclimáticos do Brasil. In: Geomorfologia (20). São Paulo: USP –I.G, 1970.
AB'SÁBER, A. N. Participação das Depressões periféricas e Superfícies aplainadas na Compartimentação do Planalto Brasileiro. In: Geomorfologia, n° 28. USP: São Paulo, 1972. 38p.
AB'SÁBER, A. N. O Domínio morfoclimático das caatingas brasileiras. São Paulo. Geomorfologia, n° 43 - IGEOG - USP, 1974, 37p.
AB'SÁBER, A. N. O Domínio morfoclimático semiárido das caatingas brasileiras. In: Geomorfologia, n° 43. USP: São Paulo, 1974. 37p.
AB'SÁBER, A. N. O preço dos livros importados. Notícia Geomorfológica, Campinas, v. 2, n. 3, p. 47-48, 1959.
AB'SÁBER, A.Espaços ocupados pela expansão dos climas secos na América do Sul, por ocasião dos períodos Glaciares Quaternários. In: Paleoclimas, n° 3. IGEOG-USP: São Paulo, 1977a. 20p. ___. A problemática da desertificação e da savanização no Brasil. In: Geomorfologia, n° 53. USP: São Paulo, 1977. 20p
AB'SÁBER, A. N. Os mecanismos da desintegração das paisagens tropicais no Pleistoceno: efeitos paleoclimáticos do período Würm-Wisconsin: no Brasil. In: Paleoclimas, n° 8. IGEOGUSP: São Paulo, 1979. 11p.
AB'SÁBER, A. N. Os Domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 159p.BELTRAME, A. da V. Diagnóstico do meio físico de bacias hidrográficas: modelo e aplicação. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994. 112p.
AB'SÁBER, A. N. A cidade e a cultura. Encontro Inermunicipal de Cultura. Belo Horizonte. Anais... São Paulo: Pólis, 1995. p. 50-55.

AB'SÁBER, A. N. Sertões e Sertanejos: uma geografia humana sofrida. In: Revista Estudos Avançados. Dossiê Nordeste seco. 13 (36), São Paulo: Centro de Estudos Avançados, 1999. p. 7 – 59.
AB'SÁBER, A. N. Megageomorfologia do território brasileiro. IN: Cunha, S. da. E Guerra, A. J. T. Geomorfologia do Brasil. 2ª. Ed., Rio de Janeiro, 2001. p. 71-106.
AB'SÁBER, A. N. O solo de Piratininga. In: AB'SÁBER, A. N.; PREZIA, B.; KEHL, L. A. B.; LOMONACO, M. A.; DONATO, H.; SCHWARCZ, L. M.; SEVCENKO, N.; BUENO, E. (Orgs.). Os nascimentos de São Paulo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. 207p.
AB'SÁBER, A. N. Gênese de uma megalópole: a vôo de pássaro. In: Expedição São Paulo 450 anos: uma viagem por dentro da metrópole. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes, 2004. p. 14-15.
AB'SÁBER, A. N. Aula de geografia. Revista E, São Paulo, n. 91, dez. 2004
AB'SÁBER, A. N. O papel social das bicicletas. Scientific American Brasil, São Paulo, n. 68, p. 98, 2007.
AB'SÁBER, A. N. Sobre a ocorrência de cavidades pedocársticas no sítio da barragem de Tucuruí. In: A obra de Aziz Nacib Ab'Sáber. São Paulo: Beca, 2010, p. 29-45. (Edição Facsimilar, Transcrição e Comentário de Andrea Bartorelli)
BERNARDES, Júlia A. e FERREIRA, Francisco P. de M. Sociedade e natureza. In: Cunha, S.B da e Guerra, A.J.T. A questão ambiental: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 17-42.
BERTALANFFY, L. Von. General System Theory. Foundations, development and applications. New York: George Braziler, 1968.
BERTALANFFY, L. Von. Teoria geral dos sistemas. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1975.
BERTALANFFY, L. Von. Perspectyvas en la teoría general de sistemas. Estudios científico-filosóficos. Madrid: Alianza Editorial, 1975. BERTALANFFY, L. et al. Teoria dos Sistemas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1976. BERTALANFFY, L. ET AL. Tendencias en la teoría general de sistemas. Madrid: Alianza Editorial, 1972.
BERTRAND, Georges. Paysage et Géographie Physique Global. Esquisse Méthodologique.Revue Géographique dês Pyrenées et du Sud Ouest. Toulouse, france. 39(3). 1968. p.249-272.
CAMARGO, Luis H. R. Geografia, Epistemologia e Método da Complexidade. In: Revista Sociedade e Natureza. 14 e 15 (26 a 29): 133-150. Uberlândia: Edufu, 2003.

CAPDEVILA, M. de BOLOS i. **Problematica actual de los estúdios de paisaje integrado**. *IN:* Revista de Geografía, Nº 15, 1981. *p. 45-68.*
CAPEL, Horácio e Urtega, Luiz. **Las nuevas geografias**. Barcelona: Coleccion Salvat – Temas Clave. Salvat Editores, S.A, 1998. p. 8-20.
CASSETI, Valter. A ideologia da modernidade e o meio ambiente. In: Boletim Goiano de Geografia. Vol 15. N.1, 1995. p. 17-34.
CLAUDINO-SALES, Vanda. **Aziz Nacib Ab'Saber**: um grande centenário. In: Revista Margarida Penteado –Revista de Geomorfologia. v.1n.1, junhode 2024, p.1-3
CHORLEY, R. J. A. Geomorfologia e a teoria dos sistemas gerais. In: Notícia Geomorfológica. Campinas: s/ed. 11(21): 3-32,1971.
CHRISTOFOLETTI, Antônio. Análise de Sistemas em Geografia. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1979.
COELHO, Maria C. N. Impactos ambientais em áreas urbanas: teoria, conceitos e métodos de pesquisa. In: Guerra, A. J. T e Cunha, S.B. da. (orgs). Impactos Ambientais Urbanos no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 19-45.
CORREÂ, Roberto L. A organização regional do Espaço brasileiro. In: Correâ, R.L.Trajetórias Geográficas. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 1997. p. 197-211.
DREW, David. Processos interativos homem-meio ambiente. (Tradução de João A. dos Santos e Suely Bastos) São Paulo: DIFEL, 1986. 206p.
FALCAO SOBRINHO, J. (Org.); **NASCIMENTO, F. R.** (Org.). Claudino Sales (Org.). Geodiversidade: abordagens teóricas e práticas. 1. ed. Sobrasil: Sertão Cult, 2020. v. 1. 1p
GEORGE, Pierre. Os Métodos da Geografia. 2ª edição. São Paulo: Difel, 1986. P. 119
GONÇALVES, Carlos, W. P. Os (Des) Caminhos do Meio Ambiente. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2001. 148p.
GREGORY, K; J. A Natureza da Geografia Física. RJ: Bertrand Brasil. 367p
GRIGORYEV, A.A. *The I of Sciences in the study of the Earth*. Press Publisher. Moscow, 1968. p. 77-91. Tradução de Mirian Ramos Gutjahr - Os Fundamentos teóricos da Geografia Física Moderna.
KLINK, Hasns Jürgen. Geoecologia e Regionalização natural (bases para pesquisa ambiental). In: Biogeografia. USP: São Paulo. 32p.
MENDONÇA, Francisco. Geografia socioambiental. In: Terra Livre. N. 16. SP, 2001. P. 139-158
MORAES, Antônio Carlos Robert de. Meio ambiente e ciências humanas. São Paulo: Annablume, 2005. 162p. AB'SABER, Aziz

Nacib. Os Domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 159p.
MORAES, Antônio Carlos Robert de. Meio ambiente e ciências humanas. São Paulo: Annablume, 2005. 162p.
MOREIRA, Ruy. Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica. São Paulo: contexto, 2006. 191p.
NASCIMENTO, Flávio R. do. Método em questão. O uso da teoria dos sistemas em Geografia: o caso da Geomorfologia. Fortaleza. UFC. (TCC Bacharelado), 135f. 2001.
NASCIMENTO, Flávio R. do. SAMPAIO, José Levi Furtado. Geografia Física, Geossistemas e Estudos Integrados da Paisagem. Disponível em: http://www.uvanet.br/rcg/artigos/geografia_fisica.pdf. 2003/2004.
NASCIMENTO, Flávio R. do. e Carvalho, Osires. Bacias hidrográficas como unidade de planejamento e gestão geoambiental: uma proposta metodológica. IN: Revista Fluminense de Geografia. Niterói. N°2, 2003. p. 61-82.
NASCIMENTO, Flávio R. do. Degradação ambiental e desertificação no Nordeste Brasileiro: o contexto da Bacia Hidrográfica do rio Acaraú – Ce. Doutorado em Geografia. UFF: Niterói. 358pgs
NASCIMENTO, Flávio R. do. Uma análise na escala do Nordeste e estratégias Regionais na organização/integração para o combate ao SARS-COV-2. In: Wagner Costa Ribeiro. (Org.). COVID 19. Passado, Presente, Futuro. 1ed.São Paulo: FFLCH/USP, 2020, v. 1, p. 141-167
MODENESI-GAUTTIERE, Celso Dal Re., MAY; LISBOA, Matias B. de Andrade; Virginio; BARTORELI, Andrea; A obra de Aziz Nacib Ab'Saber. São Paulo: Beca-Ball edições, 2010. 588p
PENTEADO, Margarida M. O. Metodologia integrada no estudo do meio ambiente. Geografia (Associação de Geografia Teoretica). 10 (20). Rio Claro:SP. p. 125-148.
RIBEIRO de M., D. Geossistemas: sistemas territoriais naturais. UFMG-BH, online: http://www.sites.uol.com.br/ivairr/dirce.htm. Consultado em 10/04/2004.
RODRIGUES, José. M. M. Planificación ambiental. La Habana. Editorial Félix Varela, 2008. 166p.
ROSS, Jurandyr L. S. Ecogeografia no planejamento ambiental territorial. IN: Sociedade e território. V. 20, IN. Natal: Ed. SBGFA, 1998. P. 8-37.
ROSS, Jurandyr L. S. Natureza e sociedade nos espaços agroambientais do Brasil. IN: Ecogeografia do Brasil. Subsídios para planejamento ambiental. SP: Oficina de Textos, 2006.

SALES, Vanda C. Geografia, sistemas e análise ambiental: abordagem crítica. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 16, pp. 125 - 141, 2004.
SILVA, Cassio R. da (Org.). Geodiversidade do Brasil: conhecer o passado, para entender o presente e prever o futuro. Rio de Janeiro: CPRM, 2008, 264 p
SOTCHAVA, Victor. To the theory of classification of geosystems with terrestrial life. In: Reports of the Institute of Geography of Siberia and the Far East, USSR, 1974.
SOUZA, Marcos J. N. de. O campo de ação da Geografia Física. Boletim de Geografia Teorética: In: Simpósio de Geografia Física Aplica, Rio Claro: 15 (29-30), 1985. p. 32-40.
SOUZA, Marcos J. N. de. Bases naturais e esboço do zoneamento geoambiental do Estado do Ceará. In: LIMA, Luiz. C. (Org.) Compartimentação territorial e gestão regional do Ceará. Fortaleza: FUNCEME, 2000. p 6-105.
SOUZA, Marcos J. N. de. OLIVEIRA, Vládia Pinto Souza e Oliveira de. Análise Ambiental - Uma Prática da Interdisciplinaridade no ensino e na Pesquisa. Rede: Revista Eletrônica do Prodema, v. 7, p. 42-59, 2011.
SCIFONI, Simone. A natureza na preservação do patrimônio cultural paulista: a contribuição de Aziz Nacib Ab'Saber. Estudos de cultura material/Dossiê. In: Anais do Museu Paulista, v. 28, p. 1-30, 2020.
SILVA, Maria Auxiliadora da; Cordeiro; Itaciane Ramos, Paula Regina (Org.). Caminhos de Ab'Sáber. Caminhos do Brasil. Salvador: EDUFBA, 2013. 139 p.
STRALER, A. e STRALER, A. H. Geografía Física. 3ª. ed. Barcelona: Omega, 1989. 550p.
SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia Física e Geografia Humana: Uma questão de método- um ensaio a partir da pesquisa sobre Arenização. GEOgraphia (UFF), v. 12, p. 8-29, 2010.
TAUK, Sâmia. M. (Org.). Análise ambiental: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Ed. da UNESP, 1995. p. 33-175.
TAVARES, Antônio C. Geografia, Meio Ambiente e Sociedade. IN: Geografia. 13(26), Ed. da Unesp: Rio Claro, 1988. p 1-22.
TRICART, Jean. O campo na dialética da Geografia. In: Revista do Departamento de Geografia. N. 19. Revista do Dept. de Geografia: Rio de Janeiro. 2006. P. 104-110.
TRICART, Jean. Ecodinâmica. Rio de janeiro, IBGE, Diretoria Técnica, SUPREN,1977. 95p.

TROLL, Carl. A paisagem geográfica e sua investigação. In: Espaço e Cultura. N. 4, (tradução de Gabrielle Braga) Rio de Janeiro, 1997. p.?
TROPMAIR, Helmult. Biogeografia e Meio Ambiente. (Cap. 5). Rio Claro: Graff-Set, 1989
WEINBERG, G. M. An introduction to general systems thinking. Otawa: John Wiley & Sons, Inc. 1975. ZONNEVELD, I. S. Land evaluation and landscape science. In: ITC. Textbook of photo- - interpretation. Enscheda (Hl), 1979. ZONNEVELD, I. S. The land unit – A fundamental concept in landscape ecology, and its applications. In: Landscape Ecology. SPB- Publishing Hague, v. 3, n. 3, p. 67-86, 1989.

Submetido em: 21 de junho de 2024
Devolvido para revisão em: 29 de julho de 2024
Aprovado em: 02 de setembro de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3611

Como citar:
NASCIMENTO, F. R. do. DE A-Z: AZIZ NACIB AB'SÁBER, O SABER E A INTERDISCIPLINARIDADE. **Terra Livre**, São Paulo, ano 39, v.1, n.62, jan.-jun. 2024, p. 98-134 Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3611. Acesso em: dia/mês/ano.

TRIBUTO AO PROFESSOR AZIZ NACIB AB'SÁBER: FATOS E TEMAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA INESTIMÁVEL

TRIBUTE TO PROFESSOR AZIZ NACIB AB'SÁBER: FACTS AND THEMES OF AN INVALUABLE ACADEMIC CAREER

HOMENAJE AL PROFESOR AZIZ NACIB AB'SÁBER: HECHOS Y TEMAS DE UNA CARRERA ACADÉMICA INVALORABLE

Marcos José Nogueira de Souza
Universidade Estadual do Ceará
marcos.nogueira@uece.br

Resumo:

Este artigo faz um tributo ao Prof. Aziz Nacib Ab'Sáber, dando ênfase a alguns fatos e temas da sua trajetória acadêmica. Objetiva apontar fatos relevantes da vida pessoal e profissional do eminente geógrafo, humanista e ambientalista brasileiro, com destaque para a construção da Pós-Graduação em Geografia no Brasil. Reconhecido como um dos maiores geomorfólogos do mundo, o Prof. Ab'Sáber buscou outros caminhos da ciência para tratar de assuntos relevantes, sob a ótica da interdisciplinaridade. Foi editor de inumeráveis publicações científicas no campo da Geomorfologia e das questões ambientais, planejamento ambiental e ordenamento territorial. Procedeu-se a seleção criteriosa de alguns temas abordados Telo Prof. Ab'Saber, tais como: o conceito de geomorfologia a serviço de pesquisas sobre o Quaternário; do caráter diferencial das diretrizes para uso e proteção da natureza no Brasil; da problemática da desertificação no Brasil.

Palavras-chave: Geomorfologia, paisagem, ecodinâmica, domínio morfoclimático, desertificação.

Abstract:

This article pays tribute to Prof. Aziz Nacib Ab'Sáber, emphasizing some facts and themes from his academic career. It aims to point out relevant facts from the personal and professional life of the eminent Brazilian geographer, humanist and environmentalist, with emphasis on the construction of Postgraduate Studies in Geography in Brazil. Recognized as one of the greatest geomorphologists in the world, Prof. Ab'Sáber sought other paths of science to address relevant issues, from the perspective of interdisciplinarity. He was editor of countless scientific publications in the field of Geomorphology and environmental issues, environmental planning and territorial planning. A careful selection of some topics covered by Prof. Ab'Sáber was carried out, such as: The concept of geomorphology in the service of research into the Quaternary; the differential nature of the guidelines for the use and protection of nature in Brazil; the problem of desertification in Brazil.

Keywords: Geomorphology, landscape, ecodynamic, morphoclimatic domain, desertification.

Resumen:

Este artículo rinde homenaje al Prof. Aziz Nacib Ab'Sáber, destacando algunos hechos y temas de su carrera académica. Tiene como objetivo señalar hechos relevantes de la vida personal y profesional del eminente geógrafo, humanista y ambientalista brasileño, con énfasis en la construcción de Estudios de Posgrado en Geografía en Brasil. Reconocido como uno de los más grandes geomorfólogos del mundo, el Prof. Ab'Sáber buscó otros caminos de la ciencia para abordar temas relevantes, desde la perspectiva de la interdisciplinariedad. Fue editor de innumerables publicaciones científicas en el campo de la Geomorfología, cuestiones ambientales, la planificación ambiental y la ordenación territorial. Algunos temas tratados por el Prof. fueron cuidadosamente seleccionados: El concepto de geomorfología al servicio de la investigación sobre el Cuaternario; el carácter diferencial de las directrices para el uso y protección de la naturaleza en Brasil; El problema de la desertificación en Brasil.

Palabras-clave: Geomorfología, paisaje, ecodinámica, dominio morfoclimático, desertificación.

Inumeráveis têm sido, em anos recentes, os estudos produzidos a respeito do legado científico e cultural do Prof. A. N. Ab'Sáber, grande geógrafo brasileiro.

De modo especial, faz-se referência aos trabalhos e depoimentos elaborados por professores e pesquisadores, condensados em duas publicações essenciais: "A obra de Aziz Nacib Ab´SÁber (BECA, 2010) e "Caminhos de Ab'Sáber Caminhos do Brasil" (Editora da UFBA, 2012).

Na primeira publicação, faz-se preliminarmente, uma súmula bibliográfica do Prof. Ab'Sáber abordando, sequencialmente, as origens familiares e as lembranças da paisagem nos tempos de menino; a formação acadêmica e os primeiros contatos com os mestres geógrafos; a contratação pela Universidade de São Paulo, as observações geomorfológicas no início da carreira de pesquisador e a influência dos mestres da pesquisa acadêmica, com destaque para geógrafos franceses como Pierre Mombeig, Roger Dion, Jean Tricart e Pierre George. Da literatura brasileira ressalta nomes como Graciliano Ramos, Euclides da Cunha, Gilberto Freire, José Lins do Rego, Jorge Amado, Josué de Castro, dentre outros.

Mostra-se também as experiências das primeiras expedições de campo, visando a leitura de paisagem. Como se ressalta, apesar de ter a sua preocupação voltada para a paisagem como um todo, precocemente especializou-se na geomorfologia.

Conforme ressaltamos em trabalho anterior (Souza et. al, inédito), os temas fundamentais da Geomorfologia brasileira foram objeto dos estudos de Ab'Saber. Dentre esses temas de maior relevância destacam-se: discussões profundas sobre os problemas de origem e interpretação das formas de relevo; enfoques sobre os domínios morfoestruturais e morfoclimáticos com os mapeamentos

respectivos; discussões sobre as superfícies de aplainamento e seus depósitos correlativos; análises circunstanciadas de sítios urbanos de algumas metrópoles brasileiras, com destaque para a cidade de São Paulo e tema da sua tese de Doutorado na Universidade de São Paulo; identificação e discussões sobre as áreas de circundesnudação de bordas de bacias sedimentares soerguidas e a consequente configuração dos amplos compartimentos de depressões periféricas; organização natural das paisagens inter e subtropicais brasileiras; análise dos problemas da desertificação e da savanização no Brasil intertropical, destacando-se a expansão da degradação nos espaços semiáridos recobertos pelas caatingas; mapeamento de temas fisiográficos e ecológicos, tendo os produtos de sensoriamento remoto como ferramentas; significado paleoclimático dos horizontes subsuperficiais de cascalhos inhumados (linhas de pedras) e dos chãos pedregosos.

Ressalta-se, por importante, que na trajetória de pesquisador, o Prof. Ab'Saber buscou outros caminhos da ciência para tratar de temas relevantes, sob a ótica da interdisciplinaridade. Sob esse aspecto, cabe referências, por importante: a estruturação da Teoria dos Redutos, o Projeto Floram e o Desenvolvimento Sustentável, as bases teóricas para o Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia, dentre inumeráveis outros exemplos.

O Prof. Adilson Abreu no informativo da F.F.L.C.H da USP (2012), registra que o Prof. Ab'Sáber era Professor Emérito da Universidade de São Paulo, foi presidente da SBPC e do CONDEPHAAT, onde introduziu o tombamento de Paisagens, tendo recebido inúmeros prêmios nacionais e internacionais.

Foi editor de variadas publicações científicas tanto no campo da geomorfologia como de conhecimentos associados ao meio ambiente e planejamento dos recursos naturais.

Queremos ressaltar, particularmente, o legado do Prof. Ab'Sáber para a Pós-Graduação em Geografia no Brasil. Esse fato histórico, deu-se há mais de meio século, no ano de 1970, quando verificou-se a implementação oficial do Programa de Pós-Graduação em Geografia no âmbito da Universidade de São Paulo, tendo o Prof. Ab'Sáber como Coordenador. Contou para isso como a inestimável colaboração de professores e pesquisadores como Carlos Augusto Monteiro, José Pereira de Queiroz Neto, Olga Cruz, André Libault, Pasquale Petroni, Nice Lecoque Müller, José Bueno Conti, dentre outros.

Do grupo inicial de alunos da Pós-graduação e dos que se seguiram, foi sendo formada parte expressiva do quadro docente responsável pela expansão da Pós-Graduação em geografia no Brasil, que abrange grande parte das instituições oficiais do país. O Prof. Ab'Sáber muito tem a ver com essa história, no que avaliamos ser um dos seus principais legados para a construção da Geografia Universitária do Brasil.

Diante da multiplicidade de temas abordados pelo Profa. Ab'Sáber na sua rica trajetória acadêmica, vamos dar destaque a alguns, que dentre muitos outros, têm importante significado referente às aplicações práticas:

- Um conceito de geomorfologia a serviço de pesquisas sobre o Quaternário
- Do caráter diferencial das diretrizes para uso e proteção da natureza no Brasil.
- Da problemática da desertificação e da savanização no Brasil intertropical.

Um conceito de geomorfologia a serviço de pesquisas sobre o Quaternário (Ab'Sáber, 1969)

Trata-se de um conceito tripartite e operacional, que expõe uma simbiose conceitual, através da qual, são reunidos os principais objetivos de enfoques que caracterizam a Geomorfologia contemporânea.

Desse modo, conforme ressaltava, em um primeiro nível de considerações, a Geomorfologia é um campo científico que cuida do entendimento da compartimentação da topografia regional, assim como da caracterização e descrição, tão exatas quanto possíveis, das formas de relevo de cada um dos compartimentos estudados.

Em um segundo nível, a Geomorfologia busca obter informações sistemáticas sobre a estrutura superficial das paisagens, referentes a todos os compartimentos e formas de relevo. Conforme salienta, através desses estudos, até certo ponto estáticos, obtém-se ideias da cronogeomorfologia e levantam-se as hipóteses sobre a sequência dos processos paleoclimáticos e morfoclimáticos Quaternários da área em estudo. Destacam-se então "as observações geológicas dos depósitos e observações geomorfológicas das feições antigas (superfícies aplainadas, relevos residuais) e recentes do relevo (formas de vertentes, pedimentos, terraços etc.), conduzem a visualização de uma plausível cinemática recente da paisagem".

O terceiro nível enfoca os processos morfoclimáticos e pedogenênicos atuais, tratando da fisiologia da paisagem através da dinâmica climática e da hidrodinâmica. Conhecimentos fundamentais devem ser ressaltados nesse terceiro nível de tratamento tais como: sucessão habitual do tempo; atuação de fatos climáticos não-habituais; ocorrência de processos espasmódicos;

hidrodinâmica da área; processos biogênicos, químicos e interrelacionados.

Acrescenta que, variações sutis da fisiologia da paisagem, podem ser determinadas por ações antrópicas predatórias, que são em grande parte, irreversíveis. Daí a importância de fazer cotejo entre a fisiologia de uma paisagem primária e aquela pertencente a uma área similar contígua e fortemente marcada por influências antrópicas predatórias.

Reconhece que o setor de mais difícil realização, refere-se ao terceiro nível, da dinâmica em processo, que depende de informes prolongados, obtidos em todos os tipos de tempo mais representativos para a área e abrangendo observações em momentos críticos da atividade morfogênica

À luz dessas considerações, a proposta conceitual da geomorfologia pelo Prof. Ab'Sáber é essencialmente operacional e passível de aplicabilidades as mais diversas, conforme exemplos indicados a seguir:

- A delimitação dos geossistemas ou dos sistemas e subsistemas ambientais, têm o critério geomorfológico como referência de síntese do contexto geoambiental ou geoecológico, através da compartimentação e subcompartimentação do relevo;

- O componente geomorfológico tende a refletir as influências litológicas e estruturais, orienta o escoamento superficial e distribuição das bacias e sub-bacias hidrográficas, justifica as alterações locais do clima; tem estreitas relações com a distribuição dos solos e das topossequências, com interferências nos padrões fisionômicos e florísticos da vegetação;

- A denominação dos sistemas, comumente, é feita através dos topônimos do relevo ou da literatura geomorfológica;

- Os níveis de tratamento referentes à estrutura superficial da paisagem e da fisiologia da paisagem, têm importância essencial para avaliar, na prática, aspectos referentes ao uso e ocupação do solo; tratar das condições ecodinâmicas de cada sistema ou sub-sistema ambiental, definindo o grau de estabilidade e/ou instabilidade do ambiente, conforme critérios estabelecidos por Tricart (1977). Nesses casos, os meios estáveis têm a pedogênese preponderando sobre a morfogênese e o modelado do relevo evolui lentamente, de maneira insidiosa e não perceptível. Nos meios instáveis a morfogênese é o elemento predominante da dinâmica ambiental, subordinando os demais componentes naturais. Os ambientes de transição asseguram a passagem gradual entre os meios estáveis e instáveis;

- O mapeamento geomorfológico produzido através do uso de imagens orbitais, adquire evidente importância prática para o mapeamento dos recursos naturais e para subsidiar os princípios básicos preconizados pelo planejamento do ordenamento territorial;

- Através de alguns exemplos e da breve discussão a respeito do conceito de geomorfologia proposto pelo Prof. Ab'Sáber, demonstra-se a sua importância prática para o planejamento ambiental e para a valorização da interdisciplinaridade. Acentua-se do mesmo modo, a importância do componente geomorfológico como componente guia de delimitação dos sistemas ambientais ou dos geossistemas. Descarta-se assim, o tratamento metodológico cartesiano para o conhecimento globalizante da natureza, que privilegia os estudos setoriais e distorce a concepção sistêmica do meio ambiente.

Do caráter diferencial das diretrizes para uso e proteção da natureza no Brasil (Ab'Saber, 1977)

As ideias e discussões da Ab'Saber sobre as diretrizes de uso da natureza, a nível regional, no Brasil, decorreram do conteúdo das palestras de Geomorfologia Ambiental no Curso de Planejamento e Administração de Recursos Naturais promovido pela Universidade Federal do Ceará em 1977. (AB'SÁBER. USP/IG, GEOGRAFIA E PLANEJAMENTO (30), 1977).

Após estabelecer as diretrizes para uma política de preservação de reservas naturais no Estado de São Paulo, assinala que essas diretrizes não são extensíveis a outras áreas do Brasil. Assinala que regiões tão complexas e problemáticas, por exemplo o Nordeste Seco, a Amazônia e o Brasil Central, oferecem outras conjunturas naturais e socioeconômicas, que obrigam a tratamentos específicos e diferenciados no que tange aos problemas de preservação e de uso/ocupação da terra.

Sobre a Amazônia, assinala ser uma faixa ecológica de florestas pluviais contínuas, que recobre um universo de solos pobres e problemáticos do ponto de vista agrícola. Assim, as diretrizes de preservação da natureza têm que ser mais rígidas e até inflexíveis. Acentua que a aventura das chamadas agropecuárias no interior da floresta, em sua primeira fase de atuação, equivale a uma amostragem de um modelo que provou ser inconsistente e altamente predatório. Assinalava, desde então, meio século atrás, que não há vantagens econômicas e sociais para o país, em intensificar a especulação de terras na Amazônia.

Vislumbrava que a ordem de grandeza do espaço natural da Amazônia, cria condições para que a região seja uma das únicas áreas remanescentes do mundo, capaz de ofertar reservas de biosfera.

Precedendo as discussões a respeito da concepção de desenvolvimento sustentável, enaltece a necessidade de conciliar a política desenvolvimentista com uma política esclarecida de preservação sem concessões a quem quer que seja postado no campo da especulação primária.

No domínio dos cerrados e cerradões tidos, até então, como meras reservas de espaço, problemáticas e de duvidosa utilização, houve uma total economicidade agrícola, transformando esse domínio em terras produtivas e rentáveis. Uma diretriz fundamental para o domínio dos cerrados, segundo Ab'Sáber, é a necessidade premente de proteger as matas galerias, reservando-se o uso agropecuário para os interflúvios e vertentes dos chapadões.

No Nordeste semiárido, conforme acentua o Prof. Ab'Sáber, os problemas de preservação da natureza, em termos de reserva e defesa ecológica, são muito mais complexos do que em qualquer outra região do país. Em sua rústica aventura humana no domínio das caatingas, os grupos sociais regionais não têm como pensar em preservação de paisagens, áreas de lazer ou sítios para turismo interno. Destaca-se que, nos sertões, há uma constante e ininterrupta luta pela sobrevivência, dentro da qual, todas as práticas capazes de fornecer recursos para compra de alimentos são adotadas e estendidas para grandes espaços. Ao espaço físico corresponde, de certa forma, um espaço social e um espaço cultural não muito diversificado.

Reconhece, por importante, a resiliência das espécies das caatingas, destacando que, por uma feliz compensação, têm um comportamento resistente em relação à degradação antrópica.

Cumpre assinalar que a caatinga arbórea, as áreas de matas secas que recobriam, primariamente, os solos mais férteis das superfícies pediplanadas sertanejas -Argissolos Vermelho Amarelos e Luvissolos – foram fortemente degradadas. O mesmo pode ser considerado em relação às matas ciliares das planícies fluviais com Neossolos Flúvicos.

Desde então, o Prof. Ab'Sáber chamava a atenção para a necessidade de um planejamento agrícola das terras férteis dos sertões, assim como a seleção de áreas para a prática da silvicultura para fornecer madeiras para a construção e deter a devastação das estreitas matas ciliares remanescentes.

Notava-se, igualmente, a sua preocupação com a proteção dos pequenos espaços produtivos dos "brejos" de encostas e de cimeira. Tratam-se de áreas dispersas pelos sertões que constituem os espaços de exceção do semiárido. Compõem enclaves úmidos fortemente dissecados em rochas do embasamento cristalino, vales entalhados e com Argissolos Vermelho Amarelos revestidos, primariamente, por matas plúvio-nebulares.

A título de comparação, Ab'Sáber demonstrava que os "brejos" de serras são muito mais susceptíveis à erosão e à degradação por processos antrópicos, do que os sertões baixos revestidos por caatingas. Daí a necessidade de proteção desses enclaves úmidos, através do planejamento agrícola baseado no fomento e no gerenciamento dos recursos naturais.

Faz ainda considerações sobre outros sistemas ambientais do Nordeste, salientando, há quase meio século atrás, que o Brasil nos

próximos anos, terá a necessidade urgente de consolidar uma política mais séria de organização do espaço ou do ordenamento territorial.

Da problemática da desertificação no Brasil intertropical (Ab'Saber, 1977).

Na concepção de Ab'Sáber, muito antes dos trabalhos da Convenção Internacional de Combate à Desertificação e à Seca, já tinha como uma das suas preocupações, a problemática da desertificação e da savanização no Brasil intertropical. Dá-se ênfase no presente trabalho, à problemáticas da desertificação.

Admitia como processos parciais da desertificação, todos aqueles fatos pontuais ou areolares, suficientemente radicais para criar degradações irreversíveis da paisagem e dos tecidos ecológicos naturais. Nesse sentido, o território brasileiro, em seu conjunto, exibe um dos mais impressionantes quadros de modificações ecológicas sutis - às vezes irreversíveis - incidindo sobre quase todos os seus grandes domínios paisagísticos.

Ainda em 1977, Ab'Sáber acentuava que nessa área semiárida – o domínio das caatingas – tem sido concebida como uma região semiárida de longa permanência e prolongada adaptação de seus componentes fitogeográficos aos ambientes secos. O Nordeste seco teve condições semiáridas mais fortes ou mais fracas, por um demorado espaço de tempo no Quaternário. Em três séculos de atividades agrárias rústicas, centradas no pastoreio extensivo e algumas décadas de ações deliberadas de intervenção antrópica, com acentuado crescimento demográfico paralelo, terminaram por acrescentar feições de degradação pontuais, de fácil reconhecimento nas paisagens sertanejas, sob a forma de ulcerações dos tecidos ecológicos regionais.

Dentre essas feições de degradação, próprias das áreas submetidas à desertificação, Ab'Sáber apontou as seguintes: "Altos pelados", "salões", vales e encostas secas, lajedos e mares de pedra, paleodunas Quaternárias, áreas de topografias ruiniformes e cornijas rochosas desnudas, áreas de revolvimento anômalo da estrutura superficial da paisagem, malhadas ou chãos pedregosos.

Os "altos pelados" correspondem a interflúvios desnudos de rasas colinas sertanejas, com remoção da biomassa das caatingas e redistribuição de fragmentos de quartzo sobre a superfície. Os fragmentos são liberados dos diques de quartzo que cortam os litotipos do substrato cristalino.

Os "salões" correspondem a áreas com forte incidência de salinização local em áreas de planícies fluviais e baixo vales onde as condições de semiaridez atingem as regiões costeiras. Nessas várzeas salinas, os teores altos de sais impedem a fixação das caatingas e das matas galerias de carnaubais, favorecendo a dispersão da vegetação herbácea halófila, a exemplo de parte do litoral do Rio Grande do Norte.

Os vales e encostas secos correspondem a setores locais de caatingas esparsas, em vales mal servidos por umidade, ou encostas de serras situadas à sotavento. Representam também enclaves de caatingas no meio de áreas de cerrados em encostas muito degradadas, como no Centro-Sul do Piauí.

Os lajedos e mares de pedra são pequenas áreas dos campos de inselbergs, com aridez rochosa definida, submetidas a ações antrópicas predatórias no entorno, a exemplo de Quixadá (CE), Patos (PB), Paulo Afonso e Milagres (BA).

As paleodunas Quaternárias, são antigas dunas com processos eólicos restritos, a exemplo da área do Xique-Xique no

médio vale do São Francisco, no Estado da Bahia. Essas dunas, segundo Ab´Sáber, constituem importante comprovação de um episódio paleoclimático moderno, criador de manchas de aridez mais acentuadas do que aquelas hoje existentes nos sertões semiáridos. Daí sua importância para serem resguardadas, como amostra de uma paisagem do passado recente.

As áreas de topografias ruiniformes e cornijas rochosas desnudas, com aridez rochosa característica, têm afloramentos rochosos talhados em arenitos da bacia do Parnaiba, situadas à frente ou na base de morros testemunhos e escarpas estruturais.

Áreas de revolvimento anômalo da estrutura superficial da paisagem, representam colinas sertanejas, superficialmente degradadas, com exposição de cabeços rochosos subsuperficiais e remoção parcial dos solos, além da ocorrência frequente de sulcos e ravinamentos, configurando um exemplo de "bad lands" como ocorre nos arredores de Sertânia em Pernambuco.

Malhadas com chãos pedregosos decorrem da liberação de fragmentos de quartzo a partir de diques ou da desagregação de antigos cascalheiros. A expressão malhada é utilizada na Bahia para designar manchas de maior pedregosidade que recobrem as colinas rasas da depressão sertaneja.

No Brasil, a Política Nacional de Controle da Desertificação foi oficialmente instituída através da Resolução nº 238 de 1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Representou este fato, o desdobramento do Governo Brasileiro à implementação da Convenção das Nações Unidas para o Controle da Desertificação.

Durante a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e de Desenvolvimento (Rio-92) e em função dos

resultados das discussões emergentes da Conferência Internacional sobre Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável no Semi-Árido (ICID), realizada em Fortaleza em janeiro de 1992, articulou-se, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), uma Convenção Internacional de Combate à Desertificação e à Seca. Os trabalhos dessa Convenção foram concluídos em junho de 1994, com a aprovação de mais de cem países.

Subsequentemente, foram produzidas as Diretrizes para a Política Nacional de Controle da Desertificação e o Programa Nacional de Combate à Desertificação – PNCD.

A Convenção das Nações Unidas sobre a Desertificação e seguindo a Agenda 21, define a desertificação como "a degradação da terra nas zonas áridas, semiáridas e sub-úmidas secas resultantes de fatores diversos tais como as variações climáticas e as atividades humanas". A degradação da terra envolve os aspectos referentes à degradação dos solos e dos recursos hídricos; a degradação da vegetação e da biodiversidade e a redução da qualidade de vida da população afetada.

Evidencia-se que, precedentemente a todos esses Fóruns e Conferências internacionais, o Prof. Ab'Sáber, aprofundava as discussões sobre a questão ambiental e a desertificação no semiárido brasileiro.

Alertava sobre os problemas de ocupação da terra na área coberta pelo bioma caatinga, para justificar as acentuadas transformações desse domínio geobotânico, intensificando a ação dos processos morfodinâmicos naturais.

O extrativismo vegetal indiscriminado, a pecuária extensiva, a agricultura praticada com tecnologia rudimentares, são dentre outros fatores, os principais agentes daquelas transformações.

Dando-se destaque às constatações de Ab'Sáber a respeito do Domínio Morfoclimático Semiárido das Caatingas Brasileiras (1974) e sobre a Problemática da Desertificação e da Savanização no Brasil Intertropical (1977), é possível salientar fatos e impactos relevantes associados aos diferentes sistemas ambientais, a exemplo dos sertões, planícies fluviais, enclaves úmidos e chapadas.

Nos sertões: Degradação das caatingas; erosão dos solos; chãos pedregosos; sulcos e ravinamentos dos solos; sobrepastoreio; empobrecimento da biodiversidade; desencadeamento dos processos erosivos acelerados; comprometimento da capacidade produtiva dos solos e da qualidade/disponibilidade dos recursos hídricos; inadequação dos sistemas produtivos; vulnerabilidade da capacidade de suporte dos ambientes degradados e expansão da desertificação.

Nas planícies fluviais: Degradação das matas ciliares; poluição dos solos e dos recursos hídricos; salinização dos solos; uso e ocupação desordenados; expansão urbana nos baixos níveis de terraços fluviais.

Nos enclaves úmidos das serras: Desmatamentos desordenados e sem critérios conservacionistas; erosão dos solos dos topos de morros e vertentes; técnicas agrícolas rudimentares; descaracterização das paisagens serranas; empobrecimento da biodiversidade.

Nas chapadas: Desmatamentos desordenados; cornijas rochosas; áreas de revolvimento anômalo da estrutura superficial da paisagem; topografias ruiniformes; forte lixiviação dos solos; empobrecimento da biodiversidade; poluição dos solos e dos recursos hídricos.

Considerações finais

À luz das considerações feitas no presente trabalho é possível discernir a respeito de alguns fatos e temas relevantes sobre a trajetória do Prof. Ab'Sáber.

O Conceito de Geomorfologia proposto, é essencialmente operacional, tendo, sob o ponto de vista metodológico, importância fundamental para orientar trabalhos associados com meio ambiente, avaliação dos recursos naturais, dinâmica da natureza, ordenamento territorial, dentre outros;

O componente geomorfológico, no contexto Geoambiental ou ecogeográfico, sintetiza o jogo de relações entre os fatores do potencial ecológico e da exploração biológica;

No que tange ao caráter diferencial das diretrizes para uso e preservação da natureza no Brasil, há que reconhecer a complexidade decorrente da dimensão espacial do país. A Amazônia, o semiárido das caatingas, o domínio dos cerrados, os mares de morros florestados, oferecem conjunturas naturais e socioeconômicas próprias de cada domínio, requerendo tratamentos específicos e diferenciados quanto à preservação ambiental, vocações de uso e ocupação urbana, dentre outros aspectos;

Os temas fundamentais da Geomorfologia brasileira formam sempre objeto dos estudos do Prof. Ab'Sáber. Mas trilhou também outros caminhos da ciência para tratar de temas relevantes sob a ótica da interdisciplinaridade e da metodologia sistêmica. Em seus trabalhos percebe-se de modo evidente, a preocupação com a sustentabilidade ambiental associada à sustentabilidade econômica.

O estudo da problemática da desertificação no Brasil, especialmente no semiárido das caatingas, teve o Prof. Ab'Sáber

como um dos precursores ao lado do Prof. Vasconcelos Sobrinho. Com o quadro natural fortemente impactado, a par da pressão exercida pela população sobre a vulnerável potencial de recursos naturais da área do bioma, os problemas da desertificação são sensivelmente agravados durante os períodos de secas recorrentes.

Em um quadro de aquecimento global e de mudanças climáticas, fenômenos extremos de secas ou de chuvas excepcionais – a exemplo do que ocorre neste ano de 2024 no Brasil meridional e particularmente no Rio Grande do Sul – estão se verificando, com profundos impactos socioambientais.

Mudanças climáticas e suas repercussões, sempre mereceram a atenção do eminente geógrafo, ambientalista e humanista brasileiro.

Como integrante do primeiro grupo de Pós-Graduandos em Geografia Física da USP, em 1970, tive o orgulho e a honra de ser orientando do Prof. A.N.Ab'Sáber, no Mestrado e Doutorado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ab'Sáber, A.N. Um conceito de geomorfologia a serviço das pesquisas sobre o Quaternário. Geomorfologia (18). IGEOG-USP, São Paulo, 1969.

_____O Domínio morfoclimático semi-árido das caatingas brasileiras. Geomorfologia (43). IGEOG-USP, São Paulo, 1974.

_____O caráter diferencial das diretrizes para uso e preservação da natureza, a nível Regional, no Brasil. Geografia e Planejamento (30). IGEOG-USP, São Paulo, 1977.

_____Problemática da desertificação e da savanização no Brasil intertropical. Geomorfologia (53). IGEOG- USP, São Paulo, 1977.

ABREU, Adilson A. Aziz Nacib A'b Sáber e a Paisagem (1924-2012). Informe FFLCH/USP, São Paulo, 2012.

MODENESI, M.G e Organizadores. A Obra de Aziz Nacib Ab'Sáber. BECA. Ball Edições Ltda. São Paulo, 2010.

SILVA, M. A e Organizadores. Caminhos de Ab'Sáber Caminhos do Brasil. EDUFBA. Salvador, 2013.

SOUZA, M. J. N.; OLIVEIRA, V.P.V de, CRUZ, M.L.B e ZANELLA, M.E. Legados do Prof. Aziz Nacib Ab'Sáber para a Pós-Graduação em Geografia no Brasil e para o Ordenamento Territorial. (Inédito).

TRICART, F. Ecodinâmica. FIBGE. Rio de Janeiro, 1977.

Submetido em: 02 de junho de 2024
Devolvido para revisão em: 06 de junho de 2024
Aprovado em: 02 de setembro de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3612

Como citar:
SOUZA, M. J. N. de. TRIBUTO AO PROFESSOR AZIZ NACIB AB'SÁBER: FATOS E TEMAS DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA INESTIMÁVEL. **Terra Livre**, São Paulo, ano 39, v.1, n.62, jan.-jun. 2024, p. 135-153. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3612. Acesso em: dia/mês/ano.

O "PARADIGMA DA FORMAÇÃO" E A GEOGRAFIA BRASILEIRA: CONTRIBUIÇÕES GEOGRÁFICAS À INTERPRETAÇÃO DO BRASIL[1]

THE "PARADIGM OF FORMATION" IN BRAZILIAN GEOGRAPHY: GEOGRAPHICAL CONTRIBUTIONS TO THE INTERPRETATION OF BRAZIL

EL «PARADIGMA DE FORMACCIÓN» EN LA GEOGRAFÍA BRASILEÑA: aportes geográficos a la interpretación del Brasil

Thiago Adriano Machado
Professor Adjunto do Departamento de Geografia do CERES e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (GEOCERES), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN);
thiago.machado@ufrn.br

Jaedna Danielle Alves da Costa
Discente de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia (GEOCERES), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN);
jaedna.costa.096@ufrn.edu.br

Maria Fernanda Silva Santos
Discente de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia (GEOCERES), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN);
maria.fernanda.silva.104@ufrn.edu.br

Resumo: O trabalho visa investigar as linhas gerais do "paradigma da formação" no campo disciplinar da Geografia, identificando a posição da Geografia no Pensamento Social Brasileiro e analisando a contribuição geográfica ao referido paradigma por meio da formulação de variantes geográficas da formação: formação socioespacial (Milton Santos); formação espacial (Ruy Moreira); formação territorial (Antonio Carlos Robert Moraes); e formação territorial e econômica (Manuel Correia de Andrade). A pesquisa consiste em uma análise textual das obras dos autores selecionados observando a perspectiva teórico-metodológica adotada, a contribuição ao debate epistemológico na Geografia, os modos de operacionalização dos conceitos para o estudo do Brasil e as interações com o Pensamento Social Brasileiro. Como conclusão, entendemos que o campo disciplinar da Geografia realizou uma apropriação criativa do paradigma da formação, por meio do qual estabeleceu um diálogo com o Pensamento Social Brasileiro. Ainda que ocupe uma posição marginal nesse campo, as interpretações geográficas do Brasil possuem capacidade heurística de revelar aspectos relevantes da realidade nacional. Por fim, identificamos cinco relações básicas dos estudos de formação territorial: espaço-tempo; parte-todo; interno-externo; Estado-território; sociedade-natureza.

Palavras-chave: formação socioespacial, formação territorial, paradigma da formação, geografia, pensamento social brasileiro.

Abstract:
The work aims to investigate the general lines of the "paradigm of formation" in the disciplinary field of Geography, identifying the position of Geography in Brazilian Social Thought and analyzing the geographic contribution to that paradigm through the formulation of geographical variants of formation: socio-spatial formation (Milton Santos); spatial formation (Ruy Moreira); territorial formation (Antonio Carlos Robert Moraes); and territorial and economic formation (Manuel Correia de Andrade). The research consists of a textual analysis of the works of the selected authors observing the theoretical-methodological perspective adopted, the contribution to the epistemological debate in Geography, how concepts are operationalized for the study of Brazil, and the interactions with Brazilian Social Thought. In conclusion, we understand that the disciplinary field of Geography made a creative appropriation of the paradigm of formation, through which it established a dialogue with Brazilian Social Thought. Even though it occupies a marginal position in this field, geographic interpretations of Brazil have the heuristic capacity to reveal relevant aspects of the national reality. Finally, we identified five basic relationships in territorial formation studies: space-time; part-whole; internal-external; State-territory; and society-nature.

Keywords: socio-spatial formation, territorial formation, paradigm of formation, geography, Brazilian social thought.

Resumen:
El trabajo tiene como objetivo investigar las líneas generales del "paradigma de formación" en el campo disciplinar de la Geografía, identificando el lugar de la Geografía en el Pensamiento Social Brasileño y analizando la contribución geográfica a ese paradigma a través de la formulación de variantes geográficas: formación socioespacial (Milton Santos); formación espacial (Ruy Moreira); formación territorial (Antonio Carlos Robert Moraes); y formación territorial y económica (Manuel Correia de Andrade). La investigación consiste en un análisis textual de las obras de los autores seleccionados observando la perspectiva teórico-metodológica adoptada, la contribución al debate epistemológico en Geografía, las formas en que los conceptos son operacionalizados para el estudio de Brasil y las interacciones con el Pensamiento Social brasileño. En conclusión, entendemos que el campo disciplinar de la Geografía hizo una apropiación creativa del paradigma de formación, a través del cual estableció un diálogo con el Pensamiento Social Brasileño. Si bien ocupa una posición marginal en este campo, las interpretaciones geográficas de Brasil tienen la capacidad heurística de revelar aspectos relevantes de la realidad nacional. Finalmente, identificamos cinco relaciones básicas en los estudios de formación territorial: espacio-tiempo; parte-todo; interno-externo; Estado-territorio; sociedad-naturaleza.

Palabras-clave: formación socioespacial, formación territorial, paradigma de formación, geografía, pensamiento social brasileño.

Introdução

O discurso geográfico elaborado no contexto da renovação crítica na década de 1970 incorporou o conceito de "formação" ao repertório da Geografia, mobilizando-o tanto para avançar no debate epistemológico em torno do seu objeto, o espaço geográfico, quanto para produzir versões geográficas das interpretações do Brasil. Desde o texto seminal de Santos (1977), em que analisa a formação social como teoria e método, vários autores lançaram mão da ideia de formação. Se Santos (1977) se apropriou do conceito marxista de "formação econômico-social" para destacar seu conteúdo geográfico ao formular o conceito de "formação socioespacial", Moreira (1982) parte do mesmo referencial para se referir à "formação espacial" enquanto conceito capaz de explorar a relação entre a reprodução social e os arranjos espaciais de um espaço nacional concreto. Moraes (2011a) procede de modo similar, mas vincula à formação o conceito geográfico de "território", destacando o conteúdo político do processo de valorização do espaço atribuído à via colonial de desenvolvimento do capitalismo. Andrade (2007; 1995) faz a opção pela "formação territorial e econômica" como instrumento analítico para uma reflexão sobre a realidade brasileira. Outros tantos autores manejam variantes geográficas da "formação" como recurso, ainda que secundário, para lidar com questões envolvendo a rede urbana, a industrialização brasileira ou a questão ambiental, a exemplo de Becker e Egler (2011); Porto-Gonçalves (1995); Corrêa (2000), Geiger e Davidovich (1982), dentre outros.

Porém, a análise da operacionalização do conceito de "formação" na Geografia ficaria empobrecida se não a situássemos no âmbito do Pensamento Social Brasileiro, campo interdisciplinar que abrange a Crítica Literária, as Ciências Sociais, a Economia e a

Historiografia. Arantes (1997) reconhece a existência de uma "verdadeira obsessão nacional" no estudo da formação brasileira registrada em obras canônicas como "Casa Grande & Senzala" (Freyre, 2003 [1933]), "Raízes do Brasil" (Holanda, 1995 [1936]), "Formação do Brasil Contemporâneo" (Prado Jr., 2011 [1942]), "Formação da Literatura Brasileira" (Candido, 2000 [1959]), "Formação Econômica do Brasil" (Furtado, 2007 [1959]), dentre outras. Porém, se há algum compromisso entre projetos intelectuais tão diversos, há quem avalie o esgotamento do, assim entendido, "paradigma da formação", apontando para sua filiação ao caduco projeto nacional-desenvolvimentista (Nobre, 2012) e para a necessidade de, em face ao aprofundamento da globalização, voltar-se mais à *inserção* internacional do que à *formação* brasileira (Santiago, 2014).

A hipótese do esgotamento é contradita, no entanto, pela resiliência e contínua renovação do paradigma, algo constatado pela publicação de obras como *O trato dos viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul*, de Luiz Felipe de Alencastro (2000); *Grandesertão.br: o romance de formação do Brasil*, de Willi Bolle (2004) e, mais recentemente, *Duas formações, uma história: das ideias fora do lugar ao perspectivismo ameríndio*, de Luís Augusto Fischer (2021); e *Racismo brasileiro: uma história da formação do país*, de Ynaê Lopes dos Santos (2022). Seja propondo uma interpretação extraterritorial da formação brasileira, revisitando a vida cultural do país por meio da literatura ou reexaminando o papel do racismo na sociedade brasileira, a ideia de *formação* continua a mobilizar a reflexão crítica sobre o país e sobre os seus próprios cânones.

Tensionando, portanto, os usos e apropriações do conceito na Geografia e no Pensamento Social, buscamos construir um problema de pesquisa destinado a examinar as linhas gerais da apropriação criativa realizada pela Geografia. Como recurso metodológico, selecionamos para análise textual um conjunto de obras dos geógrafos escolhidos (Milton Santos, Ruy Moreira, Antonio Carlos Robert Moraes e Manuel Correia de Andrade), considerando como o conceito de formação foi operacionalizado para o estudo do território brasileiro e quais os diálogos mais evidentes com o cânone do Pensamento Social Brasileiro. O critério de seleção foi orientado pela existência de obras destinadas a discutir o Brasil nas quais o conceito de "formação" (em suas variantes geográficas) cumpre papel teórico-metodológico central ou é explicitado no título do livro. Sem deixar de considerar outras publicações, o foco analítico está em: "O Brasil: território e sociedade no início do século XX" (Santos; Silveira, 2001); "Formação Espacial do Brasil" (Moreira, 2020); "Bases da formação territorial do Brasil" (Moraes, 2011a); e "Formação territorial e econômica do Brasil" (Andrade, 2007).

Dessa forma, o esforço empreendido de sistematizar os modos de operacionalização geográfica do conceito de formação parte das seguintes preocupações:

- Qual a matriz teórico-metodológica a partir da qual cada autor pensou o seu conceito de *formação*?
- Quais as variantes geográficas do conceito de *formação* produzidas por cada autor e qual as suas especificidades?
- Como os conceitos geográficos de *formação* contribuíram para o debate epistemológico no campo da Geografia brasileira?

- Como os respectivos conceitos foram operacionalizados na análise da realidade brasileira?

A tarefa de análise textual não abdica, contudo, do exame de elementos contextuais que podem elucidar as circunstâncias de formulação e operacionalização dos respectivos conceitos. Desse modo, há uma bibliografia auxiliar composta por texto dos próprios autores analisados e de comentadores que pretenderam delinear alguns aspectos contextuais. Por fim, a análise dos textos é combinada a um esforço de identificar diálogos interdisciplinares efetivos ou possíveis, situando a construção de variantes geográficas da formação nacional desde a Geografia brasileira no debate mais amplo de um certo "paradigma da formação" gestado no Pensamento Social Brasileiro.

Reconhecemos a ocorrência de uma formulação teórico-metodológica original a partir da Geografia brasileira e que subsidiou a construção de modelos explicativos para dar conta do processo político e social de formação da sociedade brasileira a partir do seu território. Milton Santos assim o fez ao compreender a formação como um processo dinâmico de expansão dos meios técnicos sobre os meios naturais, destacando a interação entre as heranças territoriais, os novos objetos técnicos e os novos usos do território. Ruy Moreira concentra-se na relação de poder transversal à tríade terra-território-Estado, o que se desdobra em sucessivos conflitos de espaço e contraespaço, referentes territoriais da oposição entre a ordem estatal e os arranjos comunitários. Moraes compreende o processo de valorização do espaço de acordo com a reiterada expansão colonial sobre os chamados fundos territoriais. Já Manuel Correia de Andrade, aciona a formação para oferecer uma contribuição aos

estudos do processo de produção do território brasileiro e à elaboração da nacionalidade.

Comum a estas formulações geográficas estão: a dualidade entre o território nominal da soberania estatal e o território de uso efetivo; a tensão epistemológica entre os conceitos de "espaço" e de "território" enquanto categorias explicativas da formação; o exame do tempo passado para compor interpretações do processo histórico de formação espacial/territorial; e o compromisso político de interpretar o país para apontar caminhos de superação dos seus dilemas. Além disso, podemos identificar de modo sintético cinco relações básicas do estudo da formação espacial/territorial a partir da Geografia brasileira e que servem de horizonte metodológico para as análises empreendidas: 1) relação espaço-tempo; 2) relação parte-todo; 3) relação interno-externo; 4) relação Estado-território; 5) relação sociedade-natureza. Por fim, reconhecemos os limites de atribuir ao estudo da formação o estatuto de "paradigma", diante da percepção de Botelho (2020) de que tal não constitui uma unidade estável, ainda que seja um repertório cognitivo a que podemos recorrer. Consideramos, no entanto, que há ganhos heurísticos na ideia de "paradigma", entendimento válido não só para o Pensamento Social Brasileiro, mas para como a Geografia brasileira produziu seus próprios intérpretes do Brasil.

O estudo da formação: um paradigma?

A reiterada terminologia da *formação* presente em textos de natureza tão diversa, ainda que sempre dirigidos à reflexão sobre a condição nacional, parece atribuir algum grau de coerência que sustente a ideia de um "paradigma da formação". Uma visão de sobrevoo sobre os múltiplos trabalhos que empregam esse termo

indica, no mínimo, a existência de três modos de leitura. O primeiro, assentado no conceito de *Bildung*, concentra-se nas especificidades periféricas da formação cultural brasileira, cujo exemplo mais significativo é o esforço empreendido por Antonio Candido (2000 [1959]) em *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. O segundo seria aquele vinculado ao conceito marxista de *Gesellschaftsformation*, a formação social e sua variante formação econômico-social, orientado a examinar as inconsistências da modernização capitalista em um país de matriz colonial como o Brasil; perspectiva que teve como primeiro produto *Evolução Política do Brasil*, de Caio Prado Júnior (2012), publicado em 1933. Um terceiro modo de leitura estaria vinculado ao uso contingente do termo, sugerindo a intenção dos autores ou editores em transmitir uma ideia abrangente de evolução ou desenvolvimento que correspondesse ao estudo da gênese dinâmica do seu objeto de estudo, a exemplo de sua operacionalização pelo método histórico-estrutural em *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado (2007 [1959]) (Botelho, 2020).

Pensada assim, enquanto comunidade de textos que recorrem ao mesmo termo, a ideia de *formação* adquiriu os contornos de um paradigma que se confunde com o empenho intelectual de interpretar o Brasil, em torno do qual se organiza o vasto e contraditório campo do Pensamento Social Brasileiro.

> Ao se elevar à condição de paradigma, "formação" funda e estrutura, no século XX brasileiro, os múltiplos saberes confessionais, artísticos e científicos que compartilham certas características gerais ou formas do nosso ser e estar em processo de desenvolvimento (Santiago, 2014).

André Botelho (2020) se questiona sobre o estatuto cognitivo da "formação", se poderíamos mesmo considerá-la um paradigma, um gênero ou um campo problemático. Considerando que as duas primeiras alternativas consistiriam em uma formalização excessiva de manifestações muito variadas, o autor sugere a formação como um *campo problemático* uma solução mais apropriada para lidar com o "entrecruzamento de perspectivas e sentidos diferentes e divergentes que, no entanto, compartilham um contexto comum de problemas e questões" (Botelho, 2020, p. 31). É nessa perspectiva que o mesmo autor reconhece as interpretações do Brasil como um "repertório cognitivo" a que podemos recorrer, sem constituírem, no entanto, uma realidade ontológica estável.

Podemos avaliar, portanto, que o objeto das várias interpretações redunda nas múltiplas dimensões daquilo que Roberto Schwartz (2023) costuma nomear de "matéria brasileira". O esforço interpretativo pode variar da reconstituição da literatura nacional ao empenho em deslindar a formação dos sistemas políticos e econômicos, à constituição de um povo brasileiro ou ao entendimento dos impasses étnico-raciais tributários do projeto nacional e das ondas modernizadoras. Reunidos sob objetivo comum, tais estudos produziriam uma metalinguagem da formação nacional, pois, ao diagnosticarem a incompletude e imaturidade formativa do país, forjariam, ainda que parcialmente, as rotas viáveis para alcançar os pressupostos normativos do desenvolvimento cultural, político e socioeconômico aos moldes do referencial europeu.

> [N]a forma de grandes esquemas interpretativos em que se registram tendências reais na sociedade, tendências às voltas, não obstante, com uma espécie de atrofia congênita que teima em abortá-las, apanhava-se naquele *corpus* de ensaios sobretudo o propósito coletivo de dotar o meio

> gelatinoso de uma ossatura moderna que lhe sustentasse a evolução (Arantes, 1997, p. 11-12).

A ideia de *campo* pode parecer, assim, mais adequada por fornecer instrumentos metodológicos para avaliar as posições relativas dos agentes no processo de produção intelectual e as formas como formulam e manejam os problemas de pesquisa (Bourdieu, 2004). No entanto, ainda que a noção de *paradigma* apresente limitações evidentes para o estudo da formação nacional em decorrência da diversidade disciplinar e de orientações teóricas, sobretudo se analisada sob a perspectiva de Kuhn (1998), ela retém ganhos heurísticos na medida em que indica a existência de uma temática comum e procedimentos gerais presentes na diversidade do campo interdisciplinar, tal como o recurso ao exame do passado para elucidar questões contemporâneas.

Geografia e o "ar de família" do paradigma da formação

Não obstante a multiplicidade de pontos de partida, crescentemente organizados desde a diversidade de campos disciplinares que se institucionalizavam década após década no século XX, é evidente o "ar de família" existente entre tais estudos da formação, expressão empregada por Arantes (1997) ao reconhecer o foco compartilhado dentro do referido paradigma. A questão a que nos colocamos é por que a Geografia parece não ter sido convidada para essa festa de família? Ou de outro modo: qual o lugar da Geografia no nomeado "paradigma da formação"? Uma análise preliminar de obras que se destinam a debater as interpretações do Brasil, a exemplo de Botelho e Schwarcz (2009), nos permite considerar uma relativa ausência de geógrafos e geógrafas enquanto intelectuais dedicados a pensar o Brasil. Ainda que possamos identificar um discurso geográfico na trajetória intelectual de

engenheiros, juristas, historiadores e literatos (a exemplo de Silvio Romero, Euclides da Cunha ou Caio Prado Júnior), sobretudo no período anterior à institucionalização universitária, o reconhecimento de geógrafos representativos no seu campo disciplinar enquanto intérpretes do Brasil é bastante rarefeito. Apenas mais recentemente se publicou um capítulo sobre Milton Santos na coletânea organizada por Pericás e Secco (2014), dedicada a abranger não só os clássicos, mas também os "rebeldes e renegados".

Tal apagamento das interpretações geográficas do Brasil produzidas por geógrafos e geógrafas no rico e ainda vivo debate em torno do paradigma da formação pode ser considerado um indicativo da posição marginal da Geografia no âmbito do Pensamento Social Brasileiro. Tal condição marginal não impediu, no entanto, tal paradigma ter produzido fortes repercussões na Geografia brasileira e ser fonte de produções originais destinadas a examinar a formação do território nacional. Isto é verificável na produção acadêmica que articulou variantes geográficas da "formação", ora destacando o conceito de "espaço", ora o conceito de "território". Se Santos (1977) sugere a *formação socioespacial*, Moreira (1982) prefere tratar da *formação espacial*, ao passo que Moraes (2011a) mobiliza o conceito de *formação territorial*, enquanto Andrade (2007) emprega o de *formação territorial e econômica*.

A importância desse corpo teórico é constatada nos reiterados trabalhos voltados a examinar esse tema (Pereira, 2023; Souza Neto, 2022; Machado, 2016) e naqueles que continuam a operacionalizar tais conceitos em suas pesquisas empíricas (Oliveira, 2020; Casaril, 2017; Barbosa, 2016; Gallo, 2014; Straforini, 2008). Cláudio Pereira (2023), centrando-se na variante geográfica da

formação socioespacial, formulada por Milton Santos, aponta a existência de três modos de operacionalização: a compreensão do próprio Milton Santos e do que o autor identifica como seus discípulos, centrada na "formação socioespacial brasileira"; uma interpretação multiescalar do conceito, que o operacionaliza em estudos regionais e que pode ser identificada nos trabalhos orientados por Armen Mamigonian; e uma interpretação com base na estrutura fundiária e suas relações com as dimensões políticas, cujo melhor exemplo seria o trabalho de Roberto Lobato Corrêa (2000) sobre a rede urbana e a formação espacial. Para Pereira (2023), as três tendências indicam como a conceituação original de Milton Santos foi ampliada e modificada, mas todas teriam retido como pressupostos centrais a relação sociedade-natureza, a característica processual e o papel "ativo" do espaço.

Armen Mamigonian (1996), ao comentar a proposição da *formação socioespacial*, de Santos (1977), afirma a pertinência de tal conceito ao reunir duas das mais importantes tradições intelectuais do século XIX, a Geografia e o Marxismo. Dessa forma, o modo de leitura da *formação* a prosperar na Geografia brasileira e a definir a sua apropriação criativa é o da *Gesellschaftsformation* marxista, ou mais precisamente da *formação econômico-social*, o qual animava o debate nacional em meados do século XX por meio de autores como Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré, Ignácio Rangel e Florestan Fernandes, dentre tantos. Mamigonian (2019) chega a afirmar a existência de um *paradigma da formação social* na Geografia brasileira, mas acusa uma "fuga ao debate" decorrente, segundo ele, de vaidades pessoais, as quais impunham análises da realidade desinteressadas da interlocução com seus pares por receio de

valorizar as ideias e interpretações concorrentes. Seria este um fator do destino incerto do paradigma da formação na Geografia?

Daí se compreende o peso que o debate marxista em torno da *formação econômico-social* vai exercer sobre a renovação crítica da Geografia brasileira, constituindo-se como matriz teórica comum às várias formulações empreendidas por Santos (1977), Moreira (1982), Morais (2011a) e Andrade (2007). A influência do marxismo estruturalista sobre a Geografia contribuiu para se pensar o espaço como uma estrutura estruturante e uma estrutura estruturada (Pedrosa, 2013), incorporando-o ao conjunto de instâncias sociais (Santos, 2002). Esta afirmação do *espaço geográfico* como objeto da Geografia foi efetivada pela compreensão da *formação econômico-social* como categoria adequada para uma teoria válida do espaço, pensando-o enquanto totalidade segundo uma perspectiva sistêmica. Em diálogo com o trabalho de Sereni (1973), Santos (1977) tratou da formação econômico-social como unidade e totalidade das diversas esferas da vida social (econômica, social, política e cultural), reunindo a continuidade e a descontinuidade do desenvolvimento histórico, de modo a ser pensada como etapas de um processo histórico. Assim, a Geografia deveria deixar de ser reduzida aos estudos morfológicos da paisagem, das monografias regionais ou da organização do espaço, incorporando os processos correntes nas múltiplas escalas, o que estaria explicitado no diagnóstico de que até então "a Geografia se interessou mais pela *forma* das coisas do que pela sua *formação*" (Santos, 1977, p. 3).

O estudo da formação nacional é, então, realçado nos estudos geográficos como expressão da necessidade de superação das tendências neopositivistas, assumindo o espaço geográfico como

objeto (Santos, 2002) e a análise da produção do espaço como seu objetivo (Lefebvre, 2013), conforme sugere Andrade (1984).

> A outra corrente [Geografia Crítica], preocupada não apenas com modelos e teorias, mas com o conhecimento da realidade (...) procurava conhecer a realidade e utilizar esta experiência para **interpretar a realidade**. Partindo daí, os geógrafos brasileiros procuram estudar o processo de **formação do espaço nacional**, em função do sistema colonial que dominou o país por mais de três séculos e elaborar uma posição teórica que se coadune com o conhecimento daquela realidade. Assim, tentava-se descrever **o espaço produzido no território brasileiro**, em função das causas que determinaram esta produção e daquelas que modificara, em momentos históricos diversos, as linhas que comandavam o processo de produção deste espaço (Andrade, 1984, p. 16, grifos nossos).

Porém, o debate conceitual da formação econômico-social originado na *Gesellschaftsformation* marxista é prenhe de controvérsias em termos da sua definição mais precisa. Küttler (2011) reconhece que Marx não desenvolveu suficientemente o conceito, o que abre margem para interpretações divergentes que ora o aproximam do conceito de modo de produção (Gluj, 2020; Alessio; Catena, 2013), ora os afastam baseados numa distinção entre o concreto (formação econômico-social) e o abstrato (modo de produção) (Burns, 2024; Santos, 1977). Lefebvre (2020) defende que Marx não teria explicitado adequadamente o conceito de "formação econômico-social", mas que esta tarefa teria sido realizada pouco a pouco por Lênin, tanto à escala nacional (estudo do desenvolvimento do capitalismo na Rússia) quanto à escala mundial (teoria do imperialismo). No entanto, a versão estruturalista suscitou uma controvérsia conceitual que José de Souza Martins (1979) expressa

ao afirmar que a noção de "formação econômico-social" teria passado por um processo de "desfiguração":

> Petrificada e reificada pelo raciocínio positivista, substitui hoje em dia a noção funcionalista de *sistema social*. Isso pode ser facilmente comprovado. Em autores em cujos trabalhos se lia "sistema social" há quinze anos atrás, hoje se pode ler "formação econômico-social", sem que o processo de pensamento subjacente aos conceitos tenha sofrido transformação correspondente à mudança conceitual. Um sinal evidente de que estamos diante do que Lefebvre classifica como *totalidade fechada*, não-dialética, é a aplicação arbitrária desse conceito a determinados espaços sociais, como a América Latina (Martha Hanecker) ou o Brasil (como fazem vários autores). (...) Isso é bem o oposto da utilização da noção em autores clássicos que a formularam e desenvolveram, como Marx e Lênin que a empregavam em relação à totalidade do processo social do capital e à totalidade do capitalismo, mas não em relação a uma região determinada ou a um país determinado. O núcleo da formação não é o espaço geográfico no qual se realiza, mas o seu desenvolvimento desigual (...) (Martins, 1979, p. 2).

Na mesma perspectiva, Pereira (2023) recupera o texto de Carlos e Lencioni (1982) no qual recusam a vinculação entre a "formação econômica da sociedade" (tradução defendida pelas autoras como mais apropriada) e a escala nacional.

> [G]ostaríamos de frisar que a "FES" não pode nunca ser nacional como escreve Althusser, Polantzas, Harnecker, e no caso da Geografia, Santos, Klein e Lipietz. Ao contrário, a "FES" é supra-nacional, é uma Lei Geral que permite constatar a repetição e a regularidade, e de generalizar os sistemas para se chegar a uma concepção geral, ao mesmo tempo que generaliza e descobre relações e Leis Gerais, pode colocar em evidência especificidades determinadas e locais (Carlos; Lencioni, 1982, p. 16).

A questão da escala é fundamental à análise de como a Geografia participa do debate da formação brasileira. Além da leitura que defende o caráter supranacional do conceito, há trabalhos que buscam operacionalizá-lo para contextos regionais ou locais (Casaril, 2017; Crocetti, 2012; Vieira, 2012; Lima, 2006). No entanto, se a versão marxiana da formação econômico-social se refere ao capitalismo como um todo ou a uma realidade concreta, histórica e espacialmente delimitada, o fato é que predominou na Geografia brasileira a opção por *espacializar* e *territorializar* a formação para lidar com os problemas nacionais, em especial aqueles destinados a pensar o desenvolvimento e a superação da condição de dependência. A escala privilegiada é, desse modo, a escala nacional por abrigar o ente político-territorial do Estado-nação, alçada à condição de *unidade geográfica de estudo*:

> Um Estado-Nação é uma Formação Sócio-Econômica. Um Estado-Nação é uma totalidade. Assim, a unidade geográfica ou espacial de estudo é o Estado-Nação. A "região" não é mais do que uma subunidade, um subsistema do sistema nacional. A "região" não tem existência autônoma, ela não é mais que uma abstração se tomada separadamente do espaço nacional considerado como um todo (Santos, 2014, p. 43).
>
> O Estado-nação é a base de fragmento. E também ponto de encaixe do plano global (...) A unidade recortada desse encaixe é a formação espacial. Um recortado político-econômico-cultural de estrutura espacialmente localizada, antes de tudo (Moreira, 2016, p. 13).

Antonio Carlos Robert Moraes (2011a) também territorializa a formação econômico-social e estabelece uma importância epistemológica ao estudo da formação como definidor da

Geografia como uma ciência dedicada à *história territorial*. Esta se dá de modo particularizado em múltiplas *formações territoriais*, que expressam o processo de valorização material e simbólica do espaço, considerando os elementos da base econômica e da superestrutura que aqui se convertem em produção do espaço e em representações, discursos e consciências que a sustentam, compondo, assim, as ideologias geográficas (Moraes, 1988). Sobre esse ato de delimitar espacialmente a formação, o autor afirma:

> Desse modo, espacializar é de imediato particularizar, pois as determinações oriundas das características do meio (natural e construído) acabam dando às relações próprias de um modo de produção tonalidades locais específicas em cada lugar. Por isso que a formação econômico-social é vista, nesse sentido, sempre como uma realidade localizada temporal e espacialmente. O lugar sendo posto, assim, como mediação. A espacialidade como elemento particularizador dos fenômenos históricos (Moraes, 2011a, p. 16-17).

Combina-se, assim, a perspectiva sistemático-estrutural à perspectiva histórica, tal como sistematizado por Althusser e Balibar (1970) e operacionalizado por Maurice Godelier (1971). Nessa perspectiva, *formação social* e *modo de produção* são conceitos distintos, mas que se combinam no processo histórico a partir do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção. Assim, uma formação social determinada possui um modo de produção dominante articulado hierarquicamente com outros modos de produção subordinados, estabelecendo uma combinação específica entre a base econômica e a superestrutura.

> O que propomos é a construção de uma teoria do espaço que se fundamente em três categorias da totalidade, que são facetas de uma mesma realidade: a formação espacial, a formação

> econômico-social e o modo de produção. O conceito de formação espacial passa pelos conceitos de formação econômico-social e de modo de produção e, mais ainda, pela forma como se articulam esses dois (Moreira, 1982, p. 60).

A interação epistemológica entre formação econômico-social, modo de produção e espaço é, porém, uma relação tensa diante do esforço de interpretar a via de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Diante de leituras que apontavam a existência de restos feudais ou de um modo de produção especificamente colonial, predominou na Geografia uma interpretação assentada no caráter capitalista do processo formativo desde o período colonial, corroborando, ainda que parcialmente, o modelo explicativo do Sentido da Colonização, de Caio Prado Júnior (2011). Milton Santos (1998) avalia criticamente o Marxismo produzido no Brasil e situa histórica e espacialmente a sua opção por operacionalizar o conceito de formação econômico-social ao reconhecer o caráter aberto da proposição de Marx e o renascimento do conceito desde contextos periféricos como a América Latina.

> A formação econômico-social é uma categoria que estuda a maneira como cada país se forma a partir do seu território, da sua história econômica, social, cultural – mas sem esquecer as relações internacionais, estudadas em conjunto e tendo a referência do tempo, isto é, do mundo. O mundo datado, não o mundo tomado cegamente. Um mundo datado porque o mundo é que é a razão do que se faz em cada lugar e em cada época. Ainda assim, fomos prejudicados na análise da realidade brasileira, porque **o marxismo brasileiro é um marxismo de modo de produção e não da formação social**. O modo de produção é uma realidade histórica, mas não é uma realidade geográfica. A realidade geográfica é a formação econômica e social. As teorias que na América Latina e no Brasil tentaram explicar a realidade latino-americana e brasileira, como a famosa teoria da dependência, para citar apenas esta, são teorias do

> modo de produção e não da formação social. De modo que a análise deveria ser feita em três tempos: o passado, como herança; o presente, como situação e o futuro, como perspectiva (Santos, 1998, p. 155, grifos nossos).

Avaliação similar é feita por Manuel Correia de Andrade (2004a) ao argumentar em defesa de uma interpretação alicerçada na formação econômico-social para dar conta da realidade concreta em oposição aos modelos explicativos dos ciclos econômicos e do etapismo dos modos de produção.

> Não é realista, também, a ideia de se procurar transplantar para a história brasileira o esquema dos modos de produção, um conceito teórico elaborado em virtude de outra realidade, admitindo-se que teria havido um período feudal no Brasil ou modos de produção secundários. A nosso ver, a interpretação da história brasileira pode ser feita com maior acerto se forem usados conceitos ligados à **formação econômico-social**, a partir da transferência de sistemas europeus, em decadência ou em ascensão, e de sua adaptação à realidade encontrada no continente americano (Andrade, 2004a, p. 43, grifos nossos).

A adesão da Geografia ao "paradigma da formação", se assim preferirmos, parece cumprir um papel epistemológico crucial em momento decisivo de questionamento dos pressupostos neopositivistas que predominavam na Geografia do pós-guerra. Combinado a esta tarefa teórica de ressaltar o espaço como categoria analítica do campo disciplinar, o paradigma da formação parece cumprir também uma tarefa política que atravessava os compromissos estabelecidos pelos geógrafos e geógrafas envolvidos com a Geografia Crítica. Articulados nas sucessivas publicações sobre a formação brasileira, este debate assumia o objetivo de dotar a Geografia de uma ferramenta analítica adequada para produzir

uma teoria geográfica do Brasil, a qual não deixa de corresponder a uma interpretação geográfica do país.

Por uma interpretação geográfica do Brasil: espaço e território na leitura da formação nacional

É importante analisar as múltiplas operacionalizações das variantes geográficas da formação. Milton Santos realizou esforços sistemáticos em *Espaço do Cidadão* (Santos, 1987), de 1987, *Urbanização Brasileira* (Santos, 2013), publicado em 1993, e em *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*, publicado em coautoria com María Laura Silveira em 2001 (Santos; Silveira, 2001). Contudo, o ponto de partida de sua reflexão sobre o país é o texto de 1979 intitulado *Do espaço sem nação ao espaço transnacionalizado* (Santos, 1979), desde o qual ele esboça uma leitura sistemática do território brasileiro que combina o conceito de formação socioespacial aos de meio geográfico e de território usado.

O resultado disso é um modelo explicativo que sugere uma formação socioespacial diacrônica que estabelece períodos históricos expressos pela expansão dos meios técnicos sobre os meios naturais. Dessa forma, o território brasileiro é explicado pela articulação e superação do meio natural pelos sucessivos meios técnicos (com grau crescente de mecanização do espaço) até à instalação contemporânea do meio técnico-científico-informacional. O outro resultado se refere ao quadro sincrônico da formação socioespacial, verificado na regionalização proposta dos *Quatro Brasis*, composto pela *Região Concentrada*, aquela em que o meio técnico-científico-informacional (MTCI) é generalizado, e por outras três regiões nas quais o MTCI é seletivo: *Região Centro-Oeste* (área de expansão do MTCI); *Região Nordeste* (onde predominam as heranças territoriais); e *Região*

Amazônica (onde predomina o meio natural da floresta tropical). Em síntese, a formação socioespacial funciona como uma teoria das mediações (Silveira, 2014), ressaltando sua vinculação à escala nacional, a qual medeia os nexos entre os lugares e regiões em relação às dinâmicas globais que operam como verticalidades.

A proposta de interpretação de Santos trata a formação socioespacial brasileira enquanto uma totalidade concreta, cujo movimento histórico tensiona as heranças territoriais com os novos usos do território. Mas ao eleger o fenômeno técnico como chave de leitura, concede especial relevância à configuração territorial, que a cada momento dispõe de um sistema de objetos cada vez mais obediente a ordens remotas. Opera, assim, com pares dialéticos que expressam a unidade de instâncias sociais (*tecnosfera* e *psicosfera*; *circuitos espaciais de produção* e *círculos de cooperação*; *sistemas de objetos* e *sistemas de ações* etc) das quais o espaço faz parte e se dedica a compreender como o desenvolvimento das forças produtivas produz e modifica o território à medida que os projetos de modernização são mobilizados ou suspensos conforme a economia política do momento. Contudo, é importante ressaltar o papel que a formação econômico-social vai desempenhar na discussão que o autor empreende sobre o racismo no país, realizando uma reflexão que combina os conceitos de *formação socioespacial* e de *corporeidade* para pensar o lugar social e geográfico do negro no Brasil (Machado, 2023; Cirqueira, 2016).

Ruy Moreira, por seu turno, reconhece a relação entre formação social e formação espacial a partir da *reprodução social* no capitalismo, centrando sua análise nas relações sociais de produção. Por isso que o seu texto clássico, *A Geografia serve para desvendar máscaras sociais* (1982) enuncia a formação espacial como categoria

analítica que permitiria revelar as relações de classe no espaço. Nas operacionalizações por ele realizadas em *Sociedade e espaço geográfico no Brasil* (Moreira, 2011), em *O Movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil* (Moreira, 2013), em *Mudar para manter exatamente igual* (Moreira, 2018), em *Formação espacial brasileira* (Moreira, 2020) e em *Brasil, espaço e tempo* (Moreira, 2024), há um modelo explicativo centrado na manifestação espacial das relações de classe que se convertem em sucessivos conflitos de *espaço* e *contraespaço*.

Já em *O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil* (Moreira, 2013), primeiramente publicado em 1985, Ruy Moreira sistematiza sua interpretação do Brasil ao levar em consideração o modo de espacialização da luta de classes, configurado em arranjos espaciais ou ordenamentos territoriais. A relação campo-cidade é o ponto de partida de uma divisão territorial do trabalho organizada em dois eixos: economia-política e produção-circulação. Os pactos e arranjos políticos entre classes sociais e frações de classe organizam a cada momento a lógica dos dominantes e a lógica dos dominados, de modo que o autor distingue três fases da formação social brasileira: a *agromercantil colonial-escravocrata*; a de *transição*; e a *urbano-industrial-capitalista*.

A resultante espacial desse processo expressa o modo de internalização do capitalismo mundializado. No período colonial, o ordenamento territorial se daria compartido entre um *espaço interno* (da economia e da produção) e um *espaço externo* (da política e da circulação). No momento seguinte, de formação do Estado nacional e da aliança entre plantacionistas e burguesia mercantil interna e externa, o eixo economia-política se unifica, mas o eixo produção-circulação permanece separado, promovendo um ordenamento

territorial a que Moreira (2013) vincula um processo de *acumulação primitiva interna*, em face do alargamento de uma divisão territorial interna do trabalho e das trocas, repercutindo na maior diferenciação entre classes sociais do campo e da cidade.

O período urbano-industrial, que corresponde à modernização da indústria e do território, desdobra-se em duas fases: a do *capitalismo atrasado* (bloco do poder industrial agrário); e a do *capitalismo avançado* (bloco do poder industrial-agrário-financeiro). Os respectivos ordenamentos territoriais correspondem ao *espaço molecular*, autonomização do capital fabril organizado em um arranjo espacial ainda atomizado de economias regionais; e ao *espaço monopolista*, espaço da ordem corporativa, forjado na fusão dos monopólios fundiário, industrial e bancário no capital financeiro, cujo arranjo se dá pela "alta difusão territorial dos aparatos técnicos da esfera da produção (unidades fabris e agrárias) e da esfera da circulação (rede de meios de transferência, sistemas de cidades-equipamentos terciários etc.)" (Moreira, 2013, p. 95).

Porém, a riqueza da análise de Ruy Moreira está em avaliar como a via autoritária do capitalismo brasileiro remonta, a cada período, aos sucessivos conflitos de espaço e contraespaço. A formação espacial brasileira é, portanto, compreendida segundo sua tensão estrutural entre o modelo comunitário dos dominados (indígenas, quilombolas, camponeses etc.) e o modelo explorador dos dominantes organizados em torno da aliança entre os grandes proprietários e a burguesia industrial. Desse modo, a história do espaço brasileiro se dá pela organização e posterior neutralização de formas de vida comunitária, que se reorganizam e resistem. Moreira (2011), portanto, se refere a:

- Contraespaços indígenas e negros (três primeiros séculos de colonização)
    - Confederação dos Tamoios (1554-1567)
    - Confederação dos Cariris (1651-1715)
    - Quilombo de Palmares (1610-1694)
    - Guerra Guaranítica (1610-1715)
- Contraespaços camponeses (passagem do século XIX para o século XX)
    - Cabanagem (1835-1840)
    - Canudos (1893-1897)
    - Contestado (1912-1916)
- Contraespaços operários (século XX)
    - Greves operárias
    - Resistência à modernização no campo (agroindústria)
- Contraespaços de classes territoriais (século XXI)
    - Comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, caiçaras, geraiseiras, quebradoras de coco, pequiseiras; sem-terra; assentados; posseiros etc.
    - Operariado e multidão urbana

As tensões entre espaço e contraespaço se organizam, segundo Moreira (2018), na combinação hierárquica de modos de produção que compõem a formação social brasileira. Sob a hegemonia do modo de produção capitalista avançado, a coexistência de um pequeno modo de produção (campesinato) e do modo de produção comunitário (ribeirinhos, quilombolas, indígenas). Para o autor a formação espacial é então estruturada pela relação entre terra-território-Estado (Moreira, 2020), para o qual ele recupera o vínculo colonial entre fazenda-município-cidade, constituintes de sucessivos modos de entrelaçamento que fazem da *fazenda* e da *cidade* "um par essencial na dinâmica têmporo-espacial da formação social brasileira" (Moreira, 2024, p. 14).

Na edição mais recente de *Formação espacial brasileira* (Moreira, 2020), uma nova síntese é elaborada e a formação espacial é pensada a partir de complexos regionais resultantes da combinação de ciclos espaciais de acumulação e circuitos de reprodução. Refere-

se, assim, a uma formação espacial *colonial-açucareira*, uma formação espacial *industrial-cafeeira* e a uma formação espacial *agroindustrial-rentista*, encaixadas nos enquadramentos regionais do Nordeste, da hinterlândia paulista e do Centro-Oeste. A cada momento histórico prevalece uma formação regional, articulando-se às demais no movimento histórico das continuidades e descontinuidades.

Antonio Carlos Robert Moraes destaca, por sua vez, a natureza territorial da formação, notadamente em *Bases da formação territorial do Brasil* (Moraes, 2011a), resultado de seu doutoramento em 1991 e primeiramente publicada em 2000. Centrado na investigação da via colonial de desenvolvimento do capitalismo, examina a formação territorial a partir tanto da *valorização capitalista do espaço* quanto do que nomeia de *formas capitalistas de valorização* (Moraes, 2011b). A primeira expressa a acumulação capitalista resultante da reprodução ampliada do capital e que no contexto colonial retarda em se instalar, ao passo que a segunda corresponderia à "produção capitalista de formas não capitalistas de produção", essenciais à compreensão do papel da América portuguesa na divisão internacional do trabalho do Antigo Sistema Colonial. Essa ideia de valorização do espaço, pela qual Moraes investiga a formação territorial é, contudo, contestada por Costa (2024) e Hurtado (2020), em decorrência da sua generalização do processo de valorização espacial para todo e qualquer tipo de trabalho sobre o espaço, quase que equiparando-o ao conceito de produção do espaço. Pensada nos marcos da acumulação capitalista, por outro lado, é pertinente às dinâmicas de acumulação "por elaboração de periferias", como sugere Francisco Oliveira (2013, p.

43), e que operam na abertura de fronteiras "externas" e "internas" enquanto modo estrutural da acumulação primitiva.

Porém, um debate significativo proposto pelo autor se refere ao fato da formação do Brasil ter sido forjada mais em termos territoriais do que sociais, ou seja, o país teria sido pensado muito mais como uma porção do espaço terrestre. O corolário disso seria a reiterada expansão territorial como motor de construção nacional, mobilizando ideologias geográficas que prometiam civilizar e modernizar os espaços a serem ocupados (Moraes, 2005). Para tanto, o autor opera na diferenciação entre o território nominal do exercício da soberania e o território efetivamente explorado, o que redunda na existência de verdadeiros *fundos territoriais*, porções do território destinadas a uso futuro e a partir das quais o Estado tende a legitimar suas ações. Esta alteridade espacial põe em equivalência os fundos territoriais e os conceitos de *sertão* e de *fronteira* segundo o uso no período colonial para designar as áreas selvagens, distantes, vazias ou habitadas por povos indígenas considerados bárbaros. Esta interpretação de Moraes auxilia no entendimento das políticas territoriais que a cada momento almejavam garantir a integridade, a integração e a coesão do território nacional. A resultante é a constatação de um país de contrastes que está tão vinculada a vários trabalhos do paradigma da formação.

> A via colonial de formação histórica induz à condição periférica, postos o papel subordinado e a função complementar na estrutura da economia-mundo capitalista, experimentada desde a origem. É própria da condição periférica, dada sua situação estrutural de zona de ajustes, a convivência de relações sociais díspares e de contrastes bem mais acentuados do que os existentes nas sociedades centrais (Moraes, 2011a, p. 416).

Uma particularidade de sua interpretação se refere à proposição de uma periodização interna à história colonial, diferentemente do procedimento adotado, por exemplo, por Santos e Silveira (2001) ou Moreira (2020), e que confere ao período colonial uma certa unidade e estabilidade. Moraes (2011a), ao contrário, aponta para dinâmicas diferenciadas que, na via colonial de formação histórica, induziram à condição periférica do território brasileiro:

- Descoberta e exploração das bordas litorâneas (1500-1530)
- A instalação efetiva (1530-1580)
- Expansão espacial e fragmentação da soberania (1580-1640)
- Integridade territorial e integração da América portuguesa (1640-1750)
- Crise do Antigo Sistema Colonial (1750-1822)

É perceptível na sua obra o intenso diálogo estabelecido com a Historiografia, o que lhe permite um trânsito pelos impasses resultantes dos modelos explicativos concorrentes do Antigo Sistema Colonial (Novais, 2019) e do Antigo Regime nos Trópicos (Fragoso; Bicalho; Gouvêa, 2001), selecionando aspectos de ambas as perspectivas, mas tendendo a incorporar mais sistematicamente a do sistema mundo-moderno. Aqui reside sua particularidade interpretativa de indicar a formação territorial brasileira como um capítulo da constituição do modo de produção capitalista, conduzido pela apropriação constante e extensiva do território.

No que se refere a Manuel Correia de Andrade (2007; 1995), a *formação territorial e econômica* é empenhada para explorar os desafios na construção da *territorialidade*, aqui relevante à construção da integração nacional. Em *Formação territorial e econômica do Brasil* (Andrade, 2007), o autor contextualiza o seu

projeto no fato de ser um estudioso dos problemas brasileiros há mais de cinco décadas e enuncia um convite à reflexão sobre a *realidade brasileira* e uma ambição de contribuir à resolução dos seus problemas, procedimento comum ao paradigma da formação. Para tanto, concede maior atenção e interesse ao período após 1930, em face à aceleração do processo de transição entre uma economia agrário-exportadora para uma economia industrial. A seleção desse "momento decisivo" da formação está no contexto de necessidade de análise do passado, uma incursão "às origens da nacionalidade" (Andrade, 2007, p. 14).

Há, contudo, uma inseparabilidade entre o econômico e o político-administrativo, destacando-se o papel do Estado na sua capacidade de instalar novas estruturas e de modificar os sistemas tradicionais de exploração do espaço. Tal preocupação aparece na forma em que o texto é organizado, obedecendo aos períodos e eventos tributários da dinâmica política e econômica da América portuguesa e do Brasil independente. O arco temporal que ordena a narrativa é fechado, todavia, por uma síntese sincrônica do território, na qual Andrade comenta as dinâmicas regionais do Brasil no período da globalização. É evidente, no entanto, que Manuel Correia de Andrade transita em estreito diálogo com o modelo explicativo do Sentido da Colonização (Prado Jr., 2011), talvez mais do que os autores anteriormente discutidos, o que pode ser observado nesse e em outros trabalhos. Além disso, Andrade é quem constrói uma perspectiva de enunciação de uma interpretação geográfica do Brasil desde o Nordeste, em diálogo que não se restringe a Caio Prado Júnior, mas que o combina a uma leitura crítica de Gilberto Freyre, Celso Furtado e Josué de Castro (Andrade, 2004b; 2002; 1994; 1977). A marca incontornável de sua interpretação é sua obra seminal, *A terra*

e o homem no Nordeste, publicada inicialmente em 1963 por encomenda de Caio Prado Júnior, e que pode ser considerada como um ensaio de interpretação do Brasil ao realizar uma operação metonímica pela qual a parte (Nordeste) revela dinâmicas territoriais do todo (Brasil) (Andrade, 1980).

Somadas a essas operacionalizações do conceito de formação na Geografia brasileira, encontram-se esforços também relevantes e que sugerem outras combinações conceituais para lidar com os mesmos temas. Porto-Gonçalves (1995) pensa a formação socioespacial por meio de conflitos territoriais e das possibilidades de reapropriação social da natureza, fornecendo ferramentas analíticas para o estudo dos conflitos agrários no país. Oliveira (2020), por seu turno, ressalta o papel da grilagem de terras na formação territorial brasileira, também pondo em relevo a questão agrária como tema tradicionalmente vinculado ao problema da formação social. Dentre os textos da coletânea organizada por Oliveira (2020), destaca-se o trabalho de Prieto (2020) por explorar a grilagem de terras como expressão do "rentismo à brasileira" na formação territorial. Reconhece-se, assim, a pertinência do esforço de compreensão da totalidade e do resultado dessa produção geográfica no âmbito da formação.

Considerações Finais

O interesse explicitado nesse trabalho foi de explorar as linhas gerais do paradigma da formação na Geografia com a perspectiva de situar o debate para além das fronteiras disciplinares. As análises do conceito de formação na Geografia brasileira têm sido realizadas, comumente, de modo compartimentado e atomizado, ora isolando a formulação de um autor específico, ora restringindo o

escopo ao debate marxista. É importante ampliar os horizontes analíticos para explorar as interações do campo disciplinar da Geografia com o Pensamento Social Brasileiro, cujo esforço crítico já tem empenhado um conjunto robusto de investigadores.

Mesmo que reconheçamos uma posição marginal da Geografia no âmbito do Pensamento Social Brasileiro, isto contrasta com a histórica importância de *espaço*, *território*, *meio* e *paisagem* enquanto categorias analíticas empregadas nas mais diversas interpretações do Brasil. A formulação de variantes geográficas do conceito de formação desde meados da década de 1970 vem a contribuir com essa "obsessão nacional" de pensar a formação brasileira como uma atitude reiterada de buscar respostas aos males e impasses do país. Se o referido paradigma está esgotado ou não, a sensação de incompletude da formação nacional, de contrariedade ao influxo externo e de contínuo desejo modernizante parece persistir. Frente aos desafios que a sociedade brasileira dispõe, pensar a formação do território ainda sugere pertinência incontornável, sobretudo quando as heranças territoriais se manifestam cotidianamente com a violência no campo e na cidade, o avanço espoliativo sobre territórios indígenas e quilombolas, as assimetrias raciais persistentes, a dependência tecnológica e as fragilidades do provimento público de direitos sociais. Ou seja, como afirma Roberto Schwarz (2023), a matéria nacional é nossa tarefa histórica.

Consideramos, portanto, que a questão em torno do referido paradigma não está no seu suposto esgotamento e superação por um paradigma concorrente, seja este o da *inserção nacional* ou outro qualquer. Reside, no entanto, na diversidade de temas (sistema literário, questão agrária, família patriarcal, patronato brasileiro, esferas públicas e privadas, sistema econômico, violência, questão

étnico-racial, industrialização e urbanização etc.), de gêneros (não mais restrito a ensaios, mas abrangendo as produções da crescente pós-graduação brasileira), de perspectivas teórico-metodológicas (Sociologia Weberiana, Marxismo, Institucionalismo, Funcionalismo etc.) e de campos disciplinares (Crítica Literária, Historiografia, Sociologia, Antropologia, Ciências Políticas, Economia, Geografia etc.), apesar da unidade do objeto de análise (a matéria ou realidade brasileira).

A partir da análise aqui empreendida, consideramos que a produção geográfica nesse paradigma ou "campo problemático" da formação também tem se renovado ao longo do tempo e ampliado sua capacidade de intervenção. É possível, portanto, sistematizá-la a partir do reconhecimento de cinco *relações básicas* da formação espacial/territorial brasileira. A primeira se refere às *relações espaço-temporais*, de modo que a construção de periodizações se impunha como necessidade metodológica para lidar com os períodos de crise e com o tema das transições entre os distintos momentos da formação. A segunda relação remete a *parte-todo*, ou seja, à interação entre a escala nacional e os subespaços regionais, desdobrando-se nas discussões sobre federalismo e fragmentação territorial, relações campo-cidade, dualidades espaciais como litoral e sertão, frentes pioneiras, avanço das fronteiras internas e integração do território, redes técnicas e sociopolíticas, questão regional e regionalizações do território, dentre outras. A terceira relação abrange os vínculos *interno-externo*, a partir do que se discute fronteiras e integridade territorial, a posição no sistema mundo moderno-colonial, divisão internacional do trabalho, dependência e subdesenvolvimento, integração regional supranacional e outras questões vinculadas aos influxos externos.

As *relações Estado-território* pressupõem os múltiplos agentes territoriais envolvidos no processo formativo comandado pelas instituições de Estado. Compõem um quarto conjunto de problemas que dizem respeito à formação territorial e o processo de *nation-building*, à oposição entre território usado e fundos territoriais, às dinâmicas de centralização e descentralização, às esferas do público e privado, às políticas territoriais, à coesão territorial etc. Por fim, como quinto par estão as *relações sociedade-natureza*, desdobrando-se nos temas da biodiversidade, dos usos econômicos dos recursos naturais, dos territórios de vida comunitária integrados à floresta, dos conflitos ambientais e agrários, da produção de energia e dos regimes nutricionais, e dos modelos de apropriação da terra e da natureza, dentre outros.

Compreendemos, por fim, que a apropriação criativa do conceito de formação na Geografia brasileira viabilizou a construção de interpretações geográficas do Brasil que se valeram de um rico vocabulário comum a vários campos disciplinares, a partir do que foi possível o diálogo, a apropriação e a crítica a pressupostos e leituras que buscavam dar coerência histórica aos diversos impasses nacionais. Recompor esse quadro autoral é importante para sistematizar os problemas que a Geografia brasileira se colocou até aqui e que podem elucidar questões formuladas por iniciativas de interpretação provenientes dos outros campos. Faz-se necessário, no entanto, ampliar o escopo analítico de interpretações geográficas do Brasil para além do quadro teórico-metodológico do Marxismo e investigar a contribuição de geógrafas-intérpretes do Brasil no passado e no período atual.

Notas

1 - Este artigo é produto do projeto de pesquisa "Sertão, nação e território: o conceito de 'formação' nos estudos geográficos do Brasil", desenvolvido no âmbito do Laboratório de Estudos e Pesquisas Urbano-Regionais (LEPUR), do CERES/UFRN, Caicó-RN.

Referências Bibliográficas

ALESSIO, Constanza Bosch; CATENA, Laura. El concepto de formación socio-económica en la obra de José María Aricó: un cotejo con las fuentes marxianas. **Revista Izquierdas**, nº 17, 2013, p. 93-105.

ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Etienne. **Reading Capital**. London: NLB, 1970.

ARANTES, Paulo. Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo. In: ARANTES, O. B. F.; ARANTES, P. E. **Sentido da formação**: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa, 1997. p. 7-66.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Formação territorial e econômica do Brasil**. Recife: Fundaj, 2007.

_____. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2004a.

_____. Uma visão autêntica do Nordeste. In: FREYRE, G. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. São Paulo: Global, 2004b, p. 13-36.

_____. **Gilberto Freyre e os grandes desafios do século XX**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. Formação Territorial do Brasil. In: BECKER, B. K., CHRISTOFOLETTI, A., DAVIDOVICH, F., GEIGER, P. P. **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo: Annablume e HUCITEC, 1995.

_____. **O sentido da colonização**. Recife: 20-20 Comunicação e Editora, 1994.

_____. **Poder político e produção do espaço**. Recife: Fundaj: Massangana, 1984.

_____. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1980.

_____. **Geografia, região e polarização**. Recife: UFPE, 1977.

BARBOSA, Jane Roberta de Assis. Formação territorial e oligarquias estaduais: notas sobre o uso desigual do território norte-rio-grandense. **Revista Interface**, nº 12, 2016, p. 34-54.

BECKER, Bertha; EGLER, Cláudio. **Brasil**: uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BOLLE, Willi. **Grandesertão.br**: o romance de formação do Brasil. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

BOTELHO, André. "Um certo ar de família": formação, inserção, linhagens, sequências. In: SAES, A. M.; BARBOSA, A. F. (Orgs.) **Celso Furtado e os 60 anos de Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: BBM, SESC, 2020, p. 23-55.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Orgs.) **Um enigma chamado Brasil**: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BURNS, Tony. Marx and the concept of a Social Formation. **Historical Materialism** (published online ahead of print 2024). https://doi.org/10.1163/1569206x-bja10032

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**: momentos decisivos. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; LENCIONI, Sandra. A categoria "formação econômica da sociedade" na análise geográfica. **Borrador** – Teoria e Método da Geografia, AGB – São Paulo, nº 1, 1982, p. 11-18.

CASARIL, Carlos Cassemiro. Formação sócio-espacial sudoeste paranaense. **Mercator**, vol. 16, 2017.

CIRQUEIRA, Diego Marçal. Milton Santos: um corpo estranho no paraíso. In: PINTO, A. F. M.; CHALHOUB, S. (Orgs.) **Pensadores negros – pensadoras negras**: Brasil, séculos XIX e XX. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016, p. 405-427.

CORRÊA, Roberto Lobato. Rede urbana e formação espacial - uma reflexão considerando o Brasil. **Revista Território**, ano V, nº 8, 2000, p. 121-129.

CROCETTI, Zeno Soares. **Formação sócio-espacial do Paraná**. 2012. 355 f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2012.

COSTA, Bruno Moreira Riani. Value and Valorisation of Space: notes for a debate on Critical Geography. **Antipode**, vol. 56, nº 4, 2024.

FISCHER, Luís Augusto. **Duas formações, uma história**: das ideias fora do lugar ao perspectivismo ameríndio. Porto Alegre: Arquipélago, 2021.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Antigo Regime nos trópicos**. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003 [1933].

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1959].

GALLO, Fabricio. Elementos da formação territorial brasileira: a federação nacional como evento geográfico. **Boletim Campineiro de Geografia**, vol. 4, nº 1, 2014, p. 27-43.

GEIGER, Pedro Pinchas. & DAVIDOVICH, Fany Rachel. Spatial dimensions of Brazil's social formation. In: **Latin American Regional Conference**, Brazilian Geographical Studies, vol. I. Rio de Janeiro: IBGE, 1982, p. 33-60.

GLUJ, Anabella. A propósito de las categorísas de modo de producción y formación económica social. **Izquierdas**, nº 49, 2020, p. 195-208.

GODELIER, Maurice. Qu'est ce que definir une "formation economique et sociale". L'exemple des Icas. **La Pensee**, nº 159, 1971.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [1936].

HURTADO, Lina María. De la formación socio-espacial a la formación territorial. Uma propuesta teórica y metodológica para el análisis de la formación y transformación de territórios en zonas de frontera. **Revista da ANPEGE**, vol. 16, nº 30, 2020, p. 307-321.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

KÜTTLER, Wolfgang. Social Formation. **Historical Materialism**. vol. 19, nº 4, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **O pensamento de Lênin**. São Paulo: Lavrapalavra, 2020.

_____. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LIMA, Luiz Cruz. (Org.) **Reestruturação Socioespacial**: do espaço banal ao espaço da racionalidade técnica. São Paulo: AnnaBlume, 2006.

MACHADO, Thiago Adriano. O país distorcido: Milton Santos e o lugar das ideias. **GEOgraphia**, vol. 25, nº 55, 2023.

_____. Da formação social em Marx à formação socioespacial em Milton Santos: uma categoria geográfica para interpretar o Brasil? **GEOgraphia**, vol. 18, nº 38, 2016, p. 71-98.

MAMIGONIAN, Armen. Visão geográfica do Brasil atual: Estado, crises e desenvolvimento regional. **Revista Latino-Americana de Geografia Econômica e Social**, vol. 1, nº 1, 2019, p. 7-44.

_____. A geografia e a formação social como teoria e método. In: SOUZA, M. A. A. (Org.) **O Mundo do Cidadão, Um Cidadão do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Bases da formação territorial do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2011a.

_____. **Geografia Histórica do Brasil**: capitalismo, território e periferia. São Paulo: Annablume, 2011b.

_____. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Ideologias Geográficas**. São Paulo: Hucitec, 1988.

MOREIRA, Ruy. **Brasil, espaço e tempo**. São Paulo: Contexto, 2024.

_____. **A Formação Espacial Brasileira**: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

_____. **Mudar para manter exatamente igual**: os ciclos espaciais de acumulação: o espaço total: formação do espaço agrário. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

_____. **A Geografia do espaço-mundo**: conflitos e superações no espaço do capital. Rio de Janeiro: Consequência, 2016.

_____. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil**: classes urbanas e rurais na formação da geografia operária brasileira. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

_____. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil**: constituição e problemas de relação. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA, R. (Org). **Geografia**: teoria e crítica. O saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, 1982.

NOBRE, Marcos. Depois da formação: cultura e política da nova modernização. **Revista Piauí**, edição 74, novembro de 2012.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Editora 34, 2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (Org.) **A grilagem de terras na formação territorial brasileira**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, 2013.

PEDROSA, Breno Viotto. **Entre as ruínas do muro**: a história da geografia crítica sob a ótica da ideia de estrutura. 2013. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, USP, São Paulo – SP.

PEREIRA, Cláudio Smalley Soares. A categoria "formação socioespacial" na obra de Milton Santos: usos, significados e desdobramentos analíticos. **Revista da ANPEGE**, vol. 19, nº 38, 2023, p. 1-42.

PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln. (Orgs.) **Intérpretes do Brasil**: clássicos, rebeldes e renegados. São Paulo: Boitempo, 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil. In: BECKER, B. K., CHRISTOFOLETTI, A., DAVIDOVICH, F., GEIGER, P. P. **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo: Annablume e HUCITEC, 1995.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil**: e outros estudos. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRIETO, Gustavo. Nacional por usurpação: a grilagem de terras como fundamento da formação territorial do Brasil. In: OLIVEIRA, A. U. (Org.) **A grilagem de terras na formação territorial brasileira**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

SANTIAGO, Silviano. Anatomia da formação: a literatura brasileira à luz do pós-colonialismo. **Folha de São Paulo**, 07 de setembro de 2014.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2014.

_____. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2013.

_____. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da geografia à geografia crítica. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. As exclusões da globalização: pobres e negros. **Thoth**, nº 4. Brasília: Gabinete do Senador Abdias Nascimento, 1998.

_____. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. Do espaço sem nação ao espaço transnacionalizado. In: RATTNER, H. (Org) **Brasil 1990**: caminhos alternativos do desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 143-161.

_____. Society and Space: social formation as theory and method. **Antipode**, vol. 9, nº 1, fev. 1977, p. 3-13.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Racismo brasileiro**: uma história da formação do país. São Paulo: Todavia, 2022.

SCHWARZ, Roberto. Roberto Schwarz. Entrevista concedida a Fabio Mascaro Querido. **Margem Esquerda**, nº 40, 2023, p. 11-34.

SERENI, Emilio. La categoría de "formación económico-social". **Cuadernos de Pasado y Presente**, nº 39, 1973, p. 55-95.

SILVEIRA, María Laura. Geografía y formación socioespacial: por um debate substantivo. **Estudios socioterritoriales**. vol. 2, nº 16, 2014, p. 141-168.

SOUZA NETO, Manoel Fernandes de. Brazilian Geography and the Study of Territorial Formation. In: GONZÁLEZ, R. C. L.; MITIDIERO JÚNIOR, M. A. (Editors) **Brazilian Geography**. In theory and in the streets. Singapore: Springer Nature, 2022, p. 55-64.

STRAFORINI, Rafael. A formação territorial brasileira nos dois primeiros séculos de colonização. **GeoUERJ**, Ano 10, nº 18, vol. 1, 2008, p. 63-90.

VIEIRA, Maria Graciana Espellet de Deus. Considerações a respeito do paradigma de formação sócio-espacial. **Anais do XII Encontro de**

Geógrafos da América Latina, Montevidéu/Uruguay, 3 a 7 de abril de 2009.

Submetido em: 16 de abril de 2024
Devolvido para revisão em: 28 de julho de 2024
Aprovado em: 11 de agosto de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3481

Como citar:
MACHADO, T. A.; DANIELLE ALVES DA COSTA, J.; SILVA SANTOS, M. F. O "PARADIGMA DA FORMAÇÃO" E A GEOGRAFIA BRASILEIRA: CONTRIBUIÇÕES GEOGRÁFICAS À INTERPRETAÇÃO DO BRASIL. **Terra Livre**, São Paulo, ano 39, v.1, n.62, jan.-jun. 2024, p. 154-192. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3481. Acesso em: dia/mês/ano.

DESSUBSTANCIALIZAÇÃO DO CAPITAL E DO ESTADO: ELEMENTOS SOBRE O NEOLIBERALISMO E A RECONFIGURAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE ESTADO E CAPITAL

DESUBSTANTIALIZATION OF CAPITAL AND STATE: ELEMENTS ON NEOLIBERALISM AND THE RECONFIGURATION OF THE RELATIONSHIP BETWEEN STATE AND CAPITAL

LA DESUSTANCIALIZACIÓN DEL CAPITAL Y DEL ESTADO: ELEMENTOS SOBRE EL NEOLIBERALISMO Y LA RECONFIGURACIÓN DE LA RELACIÓN ENTRE EL ESTADO Y EL CAPITAL

Thiago Teixeira da Cunha Coelho
Prof. Dr. Substituto na Universidade Federal do Espírito Santo
E-mail: thiago.c.coelho@ufes.br

Resumo:

Este ensaio pretende apresentar elementos acerca da relação entre endividamento do Estado e o processo de dessubstancialização do capital e a crise fundamental deste expressa em uma crise do Estado como momento de desenvolvimento histórico da forma social do capital. Para isso, pretendemos expor como a racionalidade neoliberal se articula a um longo e contraditório processo histórico de desenvolvimento crítico da relação entre forma e conteúdo próprio ao processo de modernização.

Palavras-chave: Dessubstancialização, Estado, neoliberalismo.

Abstract:

This article intends to present elements about the relationship between state indebtedness and the process of de-substantialization of capital and its fundamental crisis, as expressed in a crisis of the state as a moment in the historical development of the social form of capital. Therefore, we intend to show how neoliberal rationality is linked to a long and contradictory historical process of critical development of the relationship between form and its content, which is specific to the modernization process.

Keywords: De-substantialization, State, neoliberalism.

Resumen:

Este artículo pretende presentar elementos sobre la relación entre el endeudamiento del Estado y el proceso de desustancialización del capital y su crisis fundamental expresada en una crisis del Estado como momento del desarrollo histórico de la forma social del capital. Para eso, pretendemos mostrar cómo la racionalidad neoliberal se articula en un largo y contradictorio proceso histórico de desarrollo crítico de la relación entre forma y contenido propio del proceso de modernización.

Palabras-clave: Desustancialización, Estado, neoliberalismo

Introdução[1]

Tomamos como ponto de partida que a expansão dos gastos estatais na segunda metade do século XX se refere à expansão do próprio capitalismo e da necessidade de lidar com os gastos da reprodução social do capital e da força de trabalho, constituindo aquilo que Mandel apresenta como inflação permanente (Mandel, 1982). Esse processo está vinculado aquilo que Robert Kurz apresenta como "funções econômicas do Estado Moderno (Kurz, 1995), sendo o primeiro nível o da "juridificação" ligada a transformação de todos em "sujeitos modernos do Direito" (Kurz, 1995, p. 193) e o Estado enquanto "máquina legislativa permanente" (Kurz, 1995, p. 194), o segundo são "os problemas sociais e ecológicos" (*ibidem*) produzidos pela moderna economia capitalista que só podem ser assumidos pelo Estado posto que "economia de mercado, enquanto tal, não tem nenhuma sensibilidade e nenhum órgão para as etapas da vida humana" (*ibidem*). O terceiro nível por ele indicado se refere aos "agregados infra-estruturais" (Kurz, 1995, p. 195) que são pressupostos a própria produção industrial no contexto da transição da segunda para a terceira revolução industrial. Além disso, o Estado passa a atuar também como "empresário produtor de mercadorias" (Kurz, 1995, p.196), em especial "nas sociedades de 'modernização recuperadora'", ou seja, "os países que entraram tarde no moderno sistema produtor de mercadorias" (*Ibidem*), como é o caso do Brasil. O último nível indicado por Kurz é a "política de subsídios e o protecionismo" (Kurz, 1995, p. 197). Isso implica,

[1] Este texto é parte de pesquisa de doutoramento realizada com apoio de Bolsa da FAPEMIG.

portanto, que a aceleração do desenvolvimento das forças produtivas e da cientifização levam a uma necessidade de investimento cada vez mais elevados por parte do capital e, consequentemente do Estado. Ou seja, "quanto maior a economia de mercadorias e de dinheiro, tanto maiores serão os custos anteriores, os custos secundários" (Kurz, 1995, p.197-198) e também serão maiores "a atividade e a demanda financeira do Estado" (Kurz, 1995, p.198).

Assim, o aprofundamento das crises e do endividamento estatal não se refere a um problema de gestão dos recursos, mas da própria falta de autonomia do Estado em relação ao capital e sua expansão. Essa interpretação que "parte cegamente do ponto de vista do dinheiro" se mostrou incapaz de compreender que "os custos da atividade do Estado não são o resultado de um mau gerenciamento do mesmo, mas representam o nível civilizatório da modernidade" (Kurz, 1995, p. 202/203).

A expansão do gasto estatal é uma "necessidade sistêmica" (*Ibidem*) e, portanto, deve ser compreendido no contexto das mudanças do Estado enquanto um participante do mercado global de crédito. Para tal, há uma virada na articulação da forma jurídica junto aos Estados, que passam a "aplicar a si mesmos as regras do direito privado" transformando a concorrência no "princípio de harmonização das legislações nacionais" (Dardot; Laval, 2016, p.269).

Essa alteração está arraigada às profundezas da *forma social* (Scholz, 2009) e do processo de *dessubstancialização do capital* (Kurz, 2014), pois o processo de expansão da massa monetária e de inflação estrutural se faz a partir da própria história de expansão do capital, com os Estados nacionais aparecendo como "devedores

infalíveis" (Kurz, 2014, p. 299) e, portanto, sendo responsáveis por um processo de endividamento assentado "no seu acesso 'soberano' aos recursos nacionais" e se torando os garantidores políticos "da emissão de papel moeda e de dinheiro escritural pelos bancos emissores" (*Ibidem*). Isso está ligado ao "encolhimento da massa de valor e de mais-valia de toda a sociedade" (Kurz, 2014, p. 292), algo que no plano dos capitais individuais aparece como aumento dos custos prévios para a produção dado o nível de cientifização da produção e as necessidades de investimento em capital constante para manter o nível de produtividade diante da concorrência. Assim, o crédito ganha importância central, pois os custos não podem mais ser pagos somente "com base nos lucros, reservas suficientes para os investimentos necessários em capital material" (Kurz, 2014, p. 296) e o crédito se torna "pressuposto central da produção ulterior, e ainda por cima num patamar cada vez mais elevado" (Kurz, 2014, p. 297), fazendo com que o "eixo temporal da produção social de mais-valia desloca-se fundamentalmente do passado para o futuro" (*Ibidem*).

Kurz aponta que há, portanto, uma diferença fundamental entre "o refinanciamento do capital pelo recurso predominantemente a uma produção de mais-valia já realizada no passado" (*Ibidem*) e sobre a promessa de uma "produção de mais-valia futura, ainda nem sequer iniciada e muito menos realizada" (*Ibidem*), sendo que a explosão da segunda forma produz uma alteração qualitativa na relação com capital com sua substância – o trabalho.

Esse movimento implica também uma mudança no papel do Estado ao longo do século XX, pois após o esgotamento da capacidade de aplicação de trabalho adicional no capital total do fordismo os Estados foram responsáveis por tentar amortecer "a descida das

taxas de crescimento à boa maneira keynesiana", tanto por meio de investimentos estatais diretos e "programas sociais financiados a crédito" (Kurz, 2014, p. 303). Assim, essa expansão é também assentada na produção de um capital que não passou por um processo prévio de valorização e entra enquanto uma simulação de capital que deve se valorizar e se realizar para além daquilo que é investido no início do processo, ou seja, trata-se da expansão do *capital fictício* (Kurz, 2014; Marx, 2017) enquanto fundamento da crise do capital.

Dessa forma, o movimento de alteração do papel do Estado no contexto da ascensão do chamado neoliberalismo coincide com um contexto de *dessubstancialização* do capital e expansão do *capital fictício* e, como iremos tratar ao longo do texto, esse processo de crise do capital em seu processo histórico de negação dos seus próprios fundamentos também se relaciona as modificações da relação entre forma e conteúdo da forma jurídica e o seu processo de *definhamento* (Caux, 2020).

Assim, esse artigo pretende apresentar alguns elementos que explicitam essa alteração, em especial o debate a partir do pensamento neoliberal e sua crítica.

Racionalidade neoliberal: ordoliberalismo, nazismo e forma sujeito

O Colóquio Walter Lippmann, ocorrido em agosto de 1938, é apontado como "momento fundador do neoliberalismo" (Dardot; Laval, 2016, p. 71) e uma espécie de precursor da Sociedade Mont-Pèlerin e órgãos como o Fórum Econômico Mundial de Davos (*Idem*,

p.72) que, entre outras realizações, foram capazes de apaziguar divergências e organizar diferentes correntes de pensamento em torno da "teorização de um intervencionismo propriamente liberal" (*Idem*, p.73).

Um termo identificado como central por eles - no pensamento de Lippmann e no neoliberalismo em geral - é *adaptação*. A adaptação possui também papel fundamental na leitura de Oliveira (2020) sobre a forma sujeito burguesa e o processo de *dessubstancialização do sujeito* (2020).

Sua reflexão sobre a transformação da vida cotidiana pela penetração da mercadoria leva a um entranhamento do "vazio tautológico" que é o processo de modernização. Ele indica que "a vida social sobre o fundamento simbólico mercantil tende a desenvolver relações mediadas por esse simbólico que é em verdade a libertação de qualquer laço simbólico em proveito do vazio" (Oliveira, 2020, p.466). Esse processo tem uma longa constituição pois [se] "esse vazio não se manifestou desde o início do desenvolvimento da forma social moderna, foi porque ainda havia largos terrenos da vida social fundada no simbólico religioso a serem aplainados" (*Ibidem*). Esse "entrecruzamento objetivo e subjetivo" da modernização se move por meio de uma "dupla abstração", da sociedade – pela forma social – e pela subjetividade – com a forma sujeito (*Ibidem*).

Isso significa que a forma social fetichista da mercadoria, que atravessa todos os campos da vida social na tentativa de submetê-los a seus ditames, também o faz sobre a forma sujeito burguesa avançando "sobre as individualidades concretas para lhes impor uma forma de subjetividade unitária, em consonância com a vida social moderna sempre dinâmica e aberta ao novo" (*Ibidem*). A

realização dessas formas, no entanto, percorre um longo processo histórico de "esgarçamento da concretude social e objetiva" (*Ibidem*).

Esse processo, no entanto, não se realizou por completo, mas há uma "tendência à dessubstancialização do sujeito quanto mais ele se aproxima do seu conceito de agente social dentro do invólucro da relação mercantil" (*Idem*, p. 468). A substância que se desmancha em todo lugar não é uma "essência humana autêntica, positiva, trans histórica [ou] *a priori" (Ibidem*) que o processo de modernização teria obliterado, mas porque esse sujeito é aquele que deve ser adaptável a qualquer possibilidade "que os ideais mercantis oferecem" sem, no entanto, ser capaz de "julgar tais possibilidades que, só em serem várias e estarem à disposição, é como se bastassem" (*Ibidem*).

Ou seja, o indivíduo, transfigurado em sujeito burguês, possui a sua "disposição todas as 'qualidades', qualidades que lhe são exteriores e acidentais, cambiantes e não essenciais; qualidades que lhe são disponibilizadas de forma heterônoma, portanto, não são construídas nas relações sociais diretas" (*Idem*, p.469). Independente da máscara de caráter assumida, ela é colocada nos rostos de cada um por um processo externo e fetichista, ainda que seja possível ter sua liberdade de escolha, que, em última instância é liberdade de consumo. Esse "encontro com a mercadoria" na tentativa de preencher "o vazio do mundo da mercadoria e de nossa vida como mercadoria" (*Idem*, p.470) não pode ser resolvido por meio da mercadoria sendo ela o próprio fundamento social e subjetivo do vácuo social e existencial do movimento tautológico do capital.

A capacidade de adaptação como característica do sujeito e do Estado diante da *dessubstancialização do capital*[2] (Kurz, 2014) é um elemento fundamental para compreender não só o neoliberalismo, mas como as estruturas jurídicas se transformam na direção das necessidades da expansão do *capital fictício* (Kurz, 2014; Marx, 2017).

A necessidade de adaptação diante das rápidas modificações da sociedade concorrencial global e a constatação do neoliberalismo que "os homens não se adaptam espontaneamente a essa ordem de mercado cambiante, porque se formaram num mundo diferente" (Dardot; Laval, 2016, p.90) é o motor para um projeto político que pretende alterar a "vida individual e social como um todo" (*Ibidem*). Ou seja, cabe ao neoliberalismo "ajudar a redefinir um novo quadro que seja compatível com a nova estrutura econômica" (*Idem*, p.91).

Walter Lippmann vê uma relação intrínseca entre a economia e o sistema normativo, sendo o "desenvolvimento da lei, que é a negação da possibilidade de agressão do outro, é o que permite liberar as faculdades produtoras e as energias criadoras" (*Idem*, p. 95-96). Cabe à lei, portanto, arbitrar os interesses particulares e "confiar na ação privada dos indivíduos" (*Idem*, p.96) nesse contexto de expansão global e formação dessa sociedade mundializada como resultado da divisão do trabalho, buscando estabelecer "relações pacíficas entre povos independentes" *(Idem*, p.97), ainda que, para ele, a opinião pública e o sufrágio universal

[2] Como indicado na introdução é o processo de expulsão do trabalho vivo do processo de produção de maneira absoluta e da diminuição continua do valor em relação a massa de mercadorias e dinheiro circulante.

têm muito peso e influência nas decisões e, portanto, representam uma "fraqueza congênita das democracias" (*Idem*, p.99).

Essa subsunção da democracia ao ordenamento do mercado não é algo novo. Na verdade, a própria democracia é o elemento central que legitima a liberdade enquanto fundamento do Estado moderno e do próprio processo civilizatório da modernização. A "dramaturgia da liberdade" (Kurz, 2020, p.30) da democracia existe como parte do processo histórico de expropriação e mobilização do trabalho. Ou seja, essa "liberdade de 'poder' (dever) vender a si mesmo [..] e que apenas com base nisso o circuito sistêmico de compras e vendas pode funcionar" (*Ibidem*).

O projeto neoliberal busca, em certo sentido, atualizar as condições de acumulação e produção em um contexto de compulsória expansão do capital após a Segunda Guerra Mundial. No caso do ordoliberalismo alemão, ainda existe a necessidade de reconstrução do Estado democrático liberal no interior da economia de mercado e, ao mesmo tempo, buscando se dissociar do "bicho-papão no nevoeiro a-histórico da modernidade" (Kurz, 2020, p. 36) representado pelo nacional-socialismo e o fascismo histórico.

A grande dificuldade disso está no próprio processo de modernização alemão, no qual "o nacional-socialismo colocou em curso mudanças sociais estruturais que eram parte do processo de democratização, caso se entenda a democracia como estrutura totalizante da democracia de mercado, incluindo seu lado repressivo" (*Idem*, p. 37).

Postone, por outro lado, ressalta o vínculo umbilical entre o nazismo e o antissemitismo e busca ir além da interpretação contemporânea que, segundo ele, considera o antissemitismo

moderno como "preconceito antijudaico", portanto, forma particular de racismo. Para ele, trata-se de compreender que o Holocausto como "extermínio pelo extermínio" não tinha um objetivo externo aos avanços militares e os conflitos dos exércitos nazistas com outros povos, ainda que tivesse o lugar de "prioridade absoluta" (Postone, 2021, p.32).

Ao conferir aos judeus um poder "misteriosamente intangível, abstrato e universal" é possível considerar que o antissemitismo moderno por ser identificado historicamente com "elementos ocultos e conspiratórios" (*Idem*, p.33-34) tem forte relação com o caráter fetichista da forma valor e, portanto, há um processo de sobreposição no qual "o rápido desenvolvimento do capitalismo industrial, com todas as suas ramificações sociais, é personificado e identificado com o judeu" *(Idem,* p.35). Não é aleatório, portanto, que "as características específicas do poder atribuído aos judeus pelo antissemitismo moderno – abstração, intangibilidade, universalidade, mobilidade" sejam também "características da dimensão de valor das formas sociais analisada por Marx (*Idem,* p.39).

Dessa forma, os elementos que expressam a dominação abstrata do capital, quais sejam, o dinheiro e as finanças, são descolados do fundamento "natural" e orgânico, o trabalho ontológico e suas consequências materiais, como a produção manufatureira e, posteriormente, a industrialização. Assim, enquanto o capital industrial ganha o status de "descendente linear do trabalho artesanal 'natural', como estando 'enraizado organicamente'" a vida social, a comunidade e seu povo e raça - nos termos das teorias raciais

do século XIX -, o capital financeiro seria o elemento "'desenraizado' e 'parasitário'" *(Idem*, p.42).

Essa biologização do capitalismo, ao identificá-lo com o judaísmo como essa força de dominação social abstrata (*Idem*, p. 45) é o que confere ao nazismo o caráter "anticapitalista", ainda que ele reafirme o capital industrial, pois os judeus "se tornarão personificações do domínio intangível, destrutivo, imensamente poderoso e internacional do capital como forma social alienada" (*Ibidem*). A razão dos judeus terem assumido esse lugar, segundo Postone, está ligada à múltiplos fatores, como a antiga e histórica associação entre judeus e dinheiro, bem como uma história pregressa de antissemitismo na Europa *(Idem*, p. 46*)*. No entanto, há um fator que ganha centralidade para ele: a posição dos judeus enquanto "indivíduos abstratos" descolados da formação das nações europeias.

O processo de separação entre Estado e sociedade civil produz um duplo no individuo: "o indivíduo como cidadão e o indivíduo como pessoa" *(Idem*, p.47). Enquanto o cidadão é a abstração *per excellence*, no qual se incorpora a igualdade nos termos da lei, o indivíduo está vinculado aos espaços e vida privada no interior da sociedade civil "e que não encontram expressão política" *(Ibidem*). Entretanto, Postone considera que não há uma separação, no caso da Europa, entre uma concepção de "nação enquanto entidade puramente política, abstraída da substancialidade da sociedade civil" *(Ibidem*).

O vínculo entre os elementos abstratos da forma nação e sua vida política estão imbricados a sua existência concreta caracterizada "por uma língua, história, tradições e religião comuns", fazendo com que os judeus fossem "o único grupo na Europa que

cumpria a determinação da cidadania enquanto abstração puramente política" (*Ibidem*). Assim, fossem "cidadãos alemães ou franceses" eles nunca eram considerados "realmente alemães ou franceses", pois "pertenciam à nação abstratamente, mas raramente em concreto" *(Ibidem*).

A biologização do antissemitismo apontada por Postone é retomada por Kurz ao apresentar o nazismo como "último impulso de uma via de modernização 'recuperadora' excepcional" (Kurz, 2020, p.49). A concepção de Povo [*Volk*] foi a "abraçadeira da modelação sistêmica, da tecnologia até a estrutura do sujeito, na qual a cultura mecanizada fordista de produção e tempo livre foi implantada", ou seja, não se trata de formação popular e comunitária, mas "um mosaico de interesses segmentados, que foi construído através da produção fordista em massa" e que se apresentou na ideia de povo como "síntese e ideologia de transição para a socialização abstrata" (*Idem*, p.50).

Esse marco do nacional-socialismo nos auxilia na compreensão do pensamento neoliberal. Não se trata de retomar os projetos de modernização assentados em concepções como nação e povo, mas de criar condições no seio do Estado, enquanto abstração da forma jurídica da mercadoria, para expandir os processos de acumulação e reprodução ampliada. A centralidade das economias nacionais após a derrocada do Terceiro Reich e o fim da Segunda Guerra Mundial dá lugar ao processo de exportação de capitais em buscar de valorização e, portanto, cabe ao Estado fomentar e auxiliar esse movimento em escala global, fazendo com que a afirmação da nação seja, cada vez mais, secundária em relação à governança global.

A crítica ordoliberal ao nacional-socialismo expõe outra face da moeda, pois enquanto o nazismo luta contra o "mal" em abstrato representado pelos judeus como biologização fazem-no glorificando o Estado nacional como expressão da união do povo e de sua vida, assim como seu trabalho concreto contra o "financismo" e o domínio cosmopolitano judeu; enquanto a resposta ordoliberal trata de defender o abstrato, qual seja, a economia de mercado, e passa a apresentar o nacional-socialismo como "resultado natural e a verdade da economia planificada e dirigida", sendo o "crescimento infinito do poder do Estado" o verdadeiro "responsável pela dissolução dos laços orgânicos tradicionais e pela atomização dos indivíduos" (*Idem*, p.106-107).

Por isso, a associação do nazismo, por parte do ordoliberalismo, a um extremismo na "aplicação na economia e na sociedade do tipo de racionalidade que valia nas ciências da natureza" demonstra uma tentativa de descolar a economia de mercado e a produção de mercadorias do nacional-socialismo ao associá-lo à "eliminação cientística do homem" e ao "coletivismo econômico" *(Idem*, p.107*)*. Ao conectar "coletivismo econômico e coerção tirânica do Estado", Ropke pretende ir além de associar "economia de mercado e liberdade individual" (*Ibidem*). Sua tentativa é de identificar a economia de mercado, o princípio da liberdade de escolha e de consumo como o grande obstáculo contra as tiranias e coerções estatais. Assim, a "livre escolha" não é só "um princípio de eficácia econômica" (*Ibidem*) para o pensamento ordoliberal, mas um princípio central no combate aos arroubos napoleônicos do Estado e qualquer eventual retorno do nazismo.

A sociedade defendida pelo ordoliberalismo é aquela em que os "indivíduos são soberanos em suas escolhas" (*Idem*, p.120) e cabe ao Estado defender esse cidadão consumidor no âmbito das suas escolhas privadas. Röpke vai ainda mais longe e defende "uma sociedade de pequenos empreendedores dos quais nenhum tem condições de exercer um poder exclusivo e arbitrário sobre o mercado e a uma democracia de consumidores que exercem diariamente seu poder individual de escolha" *(Idem,* p. 116).

A preocupação de Röpke com a proletarização e o desenraizamento urbano que "criou um grande vazio na existência de milhões de trabalhadores, privados de segurança e estabilidade" (*Idem*, p.128) demonstra como o processo de modernização assentado na expropriação e mobilização do trabalho é também um processo de destruição dos laços sociais comunitários anteriores e de formação de uma forma sujeito abstrata e desprovida de conteúdo social imediato, tendo que estar inserida na sociedade do trabalho e da mercadoria para ser socialmente mediada, ainda que não se trate de um retorno romântico à Europa feudal e para além do mercado e do capitalismo, mas de uma alternativa social "sob o *modelo* de um mercado atomístico, composto de múltiplas unidades independentes" (*Idem,* p. 127).

Enquanto para Lippmann e os ordoliberais, o Estado pode cumprir um papel importante ao criar as condições normativas ideias para a livre iniciativa, para o pensamento austríaco o Estado é mais barreira que apoio.

Neoliberalismo enquanto adaptação: *homo agens* e o empresariamento do sujeito na crise do capital

Tanto Von Mises como Hayek têm papel fundamental na construção do empreendedor como o agente do mercado. A concorrência na concepção neoclássica está mais vinculada a um cenário de ação racional cujas condições normais ou "ideais" levam a uma tendência de equilíbrio, sendo a ausência dessa tendência "uma anomalia que impossibilita a realização da harmonia preconcebida entre os agentes econômicos" (Dardot; Laval, 2016, p. 135). O mercado e a concorrência são apresentados de uma maneira bastante distinta no pensamento austríaco.

Do *homo economicus* ao *homo agens*. Essa transformação é explicada por Von Mises por um impulso de ação buscando melhorar a situação presente. Não se trata simplesmente de um impulso para acumulação, mas de objetivos e finalidades, pois enquanto o homem da troca que faz cálculos a partir dos dados disponíveis, o homem da empresa escolhe um objetivo e pretende realizá-lo (*Idem*, p.140). Esse é o caminho do "autogoverno do sujeito", no qual "homem sabe se conduzir não por "natureza", mas graças ao mercado, que constitui um processo de formação" (*Ibidem*).

Esse "governo de si mesmo no mercado", ao qual o indivíduo é submetido impõe, segundo a análise dos autores sobre o pensamento austríaco, uma racionalidade própria assentada num constante aprendizado a partir do mercado. Em última instância, o mercado é a própria instância da experiência e do conhecimento humano.

Isso se assenta numa teoria subjetiva dos preços que, ao levar "o pensamento dos economistas clássicos "às suas últimas consequências" a "moderna economia subjetivista, [...] transformou a

teoria dos preços do mercado numa teoria geral da escolha humana" (Mises, 1990, p.7).

Diferente da concepção de Mises, para quem o indivíduo por ser racional é capaz de tomar as melhores decisões e desenvolver as melhores situações, Hayek considera que o indivíduo, ainda que seja o ator central do processo, é "sobretudo, ignorante" (Dardot; Laval, 2016, p.143). Assim, o mercado se apresenta como forma de organização superior pois prescinde de controle, portanto, permite que as dinâmicas dos preços sejam capazes de conduzir os interesses e, por não possuir controles, a "comunicação das informações para completar os fragmentos cognitivos que cada indivíduo possui" é facilitada *(Idem*, p.144) e, dessa maneira, somente "as motivações individuais impelem os indivíduos a fazer o que devem fazer, sem que ninguém tenha de lhes dizer para fazê-lo, utilizando conhecimentos que eles são os únicos a deter ou buscar *(Ibidem).*

Nesse sentido, o indivíduo aparece como formado pelo mercado, sendo o empreendedor aquele que busca o lucro e as melhores oportunidades. É a liberdade do mercado que permite "testar suas faculdades, aprender, corrigir-se, adaptar-se" (*Idem*, p.145) fazendo do mercado *"um processo de formação de si"* (*Ibidem*).

Entretanto, a concepção do empreendedor como sinônimo de inovação, daquele que aproveita cada oportunidade que se apresenta, como indica Dardot e Laval, é união de um pensamento neoschumpteriano, ligado a "vulgata gerencial" alçada à discurso apologeta da gestão a partir dos anos 1970 e outras "várias linhas de pensamento, entre as quais a "praxeologia" de Von Mises" (*Idem*, p.154-155). Essa massificação do "modelo de gestão empresarial que

aspira a uma validade prática universal" se realiza de maneiras diversas.

No plano do indivíduo, retomando Oliveira, há uma abstração do conteúdo que só pode ser acessado e articulado a partir de uma capacidade de inserção, identificação e adaptação com relação ao mercado, seja como trabalhador buscando sobrevivência no trabalho formal que deve exceder expectativas diárias para se manter relevante no emprego, ou na forma do trabalho informal e precário sem qualquer suporte legal que busca garantir a sobrevivência do indivíduo e do núcleo familiar, em um contexto onde o acesso aos produtos necessários à sobrevivência é completamente dominada pelo dinheiro em níveis cada vez mais profundos das atividades de reprodução. A liberdade do mercado e do sujeito coincide com sua submissão completa a sociabilidade da mercadoria.

Esse processo também expressa uma mudança na maneira como o Estado passa a atuar nesse período. A interpretação corrente sobre o neoliberalismo, enquanto projeto político e econômico que busca reduzir o gasto do Estado, em geral através do corte de gastos com políticas públicas de seguridade social, promoção de privatizações de empresas públicas e desregulamentação dos mercados, não é incorreta, mas é incompleta.

Dardot e Laval ressaltam a importância do "papel de guardião das regras jurídicas, monetárias, comportamentais", por parte dos governos nesse contexto em que deixam de ser promotores de uma gestão estatal que busca aplacar as desigualdades e disparidades sociais, possuindo, cada vez mais, uma "função oficial de vigia das regras de concorrência no contexto de um conluio oficioso com grandes oligopólios e, talvez mais ainda, confere-lhe o objetivo

de criar situações de mercado e formar indivíduos adaptados às lógicas de mercado" (*Idem*, p.191). Ao mesmo tempo, isso entra em conflito com o próprio desenvolvimento histórico do capital, pois este para mobilizar os processos de valorização do valor precisa de investimentos cada vez mais altos e os custos sociais da reprodução, que também aumentam significativamente, são cada vez mais repassados ao Estado e reforçam sua *falta de autonomia* (Kurz, 1995) diante do capital.

O estreitamento do vínculo entre o mercado, como mecanismo de organização da sociabilidade numa sociedade de sujeitos de direitos e cujas conexão estão ligadas aos princípios de mercado transformados em formas de regulação e o Estado, que é a expressão do próprio direito, é fundamental para compreender as mudanças contemporâneas do Estado e na forma jurídica.

Parte importante do fundamento filosófico desse entendimento está na compreensão de Hayek que organiza uma tipologia de ordenamentos, na qual distingue uma ordem artificial - fruto de um desejo e projeto humano deliberado –, uma ordem natural – que se impõe independente dos desejos e vontades dos indivíduos –, e uma ordem "espontânea" – que se refere aos "fenômenos que resultam da ação humana, mas nem por isso são resultado de um desígnio (*design*) humano" (Hayek *apud* Dardot; Laval, p.161), sendo o mercado uma "ordem espontânea" que não está ligada a economia e um funcionamento econômico específico, mas é a expressão de esforços na direção da reciprocidade e a "conciliação de diferentes objetivos, em benefício mútuo dos participantes" (*Idem,* p.162).

Ao apresentar o mercado como *nomocracia* (regida pela lei) em detrimento de uma *teleocracia* (dirigida por fins), Hayek pretende articular a sociedade, também apresentada como ordem espontânea, portanto, repleta de ordenamentos e organizações artificiais (família, Estado, empresas), com o mercado, que é formado por "'relações econômicas'" e, por isso, submetido a dinâmica da concorrência e a necessidade de transformação e adaptação se torna capaz de, através desses "projetos divergentes opera[r] a distribuição de todos os meios disponíveis" (Hayek *apud* Dardot; Laval, p.163). Ao indicar que as "relações econômicas se encontram *na base do vínculo social"* (*Ibidem*), ele pretende indicar o dirigismo de instituições "artificiais" como a família e o Estado que impedem a articulação do conhecimento que, por excelência, seria fragmentado, distribuído e trocado numa ordem de mercado, na qual os preços são "vetores de transmissão da informação" (*Ibidem*).

A ordem de mercado ou "catalaxia", diferente da economia ou das ciências econômicas não se refere somente as relações de troca, posto que o termo que "vem do verbo grego antigo *katalatein*, que, significativamente, quer dizer não só 'trocar' e 'intercambiar', como também 'admitir na comunidade' e 'fazer de um inimigo um amigo'" (Hayek *apud* Dardot; Laval, p.164).

Essa leitura pode ser compreendida dentro da tradição do darwinismo social, pois as melhores e mais justas condutas, que estariam na base da evolução das sociedades humanas, foram selecionadas no âmbito do mercado. Ou seja, se trata não só de uma transhistoriedade do princípio da troca, como se apresenta na tradição liberal, mas de um esforço de naturalizar a troca como princípio fundante de qualquer conduta, em especial daquelas que

assumem um caráter de mandamento racional ou conduta justa dentro das relações entre indivíduos. Esse esforço pretende transformar as alterações sociais, legais e institucionais como parte de um movimento geral do próprio mercado, como *forma social* natural e ontológica.

Por esse motivo há um esforço de Hayek de descolar sua interpretação do jusnaturalismo. Ao indicar que essas regras de conduta justa são "produto da experiência prática da espécie humana" e, portanto, "resultado imprevisto de um processo de crescimento" (Hayek *apud* Dardot; Laval, p.167) ele busca indicar que esse processo não é o mesmo que uma dedução natural ou a imposição legisladora externa pois "foram incorporadas às tradições e aos costumes muito antes de serem codificadas pelos juízes, os quais, no fim das contas, apenas as *descobriram*, nunca tiveram de *fazê-las"* (*Idem,* p.166).

Ao indicar que o direito, como na tradição liberal, antecede a legislação e se assenta nas tradições e regras produzidas no processo do mercado ele apresenta três princípios fundamentais do ordenamento espontâneo que são expressos no direito privado como "a liberdade de contrato, a inviolabilidade da propriedade e o dever de compensar o outro pelos danos que lhe são causados" (*Idem*, p.168) e que, portanto, seriam os fundamentos da própria liberdade da esfera privada. Essa, inclusive, tem centralidade no argumento, posto que "a definição da coerção como 'violação dos direitos individuais' somente é lícita se esse reconhecimento foi consentido, já que o reconhecimento efetivo da esfera privada equivale ao reconhecimento dos direitos concedidos pelas regras que delimitam essa esfera" (Hayek *apud* Dardot; Laval, p.170).

É a ausência de qualquer coerção direta que permite a verdadeira liberdade para Hayek, sendo essa ausência o fundamento da sociabilidade para além da troca, ainda [que] esteja fundamentada em princípios que historicamente só aparecem da maneira como os conhecemos na sociedade moderna, como a propriedade privada. A partir daí ele indica uma relação evolutiva entre esse momento que se alcança um princípio ou regra de conduta superior, inserida no quadro evolutivo da humanidade, como é comum se deparar nas análises neoliberais.

Há, portanto, um problema de fundo: só é possível considerar essa forma de liberdade sem coerção na sociedade moderna, pois se trata de uma realidade que possui uma mediação universal cujo movimento impele toda sociedade, ainda que pareça ser regido por interesses subjetivos e decisões individuais livre. Ou seja, esse discurso, que no plano da aparência pode aparecer como arauto da liberdade, só pode ser realizado desconsiderando não só o processo histórico de formação dos "ordenamentos artificiais", mas apresentando o mercado como fruto da relação homem natureza de maneira imediata. Pois, se há alguma mediação anterior, qualquer nível organizacional que anteceda o mercado em outras sociedades, não é possível apresentar os princípios econômicos como fundamentos "humanos", e sim como expressão histórica de ordenamentos distintos e específicos e, por isso, não há sentido em pensar a liberdade em termos essencialistas em relação aos processos materiais que são múltiplos e distintos e, por isso, cuja formação e ordenamentos não são passiveis de ser transpostos historicamente.

É emblemático que pouco se recorra a realidade do processo histórico e suas diferenças no pensamento neoliberal, somente como

referência utópica e apologeta de defesa de seus pressupostos filosóficos. Essa apologia de uma liberdade incondicional, nos termos do mercado, não só apaga o longo processo de expropriação e formação do capital, o processo de colonização e de dissociação das atividades de reprodução que foram hierarquicamente rebaixadas e associadas as mulheres e a grupos étnico-raciais específicos, bem como a produção de uma sociabilidade centrada no valor – masculino, branco e ocidental –, mas constrói uma fábula da liberdade enquanto expressão da lei que passa a servir com grande utilidade o Estado neoliberal.

O Estado que respeita, acima de tudo, a liberdade individual só é possível num verdadeiro Estado de direito que aplica a si mesmo as regras do direito privado (*Idem*, p.172), que permite instâncias públicas de questionamento legal do Estado (*Idem*, p.174) e que tem como princípios fundamentais a generalidade, certeza/previsibilidade e igualdade de aplicação da lei, inclusive em relação ao próprio Estado (*Idem*, p.176).

A preocupação sobre o Estado não é sobre o tamanho de sua atuação econômica, quais atividades atua ou o que oferece de serviços à população. Trata-se de proteger o mercado, ainda que a custa da democracia, que para Hayek pode ser um método de escolher dirigentes, ainda que possa estar sempre sujeita a se tornar uma "democracia totalitária" (*Idem*, p.184). Totalitário, nesse caso, é quando a maioria apoia posições, políticos ou projetos que atacam os princípios do direito privado, quais sejam, a propriedade privada e a troca.

Esse esforço na direção de um "modo de regulação em escala mundial" foi expressão do confronto de ideias e grupos políticos desde

o pós-Segunda Guerra Mundial e teve "o papel de catalisador, oferecendo um ponto de encontro a forças até então relativamente dispersas" (Dardot; Laval, 2016, p.192).

A profunda "*luta ideológica"* que os autores explicitam não só constitui uma crítica ao *welferismo,* que se institui logo após o final da grande guerra e compõe um quadro de debate e disputa teórica e intelectual, mas também direcionou novos projetos governamentais, em especial diante das crises do capital nos anos 1970. Além disso, a profunda mudança comportamental já indicada levou a uma reconfiguração da relação entre sujeito e mercadoria, obrigando "os indivíduos a governar a si mesmos sob a pressão da competição, segundo os princípios do cálculo maximizador e uma lógica de valorização de capital" (Dardot; Laval, 2016, p. 193).

A preocupação dos autores está na transformação da própria racionalidade em geral numa racionalidade assentada sobre as dinâmicas de mercado, bem como a capacidade de adaptação de Estado e indivíduos, agora colocados no mesmo patamar enquanto sujeitos de direito privado.

Dardot e Laval insistem em separar esse longo processo de formação de uma racionalidade neoliberal das crises econômicas, considerando que muitos críticos insistem ao indicar que as mudanças verificadas procederiam "exclusivamente de transformações econômicas internas ao sistema capitalista", o que levaria a um isolamento artificial da "dimensão de *reação-adaptação* a uma situação de crise" (2016, p.193). Certamente, o processo de organização de qualquer ordenamento em nível mundial não pode ser deduzido de um fator único. A preocupação em enfatizar que "a instauração da norma mundial da concorrência ocorreu pela *conexão*

de um projeto político a uma dinâmica endógena, a um só tempo tecnológica, comercial e produtiva" (*Idem*, p.194) é bastante importante, pois indica que os movimentos autonomizados de diversas esferas sociais podem caminhar numa direção comum em momentos específicos *somente* se há algum tipo de racionalidade comum, nesse caso a racionalidade neoliberal. Trata-se, portanto, de uma forma social de organização e regulação em escala mundial a partir da dinâmica de mercado.

As análises hayekianas sobre a sociedade e sua relação com o mercado, ao presumirem uma antecedência do mercado a própria organização da sociedade percorrem uma intuição que não deve ser ignorada, pois, de fato, o mercado enquanto espaço da troca de mercadoria é aquilo que vai permitir a transformação dos frutos da atividade em produtos trocados por dinheiro e este, por sua vez, passa a mediar as trocas e historicamente se converte em mediação na própria compra da mercadoria força de trabalho. Entretanto, diferente do pensamento apologeta e a-histórico de Hayek, é fundamental reconhecer que esse processo histórico possui contradições irresolúveis que, no avanço da história do capital, levam aos limites objetivos da valorização do valor como substância do capital em um processo de produção que faz o trabalho vivo cada vez mais supérfluo, dispensável e, portanto, um fardo.

Por isso, a relevância da crise econômica vai além de simples dedução economicista, pois o Estado moderno e os processos de regulação social a partir dele dizem respeito a reprodução do capital enquanto forma social fetichista, cujos movimentos são articulados mais autonomizados, como expressa Marx. Ou seja, o questionamento ao Estado democrático de direito e a própria forma

jurídica se dá no âmbito de uma alteração fundamental da relação entre capital e trabalho que se expressa de múltiplas maneiras.

Capitalismo tardio, endividamento e o definhamento da forma jurídica

A dissolução do padrão ouro e a transformação do dólar em padrão monetário global em 1973 não só promove uma desregulação do mercado monetário global, posto que a dinâmica de flutuação da acumulação de dinheiro passa a ser pautada pelos fluxos monetários e os mercados inflacionários em circuitos de crédito e endividamento, mas também porque "mina as bases do circuito autocentrado de 'produção-renda-demanda'" (Dardot; Laval, 2016, p.196).

Essa mudança no próprio padrão de acumulação e produção diante do processo inflacionário acelerado e das contínuas quedas da taxa de lucro, levando a uma pressão sobre o trabalho – com uma explosão do desemprego e rápida perda do poder dos sindicatos – e a redução dos gastos sociais – visando sanear o Estado nos termos empresariais – e uma elevação das taxas de juros nos países centrais que afetou o mercado dos eurodólares e teve impacto direto na crise das dívidas dos países latino-americanos – o Brasil aqui incluído - e tem relação direta com a interferência do FMI e das políticas de austeridade que passam a ser normalizadas como padrão de gestão dos orçamentos estatais dos anos 1980 em diante.

Ou seja, a crise econômica não está desvinculada do novo padrão disciplinar e sua racionalidade neoliberal subjacente. Ela se encontra diretamente vinculada a crise de seu fundamento fetichista

e das contradições do capital, posto que a forma social da mercadoria constitui a forma do Estado e, portanto, a forma jurídica.

Marx já fazia essa indicação no prefácio de *Para a crítica da economia política,* quando aponta que são as relações de produção especificas do capitalismo em sua totalidade que conformam "a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência" e, portanto, esse "modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, político e espiritual" (Marx, 1974, p.136) ao indicar que as relações sociais de produção existente – a expressão jurídica – se transformam nos "grilhões" das forças produtivas (*Ibidem*).

Existem alguns caminhos possíveis para interpretar essas formulações. A transformação da luta de classes, em especial a partir dos anos 1950 no centro do capitalismo, em um mecanismo de ajuste da distribuição dos frutos da produção material via luta sindical, bem como pela ação do Estado de direito pressionando a distribuição dos lucros estão relacionadas não só a queda efetiva da lucratividade, mas também a mudança na legitimidade e validade do papel do Estado na preservação da sociedade de mercado, o que também compõe o papel do Estado como parte da reprodução ampliada do capital.

Esse caminho foi aquele trilhado por grande parte do pensamento marxista, que desembocou na disputa contemporânea por parcelas do dinheiro mundial circulante contra o capital financeiro e especulativo, como se a estrutura financeira simplesmente se apropriasse do trabalho vivo superexplorado mundo afora e, simultaneamente fosse implementado um projeto de

governança global assentado no mercado como fundamento jurídico e normativo, no qual estariam Estado, capitais particulares e indivíduos atuando dentro de uma lógica e *racionalidade* empresarial.

Dardot e Laval indicam que uma das faces do neoliberalismo possui como projeto "esvaziar a democracia liberal de toda sua substância" (2016, p.269). Streeck, por outro lado, indica, a partir da ideia de uma crise de legitimação, que o capital opera uma revolta contra o pacto social-democrata europeu no pós-Segunda Guerra buscando implodir a jaula de ferro da "economia social de mercado" (Streeck, 2018, p.67) em que foi colocado. Sua leitura está assentada na disputa pela riqueza socialmente produzida e sua distribuição, por isso interpreta que "a história do capitalismo posterior aos anos 1970, incluindo as sucessivas crises econômicas ocorridas no período, é a trajetória de evasão do capital à regulação social que lhe foi imposta em 1945" (*Idem*, p.68).

Aquilo que ele se refere como Estado democrático endividado atua em constante tensão, pois deve lidar com as demandas da população que buscam fazer valer seus direitos, fruto da cidadania que emana dessa forma jurídica do sujeito, bem como os mercados e dos seus credores, sejam eles bancos internacionais, outras nações, ou instituições supranacionais. Ou seja, esse Estado fiscal que existe até os anos 1970 e que é "alimentado" pelos cidadãos, pois seu financiamento estava assentado nos impostos se transforma "no Estado democrático endividado" pois "sua subsistência deixa de depender exclusivamente das contribuições dos cidadãos para passar a depender, em grande parte, também, da confiança dos credores" (*Idem*, p.125).

Por isso, o autor distingue "povo do Estado", para se referir aos cidadãos comuns e o "povo do mercado" para identificar os mercados e os grandes credores. Enquanto a cidadania está vinculada a concepções de identidade nacional e deveres cívicos historicamente ligados a processos de formação das identidades nacionais o "povo do mercado" está articulado aos Estados nacionais "em nível transnacional" e tem um vínculo contratual com os Estados. Ou seja, eles "estão ligados como investidores, não como cidadãos" (Streeck, 2018, p.125).

A nacionalidade e o povo como motor de unificação e acumulação, como indicamos no caso do nazismo, enquanto modernização recuperadora assentada nessa disputa da comunidade real do povo alemã contra o abstrato biologizado nos judeus, não é possível mais. Isso vale para os projetos de desenvolvimento nacional da periferia que, ao se verem imersos no mercado mundial devem recorrer a poupança externa e se valer das variações inflacionárias para buscar condições de financiar a modernização retardatária que chega impondo uma industrialização fordista em um contexto de transição e aceleração do desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, já se realiza como desigualdade estrutural.

Na tentativa de correlacionar as crises contemporâneas com a dinâmica monetária e financeira iniciada nos anos 1970 e identificada com o capitalismo tardio, Streeck percebe nas crises atuais a possibilidade de jogar uma luz especifica sobre esse processo, sendo possível identificar a expansão do mercado monetário como uma espécie de adiamento do problema, que seria um pacto social coletivo entre capital e trabalho que, com a baixa lucratividade do capital nos anos 1970 levou a uma reconfiguração da estrutura

jurídica e política de regulação da relação entre capital e trabalho. Por isso a expressão "comprar tempo" (Streeck, 2018) possui tamanha centralidade em sua interpretação.

Sua reflexão começa com uma crítica a teoria da crise presente nos autores vinculados a tradição frankfurtiana, em especial a elaboração de Friedrich Pollock, cuja elaboração indicava que "o ponto de ruptura do capitalismo já não se situava em sua economia, mas sim, em sua política e sua sociedade", ou seja, "não do lado da economia, mas da democracia, não do capital, mas do trabalho" (Streeck, 2018, p.63).

Esse processo foi acelerado pela desregulamentação dos mercados de trabalho, bens, serviços e capitais nos países centrais do capitalismo a partir dos anos 1970 (*Idem*, p. 77) levando a um rápido aumento da desigualdade econômica dessa população que foi mitigado por alguns elementos, quais sejam, uma "política monetária que acomodou os aumentos salariais que excediam o crescimento da produtividade" (*Idem*, p.79) e garantiu pleno emprego – elemento fundamental do pacto capital trabalho europeu no pós Segunda Guerra Mundial – e "paz social numa sociedade de consumo em rápido desenvolvimento" (*Idem*, p.80). Isso, no entanto, gerou "taxas de inflação elevadas em todo mundo, em especial na segunda metade dos anos 1970" (*Idem*, p.79).

A inflação que emerge como consequência desse processo é expressão de uma dinâmica do capital em geral que, ao buscar compatibilizar seus custos de reprodução ampliada e a redução da sua capacidade de valorização diante do desenvolvimento das forças produtivas, passa a prometer uma valorização futura. Isso é diferente daquilo que Streeck chama de adiamento ou "comprar

tempo", uma espécie de mecanismo anticíclico que adia uma crise que emerge da disputa social pela riqueza e não do movimento fetichista de produção de riqueza.

Essa crise tem como pressuposto não só a expectativa de reacoplamento, mas uma identidade entre a produção e o trabalho, como se a disputa pelo fruto do trabalho tivesse produzido uma condição de equilíbrio desinteressante aos proprietários do capital que promovem um "contragolpe" diante dos avanços daqueles que personificam o trabalho enquanto fonte trans histórica da riqueza social humana a ser libertada.

O próprio autor reconhece que a injeção monetária que gera inflação "causou um aumento aparente, mas não real, do bolo a distribuir", além de pacificar o conflito de classes e permitir o crescimento do consumo das diversas novas mercadorias e necessidades criadas. Estas novas necessidades, que emergem numa sociedade que se digitaliza e promove integração em escala global no acesso às mercadorias materiais e imateriais, por sua vez, expressa uma tentativa de expandir via aceleração do consumo a realização cada vez mais rápida e contínua das mercadorias, pois elas contêm cada vez menos tempo de trabalho cristalizado, refletindo a necessidade de aceleração do tempo de rotação do capital e do consumo produtivo do capital fixo. Entretanto, cada vez mais, tanto o dinheiro que está no financiamento das atividades de produção dessas mercadorias, como o que é pago como salário aos trabalhadores em geral, é fruto de capitais fictícios que não passaram por processos de valorização, por isso, sua ficcionalidade ou ausência de base "real".

Streeck identifica ainda o passo subsequente desse processo, a fuga dos capitais em busca de outras moedas com melhores condições de preço e como esse movimento se relaciona com as crises contemporâneas, como a crise de 2008.

Esse processo, em escala mundial, não só implicou num desemprego prolongado e estrutural, mas recolocou também os termos da relação entre os indivíduos - e a máscara de caráter da subjetividade burguesa - e o trabalho, que em seu momento de expurgo do processo de produção e dessubstancialização do capital ganhou uma roupagem extra além do caráter ontológico - como atividade humana por excelência e motor da produção de riqueza em geral – qual seja, a transformação de toda atividade em trabalho somente por ser atividade. Ou seja, o dispêndio de qualquer tempo se apresenta como idêntico ao trabalho, sendo que além de trabalhador todos devem gerenciar sua sociabilidade na relação entre dinheiro, dívida e atividade empresarial do indivíduo para consigo mesmo, enquanto identidade social no interior da sociedade movida de maneira plena pelo princípio da concorrência e adaptação.

Essa transição do "homem benthamiano [...] calculador do mercado e o homem produtivo das organizações industriais" para o "homem neoliberal competitivo, inteiramente imerso na competição mundial" (Dardot; Laval, 2016, p. 322) está ligada a essa contradição entre o processo de produção e as relações sociais de produção e reprodução.

Caux (2020) e Pachukanis (2017) podem nos auxiliar a melhor apresentar e compreender essa questão. A forma social da mercadoria é o ponto de partida para analisar a forma jurídica, seguindo a trilha de Pachukanis. Marx indica que não se trata de

considerar o conteúdo, seja da política, religião, arte, filosofia e do direito como ideológico, posto que isso reduz a profundidade da questão e do problema, haja vista que não se trata do conteúdo e, portanto, de produzir outros conteúdos, pois se "a experiência é enformada" se assume "que ela é estruturada por uma abstração, que, portanto, não admite concorrência com outras formas [...] e que opera subsumindo a si conteúdos particulares" (Caux, 2020, p.284).

Assim como o ordenamento apresentado por Hayek busca distinguir natureza e sociedade por meio de uma mediação "imediata", fruto das relações espontâneas do mercado e, por isso, tomadas como base das relações "artificiais", Pachukanis indica que a filosofia neokantiana pretende retomar as categorias jurídicas como "algo que se destaca da experiência e torna a própria experiência possível" (2017, p.67). Isso implica um esforço de encontrar uma lógica apriorística que regula e emerge do mesmo modo em todas as relações.

Para Pachukanis, a pergunta central é: quais são as "abstrações fundamentais, que exprimem a essência da forma jurídica?" (*Idem,* p.69). Essa questão é complementada por uma referência ao caminho da economia política, que parte das questões práticas impostas pela reflexão sobre a dinâmica social da troca, o enriquecimento de povos e dos governos (*Ibidem*) para se defrontar com os "conceitos cujas formas generalizantes e aprofundadas se tornaram parte das disciplinas teóricas da economia política" (*Ibidem*).

A reflexão crítica de Pachukanis apresenta uma concepção neokantiana na recusa "a realidade factual, ou seja, a vida social", considerando as normas sem se interessar "nem por sua origem (uma

questão metajurídica!) nem pela ligação que estabelecem com certos materiais de interesse" e, portanto, se preocupando com o direito como simples gestor e produtor das prescrições sociais e sem intenção de refletir sobre "a forma jurídica como uma forma histórica, pois, em geral, não tem a intenção de pesquisar o que está acontecendo" (*Idem,* p. 71).

Entretanto, o jurista russo também faz uma dura crítica a análise do direito do ponto de vista de seus conteúdos, bem como aos esforços de mover as normas do direito na direção de uma ou outra classe. Dessa forma, indica a necessidade de partir da forma jurídica - como o movimento marxiano iniciado na mercadoria e na forma valor – e sua especificidade histórica da sociedade burguesa, pois é somente ela que "cria todas as condições necessárias para que o momento jurídico alcance plena determinação nas relações sociais" (*Idem*, p.75).

A igualdade jurídica se impõe enquanto condição no processo de troca de mercadoria. A relação contratual de compra e venda de mercadorias e a possibilidade do dinheiro, como forma equivalente, de representar qualquer mercadoria de acordo com seu preço demonstra a centralidade dessa igualdade jurídica, cujo fundamento está na desigualdade de posição social, como na relação entre quem vende e quem compra a força de trabalho e, portanto, constitui uma relação entre aquele que detém os meios de produção e aquele que nada possui além de sua força de trabalho.

Para Pachukanis, se trata de abolir a relação de equivalência, mas não com o trabalho e o valor. A equivalência é possível ao igualar o trabalho como tempo de trabalho socialmente necessário e reduzir o trabalho concreto ao trabalho abstrato.

Entretanto, isso expõe uma contradição, pois o trabalho concreto só existe enquanto trabalho em geral como abstração de sua própria atividade, seja qual for ela. Ou seja, o trabalho enquanto forma de atividade produtiva abstrata dirigida por um movimento automático e fetichista é trabalho abstrato e trabalho concreto ao mesmo tempo.

O processo histórico de separação das atividades produtoras de mercadorias das atividades de reprodução, que são biologizadas e vinculadas aos grupos violentamente inferiorizados como as mulheres, outras etnias não brancas e ocidentais e que, posteriormente tem parte desse processo de reprodução da força de trabalho já desenvolvida vinculada ao Estado, indica que o problema central não está na equivalência, pois ela só é possível pelo próprio trabalho como dispêndio de tempo equiparável e subsunção da atividade real ao processo de redução da atividade à sua expressão enquanto capacidade produtiva.

Até mesmo o princípio da equivalência do trabalho tem a desigualdade no seu fundamento, posto que há uma diferença entre a equivalência dos trabalhos enquanto mercadoria força de trabalho e a equivalência no mercado de trabalho. O trabalho só pode ser equiparado pois ele é atividade que valoriza o valor, processo esse que se expressa na produção de mais mercadorias. No entanto, o que mede essa igualdade entre o trabalho é o tempo de trabalho socialmente necessário - o valor. Este se apresenta como lucro (mais-valor) e preço do trabalho, qual seja, o salário. O mesmo ocorre com a mercadoria, pois o preço nunca coincide com o valor de cada mercadoria individual. Ou seja, o salário também nunca pode coincidir com o valor que cada trabalhador dispende no processo de trabalho, haja vista que o mais-valor incorporado pelo proprietário

depende do preço da mercadoria e, portanto, das condições da concorrência em cada ramo e setor.

O problema, portanto, está na transformação de todos os momentos da sociabilidade em uma relação de produção baseada no trabalho que esconde o sentido tautológico e o auto movimento do capital. Abolir a equivalência não está na libertação do trabalho do valor como indica Pachukanis e o próprio Marx, mas na sua superação, pois trabalho é atividade concreta e abstrata simultaneamente, não há como separar o valor do seu veículo - valor de uso. Redistribuir o fruto do trabalho pode reduzir diferenças sociais, mas não modifica o fundamento fetichista do capital, pois há um processo histórico de produção das condições de criação do trabalho como abstração das atividades e das necessidades imediatas para uma relação social abstrata que opera, por meio das mediações concretas e, portanto, determina o movimento da realidade, da produção material e da construção das necessidades e relega os momentos de reprodução que não podem ser reduzidos ao trabalho à atividades inferiores e, como indicamos, inferioriza também quem historicamente ficou vinculado a sua realização.

Assim como Pachukanis pretende historicizar a forma jurídica como algo típico da sociedade burguesa, o trabalho como essa abstração real de outros momentos da sociedade acaba por se confundir com todos os momentos de atividade que passam a ser reduzidos a essa abstração. Toda atividade é reduzida a sua forma abstrata trabalho (ou não-trabalho) que conecta qualquer atividade, seja qual for sua natureza.

E, assim como o trabalho enquanto abstração real deve ser criado e as condições para sua generalização são produzidas, o

processo de criação do Estado antecede a teoria do Estado, como indica Pachukanis, o que significa que a afirmação de Marx sobre o direito estar condicionado "a forma econômica e o desenvolvimento cultural" (2012, p. 31) nos auxilia a compreender que a dissolução dos conteúdos do direito não necessariamente aponta para o desaparecimento, talvez para seu *definhamento* (Caux, 2020).

Pachukanis identifica no fundo social municipal, surgido nas cidades durante o feudalismo e transformado em algo permanente, a forma material do "espírito do Estado" (2017, p.150). O dinheiro aqui é o dinheiro sem valor identificado por Kurz (2014) que passa a ser acumulado no processo de militarização feudal que constitui as condições materiais da moderna sociedade produtora de mercadorias. Isso é fundamental, pois o dinheiro como equivalente geral da troca de mercadoria também se apresenta como garantidor da justiça na troca, pois ela pode ser medida e cabe a norma jurídica agir como mediadora e, dessa maneira, o Estado se coloca como esse terceiro elemento que encarna "aquela garantia mútua que os possuidores de mercadorias na qualidade de proprietários dão um ao outro e que são, consequentemente, as regras personificadas pela sociedade de possuidores de mercadorias" (Pachukanis, 2017, p. 150).

Ao indicar que "o conteúdo do direito pode se afastar de sua forma pura, mas a forma jurídica continua referendando-o", há uma indicação de que o conteúdo que aparecia no século XIX como idêntico ao Estado deve ser alterado conforme o movimento da forma social da mercadoria, mas a forma jurídica continua sendo instrumentalizada "em prol da legitimação do conteúdo" (Caux, 2020, p. 290).

Nesse sentido, Caux identifica essa alteração da norma jurídica a partir da transformação, no final do século XIX, do processo de produção e a mundialização da economia, que culmina no momento imperialista e oligopolista e apresenta como essa mudança é teorizada no pensamento frankfurtiano.

Pollock, em sua formulação sobre o capitalismo de estado, indica que o valor já teria sido abolido, pois o controle central do Estado dos processos econômicos "determinados de modo técnico-científico" levaria ao fim da "enformação e [d]o movimento autônomo da economia" (*Idem,* p. 287).

Franz Neumann, por outro lado, considera há um "um processo inconcluso e instável de monopolização do capital", no qual há uma coincidência entre "concentração econômica intrassetorial que implica igualmente numa concentração de poder político nas mãos de diversos grupos" (*Ibidem*). Essa enorme concentração do poder político e econômico nas mãos de alguns grupos e indivíduos gera um desequilíbrio que não permite ao Estado "manter o tratamento jurídico formal abstrato de todos na lei e perante a lei" (*Ibidem*), posto que há uma tendência ao monopólio e, por isso, a ação do Estado não pode mais se assentar nas normas gerais e abstratas.

Temos um momento em que o Estado se torna responsável por legislar nas particularidades e "de acordo com o paralelogramo de forças atual, legisla tendo por objeto ora um, ora outro grupo, seja para favorecê-lo, seja para prejudicá-lo" (*Idem*, p.288). Ao entrar, cada vez mais, na esfera do processo produtivo e do mercado, mediando a fixação de preços, agindo como motor e financiador de ações diversas das atividades monopolistas, ele indica que Neumann, diferente da dissolução da concorrência formulado por Pollock,

percebe uma radicalização da concorrência "na qual violência econômica e violência extraeconômica se tornaram indistinguíveis" (*Idem*, p.289).

Ou seja, a constatação de Neumann sobre esse processo de concentração e "perda da base material da igualdade formal" leva o direito e a lei a tomarem outros rumos e assumir "conteúdos que negavam sua forma, sem retirar a forma jurídica de vigor, mas pelo contrário, carecendo ainda mais dela para implementar aqueles conteúdos" (*Idem,* p. 290).

Nesse sentido, os conteúdos da norma jurídica passam a ser encarados por uma perspectiva utilitária e econômica, como parte do cálculo de custo e eficiência de um capital em um contexto de ascensão do pensamento neoliberal, que percebe a norma jurídica como elemento de mediação produzido pelas necessidades e dinâmicas de mercado e, portanto, vinculada à racionalidade de adaptação e eficácia, uma racionalidade empresarial e empreendedora em busca da melhor situação e do máximo de vantagens em qualquer relação e contexto. Ou seja, se no fordismo "a concentração econômica era tal que colocava os monopólios em condição de começar a rivalizar em poder com o Estado, aqui o Estado já foi sobrepujado há muito" *(Idem,* p. 291).

Assim, temos uma transição do início do século XX, no qual a monopolização e concentração do capital foi indicativo para Neumann de um crescimento e um poder tão grande concentrado nas mãos de um grupo tão restrito "a ponto de forçar o conteúdo das normas jurídicas (particulares) a entrar em contradição com a sua forma (universal), mas mantendo a forma universal como pressuposto necessário para implementação de medidas

particulares", que se desdobrou contraditoriamente no período posterior, numa transição promovida pela terceira revolução industrial, conferindo à alguns capitais particulares a capacidade de se mostrarem "grande[s] o suficiente para prescindir do direito como meio de se impor" (*Idem,* p.291).

Não só o direito, enquanto conteúdo, "vira apenas um cenário de fundo, indiferente, que não obstaculiza e não deve nem tentar obstaculizar a busca dos ótimos paretianos do capital" (*Idem,* p.292), mas também constitui uma organização estatal que sobrevive articulada aos ritmos inflacionários que movem o capital fictício e, ao mesmo tempo, mantém seu papel de gestão social da barbárie por meio das forças policialescas e uma gestão da desigualdade social e da pobreza crescente em todo lugar.

A completa subsunção a lógica do capital coincide com o momento em que o próprio desenvolvimento das forças produtivas alcança um limite objetivo na relação entre acumulação e desvalorização. Esse processo, no entanto, tem uma realização desigual em sua territorialização, pois na periferia do capitalismo, como no processo brasileiro, tem sua modernização retardatária assentada nesse momento e, portanto, o Estado tem seu processo de autonomização e formação institucional assentado numa promessa de democracia burguesa e Estado de bem-estar social que já se mostra estruturalmente inalcançável, pois a dessubstancialização do capital intensifica o processo de produção de capital fictício em escala mundial, acelerando as rotações dos circuitos monetários inflacionários e a barbárie da concorrência, fazendo das normas jurídicas secundárias e, muitas vezes, dispensáveis.

Entretanto, o vínculo com a forma jurídica persiste e se fortalece, pois o Estado agora passa a atuar como garantidor da capacidade de controle e coerção dos fundos públicos e essa disputa se torna central no "neoliberalismo" e, com o desemprego estrutural e a deterioração das condições de reprodução social de todos, temos a radicalização do processo de gestão em consonância com o "desmonte da nação" (Menegat, 2019, p. 104).

Considerações finais

Considerando que "o afrouxamento progressivo da forma jurídica, sua cada vez menor vinculabilidade na história" seria um "efeito de superfície do lento processo de caducidade da forma-valor" (Caux, 2020, p.293) indicamos aqui uma coincidência entre a dessubstancialização da forma valor-dissociação e da forma jurídica. Nos termos de Caux, "não como eventos, mas como processos de média duração, e ainda mais, como processos simultâneos e coextensivos; no limite, como o mesmo processo" (*Ibidem*).

Na periferia do capital, o chamado capitalismo tardio indica a dissolução de uma realidade consolidada através da "precariedade", na qual os processos de reprodução do capital e do trabalho tem sua formação e consolidação assentados na ação estatal e nas formas dissociadas do valor. Ou seja, a transição neoliberal, com a liberalização dos mercados financeiros no centro do capitalismo e os processos de desregulamentação do mercado de trabalho, não produz uma "ruptura" completa, pois esses elementos nunca estiveram plenamente consolidados na periferia.

No caso brasileiro, foi através do aumento da massa monetária global, expressa pela disponibilidade, no mercado financeiro internacional, de empréstimos de curto prazo, que permitiu o endividamento externo, formação das reservas cambiais e a expansão do investimento no Brasil para além de seu fundo público entre meados do século XX e a década de 1980. Este movimento estava assentado na promessa de crescimento econômico nacional acima das medias mundiais e a possibilidade de arcar com esse processo no futuro.

A criação da SUMOC, no final da ditadura varguista, foi um importante passo inicial na direção de flexibilização do câmbio, além de criar instrumento de abertura para o investimento estrangeiro, como o fim da cobertura cambial para importações. No entanto, é no período militar que há uma guinada no endividamento. A criação do BACEN, da conta movimento e a centralização permitida pelo AI-5 levam a um projeto de endividamento maciço, sendo fundamental a atuação das empresas, bancos, órgãos e autarquias públicas, em todos os níveis da federação, como motores da produção de infraestrutura através da contração de dívidas, sendo o governo federal distribuidor dos recursos – fiscais e financeiros - para as esferas intraestatais e para o setor privado. Isso só foi possível por conta das alterações institucionais da política econômica e monetária, com o aumento dos gastos públicos, do endividamento externo e, consequentemente, da concessão de crédito ao sistema bancário nacional (Benakouche, 2013; Lopreato, 2002, 2022; Paulani, 2012).

Esse endividamento se dá de maneira geral e se espalha em todos os níveis, sendo fundamental o papel das empresas, órgãos e

autarquias na captação de recursos externos e a perda da dimensão do endividamento, além da expansão da dívida pública em relação a dívida privada. A formação do fundo público no Brasil, portanto, possui um vínculo fundamental com o plano global do capital.

Entretanto, a retração do crédito, o aumento das taxas de juros e dos pagamentos de rolagem e amortizações no final dos anos 1970, que são o preâmbulo da moratória, demonstram os limites desse processo. Não se trata de uma simples "escolha" equivocada, pois o processo de tomada de decisão da política econômica e cambial tem no endividamento uma condição necessária para que a massa de investimentos seja condizente com os esforços do processo de industrialização.

Esse momento coincide com as formulações sobre o capitalismo tardio e o neoliberalismo, quando as poupanças da sociedade deixam de ser suficientes para expandir e amparar a expansão da produção e dos capitais empresariais prestamistas. O crescimento da taxa de juros de forma "estrutural", a desregulamentação dos mercados de créditos e ativos em geral se mistura a explosão da crise do emprego, as crises das dívidas – que emergem na América Latina a partir dos anos 1980 e se espalham por todo planeta – e as diversas crises setoriais posteriores. De fato, o acirramento da concorrência, como princípio fundamental e responsável pelo ordenamento jurídico e social contemporâneo e a pressão pela adaptabilidade continua e extrema de tudo e todos passa a naturalizar o esforço adaptativo cotidiano como fundamento da existência social contemporânea e, dessa forma, se naturaliza também a dissolução da forma valor e as consequências históricas e materiais com às quais nos deparamos, desde que a expansão da

massa monetária sem valor seja capaz de mover processos de produção e ganho financeiro em certos "nichos".

Dessa maneira, o neoliberalismo constrói um arcabouço assentado em competição, rivalidade, informação e adaptação, sendo o mercado como movimento de "formação de si" e à massificação da gestão empresarial como prática que "aspira ao universal" elementos centrais. Isso leva a uma unificação entre liberdade do mercado e do sujeito, bem como a transformação do Estado e da forma jurídica.

A crise econômica diante dos limites objetivos do capital, também enseja um novo padrão disciplinar, de racionalidade. Entretanto, ambos são parte do processo de desenvolvimento da contradição em processo e seu fundamento fetichista, por isso para compreender o papel do endividamento temos que apresentar as mediações entre o plano global do capital e Estado, bem como suas dinâmicas autonomizadas. O Estado fiscal "alimentado" pelos cidadãos e os impostos pagos pelo trabalho e pelo capital, tem uma alteração no seu financiamento e se transforma em Estado endividado. O debate sobre a regulação do Estado da economia se transforma num debate sobre gestão da relação entre PIB, orçamento fiscal e endividamento. Os "ajustes estruturais" promovidos pelos órgãos transnacionais e os projetos de rolagem e amortização de dívidas se transformam em debates centrais que antecedem as políticas públicas e a gestão estatal. Ou seja, o processo de financeirização não é uma trava no reacoplamento entre capital constante e o trabalho vivo, mas expressão da expansão do capital fictício. Voltando ao Brasil, entre os anos 1980 e 1990, temos a moratório e os esforços de reordenamento fiscal após o processo de endividamento "informal" conduzido pelas resoluções e circulares do

BACEN. A pesquisa e as análises da dívida externa demonstram uma "reserva negativa" (Furtado *apud* Benakouche, 2013), ou seja, a economia se realiza assentada numa hipoteca completa do seu futuro. No caso da dívida externa, assentado no endividamento junto a bancos e órgãos internacionais" (Ibidem). Esse crédito que financia o que exportou e desloca o que importa para frente foi o modelo de desenvolvimento do Brasil nesse período. E a resolução do problema, através do Plano Brady e os ajustes estruturais que impuseram as privatizações e transformaram os títulos de dívida em títulos de mercados secundários a serem colocados pelos bancos credores a venda para investidores privados e, portanto, transformados em ativos reais, sendo inclusive usados para aquisição de diversas empresas de infraestrutura, serviços e bancos nacionais e estaduais no Brasil e em outros países da América Latina.

A ampliação de programas de ajustes fiscais, por órgãos supranacionais, como o FMI e o Banco Mundial, enquanto condição a negociação e reescalonamento das dívidas, promove profunda modificação na base das economias nacionais.

Estamos, portanto, diante de uma economia de déficit, mas de um déficit em relação a própria substância social que não se recompõe mais. Não se trata se uma nova natureza de mercadorias, mas de capital sendo criado sem qualquer lastro com processo de valorização anteriores e movendo processos produtivos, comercio e serviços, produção de tecnologia e dinâmicas especulativas. Ou seja, pode indicar a existência de um "sistema" da dívida somente se considerarmos que se trata do capitalismo em geral. Isso porque a riqueza sugada pelos rentista e demonizada pela esquerda é a mesma que move os processos de produção e mobilização – cada vez menor –

do trabalho e financia as práticas do Estados, seja pelo pagamento dos tributos advindos de "dinheiro sem valor" ou pela própria securitização de ativos para produzir orçamento através de promessa futura de "crescimento econômico".

O fundo público, enquanto âncora da reprodução do trabalho e do capital no nível da economia nacional tem que lidar com a diversidade das escalas territoriais - desconectadas entre si enquanto unidade territorial de produção e valorização do valor -, além de ainda que haja uma estrutura fiscal ancorada no poder central da União sobre os entes subnacionais. O movimento do Estado e do fundo público como força motriz de reprodução do capital fictício significa que sua capacidade de gerar moeda e regular seus preços ganha novo papel diante da crises fundamental do capital diante de seus limites objetivos, pois o manejo de taxas de juros, intervenções nos preços de produtos em geral e da moeda nacional se torna fundamental nos esforços de produzir condições superavitárias no mercado financeiro global e, dessa maneira, articulara a gestão social da crise as condições gerais de simulação da acumulação.

Por isso, os conteúdos da forma jurídica e a própria forma são esgarçados, alterados diante das necessidades imperativas desse processo. Isso vale também para os fundamentos sociais do Estado e sua flexibilização diante das quedas de preços, choques inflacionários. O processo de dessubstancialização do capital se apresenta, cada vez mais, pelo asselvajamento da dissociação, do definhamento da forma jurídica e do Estado democrático gestor da barbárie social do capitalismo de cassino.

As próprias arenas de conflito e negociação são dissolvidas, mas não pela direita e o pensamento neoliberal, como indica Oliveira

(1998, p. 44), mas pela relevância social dos conteúdos jurídicos que, sem poder impedir os circuitos de simulação dos grandes capitais, passam a ser ignorados, secundarizados ou incorporados. Assim, reduzir o processo de "irredutibilidade da dívida pública nos grandes países capitalistas" que financia "as frentes de ponta da terceira revolução industrial" (*Ibidem*), como simples expressões do thatcherismo e do neoliberalismo só indica uma compreensão limitada da dinâmica global do capital e seu âmbito concorrencial.

Referências

BENAKOUCHE, R. Bazar da dívida externa brasileira. 1ª edição. São Paulo. Boitempo Editorial. 2013.

CAUX, L. P. A Hipótese do definhamento da forma jurídica (e o atual capítulo brasileiro de seu processo). Revista Sinal de Menos. 2020. ano 11, n.14, v.2. p.284-301. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1meihkvuuTEaYY9ZOuK4wj8LE_QfGtrpw/view?usp=sharing. Acesso: 10/12/2020.

DARDOT, P.; LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo. Boitempo Editorial. 2016

GIAVAROTTI, D. M. A autoconstrução periférica: da superexploração à crise do trabalho. In: Boechat, C. A. (Org.) Os sentidos da modernização: ensaios críticos sobre formação nacional e crise. Vitória. Ed. EDUFES; Rio de Janeiro. 2022

HAYEK, F. O caminho da servidão. São Paulo. Instituto Ludwig von Mises Brasil. 2011.

KURZ, R. A falta de autonomia do estado e os limites da política: Quatro teses sobre a crise da regulação política. Indicadores Econômicos FEE. 1995. V. 23, Nº1 Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/921/1204>. Acesso: 28/07/2022.

KURZ, R. Dinheiro sem valor. Linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política. Lisboa. Antígona. 2014.

KURZ, R. A democracia devora seus filhos. Rio de Janeiro. Editora Consequência. 2020

LOPREATO, F. L. C. O colapso das finanças estaduais e a crise da federação. São Paulo. Ed. UNESP/IE-UNICAMP. 2002.

LOPREATO, F. L. C. Federalismo brasileiro: origem, evolução e desafios. Economia e Sociedade. Campinas. 2022. v. 31, n. 1 (74), p. 1-41, janeiro-abril. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-3533.2022v31n1art01. Acesso: 29/07/2022.

MANDEL, E. Capitalismo tardio. São Paulo. Editora Abril Cultural. 1982.

MARX, K. Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos. São Paulo. Editora Abril Cultural. Coleção *Os Pensadores*. 1974.

MARX, K. O Capital: Crítica da economia política – Livro I/III São Paulo. Boitempo Editorial. 2013/2017.

MENEGAT, M. A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe. O giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto. Rio de Janeiro. Consequência. 2019

MISES, L. V. Ação Humana: um tratado de economia. Rio de Janeiro. Instituto Liberal. 1990

OLIVEIRA, F. Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis – RJ. Ed. Vozes. 1998.

OLIVEIRA, R. J. F. O homem sem qualidades à espera de Godot: Molière, Musil, Beckett, Macunaíma e o devir vazio da modernidade. São Paulo. Hedra. 2020

PACHUKANIS, E.B. Teoria geral do direito e do marxismo. São Paulo. Boitempo Editorial. 2017.

PAULANI, L. M. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. Boletim de Economia e Política Internacional-IPEA. 2012. n.10, abril-junho. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4554/1/BEPI_n10_insercao.pdf. Acesso: 31/05/2022.

POSTONE, M. Antissemitismo e nacional-socialismo. Escritos sobre a questão judaica. Rio de Janeiro, Ed. Consequência. 2021

SCHOLZ, R. Forma Social e Totalidade Concreta. Na urgência de um realismo dialético hoje". Revista EXIT! 2010. Nº 6. Disponível em <http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz12.htm>. Acesso: 02/08/2021.

STREECK, W. Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático. São Paulo. Boitempo Editorial. 2018

Submetido em: 09 de abril de 2024
Devolvido para revisão em: 26 de julho de 2024
Aprovado em: 21 de agosto de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3429

Como citar:
COELHO, T. T. da C. DESSUBSTANCIALIZAÇÃO DO CAPITAL E DO ESTADO.: ELEMENTOS SOBRE O NEOLIBERALISMO E A RECONFIGURAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE ESTADO E CAPITAL. **Terra Livre**, São Paulo, ano 39, v.1, n.62, jan.-jun. 2024, p. 193-241. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3429. Acesso em: dia/mês/ano.

ESPAÇO GEOGRÁFICO, FINANÇAS CONTEMPORÂNEAS E PAISAGEM URBANA: OLHARES PARA A AMÉRICA LATINA

GEOGRAPHIC SPACE, CONTEMPORARY FINANCE AND URBAN LANDSCAPE: LOOKING AT LATIN AMERICA

ESPACIO GEOGRÁFICO, FINANZAS CONTEMPORÁNEAS Y PAISAJE URBANO: UNA MIRADA A AMÉRICA LATINA

Leandro Di Genova Barberio
Aluno de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia (UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Câmpus de Rio Claro)
leandro.g.barberio@unesp.br

Fabrício Gallo
Professor Associado (MS 5.3), lotado no DGPA - Departamento de Geografia e Planejamento Ambiental na UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Câmpus de Rio Claro. Docente do curso de Graduação em Geografia e docente e orientador de Mestrado e Doutorado no PPGG - Programa de Pós-graduação em Geografia na mesma instituição.
fabricio.gallo@unesp.br

Resumo:
A Geografia, desde seu amadurecimento científico, instituiu metodologias para compreender as paisagens enquanto categoria de estudo. Este artigo tem como objetivo esboçar um entendimento da paisagem e a formação de seus elementos, visando compreender, como os conteúdos das estruturas urbanas estão imbricados numa lógica de reprodução e organização do capital financeiro. A metodologia consistiu no levantamento de dados primários e secundários, obtidos através de relatórios técnicos, publicações da imprensa e trabalhos de campo realizados nas cidades que estão sendo debatidas como objeto de estudo. Ademais, foi realizada uma revisão das produções científicas nacionais sobre o tema, bem como uma discussão conceitual para o entendimento da problemática apontada. Assim, nossa base empírica de análise apresenta como o sistema financeiro condiciona a produção de formas de acordo com a sua intencionalidade e necessidade de uso territorial. Conclui-se que lógica de reprodução do capital financeiro conduz a materialização de lugares alienados, de lugares que estão a serviço da circulação e valorização do capital forâneo.

Palavras-chave: Paisagem, Financeirização, Espaço Geográfico, Território Usado, América Latina.

Abstract:
Geography, since its scientific maturity, has established methodologies to understand landscapes as a category of study. This article aims to understand the landscape and the formation of its elements, including understanding how the contents of urban structures are associated in a logic of reproduction and organization of financial capital. The methodology consists of collecting primary and secondary data obtained through technical reports, press publications and fieldwork. Furthermore, a review of national scientific productions on the topic was carried out, as well as a conceptual discussion to understand the problem highlighted. Thus, our empirical basis of analysis presents how the financial system conditions the production of forms according to their intentionality and need for territorial use. It is concluded that the logic of reproduction of financial capital leads to the materialization of alienated places, of places that are at the service of the circulation and valorization of foreign capital.

Keywords: Landscape, Financialization, Geographic Space, Used Territory, Latin America.

Resumen:
Desde su madurez científica, la geografía ha establecido metodologías para la comprensión del paisaje como categoría de estudio. El objetivo de este artículo es esbozar una comprensión del paisaje y de la formación de sus elementos, para entender cómo los contenidos de las estructuras urbanas se combinan en una lógica de reproducción y organización del capital financiero. La metodología consistió en una búsqueda de datos primarios y secundarios, obtenidos a partir de informes técnicos, publicaciones de prensa y trabajo de campo realizado en las ciudades estudiadas. Además, se realizó una revisión de las producciones científicas nacionales sobre el tema, así como una discusión conceptual para comprender el problema. Así, nuestra base empírica de análisis muestra cómo el sistema financiero condiciona la producción de formas según su intencionalidad y necesidad de uso territorial. Concluimos que la lógica de reproducción del capital financiero lleva a la materialización de lugares alienados, lugares que están al servicio de la circulación y valorización del capital extranjero.

Palabras-clave: Paisaje, Financiarización, Espacio Geográfico, Territorio Usado, América Latina.

Introdução[1]

A conceitualização de paisagem ao longo da história foi caracterizada, de forma geral, como a descrição de objetos vistos no horizonte como um recorte de determinada perspectiva do olhar. Desse modo, o alcance visual do conjunto de formas pertencente à crosta terrestre deu sentido aos objetos considerados como paisagens; assim, as florestas, as pastagens, as lavouras, os rios, os lagos, bem como unidades de relevo (topos de morro, encostas, fundos de vale, rios, lagos), as cidades, os espaços rurais, as localidades antropomorfizadas, obtiveram essa denominação.

A Geografia e sua construção enquanto ciência fez com que essa modalidade de entendimento da paisagem adquirisse um *quorum* científico de métodos e metodologias para o aprofundamento da categoria de estudo. Esse avanço para os diferentes métodos de interpretação da realidade concretizou novos encaminhamentos à sistematização dos conceitos geográficos, e, assim, a ideia de paisagem, tomou um sentido científico enquanto categoria associada à geografia (Baldin, 2021).

O contexto de cientifização geográfica esteve imbricado aos movimentos políticos do século XIX e seu quadro de elaboração dos métodos científicos modernos. Diante desse fenômeno, as escolas geográficas desenvolveram formas próprias de pensar a construção da ciência geográfica e, assim, sucessivamente, elaborar e

[1] Os autores agradecem ao CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pelo apoio e financiamento por meio de Auxílio Financeiro (Chamada n. 40/2022) e Bolsa de Produtividade em Pesquisa; e à FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pelo apoio e financiamento por meio de Auxílio Regular à Pesquisa e Bolsas de Mestrado e de Estágio de Pesquisa no Exterior (Processos 2021/08480-8, 2022/03387-2 e 2023/04419-8, respectivamente).

aprimorar métodos para realizar a interpretação dos elementos componentes do seu objeto de estudo (Moreira, 2013). As primeiras discussões a respeito do conceito de paisagem na geografia moderna estiveram associadas às análises das formas naturais e as relações do ser humano em seu arranjo técnico de transformação do meio (Moraes, 2007).

Segundo (Santos, 2002), a totalização do espaço geográfico e os diferentes modos de produção ao longo da história humana, concretizaram as formas e os conteúdos que constituem as paisagens. O contexto da globalização econômica, movimento fortalecido através das racionalidades técnicas, propiciou aos agentes do mercado financeiro novos ordenamentos territoriais que condicionaram suas ações e são condicionadas por estes. Esses eventos estão imbricados nas formas mercantilizadas que estruturam o modelo de paisagem de acordo com sua padronização normativa. As normativas presentes, nesse período histórico incluem o caráter financeiro e tecnológico da economia contemporânea mundializada, uma vez que viabilizada e difundida em diferentes regiões, quando combinadas aos ciclos de acumulação, conduzem a produção das novas estruturas produzidas no território.

O crescente incremento da produção de valorização financeira na economia intensificou a especulação sobre a moeda e sobre os meios improdutivos de geração do valor. A crise ocorrida no início dos 1970 deu origem a essa ressignificação do capital financeiro e sua forte especulação enquanto meio para aquisição do lucro. Esse novo contexto histórico fortaleceu os laços para a constituição das políticas neoliberais e as novas frentes de

financeirização da economia, tornando-se o momento ideal para a expansão desse novo regime de acumulação. Junto desse novo movimento, a forma das paisagens assume a dinamização de aceleração nas relações de trocas e de atendimento às espoliações do capital, refletindo em suas arquiteturas, os padrões de estruturas que visibilizam a atuação e a comunicação dos agentes do mercado global.

Desse modo, este artigo tem como objetivo esboçar um entendimento da paisagem e a construção de suas formas, associada ao regime de acumulação financeirizado. Portanto, buscaremos compreender através das paisagens como os conteúdos das construções urbanas estão imbricados numa lógica de reprodução e organização do capital financeiro, discutindo como os territórios e suas sínteses de alienação combinam em resoluções hegemônicas de produção do espaço geográfico.

Nosso estudo analisou três importantes cidades latino-americanas, especificamente da América do Sul (São Paulo (SP – BR), Cidade Autônoma de Buenos Aires (AR) e Santiago (CL)), visando identificar como as relações de mundialização do capital estabelecem padrões paisagísticos nessas localidades e quais as consequências desse fenômeno para o desenvolvimento urbano no período atual. Dessa maneira, os conceitos de espaço geográfico e paisagem deste artigo foram baseados na teoria de Santos (2002; 2008; 2009), buscando estabelecer seu método de totalidade espacial para a investigação do problema empírico estudado.

Como complemento a essa discussão realizou-se um breve resgate conceitual de alguns autores clássicos da geografia (Carl Sauer, Richard Hartshorne e Maximilian Sorre) que discutiram e

desenvolveram o conceito de paisagem. O intuito desse diálogo entre os autores foi de mobilizar a categoria paisagem ao longo do pensamento geográfico, visando identificar sua funcionalidade e atrelar os conceitos de paisagens derivadas, de Maximilian Sorre, e o conceito de espaço alienado, de Hildebert Isnard, ao estudo das paisagens financeiras.

Para um melhor aprofundamento teórico foi realizada uma revisão das produções científicas nacionais sobre o tema, bem como uma discussão conceitual acerca dos processos de estabelecimento paisagístico e as relações conceituais para o entendimento da problemática apontada.

A metodologia deste trabalho consistiu no levantamento de dados primários e secundários, obtidos através de relatórios técnicos, publicações da imprensa e trabalhos de campo, realizados nas cidades que estão sendo debatidas como objeto de estudo. O trabalho de campo mencionado está associado com uma Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior e foi realizado na UBA - Universidad de Buenos Aires, no período de 09 de agosto de 2023 a 15 de dezembro de 2023, na cidade de Buenos Aires. O intuito da pesquisa foi analisar os serviços de estacionamento rotativo da Cidade Autônoma de Buenos Aires, com o objetivo de compreender a problemática sob a perspectiva de um olhar geográfico e as condições de uso do território em diferentes metrópoles da América Latina. A financeirização e as paisagens geográficas discutidas neste trabalho estão conectadas aos elementos encontrados na discussão do estacionamento rotativo e do planejamento urbano.

As temáticas apresentadas neste artigo, imbricadas no método e metodologia, percorreram debates a respeito das ações de

diferentes agentes do capital na composição e organização do território, junto de outras temáticas relacionadas a configuração dos elementos componentes do espaço geográfico.

Breve conceitualização geográfica de paisagem

A análise do recorte paisagístico se designa dentro da ciência geográfica como um item de entendimento de observação momentânea das diferentes complexidades de ações e materializações dos elementos geográficos. A temporalidade dos movimentos de produção social e de suas relações enquanto meio de sobrevivência, demonstram como os diferentes conjuntos de transformações dos objetos ao longo da história, caracterizam a essencialidade de formação e organização do espaço geográfico.

O espaço geográfico, que se constitui pelas ações dos agentes privados e estatais, apresenta em sua configuração territorial, diferentes níveis de organização técnica (Santos, 2012). Os fenômenos citados anteriormente, demarcam como o entendimento analítico de formação das paisagens adentra a lógica do acontecer geográfico, ultrapassando as condições descritivas do objeto estudado.

A trajetória histórica de formação do pensamento geográfico foi direcionada por diferentes discussões a respeito do conceito de paisagem e sua operacionalização enquanto método. A geografia francesa do século XIX apresentou em muitas de suas obras o conceito enquanto um objeto de estudo da geografia. O sentido parte dos princípios da busca pela compreensão da ação técnica do ser humano e os seus resultados enquanto paisagem.

Santos (2012) apresenta como o conceito foi utilizado como excelente artifício para explicar a região e o lugar, de acordo com sua organização de vida. A temporalidade e a desenvoltura do que era exibido como espacial permitia essa comparação e associação entre os conceitos e as circunstâncias de produção do conhecimento local.

A paisagem, na geografia francesa, esteve associada com as teorias e métodos de Paul Vidal de La Blache, que aprofundou o entendimento desse conceito, estabelecendo a síntese da ação humana na produção do que seria apresentado como um recorte geográfico do espaço. O conceito de gênero de vida[2], que serviu como parâmetro para definição de paisagem, apresentou como as ações harmoniosas entre o chamado meio natural e o movimento modelador humano associavam os elementos técnicos e culturais na produção paisagística do lugar (Luz, 2014).

Após as discussões realizadas pelo possibilismo francês, uma gama de outros autores buscou trazer uma nova perspectiva para o conceito, estabelecendo relações entre os fenômenos culturais e sociais, com o intuito de entender a paisagem através de uma abordagem sistemática. Entre os autores, destacam-se Carl Sauer e Richard Hartshorne, na geografia estadunidense, e na geografia francesa, um dos expoentes é Maximilien Sorre,

Para Sauer, o entendimento da paisagem está de acordo com os elementos culturais de sua composição, apresentando um aspecto fenomenológico na posição do pesquisador e sua forma de

[2] O conceito de gênero de vida implica uma ação metódica e contínua que age fortemente sobre a natureza, desenvolvendo, para tal fato, técnicas, hábitos e costumes que lhe permitissem fazer uso dos recursos naturais disponíveis e transformar os recursos naturais em elementos paisagísticos (MORAES, 2007).

realizar a leitura dessa categoria de estudo. À vista disso, para o autor, o método de entendimento da paisagem traz uma distinção entre seus elementos naturais e seus elementos culturais (Pedrosa, 2009).

A busca pela compreensão sobre o papel do ser humano e seus valores, ações e crenças, formalizou o método de compreensão do que seria a paisagem, que estaria consequentemente associada ao conceito de área geográfica. Assim, as clássicas transformações culturais dos elementos naturais do espaço geográfico se viabilizariam nas características materiais e imateriais, conduzindo as ligações entre terra e vida, dando sentido, no entendimento de Sauer, do que se caracterizaria como a paisagem (Luz, 2014).

Corrêa (1997) destaca que o estudo da paisagem na teoria de Sauer leva em consideração três princípios: 1) a alteração e construção da paisagem física antes do homem; 2) a alteração e construção da paisagem durante a ocupação; 3) maiores alterações presentes na paisagem cultural. Essas formas de análises concretizam os elementos da corrente histórica do pensamento geográfico cultural, sendo uma das linhas epistemológicas na qual Sauer contribuiu de forma expressiva para a sua consubstanciação.

Outro relevante autor que trabalhou o conceito de paisagem foi Hartshorne. Este discutiu a ambiguidade (cultural e natural) das formas de pensar a paisagem, indicando problemáticas existentes nas correntes anteriores e de tradução da palavra. Como condição para uma reelaboração epistemológica, propõe que o conceito de área seja utilizado como meio de compreensão dos estudos paisagísticos. O autor faz a crítica aos métodos empregados

na visão de Sauer e dos geógrafos Possibilistas[3]. De acordo com o Hartshorne, ocorre uma separação entre aspectos culturais e naturais nas explicações das paisagens, contribuindo com problemas nos procedimentos da geografia, ocasionando limitações em suas discussões (Hartshorne, 1978).

Pedrosa (2009) destaca como as discussões de Hartshorne estiverem associadas ao entendimento da superfície terrestre e qual sua constituição enquanto local de ocupação e transformação humana do cosmo geográfico. Esse movimento apresentou uma nova caracterização para a conceitualização do que viria a ser paisagem, visando uma nova escala de complexidade, associada a ordem de análise que partiu do natural para uma condição de entendimento social, que se aprofunda para além do visível.

Desse modo, Hartshorne buscou aprofundar o estudo da geografia nos elementos espaciais e quais funcionalidades havia presente entre esses objetos. A formação do lugar consideraria modelos relacionados e inter-relacionados através do espaço. Os fenômenos dos lugares e suas relações, associados ao método por parte do pesquisador, se enquadrariam numa visão arbitrária, subjetiva e simplificadora (Hartshorne, 1978).

[3] Possibilismo pode ser entendido como uma corrente do pensamento geográfico que foi definida junto da Geografia francesa, tendo como precursor o geógrafo francês Vidal de La Blache. Para o Possibilismo, o ser humano desempenha um papel ativo nas relações estabelecidas com o meio, visando suprir suas necessidades através das transformações realizadas nas matérias primas e recursos naturais. Diante desse processo de troca mútua, são criadas as formas geográficas, que originam as paisagens e as obras de ocupação do espaço. Assim, nessa perspectiva do pensamento geográfico, a natureza passou a ser vista como possibilidades para a ação humana, promovendo desse entendimento o nome de Possibilismo (MORAES, 2007).

Sorre (1967), apontava que a Geografia Humana poderia ser considerada como uma descrição das paisagens sociais de maneira científica, visando investigar sua distribuição pelo planeta. A técnica seria o fator-chave para o entendimento das reproduções espaciais em uma escala de atuação global. Através da descrição, a análise geográfica deveria reconhecer os traços paisagísticos e seu enfoque nas relações entre o homem e o meio (ecologia do ambiente e do homem). Mas, a ecologia deveria pautar-se na dimensão histórica, buscando compreender as origens do ser humano e das formações naturais. Assim, a paisagem tornou-se um dos elementos centrais desta descrição e construção do conhecimento geográfico.

A paisagem aparece na teoria de Sorre como um complexo, abarcando a compreensão do movimento de articulação entre os elementos tradicionais e os modernos, não focando somente nas técnicas elementares ou tradicionais dos povos (Sorre, 1967). Para o autor, as paisagens, em alguns casos de modernização, representam a transferência de traços característicos de reprodução técnica, desenvolvendo os princípios de paisagens derivadas, de lugares originalmente colonizados (Pedrosa, 2009; Sorre, 1967).

Os processos de modernização paisagística nas construções do século XX produziram paisagens na América Latina semelhantes às edificações europeias. Essa observação permitiu a formação do conceito de *paisagens derivadas* de Max Sorre (1967). A situação de colonização dos territórios latinos e a incorporação das modernizações externas, impõe usos, organizações e regulação pautados na interface com o mundo. Os territórios latinos se conformam enquanto territórios derivados da economia internacional, pois as novas técnicas produzidas no centro do

sistema econômico capitalista se difundem em direção à periferia, reproduzindo bases arquitetônicas que facilitem o seu estabelecimento enquanto posição de controle[4] (Santos, 2002).

Ao dar continuidade nas discussões de paisagens derivadas de Maximilien Sorre, Isnard (1978, 1982) aprofunda a temática com a elaboração do conceito de espaço alienado. Para esse autor, as relações de produção que originaram a alienação do espaço geográfico estão atreladas aos instrumentos de poder e forças exógenas em relação aos lugares. Nesse sentido, os diferentes conjuntos paisagísticos encontrados na superfície terrestre assumem similaridades de um espaço central dominante em função de um espaço periférico dominado, em que esse fenômeno estabelece as relações de organização territorial e a divisão social do trabalho.

Para Santos (2002), a paisagem é o momento e a situação de concretização de determinados movimentos e formas localizadas nas transformações híbridas entre sociedade e natureza. A herança histórica se torna explícita no recorte da paisagem, junto da concretização das formas que formulam o espaço geográfico. O espaço geográfico é a circunstância dinâmica de vida que resulta da junção dos objetos e ações, sendo a movimentação e a essencialidade do real (Santos, 2002). A mutação dos valores e das significâncias sociais proporciona ao espaço geográfico sua organização social; ele está em transformação permanente, diretamente conectado aos valores globais e sua capacidade de totalização.

[4] A ideia de controle apresentada nesse trecho remete a discussão realizada por Santos (2002), na qual destaca características territoriais, encontradas no Sul global, de espaços do mandar e espaços do fazer (SANTOS, 2002).

Santos (2002) destaca que a compreensão do espaço geográfico deve considerar a síntese dos sistemas de objetos e do sistema de ações, constituído por materialidades e intencionalidades que se condicionam reciprocamente de maneira indissociável (Santos, 2002, p. 63). Esse padrão de organização dos objetos e ações, que constitui o espaço geográfico, traz em sua titularidade as condicionantes contraditórias e solidárias na execução dos movimentos econômicos e sociais. Desse modo, para entender como a sociedade se utiliza das formas e produz suas ações, o estudo deve buscar o entendimento das normativas encontradas nas engrenagens do sistema capitalista e seu processo de transformação da natureza e produção de bens materiais.

As mudanças nas formas de produzir afetam diretamente a paisagem. Esta se conecta ao movimento de avanço técnico e social dos meios de produção. Assim, a lógica das estruturas e formas das cidades no capitalismo, assume uma característica organizativa de acordo com a funcionalidade que o capital remete aos seus modelos de extração e constituição do lucro. As formas-conteúdos da cidade passam a se enquadrar nesse contexto, dando origem às diferentes paisagens. O trabalho fixo reverte-se nas condições artificiais de formação antropomórfica, gerando um distanciamento do que é visto como natural. A homogeneização do lugar tornou-se marca do novo período técnico-científico-informacional (Santos, 2008).

O histórico da paisagem urbana apresenta sua transversalidade, seu modelo de execução e organização na instituição das formas enquanto conteúdo de um determinado momento. A concretização da forma paisagística assume diferentes valores na temporalização espacial, os formatos de organização do

modelo social vigente e modo de produzir adentra a estrutura da paisagem e formaliza um novo sentido de funcionalidade para sua organização (Santos, 2012). Nessa perspectiva, as cidades e suas configurações territoriais se imbricam no conteúdo social das normatizações (ação, intencionalidade, ideologia, simbologia), junto das mobilidades da sociedade, elencam as transformações de organização do espaço e criam situações de equilíbrio para restabelecimento dos movimentos de totalização. Desse modo, a dinâmica das formas-conteúdo participa de uma dialética com a própria sociedade e os processos de evolução do espaço geográfico.

As cidades globais, que se tornaram o espaço dos agentes hegemônicos, são grandes aglomerações urbanas que funcionam como centros de influência internacional. São dotadas de técnica e conhecimento para as decisões vinculadas à economia globalizada e ao progresso tecnológico. A rede de infraestrutura necessária para a realização de negócios nacionais e internacionais conecta-se à grande concentração e movimentação financeira, estando diretamente associadas às sedes de grandes empresas ou escritórios filiais de transnacionais, formando recortes paisagísticos em setores específicos das cidades. Como complementariedade de serviços, localizam-se nessas regiões citadinas, importantes centros de pesquisas, contabilidade, publicidade, bancos e advocacia, além das principais universidades, constituindo, assim, uma rede de trocas de informações voltadas para a aceleração do fluxo de capital.

As mudanças nas paisagens e a materialização espacial

O dinamismo econômico e social criado ao longo dos modos de produção e seus regimes de acumulação materializam construções dos diferentes períodos históricos. As formas que são inseridas na reprodução do espaço urbano permanecem como registro das organizações espaciais passadas junto dos sistemas de objetos e sistemas de ações que se manifestam na organicidade dos usos perpetrados no território.

Essa desenvoltura traz a marca do desenvolvimento técnico-social, caracterizando a condição para que a história se registre como fenômeno enxergado e como depoimento físico de um passado de dinamização. Esse fenômeno, remete ao conceito de rugosidade e apresenta um modelo de análise para a realidade através do entendimento da cristalização, nos territórios, dos objetos e ações. Desse modo, essa atividade formaliza as novas dinâmicas sociais (ações) que estão a produzir e modificar os objetos territoriais (Santos, 2002).

A unicidade da técnica justifica o padrão de homogeneização de alguns setores globalizados da cidade. A indução do aporte dos objetos geográficos como paisagens simbólicas do capital, formaliza a atuação desse sistema na constituição das metrópoles latino-americanas. Assim, ocorre de forma condicionante e condicionada a ação mútua de objetos e ações na complementaridade do processo de constituição do espaço geográfico. Os objetos condicionam a elaboração e execução das ações e as ações, em seu retorno, na construção e produção dos objetos. O entendimento desse sistema caracteriza um dos métodos

analíticos para a compreensão do funcionamento de produção e reprodução da geografia contemporânea.

O mercado financeiro global adentra ao jogo lógico da tecnologia, utilizando os sistemas de comunicação e sua instantaneidade, para os diferentes processos que atendam suas necessidades de expansão nos territórios. O contexto informatizado e o adensamento de sua hipercapilarização, demonstra como a atual conexão entre objetos e a disponibilização de informações implicam nas instalações desiguais de dispositivos tecnológicos. O meio técnico-científico-informacional (Santos, 2009) aparece como embasamento de aceleração para as trocas de informação e, também, como sistema de controle de operações à distância. A mundialização do capital tem como expansão a regulamentação dos aparatos digitais e sua fixação enquanto ponto de desenvolvimento para a fluidez econômica (Santos, 2002; Santos, 2008; Santos, 2009).

A tecnificação dos dispositivos informacionais alterou as paisagens e suas morfologias, condicionando a novos ciclos de aceleração do capital e suas trocas instantâneas. A cidade tornou-se um adorno das particularidades do sistema da mundialização financeira, passando a produzir formas que dessem sentido aos novos ciclos de acumulação. O lugar e as relações que compõem sua ordem de estabelecimento social foram refuncionalizados, de acordo com os novos eventos das ações globalizadas e suas temporalidades capitalistas de operacionalização. O tempo social e orgânico, fruto de horizontalidades locais, passou a ser dinamizado de acordo com as verticalidades transnacionais, impondo seu padrão normativo

para as relações sociais do trabalho e produção da configuração territorial (Santos, 2002).

A racionalidade técnica ocupa as diretrizes do planejamento nos pressupostos de uso seletivo do território. Essa racionalidade técnica produz as verticalizações e novas formas de trabalhar no território que, muitas vezes, não se encaixam em sua dinâmica local. A alteração de uma ordem comunitária-cotidiana para uma ordem mundializada empresarial, em conjunto com grandes agentes do mercado financeiro, reproduz projetos alheios de caráter pragmáticos nas formas arquitetônicas que se afloram em localidades urbanas especificas[5] (Chesnais, 1996). O sentido social do uso da cidade é convertido em modelos de uso corporativo e de gestão de mercado.

A mudança paradigmática de um conjunto de novas possibilidades concretas, que conduzem a sistematização de novas formas na constituição territorial, estão associadas à compreensão dos aspectos da realidade contemporânea e a globalização (Santos, 2009). Esse movimento se reproduz enquanto materialização das formas-conteúdo, dando sentido à morfologia arquitetônica da cidade e a sua combinação enquanto processo da conjuntura econômica e sua temporalização material. Como Santos (2002) coloca, os objetos assumem um arranjo técnico específico, contribuindo com localizações previamente estabelecidas e com a intencionalidade de sua produção combinada com os interesses de valorização e dispersão da informação, sejam elas econômicas, políticas e/ou culturais.

[5] Nas grandes cidades analisadas nesse trabalho, foram encontrados espaços de materialização financeira determinadas por regiões ou corredores de porções especificas, enquanto uma configuração socioespacial voltada para esses serviços.

O contexto de produção normativa neoliberal assume um arcabouço de facilitação para a expansão de um planejamento mercadológico, apresentando uma perspectiva de cunho especulativo e conectado a situações de extração de renda da terra. A conjuntura do atual período se enquadra na prerrogativa da cidade voltada para atender a circulação e a padronização empresarial, que se caracteriza por processos de retirada do Estado como agente regulador e a inserção do mercado como forte agente envolvido na produção normativa-legislativa (Harvey, 2008; Harvey, 2011).

A consequência dessa atualização técnica se destaca como um processo de produção e organização socioespacial marcado pelos interesses de agentes do mercado e voltado para sua facilitação de trocas informacionais. Esse movimento concretiza a formação paisagística vista como artefato simbólico e de suporte para o mercado financeiro, caracterizando as divisões e fragmentações vistas na distribuição do espaço urbano.

Financeirização e as paisagens contemporâneas

A década de 1970 caracterizou-se por sua grande expansão enquanto momento de avanço para o capital financeirizado. Os novos trâmites burocráticos estamparam as novas formas de organização do Estado e suas medidas para a condução do planejamento de instâncias vistas como sociais. A predominância do mercado e demais instituições financeiras, através de suas formas de definição, gestão e produção da riqueza no capitalismo contemporâneo, induziram novos formatos de gerenciamento das

políticas públicas e seus discursos de modernização. A acumulação do capital adentrou ao circuito da produção do valor fictício, na qual passou a se manifestar pelas vigências de um padrão de funcionamento em que as suas opções fossem reguladas por meio de canais improdutivos e não por atividades diretamente produtivas (manufatura, construções, comércios) (Dowbor, 2017).

O conjunto de políticas de intervenção e regulação na economia, em grande parte definidas pelo acordo de Bretton Woods, no ano de 1944, foram destituídos com o avanço das discussões políticas de redução do Estado e seus meios de participação. O crescente incremento dos ativos financeiros na economia global intensificou a especulação sobre a moeda e os meios improdutivos de geração do valor.

A crise ocorrida no início dos 1970 deu origem a essa ressignificação do capital financeiro e sua forte especulação enquanto meio de aquisição do lucro. Esse novo contexto histórico fortaleceu os laços para a constituição das políticas neoliberais e as novas frentes de financeirização da economia, tornando-se o momento ideal para a expansão desse novo regime de acumulação.

A dominância do dólar, enquanto moeda global, definiu seu lastro como meio de controle nas ações de organização das medidas financeirizadas e como regra para as políticas econômicas de países latino-americanos e asiáticos. Gerou-se, nessa condição, uma forma de dependência às medidas e ajustes que fossem realizados na institucionalização das políticas macroeconômicas. Nesse novo regime de acumulação, os títulos e ativos (títulos da dívida pública, títulos privados, ações, fundos etc.) do capital na bolsa de valores assumiram recursos de garantia para o investimento e, também,

como um meio de aquisição do lucro, estando diretamente associado à liquidez e seguridade atestada pelo Estado (Pessanha, 2019).

O conceito de financeirização do capital[6] traz em sua essência um ressurgimento e maior direcionamento do processo das transações econômicas associadas às formas portadoras de juros e de desdobramentos fictícios de especulação. As finanças alcançam, no atual contexto social, condições de centralidade em diferentes relações sociais e econômicas, assim, fornecendo uma "dominância da esfera financeira" (Chesnais, 1998, p. 190) sobre as formas e métodos de planejamento e organização do espaço geográfico. Esse novo modelo de normatização das ações e das relações de trocas no mercado global foi oportuno para o aprofundamento de novas políticas de juros, dos instrumentos cambiais, e de um avanço da mundialização do capital.

A mercantilização, neste novo contexto, assume uma forma financeira em suas relações de trocas. O processo de geração e extração de renda foi acentuado à esfera da produção de riqueza no modelo fictício, atrelando os mecanismos produtivos e de produção do valor a uma esfera especulativa. O capital fictício avança como forma de desenvolvimento entre as condições de especulação, obtenção de lucro e organização do trabalho. Gerar lucro sem a necessidade dos meios produtivos e das forças de produção, está entre as formas de atuação desse novo modelo do capital e seu formato de acumulação (Chesnais, 1998).

[6] A financeirização do capital se enquadra no modelo da dominação financeira sobre os demais setores da economia, tornando um padrão sistêmico de produção, orientado pela lógica da valorização do valor pautado no modelo fictício. Fator que inclui operações com ativos financeiros e não-financeiros (LAPYDA, 2023).

Nesse novo movimento de acumulação do capital, a desintermediação bancária cresce junto aos novos agentes financeiros institucionais. A desregulação normativa da econômica projeta uma nova circunstância de atuação do capital a nível mundial. Como destaca Chesnais (2001)

> As instituições em questão compreendem os bancos, mas, sobretudo as organizações designadas com o nome de investidores institucionais: as companhias de seguro, os fundos de aposentadoria por capitalização (os Fundos de Pensão) e as sociedades financeiras de investimento financeiro coletivo, administradoras altamente concentradas de ativos para a conta de cliente dispersos (os Mutual Funds), que são quase sempre as filiais fiduciárias dos grandes bancos internacionais ou das companhias de seguro. Os investidores institucionais tornaram-se, por intermédio dos mercados financeiros, os proprietários dos grupos: proprietários-acionários de um modo particular que têm estratégias desconhecidas de exigências da produção industrial e muito agressivas no plano do emprego e dos salários. São eles os principais beneficiários da nova configuração do capitalismo (Chesnais, p. 8, 2001).

A fetichização do financeiro adentra a lógica de valorização do valor, mascarando, de forma mais acentuada, as condições das relações sociais de produção. O dinheiro se torna uma ferramenta de produzir dinheiro e o valor se valoriza numa etapa de especulação fictícia, formalizando os movimentos de concretização associados ao domínio das finanças. A vida social tende a sofrer as influências desse sistema de valorização do valor, dando sentido às normatizações de financiamento nas esferas cotidianas (Godoy, 2018).

As estruturas tecnológicas que hipercapilarizaram as acelerações e as relações de trocas comerciais no território, servem como suporte para a nova guinada do capital financeiro e sua modernização. A alteração cultural, as mudanças nas formas de sociabilidade e socialização, caracterizam os novos meios de formalização e normatização da vida cotidiana vinculada ao contexto de ascensão dos canais financeiros (Montenegro, 2017).

A infraestrutura existente no espaço geográfico serve como suporte para o capital avançar em seus níveis de lucratividade, uma vez que a necessidade da alta fluidez das trocas de informações são asseguradas através das ótimas condições estruturais existentes no território, junto do investimento como ponto lucrativo da comercialização espacial (Harvey, 2013). Assim, a ideia de valorização do espaço e no espaço perpassa o ponto de acúmulo que o capital necessita em seu sistema de desenvoltura. Esse movimento remete ao fenômeno da apropriação urbana, uma vez que o meio de circulação e sua intencionalidade de investimento construtivo, estão atreladas às bolhas de acumulação do capital e suas manobras de espoliação socioespacial.

A refuncionalização dos lugares, associada à construção de novas paisagens e a desapropriação social, apresenta como o capitalismo vem tangenciando diretamente os processos de sistematização territorial. O capital financeiro encontra nessas brechas novas formas para sua extração de lucro, uma vez que parcela o espaço geográfico como ativo ou como outros meios de investimento privado. A cidade se torna refém desse novo sustentáculo do mercado globalizado.

Segundo Chesnais (1996), a remuneração financeira consiste nas ações especulativas de novos investimentos em pontos de capital fixo, reestruturando o espaço geográfico, as suas lógicas de organização e os sentidos das relações sociais existentes nos lugares. Braga (1993) destaca alguns indicadores que apontam para o avanço da financeirização sobre as distintas parcelas do território e suas organizações, remetendo diretamente essas ações a uma sobreposição de ativos financeiros em relação aos ativos reais, a elevação das operações cambiais entre as economias internacionais, o crescimento de uma riqueza financeira em relação a uma riqueza real de base produtiva.

A reprodução do capital e seus processos de atuação induzem as situações de estruturação diferenciada de parcelas do espaço geográfico. As formas de uso que o território comporta se vinculam diretamente às necessidades de criação de um abrangente aparato tecnológico capaz de coordenar e conectar um sistema financeiro parasitário com diferentes partes do planeta. As transferências dos capitais excedentes modelam a condição de estruturação do espaço urbano, impactando diretamente nas formas e na organização dos objetos e ações pertencentes as cidades.

A paisagem urbana atual se caracteriza por possuir setores que remetam ao regime de acumulação financeira. As formas encontradas em pontos específicos das cidades, indicam como as variáveis associadas as construções urbanas estão sob influência dos movimentos de agentes externos ao local. Desse modo, apresentaremos na próxima seção casos de metrópoles latino-americanas que contemplam esse movimento sob a ótica da padronização financeira.

A situação empírica: aspectos da paisagem nas cidades de Buenos Aires (Argentina), Santiago (Chile), São Paulo (SP-Brasil)

A caracterização das paisagens junto do movimento de internacionalização econômica resultou em paisagens associadas ao "universo financeiro". A financeirização, que atinge parcelas do espaço geográfico como movimento de especulação, rentismo, expropriação e espoliação, conduz a estruturação de formas que se tornam sua marca socioespacial (Figura 1). As relações do período técnico-científico-informacional (Santos, 2002), induzem a formação de redes que concretizaram a ação de agentes hegemônicos na modelização da cidade. Desse modo, na América Latina, alguns pontos de suas metrópoles assumem formas que são lugares de concentração de escritórios do capital financeiro, estabelecendo corredores de alta tecnologia como meio de cumprir sua demanda de dispersão espacial.

Figura 1 – Paisagens financeiras (Cidade Autônoma de Buenos Aires)



Fonte: Autores, 2023.

O meio técnico-científico-informacional apoiado na intencionalidade do mercado oferece uma sofisticação temporal a um determinado conjunto estratégico na organização dos objetos da cidade. O novo e o velho, sendo um par dialético da contemporaneidade, indicam como os movimentos de ações do Estado, sociedade e mercado, se combinam no rearranjo do espaço geográfico.

O processo da financeirização traz em sua gênese a transformação econômica, cultural, de comportamentos e de valores na política e nas relações sociais (Montenegro e Contel, 2017), acarretando o uso e organização do território associados a um programa mercadológico. Os ritmos temporais acelerados e as trocas de informações estabelecem novos rumos para as atividades tidas como urbanas (Sanfelici, 2013).

A consolidação para o regime de acumulação financeiro traz em sua essência padrões paisagísticos que estão circunstados

por formas que servem como suporte para a circulação do capital e a mobilidade de seus agentes. A forma presente nessas regiões é dinamizada de acordo com intencionalidade do mercado financeiro. As ações, que concretizam a funcionalidade do conteúdo temporal presente nesses objetos, tornam-se capaz de influenciar o desenvolvimento da totalidade espacial, dando para essas paisagens o sentido de financeiras (Santos, 2002).

Na figura 1 destacam-se edifícios ligados a empresas que ocupam a região do bairro de Puerto Madero. Esses elementos transfiguram na imagem a fixação de grandes empresas corporativas do mercado financeiro reunidas em uma espacialidade conhecida como lugar da financeirização. Estão sediados nesses lugares bancos (Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA), Santader, Bank of China), empresas multinacionais de tecnologia (Cirion Technologies, Exxon Mobil, Insurance Corporation of British Columbia - ICBC), edifícios corporativos para sediar escritórios de empresas (Alvear Tower, Bouchard Plaza, Torre Madero Office), entre outras atividades combinadas as inovações mercadológicas.

A financeirização se distribui no espaço geográfico tornando as localidades padronizadas por normativas impostas de forma verticalizadas (Santos, 2002). A infraestrutura existente nesses lugares favorece a circulação de informações e mercadorias, uma vez que o padrão técnico e científico encontrado dinamiza e acelera o processo de comunicação. Desse modo, o espaço geográfico serve como suporte para essas ações dos agentes do capital e, também, assume uma condição de encarecimento das propriedades dos seus arredores. Esse fenômeno se combina a modernização

espacial e os requisitos que levam a uma valorização do preço do metro quadrado urbano.

As situações geográficas (Silveira, 1999) e os novos retratos da totalidade mundial, abrem caminho para o entendimento das novas relações estabelecidas nos lugares e como as ações internacionalizadas estão a configurar lugares de acordo com a intencionalidade de agentes hegemônicos do mercado financeiro (Cataia e Ribeiro, 2015).

Essa dinamicidade financeira de padronização paisagística, relatada ao longo do texto, foi encontrada nos bairros das cidades de Buenos Aires[7] (Argentina) (Puerto Madero, Retiro), de Vicent Lopez (Argentina), de Santiago (Chile) (Vitacura, Las Condes, Providencia) e em São Paulo (São Paulo-Brasil) (na região da Avenida Faria Lima - pertence aos bairros Alto e Baixo Pinheiros, Itaim Bibi, Jardim Europa)[8]. Através de trabalhos de campo, foram levantadas informações que deram a base para as discussões de como cada localidade citada apresentou sua formação socioespacial associada à estrutura financeira encontrada em seu território.

Dessa forma, os princípios de uma cidade corporativa (Santos, 2005) e conectada a usos mercadológicos do espaço urbano, combinam com o ideal de uma formação socioespacial voltado para seu interesse, junto, assim, de sua materialização espacial, que traduz como a ação do capital molda cidades em distintas partes da América Latina. Essa condicionante está imbricada nas condições dos países dependentes e suas marcas de exploração e expropriação,

[7] O trabalho de campo indicado na cidade de Buenos Aires (AR) ocorreu na capital federal do país.

[8] O trabalho de campo mencionado está associado com a Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE-FAPESP) e foi realizado no período de 09 de agosto de 2023 a 15 de dezembro de 2023, em Buenos Aires - Argentina.

explicitando como a coerção dos agentes hegemônicos conduz, de maneira parecida, as formas de realização do planejamento urbano e da organização dos sistemas de configuração territorial.

As paisagens identificadas são as marcas de concretização desses fenômenos. Alguns dos requisitos presentes nos pontos de aglomeração dos escritórios financeiros são: a padronização de edifícios com planta livre (do inglês *open plan offices*); as faixadas de vidros e modelos arquitetônicos modernos; o uso de estruturas equipadas com elementos tecnológicos para alta velocidade na troca de informações; a garantia de integração nas redes de maior agilidade para a mobilidade urbana. Esses lugares se tornam um ponto padrão para a concentração de grandes de empresas e a desenvoltura de uma localidade voltada para seu consumo próprio, enquanto espacialidade de *primeiro mundo*, território do desenvolvimento capitalista.

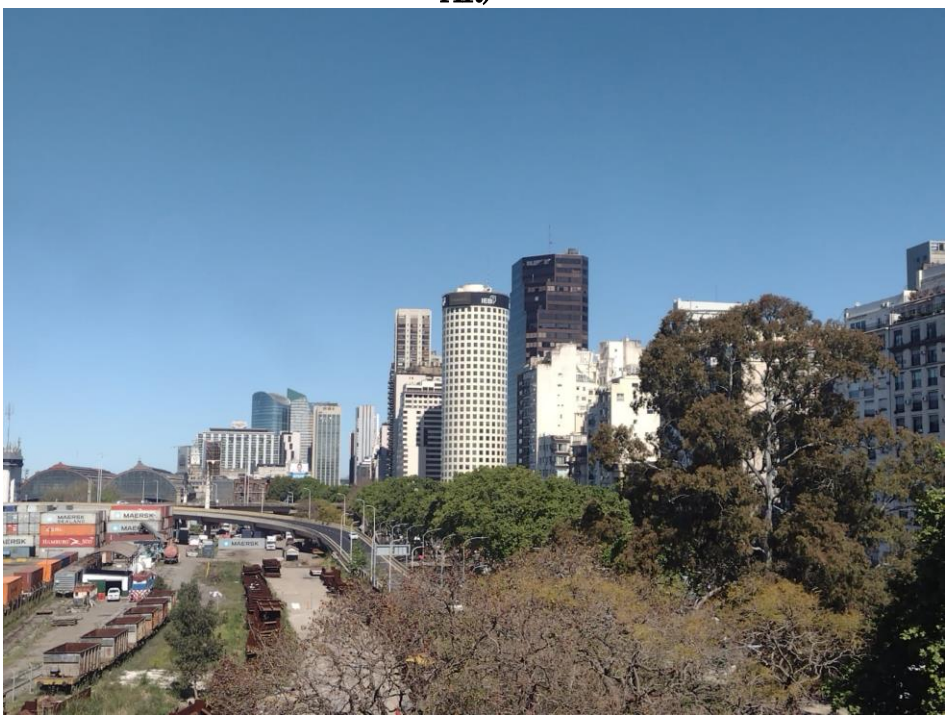
Esses pontos do território, espaços com essa funcionalidade e forma, adquirem a condição de local de valorização e circulação para o capital, dando sentido às formações socioespaciais mais contrastantes e de níveis tecnológicos dissemelhantes em relação as realizações de trocas e transações comerciais. A forte interação entre os agentes de empresas do capital financeiro profere novos hábitos por meio de uma homogeneização de processos e estruturas do território urbano.

O bairro de Retiro na Cidade Autônoma de Buenos Aires é um exemplo para se discutir a condição da financeirização e sua estruturação espacial, visto que boa parte de suas formas e fixos está conectada ao funcionamento de escritórios de grandes empresas, e suas margens para um ordenamento espacial voltado

para o acelerado fluxo do capital e seu movimento de especulação. Nessa região da cidade, torna-se nítido como as infraestruturas da localidade estão a serviço do capital e sua monopolização da informação. A circulação pelo local está associada a essa forma de representação paisagística dos elementos que se combinam para um espaço a serviço de grandes empresas do mercado financeiro.

Na região do bairro Retiro encontram-se os edifícios da Exxon Mobil Corporation, BankBoston, Globant, Pan American Energy, os edifícios de escritórios Torre Catalinas Plaza e Laminar Plaza building, do Banco espanhol Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA), Empresa KPMG, Samsung Electronics Argentina S.A.. Essa rede de escritórios forma o corredor de estabelecimentos financeiros da região do Central Business District (CDB), da Cidade Autônoma de Buenos Aires, constituindo a homogeneização paisagística que classifica esse perímetro como uma área arquitetônica da financeirização contemporânea (Casali, 2021) (Figura 2).

Figura 2 – Bairro do Retiro (Cidade Autônoma de Buenos Aires – AR)



Fonte: Autores, 2023.

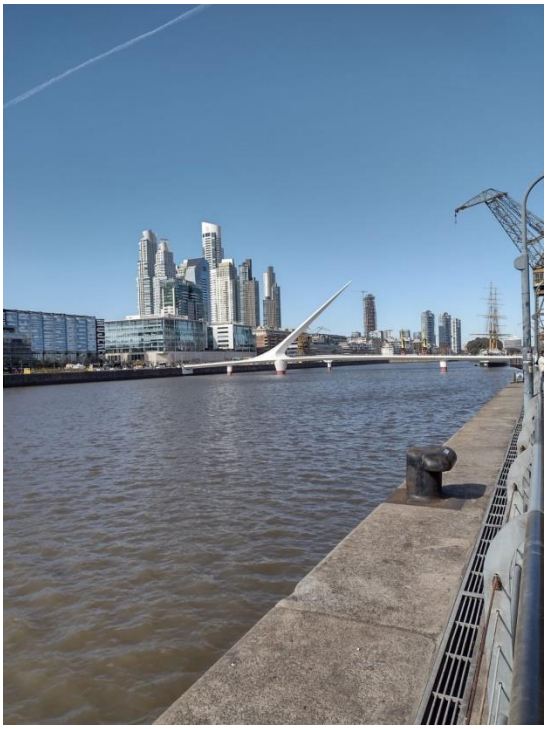
Esses corredores se estendem para a região norte da cidade, em que formalizam uma sequência de localidades que concentram as instalações dos escritórios das empresas do mercado financeiro. Esses corredores são distribuídos por avenidas, ruas, praças e bairros. Assim, em cada localidade ocorre a confluência de um determinado número de empresas.

Uma outra localidade na Cidade Autônoma de Buenos Aires, que possui uma característica de paisagem financeira, é a região de Puerto Madero. Em seu entorno existem escritórios de grandes empresas, bares e restaurantes famosos, uma universidade, hotéis de luxo, museus, cassinos, entre outras atividades associadas ao capital. O bairro foi construído pelo

engenheiro Eduardo Madero no ano de 1887, com o intuito de abrir um novo caminho para as relações de transporte marítimo, visando a facilitação para o escoamento de mercadorias.

Na década de 1990, começou a reurbanização de velhos celeiros, moinhos e galpões para utilização como residências, escritórios, lojas e restaurantes, junto das novas forças culturais que se expandiram nesse momento por todo o planeta: a da revalorização, recuperação e "reciclagem" do patrimônio histórico urbano. A política neoliberal dos 1990 se instalou e acarretou a venda do patrimônio estatal, junto da transformação das áreas e sua funcionalidade. Na Argentina, o governo de Carlos Menem (1989-1999), que se caracterizou pelos aprofundamentos neoliberais nos princípios políticos e econômicos, deu sentido a promoção de leis pautadas na ideologia da Reforma do Estado, promovendo a principal articulação entre os poderes políticos e as capacidades técnicas para a transformação material e imaterial do bairro.

Figura 3 – Puerto Madero (Cidade Autônoma de Buenos Aires – AR)



Fonte: Autores, 2023.

Essa formulação levou a criação da Corporação Autônoma – integrada por representantes dos governos nacional e municipal – que permitiu destravar os múltiplos conflitos de interesses que impediam todo tipo de ação que iria contra a venda e privatização do bairro portuário. Desse modo, o movimento de sua inserção enquanto proliferação de "oficinas do mercado financeiro[9]" adentrou à lógica de neoliberalização da cidade e na construção de formas e padrões arquitetônicos combinados a modelos de corporações financeiras.

[9] O termo Oficina faz referência aos escritórios de empresas mundializadas que ocupam a região.

O mesmo exemplo pode ser proferido para as partes visitadas na cidade de Santiago no Chile. A comuna de Las Condes, localizada na região leste da Grande Santiago, que, juntamente com Providencia, é o centro financeiro e turístico da capital chilena. A localidade é constituída por um padrão arquitetônico de inspiração estadunidense, e forma-se enquanto localidade de expansão de escritórios do capital financeiro. Las Condes tornou-se um dos setores mais representativos para a expressão da mercantilização urbana, uma vez que sua enorme diversidade de setores comerciais, residenciais de alto poder aquisitivo e uma interessante combinação de arquitetura urbana inovadora (parques de composição arborista), efetivam a expressão de uma paisagem que apresenta uma alienação e derivação de modelos externalizados de construção.

Figura 4 – Comuna de Las Condes - Chile



Fonte: Autores, 2023.

Com uma área de quase 100 km², Las Condes tem uma população de aproximadamente 250.000 habitantes, comportando áreas financeiras importantes conhecidas pelos nomes de Sanhattan e El Golf, com escritórios distritais de grandes empresas. O número de áreas comerciais como Apumanque, localizada no Metrô Manquehue, o Parque Arauco localizado junto ao Parque Araucano e Alto Las Condes, conceituam o sentido de uma localidade de paisagens vistas como uma importação de organização e planejamento do espaço urbano.

No bairro do El Golf, pertencente à comuna de Las Condes (Santiago-Chile), destaca-se a ocupação de empresas dedicadas a serviços comerciais, enquanto em Providencia, as empresas de seguros e serviços médicos são responsáveis pela maior parte dos metros quadrados. O grande número de locadores dessa região chilena está associado a um mercado com diferentes tipos de proprietários, incluindo fundos de aluguel, seguradoras, e investidores privados, com rendimentos e escritórios voltados para a distribuição de informações e ordens de processos de produção.

A região denominada de Sanhattan, traz em seu arquipélago paisagístico uma alusão à ilha de Manhattan em Nova Iorque (Estados Unidos), uma vez que esse recorte pertencente ao maior centro financeiro da capital chilena, se destaca pela moderna verticalização e infraestrutura de prédios espelhados.

Figura 5 – Região de Sanhantan (Santiago - Chile)



Fonte: Autores, 2023.

A região da avenida Faria Lima, é uma região da cidade de São Paulo (São Paulo-Brasil) que compreende os bairros de Itaim Bibi, Alto e Baixo Pinheiros, Jardim Europa, sendo caracterizada, principalmente, como a localidade na qual se encontra uma boa porcentagem dos escritórios financeiros da cidade (e do Brasil). Em seu comprimento de aproximadamente 5 km de extensão, a área que compreende o microcosmo paulistano, de um circuito tecnológico de camada espacial, que se caracteriza em sua essencialidade por uma organização voltada aos meios de difusão da informação para os agentes do mercado mundial.

O movimento de concentração e construção de escritórios financeiros na região partiu da premissa da organização espacial pautada no ideal de "distrito de negócios". A idealização dos prédios

corporativos de alto padrão, esteve associada a essa construção de uma localidade de uso e ocupação do solo, combinando edifícios corporativos a uma área de grande valorização na precificação dos imóveis (Mengue, 2024).

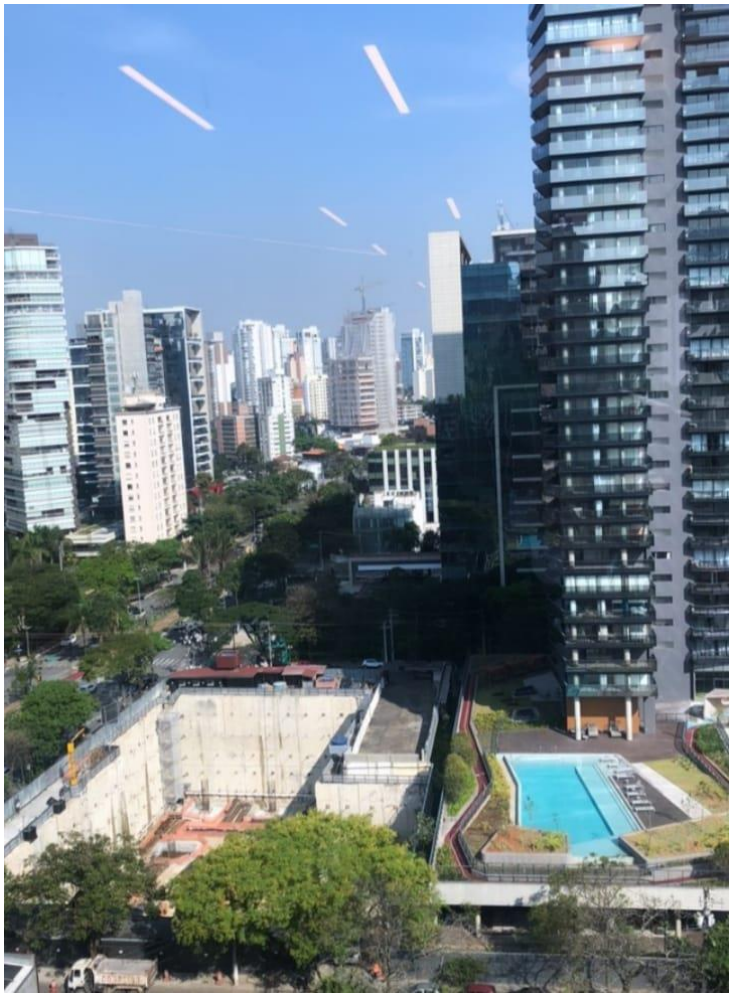
A transformação da região na década de 1970, provocou a reestruturação de sua materialidade junto da inserção de edifícios que proporcionaram uma nova dinamicidade no local. As políticas denominadas como "Operação Urbana Faria Lima" foram medidas que se estabeleceram através de Leis (Lei 11.732, em 14 de março de 1995 e a Lei 13.769/0426, de janeiro de 2004), visando a interligação da Avenida Brigadeiro Faria Lima com a Avenida Pedroso de Moraes e com as Avenidas Presidente Juscelino Kubitschek, Hélio Pellegrino, dos Bandeirantes, Engenheiro Luís Carlos Berrini e Cidade Jardim.

A Segunda Operação Urbana Faria Lima, de 26 de janeiro de 2004, apresentou uma nova dinâmica de revogação em relação à lei anterior. O principal intuito foi adequar a Operação Urbana existente ao Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257, de 2001), instrumentalizando as Operações Urbanas Consorciadas como operacionalização de política urbana gerido de forma consorciada entre o Poder Público e as empresas privadas da sociedade civil.

Diante desses fatos, o lugar ganhou uma roupagem voltada para a difusão de escritórios de grandes empresas de tecnologia, (como o Google e o Facebook), e de empresas do ramo do mercado financeiro, como a XP Investimentos, Bradesco, Itaú, BTG Pactual, XP Investimentos, J.P. Morgan, Credit Suisse, dezenas de gestoras de investimentos e escritórios de advocacia., entre outras empresas que envolvem a dinâmica de organização do capital financeiro.

Algumas localidades se tornaram pontos de arquitetura destacados na avenida, sendo os principais elementos o Ohtake Cultural, Shopping Iguatemi (primeiro shopping da cidade de São Paulo), Pátio Victor Malzoni, Complexo B32.

Figura 6 – Região da Av. Faria Lima - São Paulo (SP - BR)

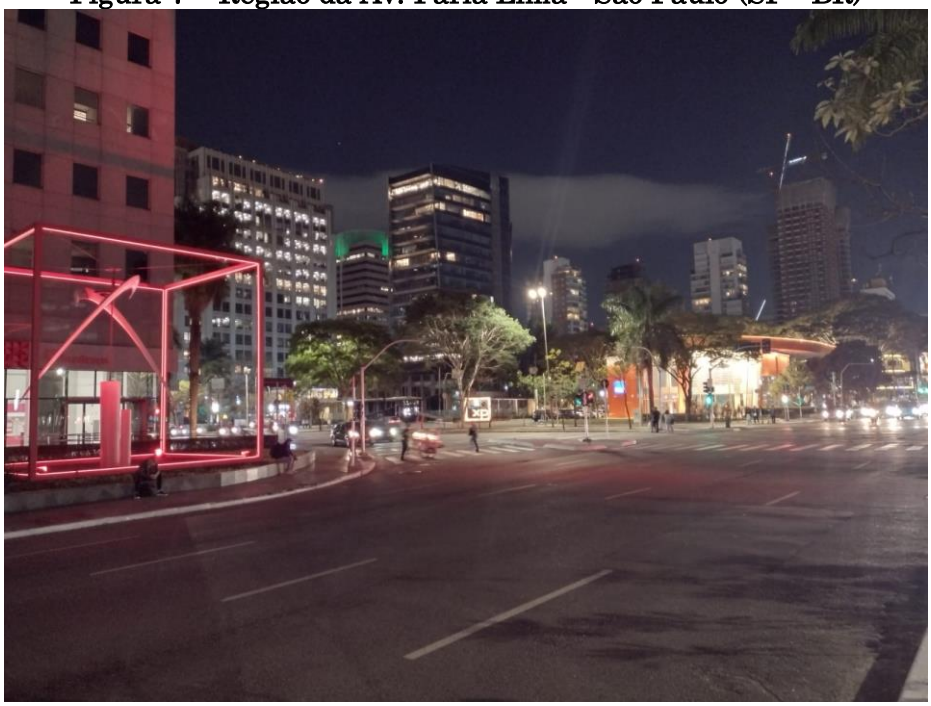


Fonte: Autores, 2023.

No início da década de 2010 a avenida foi contemplada com uma estação de Metrô (Estação Faria Lima - Linha 4 (Amarela)) e com projetos de inserção de ciclovias e meios transportes

conectados com a micromobilidade[10]. A regulação desse território foi coordenada com os investimentos públicos, principalmente em relação ao sistema metroviário mencionado, sendo justificada como meio de expansão e consolidação enquanto espaço público a seguridade e instalação de empresas transnacionais (Magalhães, 2021).

Figura 7 – Região da Av. Faria Lima - São Paulo (SP - BR)



Fonte: Autores, 2023.

Essa incorporação empresarial da cidade trouxe uma nova face para as intermediações e formas de uso do território urbano, transformando o lugar conforme as normatizações da gestão

[10] Micromobilidade se refere ao deslocamento de veículos leves, que estão associados a percursos curtos e habituais, que circulam a uma velocidade de até 25 km/h e são utilizados para viagens de até 10 km de distância (NICOLA, 2020).

corporativa. A infraestrutura urbana, no regime da financeirização, adentrou aos modelos da valorização capitalista, caracterizando um setor de negócios na produção e na operação das formas urbanas (Rufino, 2021). A realização de projetos desse tipo despertou o interesse pela rentabilidade e pela minimização de riscos, direcionando os investimentos para setores específicos e determinadas áreas do espaço urbano que viabilizasse o lucro. (Dattwyler, 2017; Sanfelici 2013).

O conceito de paisagem, diante da produção e organização do espaço globalizado, assume características que estão imbricadas em seu modelo de desenvolvimento e consumo. As regiões da financeirização indicam localidades de controle empresarial do território, com seus dos arranjos dos serviços voltados para os fluxos e demanda do capital. Desse modo, a cidade adquire recortes de fragmentação socioespacial, em que nos lugares de alta densidade tecnológica (pontos luminosos), estão as zonas de concentração de gestão dos serviços do capital financeiro e seus escritórios de fiscalização e controle da produção.

Considerações Finais

A construção epistemológica do conceito de paisagem indica como a produção do conhecimento geográfico se desenvolveu de acordo com as novas abordagens de métodos. Os conceitos de paisagens derivadas (Sorre, 1967) e de espaço alienado (Isnard, 1978, 1982) destacam como a sociedade passa por um longo processo histórico de avanço de forças externas sobre os lugares. De acordo com essa sistematização do espaço geográfico, o controle dos

territórios sempre esteve em consonância com medidas de avanço e dominação por parte de agentes que compunham a base hegemônica do capitalismo.

O entendimento da paisagem por meio da teoria de Milton Santos coloca como as ações e intencionalidades do mercado sistematizam uma elaboração de objetos que resultam em um recorte característico. A paisagem, sendo um conjunto de formas que exprimem a herança de um determinado período, torna evidente a produção dos objetos junto da técnica e das transversalidades temporais que se cruzam sob a estrutura que se processa na cidade (Santos, 2002, p. 103).

Diante desse fato, entender a dinamicidade da paisagem e a construção/constituição de suas formas, na atual conjuntura do regime de acumulação financeiro, conduz a pensar como as ações dos agentes hegemônicos aparecem moldando a cidade e suas estruturas. A lógica de reprodução e organização do capital financeiro remete quais usos serão destinados a distintos pontos dos territórios, resultando em lugares alienados, lugares que estão a serviço da circulação do capital forâneo.

A análise realizada nas três cidades (São Paulo (SP – BR), Cidade Autônoma de Buenos Aires (AR) e Santiago (CL)), indica como a ação dos agentes hegemônicos constroem lugares que são observados como pontos de concentração para a distribuição dos seus serviços. Nesses espaços, os níveis de tecnologia, de infraestrutura de alto padrão, acessam a mobilidade urbana e uma rede de alta fluidez de informação, caracterizam a formação de um circuito técnico informacional para um setor limitado da cidade.

Portanto, atualmente, a cidade representa, para os interesses dos agentes financeiros, um aporte para a valorização do valor, uma vez que esse regime de acumulação organiza e produz espaços urbanos, de acordo com sua necessidade lucrativa. Quando o planejamento da cidade assume essa postura de fragmentação socioespacial voltada para construção de regiões que concentram empresas nacionais e internacionais, torna-se evidente como as mazelas de alienação espacial ultrapassam os sistemas de ações estatais que deveriam considerar uma homogeneização social para a produção e organização do território.

Referências Bibliográficas

BALDIN, R. Sobre o conceito de paisagem geográfica. **Paisagem Ambiente: Ensaios**, São Paulo, v. 32, n. 47, jun. p. 1-17, 2021.

BRAGA, J. C. A financeirização da riqueza: a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais. **Economia & Sociedade**, v. 2, n. 1, 1993, Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643298. Acessado dia 10 de janeiro de 2023.

CASALI, D. El segundo trimestre del año arrojó valores positivos por primera vez desde la llegada del coronavírus. **La Nación**, 2021 Disponível em: https://www.lanacion.com.ar/propiedades/inmuebles-comerciales/por-primera-vez-desde-la-llegada-del-covid-el-mercado-dio-senales-alentadoras-nid23072021/. Acessado em: 15 de março de 2024.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. Mundialização do capital, regime de acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o neoliberalismo. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 3 n. 1, p. 185-212, jul. 1998.

CHESNAIS, F. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Revista Outubro**, n. 5, p. 7 – 28, fev. 2001.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DATTWYLER, R. H. La espacialidad neoliberal de la producción de vivienda social en las áreas metropolitanas de Valparaíso y Santiago (1990-2014):¿hacia la construcción idelógica de un rostro humano?.

Cadernos Metrópole, São Paulo, vol. 19, nº 39, p. 513 – 535, maio/ ago. 2017.

DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo** – a nova arquitetura do poder: dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta. São Paulo: Outras Palavras & Autonomia Literária, 2017.

GODOY, P. Categorias marxistas e análise do processo de valorização capitalista do espaço. **Formação (Online)**, Presidente Prudente, v. 25, n. 45, n 29, p. 35-50, maio/ago 2018.

HARTSHORNE, R. **Propósitos e Natureza da Geografia**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

HARVEY, D. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ISNARD, H. O Espaço do Geógrafo. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 36, n º 5-16, p. 258-259, jul./dez., 1978.

ISNARD, H. **O Espaço Geográfico**. Coimbra: Livraria Almedina, 1982.

LAPYDA, I. **Introdução à financeirização**: David Harvey, François Chesnais e o capitalismo contemporâneo. São Paulo: CEFA Editorial, 2023.

LUZ, C. E. Paisagem e geografia: uma revisão conceitual. **Geoingá**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Maringá, v. 6, n. 1, p. 110-135, jul. 2014.

MAGALHÃES, G. Memória: Faria Lima, como surgiu o principal centro financeiro do Brasil. **A Gazeta de São Paulo**, 2021. Disponível em: https://www.gazetasp.com.br/noticias/memoria-faria-lima-como-surgiu-o-principal-centro-financeiro-do-brasil/1088741/. Acessado em 26 de março de 2023.

MENGUE, P. Faria Lima foi de subúrbio ao luxo em menos de um século; como foi essa transformação? **O Estado de S. Paulo**, 2024 Disponível em: https://www.estadao.com.br/sao-paulo/faria-lima-foi-de-suburbio-ao-luxo-em-menos-de-um-seculo-como-foi-essa-transformacao/. Acessado em 20 de março de 2024.

MONTENEGRO, M. CONTEL, F. Financeirização do território e novos nexos entre pobreza e consumo na metrópole de São Paulo. **Revista Eure**, Santigo, vol 43, nº 130, p. 115 - 139, set. 2017.

MONTENEGRO, M. R. Da financeirização ao lugar: dos nexos hegemônicos às contra-racionalidades do cotidiano. **GEOgraphia**, Niterói, v. 19, n. 40, p. 91–106, set., 2017.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Annablume, 2007.

MOREIRA, R. **O que é Geografia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010.

NICOLA, L. Micromobilidade e intermodalidade: impactos e avanços no deslocamento nas grandes cidades. **O Estado de S. Paulo**, 2020 Disponível em: https://mobilidade.estadao.com.br/mobilidade-para-que/micromobilidade-e-intermodalidade-impactos-e-avancos-no-deslocamento-nas-grandes-cidades/. Acessado em 28 de março de 2024.

PEDROSA, B. V. A Diversidade da Paisagem: as tentativas de renovação do conceito, em meados do século XX. In: **Encontro de geógrafos da América Latina: A diversidade da paisagem: as tentativas de renovação do conceito, em meados do século XX** 12, 2009, Montevideo. Anais, Montvideo: EGAL, 2009, p. 1 – 18.

PESSANHA, R. M. **A indústria dos fundos financeiros**: Potência, estratégias e mobilidade no capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2019.

RIBEIRO, L. H. L.; CATAIA, M. A. Análise de situações geográficas: notas sobre metodologia de pesquisa em geografia. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**, v.11, n.15, p. 9-30, jan/jun. 2015.

RUFINO, B. Privatização e financeirização de infraestruturas no Brasil: agentes e estratégias rentistas no pós-crise mundial de 2008. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, nº 13, p. 1 – 15, jan/jun. 2021.

SANFELICI, D. Financeirização e a produção do espaço urbano no Brasil: uma contribuição ao debate. **Revista Eure**, Santiago, vol 39, nº 118, p. 27 - 46, set. 2013.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização** – do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVEIRA, M. L. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**, ano IV, nº. 6, p. 21-27, jan./jun. 1999.

SORRE, M. **El hombre en la tierra**. Barcelona: Editorial Labor, 1967.

Submetido em: 03 de abril de 2024
Devolvido para revisão em: 05 de junho de 2024
Aprovado em: 13 de agosto de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3400

Como citar:
DI GENOVA BARBERIO, L.; GALLO, F. ESPAÇO GEOGRÁFICO, FINANÇAS CONTEMPOR NEAS E PAISAGEM URBANA: OLHARES PARA A AMÉRICA LATINA: LOOKING AT LATIN AMERICAS. **Terra Livre**, São Paulo, ano 39, v.1, n.62, jan.-jun. 2024, p. 242-285. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3400. Acesso em: dia/mês/ano.

BELA, RECATADA E DO LAR: SE NÃO OS SOU, AINDA SOU! EXISTÊNCIA E RESISTÊNCIA DAS MULHERES NO CONTEXTO NEOLIBERAL

BEAUTIFUL, DEMECURE AND HOMEMADE: IF I AM NOT THEM, I STILL AM! EXISTENCE AND RESISTANCE OF WOMEN IN THE NEOLIBERAL CONTEXT

HERMOSA, DEMECURA Y CASERA: ¡SI NO SOY ELLAS, AÚN LO SOY! EXISTENCIA Y RESISTENCIA DE LAS MUJERES EN EL CONTEXTO NEOLIBERAL

Kamila Madureira da Silva
Universidade Federal da Grande Dourados
kamila_agro@hotmail.com

Norma Oviedo
Universidad Nacional de Misiones
ovinor77@gmail.com

Alexandre Bergamin Vieira
Universidade Federal da Grande Dourados
alexandrevieira@ufgd.edu.br
Adalberto Vital dos Santos Júnior
Universidade Federal da Grande Dourados
adalbertojunior@ufgd.edu.br

Resumo:
O artigo ora apresentado tem como objetivo realizar uma leitura crítica ao capitalismo atual sob a égide do Neoliberalismo Econômico, tendo como fundamento referencial a luta das mulheres, enquanto gênero, pela (re)existência. Pautando-nos numa metodologia de levantamento e análise bibliográfico, no trabalho de campo e consultas em bases de dados secundários, como sites e fontes jornalísticas a pesquisa revela que as relações de gênero, assumem uma nova roupagem, delineando estereótipos da mulher ideal, reforçando a submissão e opressão, reproduzindo a hegemonização da padronização dos corpos, amplamente divulgada pela mídia. O que nos leva a concluir que o Neoliberalismo, além de seu caráter capitalista, é também ideológico. Isso faz com que as mulheres vivam específicos e constantes processos de negação do eu; ódio aos seus próprios corpos e; a busca incessante por cirurgias plásticas, devido a perda da autoestima e da autonomia e, principalmente, da voz e da vontade coletiva de (re)existir, que se perde em meio a competitividade e a individualidade.

Palavras-chave: Mulheres, Neoliberalismo, (re)existência, auto-estima, estereótipo

Abstract:
The article presented here aims to carry out a critical reading of current capitalism under the aegis of Neoliberalism Economic, having as its referential foundation the struggle of women, as a gender, for (re)existence. Based on a methodology of bibliographical survey and analysis, in fieldwork and consultations in secondary databases, such as websites and journalistic sources, the research reveals that gender relations take on a new guise, outlining stereotypes of the ideal woman, reinforcing the submission and oppression, reproducing the hegemonization of the standardization of bodies, widely publicized by the media. Which leads us to conclude that Neoliberalism, in addition to its capitalist character, is also ideological. This causes women to experience specific and constant processes of self-denial; hatred of their own bodies and; the incessant search for plastic surgery, due to the loss of self-esteem and autonomy and, mainly, the voice and collective will to (re)exist, which is lost amidst competitiveness and individuality.

Keywords: Women, Neoliberalism, (re)existence, self-esteem, stereotype.

Resumen:
El artículo aquí presentado pretende realizar una lectura crítica del capitalismo actual bajo el apoyo del Neoliberalismo Económico, tomando como base referencial la lucha de las mujeres, como género, por su (re)existencia. Con base en una metodología de levantamiento y análisis bibliográfico, en trabajo de campo y consultas en bases de datos secundarias, como sitios web y fuentes periodísticas, la investigación revela que las relaciones de género toman una nueva cara, delineando estereotipos de la mujer ideal, reforzando el sometimiento y la opresión, reproducir la hegemonización de la estandarización de los cuerpos, ampliamente publicitada por los medios de comunicación. Lo que nos lleva a concluir que el Neoliberalismo, además de su carácter capitalista, también es ideológico. Esto provoca que las mujeres experimenten procesos específicos y constantes de abnegación; odio a sus propios cuerpos y; la búsqueda incesante de la cirugía plástica, por la pérdida de la autoestima y la autonomía y, principalmente, de la voz y voluntad colectiva de (re)existir, que se pierde en medio de la competitividad y la individualidad.

Palabras-clave: Mujeres, neoliberalismo, (re)existencia, autoestima, estereotipo

Introdução

O modelo econômico neoliberal tem alterado profundamente o sistema capitalista e o mundo, afetando sobremaneira as políticas, as sociedades (povos originários, comunidades de negros, grupos de crioulos, orientais, ocidentais, ricos e pobres), bem como as relações de gênero, através de um sistema normativo e hegemônico, impondo a lógica do dinheiro e da mercadoria a todas as relações dos indivíduos enquanto sujeitos sociais. O denominamos "gigante" devido sua capacidade de auto fortalecimento e reinvenção e, também, por seus "braços" alcançarem as mais diferentes e distintas porções do mundo, abrangendo diferentes culturas e sociedades, influenciando/transformando/esfacelando profundamente o espaço geográfico e, portanto, as práticas e as relações humanas.

Buscaremos neste trabalho realizar uma análise crítica ao Neoliberalismo Econômico, que traz consigo um emaranhado teórico e ontológico, abarcando além da esfera econômica, os contextos geográficos, sociais, políticos e culturais.

Desta forma cabe uma análise desse sistema econômico enquanto gigante, pois seus braços alcançam a todos, ou seja, este, assim como a fase liberal que o precedeu, não emerge e ocorre em escala local, porque surge na esfera global e, em simultâneo, seu impacto em diferentes escalas geográficas, regulando nossas práticas, pautadas na individualidade, competição acirrada, nos ataques a unidade da classe trabalhadora e na produção de uma nova subjetividade, a *racionalidade* neoliberal.

Para isso, dividimos o texto em três partes. Na primeira apontamos uma breve discussão sobre o neoliberalismo, e suas características nefastas.

Na segunda abordamos a mulher[1] (independente de qual sexo for, focaremos na questão de gênero e não de sexo biológico, em que escapamos do determinismo biológico, mas não da compulsão cultural que utiliza o sexo para padronização comportamental e o estabelecimento de normas) e o trabalho, tanto o trabalho social, quanto o trabalho doméstico, e como as desigualdades de gênero se fortalecem e assumem uma nova roupagem, acentuando condições de exploração, delineando estereótipos de mulher ideal, que reforça situações de submissão e opressão a partir da racionalidade neoliberal.

E, na terceira parte, elaboramos uma reflexão acerca da padronização dos corpos, reforçada e amplamente divulgada através da mídia, que possui um caráter ideológico, que movimenta muito dinheiro, faz com que as mulheres vivam constantemente processos de negação do eu, odiando aos seus próprios corpos, a busca incessante por cirurgias plásticas e/ou procedimentos estéticos, a perda da autoestima e o pior de tudo a perda da autonomia, da fala, e da vontade de lutar.

Neoliberalismo: o gigante manipulador

A atual fase do modo de produção capitalista, o neoliberalismo se assemelha a um gigante, abarcando a tudo e a todos, porém algumas parcelas da sociedade o sentem de forma mais cruel. A busca pelo capital atropela e esfacela o "humano", fazendo com que o homem se torne parte do capital.

[1] Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (Beauvoir, 1967).

> O que hoje chamamos de crescimento é, na realidade de uma proliferação cancerígena e sem rumo. Vivemos atualmente um delírio de produção e de crescimento que se parece com um delírio de morte. Ele simula uma vitalidade que oculta a proximidade de uma catástrofe mortal. A produção se assemelha cada vez mais a uma destruição. É possível que a autoalienação da humanidade tenha atingido um grau que ela experimentará seu próprio aniquilamento como um gozo estético. (Han, 2021, p.07)

Consciência, solidariedade, empatia, igualdade, equidade e tantas outras palavras são trocadas pela busca desordenada por cifras, pelo consumismo, aniquilando existências, e em breve, se continuarmos neste mesmo caminho, a nossa própria.

> O neoliberalismo é a *razão do capitalismo contemporâneo*, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral da vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens, segundo o princípio universal da concorrência (Dardot e Laval, 2016, p.17).

Pensar em concorrência diante de uma sociedade com setores extremamente heterogêneos, como é o caso da realidade latino-americana, em geral, e brasileira, em particular, é inviável e deixa claro que segmentos serão dissolvidos e/ou colocados à mercê de políticas sociais, para a garantia de acesso mínimo a direitos fundamentais de sobrevivência, mitigando, talvez, as carências, mas, obviamente, não resolvendo problemas da desigualdade, já que esta é inerente à lógica neoliberal.

Esta "nova razão do mundo", conforme Dardot e Laval (2016), é uma nova forma de governar, que não mais trabalha a questão disciplinar e punitiva, mas trabalha na questão da liberdade individual ou como a leitura de Foucault (2008), esta nova arte de governar "que tem por função, produzir, insuflar, ampliar as liberdades, inserir um "a mais" de liberdade por meio de um "a mais" de controle e de intervenção", racionalizando, desta forma, a vida cultural, social e econômica, levando o indivíduo a ser o empreendedor de si mesmo.

> É nisso que o governo requer liberdade como condição de possibilidade: governar não é governar *contra* a liberdade ou a *despeito* da liberdade, mas governar *pela* liberdade, isto é, agir ativamente no espaço da liberdade, dando aos indivíduos, para que estes venham a conformar-se por si mesmos a certas normas. (Dardot e Laval, 2016, p.19)

O ser humano passa por um processo de desconstrução e reconstrução. Ele renasce a partir da racionalidade neoliberal. Ele é agora parte inseparável do capital, auto investidor, empreendedor, gestor de si mesmo, e ao mesmo tempo, mais fácil de governar. Agora não mais pela dor, pela disciplina normativa, mas por um crescimento e desenvolvimento econômico sem fim. Agora o "gado caminha feliz, rumo ao matadouro". A vítima aplaude de pé o seu algoz. O sacrifício se dá de bom grado. Em nome da liberdade, perdemos a liberdade.

> A ideia de liberdade "degenera assim em mera defesa do livre empreendimento", que significa "a plenitude da liberdade para aqueles que não precisam de melhoria em sua renda, seu tempo livre e sua segurança, e um mero verniz de liberdade para o povo, que pode tentar em vão

> usar seus direitos democráticos para proteger-se do poder dos que detêm a propriedade" [...] Perdem-se as boas liberdades e as más liberdades assumem o controle (Harvey, 2008, p.23).

A partir da análise da liberdade, da concorrência e competitividade e do indivíduo empresário de si mesmo, nos deparamos com outra característica destrutiva que o neoliberalismo possui: o individualismo e a negação do outro.

O fato da concorrência entre os homens, visto que, cada um se torna uma partícula individual do capital, aliado a desconsideração do social por parte da governabilidade neoliberal, as vulnerabilidades de outrem se tornam tolas e há o constante ataque a coletividade, pois, há a crença ridícula que o sucesso ou fracasso depende exclusivamente do eu, através do mito da "ascensão social" pelo esforço pessoal, culpabilizando o indivíduo pela sua vulnerabilidade social, pois não trabalhou o suficiente, não atendeu ao velho ditado "de que Deus ajuda quem cedo madruga", justificando a ausência dos "benefícios sociais", bem como as privatizações.

A ausência de Estado condiciona a livre concorrência no interior da classe trabalhadora, havendo a negação da universalização de direitos, onde as peculiaridades são representadas como conflitos de interesses. Porém, a realidade é o trabalhador empreendedor mobilizar-se para competir por ofertar a maior mais-valia aos donos dos meios de produção, ao invés de se reconhecerem como indivíduos e como classe. A racionalidade empreendedora impõe auto-exploração como mérito.

> O neoliberalismo tem procurado converter-se em senso comum: o antiestatismo espontâneo do povo é reforçado pela ideia de um Estado causador da

> crise; Estado que para proporcionar previdência social, cobra altos impostos; Estado que, para alimentar uma grande burocracia ineficiente e Estado que tem protegido exageradamente os trabalhadores sindicalizados (Toledo, 2002, p.81).

O que nos leva a pensar a ideia de Estado mínimo, seria mínimo em qual aspecto? Permitindo a liberdade necessária aos agentes econômicos, que segundo os neoliberais é a forma de garantir o desenvolvimento, bem como, renunciando a qualquer forma de atuação econômica direta por meio de empresas estatais, o que leva a privatização destas. Restando ao Estado apenas a garantia de serviços mínimos, porém estratégicos à classe social dominante e sobretudo exclusivos, tais como: policiamento, forças armadas, poderes executivo, legislativo e judiciário etc. O que deixa claro a resposta para nosso questionamento!

O Estado seria mínimo para a população, principalmente no que tange às políticas sociais, saúde, educação e saneamento, e "máximo" no que diz respeito ao suporte quando se refere ao processo de acumulação e do capital financeiro internacional.

Conforme Toledo (2002), a atual interface do modo de produção capitalista, o neoliberalismo combina perfeitamente ideologias conservadoras no plano cultural, acentuando valores tradicionais como pátria, família e autoridade. Além destes valores, é possível identificar outros pressupostos para racionalização das desigualdades sociais, ou seja, o racismo e o sexismo. Neste sentido, damos continuidade ao nosso trabalho buscando compreender como se dão as relações de gênero dentro do Estado neoliberal, algumas confluências da interface liberal do modo de produção capitalista e as consequências do neoliberalismo na vida das mulheres.

Exploração e divisão sexual do trabalho

Em geral, nas pesquisas históricas sobre famílias e populações na América Latina, as mulheres estão sempre envolvidas nos espaços domésticos e nos cuidados e tarefas domésticas, evidenciando uma dinâmica de intensa atividade e mobilidade urbana, além de um alto índice de mulheres chefes de família. É importante considerar esta situação que existiu ao longo dos séculos XIX e XX porque torna visível a presença da mulher em todos os níveis da vida social desde o lar, como provedora da família - houvesse ou não presença masculina nela. Portanto, a contribuição feminina é valiosa para que os homens possam realizar com sucesso o seu trabalho nas diversas áreas socioculturais.

Iniciaremos nossa reflexão sobre como o modo de produção capitalista negligencia a existência da mulher, passando por aspectos da exploração sexual do trabalho e chegando à própria divisão sexual do "sonhar", do lúdico.

Diante de tantas referências acerca da divisão sexual do trabalho, optou-se por tratar deste tema à luz das contribuições de Ângela Davis, fazendo um breve resgate deste fator social como componente nas articulações do modo de produção capitalista, ainda na fase do liberalismo.

Entende-se que a divisão sexual do trabalho é um aspecto dos desdobramentos no transcurso da mão-de-obra escrava rural para a constituição de um proletariado fabril, fato ocorrido no exemplo estadunidense do final do século XIX. Davis (2016) enfatiza, portanto, a transição do tempo - espaço trabalho escravo rural feminino para um contexto urbano-industrial e um crescente

contingente de vulneráveis operárias sub-remuneradas e exploradas de forma contundente.

É possível considerar, em fragmentos, os componentes históricos da exploração de mão-de-obra escrava, onde as mulheres somavam à sua condição de unidade produtiva também o caráter de objeto de posse, forçadamente alijada da soberania do próprio corpo, submetida ao ideal de supremacia dos donos dos meios de produção.

A violação contra o corpo da mulher escrava, por todas as vias de abuso, teve o intuito de agredir, intimidar, aterrorizar e determinar seu lugar.

> Se elas conseguissem perceber a própria força, o forte desejo de resistir, os violentos abusos sexuais - é o que os proprietários devem ter raciocinado - fariam com que elas se lembrassem de sua essencial e inalterável condição de fêmeas" (Davis, 2016, p.37).

Na perspectiva da periferia do sistema capitalista, o modelo de produção nos seus processos de transição campo-cidade respondeu a favor da ideologia da classe dominante local e dos países centrais. Tornou-se conveniente a ocorrência de um tipo de racionalidade com primazia sobre o lucro, operando em economias de dependência e arcaicas. Portanto, a força motriz produtora baseada em mão-de-obra escrava e o espaço de produção desde então foram cooptados e transfigurados para uma perspectiva de mercado global.

Em tempos de industrialização, na vida de mulheres escravizadas e das cativas "dona-do-lar" prevaleceram as representações e as ideologias mais apropriadas à sustentação do modo de produção. Frente a isso, é necessário lembrar o quanto organizaram-se atos de rebeldia, ações de fuga, contestações

políticas que demarcam, limites, soberania, territórios, lutas e protagonismo partindo do olhar feminino. O modelo escravagista do século XIX e seus utensílios, chicotes e correntes usados para coagir e dominar umas, tornaram-se metáforas e metonímias no lugar doméstico destinado às outras.

O alicerçamento do modo de produção capitalista seguiu, mesmo que diante dos desdobramentos do feminismo, nas lutas por direitos, em predominância dos interesses da burguesia.

Conforme Davis (2016), é fato a ocorrência de um discurso de segregação racista dentro de alguns setores do movimento feminista estadunidense, do final do século XIX, como no exemplo do National American Woman Suffrage Association. Naquele tempo mais valeu, na essência de racionalidade capitalista, a garantia de desigualdades concomitantes aos avanços da classe burguesa, para já no início do século XX consolidar-se a comunhão do racismo e do sexismo em um só tempo-espaço.

O equivocado feminismo a serviço de um único recorte da luta social, o direito das mulheres ao voto (Argentina, 1947; Brasil, 1932), acarretou um potencial risco de contestação alheia à luta de classes. Aquilo que deveria ser pautado como peculiaridades e diferenças internas à classe trabalhadora passa a ser tratado como contradições de interesses. Logo, pode-se propor que a segmentação da classe trabalhadora seja inorgânica ou artificial na medida que é alheia à exploração imposta pelo capitalismo, negando a luta de classes e a organização dos trabalhadores.

Este modo fragmentador que o capitalismo induz à classe trabalhadora é fator constitutivo de espaços dos assédios. Trata-se do favorecimento ao modo de exploração dos corpos femininos, fazendo-os vulneráveis, de desdobramentos nos primórdios do

período escravagista e sempre com objetivo de constranger, aterrorizar e dominar.

> A existência generalizada do assédio sexual no trabalho nunca foi um grande segredo. De fato, é precisamente no trabalho que as mulheres - em especial quando não estão organizadas em sindicatos - são mais vulneráveis. Por já terem estabelecido a dominação econômica sobre suas subordinadas do sexo feminino, empregadores, gerentes e supervisores podem tentar reafirmar sua autoridade em termos sexuais. O fato que as mulheres da classe trabalhadora são mais intensamente exploradas do que os homens contribuem para sua vulnerabilidade ao abuso sexual, enquanto a coerção sexual reforça, ao mesmo tempo, sua vulnerabilidade à exploração econômica (Davis, 2016, p. 201).

Em busca de emprego e manutenção dele, as trabalhadoras mobilizam-se condicionadas para lograr alternativas ao universo de papéis sociais e direitos negados. A mão-de-obra feminina adentra ao espaço industrial, suas atribuições giram em torno da produção de mercadorias, produzem no viés de troca (e não de uso), em larga escala. Neste mesmo contexto, Davis (2016) refere que o paradigma capitalista do lucro valoriza estritamente o trabalho social e, mais ainda, nega reconhecimento às jornadas e atribuições domésticas.

> À medida que o capitalismo industrial se aproximava de sua consolidação, a clivagem entre a nova esfera econômica e a velha economia familiar se tornava mais rigorosa. A realocação física da produção econômica provocada pela expansão do sistema fabril foi, sem dúvida, uma transformação drástica. Contudo, ainda mais radical foi a revalorização generalizada da produção necessária ao novo sistema econômico. Enquanto os bens produzidos em casa tinham valor principalmente porque satisfaziam as necessidades básicas da família, a importância

> das mercadorias produzidas em fábricas residia predominantemente em seu valor de troca - em seu poder de satisfazer as demandas por lucro dos empregadores. Essa revalorização da produção econômica revelou, para além da separação física entre casa e fábrica, uma fundamental separação *estrutural* entre a economia familiar doméstica e a economia voltada ao lucro do capitalismo. Como as tarefas domésticas não geram lucro, o trabalho doméstico foi naturalmente definido como uma forma inferior de trabalho, em comparação com a atividade assalariada capitalista (Davis, 2016, p. 230).

O trabalho da historiadora feminista Silvia Federici*, "El Calibán y la bruja. Mujeres, cuerpo y acumulación originaria"* (2010) é uma referência analítica e teórica para este tipo de pesquisa. Seu recorte temporal são os séculos XVI y XVII, sobre *"La caza de Brujas"*, acontecimentos que marcaram os rumos dos processos sócio-históricos com o desennvolvimento de um novo modelo econômico, político e social que foi o capitalismo. É justamente quando o corpo da mulher é absorvido, encapsulado e disciplinado, que foi uma consequência do que se chamo "*Caza de Brujas"*, que coloca em relação permanente o surgimento do capitalismo, o descobrimento da América, a perseguição e caça às mulheres.

O objetivo era a construção de uma nova ordem patriarcal, que tornasse as mulheres servas da força de trabalho masculino, o que para Federici (2010) é de fundamental importância para o desenvolvimento do capitalismo. A partir da degradação social a que foram submetidas ao longo dos séculos XVI e XVII, as mulheres perderam espaço e todas as esferas do mundo social. Por exemplo, desvalorizadas como trabalhadoras, privadas de toda autonomia em relação aos homens, tivemos como resultado, o surgimento de um novo modelo de feminilidade: a mulher e esposa ideal, casta,

passiva, obediente, econômica, de poucas palavras e sempre ocupada com as tarefas e afazeres domésticos (Federici 2010).

Desde criança aprendemos que o menino pode ser bombeiro, policial, motorista de caminhão, criar gado em suas fazendinhas, ser médico, veterinário, dentista, mágico, cantor e apresentador de programas de televisão, podem ser representantes de Deus sendo padres. E, ah, não vamos nos esquecer: podem ser heróis também!! E salvar todo o universo com suas capas, escudos e espadas.

Então, nos frágeis papéis das "princesas dos contos de fadas, historicamente representadas por mulheres magérrimas, loiras, altas e de olhos azuis. Figuras, estas que, em sua maioria, não nos representam e que estão inertes em suas torres e castelos, esperando pelo príncipe encantado do cavalo branco, que vem para nos libertar desta vida monótona.

Podemos comprovar tal afirmação quando numa simples e rápida busca no Google®, digitando "brinquedos para meninas" e "brinquedos para meninos" (figuras 1 e 2 a seguir) ou a busca de "princesas de contos de fadas". O que encontramos repetem o que observamos ao realizar em uma atividade prática, por exemplo, indo até uma loja de brinquedos (figuras 4 e 5), encontramos divisões por gênero, em que o brincar passa a ter gênero definido, e o lúdico, passa a ter regras – "seção de brinquedos de meninos" e "seção de brinquedos de meninas". Nesta última, encontramos bonecas com as mesmas características do parágrafo anterior, bonecas do sexo feminino, brancas, louras e olhos claros, raramente uma boneca negra e nunca uma boneca indígena (quando se encontra, são estereotipadas).

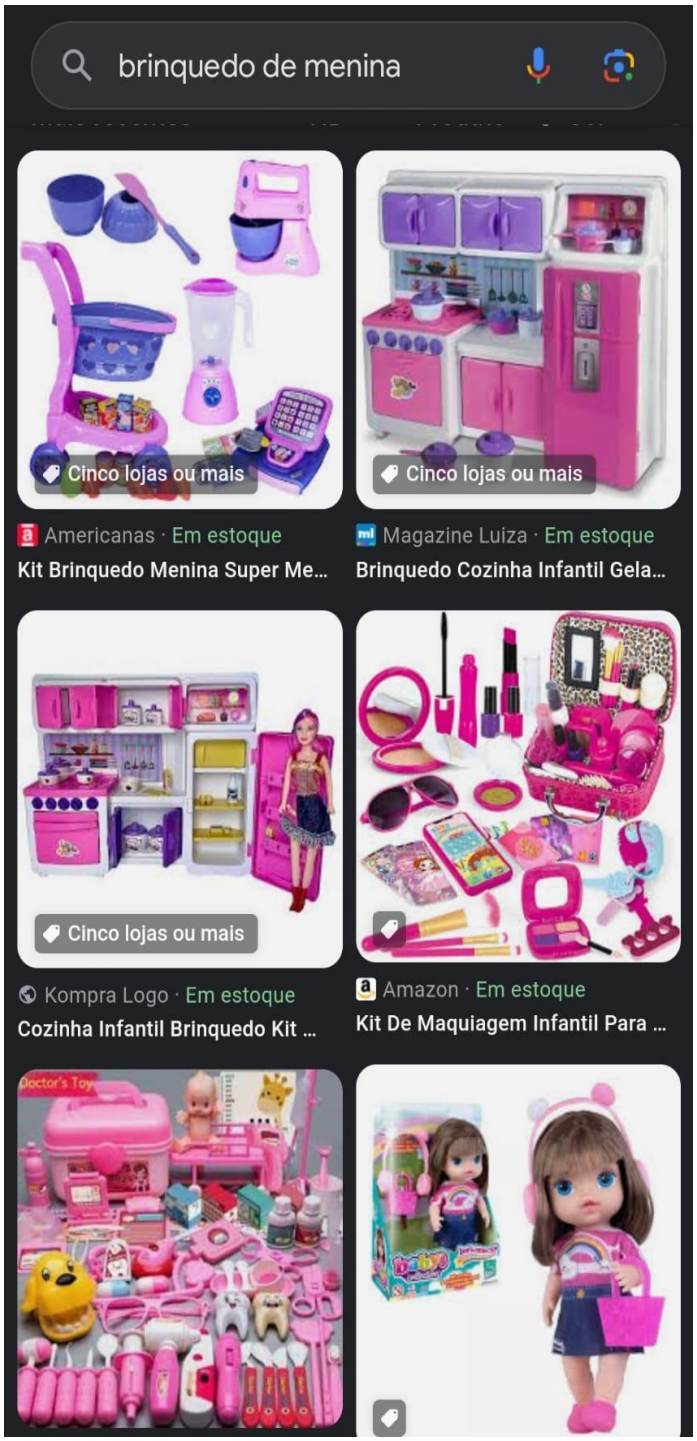
> A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas

> que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história. (Adichie, 2009, p. 14).

Enfatiza a autora acima citada, "É assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna", este fato é afirmado quando observamos as reproduções dos brinquedos em todas as lojas, (re)criando histórias únicas, que criam linhas de produção de seres humanos idênticos, sem identidade própria, cunhados a partir do massacre das culturas e tradições de seu próprio povo, que é inferiorizado, e despojado sutilmente de sua identidade.

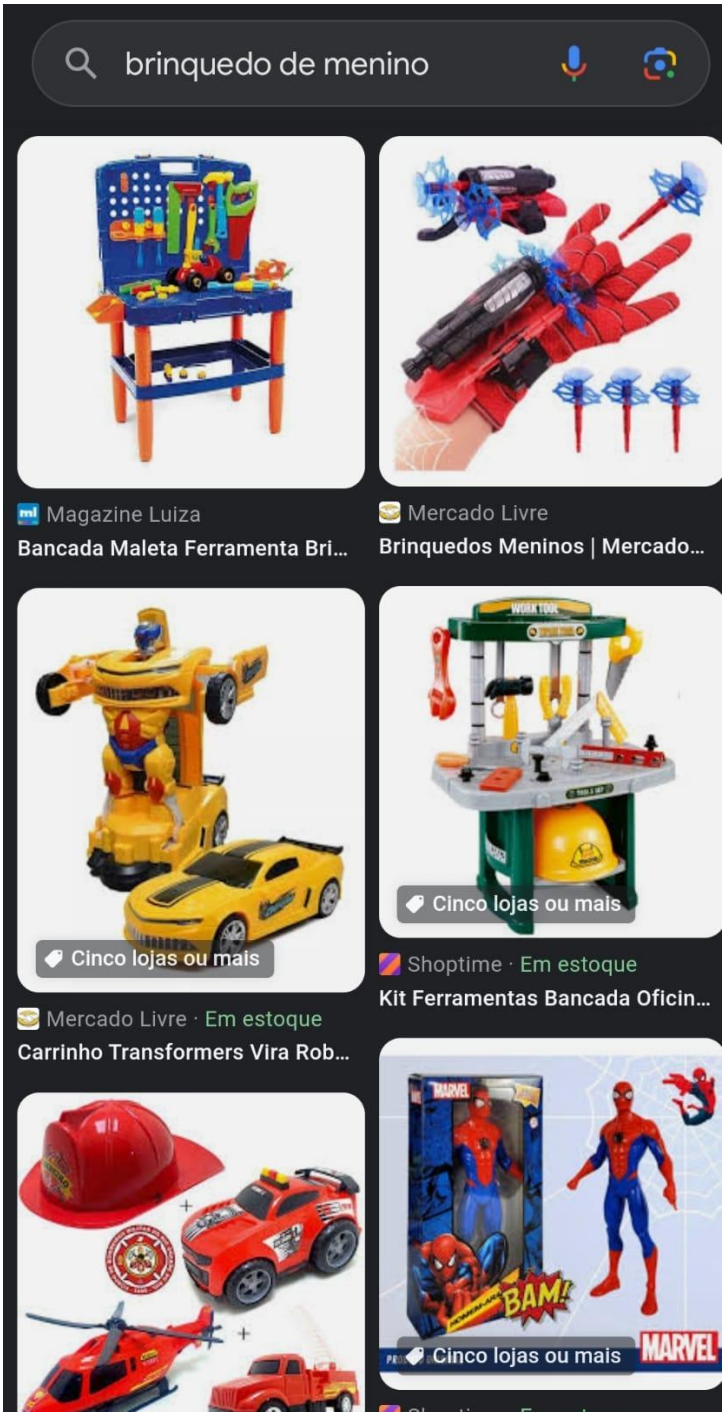
A população brasileira pode ser representada em sua maioria por pessoas com estas características? As mulheres brasileiras são princesas? Não são! Nem pretendemos ser, pois podemos ser o que quisermos, a qualquer tempo, espaço, sem limites e estereótipos. Não há necessidade de príncipes para nos resgatar. Desceremos da torre sozinhas, com a resistência que nos acompanha desde a ancestralidade, esta que é negra, indígena, crioula e mulher!

Figura 1 – Brinquedos de Meninas



Fonte: www.google.com, 2024

Figura 2 – Brinquedos de Meninos



Fonte: www.google.com, 2024

Figura 3 – prateleira de brinquedos para meninas



Fonte: Trabalho de Campo. Autores (2023).

Figura 4– prateleira de brinquedos para meninos



Fonte: Trabalho de Campo. Autores (2023).

Por qual razão esta divisão entre brinquedos e brincares? Se todos são crianças? Obviamente porque há algo subjetivo nesta "brincadeira de mal gosto"?

> Quando tornamos consciente a diferença na rotina imposta pela construção da divisão do trabalho entre homens e mulheres, entendemos a luta pelo fim das divisões dos brinquedos e brincares entre meninas e meninos. Por que um menino não pode brincar de boneca (e por que não existem bonecos?) se eles terão filhos? Por que a cozinha é um brinquedo que só é presenteado a meninas? Meninos não comem? Segundo dados da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) mesmo em países desenvolvidos as mulheres gastam quase o dobro do tempo que os homens em serviços domésticos e trabalho não remunerado. A jornada diária de trabalho é similar: homens trabalham oito horas em média e mulheres sete horas e quarenta e cinco minutos. A diferença é que desse conjunto de horas, os primeiros trabalham duas horas e vinte e um minutos sem remuneração, e as mulheres quatro horas e trinta. Ainda que a diferença de acesso às profissões esteja sendo reduzida, o abismo existente com relação ao trabalho não remunerado não acompanha esta tendência. No Brasil, segundo dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) essa diferença é ainda maior: as mulheres brasileiras gastam em média, 26,6 horas semanais com trabalho doméstico, enquanto os homens dedicam apenas 10,5 horas (D'Ávila, 2019, p. 102).

Ainda, antes de adentrarmos ao mercado de trabalho, na adolescência, quem são os responsáveis pelas tarefas domésticas? Obviamente, as meninas. Isto faz com que tenham menos tempo de dedicação aos estudos em relação aos meninos. Não podendo nos esquecer, ainda, o quanto as relações de gênero, são interligadas com relações de classe, raça e etnia, mas para não focarmos em situações específicas, devido às limitações deste trabalho,

consideramos que existem peculiaridade, não somos todos iguais (experiências de mulheres negras e brancas, mulheres de classe média e proletárias, heterossexuais e homossexuais), mas temos causas que nos unem, somos a classe trabalhadora e como nos diz D'Ávila (2019), em seu livro intitulado "Por que lutamos?".

A precarização das condições de vida da mulher tem fundamento no trabalho doméstico, nos empregos com baixas remunerações, e na tripla jornada que ganha invisibilidade, ou melhor, é reconhecida somente em sua parcela remunerada. Ou seja, há restrita recompensa e reconhecimento às atividades que produzem valor de troca. Aquelas atribuições dedicadas aos filhos e aos afazeres domésticos, mesmo que tratem de valor de uso favorável ao modo de produção capitalista, não são valorizadas. Pelo contrário, quando a vida da mulher é restrita às atividades domésticas acarreta submissão, opressão, negação da sua emancipação.

Dentro da racionalidade capitalista a maternidade é limitante à autonomia das mulheres, visto que os cuidados e a gestão da vida doméstica passam a ser tarefa imposta quase que exclusivamente às mulheres. Torna-se mais agravante no contexto neoliberal de Estado mínimo em que ausência de creches e escolas dificultam sobremaneira este processo. Também cabe ressaltar, ainda, que as mulheres ao decidirem não abandonar suas carreiras profissionais e/ou acadêmicas, para dedicar-se exclusivamente à família, ao lar, ao marido e aos filhos, sofrem julgamentos ao não alcançarem o ideal estereotipado, ou seja, a idealizada Amélia da canção de Ataulfo Alves e Mário Lago (1942), reproduzida por vários cantores da MPB:

Nunca vi fazer tanta exigência

Nem fazer o que você me faz
Você não sabe o que é consciência
Não vê que eu sou um pobre rapaz

Você só pensa em luxo e riqueza
Tudo o que você vê, você quer
Ai, meu Deus, que saudade da Amélia
Aquilo sim é que era mulher

Às vezes passava fome ao meu lado
E achava bonito não ter o que comer
Quando me via contrariado
Dizia: Meu filho, o que se há de fazer!
Amélia não tinha a menor vaidade
Amélia é que era mulher de verdade
(Alves e Lago, Ai que saudade da Amélia, 1942)

Quando há a inserção das mulheres no mercado de trabalho é possível alguma superação das opressões e submissões as quais estão condicionadas. Todavia, quando não possuem a própria renda estão em condições desfavoráveis à aquisição das competências e dos recursos necessários ao exercício da autonomia.

Tome minha boca pra que eu só fale
Aquilo que eu deveria dizer
A caneta, a folha, o lápis
Agora que eu comecei a escrever
Que eu nunca me cale
O jogo só vale quando todas as partes puderem jogar
Sou mulher, sou preta, essa é minha treta
Me deram um palco e eu vou cantar
Canto pela tia que é silenciada
Dizem que só a pia é seu lugar
Pela mina que é de quebrada
Que é violentada e não pode estudar
Canto pela preta objetificada
Gostosa, sarada, que tem que sambar
Dona de casa limpa, lava e passa
Mas fora do lar não pode trabalhar
A dona de casa limpa, lava e passa
A dona de casa
Não precisa ser Amélia pra ser de verdade
Você tem a liberdade pra ser quem você quiser

Seja preta, indígena, trans, nordestina
Não se nasce feminina, torna-se mulher
E não precisa ser Amélia pra ser de verdade
Cê tem a liberdade pra ser quem você quiser
Menos preta, indígena
Não se apropria
Quer ser preta dia a dia
Pra polícia cê num é
(Ferreira, Não precisa ser Améila, 2019)

Já é tarde, tudo está certo
Cada coisa posta em seu lugar
Filho dorme, ela arruma o uniforme
Tudo pronto pra quando despertar
O ensejo a fez tão prendada
Ela foi educada pra cuidar e servir
De costume, esquecia-se dela
Sempre a última a sair
Disfarça e segue em frente, todo dia, até cansar (uhu!)
E eis que de repente ela resolve então mudar
Vira a mesa, assume o jogo, faz questão de se cuidar (uhu!)
Nem serva, nem objeto, já não quer ser o outro, hoje ela é um também
A despeito de tanto mestrado
Ganha menos que o namorado e não entende o porquê
Tem talento de equilibrista
Ela é muita, se você quer saber
Hoje aos 30 é melhor que aos 18
Nem Balzac poderia prever
Depois do lar, do trabalho e dos filhos
Ainda vai pra night ferver
Disfarça e segue em frente, todo dia, até cansar (uhu!)
E eis que de repente ela resolve então mudar
Vira a mesa, assume o jogo, faz questão de se cuidar (uhu!)
Nem serva, nem objeto, já não quer ser o outro, hoje ela é um também
Uhu, uhu, uhu, uhu
Uhu, uhu, uhu
Disfarça e segue em frente
Disfarça e segue em frente, todo dia, até cansar (uhu!)
E eis que de repente ela resolve então mudar

> Vira a mesa, assume o jogo, faz questão de se cuidar (uhu!)
> Nem serva, nem objeto, já não quer ser o outro, hoje ela é um também
> (uhu!)
> (Leone e Mendonça, Desconstruindo Amélia, 2009)

A maternidade não é leve, linda como nos contos de fadas, mas dura na realidade, quando tudo pesa nas costas da mãe. Ao pai cabem poucas "obrigações" e várias fotos nas redes sociais, mas nunca, absolutamente nunca, se canse, pois quem cansa não é boa mãe. Quem divide não é boa mãe. E aquela que surta também não é.

E atualmente nos deparamos com uma outra questão, os corpos das mulheres mães, que ainda no puerpério, são cobradas pelo corpo que "não volta ao normal", os seios "caídos pela amamentação", as estrias e a cicatriz da cesariana, a flacidez vaginal após o parto natural, a mídia mostrando as famosas com a realidade desleal competindo com a mamãe normal, que é comparada e apontada em todo tempo.

A indústria da beleza, aposta em procedimentos como aponta o Dr. Nelson Piccolo em entrevista para o globo, que, atualmente, onde atua, há uma alta procura pelo Mommy MakeOver, procedimento realizado 6 meses após a amamentação, que se resume na realização de 3 cirurgias diferentes, em um mesmo ato cirúrgico (cirurgia na mama, abdominoplastia e lipoaspiração). "O procedimento tem o objetivo de reconstruir o formato do corpo.

Nesta toada maldita, seguimos com corpos cada vez mais perfeitos, e mentes cada vez mais atordoadas.

Beleza, opressão e o Mito da Beleza

Elucidados pelo Mito da Beleza de Naomi Wolf (1992), buscamos fazer uma análise de como o neoliberalismo utiliza de meios cada vez mais triviais, cruéis, pesadas e rígidas para aprisionar as mulheres e invalidar todas as grandes conquistas ao longo da história.

Conforme nos aponta Miguel e Biroli (2014), as formas de coerção social, antes ativadas pela valorização da maternidade, da castidade e da passividade agora, prescrevem comportamentos por meio de um ideal da "beleza", conforme afirma Wolf (1992) p.12:

> Cresceram em ritmo acelerado os distúrbios relacionados à alimentação, e a cirurgia plástica de natureza estética veio a se tornar uma das maiores especialidades médicas. Nos últimos cinco anos, as despesas com o consumo duplicaram, a pornografia se tornou o gênero de maior expressão, à frente dos discos e filmes convencionais somados.

A busca pelo corpo perfeito, implica sofrimento, baixa autoestima e pode trazer efeitos concretos na saúde das mulheres. Basta pensar nas cirurgias plásticas, dietas mirabolantes, a busca incessante pela "fonte da juventude", sendo estimulada e amplamente reforçada pelos meios de comunicação e publicidade, que são dispositivos para a reprodução ampla destes padrões, fortalecendo ideais e estereótipos.

Podemos dizer que hoje sofremos a opressão da ditadura da beleza, que movimenta muito dinheiro, de acordo com a Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica Estética (Isaps, na sigla em inglês), em 2022, o país ocupou o segundo lugar neste ranking, atrás apenas dos Estados Unidos.

Já em 2024 somam-se 2 milhões de procedimentos cirúrgicos , sendo os Estados Unidos e o Brasil os maiores números de cirurgiões plásticos de todo o globo.

A cirurgias mais procuradas atualmente em seu consultório são as de contorno corporal (ESTÉTICA), como lipoaspiração e abdominoplastia, e as cirurgias de mama nas mulheres.

> Feministas, inspiradas por Friedan, destruíram o monopólio dos anunciantes de produtos para o lar na imprensa popular feminina. De imediato, as indústrias da dieta e dos cosméticos passaram a ser os novos censores culturais do espaço intelectual das mulheres. Em consequência das suas pressões, a modelo jovem e esquelética tomou o lugar da feliz dona-de-casa como parâmetro da feminilidade bem-sucedida (Wolf, 1992 p. 14).

Qual seria o objetivo atualizado da opressão sobre os corpos femininos? Vivenciamos isto claramente em nosso dia a dia, quando não colocamos o biquíni na piscina, ou o shortinho, aquele vestidinho colado, quando cobrimos a barriga com a bolsa quando nos sentamos no restaurante, quando ficamos de mal com o espelho, quando nos envergonhamos em ir para a academia, sonhamos em fazer algum procedimento, para poder nos encaixar aos padrões de beleza.

> O mito da beleza não tem absolutamente nada a ver com as mulheres. Ele diz respeito às instituições masculinas e ao poder institucional dos homens. As qualidades que um determinado período considera belas nas mulheres são apenas símbolos do comportamento feminino que aquele período julga ser desejável. O mito da beleza na realidade sempre determina o comportamento, não a aparência. A juventude e (até recentemente) a virgindade foram "bonitas" nas mulheres por representarem a ignorância sexual e a falta de

> experiência. O envelhecimento na mulher é "feio" porque as mulheres adquirem poder com o passar do tempo e porque os elos entre as gerações de mulheres devem sempre ser rompidos. As mulheres mais velhas temem as jovens, as jovens temem as velhas, e o mito da beleza mutila o curso da vida de todas (Wolf 1992 p. 17).

Sendo fundamental a reflexão, quantos homens fazem o mesmo? Qual homem se envergonha de exibir sua "barriguinha de cerveja?". Isto vale para a velhice, para os pelos, para os cabelos, para as unhas. O corpo feminino segue como objeto de debate em todos os momentos, nossos corpos sempre são objetificados e através da quebra de nossa autoestima, perdemos a voz, nos escondemos, ou estamos enlouquecidas atrás da perfeição e esquecemos tudo o que realmente importa. O modelo de controle com base na racionalidade neoliberal não requer apenas mecanismos externos de coerção, é necessário anotar a internalização de mecanismos para autovigilância, auto exploração e autopunição, e não, isto não está relacionado a corpos...

Então, pensar o feminismo se faz deveras necessário neste cenário de obscuridade que estamos imersos:

> O Feminismo é mais que elucidação, crítica e luta. É também a conquista do direito de ser quem se é. Uma conquista comemorada a cada dia por quem se sente comprometido, em sua vida, com aqueles que não-puderam-ser-aquilo-que-poderiam-ter-sido em função de preconceito de gênero e sexualidade, de raça e de classe. É o feminismo que alerta para as formas de sujeição inscrita no gênero e sexualidade. Pensar o que chamamos de gênero e pensar também a sexualidade como mecanismo de opressão (Tiburi, 2019, p. 73).

Foi por meio dele que alcançamos a emancipação feminina, e é por meio dele que devemos buscar o desmonte das relações

opressivas do neoliberalismo, o feminismo traz voz a pessoas oprimidas, coagidas e humilhadas, dando poder de fala as vozes silenciadas (Tiburi, 2019).

> Quem te ensinou a odiar seu cabelo, seu nariz, a cor da sua pele? Quem te ensinou a odiar a sua imagem ou aparência? Ou, mais especificamente, quem acabou com a sua possibilidade de amar a si mesmo a partir daquilo que pode ser visto? (Malcom X, S/D).

Nesta entrevista Malcolm Little, mais conhecido como Malcolm X, fala sobre o ódio pelo próprio corpo, neste caso especificamente em relação ao preconceito de raça, mas muito pertinente quando se trata da padronização dos corpos, da padronização da beleza.

No universo feminino, entre todas as mulheres que conhecemos, seria raro encontrar alguma que esteja feliz com seu corpo, cabelos, pele e que não sonhe em mudar algo, para se sentir "melhor", porém isto é uma corrida, que não tem fim, pois a indústria da beleza está constantemente mudando padrões, fato que pode ser observado historicamente, porém esta realidade nunca foi tão aterrorizante, quanto é agora, enquanto estamos enfraquecidas pelo mito da beleza, não conseguimos ser livres para lutas coletivas.

Considerações Finais

O neoliberalismo se apresenta além das barreiras de um Projeto político e econômico, pautado no que tange ao mercado, em competitividade e eficiência. A liberdade tão amplamente defendida

pelos detentores do capital econômico, e para os detentores unicamente da força de trabalho, mostra a sua face sombria e aniquiladora de direitos, pelo ataque às políticas sociais e aumento das desigualdades.

A atual fase do capitalismo, ou interface neoliberal é possuidora de uma ideologia tão aterrorizante que aniquila não apenas corpos, mas aliena e faz com que a servidão ao sistema seja "por livre e espontânea vontade", simulando uma falsa sensação de liberdade e livre arbítrio, pautados na ilusão da meritocracia.

Dentro da racionalidade neoliberal o sucesso e o fracasso, o prazer e o sofrimento são pautados pelo discurso de empreendedorismo, de concorrência e autoexploração. A identidade social neoliberal compreende tudo o que nega a existência da classe trabalhadora, são apenas empreendedores e consumidores.

Quando nos voltamos para analisar a situação das mulheres, nos deparamos com um leque de desigualdades, além de vulnerabilidades que favorecem maior exploração, trata-se dos menores salários no mercado de trabalho, da invisibilidade do trabalho doméstico, da exclusiva obrigação na criação dos filhos, sem mencionar a "manutenção" da força-de-trabalho masculina.

Apesar das mazelas, a questão do trabalho social e a tarefa dos cientistas sociais em conjunto é importante no que tange a busca por autonomia, e a libertação de situações de opressão e submissão, e/ou até mesmo violência física, psicológica, material ou sexual, quando estão totalmente dependentes financeiramente do marido.

Devemos pensar no feminismo enquanto coletividade, em perspectiva antagônica ao neoliberalismo, afirmando, por exemplo, o debate acerca da não exclusividade feminina para atividades

domésticas e cuidados com os filhos, isto desde a primeira infância, fato fundamental para a emancipação das mulheres e para as lutas da classe trabalhadora.

Referências bibliográficas

ADICHIE, Chimamanda N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das letras. 2009

ALVES, Ataulfo e LAGO, Mário. **Ai, que saudades da Amélia**, 1942. Disponível em: https://www.letras.mus.br/ataulfo-alves/165620/.acesso em jul.2023

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: A experiência vivida* . Vol. 2. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. 1967.

DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo. 1ª. edição. 2016.

D`ÁVILA, Manuela. **Por que lutamos? Um livro sobre amor e liberdade**. São Paulo: Planeta do Brasil. 2019. 160p.

DAVIS, Ângela**. Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo. 2016.

FEDERICI, Silvia (2010). **El Calibán y La Bruja. Mujeres, cuerpo y acumulación originaria**. Madrid, Ed.Traficantes de Sueños.

FERREIRA, Bia. **Não precisa ser Amélia**. 2019. Disponível em: https://www.letras.mus.br/bia-ferreira/nao-precisa-seramelia. Acesso em jul.2023

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes: 2008.

HAN, B. **Capitalismo e impulso de morte: ensaios e entrevistas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

HARVEY, David. **Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola. 2008

ISAPS. International Society of Aesthetic Plastic Surger. Global Survey on Aesthetic/Cosmetic Procedures. 2024. Disponível em https://www.isaps.org/discover/about-isaps/global-statistics/reports-and-press-releases/global-survey-2022-full-report-and-press-releases/ Acesso em jun.2024.

LEONE, Priscilla Novaes (Pitty) e MENDONÇA, Martin. **Desconstruindo Amélia**. 2009. Disponível: https://www.letras.mus.br/pitty/1524312/ . Acesso em jul.2023

MALCOM X. **Quem te ensinou?** Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=TIEJJVEaRGk . Acesso em jul. 2023.

MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 12ª. Ed. 2019.

TOLEDO, Enrique de la Garza. In LAURELL, Asa (org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1995.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. Tradução: Waldea Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco. 1992.

Submetido em: 16 de abril de 2024
Devolvido para revisão em: 30 de maio de 2024
Aprovado em: 15 de junho de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3486

Como citar:
MADUREIRA DA SILVA, K.; OVIEDO, N.; BERGAMIN VIEIRA, A.; VITAL DOS SANTOS JÚNIOR, A. BELA, RECATADA E DO LAR: SE NÃO OS SOU, AINDA SOU! EXISTÊNCIA E RESISTÊNCIA DAS MULHERES NO CONTEXTO NEOLIBERAL. **Terra Livre**, São Paulo, ano 39, v.1, n.62, jan.-jun. 2024, p. 286-315. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3486. Acesso em: dia/mês/ano.

O "LUGAR DO 'ÍNDIO'" NA REDEMOCRATIZAÇÃO: OS POVOS INDÍGENAS NA PALAVRA DOS PRESIDENTES ENTRE 1988 E 2015

THE 'ÍNDIO'S PLACE' IN THE REDEMOCRATIZATION: INDIGENOUS PEOPLES IN THE WORDS OF THE PRESIDENTS BETWEEN 1988 AND 2015

EL 'LUGAR DEL INDIO' EN LA REDEMOCRATIZACIÓN: LOS PUEBLOS INDÍGENAS EN LAS PALABRAS DE LOS PRESIDENTES ENTRE 1988 Y 2015

Francisco Bernardes de Oliveira.

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (PPGEO/UFMG)
E-mail: francisco.hbo@gmail.com

Resumo: Historicamente e de maneira reiterada, os povos indígenas são associados ao passado. Constituintes de uma "origem mítica" da nação ou como "testemunhos de etapas rudimentares da humanidade", "objeto de uma história que antecedeu o Brasil e lhe é visceralmente estranha". E, desta forma, representando um "obstáculo" para que a nação se lance de vez ao futuro, o atraso que necessita urgente e constantemente ser superado. Este artigo se origina de uma pesquisa maior que teve por objetivo específico apresentar a análise de sentidos relativos à "nação" e aos "povos indígenas" identificados nos pronunciamentos de posse dos Presidentes da República do Brasil, entre 1988 e 2015. Esperamos estabelecer aqui, a partir dos resultados alcançados durante a pesquisa, um "pequeno perfil do 'índio'" identificado naqueles pronunciamentos.

Palavras-chave: Povos indígenas, Nação, redemocratização, Presidentes, análise do discurso.

Abstract:
Historically and repeatedly, indigenous peoples have been associated with the past. Constituting a "mythical origin" of the nation or as "witnesses to rudimentary stages of humanity," "objects of a history that preceded Brazil and is fundamentally alien to it". And thus, representing an "obstacle" for the nation to fully embrace its future, or the delay that urgently and constantly needs to be overcome. This article originates from a larger research project aimed at presenting the analysis of meanings related to “nation” and to the “indigenous peoples” identified in the inaugural speeches of the Presidents of the Republic of Brazil, between 1988 and 2015. We hope to establish here, based on the results achieved during the research, a "small profile of the 'índio'" identified in those speeches.

Keywords: Indigenous peoples, Nation, redemocratization, Presidents, discourse analysis.

Resumen:
Histórica y repetidamente, los pueblos indígenas han sido asociados con el pasado. Constituyendo un "origen mítico" de la nación o como "testigos de etapas rudimentarias de la humanidad", "objetos de una historia que precedió a Brasil y que le es fundamentalmente ajena". Y así, representando un "obstáculo" para que la nación abrace plenamente su futuro, o el retraso que necesita urgentemente y constantemente ser superado. Este artículo surge de un proyecto de investigación más amplio destinado a presentar el análisis de los significados relacionados con la "nación" y los "pueblos indígenas" identificados en los discursos de posesión de los Presidentes de la República del Brasil, entre 1988 y 2015. Esperamos establecer aquí, basándonos en los resultados obtenidos durante la investigación, un "pequeño perfil del 'indio'" identificado en esos discursos.

Palabras-clave: Pueblos indígenas, Nación, redemocratización, Presidentes, análisis del discurso.

Introdução

Este artigo se origina da pesquisa de mestrado intitulada *O índio e seu duplo, Brasil: Nação e povos indígenas nos discursos presidenciais de posse (1988 – 2015)*, desenvolvida na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências (IGC)[1]. A partir da Análise do Discurso (AD), a dissertação teve por objetivo específico apresentar a análise de sentidos relativos à nação e aos povos indígenas identificados nos pronunciamentos de posse (PP) dos Presidentes da República do Brasil.

Como objetivo geral, procuramos compreender o *lugar* desses povos em uma suposta (re)construção da ideia de nação que se estabeleceria nas palavras dos presidentes durante o período de "redemocratização", que delimitamos entre 1985 e 2015. Com este artigo, esperamos estabelecer, a partir dos resultados alcançados durante a pesquisa, um "pequeno perfil do 'índio'" identificado naqueles pronunciamentos.

Historicamente e de maneira reiterada, os povos indígenas são associados ao passado. Constituintes de uma origem mítica (Toller, 2007) da nação ou como "testemunhos de etapas rudimentares da humanidade", "objeto de uma história que antecedeu o Brasil e lhe é visceralmente estranha" (Pacheco de Oliveira, 2016). E, desta forma, representando um "obstáculo" para que a nação se lance de vez ao futuro, o atraso que necessita urgente e constantemente ser superado (Ramos, 2012; Borges, J. C., 2014). Os PP, invariavelmente se remetendo ao passado, presente e futuro

[1] Pesquisa realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

da nação (Luz, 2014), nos possibilitam, portanto, pensar o "lugar do 'índio'" nos entendimentos, imaginários e "visões" sociais, políticas, históricas e ideológicas acerca de um "Brasil" contidas nas palavras dos Presidentes da República. Com a intenção de investigar a representação construída do "índio" nesses discursos, observamos nos PP o discurso abertamente *sobre* os povos indígenas, mas, também, as porções dos pronunciamentos que, não dizendo diretamente sobre o 'índio', evocam sua existência. Considerando que "em todo texto pode-se perceber a presença de um outro excluído, mas que o constitui" (Orlandi, 2007a, p. 138).

O artigo é organizado em três seções, além desta "Introdução". Em "Procedimentos metodológicos", contextualizamos nosso objeto de pesquisa e material empírico, métodos e metodologia seguida no percurso. Na seção "O 'índio' nos pronunciamentos de posse (1985-2015)", apresentamos os resultados obtidos, em conjunto com sua análise. Por fim, em 'Conclusões', há o esforço de consideração a respeito da pesquisa e dos resultados alcançados.

Procedimentos metodológicos

Para esta pesquisa, entendemos o pronunciamento de posse como um gênero específico de discurso, um rito de passagem (Luz, 2014). Conforme o sociólogo Marcelo Luz, é uma característica em comum aos PP deste período sua "subdivisão temática, de modo que contemplassem agradecimentos, rememorações do passado pessoal e do *passado da nação*, discussões sobre a *situação atual* do país e projeções para *futuras* melhorias" (Ibid., p. 46, grifo nosso). Como uma modalidade ou subtipo específico do discurso político (Charadeau, 2018), é possível, com base nesses pronunciamentos de

posse, pensar a articulação entre uma "questão nacional" e o que se habituou a chamar de "questão indígena".

Os pronunciamentos que compõem o *corpus* para a análise estão disponíveis para acesso, de forma transcrita, no site oficial da Biblioteca da Presidência[2]. Após a coleta do material, buscamos por menções diretas e nominais a termos previamente estabelecidos de acordo com o objeto de pesquisa. Os termos inicialmente buscados foram "indígena(s)", "índio(s)", "nativo(a)(s)", "originário(a)(s)" e "étnico(s)". Nesta etapa do processo, zero (0) resultados diretos foram obtidos na varredura dos pronunciamentos dos 4 primeiros ex-Presidentes, Tancredo Neves (TN, 1985), José Sarney (JS, 1985), Fernando Collor de Melo (FCM, 1990) e Itamar Franco (IF, 1992). Nenhum desses presidentes menciona os povos indígenas de forma direta ou nominal, dentro da margem dos termos utilizados ou outra observada durante a análise.

Começando com Fernando Henrique Cardoso (FHC), observamos uma mudança. Na transcrição do pronunciamento de posse de seu primeiro mandato (FHC1), em 1995, identificamos em duas ocasiões a ocorrência da palavra "indígenas". No segundo pronunciamento de FHC (FHC2), em 1999, há uma ocorrência única da palavra "índios"; nenhum resultado com os demais termos. Na transcrição do pronunciamento de posse de Luiz Inácio Lula da Silva (L1), 2003, identificamos em uma ocasião a ocorrência da palavra "indígenas". Em seu segundo pronunciamento (L2), 2007, uma nova ocorrência da mesma palavra, também uma única vez. Em Dilma

[2] Os pronunciamentos presidenciais de posse utilizados como fonte no trabalho estão disponibilizados no site oficial da Biblioteca da Presidência da República, como consta ao final deste artigo. Única exceção é o pronunciamento do ex-presidente Tancredo Neves, coletado no livro de Bonfim (2004), listado junto às referências.

Rousseff (DR1), 2011, identificamos em uma ocasião a ocorrência da palavra "índios"; E em seu segundo pronunciamento (DR2), 2015, não obtivemos nenhum resultado em busca com os termos iniciais ou semelhantes.

Dada a parca presença de menções diretamente relacionadas aos povos indígenas, ao "índio", optamos por trabalhar pela ótica do "não-dito", conforme os estudos da linguista Eni Orlandi (2007b) sobre as formas do silêncio. Para Orlandi, diferente do "implícito", o silêncio é um "fator essencial como condição de significar" (Orlandi, 2007b, p. 12). Não é resíduo ou excrescência da linguagem – nem sobreposto pela intenção do locutor. O silêncio no discurso é necessário para a significação (a atribuição de sentido) do que é dito. Afinal, "todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer" (Idem).

De modo que o silêncio, ou o sentido do silêncio, é tão ou mais importante para entendermos os sentidos do dito no discurso desses presidentes quanto os sentidos que não estão silenciados. Atentemo-nos, então, às três dimensões do silêncio identificadas por Orlandi para observarmos os sentidos no discurso e nas formações discursivas dos pronunciamentos. Estas dimensões, quais sejam: o "efeito do um" ou da unidade: o que pertence ao "um", ao literal: *o que foi dito* (e pode conter o implícito ou não); o "não-um", ou da multiplicidade, o que é do múltiplo (*pertencente ao silêncio, silenciado*), sentidos outros – ou melhor, sentidos que "podem ser sempre outros" (Orlandi, 2007b, p.12); e a dimensão do "(in)definido", ou o (in)definir-se na relação das formações discursivas.

Tal perspectiva sobre as formas do silêncio no discurso, acreditamos, está afinada à noção de ideologia que usamos como base em nossa pesquisa, aquela elaborada pelo sociólogo sueco Goran

Therborn (1980). Para este autor, "as ideologias não funcionam como ideias ou interpelações imateriais" e sim

> [...] são produzidas, transmitidas e recebidas em situações sociais concretas, materialmente circunscritas, e através de meios e práticas de comunicação especiais, cuja especificidade material pesa sobre a eficácia da ideologia em questão (Therborn, 1980, p. 65, tradução nossa).

Therborn apresenta os três modos fundamentais de interpelação ideológica, com os quais as ideologias sujeitam e qualificam os sujeitos "dizendo-lhes, relacionando-os com, e fazendo-os se reconhecerem" (p. 15). 1) a relação entre "o que existe, e seu corolário, o que não existe" (Ibid). É isso o que, segundo o autor, ajuda-nos a adquirir um sentido de identidade, tornando-nos conscientes do que é real e verdadeiro; 2) a diferenciação entre "o que é bom, certo, justo, bonito, atraente, agradável e seus opostos" (Ibid., p. 16), a partir de que se estruturam e são normatizados nossos desejos; e 3), aquilo "que é possível e impossível", o "nosso sentido de mutabilidade de nosso ser-no-mundo e as consequências das mudanças são modelados e se confirmam nossas esperanças, ambições e medos" (Ibid.).

Uma vez que entendemos a linguagem como materialidade específica do discurso, e que o discurso se apresenta como "a materialidade específica da ideologia" (Orlandi, 2012, p. 83), cumpre observar os sujeitos que constroem o discurso e as narrativas sobre os indígenas no Brasil. Acreditamos que a construção ou imaginação de um coletivo "nação" implica, simultaneamente, na construção do outro "não-nacional" e, portanto, o apagamento dos povos indígenas existiria como pressuposto na consciência nacional (Orlandi, 1990). De forma que "qualquer discurso que refira à identidade da cultura nacional já tem inscrita a exclusão do índio, necessariamente, como

um princípio" (Ibid, p. 59). Conforme Orlandi, a ciência, a política social e a religião, legitimadas pelo Estado, mostram-se como formas de invalidar a identidade indígena como parte constitutiva da identidade da nação.

Ainda, afirmamos que a pretensão de uma "unidade indígena", e uma identidade do "índio" (um "índio" homogeneizado, genérico) é imprescindível à constituição da própria narrativa de uma "identidade nacional". A elaboração de um "sujeito outro" que não está submetido ao Estado (colonial ou nacional) e, portanto, não-brasileiro, ou melhor, não brasileiro *ainda*. Pois, como demonstra Marilena Chauí, a identidade nacional pressupõe também "a relação com o diferente" (Chauí, 2000, p. 22).

Assim, o trabalho de identificação do "lugar do 'índio'" nesses pronunciamentos foi feito notando o silêncio, conforme Orlandi, nas palavras dos presidentes. Para então, a partir da criação de uma rede de sentidos que, discursivamente, significassem os povos indígenas mesmo não dizendo sobre eles de imediato, fosse possível entender quais concepções sobre esses povos muniu o discurso presidencial nos anos de redemocratização.

Isso que chamamos de "rede de sentidos" foi composto, entre outras coisas e principalmente, pelos sentidos atribuídos pelos presidentes a "nação" e a "povo", tendo em vista, como mencionado, o apagamento destes "outros", indígenas, enquanto pressuposto da construção de uma ideia de "nacional". Outros dos principais termos utilizados são aqueles relativos à "cultura", "raízes", "natureza", "terra" e "território" – e suas respectivas redes de sentidos (Oliveira, 2021).

O "índio" nos pronunciamentos de posse (1985-2015)

A princípio, identificamos três sentidos gerais, mais bem delimitados, que direta ou indiretamente são atribuídos aos povos indígenas nos pronunciamentos de posse analisados. São eles:

- O "índio" como "contribuidor" para o povo brasileiro, e para uma "cultura brasileira";
- O "índio" como "parado no tempo";
- O "índio" como "minoria", lado a outros grupos também identificados pelos presidentes como minorias, como a população negra e as mulheres.

Nos deteremos agora a cada um deles, individualmente.

O "índio" como "contribuidor"

Trata-se da noção de que o "índio" teria "contribuído" para a formação do povo brasileiro, e para a construção de uma "cultura brasileira". Tal representação dos povos indígenas como "contribuidores" não é exclusiva dos pronunciamentos presidenciais, muito menos do discurso político em específico. Está inclusa na historiografia brasileira[3] e contribui, ela própria, para que se estabeleça uma leitura "oficial" da formação histórica e social do Brasil e de seu povo a partir da inclusão dos povos indígenas e da população negra escravizada. O revés está no fato de que, no entanto, é uma "contribuição" que é recontada com foco em seus aspectos considerados "positivos". Inclusive em episódios que se nota a

[3] Estando presente, portanto, em livros didáticos, pareceres oficiais, relatos estrangeiros a respeito do Brasil, entre outras coisas. Cf. Sallas, 2010; Mello, 2018.

resistência desses grupos marginalizados ao processo "civilizatório" passa a ser compreendida como parte virtuosa de sua "participação" nesse mesmo processo.

Essa noção (ou este "sentido" atribuído aos povos indígenas) minimiza anos de dominação colonialista, violento, construído sobre e a partir de perseguição, conversões forçadas, mortes, estupros, torturas e escravização. Idealizando, assim, a "miscigenação brasileira", tese central na historiografia do Brasil. Nossa miscigenação teria sido, então, uma "troca entre pares", negros e índios contribuindo "de boa vontade" para a formação de um povo único. "Influência", "contribuição", "misturas", são todas palavras que servem, nesse encadeamento, para amenizar e minimizar a realidade.

Como ideologia, por fim, essa noção produz significados e valores a respeito da formação social brasileira, permitindo que uma sociedade hierarquizada, conflituosa e diferente entre si, além de culturalmente variada, seja compreendida como integrada e culturalmente individualizada. Alimenta o sentimento de comunidade nacional ao imaginar uma identidade brasileira resultante da comunhão harmoniosa entre as "três raças"[4].

Para que isso aconteça, o sentido do "'índio' como contribuidor" para o povo e para uma "cultura brasileira" se vale do conceito de "raça" como fator definidor de cultura. Tal concepção do povo e da cultura brasileira resultante da "mistura de três raças" generaliza a ideia destas "raças" (que seriam, na realidade,

[4] A fábula das três raças "[...]*se constitui na mais poderosa força cultural do Brasil, permitindo pensar o país, integrar idealmente sua sociedade e individualizar sua cultura*. [...] (Hoje trata-se de) uma ideologia dominante: um sistema totalizado de ideias que interpenetra a maioria dos domínios explicativos da cultura." (DaMatta, 1987, p. 69, grifos nossos).

agrupamentos culturalmente complexos), negando sua constituição muitas vezes contraditória. No caso dos povos indígenas, em especial, negando que aquilo que seria uma "raça indígena" é formado por diferentes grupos e etnias, cada um deles com suas especificidades e diferenças socioculturais, coletiva e individualmente.

Encontramos nos pronunciamentos presidenciais exemplos de discursos que reforçam essa concepção do "mito das três raças". No primeiro pronunciamento de Fernando Henrique Cardoso, o termo "indígena" é utilizado como representação da unidade desses povos. Está relacionado ao que FHC descreve como uma "tradição indígena" – correspondente nativo ao que seriam uma "tradição ocidental-portuguesa" e uma "tradição africana".

> (FHC1) Nós, brasileiros, somos um povo com grande homogeneidade cultural. Nossos regionalismos constituem variações da nossa cultura básica, nascida do encontro da tradição ocidental-portuguesa com a africana e a indígena (Cardoso, 1995, n.p.).

O uso de "tradição", nesse contexto, serve também tratar da "contribuição indígena e africana" para a "cultura básica brasileira" de uma forma mais abrandada. Sugere que, a partir de uma convivência sempre pacífica e sem conflitos, costumes, comportamentos, memórias, crenças e mitos indígenas e africanos, parte de sua "cultura", são "passados, transmitidos" ao "povo brasileiro" por "ancestrais" daqueles povos. O ex-presidente diz, ainda, a respeito de como "somos um povo com grande homogeneidade cultural" e que "nossos regionalismos constituem variações da nossa cultura básica, nascida do encontro" dessas três tradições. Ao optar por "encontro", FHC nos dá mais um exemplo de

como a *forma* com que o processo colonial aparece no discurso desse presidente reforça a ideia da relação harmoniosa entre "raças".

Esse trecho do pronunciamento demonstra uma noção de cultura brasileira homogenia, "nossa cultura básica", mas também fala do que seriam culturas homogêneas de origem "ocidental-portuguesa" e africana como se lá à semelhança daqui tais "culturas" fossem uma coisa só. Como se não fossem resultado de um processo contínuo com base na relação entre diferentes e variadas "culturas" e em formações culturais, históricas e sociais diversas. Assim, os povos indígenas, para Cardoso, teriam "contribuído" para essa "cultura básica" brasileira, e também para a formação do povo, "emprestando" sua "tradição" e "raça".

Vemos um exemplo semelhante em Lula (L1, 2003), que, após descrever a "pluralidade" da nação, fala da "mestiçagem e o sincretismo que se impuseram":

> (L1) O Brasil é grande. Apesar de todas as crueldades e discriminações, especialmente contra as comunidades indígenas e negras, e de todas as desigualdades e dores que não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou uma obra de resistência e construção nacional admirável. Construiu, ao longo do século, uma nação plural, diversificada, contraditória até, mas que se entende de uma ponta a outra do Território. Dos encantados da Amazônia aos orixás da Bahia; do frevo pernambucano às escolas de samba do Rio de Janeiro; dos tambores do Maranhão ao barroco mineiro; da arquitetura de Brasília à música sertaneja. Estendendo o arco de sua multiplicidade nas culturas de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e da Região Centro-Oeste. Esta é uma nação que fala a mesma língua, partilha os mesmos valores fundamentais, se sente que é brasileira. *Onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram*, dando uma contribuição original ao mundo, onde judeus e árabes conversam sem medo, onde toda migração é bem-vinda, porque sabemos que em pouco tempo, pela nossa própria capacidade de assimilação e de bem querer, cada migrante se

> transforma em mais um brasileiro (Silva L, 2003, n.p., grifos nossos).

O ex-presidente ajuda a atenuar a ideia a respeito desses próprios processos, contraditórios, violentos, ao conferir a seus resultados sentidos positivos. Lula opta pelo uso de "impuseram", mas, apesar disso, a ideia geral é positiva: a de que esses dois processos, mestiçagem e sincretismo, forneceram uma "contribuição original" ao mundo. Identificar na "mestiçagem"[5] um dos traços positivamente fundamentais da formação social brasileira serve como uma maneira de "racionalizar" as diferenças internas do país, suavizando sua história.

Nos pronunciamentos presidenciais de posse analisados, pretender dar ao "povo" e "cultura" brasileiros um sentido homogêneo é visto também na palavra de outros presidentes. Tancredo Neves (1985), por exemplo, afirma que somos uma "sociedade nacional integrada", construída na busca por consenso. Ainda que não mencione diretamente os povos indígenas em seu pronunciamento, Tancredo o faz, em sentido subjacente: ao assegurar essa suposta "integração" da sociedade brasileira, o ex-presidente ajuda a construir um sentido de povo aproximado ao sentido construído por FHC: culturalmente homogêneo, coeso e com desejos e necessidades também unificados. Tancredo não fala sobre cultura ou identidade nacional, e nem sobre comunhão entre raças, mas sua interlocução com o "povo brasileiro" assegura que este tenha, ao longo do pronunciamento, uma conotação massificada e indistinta; um povo que, em suas palavras, é "digno e austero".

[5] É importante notar que a miscigenação racial no Brasil é, não raro, citada como confirmação cabal da "democracia racial" brasileira e como contraveneno do próprio racismo – o que, por sua vez, produziria um racismo especificamente nosso, à brasileira.

Ao falar de uma "sociedade nacional integrada", não admite em seu pronunciamento um sentido de nação e um sentido de povo que comportem uma multiplicidade de diferentes sentidos que não estejam, necessariamente, incorporados em uma única noção de povo e nação. Há certa cristalização, pela necessidade, de que, para haver nação, todos os povos sejam um mesmo povo. Mesmo ao admitir a existência de outros povos, ou outras culturas e identidades, torna-se impossível a concepção de uma sociedade unificada que seja, ao mesmo tempo, uma reunião de outras tantas unidades distintas entre si. Tancredo reforça o contrário: um entendimento rígido a respeito da unidade da nação e do povo – que traz consigo uma amostra da própria *necessidade* de uma unidade de nação e povo.

Em Sarney (1985-1990), é evocada, indiretamente, a mesma proposição a respeito da "comunhão de raças" levantada diretamente por FHC. Isso acontece nos trechos em que José Sarney louva "nossas raízes diversas – tantas raças e tantos povos", contribuidores de nossa "verdadeira identidade": a de brasileiros.

> (JS) A sociedade industrial gera valores materiais. *Os valores espirituais são destruídos* e não se criam outros. Pouco a pouco *o povo vai perdendo sua identidade*, fica à mercê da colonização cultural e *a nação se descaracteriza*. O Brasil, rico em sua cultura de tantas facetas e influências, mescladas e consolidadas na feição de *um país que se afirma nas tradições, no folclore, nas letras e nas artes, pouco a pouco definha, tragado pelo abandono e pela pobreza*.
>
> Lutar pela identidade e pela unidade cultural do País é t*arefa para nossa geração*. [...] Só assim *preservaremos nossas raízes diversas* – tantas raças e tantos povos – e só assim nos encontraremos com *nossa verdadeira identidade: a de brasileiros* (Sarney, 1985, n.p., grifos nossos).

Outra vez, a ideia de uma nova "raça" ou "identidade" brasileira, resultado da fusão de suas "raízes diversas, tantas raças e tantos povos", confere à colonização um sentido natural e inevitavelmente positivo. A utilização do vocábulo "raízes" também empresta sentidos positivos à "mistura de raças", uma vez que é carregado de seus próprios significados positivados – estes relativos à "tradição", "origens", "ancestralidade". Sarney também reforça a ideia de "cultura básica" brasileira, ainda que reconheça "formas locais e regionais".

Curiosamente, Fernando Collor (1991-1992) igualmente se utiliza do termo "raízes", mas ao dizer que as "lideranças da Europa" precisam reconhecer na América Latina aquela "parte do mundo em desenvolvimento onde as próprias *raízes são também europeias*".

> (FC) Continuarei exortando as lideranças dos países da Europa a reconhecerem na América Latina aquela parte do mundo em desenvolvimento *onde as próprias raízes são também europeias*. [...]
>
> Na Europa, Portugal será necessariamente o interlocutor mais próximo do Brasil. Esse é um fato que dispensa explicações. Afinal, *da ação histórica dos irmãos portugueses deriva nossa própria existência como Nação e como Estado.* [...] (Collor, 1990, n.p., grifos nossos)

Com a exaltação da "ação histórica portuguesa" da qual teria se originado o Brasil como nação e seu orgulho das "raízes europeias", Collor omite duas coisas, simultaneamente: primeiro, a presença dos povos indígenas – e também dos negros e demais imigrantes não-portugueses – na formação do Brasil. Segundo, que esta "ação histórica", na realidade material do processo colonial, estaria muito longe dos ares de "heroísmo" a ela atribuído por este presidente.

O "índio" como "parado no tempo"

Este sentido também não é exclusivo do discurso político e dos pronunciamentos desses presidentes. Faz-se presente no imaginário social brasileiro e alimenta a "imagem do índio" no senso comum, atrelado a sentidos que conferem aos "índios" um estatuto de "povo sem história", assim os atando permanentemente ao passado. O que é refletido na forma como o Estado e os governos se organizam em relação a esses povos no presente. Tem, como fim, a ideia de que existiriam aqueles "índios autênticos" ou "verdadeiros", estes que "mantêm sua cultura", em oposição a "falsos índios", irreversivelmente distanciados de uma "cultura original".

É conferido aos povos indígenas o estatuto de imutáveis e permanentes, anteriores e exteriores à nação. O "índio" que não vive como os "índios do passado" não seria um verdadeiro índio. Como escreve Souza Lima,

> Para o senso comum, mesmo de intelectuais e políticos, eles ou seriam [...] imagens de remotos momentos da colonização, modos de vida "intocados" pelo europeu, ou um simples capítulo da mistura singular brasileira (Lima, 2005, p. 236).

O sentido do "índio como contribuidor" para o povo e cultura brasileiros, também reforça este sentido de "povos do passado" ou "parados no tempo", uma vez que tal contribuição ocorreria "lá atrás", em um passado primordial, remoto. Povos que "contribuíram" para a formação do povo e da nação, portanto, não teriam reconhecida sua continuidade no presente, sendo restringidos ao passado. Qualquer mudança observada em seus "modos de vida tradicionais" – de comportamento, de fala, de vestimentas, entre outros, significa o abandono daquilo que compõe a imagem dos "índios" "originais", como descreve Lima, "nus, com penas, crianças,

ingênuos e brincalhões, eternamente dançando, canibais, sem fé, nem lei, nem rei, etc" (Idem). E então os povos indígenas de hoje passam a ser vistos como "inautênticos", sob uma condição de aculturados.

Sendo "índios aculturados", não cumprindo os "requisitos" de *ser índio*, eles não estariam aptos a seus direitos originários; por outro lado, sendo "índios autênticos" (correspondendo aos parâmetros dos "índios do passado") passam a ser alvo de investidas civilizatórias, "desindianizantes". Estão entre a cruz e a espada. Como escreve Souza Lima,

> Para que então reconhecer-lhes, além da letra da lei, direitos a bens que deveriam ser "nossos" para mitigar "nossos" problemas, resolver "nossa" desigualdade e "nosso" desenvolvimento periférico? Desse *nós-brasileiros* os indígenas estariam excluídos, pois quer correspondam aos índios dos "primórdios", quer sejam tão "misturados" (e isto pode significar terem acesso a e serem usuários de diversos signos da modernidade, inclusive a consciência de seus direitos como cidadãos) que não mais possam, na visão dominante, ser considerados "verdadeiramente" indígenas (Lima, 2005, p. 236).

A cultura de um povo é criada e constantemente reivindicada, alterada e transformada *para* que haja a afirmação de sua identidade étnica. Conforme Manuela Carneiro da Cunha (2009), a afirmação dessa identidade étnica não existe para se afirmar a cultura de um povo, e sim seu contrário. Assim, este segundo sentido atribuído aos povos indígenas carrega também o problema de condicionar a identidade étnica destas pessoas a uma ideia de cultura como algo permanente, que não pode nem deve se alterar.

A certa altura, FHC se refere aos "grupos indígenas" como *testemunhas vivas da arqueologia humana* e todos testemunhas da nossa diversidade". Por um lado, ao mencionar os "grupos indígenas,

Fernando Henrique supõe e pode ser que admita a existência da multiplicidade que os compõe: estes seriam vários *grupos*, diferentes entre si.

Podemos entender isso como uma maneira de reconhecer a diversidade (sociocultural, cosmológica, linguística) entre as diferentes etnias, grupos e comunidades que constituem o que chamamos povos indígenas ou "índios", além do entendimento destas pessoas em suas individualidades. Mas, no trecho mencionado, sobem à tona dois outros sentidos próximos e que reproduzem representações do "índio" no imaginário social brasileiro e em seu senso comum: os povos indígenas atrelados ao passado como "um povo sem história".

Como "testemunhas arqueológicas", os povos indígenas são localizados como parte daquilo que compreende o objeto de estudo da arqueologia, ciência conhecida nominalmente e por excelência como o "estudo daquilo que é antigo"[6]. É por meio dela que são estudadas sociedades e formas de organização antigas com a ajuda de "evidências históricas". Para que seja possível que esses "grupos indígenas" tenham testemunhado o passado, é preciso, portanto, que vivam nesse mesmo tempo.

Ao condicioná-los ao passado, o ex-presidente os aparta do próprio sentido de "povo" e de "Brasil", ambos, em seu pronunciamento, iminentemente relacionados ao futuro (o Brasil que "tem tudo para dar certo"). Encontramos que para Sarney e Tancredo, a partir de seus pronunciamentos, também os povos indígenas fariam parte de um passado estático, imutável. Para

[6] Resultante do grego *archaios*, que pode ser traduzido como "Antigo", "primal", e *logos*, que pode ser entendido como "fala", "razão" ou "estudo". Consultado em Merriam Webster (https://www.merriam-webster.com/dictionary/archaeology), acesso em 02/01/2024.

Sarney, assim como para Tancredo, a nação é também o próprio povo – e o povo brasileiro, para ambos, um resultado de uma "comunhão de raças". Assim, só passa a existir povo, e consequentemente nação, no Brasil, a partir e *por causa* dos portugueses que aqui desembarcaram. O que confere aos povos que habitavam o que *viria a ser* Brasil como permanentes em um tempo histórico específico e anterior.

Condicionar os "índios" ao passado imediatamente os situam como grupos ou indivíduos parados no tempo. Como testemunhas de um momento "pré-histórico" brasileiro, anterior a 1500. E com pouca ou nenhuma transformação histórica substancial desde então. Sociedades e grupos indígenas, e consequentemente suas culturas, línguas, costumes, seriam permanentes e imutáveis, incapazes ao mesmo tempo que vetados de se modificar ou se transformar.

O "índio" como "minoria"

Quando falamos a respeito de minorias sociais em relação aos povos indígenas nos referimos a grupos que "em situação de minoria, cointegram juntamente com uma maioria um determinado Estado" (Chaves, 1971, p. 149). Este sentido, encontrado nos pronunciamentos analisados, dispõe esses povos à condição de "minorias sociais" junto aos negros e as mulheres.

Significa que estes seriam grupos que representam não necessariamente minorias em quantidade, mas porções da população que, em relação a outras, se encontrariam em "desvantagem social". Isto é, porções da população a quem, historicamente, é vetada ou reduzida a participação nos processos de socialização. Assim, pois, tudo aquilo que se diz ou se planeje e execute a respeito desses grupos

acontecerá a partir de sua percepção como imediatamente marginalizados, em "desvantagem social". E como qualquer outra forma de generalização, tem como processo subjacente a estigmatização e discriminação.

A categoria "minoria" impõe aos grupos sob esta definição normas e maneiras específicas para agir e se comportar. Em outras palavras, é antes normativa do que descritiva. Até mesmo em relação a *como* estes grupos podem, ou devem, se posicionar, pensar e agir a respeito de seus próprios direitos. Por um lado, reconhecer que os povos indígenas se encontram em situação de dependência ou desvantagem em relação a grupos majoritários pode se mostrar de alguma ajuda. Por exemplo, servindo para que sejam pensadas ações específicas para questões relativas a esses grupos – o reconhecimento de direitos originários; de afirmação de sua identidade; formas específicas de educação e saúde.

Por outro lado, essa condição também reserva a esses povos a marca inevitável de *exteriores* a sociedade brasileira, de *outros.* Realçando, assim, as diferenças genéricas entre este "índio" do imaginário social – pertencente ao passado, primordial, sem história, "nus, com penas, crianças, ingênuos e brincalhões" (Lima, 2005, p. 236) – e o "brasileiro" idealizado. Tratá-los indiscriminadamente como minorias, sem apontar e contextualizar suas especificidades e intercessões, torna difusa também as diferenças internas daquilo que chamamos "povos indígenas". Seus contrastes étnicos e culturais, e também os diferentes processos, e diferentes relações, que trouxeram essas pessoas e grupos à condição mesma de "minorias".

Ao falar sobre nossas "raízes europeias" e sobre a "ação histórica dos irmãos portugueses", em trecho de seu pronunciamento, Fernando Collor, atribui aos portugueses a responsabilidade não

apenas pela "existência do Brasil" como uma nação, mas também como Estado. Estamos de acordo com Chaves (1971) quando o este autor afirma que o "fenômeno da minoria" só se torna possível, ao longo da história humana, com o aparecimento do Estado. Daí, refletimos: é também com a inauguração do Estado ou de uma forma de estado no Brasil que tal fenômeno debuta por aqui.

Vemos o uso desta categoria relacionada aos povos indígenas nos pronunciamentos de Fernando Henrique Cardoso, quando o ex-presidente diz dos "grupos indígenas" ao falar a respeito das intenções de seu governo em "assegurar com energia direitos iguais aos iguais". Depois, ao elencar aqueles que têm "seus direitos básicos desrespeitados", como as crianças, as mulheres, os negros e os índios. Torna-se *necessário* afirmar *especificamente* que serão assegurados os "direitos iguais" aos povos indígenas, como diz FHC, uma vez que são esses direitos, *especificamente*, os que foram sempre reiteradamente negados do ponto de vista constitucional.

No primeiro pronunciamento de Luís Inácio Lula da Silva, sucessor de FHC, vemos o uso de "comunidades indígenas".

> (L1) O Brasil é grande. Apesar de todas as crueldades e discriminações, especialmente contra as *comunidades indígenas* e negras, e de todas as desigualdades e dores que não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou uma obra de resistência e construção nacional admirável. Construiu, ao longo do século, *uma nação plural, diversificada, contraditória até, mas que se entende de uma ponta a outra do Território*. Dos encantados da Amazônia aos orixás da Bahia; do frevo pernambucano às escolas de samba do Rio de Janeiro; dos tambores do Maranhão ao barroco mineiro; da arquitetura de Brasília à música sertaneja. Estendendo o arco de sua multiplicidade nas culturas de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e da Região Centro-Oeste. *Esta é uma nação que fala a mesma língua,*

> *partilha os mesmos valores fundamentais, se sente que é brasileira* (Silva L, 2003, n.p, grifos nossos).

Está localizado em um parágrafo sobre o tamanho do Brasil e de "todas as crueldades e discriminações", "desigualdades e dores", de acordo com Lula, que "não devemos esquecer jamais". Essa lista de "adversidades", para ficarmos no lado mais brando dos substantivos, estaria reservada historicamente e sobretudo a grupos específicos. Quais sejam, as comunidades indígenas e negras, as "minorias sociais".

Em um parágrafo que começa aludindo ao determinismo geográfico de nossa identidade ("o Brasil é grande"), a menção aos povos indígenas indica uma noção a respeito da "determinação política e histórica" da formação social brasileira: nosso passado colonial e escravagista, e a herança permanecente dessas duas coisas. Herança esta que tem como um dos resultados a situação desses grupos na condição de minorias.

Considerações finais

Precisamos destacar que o "índio" identificado nesses pronunciamentos presidenciais de posse vai além dos três sentidos apresentados neste artigo. Porém, entendemos que são essas três formas de pensar os povos indígenas aquelas que permeiam todos ou quase todos os pronunciamentos analisados, criando assim um fio de continuidade que afina o pensamento social ao campo político nos anos de redemocratização.

Não raro, esses três principais sentidos estiveram simultaneamente presentes diretamente no pronunciamento de determinados presidentes. Em outros momentos, ajudaram a compor

sentidos tangenciais e identificados a partir de um ou de outro sentido direto relacionado aos povos indígenas.

Um outro sentido recorrente é a generalização dos povos indígenas como um "povo" único, homogêneo, o que não corresponde à multiplicidade étnica dos grupos indígenas do Brasil. Não corresponde a sua *diferença entre si*. Trata-se da reprodução do processo de homogeneização dos povos indígenas transformados em "os índios", estes que seriam "uns Outros diferentes de nós, mas iguais entre si" (Oliveira, 2021, p. 110).

Demais sentidos observados são aqueles que encerram os "índios" eternamente ao mito dos "habitantes da floresta", de selvagens e não-humanos. Entre outras coisas, isso auxilia no apagamento, material e social, de indivíduos, grupos e etnias que não estão restringidos geograficamente a essas localidades, como é o caso dos povos indígenas do Nordeste (Pacheco de Oliveira, 1993).

Alguns sentidos encontrados, no entanto, pareciam eventualmente apontar para direções mais animadoras. Lula (2003-2010), por exemplo, em escassos momentos, pinta conferir aos povos indígenas o lugar de "constitutivos" do povo brasileiro (que seria diferente entre si) para além da remota "contribuição" no caldeirão das raças. Como parte do povo, para Lula, os povos indígenas emprestariam mais que sua raça, suas "tradições", raízes ou sua cor, mas "resistência e capacidade de construir" um nacional.

Parece recusar também um sentido de cultura que seja "básico" ou tão somente resultante de uma "mistura", e abre a possibilidade de uma cultura "geral" brasileira que se acresce de suas particularidades – em que a soma é maior do que o todo. Dilma Rousseff (2011-2016), sua sucessora, reproduz em seu pronunciamento o antigo processo de homogeneização dos povos

indígenas, a diminuição de suas diferenças étnicas. Todavia, também parece admitir, em certos momentos, uma composição diversa de povo, entendendo o "índio", ainda que de forma genérica como agente da "ação transformadora" que faria o Brasil "cumprir seu destino".

Por fim, observamos um ponto importante: a manutenção ou herança no período de redemocratização de uma visão "militarista" a respeito dos povos indígenas impõe a esses grupos outros sentidos específicos. Um deles, o de "obstáculos" ao progresso. Outro, o estatuto de perigo à ordem nacional e à estabilidade institucional, justamente por se oporem a projetos que, em nome do desenvolvimento nacional, ameaçam a manutenção de seus direitos e também de sua vida.

Além disso, esse sentido de "obstáculos ao progresso" reforça o sentido anteriormente mencionado dos povos indígenas como "parados no tempo". Vistos como "oposição à ordem nacional", é deixado claro que o "lugar" reservado ao índio diante da nação é o de "contribuidor" passivo. Nada além que aquele que emprestaria sua cultura e sua "raça" para a formação de uma "cultura básica nacional". Como conclusão, notamos que, pelo interdiscurso, apesar de pequenas variações ao longo dos pronunciamentos, o "perfil do índio" traçado neste artigo é o que permanece de Tancredo Neves (1985) a Dilma Rousseff (2011-2016). Uma imagem geral relacionada imediatamente aos ideais de (re)construção da nação, ou de sua "refundação"; à defesa do que os presidentes entendiam como democracia; e às intenções relativas ao desenvolvimento e ao progresso do Brasil como nação.

O que concluímos, depois de uma extensa observação da forma como é construída a "imagem" dos povos indígenas no discurso das figuras maiores de uma república recém reencontrada com a

democracia é que, por séculos privados de participação ativa na construção do que Schwarcz e Starling identificam como a "história canônica" da nação (2015), os grupos, indivíduos e etnias que compõem esse coletivo genericamente chamado de "índios" estiveram não apenas sujeitos ao que se falou ou escreveu *sobre* eles, mas principalmente também aquilo que foi dito *por* eles, em seu nome. O discurso que fala *por* e *sobre* o "índio" o elimina socialmente e se materializa no emprego contínuo da violência, física ou simbólica, tendo como um dos principais objetivos a apropriação de suas terras (Oliveira, 2021).

Finalmente, no rastro dos resultados obtidos ao tentar responder nosso questionamento inicial quanto ao "lugar" ocupado pelos povos indígenas nos pronunciamentos dos presidentes – em especial, o "lugar" desses povos no discurso sobre nação no Brasil –, outros questionamentos surgiram. Em especial, a partir do que, durante a pesquisa, verificamos acerca do progresso, ou de uma ideia específica de progresso que atravessa o discurso dos ex-presidentes. Assim, encerramos este trabalho com algumas hipóteses ou conjecturas que podem se abrir em novos caminhos de pesquisa. A primeira dessas conjecturas é a de que existe e pode ser verificada uma continuidade entre diferentes governos no Brasil guiada por um "compromisso pelo progresso," mesmo que, como acontece entre o regime militar e a Nova República, se rompa os entendimentos sobre a nação e os valores democráticos.

Ainda que a fileira de presidentes "democráticos" tenha tentado, como percebemos, afastar-se das concepções autoritárias de seus antecessores, um ideal de progresso permanece como um elemento unificador na construção da ideia de nação – até onde observamos em nossa pesquisa. A manutenção desse ideal de

progresso realiza materialmente, dentre outras formas, na relação do campo político brasileiro com os povos nativos, as comunidades tradicionais e quilombolas.

Uma segunda conjectura, ou a continuidade da primeira, é a tese de que a relação do Brasil com os povos indígenas é mediada, antes de outras coisas, pelo citado "compromisso com o progresso" – que faria parte ele próprio de uma missão civilizatória geral que ocorre no território desde a chegada dos portugueses. De lá pra cá, a exploração e a produção foram prioridades que moldaram a sociedade brasileira fazendo com que os direitos indígenas, além dos próprios indivíduos, sejam frequentemente vistos como obstáculos, o que acaba por perpetuar conflitos e marginaliza, histórica e contemporaneamente, esses grupos.

Tal "compromisso pelo progresso", e esta é nossa terceira conjectura, também uniria governos antes e depois da "ruptura" de 2016, com a retirada de Dilma Rousseff e a chegada de Michel Temer ao poder – além da posterior eleição de Jair Bolsonaro, em 2018. Embora tenhamos observado diferenças nos compromissos nacionais e democráticos entre os governos pós-ditadura e o governo de Jair Bolsonaro, o "compromisso com o progresso" nos parece se manter como ponto de continuidade. O problema é, se não outro, que esse compromisso pode, muitas vezes, prevalecer sobre os valores democráticos e nacionais – e, não raro, prevalecer sobre o direito e garantias de povos e comunidades já primariamente escanteados.

Referências Bibliográficas

BORGES, Júlio César. **Feira Krahô de sementes tradicionais: cosmologia, história e ritual no contexto de um projeto de segurança alimentar**. 2014. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

BONFIM, João Bosco Bezerra. **Palavras de presidente: os discursos presidenciais de posse, de Deodoro a Lula.** - Brasília: Senado Federal, v.1, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique. (FHC1). **Pronunciamento oficial de posse.** 1995.

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/1o-mandato/1995-1/01-discurso-de-posse-no-congresso-nacional-brasilia-distrito-federal-01-01-95/view> Acesso em 21/08/2024.

CARDOSO, Fernando Henrique. (FHC2). **Pronunciamento oficial de posse.** 1999.

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/2o-mandato/1999-1/01.pdf/view> Acesso em 21/08/2024.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo, Ed. Contexto, 2018.

CHAVES, Luís de Gonzaga Mendes. Minorias e seu estudo no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 149-168., 1971.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

COLLOR, Fernando. (FC). **Pronunciamento oficial de posse.** 1990. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-collor/discursos/1990/01.pdf/view> Acesso em 21/08/2024.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo. Editora Cosac Naify, 2009.

DaMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora Vozes, 1987.

FRANCO, Itamar. (IF). **Pronunciamento oficial de posse.** 1992. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/itamar-franco/discursos/1992/05-10-1992-discurso-do-sr-itamar-franco-vice-presidente-no-cargo-de-presidente-na-cerimonia-de-posse-ministerial/view> Acesso em 21/08/2024.

LIMA, Antônio Carlos Souza. Os povos indígenas na invenção do Brasil: na luta pela construção do respeito à pluralidade. *In*: Carlos Lessa (Org.). **Enciclopédia da brasilidade: autoestima em verde amarelo**. 1a ed. Rio de Janeiro. Editora Casa da Palavra Produção Editorial. p. 235-247, 2005.

LULA DA SILVA, Luíz Inácio. (L1). **Pronunciamento à nação.** 2003. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2003/01-01-pronunciamento-a-nacao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-apos-a-cerimonia-de-posse.pdf/view> Acesso em 21/08/2024.

LULA DA SILVA, Luíz Inácio. (L2). **Pronunciamento à nação.** 2007. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/01-01-2007-pronunciamento-a-nacao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-posse/view> Acesso em 21/08/2024.

LUZ, Marcelo Giovannetti Ferreira. Os pronunciamentos presidenciais de posse: efeitos de auctoridade nos anos de chumbo e na reabertura política no Brasil. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n.3, p. 93-103, nov, 2012.

LUZ, Marcelo Giovannetti Ferreira. **Os sentidos de povo nos pronunciamentos presidenciais de posse: 1985 a 2011**. 2014. 171f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

MELLO, Regina Maria. Como se de escrever a história: Carl Martius no Século XIX e os editais atuais do Programa Nacional do Livro Didático. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 65-83, 2018.

OLIVEIRA, Francisco Humberto Bernardes de Oliveira. **O índio e seu duplo, Brasil: Nação e povos indígenas nos discursos presidenciais de posse (1988 – 2015)**. Dissertação de mestrado. Instituto de Geociências: Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2021.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007b.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas: Editora Pontes, 2007a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo**. São Paulo/Campinas: Editora Cortez/Ed. da Unicamp, 1990.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Silêncios: presença e ausência. **ComCiência**, Campinas, n. 101, 2008. Disponível em <http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542008000400007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 de agosto de 2020.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. A viagem de volta–reelaboração cultural e horizonte político dos povos indígenas no Nordeste. **Atlas das terras indígenas no Nordeste**, 1993.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro, Ed. Contra Capa, 2016

RAMOS, Alcida Rita. Indigenismo: um orientalismo americano. **Anuário Antropológico**, p. 27-48.2011-I, 2012.

ROUSSEFF, Dilma. (DR1). **Pronunciamento oficial de posse.** 2011. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-

presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-compromisso-constitucional-perante-o-congresso-nacional> Acesso em 21/08/2024.

ROUSSEFF, Dilma. (DR2). **Pronunciamento oficial de posse.** 2015. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-compromisso-constitucional-perante-o-congresso-nacional-1> Acesso em 21/08/2024.

SALLAS, Ana Luísa Fayet. Narrativas e imagens dos viajantes alemães no Brasil do século XIX: a construção do imaginário sobre os povos indígenas, a história e a nação. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 17, n. 2, p. 415-435, 2010.

SARNEY, José. (JS). **Pronunciamento oficial de posse.** 1985. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jose-sarney/discursos/1985/56.pdf/view> Acesso em 21/08/2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo, Ed. Companhia das Letras. 2015.

THERBORN, Göran. **La Ideologia del poder y el poder de La ideologia**. Cidade do México, Siglo Veintiuno Editores, 1980.

TOLLER, Heloísa. Bons e maus selvagens: a indispensável visão mítica no colonialismo/imperialismo europeu. *In*: **Ipotesi**, Juiz de Fora, vol. 11, n. 1, jan/jun, p. 113-124, 2007.

Submetido em: 5 de abril de 2024
Devolvido para revisão em: 31 de julho de 2024
Aprovado em: 25 de agosto de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3411

Como citar:
BERNARDES DE OLIVEIRA, F. O "LUGAR DO 'ÍNDIO'" NA REDEMOCRATIZAÇÃO: OS POVOS INDÍGENAS NA PALAVRA DOS PRESIDENTES ENTRE 1988 E 2015. **Terra Livre**, São Paulo, ano 39, v.1, n.62, jan.-jun. 2024, p. 316-344. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3411. Acesso em: dia/mês/ano.

INTRATERRITÓRIO TREMEMBÉ: INTERCULTURALIDADE DE SABERES GEOGRAFICOS NO CURSO PEDAGOGIA INTERCULTURAL CUIAMBÁ

TREMEMBÉ INTRATERRITORY: INTERCULTURALITY OF GEOGRAPHICAL KNOWLEDGE IN THE CUIAMBÁ INTERCULTURAL PEDAGOGY COURSE

TREMEMBÉ INTRATERRITORIO: INTERCULTURALIDAD DEL CONOCIMIENTO GEOGRÁFICO EN EL CURSO DE PEDAGOGÍA INTERCULTURAL CUIAMBÁ

Francisco Lucas de Sousa Lima
Mestre em Geografia. Professor formador do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena Tremembé da Universidade Estadual
Vale do Acaraú /Parfor/Equidade
Email: franciscoluks3d@gmail.com

Adriana Campani
Profa. Dra. Associada da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Email: adriana_campani@uvanet.br

Virginia Célia de Cavalcanti Holanda
Profa. Dra. Associada da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Email: virginia_holanda@uvanet.br

Resumo:
O Curso Pedagogia Cuiambá Magistério Intercultural Tremembé, oferecido pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, é analisado, nesse artigo, como um território de afirmação e legitimação da etnia Tremembé, contribuindo para a formação de novas territorialidades de conhecimento e pedagogias. Para realização dessa pesquisa, foram considerados o Projeto Político Pedagógico do curso, depoimentos de professores Tremembé, e produções acadêmicas dos alunos Tremembé. O conceito de "intraterritório" é explorado como uma forma de legitimação da presença indígena na sociedade, reivindicando acesso às instituições que historicamente os marginalizaram. O ingresso na universidade representa um desafio para as Instituições de Ensino Superior, que precisam reconhecer e valorizar outras formas de conhecimento. O "intraterritório" busca expressar a cultura, a cidadania e a ciência, tornando-se um espaço de reivindicação e legitimação da interculturalidade de saberes. O Curso Cuiambá ao reconhecer os saberes tradicionais indígenas, contribuiu para uma educação mais inclusiva e intercultural na universidade.

Palavras-chave: Interculturalidade; Saberes Geográficos; Educação Indígena; Ensino Superior; Decolonialidade.

Abstract:
The Cuiambá Intercultural Tremembé Pedagogy Course, offered by the State University of Vale do Acaraú, is analyzed in this article as a territory of affirmation and legitimation of the Tremembé ethnic group, contributing to the formation of new territorialities of knowledge and pedagogies. In order to carry out this research, the course's Political Pedagogical Project, testimonies from Tremembé teachers and academic productions by Tremembé students were taken into account. The concept of "intraterritory" is explored as a way of legitimizing the indigenous presence in society, claiming access to institutions that have historically marginalized them. Entering university represents a challenge for higher education institutions, which need to recognize and value other forms of knowledge. The "intraterritory" seeks to express culture, citizenship and science, becoming a space for claiming and legitimizing the interculturality of knowledge. By recognizing traditional indigenous knowledge, the Cuiambá Course has contributed to a more inclusive and intercultural education at the university.

Keywords: Interculturality; Geographical Knowledge; Indigenous Education; Higher Education; Decoloniality.

Resumen:
El Curso de Pedagogía Intercultural Tremembé de Cuiambá, ofrecido por la Universidad Estadual Vale do Acaraú, es analizado en este artículo como territorio de afirmación y legitimación de la etnia Tremembé, contribuyendo a la formación de nuevas territorialidades de saberes y pedagogías. Para llevar a cabo esta investigación, se tuvieron en cuenta el Proyecto Político Pedagógico del curso, testimonios de profesores de Tremembé y producciones académicas de alumnos de Tremembé. Se explora el concepto de "intraterritorio" como forma de legitimar la presencia indígena en la sociedad, reclamando el acceso a instituciones que históricamente los han marginado. El acceso a la universidad representa un reto para las instituciones de enseñanza superior, que deben reconocer y valorar otras formas de conocimiento. El "intraterritorio" busca expresar cultura, ciudadanía y ciencia, convirtiéndose en un espacio de reivindicación y legitimación de la interculturalidad del conocimiento. Al reconocer el conocimiento tradicional indígena, el Curso Cuiambá contribuido a una educación universitaria más inclusiva e intercultural.

Palabras clave: Interculturalidad; Conocimiento Geográfico; Educación Indígena; Educación Superior; Decolonialidad.

Introdução

A Universidade que pratica interculturalidades de saberes não pode marginalizar os saberes outros ou saberes tradicionais em uma relação de interação entre sociedade civil e unidade acadêmica, mas sim como parte de seu subsídio intelectual. A demanda contemporânea de lidar com a diversidade étnica e cultural no Brasil esteve sob a busca da integração de povos indígenas à vida compreendida como "civilizada".

Todas as constituições anteriores reforçam o dever de incorporar a cultura tradicional hegemônica, os saberes, os corpos e, em especial, os territórios desses grupos, sob forte pressão econômica. Essa relação integracionista de povos indígenas só muda a partir da Constituição Federal de 1988, conforme analisa Grupioni;

> Não cabe mais à União a tarefa de incorporá-los à comunhão nacional, como estabeleciam as constituições anteriores, mas é de sua responsabilidade legislar sobre as populações indígenas, no intuito de protegê-las" (2002, p. 14).

A educação intercultural se consolida a partir da Lei de Diretrizes e Base - LDB de 1996, estabelecendo nos artigos 78 e 79 a educação bilíngue e intercultural para o ensino fundamental. No entanto, até o final da década de 1990, não se tratava dos critérios a serem utilizados para a adesão do professor e sob quais características estaria fundamentada a interculturalidade preconizada. Era comum que a formação educacional indígena ficasse a cargo de profissionais não indígenas, com pouco ou nenhum laço cultural com a comunidade, introduzindo métodos e saberes hegemônicos alheios à realidade e à experiência indígena.

Em 1999, com a Resolução 03/99, fica estabelecido o caráter de qualificação do professor que atuará na educação indígena, garantindo que não apenas a escola tenha uma educação diferenciada, mas também que a formação do professor seja intercultural, ou seja, o professor necessariamente deve ser indígena e pertencer à comunidade em que atuará.

De acordo com a Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Ceará - FEPOINCE[1] há no estado do Ceará 16 povos espalhados em 81 municípios: Tapeba, Tremembé, Pitaguary, Junipapo-Kanindé, Potiguara, Kalabaça, Tabajara, Kariri, Tapuya-Kariri, Gavião, Tubiba-Tapuya, Anacé, Tupinambá, Kanindé, Paiacu e Karão.

O povo Tremembé de Itarema foi o primeiro a receber uma licenciatura intercultural indígena: o Magistério Indígena Tremembé Superior–MITS, em 2006, oferecido pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Em 2018 ocorreu a conquista do segundo curso de licenciatura em parceria com a Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA.

O Curso Pedagogia Cuiambá Magistério Intercultural Tremembé da UVA, destacando-se por ser o primeiro em uma Universidade Estadual Cearense e objetivou Formação Inicial de Professores para Educação Básica na modalidade Licenciatura Indígena e Presencial. No curso Cuiambá, as aldeias de Itarema e Acaraú Itapipoca construíram um currículo próprio a partir do jeito de ser e sobreviver na cultura Tremembé. O currículo do curso passa ser território de luta por existência e reexistência[2] de territorialidades.

1 A FEPOINCE foi criada em dezembro de 2017, em substituição à Coordenação dos Povos Indígenas do Ceará-COPICE.
2 Comunidade indígena de afirmação identidade cultural, panorama dos últimos 50 anos. A partir da necessidade de pensar o território.

O Cuiambá é um curso de graduação elaborado especificamente para formar professores para atuar na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental nas escolas diferenciadas de educação indígena, conforme Resolução do Conselho Nacional de Educação-CNE 01/2015. O curso tem carga horária total de 3.240 horas e duração de 4 anos, e objetivou habilitar 86 professores indígenas Tremembé para atuar na docência em 10 aldeamentos, respectivamente: Varjota, Tapera, Batedeira, Mangue Alto, Passagem Rasa, Saquinho, Praia e Córrego João Pereira, localizadas no município de Itarema/CE, Telhas e Queimadas, no município de Acaraú/CE.

O Curso de Licenciatura Intercultural Indígena Cuiambá é resultado de um longo processo de efetiva participação da comunidade indígena Tremembé, professores indígenas, Cacique, Pajé, lideranças e professores da Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA. O trabalho e a organização refletiam as reuniões de aldeamento, com a presença de lideranças, pais, filhos, e parceiros no processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico do Curso-PPPC. Essa coletividade era expressa inclusive na maneira de tomar decisões pela turma no desenvolvimento do projeto. Para alguém dominado pelo tempo do capital, onde a economia do tempo é um mecanismo de obtenção de resultados, é incompreensível uma reunião ser finalizada sem uma decisão e ser agendada uma nova reunião para retomar a pauta, como ocorreu inclusive nas reuniões para elaboração do PPPC. Ocorre que o tempo tem outro significado para a etnia. O uso do tempo convém justamente em benefício da melhor decisão possível. Essa prática recusa a interferência da lógica capitalista na organização da vida em comunidade.

O projeto participativo desmonta os paradigmas do *status quo* e da hegemonia. O corpo é um espaço de sentimentos, afetividades e exposição às experiências, articulando-se em uma territorialidade. O corpo está em constante movimento, carregando uma bagagem cultural construída ao longo das trajetórias de existência e resistência dos indivíduos. Da mesma forma, os aspectos da construção da identidade estão ligados aos reflexos da construção social da memória.

A memória está, em muitos aspectos, ligada ao território no qual determinado grupo está inserido. Em outras palavras, para se identificar, é necessário se relacionar com o território no qual se está. (Candau, 2016). É nessa relação que as memórias são elaboradas, admitidas, negadas e até desconstruídas. Ao longo dessas trajetórias, o corpo é o primeiro território de dominação, no qual fronteiras de domínio e disciplinarização são impostas; fronteiras de agenciamento das relações e mobilidade. O papel que a Universidade não deve se negar a cumprir é o de se estabelecer como agente democratizador da educação, descentralizando a atuação e expandindo sua presença.

A interculturalidade que é sustentada como "crítica" no Curso Cuiambá dialoga com a percepção dos elementos coloniais do cotidiano e como superá-los em suas especificidades, ou seja, como se posicionar com protagonismo diante das manifestações do colonialismo. Os saberes da terra e sua relação com o físico e o humano, convencionalmente compreendidos pela Geografia de bases hegemônicas como uma ciência geográfica isolada, devem ser ressignificados diante da interculturalidade de saberes.

A Geografia deve ser compreendida como uma responsabilidade de manutenção saudável da terra e dos corpos daqueles que nela habitam e habitarão. Não é possível compreender

a Geografia de forma isolada da cultura Tremembé. Da mesma forma, compreender o ser, o existir e a transmissão Tremembé distantes do cuidado com a terra, o tempo, o espaço e tudo o que os integra. Nesse sentido, ao abordar a democratização dos saberes, propõe-se superar a hegemonia do conhecimento científico tradicional, legitimando os saberes tradicionais dos povos que foram marginalizados após transmitirem seus saberes ao colonizador, estabelecendo uma lógica de reconhecimento e protagonismo desses saberes e seus usos.

A Geografia faz parte desse processo, onde a agricultura, o processamento dos alimentos e a culinária não podem ficar dissociados dos saberes geográficos. A produção da bebida sagrada, purificadora do corpo e do espírito, não pode ser isolada do ciclo do caju e da região onde essa fruta é predominante. A saúde através da farmacologia não pode ser separada da Geografia, uma vez que a fitoterapia Tremembé também possui uma relação direta e intrínseca com o tempo e o espaço, elementos fundamentais à Geografia.

Compreende-se que o sentido da licenciatura intercultural do Curso Cuiambá está na dialogicidade de seus diferentes saberes. As questões para reflexão nesta pesquisa direcionam-se a compreender como ocorre o diálogo entre os saberes hegemônicos da Ciência Geográfica e os saberes tradicionais indígenas, e quais são as implicações desse diálogo para a interculturalidade crítica na Universidade.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é apresentar os resultados da pesquisa de mestrado que analisou a interculturalidade dos saberes geográficos no Curso Cuiambá

Pedagogia Intercultural Tremembé, oferecido pela Universidade Estadual Vale do Acaraú em 2018 e concluído em 2023.

A metodologia empregada neste trabalho foi a análise qualitativa bibliográfica, subsidiando-se conceitualmente em Haesbaert (2015), Smith (2018), Candau (2016) e Tubino (2004). Também foi realizado a análise documental do Projeto Pedagógico do Curso e de doze Trabalhos de Conclusão de Curso-TCC produzidos pelos alunos cujos temas estão alinhados com saberes geográficos.

Para além da análise bibliográfica e documental, foi realizada uma abordagem etnográfica focada na autoafirmação da comunidade, com base em diálogos e depoimentos gravados, registro em caderno de campo, usando a microanálise etnográfica, onde a análise leva em consideração não apenas o momento de registro do diálogo, mas todo o contexto em que ele está inserido, onde é desejável perceber em que momento determinado diálogo está compondo um plano social mais amplo, em que momento se fala de si e do outro

Interculturalidade dos saberes geográficos no curso Cuiambá

A busca por compreender os significados que a comunidade produz para si foi o que determinou a opção pela microanálise etnográfica como instrumento para compreender a forma como a interculturalidade configura as relações de uma comunidade originária impactada e contextualizada em um mundo pós-colonial. Afinal, como sustentado por Tubino: *"La interculturalidad no es un concepto, es una manera de comportarse. No es una categoría teórico, es una propuesta ética*." (2004, p.3). Esta comunidade que produz ciência sobre e para si é um reflexo material da interculturalidade,

onde a convivência democrática entre culturas distintas resulta em criação garantindo a manutenção de sua identidade cultural: "fomentando o potencial criativo e vital resultante das relações entre diferentes agentes e seus respectivos contextos" (Fleuri, 2005, p.18).

Diante do exposto, o procedimento para campo consistiu em um caderno de campo, registros fotográficos e registro de áudio. Para a atuação em campo, as categorias e temas não foram escolhidas previamente, nesse caso, optou-se por definir pelo menos o que seria indutivo no diálogo e o campo acaba determinando o tema, ou seja, o movimento que na etnografia se chama hipótese progressiva.

A interculturalidade transcende os limites do academicismo tradicional e busca estabelecer conexões genuínas entre diferentes culturas. Tal princípio Constitui o curso desde a formulação do PPPC, quando este estabelece em sua metodologia que a "Construção coletiva com efetiva participação do Cacique, do Pajé, das lideranças, dos professores, dos pais, das mães e dos alunos Tremembé e dos seus parceiros" (PPPC, 2018, p.20).

A interculturalidade crítica experienciada pelo Curso Cuiambá é apresentada como uma alternativa à mera promoção de mão de obra para a educação básica. Ela busca estabelecer relações autênticas com as diversas culturas, desenvolvendo uma formação legítima que tensiona e subverte os paradigmas da educação controlada pelo capital neoliberal.

A matriz teórica desse artigo apoia-se na construção teórica do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), constituído no final dos anos 1990. Esse grupo, formado por intelectuais latino-americanos, provocou um movimento epistemológico que radicaliza o pós-colonial na América Latina, no século XXI, por meio do "giro decolonial". O "Giro decolonial" é um termo cunhado originalmente por Nelson

Maldonado-Torres em 2005 e seu propósito é resistir as teorias, práticas, políticas e epistemologias impostas pela lógica modernidade/colonialidade. (Ballestrin, 2013). Para o grupo M/C, a modernidade não existe sem colonialidade, uma constitutiva da outra (Mignolo, 2003). Essa premissa se sustenta na afirmação de que:

> a colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do dito padrão de poder e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões materiais e subjetivas, da existência social cotidiana e da escala social. Origina-se e mundializa-se a partir da América (Quijano, 2000, p. 342).

A "colonialidade do poder" (Mignolo, 2010) traz a leitura da raça e do racismo como "o princípio organizador que estrutura todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo" (Grosfoguel, 2012, p. 123). Além do poder, a colonialidade também se reproduz nas dimensões do saber e do ser.

A colonialidade do saber está diretamente associada àquilo que Mignolo (2003) chamou de "diferença colonial e geopolítica do conhecimento". Quijano (2005, p. 126) define a colonialidade do saber como "uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos". A "colonialidade do ser" é entendida como a inferiorização e controle dos corpos e linguagens do ser humano (Mignolo, 2003, 2010; Maldonado-Torres, 2007).

Especialmente a partir do século XIX, a disciplina de geografia foi estabelecida por sociedades colonialistas que necessitavam da fragmentação de compreensões do mundo (ciência/saber). A luz do movimento modernidade/colonialidade analisamos que essa fragmentação potencializa o poder de colonialidade do saber geográfico.

No presente artigo, com a lente do giro decolonial, podemos alcançar uma Geografia que se interculturaliza nos saberes indígenas, tornando-se mais resistente ao disciplinamento colonial que sustenta a modernidade. A interculturalidade aqui é vista como uma epistemologia fronteiriça (Walsh, 2002) que está enraizada na concepção de pensamento fronteiriço de Mignolo (2003). Ela abre uma nova ordem geopolítica de produção do conhecimento. O conhecimento indígena Tremembé, subordinado pela colonialidade do poder e marginalizado pela diferença colonial, é reconhecido pelo currículo e os processos de formação do Curso Cuiambá numa relação dialógica de alteridade e não de subalternização.

A proposta que defendemos é observar onde a Geografia se faz presente e por quais saberes ela é atravessada, da perspectiva Tremembé. A abordagem apresentada desafia a visão tradicionalmente estática e limitada da Disciplina Geográfica, destacando sua capacidade intrínseca de diálogo e interconexão com outras disciplinas e perspectivas culturais. Ao reconhecer e valorizar os saberes locais e indígenas, a interculturalidade emerge como uma ferramenta poderosa para a construção de uma educação mais inclusiva e diversificada.

Ao lidar com a luta pela terra, pela autonomia e pelo reconhecimento da diferença como parte da sociedade, a etnia Tremembé se estabelece no espaço da Universidade Estadual Vale

do Acaraú como mais um território de afirmação e legitimação da etnia, configurando um intraterritório. O intraterritório se desenha nos limites de fronteira entre o território Tremembé e o território da UVA, demarcados por relações interculturais que geram uma nova geopolítica de produção do conhecimento. Esse é o efeito de poder do intraterritório: geras novas configurações epistêmicas para visibilizar e incluir.

Nesse contexto, o exercício da interculturalidade se manifesta pela diversidade cultural e pela diversificação da estrutura burocrática tradicional na Universidade. Além disso, estabelece-se o vínculo com o arquivo cultural da metrópole não apenas como um mecanismo de embate, mas como uma oportunidade para a consistência de visões e saberes diversos que devem integrar todos os aspectos da vida em sociedade, indo além do âmbito universitário. Dessa forma, reforça-se a afirmação da diferença e promove-se o convívio entre os diferentes, cada um com suas metodologias para compreender seus mundos, através da integração de conhecimentos.

Observa-se, dentro da cultura Tremembé, uma importância tanto simbólica quanto concreta atribuída às artes. Isso se evidencia na prática da pintura corporal, que registra a fauna e seus simbolismos, e na pintura decorativa conhecida como *Toá*, intimamente ligada ao território indígena. Os minerais utilizados como pigmentos nessa prática artística são selecionados em mapeamentos específicos, o que evidencia a presença de distintos espaços em uma mesma composição plástica.

A música e a dança desempenham papel instrumental na expressão cultural dos Tremembé, como é evidenciado nas músicas cantadas durante o Torém, como a Suverana, que expressa a relação

com o tempo e o clima, a mimetização do comportamento de animais. A observação atenta e extensiva, desvinculada da otimização tão valorizada na sociedade capitalista, produz uma nova perspectiva de conceber um modo distinto de viver em sociedade, rompendo com a concepção universalista de mundo.

Essa distinta produção do tempo elaborada pelos Tremembé revela a complexidade de sua cosmovisão e as diferentes funções atribuídas ao conceito de tempo dentro de sua cultura. Tais elementos compuseram os trabalhos de conclusão de curso. As consultas com cursistas embasaram essa conclusão e a apresentação dos trabalhos forneceram elementos para a disposição de tais saberes e práticas culturais. A cultura alimentar e terapêutica dos Tremembé reflete uma profunda conexão com o território e suas práticas de manejo funcional. Suas manifestações culturais e práticas tradicionais estão intrinsecamente ligadas às formas de interação e gestão do ambiente ao seu redor.

Essas práticas culturais influenciam diretamente as práticas cotidianas no território, evidenciando a inter-relação dinâmica entre cultura e ambiente. Nesse contexto, os saberes apresentados no (Quadro 01), representam os resultados dos TCCs do Cuiambá. Eles são uma expressão concreta do conhecimento adquirido e desenvolvido pelos estudantes do curso, os quais se beneficiam do acervo cultural e dos ensinamentos transmitidos pela comunidade Tremembé. É por meio dessa troca de saberes e experiências que se fortalece não apenas a identidade cultural dos Tremembé, mas também o entendimento mútuo entre academia e comunidade indígena. Esses resultados, portanto, não apenas contribuem para a valorização e preservação da cultura Tremembé, mas também para a construção de uma abordagem mais inclusiva e

respeitosa no âmbito acadêmico, onde diferentes formas de conhecimento são reconhecidas e valorizadas.

Quadro 01 – Trabalhos de Conclusão de Curso-TCC

Títulos
1. As Histórias de Vida do Povo Tremembé da Aldeia Varjota
2. Tapera dos Índios Velhos: O Conhecimento e a Valorização das Nossas Raízes
3. Suverana: As Experiências das Chuvas do Povo Tremembé
4. De Alegria do Mar à Maria Venância: A História de Uma Escola que não Mudou o Jeito de Ser
5. As Brincadeiras Tradicionais do Povo Tremembé Área da Mata
6. Agricultura Familiar Tremembé na Aldeia Córrego João Pereira: Práticas Tradicionais e Inovações
7. Torém: Símbolo de Resistência do Povo Tremembé
8. Cultivo e Produção da Farinha de Mandioca no Aldeamento Tremembé de Almofala Itarema-CE
9. Identificação Étnica da Aldeia Passagem Rasa: A Luta pela Terra
10. O Uso do Toá Como Expressão Artística e Cultural do Povo Indígena Tremembé de Almofala
11. A Espiritualidade Tremembé nas Aldeias de Queimadas e Tapera
12. Memórias e Histórias da Educação Diferenciada Tremembé da Aldeia Varjota
13. Os Pilares Para Existência da Aldeia Indígena Tremembé Córrego João Pereira
14. Mandioca: Cultivo, Produção de Seus Derivados e o Processo da Farinhada na Cultura Tremembé
15. Tapera Força, Luta e Resistencia dos Troncos Velhos
16. A Luta Pela Terra na Aldeia Indígena Tremembé de Queimadas
17. O Processo de Escolarização da Aldeia Indígena Tremembé de Tapera
18. A Mulher Tremembé no Passado e Presente
19. Farinhada Tremembé
20. Fauna e Flora Tremembé – Aldeia de Telhas
21. Preservação e Defesa das Lagoas da Aldeia Tremembé de Batedeira

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024

Os frutos do curso fortalecem a tradição cultural indígena e são subsidiados pela pesquisa indígena, uma prática que é transversal à cultura indígena Tremembé. Isso resulta em uma produção sobre si e para si, dentro de critérios metodológicos apresentados por pesquisadores não indígenas e indígenas. Essa dinâmica de deslocamento da prática científica também reflete uma nova territorialidade da etnia Tremembé, uma vez que a Universidade passa a integrar a formação e produção educacional e cultural da etnia. Ao mesmo tempo, a Universidade é convocada a reconhecer e adaptar sua estrutura funcional de pesquisa, ensino e extensão para se adequar a novas dinâmicas e culturas, abrindo espaço para outras existências.

As instituições universitárias e sociedades de pesquisa, a partir da modernidade, não apenas promoveram a centralidade regional da pesquisa, mas também estabeleceram uma hegemonia étnica sobre ela. No entanto, com os avanços contemporâneos na compreensão dos territórios dos povos originários, suas percepções, significados e autonomia estão sendo reconhecidos. Isso fortalece a oportunidade para que se tornem agentes na definição de suas próprias identidades

O panorama atual contempla duas agendas distintas de pesquisa indígena em desenvolvimento, a primeira passa por ações e projetos da comunidade de iniciativas locais e nacionais em torno das suas reivindicações. A segunda passa pelos espaços conquistados dentro das instituições por programas de estudo e nos centros de pesquisa indígena (Smith, 2018). De acordo com Smith, embora a primeira agenda lide com abordagens e problemáticas pertinentes à própria comunidade, isso não significa que esteja no domínio dela

muito mais do que as que são realizadas dentro da Universidade: mecanismos de permanência, burocracia, outorga.

Percebemos que a primeira experiência de pesquisa de um curso indígena na UVA é uma iniciativa de pesquisa-ação comunitária ou pesquisa emancipatória, onde o próprio pesquisador, aluno do curso e membro da comunidade, é protagonista de sua investigação enquanto indígena. O pesquisador se assume capaz de refletir sobre sua própria realidade, não sendo um forasteiro, observando fora do alcance da cena a que observava, o dogma era que o pesquisador não deveria interferir no local e nos hábitos em que se inseria enquanto um ser externo, tal concepção é tradição positivista de objetividade e neutralidade (Smith, 2018).

Nesse sentido, a interculturalidade se mostra não apenas como uma abordagem educacional, mas como uma forma de compreender e valorizar as diversas manifestações culturais e conhecimentos tradicionais presentes em uma sociedade. Ao reconhecer e promover a diversidade cultural, a interculturalidade contribui para uma educação menos reducionista e sensível às necessidades e perspectivas das comunidades tradicionais indígenas.

Fundamentalmente, repousa em quatro eixos sobre os quais um conjunto de componentes curriculares aparece, antes de tudo, como um modo de territorializar saberes e práticas que se integram e interpenetram ao longo das etapas do Curso e de suas estratégias metodológicas, especialmente na Prática Pedagógica Orientada da Educação Básica Tremembé e nas atividades de Pesquisa e Extensão transversais às ações de Tempo-Escola e Tempo Aldeia (PPPC, p. 31, 2018). Os eixos com suas respectivas Cargas horárias são estruturados conforme (Quadro 02);

Quadro 02 – eixos com suas respectivas Cargas horárias

EIXO 1	Saberes Pedagógicos	660
EIXO 2	Saberes Políticos	480
EIXO 3	Saberes Tecnológicos	420
EIXO 4	Saberes Científicos	600

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024

A concepção de Geografia ou a percepção de conceitos geográficos referentes à Espaço geográfico; Território, Natureza; Região; Lugar; Paisagem se estendem para além da classificação disciplinar, abrangem também outros Saberes. As disciplinas de Geografia Geral e Geografia Local estão alocadas no Eixo 2 - Saberes Políticos, contudo, os conceitos de Espaço, Lugar, Território, Natureza e Região são trabalhados no Eixo 1, Arte e educação nas escolas Tremembé, assim como como a disciplina Espiritualidade Tremembé, classificado no Eixo 4. Saberes Tecnológicos nas disciplinas de Fauna e Flora; Demarcação das Terras Indígenas no Brasil, Saberes Tremembé do Mar, do Céu e da Terra. A difusão de saberes geográficos em todos os eixos do currículo não impactou na produção dos trabalhos de conclusão de curso quanto a classificação curricular do PPP, os saberes geográficos se manifestam na totalidade dos trabalhos, sendo 12 com maior expressão da Geografia, contribuindo inclusive com conceitos geográficos sob uma perspectiva decolonial.

Suess e Silva (2019) propõem um quadro que repensa conceitos geográficos, estabelecendo definições decoloniais para Espaço Geográfico; Lugar; Paisagem; Território; Região; Sociedade; Natureza. O Quadro é resultado de reflexões possíveis sobre a geografia afim de descolonizá-la, como: a) o resgate de autoras e

autores de ciências humanas fora do eixo do Norte Global; b) considerar o papel das américas na construção da Europa Ocidental a partir da exploração colonial; c) desmistificar a centralidade política e cultural da Europa, inclusive nos mapas e representações cartográficas; d) desmistificar o colonialismo do poder, do ser e do saber na mentalidade latino-americana; e) considerar o genocídio/epistemicídio dos povos indígenas, negros e outras minorias políticas como um projeto de poder; f) valorizar a história e os saberes de povos subalternizados; g) considerar para além das questões de classes, o gênero, a sexualidade, a mulher, o racismo, o negro, o indígena e o diferente para uma nova releitura da sociedade e do espaço geográfico; h) entender gênero e sexualidade com foco no corpo como elemento essencial para a liberdade e exploração de novas experiencias espaciais; i) debater formas alternativas de organizar os territórios, de modo a respeitar os diversos grupos, interesses e diversas culturas desses povos; j) questionar o modelo civilizatório existente e repensar alternativas pautadas na interculturalidade e transculturalidade; l) perceber a pesquisa como um princípio educativo fundamental e como uma ferramenta para a implementação de um novo modelo de ensino de Geografia (Suess e Silva, 2019, p. 26).

Nesse sentido, os autores provocam uma releitura geográfica que dialoga com a geografia Tremembé expressa no Curso. Na perspectiva decolonial, os alunos Tremembé concebem os conceitos geográficos a partir dos seus territórios e suas epistemologias, exercendo uma autonomia de investigação.

O curso Cuiambá como intraterritório Tremembé-Universidade

Entende-se que a estrutura da Universidade, enquanto espaço hegemônico de formação e produção de conhecimento, deve ser repensada para permitir o acesso dos povos originários e evitar a marginalização de seus conhecimentos. Ao ingressar na universidade, o indígena abre espaço para a formação de novas territorialidades de conhecimento, que provocam novas formas de produção de conhecimento, novas pedagogias e novas formas de acolhimento.

Foram analisados o PPPC do Cuiambá, depoimento de professores Tremembé a fim de identificar a demanda que o povo Tremembé estabelece diante da UVA e qual espaço a universidade ocupa na vida e na luta Tremembé por autonomia e legitimação da sua realidade considerando todas as diferenças entre ambos, mas sem esquecer que a instituição deve estar a serviço de todos os cidadãos.

A noção de território adquire uma nova dimensão ao ser formalmente reconhecida como parte integrante da universidade, evidenciando um espaço de relações críticas que emergem da contenda entre a validação do saber tradicional e a valorização dos saberes indígenas.

Essa integração resulta na emergência de um novo tipo de território, denominado intraterritório, que reconhece tanto sua própria existência quanto a existência de um mundo externo à sua realidade. Esse intraterritório surge da presença das populações indígenas, reivindicando acesso às instituições hegemônicas que historicamente as marginalizaram

O intraterritório foi a maneira pela qual os Tremembé legitimaram sua presença diante da sociedade que outrora os segregou e negou sua existência. A apropriação de sua forma de reivindicar identidade, direitos e modo de existir visa produzir significado e diferentes formas de conhecimento e saberes, atendendo a demandas diversas, mas assumindo o protagonismo dessa produção e desses saberes. Legar ao território suas distintas formas de existência e identificar outras experiências e significados nele é essencial. Exercer autonomia na elaboração da própria identidade e cultura é fundamental para garantir a permanência do território e carregar consigo seus significados, seja no indivíduo ou no grupo. O território se constitui através das relações de poder (Raffestin, 1993) que afetam um indivíduo ou grupo. A trajetória deste em se transformar em um agente transformador de sua representação no mundo ou até mesmo no indivíduo em seu próprio grupo.

Em Haesbaert (2007), quando se refere à territorialidade, em particular na sua dimensão simbólico-cultural, onde se percebe a construção da identidade como uma continuação do domínio político-econômico e funcional e concreta, o que se projeta e produz para a materialidade das relações é indissociável das projeções simbólicas. O Curso Cuiambá é uma elaboração material para atingir autonomia enquanto povo, reconhecimento e criação de uma identidade cultural. Sensivelmente, podem ser exploradas as duas instâncias onde o território é atingido. A bivalência das relações simbólicas e materiais são encontradas nas abordagens do professor Naldinho Tremembé, no PPP e na passagem pela comunidade, na sua espacialidade e paisagem.

Todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um

componente indissociável tanto na realização de "funções" quanto na produção de "significados". "O território é funcional a começar pelo papel enquanto recurso, desde sua relação com os chamados recursos naturais" (Haesbaert, 2007, p. 23)

Acreditamos que o Intraterritório atua no campo simbólico em essência, estendendo-se para a atuação da comunidade diante da sociedade, bem como atua dentro da comunidade através de cada indivíduo, com sua vivência, história e relacionamento com os aspectos da própria cultura. A comunidade é sempre heterogênea, mesmo que compartilhe uma etnia específica. Como indivíduo, cada um pratica sua cultura a partir de sua vivência. A juventude de hoje vivencia sua cultura de uma maneira, e haverá novas maneiras de vivenciar a cultura no futuro.

Territorializar-se implica em estabelecer e consolidar mediações espaciais que nos confiram um controle efetivo sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais e como indivíduos. Esse poder é intrinsecamente complexo, pois se manifesta em diferentes escalas e dimensões, abrangendo tanto aspectos materiais quanto imateriais. Engloba não apenas a dominação e a apropriação de recursos materiais, mas também a influência e a representação simbólica. Assim, ao territorializar-nos, buscamos não apenas influenciar o espaço físico, mas também ressignificar as narrativas, identidades e relações que se desenvolvem dentro deste espaço.

O grupo étnico Tremembé é repleto de espaços de memória, que se constituem de determinados referenciais concretos dotados de profundo simbolismo capazes de produzir um transcurso no tempo. Essa multiplicidade de significações individualmente vivenciadas e socialmente expressadas não podem limitar-se a uma dimensão material ou simbólica, mas a ambas. "O território tem de ser pensado

como resultante de relações sociais que se constituem no espaço e através do tempo, portando em movimento". Haesbaert (2015)

Enquanto continuum dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos (tanto no sentido de quem sujeita quanto de quem é sujeitado, tanto no sentido das lutas hegemônicas quanto das lutas de resistência pois poder sem resistência, por mínima que seja, não existe.

O território é mais do que uma área geográfica delimitada; é um campo de poder em constante fluxo, onde a dominação e a apropriação se entrelaçam em um continuum complexo. A territorialização, nesse contexto, não é uma ação estática, mas sim um processo dinâmico que se desenrola em múltiplas manifestações. É uma teia intrincada de poderes, onde diversos sujeitos estão envolvidos – aqueles que subjugam e os que são subjugados, aqueles que lutam pela hegemonia e os que resistem. Pois, como citado, o poder sem resistência não pode existir. Assim, compreender o território e seu processo de territorialização requer uma análise cuidadosa da multiplicidade de forças em jogo, das estratégias de poder e das formas de resistência que moldam as relações sociais e espaciais.

Dentro dessa tensão social contextualizada dentro de comunidade etnicamente centrada, que historicamente e cotidianamente lida com deslegitimação por forças políticas, econômicas e religiosas hegemônicas, resiste porque possui referenciais que se consolidaram o suficiente para mobilizar grupos para sua preservação.

O território indígena adquire uma nova dimensão ao se tornar parte integrante da Universidade Estadual Vale do Acaraú, sendo formalmente reconhecido pelos próprios indígenas. A contenda entre a validação do saber tradicional e a valorização dos saberes indígenas configura uma realidade na qual o espaço integrativo, um espaço de relações críticas, é alcançado, resultando na emergência de um novo tipo de território e intraterritório. O intraterritório se relaciona com o mundo exterior, reconhecendo tanto a sua própria existência quanto a existência de um mundo externo à sua realidade.

No que diz respeito ao intraterritório, ele surge da presença das populações indígenas reivindicando acesso às instituições hegemônicas que historicamente as marginalizaram. Suas dimensões simbólicas e concretas abrangem todos os aspectos da vida da etnia, desde a afirmação de sua identidade até a preservação de suas práticas culturais tradicionais e suas demandas sociais através de políticas que as protejam contra o apagamento e a marginalização. Seu papel inclui a expressão de sua cultura, o exercício da cidadania e a participação na ciência, transformando-as em espaços de reivindicação, denúncia e demanda.

Cabe ressaltar que o acesso reivindicado pelos Tremembé não se restringe a dimensão representativa de liderança ou o mero acesso, mas o desenho próprio de sua liderança e autonomia e do seu acesso a essas instituições, confrontando diretamente a perspectiva universalista das instituições e posições hegemônicas, apresentando a diversidade de existências, modos de vida e práticas educacionais e científicas. Outro elemento que constitui o intraterritório é o fato de a etnia convocar a Universidade a adaptar-se às distintas formas de acolher, transmitir e produzir o saber, onde se elabora uma

convivência entre as diferenças, as reconhecendo ao invés de adequá-las.

A Universidade Estadual Vale do Acaraú não apenas se adequa às diferenças do discente Tremembé, mas as reconhece e o discente Tremembé, assim como as lideranças e parceiros que constituem o Cuiambá, promovem uma nova concepção de Universidade, um novo território em que se opera a luta por afirmação e autonomia, expressa nos princípios norteadores do PPP e em sua trajetória enquanto não um universitário indígena, mas sim um indígena universitário e indígena professor. O modelo proposto pelo ensino universitário convencional, hegemônico, não é suficiente para auxiliar na demanda cidadã do grupo étnico, como pode ser resumida em um depoimento de um orientador indígena, o Professor esp. Naldinho Tremembé:

> por isso que eu digo: "esse modelo não cabe a gente", com a formação enquanto Povo não ajuda contra... contra tudo... cê vê que a monografia dos menino, o trabalho dos meninos [...] tem uma valorização das histórias daqui, que fez nascer a escola, que fez... fazer a defesa do espaço que ho...hoje nós estamos foi graça a essa luta e essas narrativas dão conta disso... a formação lá fora, ela vai visar uma outra coisa... que não ajuda pra cá. (Diálogo com Naldinho Tremembé, 15/10/2023).

A frase "esse modelo não cabe a gente" carrega uma profunda relação com a identidade cultural Tremembé, além de ter potência suficiente para expressar todo o trabalho realizado até aqui. Uma vez que o modelo é excludente, é homogeneizador, é preciso repensar um novo modelo de Universidade e de ensino universitário, o intraterritório pode ser esse novo modelo, um novo sistema, uma nova possibilidade, o intraterritório está na oposição ao universalismo etnocêntrico.

A entrada dessas populações nas universidades representa um grande desafio para as Instituições de Ensino Superior, que são instadas a reconhecer outras formas de conhecimento igualmente relevantes e que devem ser valorizadas e respeitadas. Ao abrigar uma diversidade de saberes, a universidade desempenha um papel mais amplo na disseminação de ideias e ideais que representam diferentes grupos sociais. Inicia-se na educação de forma convencional, porém desencadeia lutas que culminam em uma educação intercultural, concebida dentro e para a comunidade. Esse espaço de reconhecimento, forjado pela resistência indígena, essa esfera de ocupação e reconfiguração de estruturas, pode ser compreendido como intraterritório.

Considerações finais

O território indígena passa a ser um território dentro da Universidade Estadual Vale do Acaraú, estando registrado inclusive cerimonialmente pelos próprios indígenas. A disputa entre a legitimação de saber tradicional e a afirmação de saberes tradicionais indígenas configura uma realidade em que o espaço integrativo, espaço relacional crítico, foi atingido, alcançando assim um novo tipo de território e intraterritório. O intraterritório se relaciona com o mundo exterior, compreendendo a sua existência e a existência de um mundo alheio à sua realidade.

Quanto ao "intraterritório", ele se configura a partir da presença das populações indígenas reivindicando o acesso a instituições hegemônicas que tradicionalmente as marginalizam, suas dimensões simbólicas e concretas se estendem em toda a sua presença na vida da etnia na afirmação de sua identidade, na

manutenção de suas práticas culturais tradicionais e suas demandas sociais através de políticas que os resguardem contra o apagamento e minorização. Seu papel inclui sua expressão cultural, cidadania e a ciência, tornando-as espaços de reivindicação, de denúncia e de demanda.

O ingresso universitário dessas populações representa o início de um grande desafio para as Instituições de Ensino superior, na medida em que são convidadas a reconhecer outras formas de conhecimento igualmente relevantes e que precisam ser valorizadas e respeitadas. Cabe às universidades dialogar com demandas advindas das comunidades tradicionais, sejam indígenas, quilombolas ou outras. Ter como espaço a cultura, com saberes diversificados, confere à universidade um papel mais amplo na disseminação das ideias e ideais que representam diferentes grupos sociais.

O trabalho realizado através de consultas, anotações de caderno de campo, entrevistas, diálogos gravados e vivência entre a comunidade ainda apontam para mais análises. O trabalho metodológico é citado como “etnográfico”, continua vivo mesmo após a finalização de um estudo; o trabalho etnográfico existia antes e continuará após o pesquisador, podendo estar presente no dia a dia de cada um de nós.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei n° 9394 de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 1996.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, Brasília, ano. 11, p. 89-117, Ago. 2013. Disponívelem:https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 02 de jan. de 2024.

CANDAU, V. M. F.; "Ideias-Força" Do Pensamento de Boaventura Sousa Santos e a Educação Intercultural. **Educação em Revista** |Belo Horizonte|v.32|n.01|p. 15-34 |Janeiro-Março, 2016, Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/cjS9NB4DWjqv8ncCZg7RbDM/?format=pdf Acesso emÇ 01 de fev. de 2024.

GROSFOGUEL, Ramon. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 80, p. 115-147, out. 2012, Disponível em : http:// journals.openedition.org/rccs/697 ; DOI: https://doi.org/10.4000/rccs.697 Acesso em 10 fevereiro 2024.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**. Rio de Janeiro, ano 11, n. 17, p. 19-44, mar. 2007. Disponível em: https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531/8731. Acesso em: 02 de Fev. de 2024.

HAESBAERT, Rogério. **Múltiplos Territórios de Memória**. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015. Notas. Disponível em:http://www.grupogeobrasil.uerj.br/usuario//rogrio_haesbaert//rogrio_haesbaert_producoes_1.pdf. Acesso em: 03 de Dez. de 2024.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global, p. 127-167, 2007. Disponivel: http://observatorioedhemfoc.hospedagemdesites.ws/observatorio/wp

-content/uploads/2020/09/El-giro-decolonial-1.pdf Acesso em: 03 de Dez. de 2024.

MIGNOLO, W. **Historias locales/disenos globales**: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Akal, 2003.

MIGNOLO, W. **Desobediencia epistémica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Argentina: Ediciones del signo, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Formação de professores indígenas**: repensando trajetórias. Organização Luís Donisete Benzi Grupioni. Brasília, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivo. Acesso em: 18 de dezembro de 2024.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidad del poder y clasificación social". **Journal of world-systems research**, v. 11, n. 2, 2000, p. 342-386. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/admin,+Volume6Issue2Quijano-1.pdf Acesso em 15 de Dez. de 2023.

RAFFESTIN, Claude.; **Por uma Geografia do Poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática,. 1993.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias**: pesquisa e povos indígenas. Tradução: Roberto G. Barbosa – Curitiba: Editora da UFPR, 2018.

SUESS, R. C., & SILVA, A. de S. (2019). A perspectiva decolonial e a (re)leitura dos conceitos geográficos no ensino de geografia. **Geografia Ensino & Pesquisa**. Santa Maria, v. 23, e7, maio 2019. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/3546 Acesso em: 15 de Dez. de 2023.

TUBINO, Fidel. **Del interculturalismo funcional al interculturalismo crítico**. Disponível em: http:www.pucp.edu.pe/invest/ridei/pdfs/inter_funcional.pdf. 2004. Notas. Acesso em: 01 de Fev. de 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ. Projeto Político Pedagógico do Curso Pedagogia Cuiambá Magistério Intercultural Tremembé. 2018.

WALSH, Catherine. **Las geopolíticas de conocimiento y la colonialidad del poder.** Entrevista a Walter Mignolo. In: WALSH, Catherine; SCHIWY, Freya; CASTRO-GÓMEZ, Santiago (Eds.). Indisciplinar las ciencias sociales. Geopolíticas del conocimiento y colonialidad del poder. Perspectivas desde lo andino. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, Abya Yala, 2002. (p. 17-44).

Submetido em: 16 de abril de 2024
Devolvido para revisão em: 02 de setembro de 2024
Aprovado em: 11 de setembro de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3488

Como citar:
CAMPANI, A.; LUCAS DE SOUSA LIMA, F.; CAVALCANTE DE HOLANDA, V. C. INTRATERRITÓRIO TREMEMBÉ: INTERCULTURALIDADE DE SABERES GEOGRAFICOS NO CURSO PEDAGOGIA INTERCULTURAL CUIAMBA. **Terra Livre**, São Paulo, ano 39, v.1, n.62, jan.-jun. 2024, p. 345-373. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3488. Acesso em: dia/mês/ano.

BRADESCO: ORIGEM CAIPIRA E A DIFUSÃO LOCAL-REGIONAL NA FRANJA PIONEIRA PAULISTA E PARANAENSE (1943-1963)

BRADESCO: CAIPIRA ORIGIN AND LOCAL-REGIONAL DIFFUSION IN THE PIONEERING FRONT PAULISTA AND PARANAENSE (1943-1963)

BRADESCO: ORIGEM CAIPIRA Y DIFUSIÓN LOCAL-REGIONAL EN LA FRANJA PIONERA PAULISTA E PARANAENSE (1943-1963)

Marcio Fernando Gomes
Universidade Federal de São Carlos
marciogomes@ufscar.br

Resumo:
Este artigo analisa a concentração do capital e a difusão local-regional do Bradesco, um pequeno banco caipira e de ideário disciplinar, pela franja pioneira paulista e paranaense, que passa de 6 agências em 1943 para 223 em 1963. A metodologia do ponto de vista: da natureza, refere-se a uma pesquisa básica; dos objetivos, trata-se de uma pesquisa explicativa; dos procedimentos técnicos, privilegia-se a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental; da abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa qualitativa; enquanto método científico/teórico, refere-se ao materialismo histórico e dialético. Defende a hipótese de que o Banco, favorecido pela política de crédito estabelecida pelas Autoridades Monetárias, difundiu sua rede de agências pelo "território do café" para aproveitar a alta rentabilidade das transações bancárias dos pequenos e médios clientes numa escala local-regional que apresentava condições extremamente dinâmicas, principalmente com altas taxas de produtividade e lucratividade das atividades cafeeira e algodoeira, mas também industrial, comercial e de serviços num contexto de acelerado parcelamento dos municípios e de urbanização.
Palavras-chave: Bradesco, banco, café, franja pioneira.

Abstract:
This article analyses the concentration of capital and the local-regional diffusion of Bradesco, a small caipira bank with a disciplinary approach, through the pioneering front paulista and paranaense, which went from 6 agencies in 1943 to 223 in 1963. The methodology from the point of view of nature, refers to basic research; objectives, refers to explanatory research; technical procedures, favours bibliographical research and documentary research; approach to the problem, refers to qualitative research; as a scientific method, refers to historical and dialectical materialism. It defends the hypothesis that the Bank, favoured by the credit policy established by the Monetary Authorities, spread its network of agencies throughout the "territory of the coffee" to take advantage of the high profitability of banking transactions by small and medium-sized clients on a local-regional scale that presented extremely dynamic conditions, mainly with high rates of productivity and profitability of the coffee and cotton activities, but also industrial, commercial and services in context of accelerated parcelling of the municipalities and urbanization.
Keywords: Bradesco, bank, coffee, pioneer front.

Resumen:
Este artículo analiza la concentración de capital y la difusión local-regional de Bradesco, un pequeño banco caipira con enfoque disciplinar, a través de la franja pionera paulista y paranaense, que pasó de 6 sucursales en 1943 a 223 en 1963. La metodología desde el punto de vista de: naturaleza, se refiere a la investigación básica; objetivos, se refiere a la investigación explicativa; procedimientos técnicos, favorece la investigación bibliográfica y la investigación documental; planteamiento del problema, se refiere a la investigación cualitativa; como método científico, se refiere al materialismo histórico y dialéctico. Defiende la hipótesis de que el Banco, favorecido por la política crediticia establecida por las Autoridades Monetarias, extendió su red de sucursales por todo el "territorio del café" para aprovechar la alta rentabilidad de las transacciones bancarias de pequeños y medianos clientes a escala local-regional que presentaba condiciones extremamente dinámicas, principalmente con altos tasas de productividad y rentabilidad en la actividades del café y algodón, pero también industrial, comercial y de servicios en un contexto de subdivisión acelerada de municipios y urbanización.
Palabras-clave: Bradesco, banco, café, franja pionera.

Introdução

Conforme Corrêa (1989; 1994), fazia-se necessário preencher a "lacuna" de um estudo sobre a "história geográfica" de um banco como o Banco Bradesco S/A - Bradesco. Essa lacuna seria preenchida através da análise do surgimento e evolução da rede de agências do Banco, ou seja, segundo Corrêa (1989, p. 31), abrangeria "[...] o processo de sua formação em um dado contexto espaço-temporal, as alianças e conflitos com outros agentes, suas estratégias e práticas espaciais [...]". Este trabalho procura contribuir para preencher parcialmente essa lacuna, ao mesmo tempo que busca contribuir para verificar e compreender a importância da territorialidade do Bradesco ao sistema bancário-financeiro brasileiro, além de observar a importância desse Banco durante os anos 1940 aos 1960, para o processo de interiorização do desenvolvimento econômico e regional do Estado de São Paulo e Norte do Estado do Paraná.

Neste artigo, procura-se analisar a primeira difusão territorial da rede de agências do Bradesco e o processo de concentração e centralização de capital bancário na franja pioneira paulista e paranaense, numa escala local-regional no período entre 1943 e 1963. Define-se esta parcela do espaço brasileiro como "território do café", uma vez que considerando o roteiro do café, Milliet (1982) identifica que, nas décadas de 1940 e 1950, a franja pioneira paulista e paranaense, principalmente nos municípios que eram tributários da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, nas suas seções da Alta Paulista e da Estradas de Ferro Noroeste do Brasil, constituía-se no território mais dinâmico do Brasil. A esta parcela acrescenta-se a franja pioneira paranaense, que abrange os municípios tributários da Estrada de Ferro Sorocabana, que a

partir do município de Ourinhos passa a se chamar Estrada de Ferro São Paulo-Paraná.

Apresenta como hipótese que o Bradesco foi favorecido pela política de crédito estabelecida pelas Autoridades Monetárias, instituições incumbidas de administrar a política monetária no Brasil, e que difundiu sua rede de agências pelo "território do café" para aproveitar a alta rentabilidade das transações bancárias dos pequenos e médios clientes numa escala local-regional que apresentava condições extremamente dinâmicas, principalmente com altas taxas de produtividade e lucratividade das atividades cafeeira e algodoeira, mas também do setor secundário e terciário num contexto de acelerado parcelamento dos municípios e de urbanização.

Em outra perspectiva, analisa a evolução de matrizes e agências do Banco do Brasil, Bradesco e demais Bancos Comerciais, nos anos de 1946, 1952 e 1961, dividida em três áreas: a Região Sul; a Região Sudeste; e os outros estados. Desta análise verifica-se que a dispersão territorial das agências dos bancos orientou-se para regiões menos assistidas, por um lado, houve um crescimento do número de matrizes e agências dos bancos privados nessas áreas e, por outro, houve um decréscimo percentual de matrizes e agências dos bancos públicos.

Pressupostos teóricos e metodológicos

A metodologia do ponto de vista: da natureza, refere-se a uma pesquisa básica; dos objetivos, trata-se de uma pesquisa explicativa; dos procedimentos técnicos, privilegia-se a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental; da abordagem do problema,

trata-se de uma pesquisa qualitativa; como método científico/teórico, refere-se ao materialismo histórico e dialético.

No que diz respeito especificamente aos materiais sobre o Bradesco esta pesquisa se baseou para além de dados e informações em periódicos, dissertações acadêmicas e livros, em materiais documentais históricos pesquisados no Centro de Documentação do Sindicato dos Bancários de São Paulo – CEDOC e no Museu Histórico do Bradesco.

Com relação ao contexto do Sistema Bancário brasileiro e ao desenvolvimento econômico e regional do Brasil, especificamente do Estado de São Paulo e Norte do Estado do Paraná, teve como referência pesquisa bibliográfica realizada em livros, dissertações e periódicos do período analisado, ou seja, entre as décadas de 1940 e 1960, particularmente na Revista Bancária Brasileira e no Boletim Paulista de Geografia, neste caso, com destaque para autores do período denominado de Geografia Clássica paulista e brasileira, como Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig, Nice Lecocq Müller, José Ribeiro de Araújo Filho, Pasquale Petrone, dentre outros. A Geografia Clássica paulista e brasileira refere-se ao historicismo, particularmente *lablacheano*, uma vez que se baseou na interpretação da Geografia Regional da época sobre o desenvolvimento econômico e regional da franja pioneira paulista e paranaense realizada pelos geógrafos franceses e seus discípulos brasileiros(as), os fundadores(as) da Geografia acadêmica brasileira que realizaram suas pesquisas no âmbito do método indutivo e empirismo, da observação e descrição da paisagem. No sentido da história do pensamento geográfico ressalta-se alguns conceitos-chave dos(as) autores(as) da Geografia Clássica, tais como: franja

pioneira; rosário de cidades; boca do sertão; ponta dos trilhos; binômio ferrovia-rodovia, dentre outros.

No que diz respeito, ao sistema bancário-financeiro, faz-se necessário destacar alguns geógrafos que pesquisaram ou suscitaram o mapeamento e a interpretação da temática bancária-financeira por meio da Geografia, entre eles: Pierre Monbeig; Jean Labasse; Roberto Lobato Corrêa; Leila C. Dias; Carlos Alberto Franco da Silva; e Milton Santos. A referência a estes autores será destacada ao longo da apresentação do texto.

Ancora-se ao método científico/teórico materialismo histórico-dialético, uma vez que se faz uma pesquisa histórica concreta da acumulação do capital e da difusão territorial da rede de agências do Bradesco a partir dos conceitos de concentração e centralização de capital desenvolvidos por Karl Marx na sua obra *O Capital*.

Este trabalho referencia-se na distinção que Marx (1980) faz dos conceitos de concentração e centralização de capital. No capítulo sobre a lei geral da acumulação capitalista, o autor faz uma análise da concentração do capital e diz que com a acumulação do capital desenvolve-se o modo de produção especificamente capitalista e com o modo de produção especificamente capitalista a acumulação do capital. Acrescenta que esses dois fatores na proporção conjugada dos impulsos que se dão mutuamente modificam a composição técnica do capital e, desse modo, a parte variável se torna cada vez menor em relação à constante. Para Marx (1980) a acumulação do capital é revelada, de um lado, por meio da concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho e, do outro, marcada pela repulsão recíproca de muitos capitais individuais:

> [...] Essa dispersão do capital social em muitos capitais individuais ou a repulsão entre seus fragmentos é contrariada pela força de atração existente entre eles. Não se trata mais da concentração simples dos meios de produção e de comando sobre o trabalho, a qual significa acumulação. O que temos agora é a concentração dos capitais já formados, a supressão de sua autonomia individual, a expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes. Este processo se distingue do anterior porque pressupõe apenas alteração na repartição dos capitais que já existem e estão funcionando; seu campo de ação não está, portanto, limitado pelo acréscimo absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação. O capital se acumula aqui nas mãos de um só, porque escapou das mãos de muitos noutra parte. Esta é a centralização propriamente dita que não se confunde com a acumulação e a concentração [...] (Marx, 1980, 727).

Conforme Marx (1980, p. 728), a concorrência e o crédito são as duas maiores alavancas da centralização, desenvolvem-se na proporção em que se amplia a produção capitalista e a acumulação. Ainda acrescenta que o aumento do tamanho dos estabelecimentos capitalistas individuais provoca uma transformação progressiva de processos de produção isolados e rotineiros em processos socialmente combinados e cientificamente organizados.

Nessa perspectiva, Aglietta (1986), analisando a concentração e centralização do capital industrial, diz que:

> […] a concentración simple es, dentro del campo del valor, un hecho cuantitativo de acumulación desigual que conserva la autonomía de los capitalés, la centralización es una modificación cualitativa que remódela la autonomía de los capitales y crea nuevas relaciones de competencia […] (Aglietta, 1986, p. 195).

Lencioni (1991; 2015; 2017) diz que para compreender a dinâmica urbana, sobretudo da metrópole contemporânea, torna-se indispensável entendê-la a partir da distinção dos conceitos-chave de concentração e centralização do capital de Marx. O primeiro, de concentração, possibilita compreendê-la por imagens que indicam a sua concentração e dispersão, o aglomerado metropolitano conforma uma paisagem que se configura fragmentada; no caso de São Paulo, se no passado a concentração das atividades econômicas, sobretudo a industrial, estruturou o aglomerado metropolitano; a partir dos anos de 1990 é a dispersão industrial o elemento central da reestruturação urbano-industrial do Estado de São Paulo, que conforma a metrópole desconcentrada por um raio de 150km a partir da capital. O segundo, de centralização, permite entender a gestão da administração e do controle do capital, que reafirmam a centralidade da metrópole, que combina em vários níveis e dimensões, uma rede de fluxos materiais e imateriais, considerada tanto sob a lógica topográfica, dos fluxos materiais, como sob a lógica topológica, dos fluxos virtuais, que alteram a noção de longe e perto, aproximando lugares distantes e distanciando lugares. Portanto, na metrópole contemporânea se realizam movimentos de concentração e de centralização socioespacial do capital e territorial.

Silva (1997) trata da dinâmica espacial dos bancos comerciais brasileiros enquanto instrumento de integração econômica do território, com uma análise empírica de um dos maiores bancos privados do país, o extinto Banco Nacional S/A. Com relação ao processo de concentração e centralização, Silva (1997) diz que:

> [...] a corporação bancária não só apresenta um caráter concentracionista-centralizador também uma dinâmica expansionista que se manifesta na inexorável busca de ampliação dos lucros. Daí, surgem várias práticas com nítidas dimensões espaciais, como por exemplo, a difusão da rede de agências, incorporação de bancos menores, compra de ações de indústrias, investimentos no setor agropecuário etc. [...] (Silva, 1997, p. 19).

Conforme Silva (1997, p. 19-20), igualmente como ocorre com o processo de reprodução capitalista, a atividade bancária tem uma dimensão espacial. Nesse sentido, para absorver a maior parte da intermediação bancária, como empréstimos, deve concentrar nos lugares e regiões na qual a estrutura econômica seja dinâmica, ou seja, a expansão das agências bancárias acompanha o movimento do capital na formação das regiões produtivas, uma vez que que há uma seleção na implementação das agências e os níveis de responsabilidade de cada uma delas são diferenciados, conforme o grau de difusão dos bancos nos espaços econômicos almejados e da relevância deles na criação, apropriação e circulação da mais-valia.

O desenvolvimento dos transportes e das comunicações tornam-se elementos centrais para superar obstáculos impostos pelo espaço e possibilitar a difusão do capital por todos os espaços produtivos.

Labasse (1954), por meio da interpretação da atuação e não coincidência dos bancos e das indústrias na região Lion na França, argumenta sobre a constatação das influências que os capitais lioneses exerceram sobre as atividades industriais e rurais no interior do seu raio de atuação, bem como apresenta a articulação dos lugares e regiões que compõem o espaço nacional, por meio da relação entre atividade bancária e o desenvolvimento dos transportes e das comunicações mostra a relação entre a difusão

dos bancos e o desenvolvimento da rede ferroviária na França. Nesta perspectiva, Labasse (1974) diz que a localização geográfica dos bancos acompanha o desenvolvimento do capitalismo em determinados espaços.

Monbeig (1998) revela a contribuição das redes ferroviárias sobre a organização espacial, e suscita considerarmos a contribuição da intermediação bancária para compreendermos a dinâmica das frentes pioneiras paulista. Monbeig (1957) afirma ainda que os fatores financeiros interessam ao geógrafo nas suas relações com os demais fatores humanos, físicos e biológicos:

> [...] Concedendo-se aos fatores financeiros o seu justo lugar na pesquisa geográfica, esta alargará seus horizontes, porque se aproximará mais da realidade viva, cambiante e complexa. A geografia não pode contentar-se com descrever a paisagem concreta; ela procura compreender e reconstituir o mecanismo que conduz à formação da paisagem e provoca a sua evolução. Nem todos os elementos desse mecanismo são visíveis aos nossos olhos, mas se acham à disposição da nossa curiosidade crítica [...] (Monbeig, 1957, p. 236).

Monbeig (1957, p. 222) diz que as facilidades de crédito e os métodos adotados pelos bancos para atender a particularidade local contribuíram para a expansão de certas culturas. Ao mesmo tempo que exerceram uma ação direta sobre a vida rural brasileira, ou seja, os bancos tornaram-se agentes da expansão do desenvolvimento regional brasileiro.

Conforme Silva (1997, p. 12), no atual estágio do capitalismo, a natureza multifuncional e multilocalizada da corporação reflete uma divisão territorial do trabalho de uma dada região ou país. Silva (1997, p. 13) diz que a análise das espacialidades de uma corporação diante do processo de integração

econômica de um país, remete-nos às noções de rede, gestão do território e difusão espacial.

A espacialização da conglomeração de uma empresa pode ser analisada por meio do modelo de crescimento de corporação apresentado por Hakanson (1979 *apud* Silva, 1997, p. 13), o qual considera quatro estágios de crescimento: penetração de seus produtos no mercado imediato; desenvolvimento de novos produtos; procura de novos mercados; e, por fim, diversificação da produção combinada com novos mercados. Por outro, pode ser analisada por meio dos padrões de difusão espacial evidenciados por Hagerstrand (1952 *apud* Silva, 1997, p. 14), tais como a difusão: por contágio; por relocalização; e, por hierarquia. Por último, pode-se recorrer às práticas espaciais, identificadas por Corrêa (1992 *apud* Silva, 1997, p. 16), ou seja, a estratégias que constituem o processo de gestão territorial da corporação e a sua territorialidade, tais como: seletividade espacial; fragmentação espacial; remembramento espacial; antecipação espacial; e a marginalização espacial. Corrêa (1989) conceitua gestão do território como ações exercidas pelos agentes sociais, privados e públicos no sentido de apropriar-se de um território e controlar a sua organização socioespacial.

Corrêa (1989, p. 17), correlacionando o tema concentração bancária e gestão do território, procurou analisar "[...] a ampliação, redução ou eliminação do papel dos centros urbanos na gestão do território a partir da concentração dos bancos comerciais que ocorreu no país, especialmente a partir da década de 60 [...]". No entendimento do autor, a gestão do território na realidade capitalista deriva significativamente dos interesses das grandes corporações multinacionais e multilocalizadas, entre elas empresas do setor financeiro.

Corrêa (1994, p. 163) diz que a circulação de capital no espaço financeiro se relaciona ao processo de acumulação de capital e à reprodução social geral. Considerando as escalas espaciais de análise do setor financeiro, identifica-se o processo de concentração-dispersão dos bancos e a relevância de São Paulo. Neste sentido, a partir dos anos de 1940, verificou-se uma enorme expansão do sistema bancário nacional, num primeiro momento, pela criação de muitos pequenos bancos com atuação geográfica local e, posteriormente, pela incorporação e fusão de outros bancos, sobretudo a partir da Reforma Financeira realizada entre 1964 e 1967; por outro, verificou-se a expansão das agências. Segundo Corrêa (1994, p. 164): "[...]Em 1941 cada banco controlava 2,2 agências; em 1985, em média, cada banco controlava 167,4 agências. Passa-se do pequeno banco local para o grande banco nacional [...]".

Silva (1997, p. 16) ressalta que o território da corporação reflete e é condição do processo de integração econômica de um país, visto que o desenvolvimento do capitalismo em escalas nacional e internacional se associa a uma apropriação de certas parcelas do espaço por um grupo social interessado na reprodução ampliada do seu capital. Por outro, diz que a difusão espacial da corporação não prescinde da existência de redes.

Segundo Dias (1995a; 1995b) houve um obscurecimento do conceito de rede ao longo das décadas de sessenta, setenta e oitenta do século XX, mas o seu retorno se relacionaria ao fato da instantaneidade e de simultaneidade das redes de informação que emergiram num contexto da produção de novas complexidades no processo histórico. Conforme Dias (1995b, p. 150), os bancos "[...] são doravante um elemento-chave de integração do território e de

articulação deste mesmo território à economia internacional [...]". Segundo Santos (1997, p. 214-215) a noção de rede tratando-se dos aspectos financeiros torna-se cada vez mais redes globais: "[...] a forma mais acabada e eficaz de rede é dada pela atividade financeira [...] graças à desmaterialização do dinheiro e ao seu uso instantâneo e generalizado. A noção de rede global se impõe nesta fase da história [...]".

Resultados e discussão

Origem caipira e o ideário disciplinar

Este segmento torna-se necessário, uma vez que o Bradesco se destaca como uma das maiores organizações do Brasil. E a relação capital-trabalho no cotidiano organizacional se fundamenta na origem caipira e no ideário disciplinar construído ao longo da história do Banco.

Conforme Segnini (1988) o sistema de poder articulado pelas organizações é dialético em relação ao contexto social no qual se insere; portanto, a análise de como se estrutura o poder disciplinar na organização Bradesco é significativo para compreensão das formas de controle e exploração do trabalho da sociedade brasileira, uma vez que são capazes de garantir a docilidade e a utilidade da força de trabalho que a disciplina. Os instrumentos utilizados na formação da força de trabalho disciplinada, ou seja, no processo de educação para o trabalho, a seleção e o treinamento de pessoal são mobilizados de acordo com os objetivos e ideário organizacionais. Neste sentido, são criados normas e regulamentos, a Declaração de Princípios e a vigilância hierárquica como mecanismos de poder que disciplinam as relações

de produção desenvolvidas no interior da organização, que objetivam a dedicação e maximização do trabalho bancário e, consequentemente, a lucratividade.

Desta forma, apresenta-se a origem caipira do seu fundador e o ideário disciplinar do Bradesco, uma vez que contribuiu para a sua transformação no maior banco e na maior rede de agências privadas do Brasil.

O Bradesco fundado em 10 de março de 1943, na cidade de Marília, SP, como muitos outros bancos daquela época, se originou a partir da transformação de uma casa bancária. A Casa Bancária Almeida, de propriedade de José Galdino de Almeida, rico fazendeiro, tem a sua origem numa pequena firma que negociava arroz. Essa firma prosperou e, em março de 1934, tornou-se uma modesta casa bancária, segundo Pegaia (1965):

> [...] com o reduzido capital de vinte contos de réis realizados, e vinte contos a realizar. O pequeno estabelecimento foi crescendo e, em 4 de fevereiro de 1943, estava transformado em banco, já então com o capital realizado de 10 milhões de cruzeiros [...] (Pegaia, 1965, p. 79).

Conforme Revista do Museu Histórico Bradesco (1993), a localização das suas agências atingia a escala local-regional da Região Centro-Oeste do Estado de São Paulo, compreendendo seis agências: Gália, Garça, Pompéia, Rancharia, Tupã e Vera Cruz.

As relações de poder do Bradesco se estruturaram em princípios, que por sua vez surgiram a partir da correlação de uma origem caipira e de um ideário disciplinar ao trabalho. Conforme Segnini (1988), o suporte deste ideário disciplinar está constituído na Declaração de Princípios da Organização Bradesco. No momento nos cabe perguntar: por que essas relações de poder se estruturam

nessa origem caipira e nesse ideário disciplinar ao trabalho? A resposta parece estar na biografia de um dos seus fundadores, Amador Aguiar, que dois dias antes da fundação do Bradesco deixou a subdireção regional do Banco Noroeste S/A, em Lins-SP, para ser contratado como diretor gerente. Aguiar - de origem caipira - converteu-se à Igreja Presbiteriana, adotando a religião de sua mulher:

> [...] 'Tornei-me presbiteriano por curiosidade', ele afirmava, e embora diga que não, a prática do protestantismo influiu, ponderavelmente, na sua vida de banqueiro. Ainda hoje, todos os papéis do Bradesco trazem impresso o lema 'Nós confiamos em Deus'. O funcionário precisa praticar alguma religião para ser admitido em qualquer empresa do grupo. Tudo isso se reflete na rigorosa disciplina da Organização e, sem dúvida, no nome dado à sua sede, a Cidade de Deus, em Osasco (Revista Exame, 1973, p. 23).

Aguiar procurou construir o Bradesco à sua imagem e semelhança, justificando o crescimento do Banco com máximas que representavam este ideário disciplinar. Conforme Revista Exame (1973, p. 21), Aguiar dizia que "[...] só o trabalho pode produzir riqueza [...]" e que "[...] não existirá banco sem clientes [...]". Nesse sentido, justificava o bom atendimento ao cliente e a dedicação ao trabalho bancário. Aguiar se tornou um diretor diferenciado pelos empréstimos aos agricultores.

> [...] ao pressentir o *rush* do café no norte do Paraná, propôs à sua matriz que desse empréstimos aos agricultores da região vizinha, sem garantia, até a primeira colheita. 'Idéia Absurda', foi a resposta. 'Imagine o prejuízo, se vier uma geada'. A idéia não era absurda e o Bradesco utilizou-a mais tarde (Revista Exame, 1973, p. 21).

Na Região de Marília, ou seja, na franja pioneira paulista, crescia o volume de gêneros negociados e dos produtos transformados. Isso fez com que surgisse a necessidade de bancos para intermediar as transações desses negócios. Dessa maneira, foram abertas diversas sucursais dos principais estabelecimentos bancários do município de São Paulo. Entretanto, um:

> [...] grande negócio parece ser exclusivamente originário da 'franja pioneira': o Banco Brasileiro de Descontos, fundado em Marília em 1943, com o capital de Cr$ 10 milhões, elevado a 40 milhões em 1946. Trabalham, ao mesmo tempo, na praça de Santos os seus fundadores, todos habitantes de Marília. Puderam eles montar agências em muitas cidades da 'franja pioneira', controlar fiações de seda em Marília, em outras cidades da Alta Paulista e até da Alta Sorocabana. Único, sem dúvida, é o exemplo; todavia, dá a medida do surto da Alta Paulista, mostrando ao mesmo tempo como as cidades, capitais pioneiras, completam sua influência comercial pela função bancária. Assim como os novos meios de circulação ajudaram as antigas bocas de sertão a resistirem com êxito às suas jovens concorrentes, assim também as circunstâncias monetárias, propícias ao comércio do dinheiro, vieram reforçar a atividade das cidades mais antigas da 'franja pioneira', o que lhes permite firmar e estender sua influência [...] (Monbeig, 1998, p. 367).

Conforme a Revista Exame (1973, p. 22-24), o Banco Brasileiro de Descontos S/A, à medida que crescia, sofria a hostilidade dos banqueiros da capital, que viam nele um "[...] banquinho de caipiras. Daí o trocadilho: 'Banco Brasileiro dos Dez Contos, se há' [...]". De certa forma, a característica principal do banco estava na carteira agrícola que democratizava "[...] o crédito para os sitiantes e fazendeiros, numa época em que os grandes

bancos não gostavam de emprestar dinheiro a pequenos depositantes [...]". Com relação à origem caipira do Bradesco, Aguiar diz que dava atenção as atividades do interior, "[...] relacionados com a agricultura, a pecuária etc. Talvez essa filosofia seja consequência das origens tanto do banco como de seus dirigentes [...]".

A síntese da referida origem caipira e do ideário disciplinar está expressa em símbolos e monumentos, que são expostos com destaque na matriz do Bradesco, na Cidade de Deus, em Osasco, Estado de São Paulo. Nos jardins do edifício central da matriz do Bradesco, encontramos uma locomotiva maria-fumaça, velha musa do "Trenzinho Caipira" de Villa Lobos, representando uma locomotiva pioneira que transportava a produção cafeeira e algodoeira do "território do café". No mesmo jardim encontramos também um burrico de bronze, arqueado sob o peso bem distribuído de dois balaios de mascate, que representa a dedicação e obediência ao trabalho. Amador Aguiar (1970, n. p.), fundador e presidente do Bradesco, procurando explicar tais monumentos declara: "[...] São dois monumentos ao trabalho; ao trabalho pesado de sol a sol, que tudo faz e tudo pode [...]". O fundador, justificando o crescimento do Banco, sempre expressava uma máxima que representava este ideário disciplinar: "Só o trabalho pode produzir riquezas". Além de declará-la, Aguiar mandou imprimi-la em diversos impressos internos do Banco e mandou pintá-la, em letras garrafais, no edifício principal da Cidade de Deus, matriz do Banco.

Desenvolvimento econômico e regional brasileiro

Segundo Tavares (1973, p. 110), o modelo de desenvolvimento econômico e regional no período entre 1940 e 1960, conduziu a economia brasileira, juntamente com a América Latina, a um tipo de economia dual. Essa dualidade, do ponto de vista da estrutura, por um lado, pode ser caracterizada pela existência de um setor capitalista dinâmico que cresce rapidamente empregando relativamente pouca gente, com alto nível comparativo de produtividade e, por outro, por um setor subdesenvolvido no qual se concentra a maior parte da população que se mantém praticamente à margem do processo de desenvolvimento. Nesse sentido, para Tavares (1973, p. 62) houve um esforço apreciável de substituição de importações realizado por quase todas as indústrias de transformação. Esse esforço pode ser verificado considerando que o coeficiente médio de importações (sobre a oferta total) de produtos industriais caiu de cerca de 16% em 1949 para menos de 10% em 1961. Isso resultou em mudanças significativas na estrutura produtiva e na correspondente estrutura de importações.

Apesar de uma relativa elevação da taxa de crescimento econômico brasileira, ao mesmo tempo que uma diversificação no setor industrial, o processo de desenvolvimento econômico aconteceu de uma forma desequilibrada em três níveis convergentes: setorial, social e regional.

Com relação ao nível setorial, conforme Tavares (1977, p. 103-104), verifica-se que os maiores investimentos concentraram no setor secundário, principalmente nas indústrias de transformação. O setor terciário também se beneficiou com uma série de investimentos de infraestrutura, em transportes e energia, mas

teve uma taxa de crescimento moderado no pós-guerra, sobretudo em alguns setores de serviços e da Administração Pública. O setor primário, apesar de ter apresentado uma taxa de expansão razoável, sobretudo na década seguinte a II Guerra Mundial, permaneceu, ao menos em termos globais, com a sua estrutura inalterada. Esse aumento da agricultura deveu-se, não tanto ao aumento dos rendimentos médios e inovações tecnológicas, mas sim, devido à incorporação de novas áreas, principalmente da Região Centro-Oeste, cujo objetivo era abastecer os crescentes mercados urbanos que surgiram a partir de então.

Quanto ao nível social, Oliveira (1977, p. 40) diz que se tornou evidente que a expansão da economia brasileira trouxe mudanças na divisão do trabalho entre as diferentes regiões que compõem o Brasil, além do que esse processo global envolveu uma outra diferenciação social do trabalho, ou seja, crescimento de atividades secundárias e terciárias em relação às primárias, substituição de atividades artesanais por fabris, criação de novos tipos de serviços.

No que diz respeito ao nível regional, Oliveira (1977, p. 49-55), ao analisar a divisão regional do trabalho no Brasil no período entre 1947 e 1968, diz que houve mudanças significativas e apresenta algumas hipóteses. Primeiramente, diz que houve uma 'divisão inter-regional do trabalho' no Brasil, decorrente do processo de industrialização da Região Sudeste, a região mais industrializada do País. Essa região foi ocupando a centralidade desse processo, ao mesmo tempo que foi havendo o incremento dos meios de comunicação e transportes. Em segundo, diz que as Regiões Nordeste e o Sul tornaram-se mais exportadoras regionais de produtos agrícolas e mais importadoras de produtos

industrializados da Região Sudeste. Essa hipótese pode ser comprovada pelo crescimento do setor primário em detrimento do setor secundário dessas regiões. Em terceiro, diz que o caso da Região Norte é diferente, aparentemente não foi afetado por essa redivisão do trabalho, e continuava isolada do mercado interno. Isso ocorreu talvez porque havia a dificuldade de comunicações e transportes e porque a Região Norte exportava grande parte dos seus produtos sem passar pelo Sudeste, ou seja, sem a dependência da economia dessa região. Em quarto, diz que a Região Centro-Oeste representava uma extensão da Região Sudeste e com isto apresentava uma modalidade de crescimento distinta das demais regiões dependentes. O setor primário se expandia para além do Rio Paraná, principalmente no Mato Grosso e Goiás, face às necessidades da demanda por bens primários da Região Sudeste. Isso pode ser observado pelo crescimento deste setor na Região Centro-Oeste. Portanto, o Brasil caminhava para uma economia regional mediada pela centralidade industrial da Região Sudeste, principalmente da cidade de São Paulo, tendo como perspectiva a transformação de uma economia nacional formada pelas antigas e várias economias regionais em uma economia nacional localizada em diversas partes do território, integrada a partir dos grandes investimentos em meios de comunicação e transportes.

Durante o período entre 1940 e 1960, o sistema bancário brasileiro também é direcionado pela perspectiva da transformação dos bancos de atuação regional em bancos de atuação nacional. Nesse sentido, entram em discussão e são estabelecidas algumas leis, cujo objetivo final era a formação de grandes bancos nacionais, que tivessem condições de mediar as transações que esse novo modelo de desenvolvimento regional exigia. É dessa maneira que

essa discussão da macroeconomia e do desenvolvimento regional brasileiro se insere na discussão da difusão territorial e no crescimento do capital do Banco Bradesco S/A, assim reciprocamente

Durante a primeira metade do século XX, o sistema bancário-financeiro brasileiro apresentava características tradicionais, pois financiava a produção agrícola e o comércio. Conforme Castro (1981, p. 7), não estava em condições de assumir os encargos da condução de um rápido processo de industrialização no qual o Brasil passava naquele momento.

Segundo Tavares (1975), o processo de industrialização do Brasil, no período entre 1930 e 1955, foi restringido. Conforme Negri (1975, p. 75), a denominação de industrialização restringida para esse período deve-se porque a reprodução ampliada do capital produtivo dependia do setor de exportação para produzir divisas para importações dos bens de produção: bens de capital e bens intermediários. Segundo, Cardoso de Mello:

> [...] a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção [...] (Cardoso de Mello, 1982, p. 110).

Neste contexto, verifica-se que a organização do crédito no Brasil era insuficiente para atender à necessidade dos produtores e empresários brasileiros. As Autoridades Monetárias eram incumbidas de administrar a política monetária no Brasil e constituíam-se a partir de três instituições: a Carteira de Redescontos (CARED); a Caixa de Mobilização Bancária (CAMOB) e a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC). Conforme

Mendes (1988, p. 11), a CARED funcionou de 1932 a 1964 e operava como "emprestador de última instância aos bancos comerciais, pois como a rede bancária era ainda muito incipiente ocorriam frequentes problemas sazonais de liquidez".

Esses problemas sazonais de liquidez sempre foram considerados, pelas Autoridades Monetárias, como uma das razões para justificar a política de incentivos ao processo de centralização bancária, aliás iniciado nesta época. Nos anos de 1940, a SUMOC, juntamente com o Banco do Brasil, fazia o papel do Banco Central, pois não tínhamos este órgão no sistema financeiro brasileiro. Para procurar melhorar este sistema houve, nesse período, toda uma discussão na imprensa especializada e no Congresso Nacional para a implantação de uma organização bancário-financeira mais eficiente, sobressaindo a discussão da implantação do Banco Central do Brasil.

Desenvolvimento regional da franja pioneira paulista

Com relação à interiorização do desenvolvimento regional e econômico no Estado de São Paulo, conforme SEADE (1988), o café tornou-se a matriz do sistema urbano paulista criando as condições para uma acumulação capitalista diversificada, tais como: estradas de ferro, bancos, indústria, comércio, eletricidade etc. Analisando os dados do Censo Econômico de 1940 dos principais municípios do Estado de São Paulo verifica-se que os estabelecimentos comerciais e industriais estavam disseminados por todo o Estado. Ao focarmos a análise nos principais municípios da franja pioneira observa-se o quão providos dessas empresas estava esse território, tanto de

empresas que atuavam no comércio a varejo e atacado, bem como de estabelecimentos industriais.

Como apontado, Milliet (1982) identifica que nas décadas de 1940 e 1950, a franja pioneira paulista constituiu-se o território mais dinâmico do Brasil. Nessa perspectiva, segundo Araújo Filho (1956), por solos virgens e de melhor qualidade, conhecidos como terra roxa, surgiram nos espigões do Planalto Ocidental, milhões de cafeeiros, logo seguidos por novos rosários de cidades.

Por consequência da crise de 1929 houve uma queda da participação do café nas exportações do Brasil. Conforme Lencioni (1985), em 1940, 70,76% dos produtos exportados diziam respeito a uma diversidade de mercadorias. Entretanto, segundo Tavares (1973), a participação do café no volume das exportações volta a crescer com o final da II Guerra Mundial, pois o total das exportações passou de pouco mais de 1/3 em 1947 para 2/3 em 1953.

Conforme Prado Junior (1974), o Governo Federal incentivou o desenvolvimento da cotonicultura como forma de buscar alternativas para corrigir o profundo desequilíbrio e *déficit* das contas externas do país. Segundo Rohwdder (1944), a cotonicultura se expande no território paulista, tornando o algodão o segundo produto mais negociado na franja pioneira e na pauta da balança de exportações brasileira.

Uma das condições que fizeram com que o Bradesco difundisse a sua rede de agências pela franja pioneira paulista e paranaense foi o desenvolvimento da pequena propriedade rural nesse território, pois o Banco foi um grande intermediário dos pequenos e médios sitiantes. O desenvolvimento da pequena propriedade no Estado de São Paulo estava intimamente ligado ao expressivo desenvolvimento e ao surgimento das inúmeras cidades

novas ao longo das ferrovias e que são denominadas rosário de cidades. Deffontaines diz:

> [...] Mas a estação ferroviária que, quase seguramente, faz aparecer uma cidade é a estação terminal, a ponta de trilho, que desemboca na região nova e constitui uma porta pioneira, é a bôca do sertão, a bôca sobre as regiões vazias [...] (Deffontaines, 1944 *apud* Petrone, 1956, p. 67).

O desenvolvimento de uma cidade 'boca do sertão' estava associado ao 'binômio ferrovia-rodovias', pois o território, além da estação terminal da estrada de ferro, somente poderia ser alcançado a partir de estradas de rodagens, que captavam toda a produção, ao mesmo tempo que essa cidade servia de centro de negócios e de compras. Conforme IBGE (1954), o fato da cidade de Marília ter sido 'boca do sertão' por sete anos, além de ter sido um exemplo clássico do 'binômio ferrovia-rodovia', contribuiu para que o município se tornasse um importante e dinâmico polo regional deste território. A relevância de demonstrar a importância das 'bocas do sertão' ou 'ponta dos trilhos', primeiramente é porque o Bradesco difundiu sua rede de agências, em grande parte, em cidades que receberam essas denominações. Nessa perspectiva, considerando as informações da inauguração das estações ferroviárias da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, na sua seção a oeste de Bauru até Pompéia, e da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a partir da estação de Pirajuí até Campo Grande-MS, verifica-se que de um total de 22 cidades que tiveram uma estação ferroviária, no período entre 1910 e 1937, o Bradesco, no ano de 1947, já havia aberto agências em 17 dessas cidades.

Procura-se estabelecer uma relação entre o desenvolvimento da pequena propriedade e o desenvolvimento

urbano dessas cidades. Milliet (1982, p. 69) diz que o aumento contínuo do número de pequenas propriedades, no Estado de São Paulo, tem uma possível relação entre a marcha do café para o Oeste e o fracionamento do grande latifúndio. Monbeig (1998, p. 346), analisando as cidades dos planaltos e os fatores de crescimento, aponta a seguinte questão: se as cidades da franja pioneira possuíam as mesmas condições geográficas por que umas prosperavam e outras paravam de crescer? Respondendo a sua própria questão, considera que os municípios que possuíam uma parte considerável do seu território loteado para pequenos proprietários ou pequenos cultivadores possuíam consequentemente maior número de habitantes, os quais faziam com que as cidades também prosperassem. Aponta o caso da diferente evolução de Lins e Cafelândia, ambas vizinhas e ambas nascidas no momento da construção da Estrada de Ferro da Noroeste. Assim, afirma que o desenvolvimento da primeira se deveu ao parcelamento da propriedade rural e que a estagnação da segunda tinha raízes no pequeno número de grandes propriedades rurais. Ainda é importante ressaltar que o autor exemplifica o caso de Marília, cidade na qual se originou o Bradesco, ter se tornado um polo regional pelo fato de possuir um enorme parcelamento de propriedades rurais.

Monbeig (1998, p. 346-347) diz que, no período entre 1938-1946, houve um aumento muito expressivo do número de habitantes de certas cidades, ao mesmo tempo que se multiplicavam os sítios. Dessa maneira, acredita-se poder considerar que a dinâmica do desenvolvimento econômico e regional dos municípios da franja pioneira paulista está intimamente ligada ao desenvolvimento da pequena propriedade.

O desenvolvimento econômico e regional da franja pioneira apresentava-se, durante o segundo quartel do século XX, extremamente dinâmico sobretudo no setor primário da economia, principalmente na atividade cafeeira e algodoeira. Entretanto, não somente essas atividades apresentavam bons índices de crescimento e desenvolvimento, mas também os setores secundário e terciário da economia, pois as atividades industriais e comerciais se desenvolviam amplamente. A economia agrícola mercantil se diversificava, bem como a indústria leve avançou o processo de urbanização, entendido como reestruturação das relações entre campo e cidade.

No entanto, o desenvolvimento desses dois eixos da economia divergia quanto a sua espacialização pelo território:

> [...] a agricultura mercantil diversificada ensejou uma urbanização atomizada, espalhada pelo território, diversamente da indústria, que selecionava polos, (...) a indústria se apropriou da rede urbana produzida pela e para a economia cafeeira e reforçou a polarização de certos núcleos originais do próprio complexo cafeeiro [..] (Coleção Economia Paulista, 1988, p. 14).

Nessa perspectiva, também busca-se considerar que o desenvolvimento da pequena propriedade agrícola na Região de Marília, bem como do desenvolvimento dos setores secundários e terciários surgidos a partir da atividade cafeicultora e algodoeira, contribuíram para o desenvolvimento e difusão da rede de agências do Bradesco nesta região.

Desenvolvimento regional da franja pioneira paranaense

Juntamente com a análise do desenvolvimento econômico e regional do Estado de São Paulo, por dois motivos, faz-se necessário analisar também o desenvolvimento econômico e regional do Norte do Estado do Paraná. Primeiramente, porque ao analisar a difusão da rede de agências do Banco Bradesco S/A no período compreendido entre 1943 e 1963 verifica-se que o Banco havia difundido uma série de agências nessa região, atingindo, em 1950, 20% do total da rede. Por outro lado, observa-se que o Norte do Estado do Paraná, durante esse período com o avanço da franja pioneira, tornou-se uma espécie de continuidade do território paulista.

O desenvolvimento do Estado do Paraná acontecia em três regiões bem delimitadas: Curitiba, Ponta Grossa e Londrina; situando-se, respectivamente, em cada uma das três grandes regiões naturais conhecidas como primeiro, segundo e terceiro planalto paranaense. Entretanto, segundo Santos (1956, p. 57), a área de influência dessas capitais regionais não coincide com os limites das regiões naturais a que pertencem. No Norte do Estado do Paraná o desenvolvimento econômico aconteceu a partir do transbordamento da atividade cafeeira do Estado de São Paulo, segundo Müller (1956, p. 55): "[...] é um capítulo da vida paulista, mas em território paranaense [...]".

A Estrada de Ferro Sorocabana, a partir do 'binômio ferrovia-rodovia, fez surgir novos núcleos, as 'bocas do sertão' ou 'pontas de trilhos'. A partir de Ourinhos, dando continuidade a marcha para o Norte do Paraná, a Estrada de Ferro Sorocabana passa a se chamar Estrada de Ferro São Paulo-Paraná. Os trilhos

dessa estrada de ferro atingem as cidades de Cambará, Bandeirantes e Londrina, respectivamente em 1925, 1930 e 1935.

Na Região Norte do Estado do Paraná, a cultura do café estava muitíssimo dinâmica, sobretudo devido à atuação da Companhia de Terras do Norte do Paraná que vendia pequenas e médias propriedades de café para pequenos sitiantes. De uma maneira mais intensa do que aconteceu no Estado de São Paulo, no Norte do Estado do Paraná os empreendimentos colonizadores deram origem a uma série de núcleos, os quais posteriormente tornaram-se cidades bem estruturadas. Nessa perspectiva, segundo Müller (1956, p. 77), formou-se "[...] a Paraná Plantations Co. que (..), desdobrou-se em duas subsidiárias: a Companhia de Terras Norte do Paraná, que trataria da colonização, e a Cia. Ferroviária São Paulo-Paraná [...]". Essa Companhia, de capital inglês, escolheu um lugar para construir sua sede e da área por ela colonizada. Assim, em julho de 1929 foi fundado o núcleo de Londrina. A partir daí, no ano de 1933, começou a implantação dos loteamentos, seguindo planos pré-determinados. Acompanhando o loteamento, progrediu a estrada de ferro que foi atingindo sucessivamente Jataizinho (1931), Londrina (1935), Apucarana (1937) e Maringá. Ressalta-se que outras companhias, seguindo a principal delas, a Companhia de Terras Norte do Paraná, iniciaram suas atividades na região. Dessa maneira, em 1931, foi fundada a colônia de Assaí, pertencente a uma companhia japonesa, a Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda. Essa colônia, seguindo a tradição japonesa, embora grande produtora de café, dedicava-se à policultura. Conforme Santos (1956, p. 57-59), Londrina, nos anos 1950, tornou-se a capital regional do terceiro planalto paranaense e

despertou nas autoridades paranaenses a perspectiva de captar esses rendimentos econômicos para Curitiba.

Política de crédito na franja pioneira paulista e paranaense

Conforme Monbeig (1957), um fato que explica a expansão dos bancos na região da franja pioneira paulista e paranaense é a correlação entre a situação financeira do sitiante pioneiro e a política de crédito, pois não somente os bancos cobravam juros altos para conceder créditos aos sitiantes, mas também estes eram cerceados por negociantes que lhes concediam empréstimos aplicando-lhes a agiotagem. Assim, diz que seria

> [...] mister talvez relembrar as necessidades financeiras do sitiante e a organização do crédito agrícola para subvencionar essas necessidades (...). Quando se vem a saber que em algumas regiões, que são as mais pobres e, tecnicamente, as menos evoluídas de São Paulo, todas as colheitas são compradas por um único negociante e todo crédito depende desse mesmo único negociante, compreende-se melhor a situação (Monbeig, 1957, p. 219).

Conforme Revista do Bradesco, naquele contexto:

> [...] forrado de terras roxas, onde o café fazia brotar fortunas e cidades num clima de oeste americano, o Banco duplicava os depósitos a cada mês. Foi a fase de sedimentação das raízes rurais, semeadas na região de Marília, e da aposta para valer na clientela, o que aliás deu muito certo [...] (Revista do Bradesco, 1993, n.p.).

Antonio Bornia, Vice-Presidente Executivo da Área Internacional e de Operações do Bradesco, declarou: "[...] O Banco

acreditava nos colonos e liberava o crédito na base da confiança, sem exigir cadastro ou coisa parecida. (...) Nosso pessoal não media esforço para chegar na frente [...]". O Banco: "[...] surpreendeu todo mundo procurando conquistar não os barões da terra, mas o cliente comum, fosse ele um colono italiano, um comerciante de cereais ou um simples funcionário público [...]". Na região de Marília havia 14 bancos que disputavam uma clientela de elite inexistente. Assim, segundo a Revista Bradesco:

> [...] A força de trabalho era predominantemente de imigrantes japoneses – 63,39% dos trabalhadores, de acordo com o censo de 1950 –, que vendiam a produção de algodão em caroço para empresas do porte de Anderson Clayton, Matarazzo e Swift [...] (Revista do Bradesco, 1993, n.p.).

Num contexto em que o Brasil era um arquipélago agrário com ilhas geoeconômicas incomunicáveis, o Banco se tornou uma empresa de intermediação comercial. Conforme a Revista do Bradesco:

> [...] Do remédio ao trigo, das peças de reposição ao combustível era possível encomendar nas suas Agências. Ao funcionar como se fosse um empório aos agricultores, somou também os comerciantes e as prefeituras entre o seu crescente número de clientes [...] (Revista do Bradesco, 1993, n.p.).

Segundo Prado Jr (1974, p. 297), durante os anos 1930 e 1940, como consequência dos *déficits* do balanço de pagamentos, os empresários brasileiros tiveram sérias dificuldades para conseguir financiamento dos credores estrangeiros. Desse modo, com o crédito reduzido surgiram margem para a especulação, agiotagem e,

consequentemente, juros altos, prejudicando sobretudo os pequenos agricultores:

> [...] os capitais postos à disposição das necessidades agrícolas não atingem nem a 1/5 do reclamado pelas emergências. Dessa deficiência resulta a predominância da afilhadagem , do favoritismo, do pistolão, nem sempre em proveito do mais precisado ou do que mais garantias ofereceu, permitindo a expansão da agiotagem sem alma e sem escrúpulos que aflige a vida dos pequenos lavradores (Machado, 1948, p. 35).

O caso do algodão serve consideravelmente para esclarecer este fato de agiotagem para os pequenos produtores. Segundo Mont'Alegre (1949), no ano de 1945, o maior volume de créditos concedidos pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil foi destinado ao algodão em pluma, ou seja, enquanto este recebeu 2.115.579,00, o algodão puro recebeu 142.922,00 milhares de cruzeiros. O problema da agiotagem e o encarecimento do crédito está no fato de que o algodão em pluma é uma matéria prima já beneficiada, quer dizer, já não está na mão do agricultor, porém na mão do maquinista que, também, exerce pressão sobre o pequeno produtor no sentido de adquirir a colheita por preços baixos para posteriormente negociá-los por preços altos.

Durante os anos 1940, o Brasil não possuía um Banco Central. As atribuições deste eram feitas, em parte, pela SUMOC e o Banco do Brasil. Nesse período, a imprensa, juntamente com legisladores, iniciou uma campanha para formulação de uma nova política monetária e, consequentemente, implantação de um Banco Central. O Ministro da Fazenda na exposição com que fez acompanhar o anteprojeto de Lei Bancária remetido ao Congresso (para votação, em janeiro de 1948), reconhece, inclusive, que o

crédito rural é o mais difícil de ser manejado. Conforme Mont' Alegre (1949, p. 18), em parecer sobre o projeto de reforma bancária apresentado na Comissão de Finanças: "[...] o sr. Horácio Lafer diz, inclusive: 'Mas a lavoura longínqua, que não conhece as cidades – tem vivido apenas o crédito pessoal, o que vale dizer, do crédito conhecido pelos comerciantes e comissários [...]". Analisando os relatórios da Assembleia dos Deputados Federais e Congresso Nacional verifica-se que o assunto estava na pauta dos deputados e senadores. Assim, seleciona-se o discurso de um dos senadores, o do Senador Francisco Galloti, em discurso no dia 22 de abril de 1948. O ponto substancial de seu discurso foi sem dúvida a leitura que fez de conclusões a que chegou uma publicação do Centro de Análise da Fundação Getúlio Vargas, Conjuntura Econômica, acredita-se que são:

> 1) As taxas de juros bancários no Brasil são três ou quatro vezes mais elevadas do que as vigorantes na maioria dos países;
> 2) A taxa de redesconto do Banco do Brasil figura entre as mais elevadas dos bancos centrais ou estabelecimentos similares do mundo inteiro;
> 3) No Brasil, as taxas de juros e descontos para empréstimos comerciais a prazo curto são quase tão elevadas e, às vezes, mais elevadas mesmo, do que as vigorantes no mercado de capitais para os empréstimos a longo prazo;
> 4) A diferença entre as taxas para depósitos e empréstimos é, em média, de 4 a 5%;
> 5) O nível das taxas de juros é caracterizado por uma grande estabilidade; independente das flutuações da conjuntura. O preço do dinheiro no Brasil é, portanto, pouco elástico (Revista Bancária Brasileira, 1948, n.p.).

Ao analisar este estudo sobre a taxa de juros, elaborado pelo Centro de Análise da Fundação Getúlio Vargas e publicado no Boletim Conjuntura Econômica (1948), nota-se que os analistas

dividiram os estabelecimentos bancários quanto à sua situação econômica em 3 categorias: 1) O Bancos Maiores, em número aproximado de 30, que operam com taxas inferiores ao máximo legal (12%), variando entre 8% e 10%; 2) O Bancos de Tipo Médio, cujas taxas de descontos variam entre 10% e 12%; 3) Os Pequenos Bancos (inclusive Casas Bancárias), que operam à taxa legal, cobrando, no entanto, às vezes, sob vários pretextos (comissões, despesas de expediente etc.), uma importância adicional que redunda, em última análise, na majoração da taxa de juros e descontos.

Os sitiantes pioneiros pobres criticavam os métodos utilizados pelo Banco do Brasil na concessão de empréstimos. Esse Banco preferia emprestar para os grandes fazendeiros e intermediários. A Região de Marília, por ter sido uma grande produtora de café e algodão em pequenas propriedades, encontrava essas condições da política de crédito.

Conforme Monbeig (1998, p. 224-225), quando o Banco do Brasil emprestava para os pequenos sitiantes, os custos dessa operação eram caros, da ordem de 12%, ou 1% ao mês, além do que os pequenos sitiantes deveriam apresentar uma série de documentos oficiais, tais como: título de propriedade; previsão de colheitas; além de outros inconvenientes que sempre lhe custavam tempo e muito dinheiro. Desse modo, os pequenos sitiantes preferiam emprestar dinheiro dos bancos locais, bem como, dos comerciantes de café, de algodão e de arroz, uma vez que estes exigiam menos documentos para fechar os contratos. Entretanto, essa aparente facilidade e economia tinha um preço muito alto para o pequeno proprietário, pois tornava-se refém dos comerciantes que lhe concediam empréstimos. Portanto, essa política de crédito

representou por um lado, um meio de financiamento; por outro, pagamento de juros altos e comissões.

Com relação aos bancos, essa política de crédito tornou-se muito lucrativa, principalmente para esses pequenos bancos e intermediadores, pois foram eles que realizaram a maior parte da intermediação. Neste sentido, analisando o estudo estatístico de Castro (1981), sobre relações indicativas de lucratividade dos 20 maiores bancos nos anos de 1946, 1955, 1965 e 1975, observa-se que no item lucro líquido/recursos próprios o Bradesco em todos os anos apresentava índices superiores à média dos outros bancos. Respectivamente, enquanto as médias foram de 0.07, 0.08, 0.12, e 0.18, o Bradesco atingiu os índices de 0.12, 0.14, 0.26, 0.29.

Esses índices apontam uma importante diferenciação do Bradesco com relação aos outros bancos. Um dos elementos que podem contribuir para essa diferenciação talvez seja o fato de o Bradesco ter sido um Pequeno Banco e, consequentemente, cobrava juros mais altos na carteira de crédito agrícola.

Difusão regional do Bradesco na franja pioneira paulista e paranaense

Demonstra-se o início da centralização do capital bancário e da difusão da rede de agências do Bradesco numa escala local-regional, ou seja, pela franja pioneira paulista e paranaense. No momento da fundação do Bradesco, o Sistema Bancário brasileiro era composto de muitos pequenos bancos com atuação local-regional, possuindo um pequeno número de agências.

Conforme dados do Ministério da Fazenda (1947), o Sistema Bancário brasileiro, no ano de 1944 era constituído por

2.459 estabelecimentos bancários, dividido em 663 matrizes e 1.796 agências em todo o Brasil. Desse total, o Banco do Brasil (BB) possuía 256 agências. Assim, descontadas as agências do BB, os demais bancos possuíam uma média de 2,3 agências por matriz, o que demonstrava a "fragilidade" com que as Autoridades Monetárias viam nesses bancos. Dessa forma, justificavam que esses bancos, por serem pequenos, estavam muito mais sujeitos a quebradeiras e, se isto acontecesse, poderia causar grandes problemas no Sistema Financeiro como um todo. Conforme a Revista Bancária Brasileira (1984), o Bradesco, em 30 de setembro de 1946, possuía 43 agências distribuídas pela região da franja pioneira paulista.

O Governo Federal a partir de 1946, através da SUMOC, entidade que antecedeu ao Banco Central, procurou apoiar a criação de um sistema bancário centralizado e forte. Por meio do Decreto-Lei n° 9229, de maio de 1946, e do Decreto-Lei n° 9604, de agosto de 1946, segundo Castro (1981, p. 98), concediam-se "[...]isenção de impostos, selos e taxas para as transformações, incorporações ou fusões de sociedades cujo fim seja a atividade bancária [...]".

Conforme Mont' Alegre (1949, p. 17-18), em dezembro de 1947, estavam em funcionamento no Brasil 2.227 estabelecimentos bancários, dos quais 444 matrizes e 1.783 agências. Na Região Sul, segundo divisão regional de 1942, compreendendo os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, existiam 1.046 estabelecimentos de crédito, dos quais 129 matrizes e 917 agências. Desse total distribuíam-se: em São Paulo, 106 matrizes e 602 agências; no Paraná, 7 matrizes e 75 agências; em Santa

Catarina, 3 matrizes e 55 agências; no Rio Grande do Sul, 13 matrizes e 185 agências. Com relação a Região Sul:

> [...] é interessante chamar a atenção para o contraste que existe entre a Região Sul e as demais regiões; sendo aquela a mais desenvolvida, economicamente, de vez que é onde se acha concentrada a maior parcela da produção, tanto agrícola como a industrial, é justamente a que dispõe de uma margem mais ampla de depósitos sobre empréstimos (Mont' Alegre, 1949, p. 17).

Faz-se necessário ainda destacar, com relação à Região Sul, que o Estado de São Paulo possuía mais da metade do total das agências da região, além de ser o Estado da Federação com maior número de estabelecimentos bancários, o que vem contribuir para demonstrar a dinâmica deste Estado na economia brasileira no período de fundação do Bradesco.

Nesse contexto, o poder público passou a incentivar a centralização bancária. Conforme Ministério da Fazenda (1947) e Mont' Alegre (1949), comparando os anos de 1944 e 1947, verifica-se que passados apenas três anos, houve um processo de centralização do capital bancário e diminuição do número de matrizes bancárias do Sistema Bancário do Brasil, pois comparando os dados referentes aos anos de 1944 com os dados do ano de 1947, verifica-se que o número de matrizes diminui de 663 para 444 e o número de agências de 1.796 para 1.783.

No ano de 1950, além do capital e da localização das agências, as Autoridades Monetárias passaram a se preocupar, também, com a quantidade de agências de cada banco. Na Instrução n° 37 de junho de 1951, observa-se essa preocupação do governo na referência à viabilidade do número ideal de filiais

admissíveis na localidade. Nesta Instrução nº 37 verifica-se referência de incentivos à centralização bancária.

> [...] Será dispensada toda preferência aos pedidos de fusão, incorporação ou transformação de sociedades cujo fim seja a exploração bancária, não só para permitir maior concentração de recurso como para o fortalecimento de instituições menores (Castro, 1981, p. 98).

A SUMOC, em 1956, restringiu por ano o número de concessões de cartas-patentes (instrumento que habilita uma instituição financeira a operar no mercado) e passou a manifestar uma preocupação com o crescimento desigual de agências no Rio de Janeiro e São Paulo (centro dinâmico da economia nacional) em detrimento de outras regiões menos assistidas. Conforme Castro (1981, p. 135), em 1959 tem-se restrições com relação ao índice de imobilização dos bancos, o qual "[...] não deverá ultrapassar o capital realizado mais reservas líquidas [...]". No ano de 1961, pela primeira vez as Autoridades Monetárias cedem no sentido de facilitar a disseminação de crédito no interior do país, uma vez que resolvem:

> [...] elevar de 10 para 15 o limite anual de concessões de novas dependências bancárias por estabelecimento, 10 das quais, pelo menos, só poderão ser instaladas em praças no interior do país onde seja insuficiente a assistência bancária (Mendes, 1988, p. 112).

No entanto, em 1962, novamente são reduzidas para 10 unidades as concessões para o funcionamento de agências. Nesse sentido, essas regulamentações podem ser fortes argumentos para

afirmar-se a intervenção estatal na difusão territorial da rede de agências bancárias brasileiras.

Nesse período anterior a 1964, não havia um "efetivo" controle sobre a difusão de agências dos bancos comerciais. Como apresentou-se, algumas instruções da SUMOC visavam manter o controle sobre o crescimento da rede de agências bancárias brasileiras. No entanto, constata-se que os limites máximos para a abertura de novas agências, 10 ou 15, eram tão elevados que não significava qualquer impedimento à expansão de agências.

> [...] Dado o grande número de bancos comerciais - de 300 a 900 no período, o critério de número máximo por sede de estabelecimento bancário implicaria em uma expansão máxima de 3.000 a 5.500 agências por ano (Mendes, 1988, p. 112).

O Bradesco a cada ano ampliava sua rede de agências. Para verificar essa ocorrência, apropria-se de dados de Castro (1981, p. 88-91), referente à evolução do número de matriz e agências do Banco do Brasil (BB) e dos Demais Bancos Comerciais (DBC), e procura correlacioná-los com os dados do Bradesco extraídos da Revista Bancária Brasileira (1952; 1961; 1984). A Tabela 1 apresenta a evolução de matrizes e agências do Banco do Brasil, Bradesco e DBC, nos anos de 1946, 1952 e 1961, dividida em três áreas: a Região Sul, compreendendo os Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná; a Região Sudeste, compreende os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo; e os outros estados. A seguir, apresenta-se a Tabela 1.

Tabela 1 – Matrizes e agências do Bradesco, Banco do Brasil e demais bancos comerciais 1946/1952/1961 (em números)

Regiões	Anos	Bradesco Agências	Banco do Brasil Agências	Demais Bancos Comerciais Agências	Total de Agências	Total de Matrizes
Sul	1946	0	43	383	426	24
	1952	17	53	632	697	21
	1961	33	101	1.003	1.137	23
Sudeste	1946	43	125	1.271	1.435	367
	1952	64	151	2.044	2.249	305
	1961	160	236	3.037	3.433	241
Outros	1946	0	99	119	218	82
	1952	1	110	166	276	78
	1961	8	135	536	679	68
Brasil	1946	43	267	1.773	2.079	473
	1952	82	314	2.842	3.222	404
	1961	201	472	4.576	5.249	332

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Castro (1981); Revista Bancária Brasileira (1952/1961); Revista Bancária Brasileira (1984).

Analisando a Tabela 1, observa-se um contraste entre o número de matrizes e o número de agências, o que confirma a centralização de bancos e a dispersão do número de agências. Das 473 matrizes existentes em 1946, só havia 404 em 1952 e 332 em 1961, ou seja, houve uma queda de 30% em 16 anos. O contrário ocorreu com as agências, em 1946 havia 2.079; em 1952, 3.222; em 1961, 5.249, ou seja, houve um aumento de 152,5% em 16 anos. Durante esses anos, também, variou a distribuição regional de

matrizes e agências. No ano de 1946, mais de 78% das matrizes e 69% das agências encontravam-se na Região Sudeste. Em 1961, essas proporções haviam decrescido respectivamente para 72% e 65%. Tradicionalmente, essa sempre foi a região mais bem servida pela rede bancária privada. No entanto, na Região Sul a variação percentual das matrizes teve um pequeno aumento, as primeiras passaram de 5% em 1946 para 7% em 1961, respectivamente, as agências passaram de 20% para 21% do total. Nos demais Estados, a variação percentual das matrizes e agências também tiveram um pequeno aumento, as matrizes passaram de 17% em 1946 para 21% em 1961; respectivamente, as agências passaram de 11% para 14% do total.

A participação do BB no total de agências reduziu-se de 12,8% em 1946 para 8,9% em 1961. Entretanto, houve um aumento da participação do Bradesco de 2,07% em 1946 para 3,82 em 1961. Na Região Sul, a participação das agências do BB passou de 10,09% em 1946 para 8.88% em 1961. Nessa região em 1946, o Bradesco não possuía nenhuma agência, mas em 1961 participava com 2,9% do total. Na Região Sudeste, o BB também teve um decréscimo em sua participação, passou de 8,7% em 1946 para 6,87% em 1961. No entanto, o Bradesco aumentou sua participação de 2,99% em 1946 para 4,66% em 1961. Nos demais Estados havia uma enorme deficiência da cobertura da rede privada, o que explica, neste caso, a relativa importância do Banco do Brasil, pois em 1946 participava com 45,4% da rede de agências. Entretanto, por um lado com as regulamentações de aberturas de novas agências nos grandes centros e, por outro, com incentivos de interiorização de agências dos bancos privados, a participação do BB em 1961 havia decrescido para 19,88%. Nessa perspectiva de interiorização o

Bradesco, que em 1946 não possuía nenhuma agência nesses estados, passou em 1961 a representar 1,17% do total de agências, pois havia aberto 8 agências na Região Centro-Oeste. Portanto, com relação a esta tabela 1, primeiro verifica-se que nesse período já havia uma diminuição do número de bancos (passando de 473 em 1946 para 332 em 1961), permitida pelas incorporações e fusões dos bancos menores pelos maiores. Isso resultava no processo de centralização bancária que, por sua vez, transformava os bancos de atuação local em bancos de atuação regional e, mais tarde, em bancos de atuação nacional. Segundo, observa-se que o número de agências estava aumentando (passando de 2.079 em 1946 para 5.249 em 1961), implicando no processo de dispersão territorial das agências bancárias. Em outra perspectiva, analisa-se a variação da distribuição regional de matrizes e agências. Essa dispersão estava sendo orientada para regiões menos assistidas, por um lado, havendo um crescimento do número de matrizes e agências dos bancos privados nessas áreas e, por outro, havendo um decréscimo percentual de matrizes e agências dos bancos públicos.

Durante esse primeiro período, que vai de 1943 a 1963, o Bradesco amplia sua rede em 3.833%, porém manteve sua difusão espacial numa escala local-regional, concentrada no Estado de São Paulo e na região Norte do Estado do Paraná, ou seja, na franja pioneira paulista e paranaense.

Como apontou-se, na sua fundação, em 10 de março de 1943, possuía, além da matriz em Marília, mais seis agências com uma atuação local. Conforme Balancete Museu Histórico Bradesco (1945), o Bradesco, em 1944, amplia sua rede de agências para 20 agências, instalando-se em outros centros regionais do Estado de São Paulo como: São Paulo, Araraquara, Bauru, Andradina, Lins

etc. No ano de 1945 passa a ter 39 agências, chegando a outros centros regionais como: Presidente Prudente e S. J. do Rio Preto. Nesse período, o Bradesco também teve outras mutações. Segundo a Revista Museu Histórico do Bradesco, em 01 de janeiro de 1946, transferiu sua matriz para a cidade de São Paulo, na região central, na Rua Álvares Penteado, nº 164. A região central da cidade de São Paulo, denominada como centro velho, figurava ainda nos anos 1940 como o núcleo bancário por excelência da cidade, lugar onde se concentrava a sede de diversos bancos, dentre eles o banco estrangeiro The National City Bank e o Banco do Estado de São Paulo – Banespa.

> [...] Em 1946, o total de bancos e casas bancárias na cidade já ultrapassava a uma centena. (...) E em 1948, 118, dos quais 76 eram bancos e 42 casas bancárias. Enquanto o total dos bancos era de aproximadamente um terço os que possuíam matrizes na Capital, as casas bancárias estavam quase a totalidade sediadas aqui (Pegaia, 1965, p. 33).

Corrêa (1989, p. 17) afirma que esse espaço urbano seria um "[...] centro de decisão da atividade financeira [...]", e que "[...] exerce um papel de controle maior ou menor sobre as atividades econômicas das cidades subordinadas e suas respectivas áreas de influência [...]". Passados sete anos, o Bradesco transferiu novamente a sua matriz, agora para Osasco, um bairro no subúrbio, distante 25 km do centro de São Paulo. Nessa época, Osasco era um distrito do município de São Paulo, condição esta que permaneceu até 1962, quando se emancipou e tornou-se um município do entorno de São Paulo. Conforme a Revista Exame (1973), a Cidade de Deus, nome dado à matriz do Banco, apesar de ter sido inaugurada em 10 de março de 1953, somente ficou pronta em 1959.

Na perspectiva de captar mais depósitos à vista e apropriar-se dos lucros gerados pela remuneração de juros baixos, ou mesmo não remuneração desses depósitos, o Bradesco, em 1950, amplia para 66 o número de agências. Nesse ano, observa-se que sua rede de agências chegou a outros importantes centros regionais da rica e dinâmica região Sudeste: instalou-se em Campinas, Ribeirão Preto, Santos, Fernandópolis. Verifica-se, também, que ampliava o número de agências em São Paulo, instalando-se em bairros industriais da capital paulista, como a Lapa e o Brás. Seus tentáculos atingiram 12 localidades do Estado do Paraná, principalmente Londrina, Região Norte do Estado, área de predomínio de café. Também se instalou em Curitiba e no porto de Paranaguá. Desse modo, devido às intensas relações com a economia cafeicultura e cotonicultura exportadora, o Bradesco estava presente nos três principais portos do país: Santos, Paranaguá e Rio de Janeiro. Conforme a Revista Bancária Brasileira (1951), a distribuição das agências do Bradesco, no ano de 1950, apresentava-se com a participação de 80% das agências na Região Sudeste e 20% das agências na Região Sul, sendo que esta última porcentagem, sobretudo, representa a difusão das agências Banco no Norte do Estado do Paraná.

Na década de 50, o Bradesco difundiu sua rede de agências para além da franja pioneira paulista e paranaense; no ano de 1955, segundo a Revista Bancária Brasileira (1956), as agências estavam distribuídas respectivamente: 80% na Região Sudeste; 19% na Região Sul e; 1% na Região Centro Oeste. Assim, observa-se que o Bradesco, com abertura de 8 agências, avançou sua difusão em direção à Região Centro Oeste.

O Bradesco, em 1948, inicia seu processo de centralização bancária. Segundo Jornal da Tarde (1973), beneficiado pelos incentivos às incorporações e fusões, o Bradesco incorpora um pequeno banco carioca, o Banco Mobilizador de Crédito S/A, com uma agência no Rio de Janeiro (na época capital do Brasil). Nos anos 50, fez mais duas incorporações. Segundo a Revista Bancária Brasileira (1954), em 1954, incorporou o Banco Nacional Interamericano S/A, com 38 agências em São Paulo e sucursal no Rio de Janeiro. Segundo a Revista Bancária Brasileira (1958, p. 49), em novembro de 1958 a "[...] SUMOC deferiu o pedido de liquidação extrajudicial formulado pela diretoria do Banco Popular do Brasil S/A, com sede nesta capital [...]". O Bradesco aproveitando-se dessa liquidação incorporou o Banco Popular do Brasil S/A, com matriz em São Paulo e mais 20 agências, em janeiro de 1959.

No ano de 1963, segundo a Revista Bancária Brasileira (1964), verifica-se que o Bradesco continuou difundido por uma escala local-regional, concentrado no Estado de São Paulo e na região Norte do Estado do Paraná, ou seja, na franja pioneira paulista e paranaense, uma vez que possuía 233 agências, distribuídas respectivamente: 79% na Região Sudeste; 17% na Região Sul e; 4% na Região Centro Oeste. Assim, verifica-se pequena diminuição da participação da Região Sudeste e Região Sul em relação ao ano de 1955 e pequeno crescimento da participação da Região Centro-Oeste.

Considerações finais

Este artigo analisou a concentração e centralização do capital do Bradesco, um pequeno banco de origem caipira e de

ideário disciplinar, a partir da difusão da rede de agências que passa de 6 agências em 1943 para 223 em 1963, numa escala local-regional do Estado de São Paulo e do Norte do Estado do Paraná, ou seja, da franja pioneira paulista e paranaense que apresentava condições extremamente dinâmicas, principalmente com altas taxas de produtividade e lucratividade da atividade cafeeira e algodoeira, mas também do setor secundário e terciário da economia num contexto do parcelamento dos municípios e acelerada urbanização. Apresentou a hipótese que o Banco, favorecido pela política de crédito estabelecida pelas Autoridades Monetárias, difundiu sua rede de agências pelo "território do café" aproveitando-se da alta rentabilidade das transações bancárias alcançadas neste período. A política de crédito dos bancos, por um lado, representou um meio de financiamento; por outro, pagamento de juros altos e comissões por partes dos pequenos e médios clientes. Isso fez com que os bancos tivessem alta lucratividade, principalmente os pequenos bancos e intermediadores, pois foram eles que realizaram a maior parte da intermediação da frente pioneira paulista e paranaense. Na perspectiva da difusão territorial dos bancos pelo Brasil, verificou-se que os bancos se difundiram para regiões menos assistidas. Assim, identifica-se que, por um lado, houve um crescimento do número de matrizes e agências dos bancos privados e, por outro, houve um decréscimo percentual de matrizes e agências dos bancos públicos.

Referências

A História dos 50 anos. **Revista do Bradesco**, Osasco: Departamento de Marketing, 1993.

AGUIAR, A. O trabalho tudo pode. **Folha de São Paulo**, São Paulo: 07 jul. 1970.

AGLIETTA, M. **Regulacion y Crisis del Capitalismo. La Experiencia de Los Estados Unidos**. México: Ed. Século XXI, 1986.

ARAUJO FILHO, J. R. de. O Café, Riqueza Paulista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: n. 23, jul. 1956.

Boletim Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro: Centro de Análise da Conjuntura Econômica do Núcleo de Economia da Fundação Getúlio Vargas, 2. ed., n. 1, ano II, jan.1948.

BRADESCO. Museu Histórico Bradesco. **Balancete**. [*S.l.*]: 30 abr. 1944.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Movimento Bancário do Brasil 1943-1944**. Tesouro Nacional, Serviço de Estatística Econômica e Financeira (Membro do IBGE), Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

CARDOSO DE MELLO, J. M. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CASTRO, H. O. P. de. **As causas econômicas da concentração bancária**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1981.

COLEÇÃO ECONOMIA PAULISTA. **A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)**. [*S.l.*]: SEP/SEADE-FECAMP/UNICAMP (Instituto de Economia), vol. 1, n. 1, SEADE, 1988.

CORRÊA, R. L. Concentração Bancária e o Centro de Gestão do Território. **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro: n. 51, abr./jun. 1989.

CORRÊA, R. L. Dinâmica do espaço financeiro brasileiro 1961-1985. *In*: SCARLATO, F. C. *et al.* (org.). **O Novo Mapa do Mundo – Globalização e Espaço Latino-Americano**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1994, p. 163-168.

DEFFONTAINES, P. Como se constitui no Brasil a rede de cidades. *In*. PETRONE, P. O Homem Paulista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 23, jul. 1956.

Jornal da Tarde, São Paulo: 10 jul. 1973.

DIAS, L. C. **Réseaux d'information et réseau urbain au Brésil**. Paris, France: Editions L' Harmattan, 1995a.

DIAS, L. C. Redes: Emergência e Organização. *In*: CORRÊA, R. L. (org.) **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995b.

LABASSE, J. **Lês Capitaux Et La Région – Essai sur le commerce et la circulacion capitaux dans la région lyonnaisse**. Paris: Librairie Armand Colin, 1955.

LABASSE, J. **L'Espace Financie – analyse géographique**. Paris: Librairie Armand Colin, 1974.

LENCIONI, S. **Agricultura e Urbanização – A capitalização no campo e a transformação da cidade. Jardinópolis, o estudo de um lugar.** 1985. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

LENCIONI, S. **Reestruturação Urbano-Industrial: centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo – A Indústria Têxtil.** 1991. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

LENCIONI, S. Urbanização difusa e a constituição de megarregiões. O Caso de São Paulo-Rio de Janeiro. **Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais.** [*S.l.*]: n. 22, ano 6, e-metropolis, set. 2015, p. 6-15.

LENCIONI, S. **Metrópole, metropolização e regionalização**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

MACHADO, A. A. A Circulação Fiduciária e o Crédito Agrícola. **Revista Bancária Brasileira**. Rio de Janeiro, n. 192, 20 dez. 1948.

MARX, K. **O Capital – Crítica da Economia Política.** Livro Primeiro, O Processo de Produção do Capital. Tradução: Reginaldo Sant Anna. vol. 2, 6. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MENDES, A. L. **Concentração e Desintermediação Financeira no Brasil 1964/1986.** 1988. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Economia, Universidade de Brasília, 1988.

MILLIET, S. **Roteiro do Café e Outros Ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil**. 4. ed. rev. ampl. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1982.

MONBEIG, P. Capital e Geografia. **Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira**, São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1957.

MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. Tradução: Ary França e Raul de Andrade e Silva, 2. ed. São Paulo: HUCITEC/POLISM, 1998.

MONT' ALEGRE, O. Crédito Especializado. **Revista Bancária Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 193, 20 jan. 1949.

MONT' ALEGRE, O. Geografia do Crédito, **Revista Bancária Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 194, 20 fev. 1949.

MÜLLER, N. L. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 22, mar. 1956.

NEGRI, B. **Coleção Economia Paulista** – A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980*)*, vol. 1, n. 2, São Paulo: SEP/SEADE-FECAMP/UNICAMP (Instituto de Economia), SEADE, 1988.

O Eterno bancário. **Revista Exame**, São Paulo, abr. 1973.

OLIVEIRA, F. de **A Economia da Dependência Imperfeita**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

PEGAIA, U. A. **A Rede Bancária da Cidade de São Paulo**. 1965. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1965.

PRADO JR., C. **História Econômica do Brasil**. 17. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1974.

ROHWDDER, J. A Atual Expansão do Algodão Paulista. In: Congresso Brasileiro de Geografia, vol. 4, Rio de Janeiro: **Anais do Conselho Nacional de Geografia**, 1944, p. 425.

Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, n. 185, ano 16, 20 maio 1948

Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, 1952/1961

Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, n. 260, ano 22, 20 ago. 1954.

Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, n. 311, ano 27, 30 nov. 1958.

Revista Bancária Brasileira, Rio de Janeiro, n. 614, ano 52, 29 fev. 1984.

Revista do Museu Histórico Bradesco, Osasco: Departamento de Marketing, 1993.

SANTOS, E. O. Ponta Grassa, Capital Regional do Oeste do Paraná. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 24, out. 1956.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço – técnica e tempo razão e emoção.** 2. ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

SEGNINI, L. **A Liturgia do Poder – Trabalho e Disciplina**. São Paulo: EDUC, 1988.

SILVA, C. A. F. da. **Dinâmica Espacial do Capital Bancário – Difusão, Integração e Crise: Estudo de Caso do Banco Nacional S.A.** 1997. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

TAVARES, M. da C. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**, 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

TAVARES, M. da C. **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil**. 1975. Tese (Livre Docência) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1975.

Submetido em: 14 de abril de 2024
Devolvido para revisão em: 23 de julho de 2024
Aprovado em: 29 de julho de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3451

Como citar:
GOMES, M. F. BRADESCO: ORIGEM CAIPIRA E A DIFUSÃO LOCAL-REGIONAL NA FRANJA PIONEIRA PAULISTA E PARANAENSE (1943-1963). **Terra Livre**, São Paulo, ano 39, v.1, n.62, jan.-jun. 2024, p. 374-422. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3451. Acesso em: dia/mês/ano.

Operações urbanas e espaços de lazer em Catalão (GO)

Urban operations and leisure spaces in Catalão (GO)

Operaciones urbanas y espacios de ocio en Catalão (GO)

Vinícius Mendes

Doutorando em Geografia - Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia / MG
E-mail: viniciusmenndess@gmail.com

Carmem Lúcia Costa

Professora Doutora do programa de pós-graduação em Geografia - Universidade Federal de Catalão -UFCAT, Catalão/GO
Email: clcgeo@ufcat.edu.br

Resumo:
Este trabalho faz parte de uma pesquisa de mestrado que tem como objeto de estudo uma operação urbana responsável por alterar as praças da cidade de Catalão (GO). Um processo comandado pelo Estado de transformação do espaço para expansão da acumulação de capital, ocorrendo o que Lefebvre aponta como a sobreposição do valor de troca ao valor de uso, que cria um urbano desigual. Com isso, o objetivo geral do texto é compreender a reprodução/ renovação, o uso e a apropriação das praças na cidade de Catalão (GO). A metodologia foi pensada pautando as relações entre a realidade, a teoria e prática, construída com a revisão de literatura nos conceitos de trabalho, reprodução da cidade e do espaço urbano, usos da cidade em autores/as. Seguida da pesquisa documental em leis, documentos institucionais do município, sites e outros, do trabalho de campo e por fim ocorreu a análise de todo material levantado. Os resultados da pesquisa mostram que existe uma desconexão entre os usos das praças e do resultado da operação urbana, mas ainda assim existem possibilidades observadas nos usos cotidianos.

Palavras-chave: Urbano, Cidade, Operação Urbana, Espaço Público, Lazer.

Abstract:
This work is part of a master's degree research that has as its object of study an urban operation responsible for altering squares in Catalão (GO). A process commanded by the State of transforming space to expand capital accumulation. Therefore, the general objective of the text is to understand the reproduction/reformation, use, and appropriation of squares in the city of Catalão (GO). The methodology was designed based on the relationships between reality, theory, and practice, built with a literature review on the concepts of work, reproduction of the city and urban space, and uses of the city by the authors, followed by documentary research into laws, municipal institutional documents, websites, and others, fieldwork and finally the analysis of all collected material. The research results show a disconnection between the uses of squares and the result of urban operations, but there are still possibilities observed in everyday uses.

Keywords: Urban, City, Urban Operation, Public Space, Leisure.

Resumen:

Este trabajo forma parte de una investigación de maestría que tiene como objeto de estudio una operación urbana responsable de la alteración de plazas en la ciudad de Catalão (GO). Un proceso comandado por el Estado de transformación del espacio para ampliar la acumulación de capita. Por tanto, el objetivo general del texto es comprender la reproducción/reforma, uso y apropiación de plazas en la ciudad de Catalão (GO). La metodología fue diseñada a partir de las relaciones entre realidad, teoría y práctica, construida con una revisión de literatura sobre los conceptos de trabajo, reproducción de la ciudad y espacio urbano, usos de la ciudad por parte de los autores. Seguido de la investigación documental sobre leyes, documentos institucionales municipales, sitios web y otros, el trabajo de campo y finalmente el análisis de todo el material recolectado. Los resultados de la investigación muestran que existe una desconexión entre los usos de las plazas y el resultado de las operaciones urbanas, pero aún se observan posibilidades en los usos cotidianos.

Palabras-clave: Urbano, Ciudad, Operación Urbana, Espacio Público, Ocio.

Introdução

A reprodução do espaço urbano carrega consigo as contradições inerentes ao sistema capitalista, sendo reflexo das lutas de classes pois é construída através das desigualdades que marcam uma sociedade organizada em prol do lucro e da ampliação do processo de acumulação de capital. Assim, a cidade passa por diferentes renovações responsáveis por adequá-la às necessidades dos empreendedores capitalistas.

Nesse contexto os espaços públicos de lazer deixam de ser espaços voltados ao uso e passam a ser espaços destinados a ampliação da acumulação e para isso a forma destes espaços precisa ser alterada, processo no qual o valor de troca sobressai ao valor de uso. Este foi o fenômeno observado por esta pesquisa na cidade de Catalão (GO) uma cidade média do interior de Goiás que mescla em seu cotidiano elementos inerentes a sua forma e tamanho com elementos característicos das grandes metrópoles. É através deste arcabouço que são analisadas as praças da cidade Catalão (GO) que passaram por renovação desde 2017 até 2022, recorte temporal definido através da observação de que um padrão de reforma foi aplicado durante este período.

Deste modo, objetivo geral do texto é compreender a reprodução/ renovação, o uso e a apropriação das praças na cidade de Catalão (GO), e os objetivos específicos são: compreender a reprodução espacial por meio da contradição do uso-troca e interpretar as transformações ocorridas nas praças de Catalão (GO). Para isso, foi utilizada uma metodologia baseada no materialismo histórico-dialético (Triviños, 1987) pautando as relações entre a realidade, a teoria e a prática. Iniciamos com a revisão de literatura sobre os conceitos de trabalho, reprodução da cidade e do espaço

urbano, usos da cidade em autores/as como Lefebvre (2001), Carlos (2011, 2017), Corrêa (2004), Harvey (2005, 2014), dentre outros/as. A segunda etapa foi a de pesquisa documental em leis, documentos institucionais do município, *sites* e outros. A terceira etapa foi o trabalho de campo de observação, no qual as praças foram visitadas e catalogadas, e por fim ocorreu a análise de todo material levantado.

Esta é uma pesquisa de mestrado financiada pela CAPES que colabora com a geografia das cidades médias, com a qual se busca não só pensar o lazer e a apropriação da cidade, mas também construir elementos que colaborem para efetivação do direito à cidade de forma cada vez mais plural.

A reprodução do urbano, os interesses capitalistas e os usos da cidade

A reprodução do espaço é um fenômeno importante para a compreensão da sociedade. Em diálogo com Lefebvre (2001) e Carlos (2011) se torna evidente que o espaço possui relação dialética com a sociedade; os dois se produzem reciprocamente, o que faz com que diferentes espaços sejam reproduzidos ao longo da história. Isto leva a reflexão de que na sociedade capitalista a reprodução do espaço acaba sendo influenciada por todas as contradições inerentes ao sistema econômico responsável por controlar as relações sociais.

O espaço no capitalismo é fruto de uma produção econômica que culmina na fragmentação e hierarquização dos lugares que passam a ser elementos da reprodução do urbano, diferenciando o conteúdo das experiências e das relações socioespaciais entre os/as indivíduos/as.

Assim, sob a ótica capitalista a cidade é uma mercadoria, e as pessoas estão no urbano para consumir e para que sua força de

trabalho seja explorada em prol da ampliação do processo da acumulação de capital. Os empreendedores capitalistas disputam a reprodução do espaço, buscando atender os interesses específicos de seus empreendimentos. O Estado aponta atua para organizar os interesses capitalistas e materializar as alterações na cidade, utilizando sua legitimidade e poder para metamorfosear a cidade e garantir o lucro de grupos específicos (Corrêa, 2004).

Ao passo que o capital produz a forma da paisagem física e social da urbanização, por consequência reproduz limites ao próprio desenvolvimento capitalista futuro (Harvey, 2005). Assim, Harvey (2005) mostra que através da lógica da circulação e acumulação o espaço é moldado, criando limites e condicionantes para pontos posteriores do tempo e espaço. No contexto da luta de classes existe a disputa pela construção de sua própria geografia histórica, sob a busca por moldar estes limites e condicionantes (Harvey, 2005). Em um contexto que os/as habitantes da cidade convivem com a expansão do capital que culmina na destruição criativa dos espaços propondo novos usos e programações aos lugares.

Sendo assim, essa "relação de duas vias de reciprocidade e dominação (em que os capitalistas, como os trabalhadores, são dominados e coagidos pelas suas próprias criações) pode ser mais bem apreendida em termos dialéticos" (Harvey, 2005, p. 165). Deste modo, o exame da realidade revela que a cidade industrial capitalista é produto de relações sociais de exploração, de uma desigualdade estrutural que atravessa os sujeitos em raça, classe e gênero.

Em escala global, a urbanização contemporânea é consequência de alguns fenômenos dentre eles o neo-imperialismo e a globalização das multinacionais, processos que perpetuam, ainda hoje, relações colonizadoras em escala global, e na escala local,

gerando também a precarização das relações de trabalho. Assim, o sentido do espaço é redefinido "à medida que os lugares da cidade se reproduzem por meio de um processo de trabalho gerador de mais-valia" (Carlos, 2013, p. 98). Este processo entendido como indutor da urbanização, também é para Harvey (2014), historicamente a cidade é constantemente alterada para manter as relações desiguais de exploração capitalista, a operação urbana emerge enquanto um instrumento de planejamento do Estado de alteração do espaço.

Por isso, "enquanto condição da realização do ciclo do capital, revela a necessidade de uma aliança entre o estado e os setores modernos da economia" (Carlos, 2017, p. 13), para que a reprodução espacial ocorra. O Estado, resguardado pelo discurso institucional, é representante dos interesses dos agentes hegemônicos que buscam espaços adequados para seus empreendimentos, e por isso, atua com o intuito de oferecer condições aos capitalistas, sendo o indutor de grandes transformações nas formas da cidade.

Assim, a operação urbana é uma estratégia de reprodução espacial que atua de forma classista, para atender a grupos sociais específicos, da burguesia, a operação urbana atua no sentido de reformar e/ou reformular espaços, que podem inclusive ter suas formas cristalizadas anteriormente, as quais só o poder dominante do Estado pode alterar. Com isso,

> Transparece, com toda evidência, o poder do Estado nesse processo. Ao ser responsável pela produção social da rede sistêmica de infraestruturas urbanas, as decisões de inseri-las no território passam a ser, pelo menos em tese, discricionárias do poder público. Quanto mais homogêneos forem os investimentos em infraestrutura, mais generalizado será o acesso à cidade. Quanto mais heterogêneos, mais variações de preço, mais desigualdade na apropriação e no

> uso do solo urbanizado. As cidades capitalistas têm essa contradição: o investimento social em infraestrutura provoca o aumento dos preços e os lotes, por serem caros, acabam sendo adquiridos individualmente pelos mais endinheirados (Ferreira, 2022, p. 23).

Ou seja, as operações bem como os processos de renovação e/ou requalificação do urbano, utilizam o dinheiro público para produzir espacialidades excludentes às populações, principalmente a classe trabalhadora mais pobre. O acesso à infraestrutura, reproduz centralidades – ou cria – excludentes, que são reflexos de uma autonomia relativa de um Estado que atende às necessidades do mercado, materializando processos de exclusão da cidade.

Esta exclusão do direito à cidade (Lefebvre, 2001) ocorre principalmente a partir da programação da vida, da organização em mínimos detalhes do viver da classe trabalhadora. Processo tal que organiza o morar, transitar, lazer, definindo quem ocupa quais lugares no espaço citadino, de modo que visa manter a classe trabalhadora passiva em seus postos de trabalho, ainda buscando reordenar o urbano de forma a garantir formas mais eficazes de acumulação de capital a partir da melhoria dos processos de produção e circulação de mercadorias.

A concepção do viver na cidade é distorcida a todo momento, alterando os referenciais dos/as trabalhadores/as, levados/as a aceitar viver em uma cidade alheia a si, por mais que nem sempre essa aceitação seja efetivada. Entretanto, isso não ocorre de forma passiva, mas sim de através de contradições, inclusive com a resistência das pessoas que em seu cotidiano ressignificam a cidade.

Neste sentido, "o processo de produção do espaço, nesta visão, não se reduz a uma produção material do mundo" (Carlos, 2011b, p. 56), logo, vai além do que a mercadoria pode proporcionar.

Assim, a produção espacial ganha significado na vida humana, para além da objetividade, pois em momentos a vida reage e supera ao que é imposto pelas contradições da produção capitalista (Carlos, 2011a).

À luz disso hoje, "vivemos em um mundo no qual os direitos de propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõe a todas as outras noções de direitos em que se possa pensar" (Harvey, 2014, p.27), inclusive ao direito à cidade, pois ela se torna uma mercadoria a ser consumida.

> A sociedade de consumo traduz-se em ordens: ordem de seus elementos no terreno, ordem de ser feliz. Eis o contexto, o palco, o dispositivo de sua felicidade. Se você não souber aproveitar a ocasião de pegar a felicidade que lhe é oferecida para fazer dela a sua felicidade é que... Inútil insistir! (Lefebvre, 2001, p.32).

Tal movimento reproduz o mal-estar de viver em um cotidiano urbano marcado por desejos insaciáveis, submissões e opressões diversas. Deste modo a sociedade é organizada para que se mantenha a programação do consumo. Contraditoriamente este processo de opressão/submissão produz a subversão que é a negação cotidiana da programação que as pessoas realizam no seu dia a dia, organizando a cidade em torno de seus usos particulares.

Reflexões sobre o lazer e sobre as praças públicas

Tendo em vista que a reprodução do urbano é parte do processo de ampliação do acúmulo de capital, sendo condição, meio e produto para realização das atividades capitalistas, fica evidente a constante renovação e alteração do significado e programação para os espaços, principalmente os públicos. O resultado disso, é o que Harvey (2014) aponta como uma crise devastadora que é o viver na cidade, marcado por coações e repressões diversas; pela programação

da vida nos mínimos detalhes para que todos os momentos sejam voltados ao capitalismo, assim a classe trabalhadora tem sua existência resumida ao trabalho e ao consumo.

Nessa linha de raciocínio Lefebvre (2001) considerou que existe um processo de subversão as submissões colocadas por quem planeja os espaços; este processo ocorre nos usos improdutivos destes lugares, seja pela festa e usos diversos que fogem ao processo de reprodução da acumulação de capital. Neste contexto em que a cidade é uma mercadoria seus serviços também se tornam e o lazer passa a ser segregado a quem pode pagar, o que é um problema, pois,

> Em relação à questão da qualidade de vida, destaque-se que, nos centros urbanos, os ambientes se apresentam como um aglomerado de construções, numa verdadeira "selva de pedras" e de indivíduos. Com isso, os espaços públicos de convivência são cada vez mais reduzidos, levando os citadinos a procurarem locais públicos ao ar livre para desfrutar do lazer individual, coletivo, ativo, passivo ou contemplativo (Sousa, 2023, p. 37).

Na cidade de Catalão este processo ficou evidente após a operação urbana de renovação dos espaços públicos de lazer, em que as alterações observadas nos lugares mais servem para afastar do que atrair as pessoas para tais espaços. Isso leva aos questionamentos: Qual a funcionalidade destas praças pós operação urbana? Qual o papel do lazer na sociedade capitalista contemporânea?

No Brasil as praças sempre foram concebidas como um espaço de celebração e convivência dos/as cidadãos/as (Robba e Macedo, 2003). Neste sentido as praças "são espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos, definidos pela malha urbana formal

e que não ocupem mais 2 ou 3 quadras consecutivas" (Robba; Macedo, 2003, p. 5).

Ao longo do processo histórico de construção das cidades as praças sempre tiveram diferentes funcionalidades programadas, como de convívio social, usos religiosos, militares, comércio, contemplação, cenário, usos esportivos, culturais e para serviços diversos, isto a depender de seu período de criação e intencionalidade de quem planeja (Tabela 1).

Tabela 1 - Usos programados para as praças nos períodos históricos

Novos usos - Tabela evolutiva dos programas			
Período			
Colonial	Eclético	Moderno	Contemporâneo
Convívio Social	Contemplação	Contemplação	Contemplação
Uso Religioso	Passeio	Recreação	Recreação
Uso Militar	Convívio social	Lazer esportivo	Lazer esportivo
Comércio e feiras	Cenário	Lazer cultural	Lazer cultural
Circulação		Convívio social	Convívio social
Recreação		Cenário	Comércio
			Serviços
			Circulação de pedestres
			Cenário

Fonte: Robba; Macedo (2003). Organização: Elaborado pelos autores, (2023).

É notável que algumas programações desapareceram, como a militar e religiosa, o que não impede que elas aconteçam, mas o lazer contemplativo e ativo, o comércio, serviços e a contemplação de

um cenário são programas que se transformaram e se mantiveram até o período contemporâneo.

Para Silva (2018), a praça é um espaço público urbano onde as trocas sociais, culturais, políticas, religiosas e econômicas acontecem, sendo de grande importância para a vida urbana; assim este deve ser um espaço pensado para ocupação coletiva e contato entre os/as cidadãos/as.

Ainda, o lazer e o convívio são funcionalidades que perpassam as épocas, e mesmo que se mantenha no período contemporâneo não fica evidente que as praças de Catalão (GO) estão organizadas de acordo com estas ideias.

Mesmo o lazer sendo um ponto de discussão importante para a sociedade contemporânea a organização destes espaços não mostra que a área está sendo valorizada por quem planeja espaços que são tão avessos a ocupação. O lazer adquire importância no urbano principalmente com a precarização do trabalho e da vida ocorrendo de forma intensa com longas jornadas de trabalho, horas perdidas de trânsito e de estresse cotidiano. Deste modo, o lazer pode ser entendido como o,

> conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (Dumazedier, 1973, p.34).

O lazer vai além do produtivismo imposto pela sociedade capitalista, na qual as pessoas são levadas a acreditar que precisam estar ocupadas a todo momento, e não precisa ser praticado por ter uma funcionalidade ou utilidade específica. O momento de lazer

também pode ser voltado ao ócio, à criatividade, à construção política e ao que o/a sujeito/a desejar fazer.

Deste modo, Mascarenhas (2001) enxerga o lazer enquanto um direito, um importante indicador de qualidade de vida de um povo, mas que é um privilégio em uma sociedade em que os direitos sociais são tão frágeis, vide um contexto econômico e social colocado pelo autor como uma verdadeira fábrica de pobreza. Assim, por mais que seja importante para qualidade de vida, "parece ainda não ter sensibilizado o poder público quanto à necessidade da efetiva implementação de políticas permanentes para o setor" (Mascarenhas, 2001, p. 54-55). Realidade que perdura atualmente, na qual o lazer e o tempo livre da classe trabalhadora são utilizados em função do capital, enquanto tempo de ser produtivo/a e trabalhar mais, ou enquanto momento de consumo, ambas em prol do acúmulo de capital.

Entretanto, "nessa era capitalista, em que até o "tempo é dinheiro", torna-se cada vez mais difícil encontrar um tempo para efetivar a criação e o prazer, ou seja, para conjugar o lazer, é preciso também de oportunidades de acesso" (Sousa, 2023, p.112). Enquanto para parte da sociedade capitalista, o lazer é uma mercadoria reclusa a aqueles/as que podem pagar pelo acesso, por mais que pessoas de baixa renda construam suas práticas de lazer, o circuito do capital oferece o lazer enquanto uma mercadoria, em um processo de segregação ao direito.

Enquanto forma de apropriação, o lazer é um direito humano universal, assegurado pelo artigo XXIV da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que diz "todo ser humano tem direito a repouso e lazer, inclusive à limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas" (ONU, 1948, p.5).

Outrossim, assegurado pela Lei n° 5.452/1943, que trata da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) que define em seu Art. 223-C, na Constituição de 1988, no Art. 6º aponta que são: "direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição" (Brasil, 1988).

Mesmo sendo um direito a ser assegurado de forma plural, isso não ocorre na prática, principalmente quando os espaços de lazer são organizados de uma forma em que não contribui para as ocupações cotidianas. Revela-se que espaços "que deveriam ser lugar do encontro, da festa estão se mostrando cada vez mais contraditórios: segregados e fragmentados, com apropriações em que cada um busca satisfazer suas próprias necessidades, ou estabelecem grupos excludentes" (Sousa, 2023, p. 72). Isso porque a produção e a reprodução das praças também foi alterada para se adequar às necessidades capitalistas,

> Os espaços públicos atuais têm se mostrado regidos pelo ritmo criado pelo capital, no qual tudo é transformado em mercadoria e passível de venda. Até mesmo a natureza preservada dos parques nas cidades se desvela contraditória e arquitetada esteticamente para o consumo mercadológico[...] (Sousa, 2023, p. 72).

Neste sentido, fica evidente que existe um descompasso entre a funcionalidade das praças na formação social e histórica, enquanto espaços de convívio coletivo, e das perspectivas de lazer enquanto um direito essencial a qualidade de vida de todos/as inclusive da classe trabalhadora, com a reestruturação dos espaços em prol dos interesses capitalistas de reprodução da acumulação através do consumo.

As perspectivas de praça e lazer exploradas no texto apontam em convergência ao uso e valorização das praças públicas a renovação dos espaços observada em Catalão (GO) caminha em direção ao esvaziamento dos espaços públicos que são substituídos pela esfera privada, onde o isolamento e o consumo acontecem de forma prioritária.

Praças da Cidade de Catalão (GO): As Formas e Reformas

Pesquisas anteriores questionam o papel dos espaços públicos e das políticas de lazer em Catalão (GO). O trabalho de Marçal (2012) ao analisar o Complexo de Lazer do Clube Povo reflete sobre a disposição dos espaços públicos de lazer e aponta que em Catalão (GO) estes locais são escassos e os melhores estruturados estão em bairros nobres ocupados por pessoas com poder aquisitivo, pouco acessíveis à população; questão que acontece também pelo sucateamento do transporte público sem rotas em todas as regiões da cidade.

De acordo com o *site* institucional da prefeitura do município de Catalão (GO), a cidade possui cerca de 116 bairros e loteamentos (Catalão, 2023), e nestes, foram identificadas 42 praças, número pouco maior que 1/3 em relação ao número de bairros, podendo ser considerado baixo. De acordo com o Plano Diretor – Lei Municipal Complementar - nº 3.439 de 08 de dezembro de 2016 e a Lei federal de Parcelamento do Solo Urbano – 6.766/1979 (alterada pela Lei nº 9.785/1999), todos loteamentos no momento de sua aprovação precisam apresentar espaços integrados aos bens de domínio público do município, voltados à implementação de: vias, praças, espaços livres, áreas voltadas a implantação de edifícios públicos e outros equipamentos urbanos (Catalão, 2017). Os números revelam que

mais de 2/3 dos bairros e loteamentos de Catalão não apresentam praças, indo na contramão do que a lei recomenda, por mais que o espaço seja reservado, estes espaços de lazer em outros bairros ainda não foram construídos.

As praças estão dispostas de forma desigual na cidade, a região que mais concentra praças é a central com cinco praças; o bairro Primavera apresenta quatro praças, sendo uma delas formada com um complexo esportivo com quadras de areia e outros espaços para práticas de esportes; a Vila União, Vila Liberdade e Bairro das Américas apresentam três praças cada um: a Vila Cruzeiro II, os bairros Nossa Senhora de Fátima, Elias Safatle, São João e o Residencial Eldorado apresentam duas praças cada um, bem como o bairro Elias Safatle; outros bairros apresentam apenas uma e a grande maioria não tem nenhuma praça.

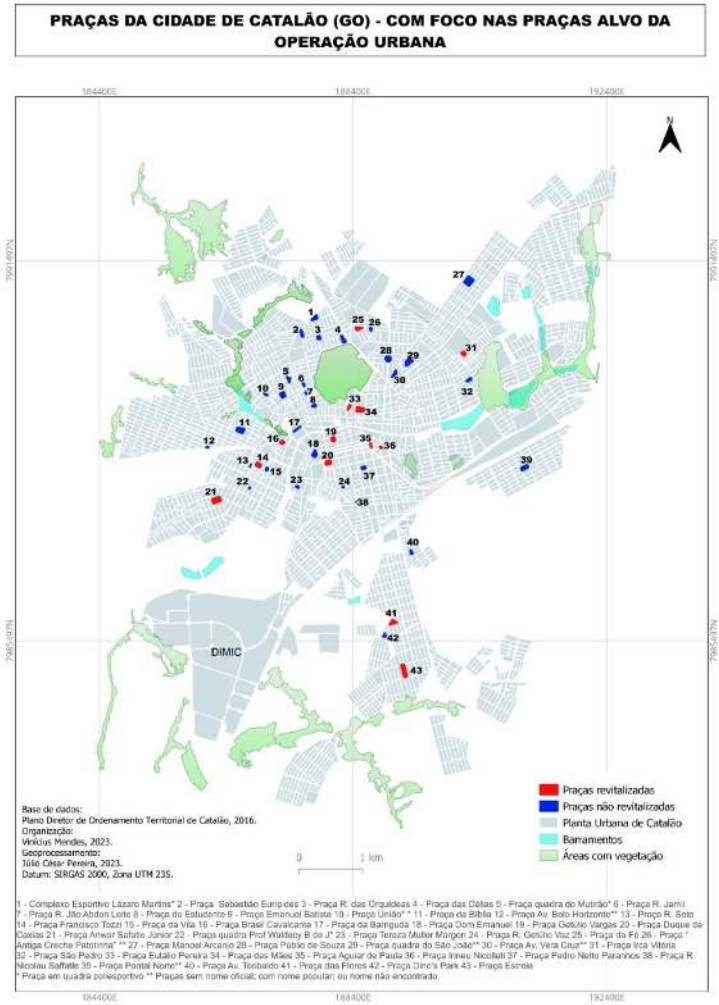
Verificamos que a "gestão do espaço urbano, evidentemente prioriza algumas áreas da cidade em detrimento de setores carentes, que não se vê contemplada por estruturas de esportes e lazer" (Marçal, 2012, p. 21). Com isso, a fragmentação dos lugares, valoriza algumas áreas em detrimento de outras, questão estrutural do capitalismo já exemplificada nas seções anteriores. O resultado é uma segregação que afeta uma grande parcela da população.

> Dessa forma, boa parte da população carece de condições mínimas de acesso ao lazer, uma vez que, se próximo a sua moradia não existem espaços que cumpram essa finalidade, a alternativa que resta é pagar para consumir o lazer dos espaços privados ou se deslocar para os locais públicos, em grande parte distantes de sua residência, o que para a maioria é inviável (Marçal, 2012, p. 21).

Os espaços públicos de lazer estão dispostos no espaço de acordo com a renda das pessoas que moram ou vão morar nos

arredores. Fica evidente que existe uma concentração de praças nos bairros centrais, mais abastados e nos bairros mais antigos, assim as praças estão dispostas de forma desigual na cidade (Mapa 1).

Mapa 1 - Praças da cidade de Catalão (GO) – Com foco nas Praças Alvo da Operação Urbana



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

A disposição das praças na cidade é desigual e existem bairros como o Evelina Nour, Maria Amélia, Alvino Albino, Marcone,

Flamboyant, Portal do Lago 1, Dona Matilde, Santa Mônica, Vila Maria, Setor Aeroporto, Dona Sofia, Copacabana, Conquista, Ayrton Senna, Jardim Itália, Cidade Jardim, etc. que ocupam o limite entre a área urbana e rural e não dispõem de praças, nem espaços sinalizados de onde serão construídas e muito menos estão localizados perto de outras praças. Somando isso a falta de transporte público os/as moradores/as destes bairros, a população dificilmente goza do direito de conviver em uma praça pública.

Deste modo, o "lazer, enquanto prática social, não se dá na mesma medida, qualitativa e quantitativamente, para todas as classes sociais da população" (Marçal, 2012, p. 32). Neste sentido, as praças alvo da reforma em Catalão (GO) se concentram em sua maioria na área central da cidade, onde o fluxo de pessoas é maior e o marketing urbano acaba sendo mais efetivo, pois é propagado o discurso de que a cidade tem espaços de lazer estruturados e recém reformados, enquanto outras regiões que não seja a central estão esquecidas.

As praças que aparecem em vermelho no mapa são as que foram alvo da revitalização, a partir das observações realizadas em campo nestas praças é que serão elencados alguns elementos sobre estes locais.

Ficou evidente que estes espaços foram organizados através da lógica do marketing urbano, utilizado para promover a cidade e grupos políticos realizadores destes feitos, isto fica claro ao evidenciar que todas as praças alvo da operação passaram por solenidades de inauguração.

O *modus operandi* da segregação é utilizado para deixar o espaço cada vez mais consumível, alterando diretamente o valor dos lugares ao redor, mas produzindo espacialidade alheias a quem mora

na cidade. A segregação reforça que a praça é um valor patrimonial e não um bem coletivo, de lazer ou socialização (Serpa, 2013), o interesse particular de valorização dos espaços e promoção política se sobrepõe aos usos coletivos.

As reformas privilegiam usos despolitizados, individuais e privados dos espaços que deveriam ser públicos, causando tensões no cotidiano. Com isso, diante das novas possibilidades de lazer oferecidas pelas novas tecnologias e pelos espaços de consumo privado, na sociedade contemporânea "espaços públicos como as praças se tornam pouco frequentados, uma vez que as grandes cidades capitalistas não garantem a segurança da população e se estruturam pela divergência entre o público e o privado" (Gomes, 2007, p. 107). Existe um esvaziamento desses espaços, em relação às ocupações e em seu sentido e significado.

O que foi observado em campo aquilo que Serpa (2013, p.172) afirma que através do marketing urbano a "palavra de ordem é investir em espaços públicos "visíveis", sobretudo espaços centrais e turísticos, graças às parcerias entre os poderes públicos e as empresas privadas". Assim, estas praças, principalmente as centrais, são obras utilizadas para promoção da atual administração de Catalão (GO), como forma de validar o trabalho realizado.

Nestes lugares têm uma série de características padronizadas; todas as praças possuem a mesma cor, um tom de amarelo utilizado na identidade visual da administração atual, possuem também a mesma fonte luminosa revestida por azulejos como é possível ver na imagem 4 do (Mosaico 1).

Figura 1 - Praça Aguiar de Paula em Catalão (GO)



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Durante as visitas as fontes estavam com a fonte luminosa desligada, sujas e com água parada, dando a entender que por falta de manutenção tais equipamentos estavam em desuso (Mosaico 2).

Figura 2 - Fonte luminosa com água parada e entulho na praça Irineu Nicoletti (GO)



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

O fato de o equipamento estar sem uso por falta de manutenções preventivas mostra a falta de planejamento a longo prazo, em termos de custo e a logística para manter tais equipamentos em funcionamento. Em outras praças o planejamento displicente fica evidente ao se observar a quantidade de equipamentos em relação ao tamanho da praça (Mosaico 3).

Figura 3 - Praça Brasil Cavalcante em Catalão (GO)



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Com a Operação Urbana ocorreu corte de árvores, substituídas por palmeiras, insuficientes para formar sombra. Foi construída uma quadra poliesportiva ao ar livre, quadra de areia, academia ao ar livre, *pet place*, bancos e mesas de jogos e a repetitiva fonte luminosa.

Observamos que a fonte da praça, também estava desligada e com a água suja, além da ausência de lixeiras, mas ao seu redor há

caçambas que em todas as visitas estavam cheias, pois são utilizadas pelos comércios aos arredores. A praça não tem ponto de água potável e nem banheiro para atender quem a ocupa, visita ou mesmo aqueles/as que vão para a prática esportiva e necessitam desse apoio (Mosaico 4).

Figura 4 - Pet place ocupado por capim na praça Brasil Cavalcante em Catalão (GO)



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

O local não apresenta ponto de água potável e nem banheiros, ainda alguns dos equipamentos precisam de manutenção, o espaço *pet place,* para uso com animais em areia está sem condições de uso, ocupado por causa do capim, além disso, gatos e cachorros de rua utilizam o espaço, sem a manutenção correta ele se torna um transmissor de doenças.

O maior problema desta praça, além da falta de sombra, é a quantidade de equipamentos em um espaço relativamente pequeno,

o que atrapalha o caminhar no local são os muitos bancos, aparentando uma desorganização.

Em outra praça alvo da operação, a Getúlio Vargas (Mosaico 5), ficou evidente houve a tentativa de combinar os elementos da operação com os elementos históricos, visto que é a praça central e uma das praças mais antigas da cidade. Não causaria boa impressão na cidada a retirada de todos os elementos dela fossem retirados e/ou destruídos, por isso, junto com a fonte amarela e os pergolados estão contrastando com o relógio, o obelisco e o histórico coreto.

Figura 5 - Praça Getúlio Vargas Catalão (GO)



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Uma praça que antes valorizava a história e os feitos da cidade, e que foi palco de diferentes manifestações hoje convive com

a praticidade de elementos que pouco fazem parte desta história que foram inseridos e que no futuro possivelmente serão lembrados por este contraste. Diferentemente da Praça Getúlio Vargas a Praça Duque de Caxias (Mosaico 6) passou por um processo de grande alteração.

Figura 6 - Praça Duque de Caxias 2019 x 2021, antes e depois da operação urbana



Elaborado pelos autores, 2023.

As árvores da praça deram lugar a pergolados, fontes, um rio artificial, e a uma série de espécies exóticas ao bioma cerrado que não geram sombras, o coreto e os banheiros deram lugar a um quiosque administrado por uma empresa de lanches privada, que venceu um processo de concessão. Após o processo da operação urbana a praça se tornou outra, irreconhecível, com novas formas e equipamentos.

A praça em questão dispõe de elementos peculiares, é uma praça utilizada para realização de uma tradicional feira livre na cidade, de comércio popular, as árvores e os banheiros que antes apoiavam a realização da feira foram trocados por equipamentos que não facilitam nem um pouco a realização desta ocupação, o que leva a pensar que ela foi desconsiderada ao longo do planejamento do local. Ainda, ficou evidente um certo abandono para com os

equipamentos instalados (rampas e pontes de madeira com defeito e deterioradas)

O rio artificial estava seco e a fonte luminosa em desuso com sua água parada e suja, o que é um problema evidente e que impede o uso pleno do lugar até mesmo de sua programação materializada pelo planejamento (Mosaico 7).

Figura 7 - Rio seco e fonte luminosa desligada na praça Duque de Caxias em Catalão (GO)



Elaborado pelos autores, 2023.

A Praça das Mães seguiu uma lógica de renovação bastante parecida com a anterior, passou por uma destruição de seu lugar anterior dando "vida" a uma nova praça, com uma grande fonte, quiosques, rio artificial, diferentes espécies exóticas e ornamentais e *playground*. Entretanto é uma praça com diferentes espaços separados por lances de escadas e que não são acessíveis, com ausência de sombra pois não existem mais árvores. Fica à frente do

hospital Santa Casa de Misericórdia da cidade e tem a função de apoiar quem é atendido no hospital, mas sem sombras se torna impossível permanecer neste espaço, ainda, a programação de lazer de crianças brincando, famílias passeando contrasta com a de quem está apreensivo com possíveis questões de saúde.

O problema da fonte luminosa se repete também nesta praça que é cortada por uma queda d'agua e um rio artificial, elementos que substituem as árvores, mas que não funcionam por falta de manutenção (Mosaico 8).

Figura 8 - Rio seco e fonte parada na Praça das Mães Catalão (GO)



Elaborado pelos autores, 2023.

Nas praças Das Flores, Estrela e Anwar Safatle Júnior ambas construídas durante o período analisado os equipamentos são quase que idênticos, pergolados, espécies exóticas de plantas que não

produzem sombra, academias ao ar livre e quadras de esporte estão presentes nestas praças. Os problemas identificados foram a falta de sombra que impede a ocupação durante o dia e a falta de manutenção como o lixo espalhado por elas, grama alta e principalmente falta de luz o que também impede a ocupação no período noturno (Mosaico 9).

Figura 9 - Equipamentos estragados na Praça das Flores em Catalão (GO)



Elaborado pelos autores, 2023.

O mosaico exemplifica o estado dos equipamentos encontrados nestas praças, em diferentes estados de degradação, uma quadra poliesportiva com avarias, falta de gols e de cestas é um

empecilho para que a programação pensada para ela se materialize. Até mesmo a ideia de deixar a cidade mais "bonita" e reproduzir paisagens comerciais das praças fica impossibilitada visto que os inúmeros problemas de manutenção afastam as pessoas.

Outra praça alvo foi a Irca Vitória da Fonseca que fica bem próxima a Universidade Federal de Catalão, o que pode ser um dos motivos para que a praça não tenha perdido todas suas árvores. Entretanto a praça possui quadra de areia, *pet place*, academia ao ar livre, pergolados, mas não possui nada pensado para a ocupação da Batalha do Setor, ocupação que ocorre no local a mais de sete anos, sendo mais um uso local do espaço que foi desconsiderado no planejamento.

Também observamos a Praça da Fé que não recebeu grandes alterações, e a Dino's Park uma praça em que foram construídas estátuas de dinossauros, mas que no período da visita já estava toda destruída em grande estágio de degradação.

De modo geral estas praças alvo da operação, não possuem ponto de água para hidratação, banheiros, a acessibilidade é precária com poucas rampas desconexas, não tem piso tátil, são poucas as que possuem árvores e sombra durante o dia e ainda sofrem com a falta de manutenção com sujeira e equipamentos estragados. Fica claro que não são espaços remodelados pensando na ocupação feita pelos/as habitantes, sendo que não foram consideradas as antigas ocupações como no caso da feira e da batalha de rap e nem as mais recentes; a programação é voltada para espaços visíveis e que na realidade do dia a dia são estranhos aos diversos usos.

Considerações Finais

Durante a construção desta pesquisa algumas questões foram elucidadas, como a necessidade da participação coletiva nas decisões da cidade, de como serão feitas as reformas, quanto será gasto, e qual o resultado disso tudo.

Verificamos que a produção e reprodução destes espaços não é feita com o intuito de contemplar a comunidade que usa as praças, em outras palavras, em Catalão (GO) a operação que as renova tem por objetivo modernizar estes espaços, torná-los lugares de propaganda da cidade, a serem fotografados e publicizados a fim de elevar a imagem da cidade, uma estratégia aliada as técnicas de marketing urbano.

Entretanto, ficou claro que não foi algo pensado a longo prazo, para além das cerimonias de inauguração, isso porque no trabalho de campo constatamos que as praças estão abandonadas, com inúmeros equipamentos deteriorados e sem uso, de várias incoerências nas escolhas dos equipamentos das praças.

Frente a isso, conclui-se que estas reformas colaboram com esvaziamento dos espaços públicos, que quando impossibilitados de serem ocupados são substituídos pela esfera privada. Ao invés de circulação e uso social-cultural, o consumo acontece de forma primordial, ainda, é transparente a expansão da esfera privada no momento que estas praças passam a ser também espaços de consumo e de ampliação do processo de acumulação. Tudo isso não exclui as possibilidades de ocupação fora deste programado, que vão além do que está posto e que também foram identificadas enquanto diferentes usos coletivos que caminham separados do consumo.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 16 mar. 2023.

BRASIL. **Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.** Brasília, DF, 2017. Disponível em: < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-normaatualizada-pe.pdf>. Acesso em: Acesso: 27/06/2023.

CARLOS, A. F. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011b. p. 1-36.

_____Ana Fani. Da "organização" à "produção" do espaço no movimento do pensamento geográfico, In: CARLOS, Ana Fani; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Borges (orgs.) A **Produção do espaço urbano – agentes e processos, escalas e desafios**. Editora Contexto, São Paulo, 2011a. P. 53-73

_____Ana Fani. **Espaço-tempo da vida cotidiana na metrópole**. São Paulo: FFLCH/USP, 2017.

CATALÃO, Lei 3.439, de 08 de dezembro de 2016. **Dispõe sobre a instituição do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável Urbano e Ambiental de Catalão e das outras providências.** Catalão: Prefeitura Municipal de Catalão. 2016.

CATALÃO. Prefeitura Municipal, **Revisão do plano diretor de Catalão:** diagnóstico final / Coordenadores Francisco C. Silva Coelho, Marcos Martins Borges, Vinicius Gomes de Aguiar. – Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2017. 219 p. Disponível em: < https://www.planodiretorcatalao.com.br/relatorio-final> Acesso: 21/10/2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. Quem produz o espaço urbano In: **O espaço Urbano**, 4° ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.p. 11-31.

FERREIRA, João Sette Whitaker. A forma urbana patrimonialista: limites da ação estatal na produção do espaço urbano no Brasil. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 24, 2022.

HARVEY, David, **A produção capitalista do espaço.** Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005, 251 pp.

_____, David. **Cidades rebeldes**, São Paulo, Boitempo, 2014.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. Tradução de Maria de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Perspectiva, 1973

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 1991.

MARÇAL, Patrícia Souza Rocha. **O clube do povo de Catalão (GO) – 1984-2011: histórias contadas, territórios vividos**, Dissertação de mestrado, PPGGC/ UFG-RC, Catalão, 2012.

MASCARENHAS, Fernando. O lazer e o príncipe eletrônico. **Licere**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 46-60, 2001.

ROBBA, Fabio, MACEDO, Silvio Soares. **Praças Brasileiras,** São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

SILVA, Max Wesley Florentino da. **Se essa praça fosse minha, eu mandava, eu mandava ocupar:** entre permanências e mudanças nas praças de Campina Grande-PB em suas revitalizações (2013 a 2017), PPDR/ UER, Campina Grande, 2018.

SOUZA, Flávia Kênia de Jesus. **Apropriação e Rtimanálise dos Parques Urbanos pelas práticas de lazer – Estudo de Caso parque Marcos Veiga Jardim – Goiânia – GO**, Dissertação de Mestrado, PPGEO/ UFG, Goiânia, 2023.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação / São Paulo: Atlas, 1987.

Submetido em: 1° de abril de 2024
Devolvido para revisão em: 02 de agosto de 2024
Aprovado em: 27 de agosto de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3389

Como citar:
MENDES, V.; COSTA, C. L. OPERAÇÕES URBANAS E ESPAÇOS DE LAZER EM CATALÃO (GO). **Terra Livre**, São Paulo, ano 39, v.1, n.62, jan.-jun. 2024, p. 423-452. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3389. Acesso em: dia/mês/ano.

CONFIGURAÇÃO GEOGRÁFICA: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARITUBA – PA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

GEOGRAPHIC CONFIGURATION: THE INSTITUTIONALIZATION OF THE MUNICIPALITY OF MARITUBA - PA IN THE METROPOLITAN REGION OF BELÉM

CONFIGURACIÓN GEOGRÁFICA: LA INSTITUCIONALIZACIÓN DEL MUNICIPIO DE MARITUBA – PA EN REGIÓN METROPOLITANA DE BELÉM

Antonio Cleison de Souza Costa
Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Pará
Pesquisador Fapespa
cleison06051981@gmail.com

Clay Anderson Nunes Chagas
Prof. Dr. Da Universidade Estadual do Pará
claychagas@yahoo.com.br

Roberto Magno Reis Netto
Prof. Dr. Do Instituto de Ensino de Segurança do Estado do Pará, Pesquisador e Oficial de Justiça do TJPA
bob_reis_ufpa@yahoo.com.br

Resumo: A reconfiguração do espaço intraurbano da Amazônia esteve atrelada à inserção dos projetos de integração, os quais impulsionaram o processo de ocupação dos municípios que hoje compõem a Região Metropolitana de Belém (RMB). Esse novo modelo de urbanização (da rede urbana) dá origem, em Belém, a outro processo, o de metropolização. Dessa forma, este artigo traz como objetivo principal analisar o contexto histórico e geográfico do processo de ocupação do município de Marituba até a sua institucionalização a Região Metropolitana de Belém (RMB). Os procedimentos metodológicos utilizados foram à revisão bibliográfica, levantamento documental e pesquisa exploratória. Os resultados apontam que a implementação do eixo viário para a construção da Estrada de Ferro Belém Bragança (EFB) e, posteriormente, a Rodovia BR-316 aparecem com objetos geográficos responsáveis pelo surgimento dos vetores urbanos que compõem a RMB.

Palavras-Chave: Configuração Geográfica; Metropolização; Município de Marituba.

Abstract:
The reconfiguration of intra-urban space in the Amazon was linked to the integration projects, which drove the process of occupation of the municipalities that now compose the Metropolitan Region of Belém (RMB). This new model of urbanization (of the urban network) gives rise, in Belém, to another process, that of metropolization. Therefore, this article aims to analyze the historical and geographical context of the occupation process of the municipality of Marituba until its institutionalization as the Metropolitan Region of Belém (RMB). The methodological procedures used were: literature review, documentary survey, and exploratory research. The results indicate that the implementation of the road axis for the construction of the Belém Bragança Railway (EFB) and, subsequently, the BR-316 Highway appear as geographical objects responsible for the emergence of urban vectors that make up the RMB.

Keywords: Geographic Configuration; Metropolization; Municipality of Marituba.

Resumen:
La reconfiguración del espacio intraurbano de la Amazonia estuvo vinculada a la inserción de proyectos de integración, los cuales impulsaron el proceso de ocupación de los municipios que hoy conforman la Región Metropolitana de Belém (RMB). Este nuevo modelo de urbanización (de la red urbana) da origen, en Belém, a otro proceso, el de metropolización. De esta forma, este artículo tiene como objetivo principal analizar el contexto histórico y geográfico del proceso de ocupación del municipio de Marituba hasta su institucionalización como Región Metropolitana de Belém (RMB). Los procedimientos metodológicos utilizados fueron: revisión bibliográfica, recopilación documental e investigación exploratoria. Los resultados señalan que la implementación del eje vial para la construcción del Ferrocarril Belém-Braganza (EFB) y, posteriormente, la Carretera BR-316, aparecen como objetos geográficos responsables del surgimiento de los vectores urbanos que conforman la RMB.

Palabras clave: Configuración Geográfica; Metropolización; Municipio de Marituba.

Introdução[1]

No decorrer da história humana, o espaço geográfico foi construído de maneira constante, a partir de um movimento dialético entre forma e conteúdo, o que pressupõe pensar a respeito de cada periodização dos eventos que deram forma aos territórios. A dinâmica espacial, pela qual ocorre a formação do espaço geográfico, portanto, revela um efeito e uma condição do movimento da configuração geográfica (Santos; Silveira, 2008).

A partir daquela compreensão, pode-se dizer que aspectos relacionados ao meio técnico-científico informacional (Santos, 1996) alimentaram a desconcentração de grandes centros metropolitanos para outras regiões do país, o que inseriu a Amazônia em uma nova configuração espacial: a da internacionalização da economia brasileira e das políticas de integração e desenvolvimento, que contribuíram, sobremaneira, para o processo de metropolização, particularmente, após 1950 (Santos, 2017).

Ribeiro (2018), neste contexto, destaca a importância da cidade de Belém, capital do Estado do Pará, enquanto um dos espaços urbanos mais complexos da Amazônia. Dentre as particularidades regionais observadas, destaca-se a existência de um processo de metropolização associado a um padrão de passagem da urbanização da sociedade e do território (Santos; Silveira, 2008) para uma tendência à metropolização do espaço (Lencioni, 2008).

De outro modo, o adensamento urbano exigiu a prerrogativa de pensar na perspectiva regional e suas repercussões (Santos,

[1] "Os autores gostariam de agradecer à Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa) pelas bolsas de doutorado concedidas a (Antonio Cleison de Souza Costa) durante a realização deste estudo."

2017). Assim, a inserção dos eixos viários tornou-se fundamental para pensar a questão da desconcentração regional metropolitana: a Estrada de Ferro Belém Bragança (EFB) e a Rodovia-Br-316 ocupam lugar de destaque no processo de ocupação dos aglomerados que margeavam o eixo viário.

Esse novo padrão de transporte gradativamente reconfigurou a dinâmica de fluxo de pessoas e mercadorias. A mudança do padrão de fluxos dos rios para as vias férreas trouxe a necessidade de considerar a periodização dos vetores de ocupação como elemento fundamental da urbanização que, nesse caso, traduziram as características da reconfiguração da urbanização a partir da implantação da via férrea, do século XVI até meados do século XIX, como esclareceu Moreira (1989).

Chagas (2003) explica que a partir da década de 1960 inauguraram-se no estado estratégias para integração nacional, principalmente, por meio da abertura de rodovias federais, o que colocou a Região Metropolitana de Belém em um novo padrão de urbanização, no qual os fluxos passaram a se concentrar pelos eixos rodoviários. Esse novo modelo de urbanização (da rede urbana) deu origem, em Belém, a outro processo, o de *metropolização*.

Segundo Trindade Jr. (1998), a metropolização se deu a partir da incorporação de vilas e cidades próximas às dinâmicas da Capital, mesmo que, visualmente, ainda se apresentassem de forma fragmentada e desarticulada. A partir da década de 1970, intensificou-se a migração que se iniciou com a abertura da Rodovia Belém-Brasília.

A partir deste movimento de transformações do espaço urbano, este artigo buscou, como objetivo principal, analisar o contexto histórico e geográfico do processo de ocupação do município

de Marituba até a institucionalização à Região Metropolitana de Belém (RMB), com foco especial na influência exercida pelos eixos de expansão, em particular, a Estrada de Ferro Belém-Bragança (EFB) e a Rodovia Federal BR-316.

Além deste tópico introdutório, constam, no artigo, seis seções: a segunda se voltou à elaboração da metodologia da pesquisa; a terceira apresentou a análise das concepções de configuração dos objetos geográficos a partir das categorias da geografia; a quarta abordou a periodização da historicidade do município de Marituba; a quinta se dedicou à institucionalização desta à Região Metropolitana de Belém; e, por fim, as considerações finais.

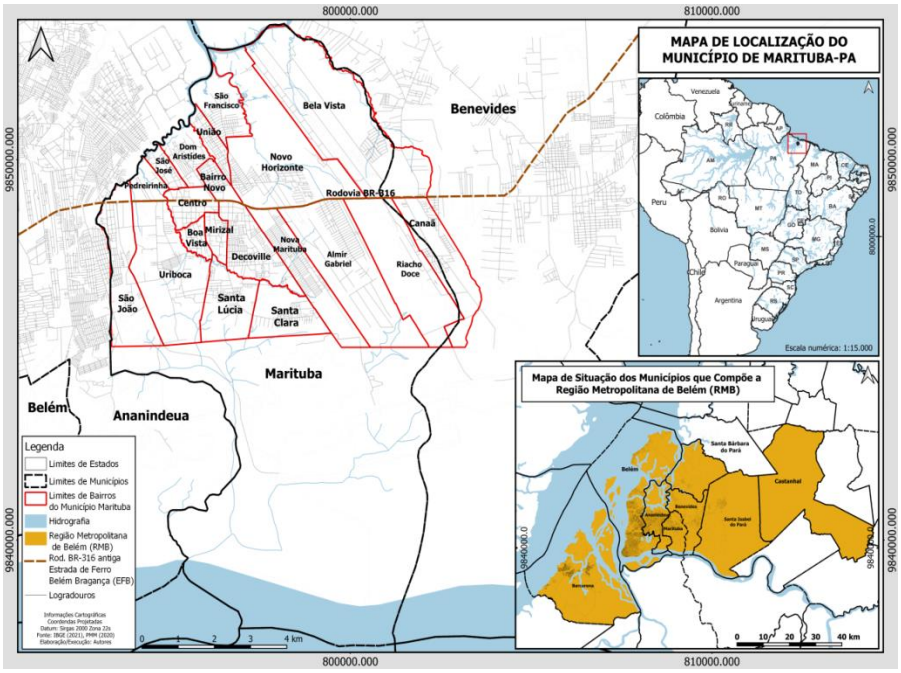
Metodologia

Área de estudo

Marituba é um município do estado do Pará localizado a, aproximadamente, 24,8 km de distância da capital do estado, Belém. Possui uma população de 111.785 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), com uma densidade demográfica de hab./1.083,04 km, segundo o censo de 2022.

O município é transversalmente dividido ao norte e ao sul pela Rodovia BR-316 (antiga EFB), localizado na altura do km 13 desta. É delimitada pelos municípios de Benevides ao leste, Ananindeua a oeste, Santa Bárbara do Pará ao norte, e pelo Rio Guamá ao sul, compondo o limite com o município de Bujaru (Figura 1).

Figura 1 - Mapa de localização do município de Marituba, Pará, Brasil[2]



Elaboração: Os autores, 2024.
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), Prefeitura Municipal de Marituba (PMM, 2022) e Projeto Meu Endereço (Clínica MultiverCidades, 2022).

Quanto aos procedimentos metodológicos, o estudo partiu de uma compreensão geográfica de construção dos espaços a partir de dinâmicas advindas de fatores locais e supralocais, conforme apregoado por Santos (2017).

Propugnou-se por uma abordagem predominantemente qualitativa do fenômeno de ocupação do município de Marituba,

[2]A figura 1 retrata a diferença correspondente 404,7179 hectares (afetando os bairros Bela Vista e Canãa). O Problema tem origem em razão da discrepância existente entre a descrição entre os limites municipais disposto na Lei Estadual n. 6255/ 1999 e o Decreto Estadual n. 4015, de 25 de abril de 2000, que reservou a área de terras situadas no Município de Marituba para a constituição de patrimônio da sede municipal (Fischer *et al.*, 2020).

cujos procedimentos metodológicos utilizados para o atingimento do problema apresentado foram assim dispostos: 1) Aprofundamento teórico com relação aos principais conceitos envolvidos na problemática, como os de metropolização, espaço geográfico e configuração geográfica; 2) Levantamento documental a respeito da constituição metropolitana dos municípios de Belém e Marituba; 3) Pesquisas de cunho exploratório com bases nos decretos oficiais que institucionalizaram o município de Marituba à Região Metropolitana de Belém.

Os dados foram analisados e triangulados de maneira conjunta, estando os resultados expostos a partir das seções subsequentes.

Resultados e Discussão

Configuração dos objetos geográficos

Em primeiro lugar, tem-se que a compreensão das dinâmicas espaciais que alteram a configuração geográfica de Marituba-PA, ao longo do processo de produção da Região Metropolitana de Belém, depende da composição de bases teórico-conceituais específicas, sobretudo, a noção de *espaço geográfico*, elencada por Santos (1996).

Conforme Claval (1977 apud Corrêa, 2000) e Soja (1993), na obra de Marx, a categoria *espaço* era abordada de forma marginal, por vezes, coisificada e fetichizada na forma do Estado territorial. No entanto, percebeu-se a possibilidade de novas abordagens em torno da categoria, principalmente pelos geógrafos neomarxistas que passaram a adotá-la como tema central. A partir dessa percepção surgiu a oportunidade de reiterar o papel do espaço e da espacialidade para a compreensão da constituição e do devir da sociedade.

Nesse sentido, Harvey (1993) estabeleceu ligações entre espaço e tempo ao discutir a pós-modernidade. E, devido à crise geral do capitalismo registrada na década de 1960, novas abordagens da categoria espaço passaram a atravessar a teoria marxista, em virtude das contradições sociais e espaciais nos países centrais e periféricos (Soja; Hadjimichalis, 1979).

Corrêa (2000, p. 25) dialoga que a categoria espaço "[...] aparece efetivamente na análise marxista a partir da obra de Henry Lefebvre [...]" no livro *Espaço y Política,* ao argumentar que o espaço exerceria um papel ou uma função decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema. O espaço não é o ponto de partida, nesse caso absoluto, tampouco o ponto de chegada, enquanto produto social. O espaço seria um elemento mais amplo, o espaço é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção.

Essas concepções de espaço marcaram profundamente os geógrafos que, a partir da década de 1970, passaram adotar o materialismo histórico e dialético como paradigma (Corrêa, 2000). Ainda de modo implícito, as obras de Lefebvre influenciam sobremaneira as obras de Santos (1996, 2007) em sua teorização a respeito do *espaço geográfico*, de tal modo que essa influência é determinante para a construção do conceito de formação socioespacial, derivado do conceito de formação socioeconômica. Para o autor, seria inconcebível se referir ao modo de produção, formação socioeconômica e espaço sem correlacioná-los (Santos, 1977).

Lefebvre (2006) considerava que o modo de produção vigente em cada sociedade seria determinante para a produção do espaço. Cada modo de produção teria como resultado uma produção

espacial diferente, de forma que o espaço é produzido pelo processo de produção e, ao mesmo tempo, dá suporte ao seu desenvolvimento. O espaço social agruparia as coisas produzidas e envolveria suas inter-relações; ele permite ações de produção e consumo. O espaço social incluiria objetos naturais e sociais, os quais estariam em constante relação. Os objetos possuiriam formas, mas o trabalho social as transformaria, reorganizando suas posições dentro das configurações espaço-temporais sem afetar necessariamente suas materialidades, seus estados naturais, ou seja, alteraria sua função sem alterar sua forma. Tempo e espaço são inseparáveis, espaço implica tempo e vice-versa (Lefebvre, 2006).

Quanto à análise do espaço social, Lefebvre (2006, p. 147) afirma que é "metodologicamente e teoricamente relacionada a três conceitos gerais: forma, estrutura e função", sendo que a análise formal e funcional não eliminaria a necessidade de considerar escala, proporção, dimensão e nível. Isso é tarefa da análise estrutural, a qual é relacionada com relações entre o todo e as partes, entre os níveis micro e macro.

Em *Espacio y política* (1976) Lefebvre afirmou que elaborar concepções de espaço como produto ou como qualquer outra coisa, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias não definiria o espaço geográfico. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado à produção das relações (sociais) de produção.

Em suma, as proposições de Lefebvre (1991) contribuíram para a formulação do conceito de *espaço geográfico*: a) o espaço não é algo dado, ele é produzido pelo homem a partir da transformação da natureza pelo seu trabalho; b) as relações sociais são constituintes do espaço e é a partir delas que o homem altera a natureza; c) as relações sociais de produção, consumo e reprodução (social) são determinantes na produção do espaço; d) o espaço deve ser estudado a partir das formas, funções e estruturas; e, e) novas relações podem dar funções diferentes para formas preexistentes, pois o espaço não desaparece, ele possui elementos de diferentes tempos.

Os geógrafos encontraram nessas proposições de Lefebvre (2006) a base para a construção de um conceito de espaço geográfico (objeto de estudo da Geografia) que permitisse a inserção e consolidação da Geografia como ciência social. Porém, para o estabelecimento do conceito de espaço geográfico foi necessário "geografizar" essas proposições de Lefebvre (2006), ou seja, operacionalizá-las no contexto das teorias e práticas próprias da Geografia.

Santos (1996), na obra *A natureza do espaço*, apresentou uma teoria geográfica do espaço que comportava elementos propostos por Lefebvre, porém, que não se limitou a eles. Santos (1996) mencionou outros elementos para a Geografia e apresentou o conceito de *espaço geográfico*.

O autor, ao se referir ao espaço geográfico, propôs que o este fosse um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, que englobariam passado e presente como totalidade. Para o autor, a natureza é a origem; ela provê as coisas que são

transformadas em objetos pela ação do homem através da técnica. No princípio, tudo eram as coisas, "enquanto hoje tudo tende a ser objeto, já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam, também, a serem objetos" (Santos, 1996, p. 65).

Atualmente, autores como Haesbaert (2014, p. 22) renovam essa discussão e expõem, de forma muito clara, o Espaço enquanto conceito maior, principal ou geral da Geografia, o qual "[...]se impõe frente aos demais conceitos – região, território, lugar, paisagem... esses comporiam assim a 'constelação' ou 'família' (como preferia Milton Santos) geográfica de conceitos". A relação indissociável entre espaço e tempo ou, no caso da geografia, entre espacialidade e temporalidade, das relações que produzem e transformam a realidade social, transformam o espaço num jogo de escalas. Trata-se de reconhecer tanto o espaço quanto o tempo, em suas múltiplas implicações, como plano complexo.

Analisando o problema proposto à luz dessa teoria, tem-se que a existência de elementos que reconfigurariam o espaço intraurbano da Amazônia possibilitou a concretização do projeto de integração, por meio, principalmente, dos eixos de expansão. As repercussões desse processo alteraram a configuração geográfica, o que a colocou próxima da perspectiva dos diversos entrelaçamentos que estiveram e estão presentes no processo de metropolização. Para tanto, a categoria configuração espacial ou configuração territorial é muito útil na compreensão dos objetos geográficos que influenciaram a redefinição do que viria se tornar os aglomerados urbanos ao longo dos eixos viários.

A configuração espacial foi proposta por Santos (1996), quando o autor concebeu o espaço a partir das relações sociais e da

configuração territorial. A definição de configuração geográfica é muito próxima àquela utilizada pelo autor para definir os sistemas de objetos e sistemas de ações.

Aqui tal definição seria um artifício analítico que daria visibilidade ao real, já que, para compreender o ordenamento territorial que se fez presente no processo histórico de ocupação do município de Marituba, mostrou-se necessário evidenciar relações, fenômenos e fatos, em recorte espaço-temporais diferentes, como se vê do teor do tópico a seguir.

Periodização da historicidade do município de Marituba

Entender a configuração geográfica da Região Amazônica e da Região Metropolitana de Belém pressupõe um exercício de traçar linhas analíticas do processo histórico de ordenamento territorial imposto pelo Estado, por meio de ações que modelaram as estruturas do território de várias formas, sejam elas de caráter político, econômico, ideológico ou social. Enquanto detentor do poder, o Estado tem como atribuição a implementação de macroestratégias de ocupação de uso e ocupação do solo, instalação de equipamentos e infraestruturas, as quais têm como meta gerir e ordenar o território (Ferrão, 2011).

Nessa mesma linha de raciocínio, é oportuno compreender as diversas periodizações frente às transformações paradigmáticas que tiveram relação com o processo de ocupação na Região Metropolitana de Belém, consoantes às mudanças impulsionadas por ações do Estado, principalmente as presenciadas no espaço amazônico. A expansão urbana reflete a conformação do espeço em diferentes momentos da história regional.

Para Moreira (1989), Belém - capital da RMB - cresceu acompanhando a orla fluvial para, em seguida, se interiorizar (penetração) e se continentalizar. Dessa forma, a primeira fase, chamada pelo autor de *ribeirinha*, guardou relação com as vias que ficavam às proximidades das orlas e com a fundação da cidade de Belém, em 1616, até meados do século XVIII; a fase caracterizada como *interiorização* ou *penetração*, caracterizada como uma etapa de grandes relações com as vias fluviais estendeu-se de meados séculos XVIII até meados do século XIX; e, por fim, a fase de *continentalização* teve relação direta com a construção da Estrada de Ferro de Bragança (EFB), que ligava Belém às áreas de colonização agrícola do nordeste paraense, iniciando-se de meados do século XIX em diante (Vicentini, 2004).

A inserção da EFB representou um dos capítulos mais importantes da história da mobilidade urbana dos municípios que hoje compõem a Região Metropolitana de Belém. Em virtude disso, a EFB se denotava para além de uma linha de conexão entre colônias, senão, como um vetor de desenvolvimento da vida urbana na Amazônia, já que os núcleos urbanos surgiram ou cresceram impulsionadas pela implantação da via férrea (Mendes, 2018).

Além disso, a via era um importante elo entre as cidades e as colônias agrícolas e demais espaços de produção de gêneros alimentícios. Em uma época de grande circulação de capital e importação de produtos (o "boom" da borracha), foi fundamental contar com o aporte de mercadorias do interior. Cidades como Ananindeua (primeira parada após Belém), Marituba (Vila Operária para reparos do trem), Benevides e Santa Izabel (colônias agrícolas) e Castanhal (terminal de cargas e passageiros) surgiram e cresceram em virtude da EFB.

A EFB era composta por três ramais: a) o Pinheiro, que se destinava à Vila Pinheiro (atual distrito de Icoaraci), e que posteriormente seria transformada na Rodovia Augusto Montenegro; b) o do Prata, que chegava até Igarapé-Açu, e que teve suas paradas como ponto de origem da maioria das sedes municipais que compõem a RMB atualmente; e c) o de Bragança, último trecho da ferrovia que, articulado com o ramal do Prata, originou o traçado da BR-316 (Ventura Neto, 2012).

Atualmente, o município de Marituba integra a rede urbana da Região Metropolitana de Belém. Embora não houvesse a intencionalidade de projetar a futura região naquele momento, ainda assim não se pode desconsiderar a importância da via férrea como principal elemento de conexão e de incentivo à urbanização regional. Como se vê, a compreensão de circunstâncias históricas é necessária para contextualizar a periodização dos eventos que estão envolvidos com o processo de ocupação de onde hoje se localiza o município de Marituba. Tal área foi doada pelo Império à Província do Pará por meio da Lei nº 514 de outubro de 1848 (Fischer *et al.*, 2020).

Siqueira (2008) esclarece que onde se localiza o município de Marituba havia uma fábrica de papel que foi destruída em 1898. A área foi entregue ao Estado em pagamento de uma dívida e, em seguida, em 1903, repassada à concessionária da Estrada de Ferro de Belém-Bragança (EFB) para a construção de oficinas de reparos das locomotivas e uma vila operária – destinada aos funcionários. Na mesma região, ao longo da estrada do Uriboca, instalaram-se migrantes nordestinos que buscavam se integrar ao movimento de expansão, uma vez que, como dito, o entorno das oficinas era reservado aos funcionários da empresa.

Com a instalação da parada, Vila Operária e oficinas, deu-se origem ao povoado de Marituba, bem como os aglomerados de produtores agrícolas, na nascente do rio Uriboquinha, que supriam o abastecimento da referida vila e produziam carvão e lenha, produtos que eram destinados à EFB e a algumas empresas, como a Pará Electric[3], que explorou a energia elétrica em Belém, Ananindeua e Marituba. Com o passar dos anos, alguns operários se transferiram da Vila Operária para terrenos próximos à empresa, dando origem a uma localidade denominada Pedreirinha, que, atualmente, corresponde a um bairro com a mesma denominação (Fischer *et al.*, 2020).

É importante frisar que a EFB surgiu como um projeto imperial (1884), embora a maior parte da obra tenha sido executada durante a República, sob a administração à época, de um Governo Provincial (hoje, um estado federado). Em razão das dificuldades financeiras para sua construção, a via férrea, que havia sido concedida à iniciativa privada, foi encampada pelo Governo Provincial, por meio do Decreto-lei n. 1292, de 13/10/1886. A partir deste ano, os novos contratos para a execução da obra passaram adotar uma nova dinâmica com o espaço (Siqueira, 2008).

A localidade de Marituba, portanto, estabeleceu-se com a construção do primeiro trecho da ferrovia, entre Belém e Benevides, em 1884, aparecendo como a sétima parada no quadro de estações e paradas. A existência de uma estrada que dava acesso ao porto em Benfica indica que já havia ocupações locais mesmo antes da implantação da EFB (Cruz, 1955). Esses elementos dão conta que o motivo para inserção de uma parada da linha férrea e de oficinas de

[3] A empresa Pará Electric foi à primeira empresa a fornecer energia elétrica aos municípios de Belém, Ananindeua e Marituba (Costa, 2020).

reparos dos trens no local teve relação com as localidades preteritamente existentes (Fischer *et al.*, 2020).

A obra, que durou um quarto de século, visava à colonização dirigida da região bragantina, tendo sido criadas ao longo do seu trajeto diversas colônias, que receberam famílias de imigrantes europeus e brasileiros - sobretudo nordestinos - que tiveram papel decisivo no processo de povoamento da região.

Com a crise financeira instalada pela baixa das exportações de borracha, o estado, sem condições de dar manutenção à EFB, a alienou ao Governo Federal em 17 de setembro de 1923 (Lei Estadual 2196 e Decreto Federal 15563, de 13/07/1922), ocasionando um processo de federalização[4] da área, originalmente concedida à empresa - ainda que o estado do Pará mantivesse sua gestão -, por meio de arrendamento (Fischer *et al.*, 2020).

O declínio da EFB se deu a partir do maciço investimento nas rodovias durante o fim da década de 1950 até o início de 1960, deixando de funcionar, de fato, em 1964 - primeiro ano do Golpe Civil-Militar. Desativada há mais de 50 anos, as estações foram abandonadas ou destinadas para outros fins, e os trilhos foram retirados para diversos usos. No entanto, até hoje permeia a memória da região, integrando o patrimônio histórico local (Fischer *et al.*, 2020).

Em termos gerais, o surgimento de grande parte dos núcleos urbanos na Região Metropolitana de Belém teve ligação direta com a inserção da EFB, que, como visto, ocasionou mudanças significativas no processo de ordenamento territorial da região amazônica. Contudo, como discutido no tópico a seguir, as

[4] A EFB foi entregue definitivamente à gestão da União em 1º de janeiro de 1937 (Fisher *et al.*, 2020).

dinâmicas espaciais incidentes sobre Marituba também foram diretamente influenciadas por vetores decorrentes do papel econômico exercido pela capital, os quais, também devem ser considerados de forma convergente à análise.

Urbanização, metropolização e dispersão do espaço urbano

É oportuno frisar, em paralelo ao processo acima descrito, que a formação de Marituba também foi influenciada pelas dinâmicas envolvendo a cidade de Belém e sua importância no contexto amazônico, o que tornou a sua localização elemento estratégico na ocupação do território – haja vista ter se tornado a cidade primaz da região – e um ponto de concentração de parte das relações comerciais com a Europa (Corrêa, 2000).

A partir da segunda metade do século XX, o papel do Estado no processo de produção do espaço na Amazônia foi, em primeiro lugar, o de criar as condições gerais para atender às novas necessidades de expansão e reprodução do capital na Região. No entanto, segundo Chagas (2003, p. 43):

> (...) também objetivos geopolíticos baseados na ideologia de segurança e integração nacional e no controle das crises sociais. Essa ação do Estado toma forma a partir da criação ou reestruturação de vários órgãos da administração pública federal, estadual e municipal e de empresas estatais cuja atuação não ocorreu de maneira episódica, mas constante, como produtores e gestores do espaço.

Ainda de acordo com Chagas (2003, p. 123):

> Para implementar a política do governo federal, fazia-se necessário, antes mesmo da fronteira de recursos, instalar a fronteira urbana, pois ela seria uma estratégia básica do Estado para a ocupação regional, sendo a responsável por sustentar a mobilidade do trabalho. Permitiria, assim, atrair migrantes sem dar-lhes acesso à propriedade da terra; é nela que estão inseridos os bolsões de força de trabalho.

Esse movimento de articulação do Estado, especialmente do governo federal, visando ampliar o processo de exploração dos recursos naturais e da transformação da ocupação da Amazônia, produziu uma reestruturação da malha urbana, percebido em, pelo menos, quatro momentos: a) o primeiro movimento - espontâneo, mesmo que se pressuponha a ação do Estado e do capital privado - de formação dos núcleos urbanos próximos às áreas dos projetos exploração mineral, de infraestrutura e agropecuárias; b) um segundo movimento, que se consistiu em uma urbanização de caráter dirigido, que tinha o objetivo de atender aos interesses de colonização planejada pelo Estado e por companhias colonizadoras, baseadas no urbanismo do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária); c) um terceiro movimento, de formação de núcleos urbanos ligados diretamente aos projetos de exploração mineral e infraestruturais, chamadas de *company towns*, que serviam de base para as operações de grandes empresas; e, finalmente, d) e um quarto movimento, de reestruturação e dispersão dos centros urbanos tradicionais, como no caso de cidades como Belém - que tiveram suas malhas urbanas ampliadas devido à intensificação dos movimentos migratórios que chegavam à cidade (Chagas, 2003).

Esses momentos de reestruturação do espaço amazônico, mais especificamente o último, foram imprescindíveis para a dispersão da malha urbana de Belém. Mesmo não sendo sede de nenhum projeto de exploração dos recursos naturais, de infraestrutura energética e circulação ou mesmo agropecuária, a capital paraense emergiu como um importante *nó* nas estratégias de desenvolvimento regional, pois concentrou grande parte das

instituições públicas vinculadas aos governos federal e estadual, e, mais tarde, consequentemente, protagonizou a diversificação e ampliação dos serviços públicos de atendimento à população e de comércio.

Considerar o espaço como forma ou conteúdo implica analisar as formas espaciais correspondentes a um objeto ou a um arranjo de objetos em determinado território (Santos, 1996). E, uma das consequências desse movimento de transformação do espaço urbano de Belém (e dos objetos que a circundaram) foi o intenso movimento migratório, particularmente a partir dos anos de 1970, conforme é demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 - População da cidade de Belém-PA entre 1851-2010.

ANO	POPULAÇÃO
1851	18.000
1890	96.500
1905	120.000
1920	236.400
1940	208.706
1950	225.000
1960	359.000
1970	633.374
1980	933.287
1991	1.244.689
2000	1.280.614
2010	1.393.399
2022	1.303.403

Fonte: Penteado (1968). Instituo Brasileiro de Geografia e Estatística (2024)

Os anos de 1960 marcaram um novo momento na estratégia do estado para a integração nacional, principalmente pela abertura de rodovias federais, o que colocou Belém em um novo padrão de urbanização, cujos fluxos passaram a se concentrar pelos eixos rodoviários (Chagas, 2003).

Esse novo modelo de urbanização (da rede urbana) deu origem, em Belém, a outro processo: o de *metropolização*. Este processo, segundo Trindade Jr. (1998), deu-se pela incorporação de vilas e cidades próximas. Mesmo que, visualmente, ainda se apresentasse de forma fragmentada e desarticulada, a partir da década de 1970, o processo se intensificou por meio da migração que se iniciou com a abertura da Rodovia Belém-Brasília.

Para Trindade Jr (2016), o processo de metropolização configurou uma nova fase do processo de urbanização, que teve como uma de suas principais características a dispersão urbana. Essa dinâmica acelerou as ocupações para além do *cinturão institucional* formado por grandes glebas de terras federais nos limites da *Primeira Légua Patrimonial* de Belém, que, até então, limitava o avanço do tecido urbano. Palheta *et al.*, (2017, p. 301) afirmam que

> [...] a definição da chamada Linha da Primeira Légua Patrimonial de Belém, foi intitulada a partir de um plano de alinhamento urbano que determinou a porção de uma légua de terras (4.110 hectares)" (p. 299), se estendendo do "núcleo inicial de fundação da cidade, no atual bairro Cidade Velha [...] até o arco formado pelas Avenidas Doutor Freitas e Perimetral.

Costa (2020) esclarece que o rompimento do Cinturão Institucional e a transferência das áreas caracterizadas como Segunda Légua Patrimonial à municipalidade de Belém inseriu

mudanças importantes para o processo de ocupação dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Belém. A *Segunda Légua Patrimonial* foi transferida do estado do Pará para a Intendência Municipal de Belém por meio do Decreto nº. 766 de 21 de setembro de 1899, com intuito de possibilitar a implantação de melhoramentos e demais empreendimentos públicos.

O Cinturão Institucional compreendia um conjunto de instituições com áreas de extensos espaços sendo destinados a várias atividades, tais como as executadas por órgãos militares (Marinha, Exército e Aeronáutica), órgãos ligados a áreas de pesquisa Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, Universidade Federal do Pará - UFPA, Faculdade de Ciências Agrárias do Pará – FCAP, órgãos ligados às áreas de infraestrutura, como a Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA, Centrais Elétricas do Norte do Brasil – ELETRONORTE, dentre outras.

Essas instituições obtiveram suas áreas de influência por meio de doações, em sua maioria, ou ainda por intermédio de desapropriações, concessões e permutas realizadas por ações governamentais, tanto no nível estadual, como no federal, configurando o uso de poder via negociações - nesse caso, políticas, na sua maioria, considerando o quadro de disputa ocorrido na época.

Desta forma, a ocupação do município de Marituba também decorreu em razão das diversas formas de habitações e assentamentos produzidos fora do centro de Belém, conhecida como *Segunda Légua Patrimonial*, a partir da década de 1970, colocadas como expressões iniciais da metropolização.

Aqui é importante destacar que as Regiões Metropolitanas - RM[5] - eram definidas por Lei Federal; embora a Constituição Federal de 1988 tenha transferido essa autoridade aos estados, entes federados, para delimitação de suas RM, conceituando-as no Capítulo III, Artigo 25, Parágrafo 3º:

> Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum (Brasil, 1988, p. 41).

Um conceito mais detalhado para RM e para metrópole encontra-se no Artigo 2° do Estatuto da Metrópole, que foi criado via Projeto de Lei 3.460/2004, mas somente instituído como a Lei nº 13.089/2015, posteriormente:

> V - metrópole: espaço urbano com continuidade territorial que, em razão de sua população e relevância política e socioeconômica, tem influência nacional ou sobre uma região que configure, no mínimo, a área de influência de uma capital regional, conforme os critérios adotados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; VII - região metropolitana: aglomeração urbana que configure uma metrópole. Parágrafo único. Os critérios para a delimitação da região de influência de uma capital regional, previstos no inciso V do caput deste artigo considerarão os bens e serviços fornecidos pela cidade à região, abrangendo produtos industriais, educação, saúde, serviços bancários, comércio, empregos e outros itens pertinentes, e serão disponibilizados pelo IBGE na rede mundial de computadores. (Brasil, 2015, p. 35).

[5] Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), até 2019 existiam 74 (setenta e quatro) RMs no Brasil, , desde as primeiras institucionalizações na década de 1970.

Já no Artigo 1°, essa legislação previa:

> Esta Lei, denominada Estatuto da Metrópole, estabelece diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas instituídas pelos Estados, normas gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado e outros instrumentos de governança interfederativa, e critérios para o apoio da União a ações que envolvam governança interfederativa no campo do desenvolvimento urbano, com base nos incisos XX do art. 21, IX do art. 23 e I do art. 24, no § 3º do art. 25 e no art. 182 da Constituição Federal. (Brasil, 2015, p. 41)

Freitas (2020) ressalta que além do crescimento numérico das RMs nas últimas décadas, é preciso elas que garantam melhorias para seus cidadãos. Na essência, as RMs eram espaços de negociações políticas que deveriam propulsionar melhores condições de vida para os cidadãos e atender ao objetivo para os quais foram idealizadas, que seria viabilizar as funções públicas de interesse comum entre os municípios envolvidos.

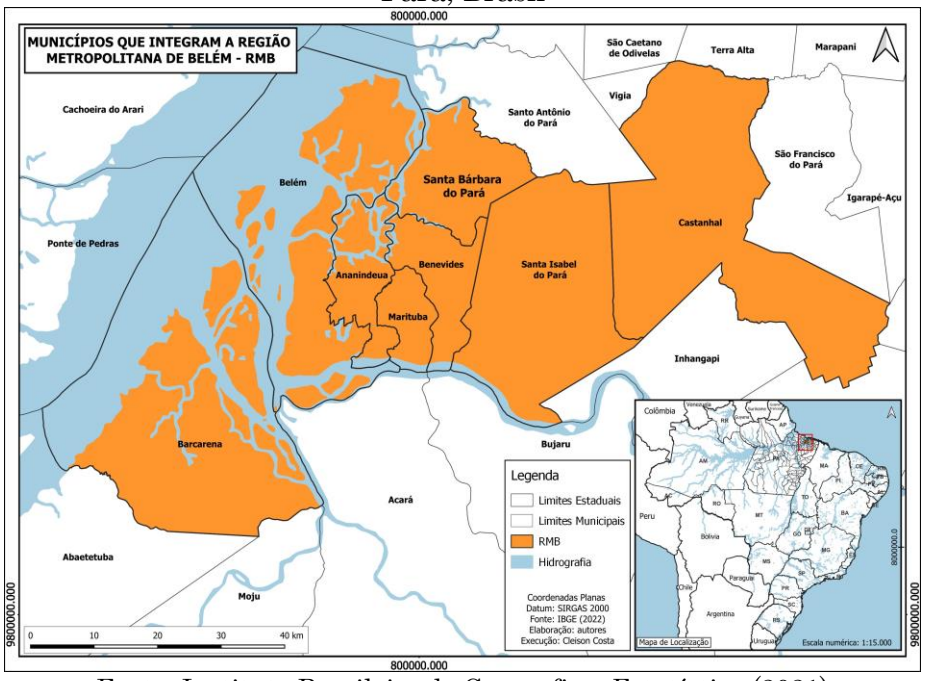
A Região Metropolitana de Belém (RMB) ou Grande Belém, segundo a Lei Complementar Federal n° 14, de 08/07/1973, teve sua composição definida pelos municípios de Belém e Ananindeua. Adiante, por meio da Lei Complementar Estadual n° 027, de 19/10/1995, foram incluídos mais três municípios, Benevides, Santa Barbara do Pará e Marituba.

O município de Santa Barbara do Pará, criado pela Lei Estadual nº 5.693, de 13/12/1991, originou-se do desmembramento do município de Benevides, o qual compunha enquanto distrito administrativo. Por sua vez, as terras de do município de Marituba pertenciam ao município de Belém, e, com a criação do município de Ananindeua, em 1943, passaram a pertencer a esse novo município. Já em 1961, Marituba passou a pertencer ao município de Benevides; em 1995, foi

elevado à categoria de município pela Lei Estadual n.º 5.857, de 22/09/1994, sendo desmembrado de Benevides (Mendes, 2018).

É igualmente importante considerar a inclusão do município de Santa Isabel do Pará na RM de Belém, pela Lei Complementar Estadual n° 072, de 20/04/2010, e de Castanhal, pela Lei Complementar Estadual n° 076, de 28/12/2011. Mais recentemente houve a inclusão do município de Barcarena à RM de Belém, por meio da Lei Complementar nº 164, de 5 de abril de 2023, que altera a de nº 027, de 19/10/1995, que instituiu a (atual) Região Metropolitana de Belém.

Figura 2 - Mapa de localização da Região Metropolitana de Belém, Pará, Brasil



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021)
Elaboração: Os Autores, 2024.

A nova configuração das unidades político-administrativas nos vetores recentes de expansão, a exemplo do que aconteceu com

o município de Marituba, pode ser relacionado ao redirecionamento dos assentamentos urbanos. Dessa forma, a institucionalização do município de Marituba à Região Metropolitana de Belém denota-se resultado da acumulação de relações sociais e a interação entre espaço e tempo.

É importante reforçar que, para além dos eixos viários que foram essenciais para a formação dos núcleos urbanos, o processo de dispersão metropolitana também reconfigurou a estrutura urbana a partir de Belém, que exerceu e ainda exerce um papel de centralidade no contexto urbano da Região Metropolitana de Belém. Ribeiro (2018, p. 20), nesse sentido, reconhece "dois subespaços componentes da cidade-região de Belém, o espaço metropolitano e o entorno metropolitano [...]", este último, sujeito à centralidade exercida pela capital.

Nitidamente, é possível identificar interações espaciais que privilegiam o caráter relacional da configuração geográfica dos objetos espaciais que influenciaram a formação de outros núcleos urbanos, doravante, foram importantes para a inserção de outros municípios a RMB.

Considerações finais

Como visto nas linhas cima, este trabalho buscou a construção de um caminho teórico conceitual para a análise do espaço e suas categorias enquanto questões formuladoras do saber geográfico, no sentido de compreender e interpretar a espacialidade das realidades sociais.

A proposta esteve assentada na possibilidade de elaborar linhas discursivas que auxiliassem a compreensão dos objetos geográficos, uma vez que a reconfiguração geográfica presenciada

no espaço amazônico representou mudanças significativas na configuração dos municípios. As políticas de ordenamento territorial inseridas pelo estado, a exemplo dos eixos viários por meio da EFB inicialmente e depois pela Rodovia BR-316 reconfiguraram o processo de ocupação dos núcleos urbanos.

O meio técnico substituiu o meio natural, de modo que, hoje, é possível presenciar o meio técnico-científico-informacional que se sobrepõe ao meio geográfico, marcado pela presença da ciência, da técnica e da informação constante nos processos de readaptação dos territórios.

A EFB e a Rodovia BR-316 reorganizaram a configuração geográfica dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Belém, o que refletiu, posteriormente, no processo de metropolização por meio da dispersão urbana da Segunda Légua Patrimonial e da gradativa inserção dos municípios do entorno da capital, conforme interesses políticos e econômicos de cada período.

Portanto, nota-se que, no decorrer da história humana, o espaço geográfico tem sido construído constantemente, dentro de um movimento dialético entre forma e conteúdo, o que compreendeu desvendar a periodização dos eventos que deram forma ao território, o que resta claro a partir das dinâmicas de formação do município de Marituba, Pará. Esses componentes reverberaram a importância em compreender o movimento do espaço, isto é, sua formação, é ao mesmo tempo um efeito e uma condição do movimento da configuração geográfica.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Lei Complementar Federal nº 14, de 8 de junho de 1973**. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza.

CHAGAS, Clay Anderson Nunes. **O Mito da cidade aberta:** planejamento e desenvolvimento urbano na Amazônia. Dissertação (Mestrado) – Universidade da Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia:** conceitos e temas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

COSTA, Antonio Cleison de Souza. **Poder e Território na Geografia:** agentes territoriais locais e os crimes violentos letais intencionais (2013 a 2017) no bairro Cabanagem, Belém-PA. Dissertação (mestrado em Geografia) Universidade Federal do Pará. Belém, 2020.

CRUZ, E. A **Estrada de ferro de Bragança:** visão social, econômica e política. Belém, PA: SPVEA, 1955. Disponível em: http://177.74.60.161/obrasraras/ publicacao/a-estrada-de-ferro-de-bragancavisao-social-economica-e-politica/. Acesso em: 21 abr. 2023. Acesso em: 09 out. 2023.

FERRÃO, João. **O Ordenamento do Território como Política Pública**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

FISCHER, Luly Rodrigues da Cunha *et al.* **DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO, URBANÍSTICO-AMBIENTAL E FUNDIÁRIO DO MUNICÍPIO DE MARITUBA** – PA. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

FREITAS, Ruskin. Regiões metropolitanas: uma abordagem conceitual. **Revista Humanae**, v. 1, n. 3, p. 44-53, dez. 2009.

FREITAS, Ruskin. Análise sobre a relação entre o desenvolvimento regional e a composição das regiões metropolitanas brasileiras na contemporaneidade. **Revista Macambira**. v.4, n. 1, p. 44-53, jan. 2020.

FURTADO, A. **Memórias da estrada de ferro de Bragança**. Disponível em: http://adrielsonfurtado.blogspot.com/2010/04/memorias-da-estrada-de-ferrode.html.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no Limite:** Território e multi/transterritorialiadade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 1993.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades: 2000- 2010-2022. **Censo Demográfico**, 2022. Disponível em: http//www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1. Acesso em 09/10/2023.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

LENCIONI, Sandra. Da metrópole como estratégia desenvolvimentista à metrópole como sobrevida do capitalismo. In: PEREIRA, P. C. X. e HIDALGO, R. (orgs.). **Producción immobiliaria y reestructuración metropolitana en America Latina**. Santiago, PUC-Chile, 2008.

PALHETA, João Marcio *et al.* O traçado da linha da primeira légua patrimonial (LPLP) e da linha de preamar média (LPM) de 1831 da cidade de Belém. In: SILVA, C. N. *et al.* **Belém dos 400 anos**: análises geográficas e impactos antropogênicos na cidade. Belém: GAPTA/UFPA, 2017, p. 297-312.

PARÁ. **Lei complementar Nº 27, de 19 de outubro de 1995**. Institui a Região Metropolitana de Belém e dá outras providências. Disponível em: http://antigo.sefa.pa.gov.br/legislacao/interna/lei/lc1995_p0027.pdf.

PARÁ. **Lei complementar N° 072, de 20 de abril de 2010**. Altera a Lei Complementar N° 027, de 2019 de outubro de 1995, e dá outras providências. Disponível em: https://fnembrasil.org/wp-content/uploads/2017/10/RM-BELEM-LEI-COMPLEMENTAR-072.pdf

PARÁ. **Lei complementar N° 076, de 28 dezembro de 2011**. Altera a Lei Complementar N° 027, de 19 de outubro de 1995 e dá outras providências. https://fnembrasil.org/wp-content/uploads/2018/07/LEICOMPLEMENTARN-076-DE28DEDEZEMBRODE2011..pdf

PARÁ. **Lei complementar N° 164, de 5 de abril de 2023**. Altera a Lei Complementar de 1995. https://leisestaduais.com.br/pa/lei-complementar-n-164-2023-para-altera-a-lei-complementar-no-027-de-19-de-outubro-de-1995-que-instituiu-a-regiao-metropolitana-de-belem

PARÁ. **Lei Nº 5.857 de 22 de setembro de 1994**. Cria o município de Marituba e dá outras providências. Disponível em: https://vdocuments.pub/lei-no-5857-de-22-de-setembro-de-1994-leis-e-atos-regulamentares-do-municipio.html?page=1.

PENTEADO, Antonio Rocha. **Belém:** estudo de geografia urbana. Belém: UFPA, 1968 (Coleção José Veríssimo).

MENDES, Luiz Augusto Soares. A Geografia-Histórica da Região Metropolitana de Belém. **Revista Espacialidades [online].** 2018.2, v. 14, n. 1.

MOREIRA, E. Belém e sua expressão geográfica. In: PARÁ. **Obras reunidas de Eidorfe Moreira**. Belém, Cejup, v.1. 1989.

MOREIRA, R. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, M. *et al.* (Org.) **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. Niterói-RJ: Lamparina, 2007. p. 72 -108.

RIBEIRO, Willame de Oliveira. Dispersão metropolitana e novas formas urbano-regionais: uma proposta para o reconhecimento e a delimitação da cidade-região de Belém. **Ateliê Geográfico** - Goiânia-GO, v. 12, n. 1, abr/2018.

SANTOS, Milton. Desenvolvimento econômico e urbanização em países subdesenvolvidos: os dois sistemas de fluxo da economia urbana e suas implicações espaciais. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 53, p. 35-60. Bauru: AGB, 1977.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Tiago Veloso dos. Metropolização e diferenciações regionais: estruturas intraurbanas e dinâmicas metropolitanas em Belém e Manaus. **Cad. Metrop., São Paulo**, v. 19, n. 40, p. 865-890, set/dez 2017.

SIQUEIRA, J. L. F. **Trilhos:** o caminho dos sonhos (memorial da estrada de ferro de Bragança). José Leôncio Ferreira de Siqueira. Bragança, 2008.

SOJA, Eduardo. **Geografias pós-modernas. Uma reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOJA, Eduardo; HADJIMICHALIS, C. Entre o materialismo geográfico e a análise espacial. **Antípoda**. Worcester, n.11, v. 3, p. 3-11.

TRINDADE JÚNIOR, Saint Clair. **A cidade dispersa, os novos espaços de assentamento em Belém e a reestruturação metropolitana.** São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

TRINDADE JÚNIOR. Saint Clair. **Formação Metropolitana de Belém (1960-1997).** Belém, PA: PakaTatu, 2016.

VENTURA NETO, R. da S. **Circuito imobiliário e a cidade:** coalizões urbanas e dinâmicas de acumulação do capital no espaço intraurbano de Belém. 2012. Dissertação de mestrado em Arquitetura. Belém, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2012.

VICENTINI, Y. **Cidade e História na Amazônia**. Curitiba, Editora da Universidade Federal do Paraná: 2004.

Submetido em: 16 de abril de 2024
Devolvido para revisão em: 14 de junho de 2024
Aprovado em: 13 de agosto de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3489

Como citar:
SOUZA COSTA, A. C.; ANDERSON NUNES CHAGAS, C.; NETTO, R. M. R. CONFIGURAÇÃO GEOGRÁFICA: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARITUBA-PA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM. **Terra Livre**, São Paulo, ano 39, v.1, n.62, jan.-jun. 2024, p. 453-483. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3489. Acesso em: dia/mês/ano.

A GEOGRAFIA DAS REDES AGROALIMENTARES AGROECOLÓGICAS: VÍNCULOS ENTRE OS ESPAÇOS URBANO-METROPOLITANOS E RURAIS

THE GEOGRAPHY OF AGROECOLOGICAL FOOD NETWORKS: LINKS BETWEEN RURAL AND URBAN METROPOLITAN SPACES.

LA GEOGRAFIA DE LAS REDES ALIMENTARIAS AGROECOLOGICAS: VINCULOS ENTRE ESPACIOS RURALES Y URBANOS METROPOLITANOS

Elaine Regina Branco
Graduada e mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) campus de Presidente Prudente e doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.
laineregin@gmail.com

Resumo: No contexto de crise do sistema agroalimentar corporativo, conhecer os potenciais dos movimentos de viés agroecológico se faz necessário. Para mapear, identificar e analisar processos e mecanismos associados as noções de soberania alimentar e justiça ambiental nas redes agroalimentares agroecológicas que unem espaços urbano-metropolitanos e rurais, foram utilizadas como fonte de dados a contextualização histórica e contemporânea, questionários, trabalho de campo e entrevistas. A técnica de rastreamento de processos e mecanismos foi utilizada para identificar e analisar a ausência ou presença de acessos que facilitam a soberania alimentar e justiça ambiental. A maioria dos camponeses das redes investigadas têm em comum a luta por acessos historicamente negligenciados. Encontram potencial para ajustarem os equilíbrios das unidades produtivas na organização em rede. Nela se fortalecem os vínculos entre campo e cidade para criarem soluções coletivas para os problemas decorrentes da destruição das políticas públicas de acesso aos recursos, mercados e alimentos. Nos processos coletivos de organização para sanar as ausências de acessos e do Estado no compromisso com a soberania, fica evidente o potencial das redes para promover a coesão territorial com soberania alimentar e justiça ambiental.

Palavras-chave: redes agroalimentares, Agroecologia, soberania alimentar e justiça ambiental.

Abstract:
In the context of the crisis of the corporate agri-food system, it is necessary to understand the potential of agro-ecological movements. In order to map, identify and analyse processes and mechanisms associated with the notions of food sovereignty and environmental justice in agroecological food networks that unite urban-metropolitan and rural spaces, historical and contemporary contextualisation, questionnaires, fieldwork and interviews were used as data sources. The technique of tracing processes and mechanisms was used to identify and analyse the absence or presence of accesses that facilitate food sovereignty and environmental justice. It strengthens the links between the countryside and the city in order to create collective solutions to the problems arising from the destruction of public policies on access to resources, markets and food. In the collective processes of organising to remedy the lack of access and the state's commitment to sovereignty, the potential of networks to promote territorial cohesion with food sovereignty and environmental justice is evident.
Keywords: Agri-food networks, Agroecology, food sovereignty and environmental justice.

Résumé / Resumen:
En el contexto de la crisis del sistema agroalimentario corporativo, conocer el potencial de los movimientos agroecológicos si fuera necesario. Para mapear, identificar y analizar procesos y mecanismos asociados a las nociones de soberanía alimentaria y justicia ambiental en redes agroalimentarias agroecológicas que unen espacios urbano-metropolitanos y rurales, se utilizaron cuestionarios, trabajo de campo y entrevistas como fuente de datos para la contextualización histórica y contemporánea. Se utilizó la técnica de seguimiento de procesos y mecanismos para identificar y analizar la ausencia o presencia de accesos que faciliten la soberanía alimentaria y la justicia ambiental. En los procesos colectivos de organización para remediar la falta de acceso y el compromiso del Estado con el soberano, se evidencia el potencial de las redes para promover la cohesión territorial con soberanía alimentaria y justicia ambiental.
Palabras-clave: redes agroalimentarias, agroecología, soberanía alimentaria y justicia ambiental

Introdução[1]

Assistimos no mundo contemporâneo a emergência de movimentos sociais de viés agroecológico reunindo atores do campo e da cidade para o enfrentamento dos desafios ambientais políticos e econômicos que se impõem a produção permanente de alimentos com diversidade, qualidade e quantidade necessárias para garantir o acesso a eles por toda população. Esses movimentos se inserem no contexto de domínio dos sistemas agroalimentares corporativos, marcado pela aceleração dos fluxos e pela especialização produtiva, processos orientados por uma base técnica e normativa que pouco tem contribuído para a produção de alimentos, para a soberania alimentar e nutricional da população e, tampouco para a sustentabilidade da produção de alimentos.

As inquietações que levaram a essa investigação que resultou na tese de doutorado[1], surgem da inquietação e necessidade de conhecer os potenciais e perspectivas das redes agroalimentares agroecológicas no contexto de crise do sistema agroalimentar dominante. Ousamos, dentro das nossas limitações, abordar o assunto de forma a inaugurar uma possibilidade (dentre tantas outras) de observar os processos das redes agroalimentares agroecológicas de forma integrada (dos espaços de produção até os de distribuição e consumo) em determinado tempo e espaço.

As redes agroalimentares agroecológicas selecionadas para a investigação se encontram entre os espaços rurais e urbanos das regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, da região de

[1] A pesquisa teve apoio financeiro da CAPES (bolsa do Programa de Excelência Acadêmica – PROEX), Projeto "A geografia das redes agroalimentares agroecológicas: justiça ambiental e soberania alimentar".

Ribeirão Preto (SP) e Baixada Santista (SP) e se estendem, em alguns casos, os espaços de produção das regiões Norte, e Centro-Sul. As redes são compostas por atores (camponeses, consumidores e articuladores), suas organizações coletivas (associações, cooperativas, movimentos sociais, grupos, comunidades e cooperativas de consumo); conhecimentos (técnico, tecnológico e científico); ações e pensamentos. Sem a pretensão de acompanhar o movimento delas em sua totalidade, nos propomos a investigar os processos e mecanismos ambientais, relacionais e cognitivos que as movimentaram entre os anos de 2020 e 2021, período este marcado por crises (ambiental, política, econômica e social), agravadas pela pandemia de Covid-19.

A seleção das redes agroalimentares agroecológicas se deu, a princípio, pela localização dos dois maiores centros consumidores de alimentos do país: as regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Posteriormente, com a pandemia de Covid-19 que inviabilizou a realização das atividades de campo, foram incluídas as experiências de campo que antecederam a pandemia envolvendo a nossa participação como articuladora na região de Ribeirão Preto – SP[2] e como consumidora (em Guarulhos e Baixada Santista).

Na Geografia das redes agroalimentares agroecológicas identificamos três tipos de atores: camponeses, consumidores e articuladores. O termo "camponês" é aqui adotado como categoria social e política que remete ao ator típico do campo que na

[2] Região que abriga o entreposto da CEAGESP com o segundo maior volume de comercialização de alimentos do estado de São Paulo. São 211.801,55 toneladas de alimentos que chegam anualmente no local para abastecer a população da região.

contemporaneidade se ajusta às novas circunstâncias impostas pelo mercado capitalista para permanecer existindo (Ploeg, 2016).

O objetivo principal da investigação foi o de mapear a Geografia das redes agroalimentares agroecológicas selecionadas e os objetivos específicos foram: (i) identificar os espaços e atores das redes agroalimentares agroecológicas; (ii) identificar e analisar a presença ou ausência dos mecanismos ambientais, cognitivos e relacionais que facilitam ou inibem os acessos relacionados aos conceitos de justiça ambiental e de soberania alimentar.

A Agroecologia tem nos conceitos de espaço e de território uma de suas dimensões, colocando em evidência as unidades produtivas, os sistemas de distribuição, comercialização e consumo de alimentos agroecológicos em disputa nas diversas escalas geográficas. O termo "rede" (Dias, 2005) fornece instrumentos para captar o movimento entre espaços, atores, produtos do trabalho e saberes, tornando-se central para rastrear os processos e mecanismos da organização em rede no enfrentamento de problemas e preocupações comuns. O conceito de justiça ambiental (Acselrad, 2009), ancorado na perspectiva da Ecologia Política, orientou o rastreamento dos mecanismos que produzem desigualdade de acesso aos espaços, aos recursos materiais e imateriais, aos alimentos e ambiente saudáveis. A teoria dos regimes alimentares[3] (Friedmann, McMichael, 1989), permitiu o rastreamento de processos e mecanismos que evidenciam as

[3] Na teoria dos regimes alimentares Friedmann e McMichael (1989) criaram um método de análise e identificação de períodos regidos por regras que estruturam a produção e o consumo de alimentos em proporção mundial.

contradições presentes no Terceiro Regime Alimentar[4] problematizadas pelo conceito de soberania alimentar e pela inserção da questão ambiental na renovação da questão agrária.

Foram utilizados como fonte de dados e informações a contextualização (histórica e contemporânea), questionários diferenciados e combinados para cada grupo de ator, entrevistas por telefone (no caso de dúvidas e busca de informações que ajudam a interpretar os processos) e o trabalho de campo restrito às redes que tivemos acesso.

O artigo é composto pela introdução; procedimentos metodológicos que coloca em diálogo as perspectivas da Geografia Agrária, da Agroecologia, da Ecologia Política e dos Regimes Alimentares; pela contextualização histórica dos processos e mecanismos que lançaram (ou limitaram) as bases para o surgimento das redes em foco; pela apresentação dos atores e as suas organizações coletivas; e pelo mapeamento da Geografia das redes agroalimentares agroecológicas através do rastreamento de processos e mecanismos.

Na Geografia das redes agroalimentares agroecológicas investigadas observa-se a disputa entre dois projetos, um, externo a elas que é regulado pelas forças do mercado, no qual não é possível vislumbrar a base ambiental ecológica para viabilizá-lo no tempo e no espaço. O outro é, o projeto das redes, orientado por princípios e valores éticos com base na coprodução entre pessoas e natureza, fundamentais para o futuro da humanidade na terra. A urgência de

[4] Antecederam ao terceiro regime alimentar: o primeiro que foi constituído no período final da hegemonia britânica (1870 - 1914) e o segundo no período "fordista" centrado na hegemonia americana no pós - II Guerra (1947 - 1973).

se impor limites ao mercado se faz necessária e depende de uma transformação estrutural.

Procedimentos metodológicos

O *modus operandi* de um sistema agroalimentar pode ser identificado nos recursos e estruturas disponíveis para a produção de alimentos, nas formas de organizar a produção, o processamento, o transporte, a distribuição e a comercialização de alimentos, na forma de produzir e compartilhar o conhecimento, nos relacionamentos entre os atores, nos modos de pensar e de se comportar diante dos desafios impostos. Nas redes agroalimentares agroecológicas em foco, ele é presidido por valores e princípios da Agroecologia e norteados pelas noções de justiça ambiental e soberania alimentar.

Com base na Ecologia Política, o termo injustiça ambiental, de acordo com Acselrad *et al.* (2009, p. 9), surge para "designar o fenômeno de exposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais". O seu contraponto, a justiça ambiental, surge para "denominar um quadro de vida futuro no qual essa dimensão ambiental de injustiça venha a ser superada". A noção de justiça ambiental implica no direito a um ambiente seguro, sadio e sustentável e o ambiente deve compreendido em sua totalidade, ou seja, em suas dimensões ecológicas, físicas construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas. Esse direito é exercido quando se preserva, respeita e realiza plenamente as identidades individuais e de grupo e se promove a autonomia das comunidades.

Trazido a luz do sistema agroalimentar, o conceito de justiça ambiental presume que, para se atingi-la, são necessários processos e transformações que garantam o acesso ao ambiente equilibrado, aos recursos de produção (naturais, maquinários, conhecimentos), aos alimentos nutritivos em quantidade e variedade necessários para todos, e às informações ligadas a origem, composição a valor nutricional deles.

A noção de soberania alimentar presume processos e mecanismos de acessos que devem ser garantidos politicamente de forma a permitir os agricultores a controlarem seus recursos de produção, a produção local culturalmente própria e a produção autônoma, participativa, comunitária e compartilhada pela nação ou povo, de modo a promover o acesso da população aos alimentos agroecológicos.

Os conceitos de justiça ambiental e de soberania alimentar foram eleitos para o rastreamento de mecanismos e processos (ambientais, relacionais e cognitivos) que potencializam ou limitam os acessos ligados a eles nas redes investigadas.

A definição de Tilly (2001, apud Balestro, 2017, p. 164) de mecanismos ambiental, cognitivo e relacional foi utilizada para identificar e classificar as origens dos fatores que afetam a vida social alteram a percepção individual e coletiva e as conexões entre as pessoas das redes agroalimentares agroecológicas. De acordo com o autor:

> Os mecanismos ambientais são influências externamente geradas que afetam a vida social e estão geralmente associadas a palavras como desaparecimento, expansão, desintegração etc. Por exemplo, a desativação e a industrialização como elementos da crise agrária podem ser vistas

> como mecanismos ambientais que afetam a emergência de outros sistemas agroalimentares. Os mecanismos cognitivos operam por meio das alterações de percepção individual e coletiva, geralmente associados a palavras como entender, reconhecer e reinterpretar. Eles são particularmente relevantes para entender mudanças na racionalidade dos atores econômicos e sociais. [...] Já os mecanismos relacionais alteram as conexões entre as pessoas, grupos e redes interpessoais e estão associados a palavras como dominação, cooperação e persuasão. O conceito chave de autonomia nas CCs de produção guardam relação direta com os mecanismos relacionais (Tilly, 2001, apud Balestro, 2017, p. 164).

O rastreamento de processo (*process tracing*) ou de mecanismos é uma técnica que tem como objetivo rastrear os mecanismos causais, através dele é possível identificar e descrever as condições causais que contribuem para determinado resultado. É um método de análise de dados para identificar, validar e testar mecanismos causais dentro de estudo de casos de uma maneira específica e teoricamente informada.

A causação em ciências sociais esteve durante muito tempo associada com abordagens nomotético-dedutivas com pretensões universalizadoras, as quais remetem a uma visão positivista. Nos últimos anos, surgiram métodos de análise qualitativos que recolocaram a centralidade da causalidade sem recorrer a episteme positivista. Segundo Balestro (2017), grande parte dos autores que estudam as redes agroalimentares alternativas e circuitos curtos utiliza a causalidade enquanto técnica para explicar os fenômenos, mesmo que não a declarem como método de investigação.

Os estudos de causalidade qualitativos buscam entender os mecanismos existentes entre as condições causais (ou fatores explicativos) e o resultado (ou variável resposta). O contexto é visto como parte da explicação que não apenas influencia na forma de variável de intervenção, mas também como variável de moderação. A partir do contexto, é possível definir os aspectos relevantes de um ambiente, no qual um espectro de condições iniciais conduz a um resultado (Balestro, 2017, p. 164).

O rastreamento dos mecanismos e processos teve como fonte de dados:

a) a revisão bibliográfica de pesquisas que tratam do contexto histórico que levou ao surgimento das redes agroalimentares agroecológicas, ligados principalmente aos seus espaços de produção que dão base para a realização de toda a rede agroalimentar[5].

b) Questionários voltado para cada grupo de ator, de forma a obter os dados e informações associados as noções de justiça ambiental e soberania alimentar.

c) Entrevistas via telefone, nos casos em que ficaram dúvidas ou para obter alguma informação que consideramos importante (no momento pós-análise dos questionários e pós-Covid 19, entre o 2021 e 2023).

d) Trabalho de campo realizado em visitas e experiências em algumas redes no período que antecedeu a pandemia de Covid-19 (entre 2014 e 2017), momento em que ainda não havíamos elaborado o roteiro de questões; e em situações pontuais após a

[5] Bibliografia utilizada encontra-se enumerada nas referências bibliográficas.

flexibilização de circulação, após o momento mais crítico da pandemia de Covid-19. São experiências: no assentamento Sepé Tiaraju como estagiária (2014-2015); em vivências e na implantação do GCA Sepé Tiarajú (2017-2018); na Feira Agroecológica da UFRJ como consumidora em 2017; na visita de campo à sede da rede Livres da Baixada Santista em 01/12/2020; na Feira Orgânica de Guarulhos como consumidora entre 2019 e 2020; na reunião de fundação oficial da Rede Agroflorestal de Ribeirão Preto (2019) e na visita de campo à sede do Galpão Alimenta no final de 2020.

Ao todo, responderam aos questionários 10 articuladores, 23 agricultores e 47 consumidores das redes agroalimentares agroecológicas eleitas para a pesquisa, entre 2020 e 2021. A diferença entre o número de atores que participaram por grupo se dá em razão da proporção da presença deles nas redes investigadas.

Mesmo em contextos sócio-espaciais[6] e de natureza distintas, o que reúnem as redes agroalimentares agroecológicas nessa investigação é o horizonte que têm de promover Agroecologia em seus espaços de atuação e o fortalecimento das interações entre os espaços e atores do campo e da cidade.

As redes selecionadas para comporem a investigação são: duas de abrangência regional no mesmo estado, a saber: a rede Agroflorestal de Ribeirão Preto e rede Galpão Agroecológico/ Frente Alimenta; redes locais que possuem uma dinâmica própria, mas que se vinculam em ações e processos a outras redes locais. As redes Agroflorestal de Ribeirão Preto e o Galpão Agroecológico/Frente

[6] A grafia "sócio-espacial" é defendida por Souza (2013) e diferencia-se da grafia "socioespacial". "Sócio "é um indicativo de que se está falando, direta e plenamente, das relações sociais, de forma que elas e o espaço são inseparáveis.

Alimenta são redes compostas por sub-redes locais, que foram aqui contextualizadas de forma individual e de forma inserida na rede regional. A rede SAAP e a rede do Instituto Chão possuem abrangência nacional quando se trata dos espaços de produção, mas a distribuição e comercialização são feita localmente; a primeira na região metropolitana do Rio de Janeiro, e a segunda, no município de São Paulo. A rede Livres da Baixada Santista possuí abrangência regional com estados do Centro Sul envolvidos na produção de alimentos e o abastecimento centrado na Baixada Santista. A Feira Orgânica de Guarulhos e Rede Agroecológica da UFRJ também possuem abrangência regional no mesmo estado, mas não possuem sub redes. (Figura da área de abrangência no Anexo1).

A Gênese das Redes Agroalimentares Agroecológicas: Costura de Acessos Historicamente Negligenciados

Na revisão bibliográfica foi possível encontrar trabalhos de pesquisa sobre os processos de formação dos espaços de produção, principalmente dos assentamentos de reforma agrária. Os espaços de produção são requisitos primordiais para a existência das redes agroalimentares de viés agroecológico.

No resgate histórico foi possível identificar que os espaços de produção das redes Agroflorestal de Ribeirão Preto, do Galpão Agroecológico e Frente Alimenta, do SAAP e do Instituto Chão resultam da luta pela reforma agrária, a saber: os assentamentos de reforma agrária Sepé Tiarajú, Mario Lago, Dom Hélder Câmara, Dom Tomas Balduíno. Horto Bela Vista e um acampamento, Irmã

Alberta. Os espaços de produção da rede do Instituto Chão não foram contextualizados, pois não conseguimos obter informações com um dos gestores do espaço entrevistado. O mapeamento foi feito posteriormente ao levantamento dos dados e teve como base as marcas dos produtos que encontramos na loja.

Os três mecanismos ambiental (que afetam ou alteram a vida social), relacional (alteram a conexão entre as pessoas, grupos ou redes) e cognitivo (alteram a percepção individual e coletiva), identificados no processo de formação dos espaços que hoje compõem as redes agroalimentares agroecológicas, nos ajudam a compreender os acontecimentos que facilitaram ou inibiram os acessos vinculados as noções de soberania alimentar e justiça ambiental e, que desse modo, possibilitam o funcionamento delas. Eles foram identificados e analisados em dois agrupamentos: acesso à terra e acessos à infraestrutura, aos recursos (financeiros e materiais) e instrumentos de trabalho e ao conhecimento sobre a produção agroecológica; e acessos às políticas de compra pública da agricultura camponesa; acesso à alimentação diversa e nutritiva e aos espaços de comercialização.

a) Acesso à terra

A ocupação de terras improdutivas, como mecanismo relacional e ambiental fundante dos espaços e produção da Rede Agroflorestal de Ribeirão Preto e do Galpão Agroecológico (com unas da terra do MST) garantiu, mesmo após um longo e difícil processo, o assentamento das famílias sem-terra. O acesso à terra é condição para a existência do camponês, é a partir dele que a família consegue ajustar os equilíbrios para se manterem em face ao capital corporativo (Ploeg, 2016, p. 33). Do acesso à terra se

obtém outros acessos (recursos naturais e alimentos) fundamentais para a realização da justiça ambiental. Ele é o elo entre os camponeses e suas sementes, a vida do solo, das nascentes que lhes permitem cultivar em coprodução com a natureza, de forma autônoma, participativa, comunitária e compartilhada, com variedade e abundância, prerrogativas explícitas na noção soberania alimentar e nutricional. Desse modo, o acesso à terra é condição primeira para o funcionamento das redes agroalimentares agroecológicas.

Nos anos 2000, o contexto comum aos que se reuniram para ocupar terras improdutivas e com passivos com o Estado era de esvaziamento do campo, crescimento urbano desordenado, desemprego e subemprego, fato que levou milhares de pessoas a morarem em favelas ou a compor a população de sem-tetos das ruas das grandes cidades. Sem acesso à moradia digna, mobilizadas pelo MST e pela pastoral da terra, essas pessoas se unem para conquistar um pedaço de chão. Nota-se que a luta pela terra decorre da inexistência de outros acessos no contexto urbano (moradia, trabalho e renda), fato que revela a ineficiência das grandes cidades para abrigar a população massiva que saiu do campo em busca de condições de vida melhor.

A resistência das famílias acampadas, o apoio e bom funcionamento das instituições jurídicas, juntamente com a desconstrução de narrativas infundadas produzidas por forças retrogradam e conservadoras da sociedade foram fundamentais nesse longo e árduo caminho de luta pela terra. Ao mesmo tempo, se constituiu como um período de construção de laços e aprendizados entre os atores.

b) Acessos à infraestrutura, aos recursos (financeiros e materiais) e instrumentos de trabalho e ao conhecimento sobre a produção agroecológica

Com a terra conquistada, os camponeses se depararam com a morosidade das instituições para obterem os acessos à rede de água, esgoto, energia, vias de acesso, cuja responsabilidade é atribuída ao poder público. Isso levou os assentados a travarem outra batalha para se fazer cumprir a legislação. Nem todas as instituições funcionam de forma eficiente, muitas delas se encontram sob influência e controle da oligarquia do agro, mesmo que se tenha dentro delas profissionais compromissados com seu trabalho e com a justiça, nem sempre é fácil acessá-las e fazê-las cumprirem suas funções. O acesso à infraestrutura também tem se dado através da luta e resistência das famílias e é significativo para que as famílias tenham um ambiente com qualidade de vida.

As linhas de crédito e financiamento operam dentro da lógica do mercado e só interessam aos bancos e instituições financeiras quando obtêm grande retorno financeiro. Os funcionários dessas instituições carregam o preconceito de que famílias assentadas não vão conseguir pagar as prestações do financiamento, por isso não dispendem atenção necessária às famílias.

As Organizações Não-Governamentais (ONGs) se mostraram interessantes na construção de processos que dão autonomia aos trabalhadores, tais como a construção das moradias pelos próprios assentados e a construção dos saberes que embasam a autonomia na produção agroecológica. Trata-se de iniciativas que resultam da articulação em rede entre os trabalhadores do campo e

da cidade, mobilização que ocorre, de um lado, pela compreensão dos atores da cidade a respeito da questão agrária que se materializa em ações de apoio ao campo e, de outro, da organização dos atores do campo não só para a conquista da terra, mas para se articularem junto aos atores da cidade para ampliarem e fortalecerem suas lutas.

Outros processos que contribuíram para a construção de acessos são os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) do governo federal, o projeto desenhado pelo MST que inspirou as Comunas da Terra, o V Congresso do MST onde se firmaram os princípios da produção agroecológica nos assentamentos. Equilibrar os ecossistemas nas terras destruídas pelo agronegócio recebidas pelas famílias assentadas não é uma tarefa simples, demanda apoio técnico e acesso aos conhecimentos de produção agroecológica (acesso à ATER). Nesse sentido, os instrumentos de Estado e de organização dos movimentos sociais, juntos, levaram a alteração de percepção, tanto individual como coletiva, dos processos de coprodução com a natureza e de organização social que permitiram alterar a conexão entre as pessoas que passaram a se organizar em rede compartilhando conhecimentos e afinidades em torno da produção em SAFs (Sistemas Agroflorestais) e da Agroecologia, refletindo na vida social dos envolvidos. Os PDS como política pública, em tese, deveriam se consolidar como mecanismo permanente para estruturar os espaços rurais em coprodução com a natureza, independente das mudanças de governo, o que não ocorre na prática. Os atores que trabalham nas instituições públicas e que contribuem para implementação dos PDS são fortalecidos por um lado pela organização em rede, mas por outro, ficam de mãos atadas

para cumprirem suas funções com a entrada de um governo desfavorável. A organização do MST como movimento social não só tem enfrentado o problema da questão fundiária no país como também tem se firmado como propagador da agroecologia como a única capaz de resolver os problemas ambientais causados pelo sistema agroalimentar corporativo e de promover a qualidade de vida dos trabalhadores do campo e da cidade. Parte da formação das redes agroalimentares agroecológicas investigadas decorre da aproximação dos atores da cidade interessados em contribuir para a luta do MST e da Agroecologia.

Os Atores e Suas Organizações Coletivas no Tecer das Redes Agroalimentares Agroecológicas

Os atores das redes agroalimentares agroecológicas são homens e mulheres, trabalhadores do campo e da cidade, cujas funções e atividades nas redes investigadas se dividem entre a produção de alimentos, os serviços ambientais prestados através do manejo agroecológico (trabalho mantido pelos camponeses), o transporte dos alimentos do local de produção até os centros consumidores (trabalho mantido em algumas redes pelos camponeses, em outras pelos consumidores, articuladores ou coletivo formado para fazê-lo), a escolha, compra e consumo de alimentos (tanto pelos consumidores que podem quanto por aqueles que não podem pagar pelos alimentos diversos e nutritivos) e, por fim, a articulação das redes agroalimentares agroecológicas (atividade realizada por atores, geralmente de centros urbanos, professores e estudantes de universidades, pesquisadores, funcionários públicos, membros de movimentos sociais e de ONGs).

No levantamento de suas organizações sociais constatamos que a maioria delas nasceram no enfrentamento dos problemas decorrentes da ausência de acesso. As organizações podem coexistir para os grupos de atores, uma vez que possuem funções diferenciadas, sendo a rede a que possibilita uma articulação entre todas elas. As organizações identificadas na pesquisa foram:

- Redes - surgem da necessidade de promover o conhecimento e as técnicas de produção agroecológica, o trabalho e o comércio justos, a produção de alimentos diversa e nutritiva para alimentar toda a população e de conquistar direitos, espaços e recursos;
- Grupos e comunidades de consumo - emergem da ausência de acesso aos espaços para a comercialização e de ausência de acesso aos de alimentos nutritivos e diversos, e conhecimentos que os envolvem;
- Cooperativas de consumo e economia solidária (idem ao anterior);
- Movimentos sociais – surgem da ausência de acesso à terra, ao ambiente equilibrado, aos recursos necessários para a produção agroecológica, aos espaços de comercialização, aos alimentos nutritivos e diversos;
- As cooperativas e associações de agricultores - nascem da necessidade dos camponeses de se organizarem diante as imposições do mercado que historicamente tem afastado a renda do trabalho camponês para longe das unidades produtivas;
- Cooperativa de transporte - surge no contexto de domínio dos aplicativos de entregas que explora o trabalho do

entregador e de necessidade de levar os alimentos nas casas dos consumidores, tendo em vista o contexto de pandemia de Covid-19.

Nas informações coletadas sobre a economia das unidades produtivas camponesas foi possível identificar adaptações promovidas pelas famílias camponesas para manterem o funcionamento dos seus agroecossistemas diante das pressões externas, necessidades da família e da ausência de acessos associados aos conceitos de justiça ambiental e soberania alimentar.

Dentre a diversidade de adaptações ou ajuste de equilíbrios camponeses (Ploeg, 2016), a mais inovadora se constitui na relação com os espaços urbanos: a prática de vivências, mutirões e dias de campo (parcerias adaptadas), em que os momentos de maior demanda de trabalho no campo (penosidade) é compartilhado com os consumidores e outros atores da cidade, de forma que ambos posteriormente possam desfrutar de uma boa e farta colheita. Diante das ausências de acessos aos recursos de produção e de mão-de-obra na unidade familiar (famílias pequenas), os equilíbrios extrapolam a unidade produtiva se estendendo aos atores e aos espaços urbanos.

O uso de manejos que privilegiam a ciclagem de nutrientes, trocas de sementes, produtos e conhecimentos entre os agricultores são formas de manter o equilíbrio entre autonomia e dependência nas unidades produtivas. A autonomia aqui é a construção do acesso permanente aos recursos básicos para a produção de forma a diminuir os mecanismos de extração de excedente.

Nos equilíbrios construídos para suprir a ausência de acessos e (re)existir ao domínio da lógica de mercado e aos processos de proletarização dos camponeses, a organização em rede, através

das redes agroalimentares agroecológicas, se mostra fundamental na extensão e compartilhamento dos equilíbrios das unidades produtivas do campo aos espaços urbanos.

As Redes Agroalimentares Agroecológicas no Contexto de Crises e de Pandemia de Covid-19

No contexto contemporâneo em que se inserem as redes investigadas são observadas as crises:

a) Ambiental:

- Pandemia de Covid-19 e outros problemas de saúde derivados da alimentação inadequada, contaminada ou da ausência de alimentação diversa e nutritiva em quantidade necessária aos seres humanos;
- Avanço da destruição das florestas e dos biomas, principalmente do Cerrado e da Amazônia;
- Destruição das bases ambientais necessárias para a manutenção dos modos de vida das populações nativas e tradicionais.

b) Político, econômico e social:

- Que se iniciou com o impedimento da presidente de cumprir o seu mandato em 2016, provocando o rompimento da normalidade institucional e o enquadramento do país na agenda da ordem neoliberal (derrotada nas urnas). Nesse período, as políticas sociais foram reduzidas, em alguns casos completamente destruídas e os projetos estratégicos para soberania nacional foram interrompidos. Com o golpe abriu-se as portas para a eleição de Jair Messias Bolsonaro como presidente, o que implicou no aumento do abismo social. As políticas de acessos aos alimentos (PAA e PNAE)

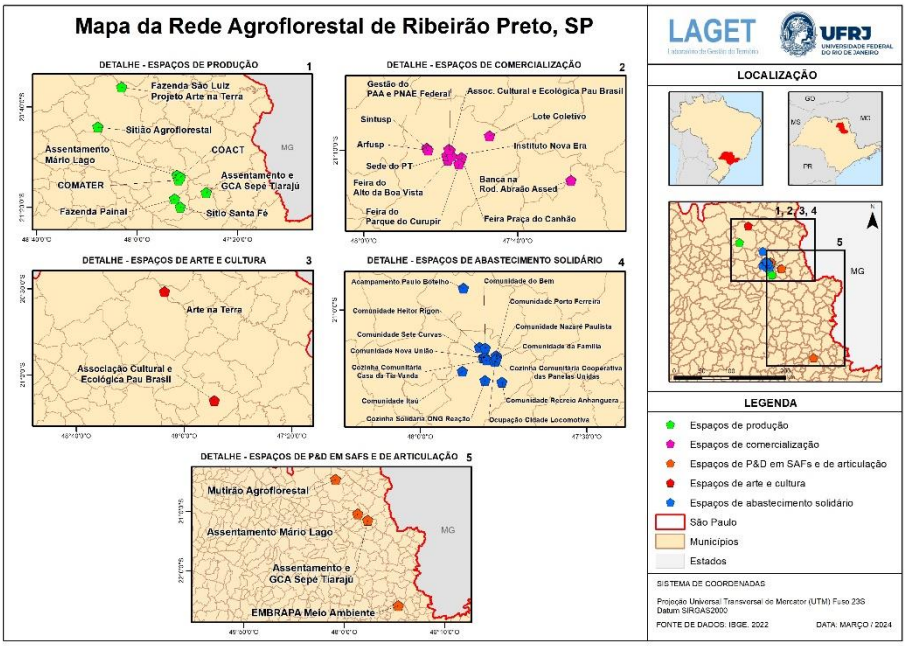
e aos recursos fundamentais para a atividade de produção camponesa (créditos e mercados públicos) foram comprometidas, o Brasil voltou ao mapa da fome, o desemprego, o custo de vida, a população de rua e o desmatamento aumentaram, o ataque as minorias e à democracia tornou-se rotineiro.

Nesse cenário, se ampliaram as dificuldades de acesso aos recursos e mercados camponeses, os atores das redes agroalimentares agroecológicas se organizaram criando brechas para sobreviver ao caos e encontrar soluções para os problemas comuns. Os camponeses perderam as vendas nos programas de compra pública e os espaços de comercialização, como feiras e pontos de entregas de cestas, que foram fechados sob a argumento de que são espaços com grande potencial de contaminação. No entanto às grandes redes de supermercados se impôs um protocolo para evitar a contaminação e eles seguiram abertos durante todo período crítico da pandemia. Um tratamento desigual para atores diferentes no setor da alimentação que desvela a força política das grandes corporações.

Nesse contexto, a produção de alimentos agroecológicos não parou, a solidariedade subsidiou o estabelecimento de novas formas de ajuste de equilíbrios que se estendem dos espaços rurais aos espaços urbanos, à população em situação de insegurança alimentar através da organização em redes. As redes Agroflorestal de Ribeirão Preto, Galpão Agroecológico/Frente Alimenta e do Sistema de Abastecimento Popular mantiveram um trabalho importante com a arrecadação de fundos para manter as campanhas solidárias de doações de alimentos às famílias que perderam a merenda escolar dos filhos, que ficaram desempregadas

e sem recursos para comprar alimentos frescos e de qualidade. Nos mapas a seguir estão representados os espaços de produção, de comercialização, de abastecimento solidário e de arte e cultura das três redes:

Mapa 1 – Rede Agroflorestal de Ribeirão Preto (SP)

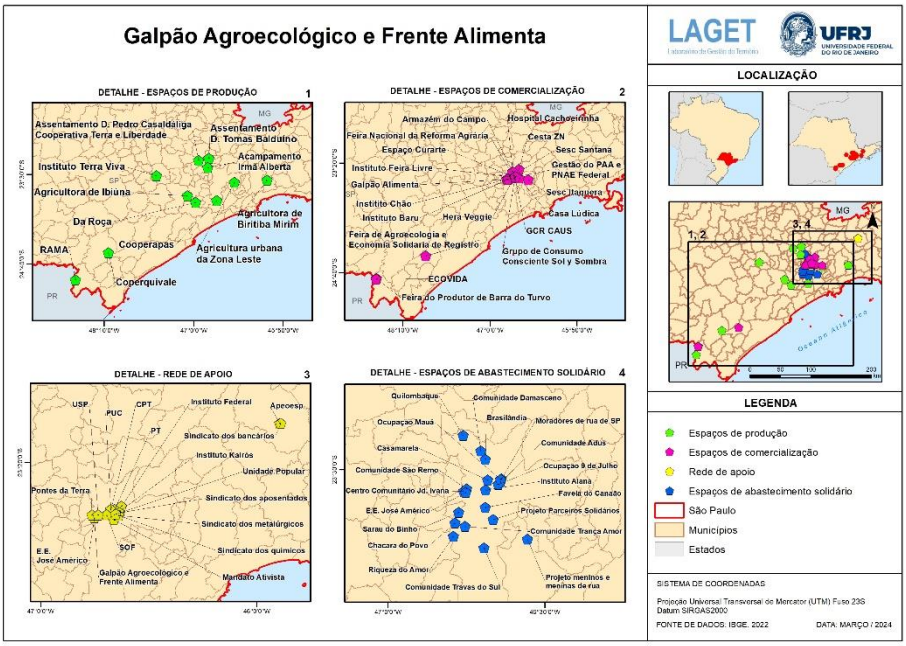


Elaborado pela autora, 2024.

No mapa 1 estão representados os espaços que compõem oficialmente a Rede Agroflorestal de Ribeirão Preto: os espaços de produção, representados pelos assentamentos Sepé Tiarajú, Mário Lago e suas cooperativas COMATER e Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra, Sítio Agroflorestal, Fazenda São Luiz, Fazenda Painal e Sítio Santa Fé; os espaços de arte e cultura representados pelo Projeto Arte na Terra e pela Associação Cultural e Ecológica Pau Brasil; os espaços de comercialização representados pelo GCA Sepé no SINTUSP, pela Associação Cultural e Ecológica Pau Brasil,

pelo local de gestão dos programa de compra pública federal (PAA e PNAE, Instituto Nova Era, lote coletivo do assentamento Mário Lago, banca na rodovia Abraão Assed, feiras da praça do Canhão, do Parque Curupira, do Alto da Boa Vista, Artesp e sede do PT; e os espaços de P&D em SAFs e de articulação representados pela Fazenda São Luiz, Sitião Agroflorestal, Fazenda Painal e EMBRAPA Meio Ambiente e por todos os espaços de produção onde se dão as experiências de produção em SAFs.

Mapa 2 Galpão Agroecológico e Frente Alimenta (SP)

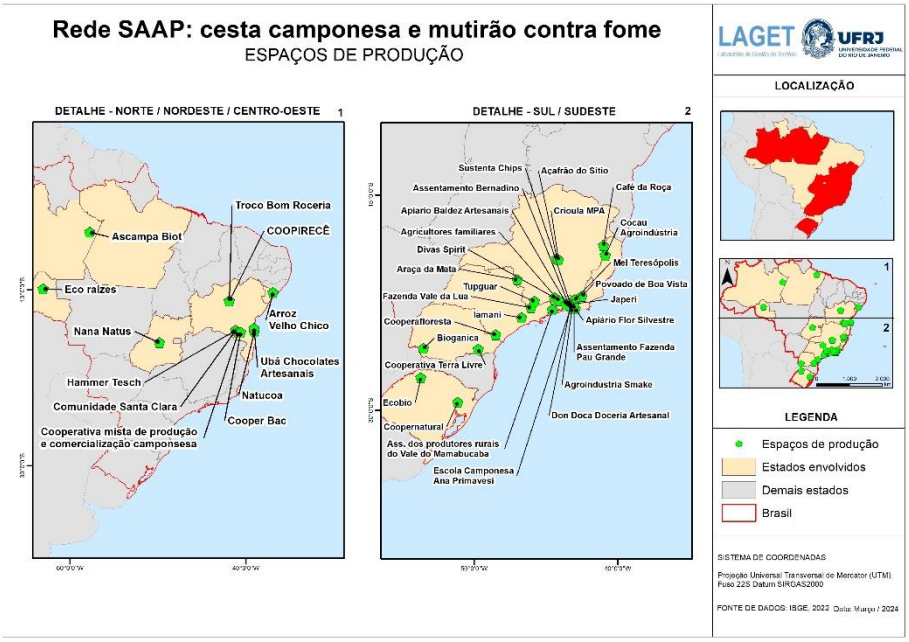


Elaborado pela autora, 2024.

No mapa 2 estão representados as instituições de apoio internacionais, a Fundação Britânica *Be The Earth* e a empresa imobiliária Ivanhoé Cambridge, com sede no Canadá. Verifica-se uma articulação regional com espaços de produção que vão desde a região do Vale do Ribeira, passando pela região de Sorocaba, pelas

Comunas da Terra na RMSP e Biritiba Mirim; espaços de articulação e da rede de apoio localizados na capital, e espaços de comercialização na capital e em alguns pontos próximos aos espaços de produção; e os espaços de abastecimento solidário, a maioria localizados na periferia da capital.

Mapa 3 – Rede do Sistema de Abastecimento Popular (SAAP): Espaços de produção

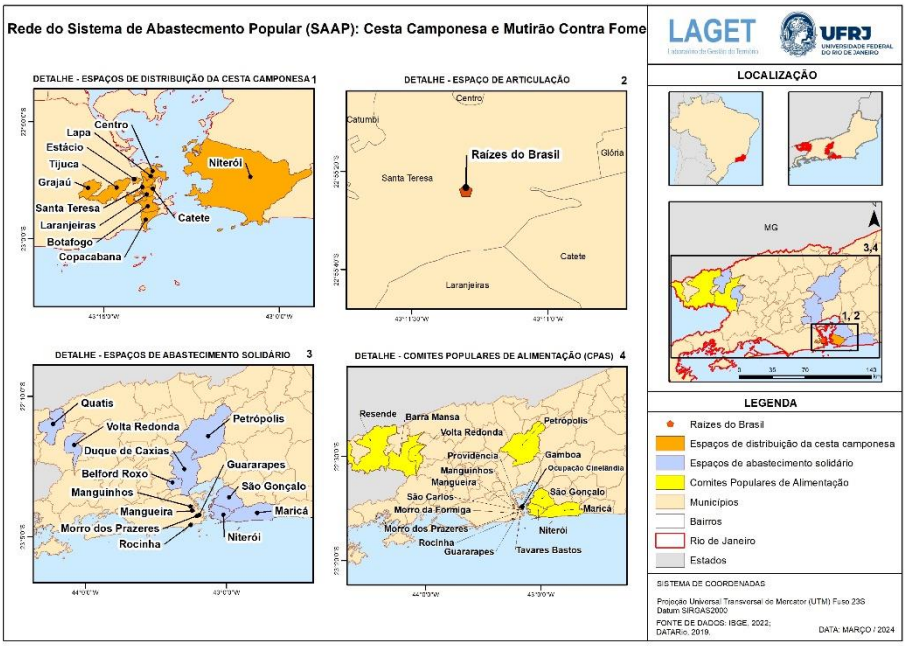


Elaborado pela autora, 2024.

Os espaços de produção que abastecem o projeto Raízes do Brasil, no qual se insere a Cesta Camponesa do MPA são compostos por famílias camponesas de Teresópolis, Baixada Fluminense, Médio Paraíba, Silva Jardim, Quatis, Magé, Região Serrana do Rio de Janeiro, além de outros estados como Espírito Santo e Minas Gerais e das regiões Nordeste, Amazônica e Sul. Os cosméticos, cervejas e outros produtos de maior durabilidade vêm de outras regiões. As cachaças vêm do Espírito Santo. Alguns tubérculos,

como batata e inhame, as hortaliças e carnes vêm de Minas Gerais. Da Baixada Fluminense vêm os pães e outros beneficiados, a banana, a linguiça, abobrinha e os tubérculos. Do quilombo de Silva Jardim vêm as bananas, de Magé chegam os tubérculos e as goiabas e da região Serrana do Rio de Janeiro os alimentos mais perecíveis como as hortaliças, que geralmente precisam ser distribuídas em locais de curta distância. A maioria das frutas vem da região Sul do país.

Mapa 4 – Rede do Sistema de Abastecimento Popular (SAAP): Espaços de distribuição, de articulação e de abastecimento solidário



Elaborado pela autora, 2024.

Os espaços de articulação da rede SAAP são o Raízes do Brasil e UFRJ (campus Praia Vermelha), os espaços atendidos pelo Mutirão Contra a Fome, segundo um dos seus articuladores (de

abril até outubro de 2020, com 1700 cestas de alimentos) foram as comunidades da Ladeira do Guararapes, Manguinhos, Mangueira, Morro dos Prazeres, Rocinha, comunidades do MTST, e comunidades nas cidades de São Gonçalo, Niterói, Belford Roxo, Duque de Caxias, Quatis, Volta Redonda, Maricá, Petrópolis, dentre outras. Ao todo foram doadas 98 toneladas de alimentos à 11.271 famílias, sendo 276 famílias acompanhadas pelo Comitês Populares de Abastecimento (CPA) do MPA.

Na comunidade da Rocinha 60 famílias passaram a ser atendidas e acompanhadas pelas equipes de trabalho que compõem o Comitê Popular de Alimentação (CPA), destinado a manter o diálogo com as famílias atendidas pelas doações do Mutirão Contra a Fome. Um núcleo de famílias da Rocinha é acompanhado por um coordenador que faz o diálogo com as mesmas que recebem cestas de alimentos frescos e saudáveis a cada quinze dias.

Os CPAs organizam a montagem das cestas compostas por alimentos e uma cartilha. Eles são orientados por princípios como a auto-organização, construção do poder popular e soberania alimentar. Além da Rocinha, os processos de construção dos CPA estavam também na Mangueira, no Morro da Formiga, no Morro da Providência, em Tavares Bastos, na Gamboa, no Morro dos Prazeres, na Ocupação Cinelândia, no Morro São Carlos, Rocinha, Manguinhos, Guararapes e nos municípios de Niterói, Barra Mansa, Volta Redonda, Resende, São Gonçalo, Petrópolis e Maricá. Os CPAs têm, dentre seus objetivos, o de inserir as famílias e comunidades que estão nas cidades no processo de produção de alimentos agroecológicos como forma de construção da soberania alimentar. Para isso os CPAs mantêm atividades de formação na

produção de alimentos, como a de produção da fertilidade do solo nas comunidades da Mangueira e em Magé, movimentando mecanismos ambientais, cognitivos e relacionais para a promoção da soberania alimentar.

As três redes são articuladas por atores do campo e da cidade, nas campanhas de abastecimento solidário, mantiveram um trabalho transparente para que os doadores pudessem saber o que estava sendo feito com o dinheiro e continuasse mantendo às doações. Muitas cozinhas solidárias nasceram nesse período e se mantiveram mesmo após o fim da pandemia, já que o acesso aos alimentos nutritivos e em quantidade suficiente para suprir as necessidades humanas ainda é restrito a quem pode pagar.

As desigualdades de acesso ao trabalho, renda justa, aos recursos, à saúde, aos alimentos nutritivos e diversos, às políticas, à terra, à moradia, ao ambiente equilibrado é um problema estrutural que ainda se faz presente nos territórios e revelam a injustiça ambiental e a ausência de soberania alimentar, temas que unem as redes agroalimentares agroecológicas para lutar e construir os acessos historicamente negligenciados.

As ações humanitárias praticadas resistem aos valores de mercado: apoios, cessão de espaços, transporte solidário, cozinhas solidárias, hortas comunitárias, consumidor sem renda se alimentando com produtos frescos e nutritivos. Os encontros e debates se ampliaram e o sistema agroalimentar dominante foi colocado em xeque por não promover a saúde da maioria da população, destruir os ecossistemas e gerar incertezas sobre o futuro da produção de alimentos.

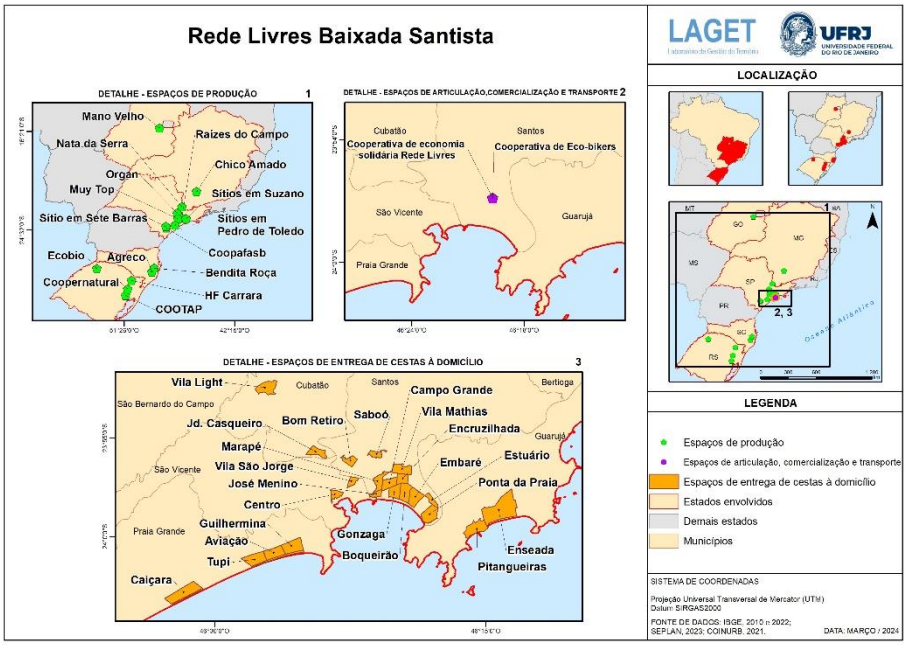
O Estado, de um lado, declina do seu papel de promover a soberania alimentar e nutricional, mas do outro, não deixa de atender o agronegócio e o grupo político atrelado a ele, que se manteve amparado e privilegiado com a ampliação de isenções de impostos e de acesso aos recursos necessários para permanecerem no poder, cultivando comida de lugar nenhum, sem qualidade e carregada de agrotóxicos. A geografia das desigualdades coloca em evidência a omissão do Estado e a ineficiência do mercado para resolver as questões de soberania alimentar e de justiça ambiental. A noção de soberania alimentar coloca em evidência as contradições do terceiro regime alimentar na Geografia das redes agroalimentares agroecológicas investigadas nos seus processos de articulação contra hegemônicos.

Os acontecimentos que se sucederam nesse período fortaleceram e promoveram novos vínculos entre os espaços rurais e os espaços urbanos, alterando as conexões entre os atores, redes e grupos. O mapeamento das redes agroalimentares agroecológicas foi feito com base na identificação dos atores, dos espaços de trânsito e de ações articulados neste contexto de crise. Nos mapas 5, 6, 7 e 8 estão representados os espaços de produção, de comercialização, de transporte e de articulação das redes Livres Baixada Santista, Instituto Chão, Feira Orgânica de Guarulhos, Feira Agroecológica e Projeto CASA.

No mapa 5 está representada a Rede Livres Baixada Santista que com a geografia plana da Baixada Santista favorece a distribuição das cestas, com redução dos custos ambientais e econômicos através do transporte feito por *ecobikers* até a casa dos consumidores. Os *ecobikers* são ciclistas que não só trabalham na

entrega de alimentos do Livres, mas compreendem e apoiam o projeto. A partir do movimento de entregas via *bike* iniciada pela rede Livres, os ciclistas discutem também a formação de uma cooperativa de entregadores ciclistas para saírem do esquema de taxas abusivas e exploração do trabalho dos aplicativos de entrega. Os bairros de Santos atendidos com a entrega de cestas pelos bikers são: Vila Mathias, Marapé, Campo Grande, Gonzaga, Encruzilhada, José Menino, Embaré, Estuário, Ponta da Praia, Saboó, Bom Retiro, além de outros municípios como Praia Grande (bairros Guilhermina, Aviação, Vila Tupi, Caiçara), Guarujá (bairros Pitangueiras, Enseada), Cubatão (bairros Jd. Casqueiro, Vila Light) e São Vicente (bairros Centro, Vila São Jorge).

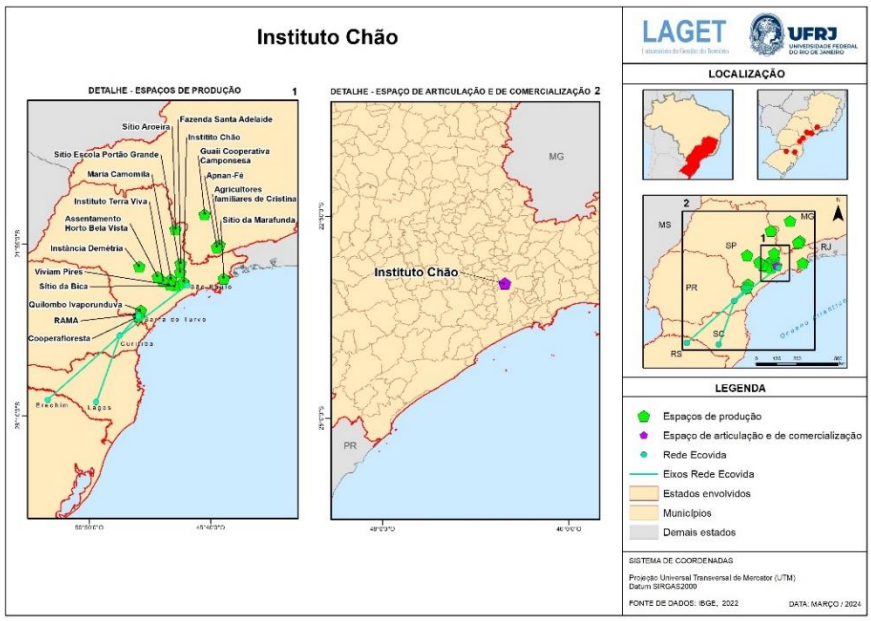
Mapa 5 – Rede Livres Baixada Santista (SP)



Elaborado pela autora, 2024.

Os espaços de produção e de comercialização do Instituto Chão (Mapa 6) integram a segunda rede mais extensa dos casos aqui estudados, com espaços de produção que vão desde Maria da Fé em Minas Gerais até Erechim no Rio Grande do Sul. Alguns fatores, tais como, a presença de consumidores esclarecidos de classe média no bairro onde está localizada a loja do Instituto Chão, proporcionou uma grande adesão ao projeto, aumentando consideravelmente as vendas e o sucesso econômico do instituto. Os recursos obtidos são bem administrados para manter o ponto comercial e seus trabalhadores em funcionamento, no entanto, a diversidade de fontes de alimentos não garante a manutenção de todas as famílias camponesas fornecedoras de alimentos no campo, a não ser que houvesse diversas lojas em diversos lugares disponíveis para a comercialização dos alimentos agroecológicos.

Mapa 6 – Instituto Chão



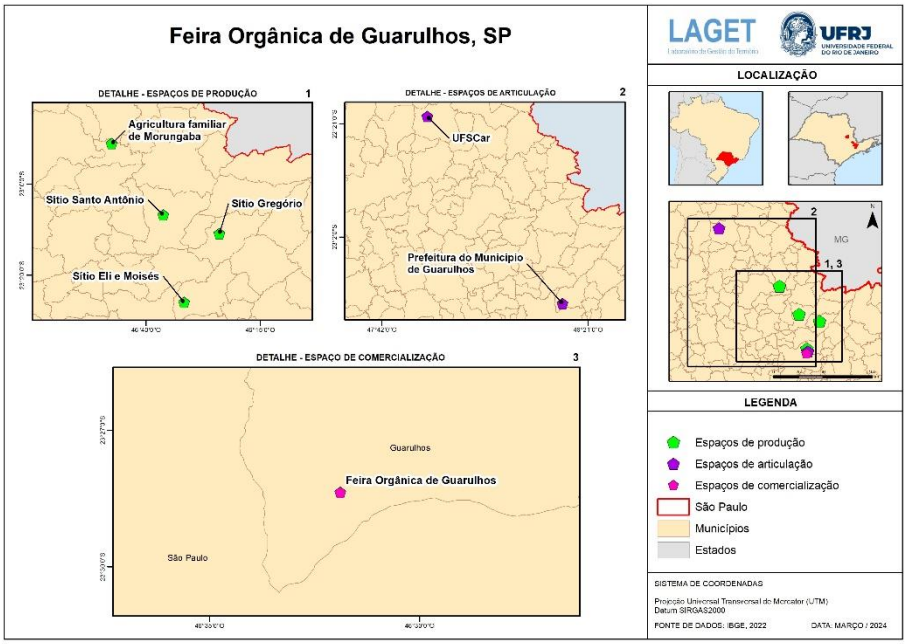
Elaborado pela autora, 2024.

Até o início de 2020, quando chega a pandemia de Covid-19, a Feira Orgânica de Guarulhos (Mapa 7) contava também com o espaço do Parque Júlio Francalanza, na Vila Augusta, às quartas-feiras. Os parques do município foram fechados sob o pretexto de evitar a propagação do vírus e, com isso, a feira foi suspensa. A reabertura do parque ocorreu em abril de 2021, no entanto a feira não foi retomada. Em uma consulta a dois agricultores sobre uma possível retomada das atividades, eles responderam que a feira não era muito viável financeiramente para eles e que não viam problemas caso a prefeitura não os procurasse para retomar as atividades de feira no parque.

Como visto anteriormente, a Feira Orgânica de Guarulhos também já ocupou o espaço do Bosque Maia no início das suas atividades e foi alterada por motivos dedos conflitos de uso comum do espaço com esportistas que frequentam o local. Segundo os agricultores, o Bosque Maia era um bom espaço para a feira, mas o horário não favorecia muito as vendas dos alimentos. Ao que parece, a prefeitura não se interessou em resolver o conflito, sequer atenderam a demanda dos agricultores sobre a mudança de horário. Diante da diminuição do número de agricultores da cidade, outros produtores orgânicos de outras cidades foram convidados a compor a feira. Segundo um dos técnicos da prefeitura, o convite se deu para servir de motivação e exemplo para os produtores de Guarulhos. Dos agricultores do município que compunham a feira inicialmente, restou apenas um casal, que se mantém até o presente momento. A Feira Orgânica de Guarulhos ocorre atualmente aos sábados somente na Praça IV Centenário e é abastecida pelos agricultores, que levam suas barracas e alimentos,

além de acompanhada e fiscalizada por funcionários da prefeitura. Desde a inauguração da feira, não houve abertura de editais para outros agricultores da cidade comporem a feira e as regras sobre a participação e os produtos comercializados não são muito claras, o que tem levado os agricultores participantes da feira trocarem acusações sobre a origem dos alimentos.

Mapa 7 – Feira Orgânica de Guarulhos



Elaborado pela autora, 2024.

A experiência da Feira Orgânica de Guarulhos demonstra como é necessária a construção de uma articulação entre os atores, principalmente entre os agricultores que não possuem qualquer apoio da prefeitura. No local da feira não há sequer banheiro público para uso dos agricultores que passam mais de oito horas na praça vendendo os alimentos. Segundo o seu projeto inicial, a

articulação deveria ser promovida pela prefeitura, com planejamento conjunto das atividades da feira, dos alimentos que irão disponibilizar, dos plantios, de forma a evitar a competição e promover a cooperação. Sem apoio e desarticulados, os agricultores se vêm cada vez mais encurralados, trabalhando sozinhos, cansados e pouco motivados.

Os espaços de produção que abastecem a Feira Agroecológica da UFRJ (MAPA 8) estão em Guapimirim-RJ, município que compõem a região metropolitana do Rio de Janeiro-RMRJ, e em Campo Grande, bairro da zona oeste carioca. Em Guapimirim os atores são agricultores associados da AFOJO e em Campo Grande uma agricultora urbana com o espaço denominado como "Quintal da Vanessa". De todos os grupos de agricultores que iniciaram na feira em 2009, a AFOJO foi o único que permaneceu, mantendo as entregas nos pontos de distribuição e realizando atividades de interação com os consumidores, como as vivências e dias de campo.

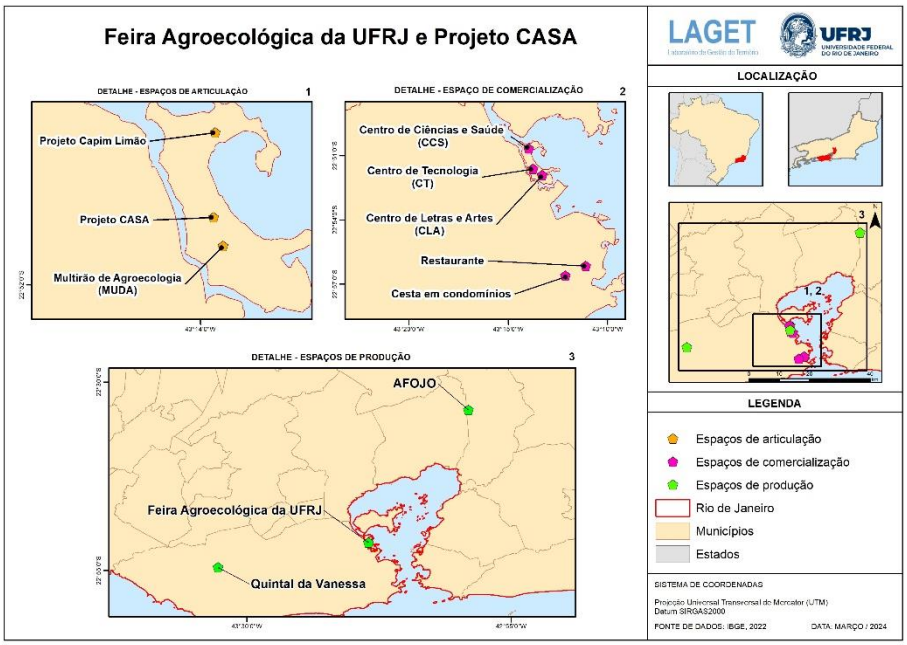
Até a chegada da pandemia de Covid-19 no início de 2020, a Feira Agroecológica da UFRJ ocorria às quintas-feiras no campus do Fundão em três pontos do campus: no Centro de Ciências e Saúde (CCS), no Centro de Tecnologia (CT) e no Centro de Letras e Artes (CLA). Com a pandemia, as atividades do campus foram suspensas pela administração da universidade e, com elas, a feira. Os agricultores passam a realizar entregas de cestas prontas em alguns pontos do campus e, com a colaboração de um dos gestores da feira, a entrega de cestas se expandiu para o Projeto Cestas em Condomínio, que começou no bairro Cosme Velho, na região da zona Sul do Rio de Janeiro. O desenvolvimento dessa atividade foi

fundamental para evitar que os agricultores tivessem perdas de produção e, consequentemente, perda da renda.

O Projeto CASA (Mapa 8) nasce em apoio a Feira Agroecológica da UFRJ e também é abastecido pelos agricultores associados da AFOJO, localizados no município de Guapimirim, e pelo Quintal da Vanessa, no bairro de Campo Grande, zona oeste do Rio de Janeiro. Até o início da pandemia de Covid-19, as cestas de alimentos eram entregues no Campus da Ilha do Fundão, na UFRJ, e os principais consumidores e prossumidores eram estudantes, professores e funcionários da universidade. A atividade de entrega das cestas foi mantida mesmo com a pandemia e foi considerada como uma das formas mais seguras de acessar os alimentos de qualidade, já que os supermercados eram apontados com os maiores índices de contaminação pelo vírus. No entanto, com suspensão das aulas o campus foi esvaziado e os prossumidores encontravam dificuldades para chegar até a universidade somente para a retirada das cestas.

O coletivo articulador do projeto considerou que naquele momento as cestas seriam fundamentais para garantir as atividades dos agricultores que perderam seus espaços de comercialização, ao mesmo tempo em que forneciam uma alimentação fresca e saudável aos prossumidores e consumidores. O projeto foi adaptado ao contexto e os agricultores passaram a entregar as cestas na universidade a cada quinze dias. Ao invés de uma cesta semanal, passaram a entregar duas cestas com alimentos suficientes para os prossumidores se manterem durante esse tempo.

Mapa 8 – Feira Agroecológica da UFRJ e Projeto CASA



Elaborado pela autora, 2024.

A ética implícita na ideia de Agroecologia norteia as relações formadas entre os atores das redes agroalimentares agroecológicas. As imposições do mercado estão a todo momento tentando degradá-las, por isso um trabalho de diálogo constante é necessário para se reafirmar os princípios agroecológicos.

A prática da Agroecologia, desde os processos que envolvem o trabalho de produção de alimentos até a acesso dos consumidores sem renda a eles, conduz as relações nas redes investigadas na disputa por um projeto contra hegemônico de soberania alimentar e justiça ambiental. Na formalização de umas das redes, os princípios da Agroecologia ficaram claros no processo de construção coletiva, nas concepções e objetivos traçados para presidir as ações.

No contexto em que as mudanças políticas implicaram consideravelmente no aumento da desigualdade, o movimento da Agroecologia, que estava sendo estruturado em diversos pontos do território nacional, foi afetado pela política neoliberal imposta após a destituição da presidenta em 2016, criando um ambiente oportuno de união e fortalecimento de vínculos entre os atores dos espaços rurais e dos espaços urbanos.

A intensificação das conexões favoreceu as mudanças de percepção individual e coletiva dos atores. A percepção dos processos que envolvem a coprodução entre pessoas e natureza pelos atores das redes agroalimentares agroecológicas é a base de grande parte das transformações que vem ocorrendo nessas redes. Ela alimenta uma visão integrada dos processos em que os seres humanos, como seres pensantes, têm papel fundamental na condução dos caminhos que levam a sustentabilidade. A visão integrada coloca em evidência a necessidade de se impor limites ao mercado para garantir o futuro do planeta. No avanço de consciência estão contidos os processos que levam a justiça ambiental, a garantia de acessos necessários para vida em equilíbrio.

Considerações Finais

O espaço geográfico, nas palavras de Santos (2008), "é um conjunto indissociável de sistemas de ações e de objetos". Na Geografia das redes agroalimentares agroecológicas esse conjunto inseparável é conduzido pelos princípios da Agroecologia de forma

recompor as rupturas metabólicas provocadas pelos sistemas agroalimentares corporativos. Os sistemas de objetos das redes agroalimentares agroecológicas são espaços conquistados com muito trabalho e luta, seja os espaços de produção, de trânsito, de comercialização ou de distribuição solidária, os quais ainda são ínfimos para abrigar o tamanho do projeto das redes agroalimentares agroecológicas. São também os recursos naturais, financeiros, tecnológicos, científicos que não estão disponíveis aos atores das redes da mesma forma como estão para o agronegócio, no entanto a articulação em rede transforma as relações para promover ajustes de equilíbrio e resistir às ausências de acessos.

Os atores das redes agroalimentares agroecológicas são camponeses, consumidores e articuladores. Os camponeses, são herdeiros de uma história de resistência e luta pela sobrevivência e hoje lutam para permanecer na terra trabalhando com sua família com saúde para promover a saúde dos consumidores e dos ecossistemas. Os consumidores são aqueles que estão interessados principalmente em saúde e justiça socioambiental, possuem renda para acessar os alimentos nutritivos e diversos, contribuindo para promover o ajuste de equilíbrios nas unidades produtivas. O consumidor sem renda encontra espaço nas redes agroalimentares agroecológicas através das cozinhas solidárias e dos espaços de distribuição de cestas, soluções criadas no contexto da pandemia de Covid-19 e de crise política para combater a insegurança alimentar e nutricional, que cresceu de forma alarmante, e resolver os problemas de perdas de espaços e mercados de comercialização da agricultura camponesa. Os articuladores são atores da cidade vinculados às universidades, escolas e institutos de pesquisas

públicas e ONGs e se mobilizaram para fornecer apoio a produção camponesa, à comercialização e distribuição solidária às famílias em situação de insegurança alimentar.

Os processos e mecanismos significativos para a emergência das redes agroalimentares, têm base nos seus espaços de produção os quais dão suporte a existência de todos os outros espaços e processos das redes em foco. A história de ausência de acessos é o que tem mobilizado os atores para conquistá-los e criarem os ajustes de equilíbrios para sobreviverem ao domínio das relações de mercado. O funcionamento das redes agroalimentares agroecológicas depende de três principais acessos: à terra; aos recursos e infraestrutura (recursos financeiros, materiais, mercado, conhecimento) necessários para a produção agroecológica; e à alimentação diversa e nutritiva em quantidade necessária para garantir a segurança alimentar e nutricional.

A ausência de acessos à infraestrutura, recursos (financeiros, materiais, mercado, conhecimento) necessários para a produção agroecológica é um obstáculo para as famílias permanecerem e trabalharem na terra. O controle e uso do Estado para garantir a ampliação do faturamento do sistema corporativo caracteriza o terceiro regime alimentar. As soluções criadas via mercado, com aval do Estado, para resolver as questões de soberania alimentar e de justiça ambiental jamais serão eficientes quando o a principal função é promover o lucro das corporações. As contradições do regime alimentar que culminam na Geografia das desigualdades no sistema agroalimentar são colocadas em evidência pelos movimentos sociais através da noção de soberania alimentar.

Os vínculos criados entre atores dos espaços rurais e urbanos permitiram a criação de estratégias de enfrentamento dos problemas decorrentes da perda de acessos que se impuseram no contexto de crises. Uma estratégia de ajuste de equilíbrio entre a produção camponesa e as famílias atingidas pela insegurança alimentar e nutricional, se estendendo da unidade camponesa aos espaços urbanos.

As desigualdades de acesso ao trabalho, renda justa, aos recursos, à saúde, aos alimentos nutritivos e diversos, às políticas, à terra, à moradia, ao ambiente equilibrado é um problema estrutural que ainda se faz presente nos territórios e revelam a injustiça ambiental e ausência de soberania alimentar, temas que levam os atores das redes agroalimentares agroecológicas a se unirem e se mobilizarem.

O acesso ao conhecimento que leva a percepção dos processos que envolvem a coprodução entre pessoas e natureza promove uma visão integrada dos processos em que os seres humanos, como seres pensantes, têm papel fundamental na condução dos caminhos que levam a sustentabilidade com justiça ambiental e soberania alimentar. O conhecimento é, de acordo com Lukács (2018), um recurso essencial para recompor os metabolismos rompidos, uma vez que a troca metabólica entre natureza e sociedade não pode ser alcançada – mesmo no nível mais primitivo – sem possuir certo grau de conhecimento objetivamente correto sobre os processos da natureza, que existem antes das pessoas e funcionam de forma independente delas. Esse processo de avanço de percepção se mostra fundamental, principalmente entre os consumidores,

potencializando o poder de ação e independência das redes no caso de omissão do Estado.

No contexto global de crise climática e de saúde humana, as redes agroalimentares agroecológicas apresentam uma alternativa ao domínio dos sistemas agroalimentares corporativos que operam com base no lucro (destruindo a soberania alimentar dos povos e causando injustiça ambiental). Uma alternativa capaz de recompor a biodiversidade e de promover os acessos aos recursos e alimentos nutritivos e diversos de forma suficiente e sustentável.

O projeto da Geografia das redes agroalimentares agroecológicas coexiste com um projeto que é regulado pelas forças do mercado no qual não há bases ambiental e ecológica para viabilizá-lo no tempo e no espaço. O projeto das redes investigadas é orientado por princípios e valores éticos com base na coprodução entre pessoas e natureza e vem sendo apontado como único capaz de garantir o futuro da humanidade na terra. A urgência de se impor limites ao mercado se faz necessária e depende de uma transformação estrutural.

Referências

ACSELRAD, H., MELLO C.C.A, BEZERRA, G. **O que é justiça ambiental.** Rio de Janeiro, Garamond, 2009, 160p.

AGUIAR, V. J. Proposta da Comuna da Terra no Assentamento Mário Lago (PDS Fazenda da Barra) em Ribeirão Preto – SP. **Trabalho de monografia** apresentado ao Conselho do curso de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, campus de Presidente Prudente da Universidade Estadual Paulista. 2011. Disponível em: https://bit.ly/3fpO5YB. Acesso em: 15 jan. 2021.

BALESTRO, M.V. Contribuições metodológicas para análise das cadeias curtas de produção: os ganhos da comparação e da causalidade. In GAZZOLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: Negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 147-172.

BORELLI FILHO, D.; BOTTA FERRANTE, V.L.S. A luta pela Terra na Região de Ribeirão Preto: o Processo de Formação e Organização do Assentamento Mário Lago. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 305-330, 2009. Disponível em: https://bit.ly/377QHqy. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRITO, P. F. de. Projeto CASA UFRJ – Comunidade Acadêmica que dá Suporte à Agricultura: uma experiência de aproximação entre produtores e consumidores na Universidade Federal do Rio de Janeiro. In: **Cadernos de Agroecologia** – ISSN 2236-7934 – Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF – Vol. 13, N° 1, jul. 2018.

BROSLER, T.M.; BERGAMASCO, S.M.P.P. O campo-cidade-campo representado no assentamento D. Tomás Balduíno. **Retratos de Assentamento**s, São Paulo, n. 13, 2010.

CARVALHO, N.P. **O campo no campus: A experiência da Feira Agroecológica na UFRJ**. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2015. XXI, 318 p.

CASTRO, J. **Geografia da Fome**: O dilema brasileiro: pão e aço. Rio de Janeiro, Edições Antares, 1984.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad econômica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1985.

DIAS, L. C. Os sentidos das redes: notas para discussão. In: DIAS, L. C. e SILVEIRA, R.L.L. (Orgs.) **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p.11-28, 2005.

FRIEDMANN, Harriet. The political economy of food: the rise and fall of the postwar international food order. **American journal of sociology**, v. 88, p. S248-S286, 1982.

FRIEDMANN, H. Discussion: moving food regimes forward: reflections on symposium essays. **Agriculture and Human Values**, v. 26, p. 335-344, 2009.

FRIEDMANN, H.; P. McMICHAEL. 1989. Agriculture and the state system: the rise and fall of national agricultures, 1870 to the present. Sociologia Ruralis, 29(2), 93–117.

GONÇALVES, José. C. Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável? A Difícil Construção de Um Assentamento Rural Agroecológico em Ribeirão Preto- SP. 2010. 134 fls. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. **Dissertação de Mestrado,** São Carlos, 2010. Disponível em: https://bit.ly/3kVH5Ur. Acesso em: 02 nov. 2020.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. Vol. 14. Maceió: Coletivo Veredas, 2018. 1457 p.

MCMICHAEL, P. **A food regime genealogy, The Journal of Peasant Studies,** 36:1, 139-169, 2009. DOI: 10.1080/03066150902820354

MCMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias.** Tradução Sonia Midori. – 1. ed. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora da UFRGS, 2016.

PLOEG, J. D. **Camponeses e a agricultura: um manifesto Chayanoviano.** Trad. Claudia Freire. 1.ed. - São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

RAGGI, R.V. O outro lado da metrópole: As Comunas da Terra na região metropolitana de São Paulo. São Paulo, **Tese de doutorado**, Planejamento urbano e regional, FAUUSP, 2014, 218p.

RAMOS FILHO, L.O.; SZMRECSÁNYI, T., PELLEGRINI, J.B.R. Biodiversidade e reforma agrária: uma experiência agroecológica na região canavieira de Ribeirão Preto, Brasil. **Retratos de Assentamentos,** n. 13, 2010. p. 207-238.

RAMOS FILHO, L. O.; MAGALHÃES, T. M.; MORICONI, W.; MALAGODI-BRAGA, K. S.; QUEIROGA, J. L. de; NEVES, M. C. Processos participativos para construção do conhecimento em agrofloresta: a experiência da Embrapa Meio Ambiente no diálogo de saberes. **Revista Retratos de Assentamentos**, Vol. 24 N.1, 2021.

ROSIN, D. Z. O instituto da desapropriação à luz da função da propriedade rural. **Trabalho de conclusão de Curso**. Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP). 246p. Ribeirão Porto, 2013. Disponível em: https://bit.ly/2WqwnLM. Acesso em: 10 jan. 2020.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** (4ªed.). São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2008 (Coleção Milton Santos;1). 392p.

SCOPINHO, R.A.; OLIVEIRA, D.R.; RESENDE, J.R.; SANTOS, J.A. O processo organizativo do assentamento Sepé Tiarajú: novos ânimos no cenário dos movimentos sociais na região de Ribeirão Preto. Reforma Agrária, **Revista da ABRA**. São Paulo, vol. 4, nº1, p. 149-176, jan-jun 2007.

SEVERI, F.C. **Da lona ao roçado: memórias e experiências de moradores de um assentamento de reforma agrária**. São Paulo, editora Annablume, 2012- 1ªed. 209p.

SÍCOLI, Juliana Lordello. As contribuições do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para o fortalecimento da agricultura familiar e promoção do direito humano à alimentação adequada e saudável. **Tese** (Doutorado). Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017, 171p. (14)

SOUZA, M.L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1ªed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

Nota

1 - O presente trabalho foi realizado com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Submetido em: 08 de abril de 2024
Devolvido para revisão em: 10 de junho de 2024
Aprovado em: 13 de agosto de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3421

Como citar:
BRANCO, E. R. A GEOGRAFIA DAS REDES AGROALIMENTARES AGROECOLÓGICAS NOS VÍNCULOS ENTRE OS ESPAÇOS URBANO-METROPOLITANOS E RURAIS. **Terra Livre**, São Paulo, ano 39, v.1, n.62, jan.-jun. 2024, p. 484-527. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3421. Acesso em: dia/mês/ano.

CONVERGÊNCIAS ENTRE A SOBERANIA ALIMENTAR E A AGROECOLOGIA

CONVERGENCES BETWEEN FOOD SOVEREIGNTY AND AGROECOLOGY

CONVERGENCIAS ENTRE SOBERANÍA ALIMENTARIA Y AGROECOLOGÍA

Diamantino Pereira

Graduação em Geografia (USP), mestrado em Geografia Humana (USP) e doutorado em Ciências Sociais (PUCSP). Professor do curso de Gestão Ambiental da EACH-USP e do (ProMuSPP).
E-mail: diamantino@usp.br

Tamires Fakih

Graduação em Gestão de Políticas Públicas (USP), mestrado em Geografia Humana (USP) e doutoranda do ProMuSPP (USP).
E-mail: tamires.fakih@usp.br,

Cristiana Maymone

Graduação em nutrição (UFPE), Mestre em nutrição em Saúde Pública (USP) e doutoranda do ProMuSPP. Funcionária da Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde.
E-mail: crismaymone@usp.br

Resumo:

O Movimento pela Soberania Alimentar questiona a sustentabilidade do sistema alimentar hegemônico. Neste texto, buscamos demonstrar que esse questionamento vai além dos aspectos ambientais e não se resume apenas à proteção ambiental como um fim em si, mas sim como um meio de alcançar o bem-estar das populações, especialmente as mais vulneráveis. A metodologia de pesquisa utilizada foi qualitativa, com base em uma revisão bibliográfica sobre o sistema alimentar hegemônico, as concepções de desenvolvimento e sustentabilidade. Identificamos como a FAO e o Banco Mundial têm incorporado essas concepções, bem como a forma como o Movimento pela Soberania Alimentar percebe o sistema alimentar hegemônico, suas concepções e práticas dessas organizações. Documentamos a convergência do Movimento pela Soberania Alimentar com a Agroecologia, uma ciência, um movimento e uma prática agrícola relacionada não apenas com a produção de alimentos, mas que também contribui para enfrentar os efeitos das mudanças climáticas.

Palavras-chave: Sistemas alimentares, Soberania alimentar, Desenvolvimento sustentável, Agroecologia.

Abstract:
The Movement for Food Sovereignty challenges the sustainability of the dominant food system. In this text, we aim to demonstrate that this critique extends beyond environmental considerations and is not solely focused on environmental protection as an isolated objective. Instead, it is viewed as a means to achieve the well-being of populations, particularly those who are most vulnerable. The research methodology employed was qualitative and relied on a literature review of the dominant food system, development concepts, and sustainability. We examined how the FAO and the World Bank have incorporated these notions, as well as how the Movement for Food Sovereignty perceives the dominant food system and the ideologies and practices of these institutions. We documented the convergence of the Food Sovereignty Movement with Agroecology, which encompasses a scientific discipline, a social movement, and an agricultural practice. Agroecology not only pertains to food production but also contributes to addressing the impacts of climate change.
Keywords: Food systems, Food sovereignty, Sustainable development, Agroecology.

Resumen:
El Movimiento por la Soberanía Alimentaria cuestiona la sostenibilidad del sistema alimentario hegemónico. En este texto, buscamos demostrar que este cuestionamiento va más allá de los aspectos ambientales y no se limita a la protección del medio ambiente como fin en sí mismo, sino como medio para alcanzar el bienestar de las poblaciones, especialmente de las más vulnerables. La metodología de investigación utilizada fue cualitativa, basada en una revisión bibliográfica sobre el sistema alimentario hegemónico, las concepciones de desarrollo y sostenibilidad. Identificamos cómo la FAO y el Banco Mundial han incorporado estas concepciones, así como la forma en que el Movimiento por la Soberanía Alimentaria percibe el sistema alimentario hegemónico, sus concepciones y las prácticas de estas organizaciones. Documentamos la convergencia del Movimiento por la Soberanía Alimentaria con la Agroecología, una ciencia, un movimiento y una práctica agrícola relacionada no sólo con la producción de alimentos, sino que también contribuye a hacer frente a los efectos del cambio climático.
Palabras-clave: Sistemas alimentarios, Soberanía alimentaria, Desarrollo sostenible, Agroecología.

Introdução

Partimos da consideração de que o movimento pela soberania alimentar caminha no sentido da crítica e propõe uma alternativa ao sistema alimentar hegemônico, baseado no agronegócio e nas grandes corporações, além de se tratar de uma bandeira empunhada por um forte movimento popular de abrangência global, a Via Campesina.

Destacamos a articulação do movimento pela Soberania Alimentar com a Agroecologia, esta considerada como uma ciência, uma prática agrícola e também um movimento. Estabelecemos como objetivo demonstrar a dinâmica dessa convergência, discutindo neste texto os elementos que consideramos fundantes do movimento pela Soberania Alimentar e da Agroecologia e que demonstram nesses dois âmbitos uma confluência de análises, avaliações e propostas alternativas ao sistema alimentar dominante envolvendo tanto os movimentos populares quanto a academia. Entre outros temas, aprofundaremos a discussão sobre os níveis de transição agroecológica e a questão da utilização na agricultura dos insumos externos na propriedade, e ainda o princípio consignado nos dois movimentos do privilégio do direcionamento da produção alimentar para os mercados locais. Para isso, o trabalho baseia-se numa ampla revisão bibliográfica e documental sobre o sistema alimentar hegemônico, a Soberania Alimentar e a Agroecologia.

O movimento pela Soberania Alimentar e os debates no âmbito da Agroecologia trouxeram à tona a discussão da sustentabilidade, que se relaciona com os sistemas alimentares na medida em que eles são os destinatários de um terço da energia

usada globalmente e contribuem com cerca de um terço do total de emissões antropogênicas de gases de efeito estufa (GEE). Especificamente o setor agrícola ocupa 38% da superfície terrestre global e é o maior usuário dos recursos de água doce do mundo (McLaren *et al.*, 2021).

As maiores extensões de terras em produção agropecuária são altamente especializadas, geralmente monoculturais e agroquímicas, dependendo de insumos e energia de combustíveis fósseis e produzindo commodities para o mercado mundial.

Os impactos produzidos por esse modelo tem sido objeto de atenção, inclusive por órgãos multilaterais como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) que tem identificado perdas de colheitas e problemas com a produtividade e tem indicado a necessidade de adaptações na produção agrícola em todas as regiões do mundo. Entretanto, como a produção agropecuária está integrada com as atividades que lhe dão suporte e as que possibilitam a circulação de seus produtos, a sua abordagem não pode se dar de forma isolada, mas em um conjunto integrado que podemos denominar como Sistema Alimentar.

O sistema alimentar pode ser entendido como a reunião de

> todos os elementos (ambiente, pessoas, insumos, processos, infraestruturas, instituições, etc.) e atividades relacionadas à produção, processamento, distribuição, preparação e consumo de alimentos, e os resultados dessas atividades, incluindo resultados socioeconômicos e ambientais (HLPE, 2014, p. 29).

Entretanto, "os sistemas alimentares são mais do que a mera agregação de um conjunto de atividades interligadas" (Maluf,

2021, p. 5) [1].

O conceito de Sistemas alimentares apresenta a virtude de possibilitar uma análise integrada de todas as fases e processos envolvidos mas não apresenta em princípio uma caracterização do sistema hegemônico na atualidade, elemento que nos é trazido por McMichael, que o denomina como corporativo, correspondendo ao período atual de fundo neoliberal, onde o protagonismo de Estado vai sendo progressivamente hegemonizado pelas grandes corporações e que poderia ser reconhecido por suas conformações dominantes de transnacionalização, supermercadização, financeirização, apropriação da terra e dos recursos naturais (McMichael, 2005). Ploeg (2008) assume em grande parte a conceituação de McMichael, mas com a denominação de "Regime Alimentar Imperial". Neste texto adotaremos a proposição conceitual do *High Level Panel of Expert (*HLPE, 2014), mas, desde já, caracterizamos o Sistema Alimentar hegemônico da atualidade com as características apontadas por McMichael e Ploeg nos textos supra apontados.

Apesar do alcance global dos sistemas alimentares, potencializado pelas políticas subordinadas à Organização Mundial do Comércio (OMC), a prevalência da fome crônica no mundo em 2020 atingiu 811 milhões de pessoas, tendo aumentado quase 20% em relação a 2019, motivado pela pandemia, além dos eventos climáticos extremos e conflitos armados em várias partes do mundo. A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) estima que mais de 3 bilhões de pessoas não podem pagar por uma alimentação adequada e saudável e o seu acesso é, como

[1] Todos os textos de língua estrangeira foram traduzidos pelo(a)s autore(a)s deste artigo

sabemos, um aspecto fundamental para a saúde das populações.

Embora a disponibilidade de alimentos tenha aumentado nas últimas décadas, o enfrentamento da questão da fome e da segurança alimentar tem sido proposto como uma questão de aumento da produção e produtividade em diversos fóruns mundiais, negligenciando outras questões relevantes para a segurança alimentar, como a pobreza, desemprego, preços, aspectos de gênero, padrões de consumo e nutrição (Fouilleux; Bricas; Alpha, 2017).

Os impactos negativos do sistema alimentar hegemônico sobre o ambiente e a saúde humana estão em escalada crescente. Entre eles podemos citar o desmatamento, a perda de biodiversidade, emissões de gases de efeito estufa, contaminação de alimentos com resíduos de agrotóxicos, além de dietas pouco nutritivas e aumento de doenças crônicas, como obesidade e diabetes, devido ao alto consumo de alimentos ultraprocessados.

Esses fatos e perspectivas ambientais, econômicas e sociais colocam questões para reflexão aprofundada sobre os sistemas alimentares, sobretudo a questão de que a segurança alimentar não pode ser tratada apenas como um problema de aumento de produção ou de abastecimento, uma vez que os elementos que a compõem interagem.

Os movimentos sociais do campo, organizados pela Via Campesina têm manifestado sua oposição às concepções limitadas de enfrentamento da insegurança alimentar que vão desde o questionamento da atual estrutura do comércio internacional de alimentos vinculada à OMC com seus efeitos de insegurança alimentar em países exportadores de alimentos e os efeitos perversos

observados com relacionada à prática de *dumping* [2] em algumas *commodities* agrícolas (Murphy; Hansen-Kuhn, 2020).

A reivindicação que se transformou em movimento pela soberania alimentar partiu da crítica, não ao conceito de segurança alimentar em si, mas ao que ele representava em termos de liberalização comercial internacional. Teve a função estratégica de contestar as vias de materialização dessa política, não só questionando o papel das regulações de livre comércio de produtos agroalimentares da OMC, mas inclusive rejeitando a participação dessa organização nesses assuntos, ao mesmo tempo em que passou a propor a adoção de práticas agroecológicas baseadas em procedimentos de baixos insumos e trabalho intensivo.

Como manifesta a Via Campesina, no caminho da Soberania Alimentar, o sistema hegemônico deve ser trocado por um sistema que "devolva a terra à sua função social de produtora de alimentos e sustentadora da vida, que coloque no centro a produção local de alimentos, assim como os mercados e processamento locais" (Via Campesina, 2012), considerando que foram as dificuldades de acesso aos alimentos da população de baixa renda aliada à variação dos preços mundiais dos alimentos que levaram o movimento a considerar que a proposta de acesso aos alimentos pela via do comércio, inclusive internacional, não atinge justamente as imensas camadas da população que não tem acesso a esses mercados.

[2] A política de "ajuda alimentar" dos EUA teve início em 1954 com a implementação da lei denominada como "*Food for Peace Act*" e o período mais avassalador dessa política ocorreu entre as décadas de 1950 e 1980. Essa política produziu efeitos de dumping porque os alimentos eram subsidiados pelo governo dos EUA, permitindo que fossem oferecidos a preços inferiores ao custo de produção local, configurando a prática de dumping, e desestimulando a agricultura nos países beneficiados, destruindo mercados locais e criando e dependência de importação de alimentos.

Isto exposto, é essencial a compreensão sobre as ações e debates que acontecem em cenários cercados de disputas políticas e ideológicas, bem como as formas como ocorrem seu entrelaçamento.

Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) na agenda pública

No Brasil, durante a década de 1990, mesmo diante de algumas políticas implementadas por governos anteriores, a fome persistia pelo país nas franjas das cidades urbanizadas e nas zonas rurais, sobretudo na região do semiárido. Em 1993, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulgou o Mapa da Fome revelando que 32 milhões de pessoas eram afetadas com níveis variados de insegurança alimentar (Peliano, 1993).

Com o entendimento de que era preciso combater as causas da fome que passavam pela questão da concentração de renda e de terras, pelos altos índices de desemprego e pelo baixo poder de compra que o salário mínimo permitia, foi formulado o Programa Fome Zero em 2003, que levou o debate sobre soberania e segurança alimentar e nutricional para a agenda pública, envolvendo Estado, sociedade civil e empresariado no enfrentamento da fome.

Para superar as causas da fome, articularam-se políticas estruturais, como redistribuição de renda, geração de empregos e políticas compensatórias, de ordem mais emergencial. Somado a isso, criou-se um conjunto de políticas para garantir o acesso à alimentação, sobretudo para a população mais vulnerável. Um outro direcionamento foi que a segurança alimentar e nutricional deveria ser garantida de forma territorial, valorizando e fomentando a dinâmica da economia regional e local.

Nesse sentido, o Programa Fome Zero articulou quatro eixos que geraram políticas públicas de acesso aos alimentos, fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda e articulação, mobilização e controle social (Leão e Maluf, 2009; Takagi, 2010).

Esse conjunto de políticas permitiu o fortalecimento, de um lado, da produção da agricultura familiar e de outro a estrutura necessária para o escoamento dessa produção com as compras do governo no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) [3] e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) [4]. Ligado a esse processo, os alimentos passaram a chegar com mais intensidade às camadas da população mais necessitadas e nos fez vislumbrar a possibilidade da ênfase em outro modelo de produção de alimentos e de seu acesso pela população. Entretanto, devemos notar que, nesse aspecto, os governos Lula e Dilma mantiveram também uma política de apoio ao agronegócio [5].

Essa dualidade em relação às políticas destinadas à produção agropecuária e também às políticas sociais de renda e

[3] O PAA compra alimentos diretamente de agricultores familiares a preços de mercado e sem intermediários. Ao fornecer um mercado certo e preços justos, o programa beneficia os agricultores familiares, assegurando renda estável aos produtores. O programa visa garantir a segurança alimentar de populações em situação de vulnerabilidade, pois destina os alimentos adquiridos para instituições de utilidade pública como escolas, hospitais e creches.

4 O PNAE fornece alimentação saudável e adequada aos alunos da rede pública de ensino e exige que pelo menos 30% dessa alimentação seja oriunda de produtores familiares, incentivando assim a agricultura familiar local.

[5] Esse apoio pode ser verificado observando-se o volume crescente de recursos subsidiados direcionado para o setor através do crédito rural, sendo que no período entre 2003 e 2015 foi concedida para a agricultura familiar uma média de apenas 16% dos recursos destinados ao agronegócio conforme dados disponíveis na matriz de dados do crédito rural (MDCR) do Banco Central.

acesso à alimentação foi severamente abalada após o golpe de 2016 que resultou na deposição da presidenta Dilma Rousseff.

Na continuidade, o governo Bolsonaro desarticulou os programas sociais e estruturas de governo relacionadas ao combate à pobreza e ao acesso à alimentação, bem como às políticas destinadas à agricultura familiar, por meio do enfraquecimento das instituições e das reduções orçamentárias desses programas e políticas públicas. Entre elas, podemos citar:

- Extinção do CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) com a consequente perda da coordenação das políticas de acesso à alimentação;
- Diminuição das compras do PAA que passaram de uma média de R$ 330 milhões anuais entre 2006 e 2015 para a média anual de R$ 102 milhões entre 2016 e 2022 (CONAB, 2023);
- Descontrole do preço dos alimentos com a grande diminuição dos estoques reguladores, como foi o caso do arroz que teve seus estoques reduzidos de uma média anual de 948 mil toneladas entre 2006 e 2015 para 27 mil toneladas entre 2016 e 2022, o mesmo acontecendo com o milho que passou de dois milhões e cem mil toneladas anuais para 538 mil toneladas (CONAB, 2023a), reduzindo assim a capacidade do governo de contornar crises de abastecimento e aumentos de preços.
- Imobilização do INCRA e do processo de Reforma Agrária,

além do congelamento dos programas de acesso à renda [6].

O resultado dessas políticas pode ser conferido no II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN), da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, com coleta de dados entre 2021 e 2022, que verificou que apenas 40% dos domicílios tinham garantia de acesso pleno aos alimentos no país e que 125,2 milhões de pessoas eram afetadas por níveis variados de insegurança alimentar. Entre essas, mais de 33 milhões apresentavam insuficiência alimentar grave, ou seja, passavam fome. (Rede PENSSAN, 2022, p.37). Com a rearticulação das políticas de combate à fome a partir de 2023, a situação começou a ser alterada, como evidenciam os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) que mostram que, ainda que os números sejam altos, ocorreu um aumento na proporção dos domicílios com segurança alimentar e uma redução na proporção dos níveis de insegurança alimentar leve, moderada e grave

Os caminhos populares para a Soberania Alimentar

Na perspectiva de superação dessas questões, a agenda de soberania alimentar, fortalecida pelos movimentos sociais a partir dos anos 2000, congregou uma nova visão social sobre um projeto político que objetiva construir relações sociais e produtivas sobre novas bases. Entre esses movimentos, um marco importante foi a adoção da pauta agroecológica pelo Movimento dos Trabalhadores

[6] Essas informações podem ser encontradas em textos de vários autores como Furno 2022; Maluf 2021; Fleury 2021e Bava 2021.

Rurais Sem Terra (MST) a partir dos anos 1990 vindo a se configurar, como parte de um movimento contra hegemônico (Gonçalves, 2008; De'Carli, 2013) articulando-se com a Via Campesina e a *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC).*

Em outra escala, mais ampla e de mobilização internacional, a Via Campesina, movimento internacional, criado em 1993, formado por organizações de camponeses, pequenos e médios produtores, mulheres do campo, indígenas, sem terras, jovens rurais e trabalhadores agrícolas, que se propõe a formular propostas para a reforma agrária, biodiversidade e recursos genéticos, soberania alimentar, direitos humanos, agricultura camponesa sustentável, migração e trabalhadores rurais e questão de gênero, adotando a soberania alimentar como uma pauta que dá direcionamento às suas lutas (Via Campesina, 2015).

A agroecologia passou a ser pautada como estratégia política, principalmente nos movimentos sociais ligados à Via Campesina, constituindo-se num processo de internacionalização da organização popular camponesa, com foco na consolidação da soberania alimentar que vai de encontro à escalada da formação de oligopólios em torno da produção e consumo alimentares, da concentração de terras, do êxodo rural e proletarização de camponeses. O Movimento defende uma agricultura descentralizada e diversificada, na qual os alimentos sejam culturalmente localizados, acessíveis, cultivados sob um sistema que não comporta nenhum tipo de exploração; também questiona o funcionamento do comércio internacional de produtos agrícolas, defendendo o controle democrático dos recursos e do patrimônio genético como peça

fundamental para a soberania alimentar. (Via Campesina, 2007)

O Fórum Internacional de 2015, organizado pela Via Campesina, declarou a Agroecologia como um elemento fundamental para a construção da Soberania Alimentar ao mesmo tempo que denunciou a tentativa de apropriação do discurso da agroecologia por organismos multilaterais, algumas ONGs e corporações que empobrecem o seu significado e alcance, como, por exemplo com as propostas de Agricultura Climaticamente Inteligente (Taylor, 2018) e Intensificação Verde (Loos *et al.*, 2014).

A Agroecologia foi considerada no Fórum como uma alternativa à produção alimentar industrial e as políticas que a promovem devem abranger os aspectos sociais e econômicos, além dos ambientais. A elaboração dessas políticas deve ser participativa e integrar as noções de saúde e nutrição, além de possibilitar a terra aos produtores de alimentos, sobretudo por meio da reforma agrária. Destacou-se a importância do papel da mulher e da troca de conhecimentos entre os agricultores articulados para a produção, sobretudo para os mercados locais e, finalmente, considerou-se que a agroecologia não deve ser vista como uma simples técnica, mas como um conjunto de princípios que deve se adequar aos diferentes lugares, contribuir para a diversidade biológica, esteio da produção secular camponesa, e para enfrentar as mudanças climáticas (Via Campesina, 2015).

No MST, a tematização da agroecologia ganhou forma de maneira progressiva, passando a questionar o atual modelo produtivo hegemônico e a vislumbrar outras práticas produtivas e de comercialização alinhados com as aspirações coletivas por uma natureza saudável e por justiça social, considerando o trabalho

camponês, subjugado nas formas produtivas associadas ao agronegócio, além de apostar em uma relação mais próxima entre os agricultores e os consumidores (Novaes *et al.*, 2005; Gonçalves, 2008).

Segundo De'Carli (2013), para o MST a agroecologia é uma bandeira política que tem demandado do Movimento uma efetiva rearticulação de sua base, que tem ocorrido desde a década de 1990, visando incentivar as práticas e relações de cooperação entre as próprias famílias assentadas e acampadas, paulatinamente incorporando ao seu ideário a necessidade de agregar a luta pela terra à questão ambiental para alcançar o objetivo que é, em síntese, a transformação da sociedade (Gonçalves, 2008; Negri, 2005).

Nesse sentido, as discussões adentraram no debate interno do Movimento, trazendo à luz a necessidade de os assentamentos promoverem a preservação ambiental em sua produção, colocando o trabalho camponês como peça chave dessas mudanças, considerando ainda a importância de estímulos para o beneficiamento de seus produtos.

Gonçalves (2008) afirma que, embora não de maneira homogênea, nas duas primeiras décadas dos anos 2000, houve um incremento importante de ações e iniciativas que colocavam a agroecologia cada vez mais como arcabouço teórico e prático para a produção de alimentos e alcance da soberania alimentar.

Nesse quadro, movimentos sociais, tais como o MST e a articulação internacional de movimentos populares que constitui a Via Campesina, ainda que localizados num cenário de pleno desenvolvimento capitalista e, portanto, fundamentalmente contraditório, representam uma ação coletiva que revela demandas

e novas formas de agir socialmente e coletivamente que se colocam no campo da resistência ao Sistema Alimentar Hegemônico.

Nesse processo, vários autores como Raj Patel (2008) e Peter Rosset (2006) afirmam que se pode considerar o movimento pela Soberania Alimentar como um sistema alternativo que contempla entre seus princípios básicos que todos tenham acesso a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, as comunidades locais tenham o controle de seus sistemas alimentares e as práticas agrícolas contribuam para a preservação ambiental em um ambiente de Justiça social e equidade. Como veremos a seguir, esses princípios se articulam perfeitamente sobre as bases fundantes da Agroecologia.

A dimensão socioambiental da Agroecologia

Nos tempos atuais, grande parte da produção agrícola segue pelos caminhos desvendados pela Revolução Verde com a hegemonia da modernização técnica, chegando até a revolução biotecnológica que é tanto a continuidade, quanto a ruptura com a Revolução Verde. Continuidade porque dá prosseguimento ao processo de concentração varietal – com o cultivo das variedades mais lucrativas, de interesse do mercado. Ruptura porque nunca uma tecnologia manipulou tão diretamente os genes, até por conta da extrema concentração desse incremento tecnológico nas mãos das grandes corporações (Shand; Wetter; Chowdry, 2022).

O rompimento com as práticas seculares da agricultura tradicional motivou o questionamento dos principais fundamentos dessa forma de condução da agricultura, com a formulação de

propostas de formas alternativas desde o início do século XX.

Entretanto, no século XXI temos assistido a um incremento sem precedentes no comércio de produtos agropecuários que quebrou grande parte das barreiras que protegiam as agriculturas dos países e esse incremento foi viabilizado sobretudo pelas megacorporações. Em paralelo ao seu domínio do mercado mundial, temos assistido também ao processo de crescimento da indústria alimentícia relacionada com o modo de operação do agronegócio, com produções estandardizadas em grandes volumes, evoluindo para o que Goodman, Sorj e Wilkinson denominam como apropriacionismo, tido como uma

> ação empreendida pelos capitais industriais a fim de reduzir a importância da natureza na produção rural" na direção de "transformar os segredos da produção biológica em conhecimento científico e propriedade industrial (Goodman; Sorj; Wilkinson, 2008, p. 3).

Esse domínio e tendência levaram à constituição de um sistema alimentar específico em que o setor produtivo abastece uma determinada e dominante forma de alimentação de uma sociedade, estabelecendo parâmetros de consumo e criando assim uma nova cultura alimentar sem, evidentemente, respeitar a diversidade dos cultivos e das culturas alimentares específicas de cada lugar.

As agriculturas alternativas e a agroecologia

Outras agriculturas foram sendo propostas à agricultura convencional mecanizada e quimificada e, entre elas, destacamos algumas que têm se propagado com mais intensidade no Brasil como a Agricultura Biodinâmica, a Agricultura Natural e a Agricultura

Orgânica.

A Agricultura Biodinâmica teve seus princípios formulados por Rudolf Steiner no curso agrícola "Fundamentação da Ciência do Espírito para a prosperidade da agricultura" (Miklós, 2019, p. 71). A "Ciência do Espírito" referida no título é a Antroposofia, formulada por Rudolf Steiner, que possibilitaria se atingir o conhecimento como uma relação entre a matéria e o espírito. Entre os princípios e práticas da Agricultura Biodinâmica, foi resgatada a "herança da sabedoria tradicional camponesa" (Pereira, 2017, p. 43) e suas práticas. Ela apresenta como noção chave o conceito de "organismo agrícola" que seria dotado de individualidade territorial, composto pelo solo, as plantas e os animais. Todos esses fatores seriam organizados pela atividade humana, além de receberem influência das forças cósmicas. Entre os conhecimentos tradicionais resgatados estão a adubação orgânica sobretudo por meio da compostagem, da rotação de culturas e de policultivos, além da integração com a pecuária, sobretudo como fonte de material orgânico.

A adubação apresenta a particularidade de ser concebida como um processo de vivificação do solo e não como administração de minerais. Para atingir esse objetivo, utilizam-se os compostos biodinâmicos (Miklós, 2017). No Brasil, o estudo e a divulgação dos princípios da Agricultura Biodinâmica estão presentes sobretudo através da Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica (ABD) sendo também certificadora desses produtos com o selo "Demeter".

O modelo da Agricultura Natural foi formulado na década de 1930 por Mokiti Okada, filósofo e espiritualista japonês que refletia sobre vários aspectos da vida em sociedade, especificamente sobre a relação entre os humanos e a natureza mediada pela

espiritualidade. Nessa concepção, a natureza seria suficientemente capaz de dar suporte a todas as formas de vida, desde que seus ritmos sejam respeitados e que se mantenha naturalmente a vitalidade do solo. (Demattê Filho, 2017). Na década de 1970, Masanobu Fukuoka formulou, mais especificamente, os procedimentos a serem seguidos na agricultura, em estreita ligação com o pensamento de Okada. Com base na noção de que a natureza em equilíbrio apresenta condições de suportar a vida, as orientações básicas foram sistematizadas com os princípios de não arar, não usar fertilizantes, não eliminar as ervas adventícias, não usar agrotóxicos, não podar (Moreno, 2023), de forma que seria uma metodologia com intervenção mínima na dinâmica natural e, quando eventualmente for efetuada, deveria estar em harmonia com seu processo vital. Esse modelo de agricultura é difundido pela Igreja Messiânica e também está representado no Brasil pela Associação Brasileira de Agricultura Natural e pela empresa Korin que, além de ser produtora, também atua na certificação da agricultura natural sob a inspiração de Mokiti Okada, que pode ser notada na frase estampada na página de abertura de seu website: "o pensamento, o sentimento e as práticas corretas do agricultor exercem grande influência no bom desenvolvimento da produção agrícola e pecuária" (Korin, 2023, n.p.).

A Agricultura Orgânica foi proposta originalmente na década de 1920 por Albert Howard, que escreveu em seu "Testamento Agrícola" que a agricultura deveria imitar a natureza destacando, por exemplo, que nos ambientes não transformados pelos humanos, as plantas sempre estão em interação com os animais, o solo fica resguardado da ação direta do sol e a vegetação fertiliza a si mesma através da elaboração do húmus. (Howard,

1940). Com base nessas observações, o autor propõe uma prática agrícola isenta de agroquímicos em que o solo deveria ser considerado como um sistema vivo e não apenas como um receptáculo de nutrientes. As ervas adventícias, as doenças e as pragas da agricultura deveriam ser consideradas como um desequilíbrio da fertilidade do solo, que deveria ser mantida fundamentalmente com o húmus derivado do processo de compostagem.

As ideias e obras de Howard foram divulgadas nos EUA por J. I. Rodale, ação que continua até hoje através do *Rodale Institute* que, considerando a limitação das práticas agrícolas das fazendas orgânicas, propôs a noção e também a certificação da "Agricultura Orgânica Regenerativa" que seria caracterizada por circuitos fechados de nutrientes, maior diversidade biológica e maior ênfase nos recursos internos, a exemplo da agricultura Biodinâmica. Caracterizada dessa forma, o instituto considera que esse tipo de agricultura "está alinhada com as formas de agroecologia praticadas por agricultores preocupados com a soberania alimentar em todo o mundo" (Smallwood, 2015, p.7).

As práticas da Agricultura Orgânica são regulamentadas em vários países, inclusive por meio de legislação, como é o caso do Brasil. Internacionalmente esse processo de conformação é estabelecido pelo IFOAM (*International Federation of Organic Agriculture Movements*). A legislação brasileira que define as características dos Sistemas Orgânicos de Produção foi estabelecida pela Lei 10.831 de 2003, que em seu artigo primeiro define os objetivos desses sistemas que vão muito além de oferecer produtos isentos de contaminantes, mas que fazem parte das características do que se considera como produção agroecológica, englobando os

aspectos ambientais, econômicos e sociais (*Cf.* Brasil, 2003 e Brasil, 2011).

Entretanto, na prática, a ênfase tem sido colocada nos aspectos ambientais relativos à ausência de contaminantes e na utilização dos insumos orgânicos, sem considerar os aspectos de diversidade cultural, atividade biológica, manutenção das variedades locais, etc. Tem-se então uma prática agrícola onde simplesmente trocam-se os insumos químicos por orgânicos, prática que podemos considerar de forma positiva pois, por exemplo, quando cuidamos da fertilidade com a adubação orgânica, isso acaba tendo como resultado um incremento da atividade biológica do solo. Entretanto, só isso não basta para considerar esse tipo de agricultura aderente aos princípios da agroecologia (Costabeber; Caporal, 2004).

Costabeber e Caporal afirmam que a agroecologia se instituiu como uma "ciência que estabelece as bases para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis" (ibidem, p. 6), mas outros autores já consideravam que o termo também poderia adquirir o significado de uma prática agrícola ou um movimento social (Wezel, 2009).

Um elemento importante no processo de seu estabelecimento como ciência foi ressignificação e valorização do conceito de agroecossistema, que seria definido como um ecossistema que foi alterado pela sociedade com a finalidade da produção agropecuária. A vinculação da noção de ecossistema com a de agropecuária já vem de longo tempo, com Tansley, que se referia a esse processo com a denominação de Ecossistema Antropogênico (Tansley, 1935). Entretanto, Conway afirma que até a década de 1970, a noção de agroecossistema se baseava sobretudo no estudo dos

fluxos de energia e materiais, mas ele considera que os agroecossistemas "podem ser empregados na concepção e avaliação de projetos de desenvolvimento agrícola, em todos os níveis de intervenção" (Conway, 1987, p. 96). Gliessman complementa essa relação entre a ecologia e a agropecuária, afirmando que a ecologia apresenta instrumentos capazes de mensurar as características do ecossistema "desde a ciclagem de nutrientes, fluxo de energia, dinâmica populacional, interações entre espécies até a modificação do habitat" (Gliessman, 1990, p. 368), acrescentando que esses conceitos e princípios "devem ser usados para estudar os vários componentes da estrutura e função do agroecossistema" (*Ibid.*, p. 368).

Com esse sentido, a dinâmica própria do ecossistema é substituída por um processo dirigido pela dinâmica da sociedade e é isso que justifica o acréscimo do prefixo "agro" ao termo. Esse conceito é importante na medida em que permite enxergar as paisagens agropecuárias com outros olhos: o da procura pelas relações ecossistêmicas.

Agroecologia e sustentabilidade

A questão da sustentabilidade na agricultura já tinha sido mencionada por Conway (1987) com a definição da produtividade, estabilidade, sustentabilidade e equidade como propriedades principais dos agroecossistemas. Entretanto, em relação à sustentabilidade, é necessário "esclarecer o que está sendo sustentado, por quanto tempo, em benefício de quem, a custo de quem, em que área e medido por quais critérios" (Pretty, 1995, p.

1248).

Essa definição é ainda mais importante na medida em que muitas vezes se atribui o sentido de "crescimento" ao conceito de "desenvolvimento", sentido questionado por muitos autores especialmente (Furtado, 1974), (Esteva, 2010), (Sem, 1999) e Daly, que afirmou que "o crescimento econômico sustentável simplesmente não é mais uma opção séria. Nem o é o desenvolvimento, como o termo é normalmente usado" (Daly, 2004, p. 197). O autor ainda coloca que é necessário fugir do sentido ambíguo do conceito de sustentabilidade e isso seria possível através da especificação do que deve ser sustentado como afirmou Pretty.

Essa discussão é colocada em bons termos quando conseguimos desvendar os caminhos propostos para se atingir o desenvolvimento sustentável, que contraditoriamente, em muitos casos, implica na utilização das mesmas técnicas e princípios que causaram a crise socioambiental no sistema alimentar atual.

Além disso, devemos entender que a dimensão ambiental não se materializa de forma independente e isolada pois os aspectos sociais, políticos e econômicos atuam em diversos sentidos em relação à sustentabilidade, tanto favorecendo, quanto dificultando ou impossibilitando-a. Dessa forma, temos que a sustentabilidade não se configura apenas como ambiental, mas como socioambiental.

Esse aspecto deve ser observado quando se discute a sustentabilidade dos agroecossistemas com a indicação das características que eles deveriam apresentar: manutenção da diversidade genética, com a utilização de recursos renováveis disponíveis localmente; redução da dependência de insumos comerciais, enfatizando a reciclagem de nutrientes; manutenção da

diversidade, continuidade espacial e temporal da produção; otimização dos rendimentos, sem ultrapassar a capacidade produtiva do ecossistema original e resgate e conservação dos conhecimentos e cultura locais (Feiden, 2005).

Note-se que apenas o último atributo não está diretamente ligado aos procedimentos agronômicos da propriedade, fato que acompanhou as definições sobre a essência da agroecologia até poucos anos atrás.

As características supracitadas são demonstradas por meio dos níveis de transição agroecológica, especialmente os três primeiros:

> 1. Aumentar a eficiência e eficácia das práticas convencionais para reduzir o uso e consumo de insumos caros, escassos ou prejudiciais ao meio ambiente.
> 2. Substituir insumos e práticas convencionais por práticas alternativas
> 3. Redesenhar o agroecossistema para que funcione com base em um novo conjunto de processos e relações ecológicas (Gliessman, 2010, p. 7).

A transição da condução convencional para a agroecológica é um evento desafiador, especialmente no seu início quando o produtor praticamente deve reaprender a ser agricultor, pois grande parte de seus procedimentos anteriores não são mais cabíveis. Se somarmos a isso o fato de que o solo apresenta as deficiências relativas ao uso anterior, como presença de resíduos, erosão e deficiência de material orgânico, normalmente os rendimentos apresentam queda no início e além disso, uma série de fatores que podem influenciar o sucesso ou o insucesso da transição, não estão sob o controle do produtor, como os sistemas de comercialização,

estrutura de preços e políticas públicas.

No nível 1, a adoção das medidas de eficiência e racionalidade não representam um processo de conversão agroecológica. Podem ser apenas ligados à racionalidade econômica baseada no princípio de que ocorre a adoção de "novas práticas agrícolas e arranjos de comercialização quando algum benefício (econômico) pode ser obtido" (Gliessman, 2010, p. 4).

Quando, entretanto, se reduz o uso de insumos ou práticas porque elas são prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, já estamos ao menos com uma preocupação não estritamente econômica que poderia evoluir para uma atitude de nível 2, com a substituição de insumos e práticas.

O nível 2 representa uma forma de agricultura que alguns autores denominam como uma prática agroecológica falsa (Giraldo e Rosset (2017) ou que não adota os princípios fundamentais da agroecologia. Dessa forma, "o sistema baseado em monoculturas de capital intensivo da agricultura convencional permanece intacto" (Rosset e Altieri, 1997, p. 289) e não se atacaram os problemas da "base ecológica de rendimentos em declínio – a redução da biodiversidade funcional dos agroecossistemas" (*Ibid*, p. 289).

Apesar da manutenção da monocultura representar um entrave ao processo de transição, a substituição por insumos orgânicos e biológicos poderia ser considerada de forma positiva, mesmo que sejam mantidos os procedimentos convencionais pois, apesar da diversidade que enriquece o agroecossistema não estar presente, a presença de material orgânico diversificado pode enriquecer a vida biológica do solo.

Já que só substituir insumos não basta, devemos refletir

sobre quais seriam os aspectos que caracterizariam a agroecologia. Além de vários autores terem estabelecido esses princípios básicos, até a FAO reconheceu a agroecologia como uma possibilidade de contribuir para a implementação daquilo que a instituição define como uma "Visão Comum para Alimentação e Agricultura Sustentável", definindo 10 princípios que a caracterizariam.

Estes 10 princípios foram divididos em 3 grupos, pois não se restringem apenas às práticas agrícolas e muito menos à escala da propriedade.

> Características comuns: diversidade; sinergia; eficiência; resiliência; reciclagem; co-criação e compartilhamento de conhecimento. Contexto: valores humanos e sociais; cultura e tradições alimentares. Ambiente favorável: governança responsável; economia circular e solidária (FAO, 2018, p. 2).

Como vemos, esses princípios que caracterizariam a agroecologia são múltiplos e transcendem a propriedade e a produção, daí as observações de que a agricultura orgânica de substituição de insumos não é agroecologia.

Já a terceira fase da transição seria aquela onde a maioria desses princípios teria sido atingida e teríamos um agroecossistema funcionando de modo sustentável.

Enquanto as considerações sobre a agroecologia são hoje abrangentes, o esquema de conversão colocado por Gliessman mantinha-se nos procedimentos que seriam implementados a nível da propriedade ou do território delimitado de um agroecossistema, como afirmamos anteriormente. O aprofundamento das discussões foi o que levou à abrangência do conceito atual em um processo no qual a agroecologia passou da escala da propriedade para a dos

agroecossistemas e para a dos sistemas agroalimentares. Mesmo o agroecossistema pode ser analisado "na escala de uma paisagem local ou regional onde a agricultura é praticada" (Wezel *et al.*; 2009, p. 510) e, "de acordo com cada escolha diferente de escala, devem variar também os métodos de pesquisa" (*Ibid.*, p. 510.)

Os níveis 4 e 5 da transição propostos por Gliessman transcendem o universo da produção, partindo do princípio que este deve ser acompanhado por um tipo de comercialização e consumo, ou seja, se temos um sistema alimentar hegemônico baseado na produção monocultural em larga escala, de forma integrada na economia mundial, esse tipo de produção e acesso aos alimentos impacta os hábitos alimentares da população, que se manifesta, sobretudo nas áreas urbanas, por uma recusa à diversidade tanto de produtos como de locais e tipos de comercialização.

A implantação de uma nova forma de produção baseada na diversidade e nas culturas locais implica que essas culturas devem ser redescobertas e os hábitos alimentares transformados. O nível 4 da transição propõe ações e formas para que se restabeleça uma "conexão mais direta entre aqueles que produzem e aqueles que consomem os alimentos" (Gliessman; Friedmann; Howard, 2019, p. 94), pois o processo de transformação do sistema alimentar necessita do envolvimento social que deve apoiar os agricultores a trafegar pelos níveis iniciais e finalmente culminar com a constituição de "um novo sistema alimentar global, baseado na equidade, participação, democracia e justiça [...] para ajudar restaurar e proteger os sistemas de suporte de vida na Terra" (*Ibid.*, p. 94) caracterizado pelos autores como o quinto nível da transição.

Seria um processo que teria o potencial de transformar a

concepção da agricultura como negócio e valorizá-la como uma forma de vida, como sugerem (Guzmán; Molina; Casado, 2000).

Os insumos externos à propriedade e a produção para o mercado local

Pelo seu impacto, é importante ainda fazer algumas observações sobre a questão da utilização de insumos elaborados na propriedade e não adquiridos no comércio. O resultado dessa prática é que a produção requer trabalho intensivo e, na medida em que os insumos são produzidos internamente, seu consumo comercial será menor ou inexistente.

Ploeg denomina esse tipo de produção como agricultura camponesa e considera a intensificação do trabalho como um elemento distintivo relacionado com o que ele denominou como "capital ecológico". Esse capital seria o resultado da produção interna dos insumos, na medida em que ela poderia ser caracterizada como uma troca não mercantilizada com a natureza. Quanto mais intenso esse processo, menores serão os custos monetários da produção, assim como uma menor dependência de fornecedores e também endividamento do produtor (Ploeg, 2010).

A ênfase na produção interna dos insumos já tinha sido colocada por Rudolf Steiner no seu curso agrícola de 1924, quando abordou o conceito de individualidade agrícola e que a agricultura deveria se auto sustentar, mas ele ponderou que "isto não pode ser realizado integralmente, no contexto de nossa atual ordem econômica. Contudo, deveríamos procurar realizá-lo na medida do possível" (Steiner, 2010, p. 42). A primeira edição deste livro é de

1924 e já naquela época ele alertava para a ordem econômica vigente. Quase um século depois, essa ordem caminhou muito no sentido da especialização e do processo de divisão técnica e social do trabalho, o que torna muito comum a utilização de insumos de fora da propriedade, por exemplo de adubos e compostos vegetais ou animais, só para citar compostos orgânicos.

Preconizar a elaboração interna na propriedade leva à consideração de que a pequena propriedade baseada no trabalho intensivo se constitui no modelo ideal, posição questionada por Bernstein que pergunta se essa "agricultura de baixo consumo de insumos (externos) e mão-de-obra intensiva, poderia alimentar a atual e projetada população mundial" (Bernstein, 2014, p. 1057).

Ploeg responde diretamente a essa pergunta argumentando que a agricultura camponesa não é viável apenas em vales e terras férteis, mas consegue se instalar em áreas onde a racionalidade do capital não permite. Afirma também que os investimentos por unidade de área tendem a ser maiores e que a atividade produtiva se concentra na "otimização da renda do trabalho" (Ploeg, 2016, p. 145) e não na "maximização do lucro" (*Ibid*, p. 145). Coloca ainda que essas explorações apresentam mais resiliência e são muito mais capazes de estabelecer combinações e relações locais de forma independente dos circuitos gerais de comercialização.

Além dessas observações de Ploeg, devemos considerar que a resposta à pergunta de Bernstein requer outras considerações, além das virtudes da pequena produção camponesa. Não se trata de substituir a produção atual do sistema alimentar hegemônico, alterando apenas o tamanho das propriedades e sua dinâmica interna, mas de alterar o sistema como um todo, da produção à

comercialização e ao consumo e isso poderia ser alcançado de forma progressiva, na medida em que os hábitos e inclusive as dietas fossem alteradas. Trata-se de uma luta política com o direcionamento de "disseminar e tornar hegemônica uma nova forma de organizar agroecossistemas com base no paradigma ecológico" (Molina, 2011, p. 11) e que, para isso, necessita de intervenções em todas as escalas, começando com a escala da produção, não só aumentando o tamanho das propriedades, mas de aumentar o número de propriedades camponesas, para assim aumentar a produção. A abrangência deveria chegar às escalas político administrativas mais amplas, culminando no Estado Nacional com a adoção de políticas que beneficiem o processo de transição e não valorizem apenas as grandes produções de commodities financeirizadas e internacionalizadas.

A segunda observação se relaciona com o princípio do favorecimento das cadeias curtas e dos mercados locais e poderia nos levar à seguinte pergunta:

> a localização é realmente (e necessariamente) um desafio para o sistema alimentar globalizado e industrializado? [...] a localização significa criar um sistema alimentar paralelo sem alterar o dominante? (Robbins, 2015, p. 450).

A produção e comercialização locais realmente contribuem para encurtar as distâncias entre a produção e o consumo e isso é desejável, mas também se coloca a questão "de que tipos de alimentos e quem pode acessá-los pelos sistemas alimentares locais? " (*Ibid.*, p. 460).

Compra e venda são práticas comuns dos produtores agrícolas, mesmo os de pequena escala que "estão sempre inseridos

em sistema de mercado, participam do mercado de terras, do mercado de produtos, do mercado de trabalho; há sistematicamente venda e compra de mercadorias" (Garcia; Heredia, 2009, p. 223). O problema reside justamente na homogeneização dos alimentos e na desconexão entre produção e consumo.

Consumo e redes

O consumo alimentar é central para o debate sobre a saúde, seja individual, coletiva ou planetária. As escolhas alimentares estão relacionadas com uma variedade de fatores individuais, sejam sensoriais, psicológicos e fisiológicos, mas também com influências sociais, ambientais, políticas e econômicas. Desta forma, faz-se necessária a discussão dos sistemas alimentares como um todo, considerando os determinantes do consumo alimentar, visando a promoção de uma alimentação saudável, ambiental e socialmente justa.

Uma das características mais contundentes do sistema dominante de produção de alimentos é a sua comoditização e a oferta indiscriminada de ultraprocessados[7], favorecendo o consumo em massa de alimentos nutricionalmente desfavoráveis à saúde. Para ter maior entrada no mercado, esses produtos muitas vezes utilizam em seus rótulos alegações nutricionais com funcionalidades específicas (nutrientes específicos que promoveriam certos efeitos positivos à saúde) para a venda desses alimentos, omitindo outros aspectos que são deletérios à saúde. Esse discurso, apoiado na

[7] Produtos alimentícios baseado em formulações industriais (estabilizantes, corantes, acidulantes, umectantes etc.) contendo muito pouco ou nenhum alimento in natura.

publicidade, vem sendo ampliado causando confusão entre muitos consumidores que passam a ingerir aditivos químicos baseados em açúcares, sódio e gorduras como se fosse uma dieta apropriada.

Esse discurso do comércio, com foco na circulação de alimentos no sistema alimentar hegemônico, já foi instrumento de estudo divulgado por Nestle (2019) e por Scrinis (2021), que o denomina de "nutricionismo", que seria um reducionismo da complexidade do contexto alimentar e nutrição a alguns componentes nutricionais. As indústrias de alimentos ultraprocessados utilizam esse discurso para promover a venda e ainda patrocinar estudos com conflitos de interesse que passam a ser utilizados a seu favor, bem como eventos científicos, formando profissionais de saúde que promovam seus alimentos (Nestle, 2019). Niederle e Wesz Junior (2018), comentam que o movimento da indústria é de apropriar-se deste debate e produzir o que os autores nomeiam de "*organic junk food*", que seriam alimentos orgânicos, supostamente caseiros, percebidos como saudáveis, porém com altas concentrações de açúcar, sódio e/ou gordura. Nos supermercados, estes alimentos são encontrados em espaços que dão o imaginário harmonioso de que são benéficos à saúde. São espaços bem elaborados pelas equipes de *marketing*, que podem não saber sobre saúde e nutrição, mas entendem como estimular o consumo. Estudo de Kanematsu (2017) constatou que 81,5% dos alimentos com terminologia de "caseiro" possuem aditivos químicos em seu processamento.

É perceptível que o sistema alimentar hegemônico distancia o consumidor do produtor, dominando o comércio de alimentos e ampliando seu poder de determinação do consumo (Schneider;

Shubert; Escher, 2016). São necessárias ações políticas para garantir maior aproximação entre consumidores e produtores, principalmente nas periferias urbanas que possuem maior risco de insegurança alimentar.

O Guia Alimentar para a População Brasileira (2014) é um instrumento público de promoção e educação nutricional para a sociedade brasileira e para orientar profissionais de saúde em suas práticas clínicas, além de ser uma recomendação para políticas públicas na área da alimentação do país. A mais recente versão deste instrumento adota a classificação NOVA[8] que recomenda evitar ultraprocessados e valorizar a importância econômica, social e cultural de alimentos com menor grau de processamento.

Empresas alimentares têm então investido no segmento de orgânicos por serem vistos como saudáveis e isentos de contaminantes. Trata-se, muitas vezes, de práticas de *greenwashing* que é a apropriação de virtudes ambientais como estratégia de marketing para venda de um produto que seria bom para o meio-ambiente, mas que não é efetivamente.

Para a compreensão da sociedade civil desses aspectos pouco conhecidos do sistema alimentar dominante, além do inquestionável papel das políticas públicas, para o fortalecimento desse sistema alternativo, é importante que essa parcela da sociedade se engaje colocando em evidência novas concepções de cidadania e democracia alimentar. Existem ações em prática que atuam para a disseminação de grupos de consumo, feiras livres e circuitos curtos de

[8] Classificação que adota os níveis e propósitos de processamento dos alimentos, sendo classificados como in natura, minimamente processados, processados, ultraprocessados e ingredientes culinários.

comercialização. As feiras livres, onde os agricultores podem levar seus produtos, além de ser um comércio mais justo de circuito curto e que evita desperdício de alimentos, por percorrer menores distâncias, são, além de um espaço de compra, um local de trocas de saberes, receitas, conhecimento sobre sazonalidade de alimentos e ampliação do aprendizado no que se refere à biodiversidade.

Esta estruturação pressupõe relações sociais e ecológicas de cooperação. Para isso, não é só um novo tipo de produtor que precisamos, mas também um novo tipo de consumidor (Pollan, 2007). Nesse sentido, importa a compreensão dos consumidores incorporarem uma lógica não utilitária para a compra dos alimentos, percebendo os valores de solidariedade com os produtores dos alimentos e colaboração com a natureza. Assim, as compras de alimentos seriam baseadas no apoio mútuo e no fortalecimento da biodiversidade, além da lógica do nutricionismo.

Para o fortalecimento dessa rede há a necessidade de uma relação próxima entre consumidores e produtores, além da vontade mútua de construir um sistema alimentar diferente. Neste ponto, é importante ressaltar a questão do desperdício de alimentos, sendo as principais causas o manuseio e o transporte, seguidos pelo armazenamento e distribuição, comercialização, preparo e consumo (Niederle; Wesz Junior, 2018).

Um ciclo curto de comercialização poderia minimizar essa situação, o que nos leva a partilhar o conhecimento de uma experiência em São Paulo, de uma rede de consumo com ciclo curto de comercialização da cooperativa Terra e Liberdade, ligada ao MST, que atua na comercialização de alimentos agroecológicos *in natura* ou minimamente processados, oriundos dos assentamentos e

acampamentos da Reforma Agrária. Baseados nos princípios da economia solidária, essa iniciativa manifesta a importância do consumo de alimentos que fortaleçam a Reforma Agrária Popular e a agroecologia, denominando o comprador de seus produtos como "consumidor militante".

Neste exemplo, agricultores, trabalhadores da comercialização e consumidores estão em frequente diálogo em canais de comunicação virtuais e presenciais. Há reuniões frequentes na Comuna da Terra Irmã Alberta com o objetivo de construir e fortalecer um vínculo entre as partes envolvidas e a compreensão do processo de produção, comercialização e consumo, evidenciando os contrapontos das características omitidas em alimentos encontrados nos supermercados. O contato entre os consumidores e os produtores também amplia a relação de confiança, dirimindo a burocracia para conseguir a certificação.

Dessa forma, ao contrário da lógica mercadológica, suas relações econômicas, ambientais, éticas, sociais, de trabalho e de saúde são evidenciadas e principais promotoras do consumo.

Considerações Finais

Neste texto, identificamos o percurso da agroecologia ao longo do tempo: na sua constituição como uma área do conhecimento científico, o que havia de princípios e metodologias era pensado inicialmente na escala da produção agrícola propriamente dita e os elementos e processos ecológicos observados e instrumentalizados. O conceito de agroecossistema se prestou para empreitada, de um lado sintetizando a relação entre a produção agropecuária e o

ecossistema, e de outro, permitiu que sob sua égide a escala trabalhada pudesse ir da propriedade individual à região mais ampliada desde que houvesse identidade desses componentes. Mas tratava-se inicialmente da problematização dos princípios da produção agroecológica em uma discussão sobretudo agronômica com viés ambiental. Algumas das práticas que vieram da prática secular dos agricultores e tinham sido incorporadas pela agricultura Biodinâmica e Orgânica, como a integração com a pecuária, a diversidade de cultivos e a minimização dos insumos externos puderam ser incorporadas às práticas recomendadas por uma ciência que estabelecia como premissa a relação entre a agricultura e o ecossistema.

A evolução das discussões teóricas, a realidade concreta e a contribuição de novos autores ampliaram o escopo da agroecologia, até porque os denominados níveis de transição agroecológica direcionaram-se para a configuração de agroecossistemas sustentáveis. E a sustentabilidade, como vimos, não é apenas ambiental, mas social e econômica. Essa ampliação colocou a importância de uma maior conexão entre os produtores e os consumidores de alimentos e da ação social no sentido de colocar a agroecologia a serviço de um novo sistema alimentar.

Esse direcionamento foi sendo estabelecido no âmbito do debate científico e em amplos debates em eventos e entabulações, mas somente ganhou força com o engajamento de movimentos sociais empunhando essas bandeiras. Esses movimentos se articularam especificamente em torno da agroecologia, mas o foco da transformação do sistema alimentar se firmou efetivamente a partir do movimento pela soberania alimentar.

Pensar os caminhos para a soberania alimentar implica em complexificar o debate que há muito se perdeu quando o alimento passou a ser considerado uma simples mercadoria; implica em estabelecer políticas públicas para erradicação da fome e da pobreza, para o incentivo à agricultura familiar e à produção agroecológica; e em considerar o que tem sido construído em espaços geridos por organizações populares, no âmbito de cada território, que tem caminhado no sentido da práxis socioambiental, incorporando às suas realidades a emergência de construir outro Sistema Alimentar onde predomine a biodiversidade, combinação de culturas, redução da dependência a recursos externos, compartilhamento de conhecimentos entre as diversas áreas, valores humanos e sociais, respeito às tradições alimentares e culturais, economia solidária, e governança responsável em diferentes escalas. Assim nos aproximaremos do que está sendo propugnado pelo Movimento da Soberania Alimentar em conexão com a Agroecologia.

Referências

ALTIERI, M. **Agroecologia:** bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BAVA, S. C. **A Destruição das Políticas Públicas no Brasil**: O Governo Bolsonaro. São Paulo: Perseu Abramo, 2021.

BARRIOS, E. et al. The 10 Elements of Agroecology. **Ecosystems and People**, v. 16, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/26395916.2020.1808705>.

BERNSTEIN, H. Food sovereignty via the 'peasant way': a sceptical view. **Journal of Peasant Studies**, London, v. 41, n. 6, 2014.

BRASIL. **Lei 10831**. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.831.htm>.

BRASIL. **Instrução normativa nº 46**. Brasília: 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/português/instrucao-normativa-no-46-de-06-de-outubro-de-2011>.

BRASIL. **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

CONAB. **Execução do PAA,** 2023. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar/execucao-do-paa>. Acesso em: abr. 2023. Companhia Nacional de Abastecimento.

CONAB. **Série histórica de estoques públicos**. Brasília: 2023a. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/estoques/gestao-dos-estoques-publicos>.

CONWAY, G. The properties of agroecosystems. **Agricultural Systems**, London, v. 24, n. 2, 1987.

COSTA, M. B. **Agroecologia no Brasil: história, princípios e práticas**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios.** Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

DALY, H. E. Crescimento Sustentável? Não obrigado. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. VII, n. 2, 2004.

DE'CARLI, C. O discurso político da agroecologia no MST: O caso do Assentamento 17 de Abril em Eldorado dos Carajás. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, 2013.

DEMATTÊ FILHO, L. C. **Sistema alimentar embasado em princípios da Agricultura Natural**. Piracicaba: Novas Edições Acadêmicas, 2017.

ESTEVA, G. Development. In: SACHS, W. **The Development Dictionary:** A Guide to Knowledge as Power. Zedbooks, 2010.

FAO. **Globally Important Agricultural Heritage Systems (GIAHS)**, 2018. Disponível em: <http://www.fao.org/giahs/en/>. Acesso em: jan. 2019.

FEIDEN, A. Agroecologia - Introdução e Conceitos. In: AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável.** Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

FLEURY, S. **As Políticas Públicas de Saúde e Assistência Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2021.

FORTES, M. F.; BORGES, C. A.; MIRANDA, W. C.; JAIME, P. C. Mapeando as desigualdades socioeconômicas na distribuição do comércio varejista local. **Segurança Alimentar e Nutricional.** Campinas, SP, v. 25, n. 3, 2018.

FOUILLEUX, E.; BRICAS, N.; ALPHA, A. Feeding 9 billion people: global food security debates and the productionist trap. **Journal of European Public Policy**, 2017.

FRIEDMANN, H. Distance and Durability: Shaky Foundations of the World Food Economy. **Third World Quarterly**, v. 13, n. 2, 1992.

FURNO, J. **A Política Agrária no Governo Bolsonaro**: Desmonte e Resistência. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

GARCIA, A. R.; HEREDIA, B. A. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. **Diversidade do campesinato: expressões e categorias.** São Paulo: UNESP, v. 2, 2009.

GIRALDO, O. F.; ROSSET, P. M. Agroecology as a territory in dispute: between institutionality and social movements. **The Journal of Peasant Studies**, v. 45, n. 3, 2017.

GLIESSMAN, S. The Framework for Conversion. In: GLIESSMAN, S.; ROSEMEYER, M. **The conversion to sustainable agriculture:** principles, processes, and practices. Boca Raton: Taylor & Francis, 2010.

GLIESSMAN, S. R. Quantifying the Agroecological Component of Sustainable Agriculture: A Goal. In: GLIESSMAN, S. R. **Agroecology - Researching the Ecological Basis for Sustainable Agriculture**. New York: Springer-Verlag, 1990.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GLIESSMAN, S.; FRIEDMANN, H.; HOWARD, P. H. Agroecology and Food Sovereignty. **IDS Bulletin - Transforming Development Knowledge**, Brighton, 2019.

GONÇALVES, S. **Campesinato, resistência e emancipação:** o modelo

agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná. Presidente Prudente: UNESP, 2008. Tese de doutorado.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

GUZMAN, E. S.; MOLINA, M. G.; CASADO, G. G. **Introduccion a la agroecologia como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.

HLPE. **Food losses and waste in the context of sustainable food systems**. Roma: FAO, 2014. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security.

HOWARD, A. **Un Testamento Agrícola**. Santiago de Chile: Imprenta Universitaria, 1940.

KANEMATSU, L. R. A. **Comparação entre alimentos industrializados com e sem a terminologia de caseiro em relação aos aditivos alimentares**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. Dissertação de Mestrado.

KORIN. Certificações. **Korin**, 2023. Disponivel em: <https://www.korin.com.br/certificacoes/>. Acesso em: abr. 2023.

LEÃO, M. M.; MALUF, R. S. **A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira**. Brasília: ABRANDH, 2012.

MALUF, R. S. Decentralized food systems and eating in localities: a multi-scale approach. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 4, 2021.

MALUF, R. **Segurança Alimentar e Nutricional**: Desafios e Perspectivas. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

MATIOLI, V.; PERES, J. **Donos do mercado:** como os grandes supermercados exploram trabalhadores, fornecedores e a sociedade. São Paulo: Elefante, 2020.

MCLAREN, S. et al. **Integration of environment and nutrition in life cycle assessment of food items:** opportunities and challenges. Roma: FAO, 2021.

MCMICHAEL, P. Global Development and The Corporate Food Regime. **New Directions in the Sociology of Global Development**, v.

11, 2005.

MCMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo: UNESP, 2016.

MIKLÓS, A. A. D. W. Agricultura biodinâmica, nutrição e desenvolvimento humano – ênfase na digestão do etérico do alimento. **Arte Médica Ampliada**, v. 37, n. 3, 2017.

MIKLÓS, A. A. D. W. **Agricultura biodinâmica, nutrição e desenvolvimento humano**. São Paulo: Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica, 2019.

MOLINA, M. G. Algumas notas sobre agroecología y política. **Agroecologia**, n. 6, 2011. Disponível em: <https://revistas.um.es/agroecologia/article/view/160621>.

MURPHY, S.; HANSEN-KUHN, K. The true costs of US agricultural dumping. **Renewable Agriculture and Food**, 2020.

NEGRI, P. S. **A identidade ecológica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2005. Dissertação de Mestrado.

NIEDERLE, P. A.; WESZ JUNIOR, V. J. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

NOVAES, H. T. et al. A economia política da "revolução verde", a agroecologia e as escolas de agroecologia do MST. In: NOVAES, H. T.; MAZIN, Â. D.; SANTOS, L. **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. São Paulo: Outras Expressões, 2005.

PELIANO, A. M. T. M. **O Mapa da Fome** - Volume I: Subsídios à Formulação de uma Política de Segurança Alimentar. Brasília: IPEA, 1993.

PEREIRA, D. Agriculturas, Ambientes e Sociedade. In: PEREIRA, D. **Estudos e ações transdisciplinares em mudança social e participação política.** São Paulo: Annablume, 2017.

PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares** - lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. The peasantries of the twenty-first century: the commoditisation debate revisited. **The Journal of Peasant Studies**, v. 37, n. 1, 2010.

PLOEG, J. D. **Camponeses e a arte da agricultura**. São Paulo:

UNESP, 2016.

POLLAN, M. **O dilema do Onívoro:** uma história natural de quatro refeições. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007.

PRETTY, J. N. Participatory Learning for Sustainable Agriculture. **World Development**, v. 23, n. 8, 1995.

REDE PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil: II VIGISAN:** relatório final. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>.

ROBBINS, M. J. Exploring the localisation dimension of food sovereignty. **Third World Quarterly**, v. 36, n. 3, 2015.

ROSSET, P.; ALTIERI, M. Agroecology versus Input Substitution: A Fundamental Contradiction of Sustainable Agriculture. **Society & Natural Resources**, v.10, n. 3, 1997.

ROSSET, P.; ALTIERI, M. **Agroecologia ciencia y política**. La Paz: Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología (SOCLA), 2018.

ROSSET, P. **Food is Different**: Why we must get the WTO out of Agriculture. Zed Books, 2006.

SCHNEIDER, S.; SCHUBERT, M.; ESCHER, F. Regimes agroalimentares e o lugar da agricultura familiar: uma apresentação ao debate. **Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias**, Curitiba, v. 1, n. 1, 2016.

SCRINIS, G. **Nutricionismo: a ciência e a política do aconselhamento nutricional.** São Paulo: Elefante, 2021.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SERVIÇO PÚBLICO PELA DEMOCRACIA. **Um ano de desgoverno golpista:** muitos anos de retrocesso. Brasília: [s.n.], 2017.

SHAND, H.; WETTER, K. J.; CHOWDRY, K. **Barones de la Alimentación:** lucro con las crisis, digitalización y nuevo poder corporativo. Montreal: ETC Group, 2022. Disponivel em: <https://www.etcgroup.org/es/ content/food-barons-2022-es>.

SMALLWOOD, M. **Regenerative Organic Agriculture and Climate Change:** A Down-to-Earth Solution to Global Warming. Kutztown:

Rodale Institute, 2015. Disponivel em: <https://rodaleinstitute.org/wp-content/uploads/rodale-white-paper.pdf>.

STEINER, R. **Fundamentos da Agricultura Biodinâmica**. São Paulo: Antroposófica, 2010.

TAKAGI, M. A Implantação do Programa Fome Zero no Governo Lula. In: ARANHA, A. V. **Fome Zero: Uma História Brasileira.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.

TANSLEY, A. G. The Use and Abuse of Vegetational Concepts and Terms**. Progress in Physical Geography:** Earth and Environment, v. 31, n. 5, 1935.

VIA CAMPESINA. Declaração de Nyéléni. **Fórum Mundial pela Soberania Alimentar**, 26 mar. 2007. https://nyeleni.org/spip.php?article327.

VIA CAMPESINA. **The people of the world confront the advance of capitalism:** Rio +20 and beyond. [S.l.]: [s.n.], 2012. Disponível em: <https://viacampesina.org>.

VIA CAMPESINA. **Declaration of the international forum for agroecology**. [S.l.]: [s.n.], 2015. Disponível em: <https://www.foodsovereignty.org>. Acesso em: maio 2022.

WEZEL, A. et al. Agroecology as a science, a movement and a practice. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 29, 2009.

Submetido em: 03 de abril de 2024
Devolvido para revisão em: 19 de agosto de 2024
Aprovado em: 31 de agosto de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3395

Como citar:
PEREIRA, D.; FAKIH, T.; MAYMONE, C. CONVERGÊNCIAS ENTRE A SOBERANIA ALIMENTAR E A AGROECOLOGIA. **Terra Livre**, São Paulo, ano 39, v.1, n.62, jan.-jun. 2024, p. 528-569. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3395. Acesso em: dia/mês/ano.

A DISCUSSÃO DE TERRITÓRIO E PAISAGEM NA PERSPECTIVA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA-ACREANA

"THE DISCUSSION OF TERRITORY AND LANDSCAPE FROM THE PERSPECTIVE OF CONSERVATION UNITS IN THE ACREAN-AMAZON."

LA DISCUSIÓN SOBRE TERRITORIO Y PAISAJE DESDE LA PERSPECTIVA DE LAS UNIDADES DE CONSERVACIÓN EN LA AMAZONIA DE ACRE.

Francisca da Silva Reis
Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina
E-mail: franreis115@gmaial.com

Marciel Lohmann
Prof. Dr. no Programa de Pós-Graduação em Geografia (mestrado/doutorado) da Universidade Estadual de Londrina
E-mail: marciel@uel.br

Resumo:
Este texto trata de breves reflexões a respeito das categorias geográficas de território e paisagem no contexto dos estudos das Unidades de Conservação no estado do Acre. Adotando uma abordagem qualitativa, que se foca na compreensão e explicação das dinâmicas das relações sociais, a investigação se baseia em uma análise bibliográfica, utilizando um levantamento de referências teóricas pertinentes ao tema. Em um primeiro momento, compreendemos a paisagem destacando diferentes concepções do estudo das relações entre a sociedade e a natureza. Procedemos à discussão da relação da paisagem juntamente com o território, reconhecendo a paisagem como resultado da construção social desse território. Dessa forma, destacamos a importância do ambiente florestal como elo de conexão para análise tanto da paisagem quanto do território no âmbito da discussão das Unidades de Conservação (UCs). Nesse sentido, as proposições destacam que a análise tanto da paisagem quanto do território é essencial para obter uma compreensão mais aprofundada das ações de transformação da paisagem no estado do Acre.

Palavras-chave: território; paisagem; desmatamento; unidades de conservação; estado do Acre.

Abstract:
This text presents brief reflections on the geographical categories of territory and landscape in the context of studies on Conservation Units in the state of Acre, Brazil. Adopting a qualitative approach focused on understanding and explaining the dynamics of social relations, the investigation is based on bibliographic analysis, utilizing a survey of relevant theoretical references. Firstly, we explore the concept of landscape by highlighting different conceptions of the relationship between society and nature. Then, we discuss the relationship between landscape and territory, recognizing that the landscape results from the social construction of the territory. In this way, we emphasize the importance of the forest environments as a gathering element for analyzing both landscape and territory within the framework of Conservation Units (UCs). Therefore, the propositions highlight that analyzing both landscape and territory is essential for a deeper understanding of the actions transformations the landscape in the state of Acre.

Keywords: territory; landscape; deforestation; conservation units; state of Acre.

Resumen:
Este texto aborda breves reflexiones sobre las categorías geográficas de territorio y paisaje en el contexto de los estudios de las Unidades de Conservación en el estado de Acre. Adoptando un enfoque cualitativo, que se centra en la comprensión y explicación de las dinámicas de las relaciones sociales, la investigación se basa en un análisis bibliográfico, utilizando un levantamiento de referencias teóricas pertinentes al tema. En un primer momento, comprendemos el paisaje destacando diferentes concepciones del estudio de las relaciones entre la sociedad y la naturaleza. Procedemos a la discusión de la relación del paisaje junto con el territorio, reconociendo el paisaje como resultado de la construcción social de ese territorio. De esta manera, destacamos la importancia del entorno forestal como un vínculo de conexión para el análisis tanto del paisaje como del territorio en el ámbito de la discusión de las Unidades de Conservación (UCs). En este sentido, las propuestas destacan que el análisis tanto del paisaje como del territorio es esencial para obtener una comprensión más profunda de las acciones de transformación del paisaje en el estado de Acre.

Palabras-clave: territorio; paisaje; deforestación; unidades de conservación; estado de Acre.

Introdução

A Geografia é uma ciência espacial que nos permite analisar a realidade por meio de seus conceitos geográficos, possibilitando o aprofundamento de estudos em áreas específicas. O estudo do território e da paisagem são duas categorias importantes dentro dessa disciplina.

As categorias território e paisagem, que, juntamente com a região, compõem as categorias centrais na Geografia. Na Geografia moderna, o território e a paisagem têm sido temas de muitos estudos, resultando em uma infinidade de abordagens dos conceitos (Mendonça, 2011).

O território corresponde à uma construção social dada historicamente. "Ele é resultado de um processo de apropriação de um grupo social e do quadro de funcionamento da sociedade, comportando, assim, ao mesmo tempo, uma dimensão material e cultural [...] (Machado, 2016, p.20). Por sua vez, a análise da paisagem, de forma mais sistêmica, envolve uma análise dos sistemas ambientais e a interpretação das interações entre a natureza e a sociedade (Rodriguez *et al.*, 2002).

A partir da discussão teórica sobre essas categorias, apresentamos um breve ensaio sobre as especificidades da construção da territorialidade na áreas de floresta do Acre, especialmente introduzindo a discussão sobre as Unidades de Conservação (UCs) no Acre. Busca-se compreender como essas

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

unidades influenciam e são influenciada pela configuração territorial de forma ampla.

A abordagem de paisagem e território é fundamental para compreender a dinâmica das Unidades de Conservação (UCs) no estado do Acre. Essa abordagem é crucial para analisar como as UCs no Acre desempenham um papel vital na proteção da biodiversidade. Elas são espaços importantes para a manutenção da vida da comunidades ribeirinhas, seringueiras e indígenas, respaldando toda uma construção social e cultural, e não apenas ambiental.

A discussão territorial neste contexto revela como as Unidades de Conservação são moldadas por interesses diversos, o que influencia as práticas de uso e ocupação da terra e cotribui para a fragmentação da paisagem. O estudo das UCs no Acre é fundamental para entender melhor as paisagens florestais e os efeitos das degradações sobre elas. É essencial compreender os conceitos de paisagem e território, principalmente quando se trata do uso dessas áreas e de suas interações sociais, econômicas, políticas e culturais.

Este artigo tem como objetivo analisar a questão conceitual das categorias geográficas território e paisagem no contexto das Unidades de Conservação no estado do Acre, bem como contribuir com o aprofundamento da discussão geográfica da pesquisa de doutorado que investiga sobre a transformação da paisagem nesses territórios.

Procedimentos metodológicos

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa, pois centra-se na "compreensão e explicação das dinâmicas das relações sociais". Utiliza um conjunto de técnicas interpretativas para descrever e

decodificar os componentes de um sistema complexo de significados (Gil, 2002, p.32). De natureza básica e com objetivos descritivos e analíticos, a pesquisa é do tipo bibliográfica, baseando-se na análise de referências teóricas publicadas, como artigos científicos, livros e teses (Severino, 2007).

Para fundamentar o desenvolvimento e as interpretações relacionadas ao tema proposto, baseamo-nos nas contribuições de diversos autores. Consideramos as discussões de Mendonça (2011) sobre a relação entre paisagem e território, destacando o território como uma expressão da organização social. Integramos a visão de Saquet (2007), que entende o território como um produto do processo de apropriação social, delimitando as relações socioespaciais. Além disso, Silva (2023) oferece uma análise sobre a dimensão floresta como um dos componentes essenciais da territorialidade englobando os espaços de floresta. Por fim, utilizamos a perspectiva de Porto Gonçalves (2009) para explorar a territorialidade seringueira, que resulta da organização espacial ligada à economia da borracha e a de Lira (2015) e Silva *et al.* (2021), que discutem a evolução das Unidades de Conservação e os aspectos de fragmentação da paisagem.

Noção de paisagem e os estudos das relações entre a Sociedade e a Natureza

Vamos fazer uma breve discussão acerca da paisagem, destacando as principais escolas que desempenharam papéis importantes na construção dos fundamentos da ciência geográfica: a escola alemã, a escola francesa, e a escola russa. O objetivo aqui não é aprofundar-se nos múltiplos conceitos desenvolvidos para definir a paisagem, mas sim introduzir o conceito, visto que ele será um dos

temas abordados em discussões subsequentes sobre a relação entre paisagem e território.

A concepção de paisagem na Geografia evolui juntamente com o desenvolvimento da própria ciência. No início, a Geografia era considerada uma ciência de síntese dos conhecimentos sobre a natureza, dedicada ao estudo da superfície terrestre e à descrição dos fenômenos naturais com base na observação e nas sensações (Moraes, 1987). Com o tempo, o estudo da paisagem passou a incluir as relações entre sociedade e natureza.

No século XIX, no âmbito da Geografia, a análise das interações entre a natureza e a sociedade e a noção de paisagem estiveram presas a duas concepções principais: uma voltada para a Natureza, que contribuiu para o desenvolvimento da Geografia Física (Alexander von Humboldt), e outra centrada na Geografia Humana (Karl Ritter) (Rodriguez et al., 2002).

A contribuição da escola alemã foi fundamental para essa evolução, mesmo com uma visão naturalista, preocupada principalmente com a descrição e representação das feições naturais (Massoquim et al.,2023). A abordagem de Humboldt questionou o estudo da paisagem, levando a Geografia a entender a paisagem como uma forma de analisar as relações entre o ser humano e a natureza (Barbosa et al.,2015).

Na segunda metade do século XIX, surgiram duas principais abordagens conhecidas como perspectivas deterministas e possibilistas. A primeira, representada pela escola alemã e fundamentada em Friedrich Ratzel, introduziu uma concepção que incluía o ser humano na análise da paisagem, enfatizando como as condições naturais influenciavam diretamente as atividades humanas (Massoquim *et al.*, 2023).

A segunda perspectiva, representada pela escola francesa e liderada por Vidal de La Blache, definiu "o objeto da Geografia como a relação homem-natureza, na perspectiva da paisagem". Nesta visão o homem é um ser ativo que sofre a influência do meio, mas que também age transformando-o (Moraes, 1987, p.68). Assim, à medida que a ciência evoluía e as correntes de pensamento geográfico se desenvolviam, as perspectivas de análise da paisagem também mudavam.

O estudo da paisagem passou a ter diferentes visões das relações entre a sociedade e a natureza. "A concepção sobre a paisagem como uma totalidade dialética de base natural foi desenvolvida principalmente na União Soviética", buscando o "conhecimento das unidades naturais integradas para serem transformadas e dominadas" (Rodriguez *et al.*,2002, p. 96).

A visão da natureza da Biologia, com o surgimento da Ecologia como disciplina biológica nos finais do século XIX, estava centrada no estudo das relações organismo meio e inaugurava o conceito de ecossistema, "baseado na concepção da Teoria Geral de Sistemas" (Rodriguez *et al.*, 2002, p. 96).

A Teoria dos Geossistemas foi desenvolvida nos anos 60 do século XX por Victor Sotchava, considerando a paisagem de maneira sistêmica e respeitando os atributos de estrutura, funcionamento, dinâmica, evolução e informação. "Pela primeira vez, a análise espacial (própria da Geografia Física) articula-se com a análise funcional (próprio da Ecológica Biológica)" (Rodriguez *et al.*, 2002, p.96).

É importante salientar que no Brasil existem duas concepções distintas sobre o geossistema: uma desenvolvida pelo francês Bertrand e outra pelo russo Sochava. As duas definições

diferem em termos de dimensões e escala: a de Sochava apresenta uma visão mais ampla, enquanto a de Bertrand é mais restritiva. No entanto, Bertrand acaba adotando a definição de Sochava ao formular sua análise integrada das relações entre sociedade e natureza (GPT) (Cavalcanti *et al.*, 2016).

A teoria do geossistema, desenvolvida pela Geografia Russo-Soviética e elaborada por Sochava na metade do século passado, representou uma contribuição significativa para o desenvolvimento da Geografia Física e da ciência da paisagem. Essa teoria introduziu uma abordagem integrada da dinâmica e evolução das paisagens, trazendo uma verdadeira revolução conceitual e metodológica para a área (Cavalcanti *et al.*, 2016).

Por muto tempo, as análises sobre a relação entre sociedade e natureza foram conduzidas de maneira separada, às vezes favorecendo o aspecto antropológico e outras vezes o aspecto natural. A Geografia tem sido dividida em estudos de Geografia Física e Geografia Humana, mas a comunidade científica tem defendido uma análise dos sistemas ambientais e a interpretação das interações entre a natureza e a sociedade.

Desse modo, Mendonça (2011) aborda a relação sociedade-natureza discutindo o aspecto da degradação ambiental a partir da apropriação e transformação da natureza pela sociedade feita pelos processos de riqueza e poder. Ou seja, ele suscita uma reflexão sobre a problemática socioambiental, incentivando a reavaliação do processo de organização da sociedade no espaço.

As diferentes relações das sociedades com a natureza evoluíram desde a simples apropriação dos recursos para a subsistência até a apropriação e acumulação de riquezas. Essas relações tornaram-se cada vez mais complexas com a modernização

territorial, especialmente no âmbito do capitalismo, resultando em relações exploratórias cada vez mais problemáticas, fazendo com que o homem se distancie cada vez mais de sua dimensão natural (Mendonça, 2011).

De acordo com Mendonça (2011), as sociedades constroem suas bases de poder apoiadas na natureza. Isso se manifestou nas sociedades do século XVIII, com a constituição de um estado forte sob os aspectos locacionais e na extensão de terras, assim como no século XX, com a intensa exploração dos recursos naturais. As limitações das bases naturais passaram a ter repercussões nas condições de vida das sociedades, levando a uma reflexão sobre a racionalidade dos processos de organização territorial, culminando na emergência da problemática ambiental (Mendonça, 2011).

Portanto, diante da perspectiva da sustentabilidade, há uma discussão em andamento sobre a necessidade de retomar, dentro da Geografia, um conjunto de teorias e métodos para abordar as questões ambientais (Rodriguez *et al.*, 2002).

A influência das dinâmicas sociais e políticas na configuração da paisagem e do territorial

Vamos refletir sobre o conceito de território, considerando sua relação com a paisagem, pois ambos estão interligados. Esta reflexão inicial nos ajudará a desenvolver uma base teórica para, posteriormente, compreender as questões conceituais dessas categorias geográficas na análise das Unidades de Conservação no estado do Acre.

As categorias de território e paisagem estão intrinsecamente relacionadas, e essa conexão ocorre por meio de uma construção

social e política. Para compreendê-la, é necessário considerar a importância das forças econômicas, políticas e culturais na sua determinação, bem como entender como essas dinâmicas influenciam o ordenamento territorial, especialmente no contexto das Unidades de Conservação.

A forma como a sociedade se organiza e utiliza o território reflete-se na configuração da paisagem. O território não só abrange a paisagem, mas também incorpora as relações sociais e políticas que moldam a forma e o uso do espaço. As estruturas sociais se modificam e se organizam com base em manifestações territoriais marcadas por conflitos pela disputa dos melhores espaço e riquezas naturais (Mendonça, 2011).

Assim, o estudo da paisagem a partir do conceito de território possibilita investigar as mudanças que a sociedade impõe sobre ela. Isso ocorre ao direcionar "a conversão da natureza-fonte em natureza-recurso por meio das dinâmicas econômicas" (Souza, 2018, p.120). Dessa forma, a paisagem adquire um papel crucial. É fundamental reconhecer “que se trata de uma chave para qualificar os desdobramentos das ações humanas na natureza” (Souza, 2018, p.126).

As sociedades encontram suas bases de poder apoiadas na natureza, “A condição humana tem, na natureza, forte determinação, dela deriva a possibilidade de o homem erigir-se na sua condição de Ser Social” (Mendonça, 2011, p.65).

> Boa parte da riqueza socialmente construída de povos e nações foi, por longo período, determinada pela extensão de terras e pela disponibilidade dos recursos naturais (Mendonça, 2011, p.66).

Pois, “[…] não há território sem terra, ou seja, sem espaço, sem solo, sem ar, sem água, sem vida […] (Bertrand *et al.*, 2007,

p.120). Dessa forma, as recentes renovações do entendimento de território indicam uma premissa para a existência da paisagem (Souza *et al.,* 2009).

Para Saquet (2007, p. 58) é importante refletir o território tendo-o como fruto da construção social a partir do movimento das forças econômicas, políticas e culturais interligadas, que operam em conjunto para dar forma ao território e ao processo social no espaço geográfico. A natureza, enquanto elemento externo ao homem, se manifesta de diversas formas.

O aporte da natureza orienta as políticas estatais de ordenamento territorial, visando à organização e ao planejamento das paisagens preservadas em áreas protegidas (Moraes, 2005). Esse ordenamento do território representa um recorte do território usado por diferentes intenções: primeiramente pelas dimensões sociais que precedem sua institucionalização e, em segundo lugar por empresas e grupos privados envolvidos na concessão de exploração florestal e outros recursos.

A preocupação com a conservação e proteção ambiental, bem como a necessidade de regulação do uso e ocupação dos ecossistemas, alinhou-se com a questão ambiental que se desenvolveu no âmbito científico a partir da década de 1970. Essas discussões irão permear o contexto das principais políticas ambientais no Brasil. As proposições delineadas sobre a questão ambiental irão influenciar também os estudos geográficos (Suertegaray *et al.*, 2015; Albuquerque *et al.,* 2021).

Diante da emergência ambiental, os estudos geográficos que se voltaram para a análise ambiental, tendo como temas principais o diagnóstico ambiental, as políticas, os conflitos socioambientais, educação ambiental e os impactos ambientais. Isso criou um campo

de pesquisas com foco na questão ambiental (Suertegaray *et al.*, 2021).

Nesse contexto, surge a necessidade de considerar possibilidades de conceitos que possam decifrar a problemática ambiental que se apresenta. Suertegaray (2021) propõe uma discussão ambiental que vai além da visão naturalista da Ecológica, incorporando um significado mais amplo para o termo "ambiente". De acordo com as perspectivas geográfica, esse conceito não se limita apenas aos aspectos naturais na interpretação ambiental, mas compreende as relações sociais, sejam elas políticas, econômicas ou culturais (Suertegaray, 2021).

Dessa forma, "o social amplia a compreensão do natural, pelo uso, pela apropriação e pelo valor atribuído ao ambiente" Suertegaray *et al.* (2019, p.85). O contexto natural se insere em uma teia de relações sociais que reflete na compreensão dos múltiplos processo que abrangem os territórios.

A discussão territorial e da paisagem no contexto das Unidades de Conservação no estado do Acre

As perspectivas que entendem o território como uma produção social, histórica, econômica e política expressam a complexidade e oferecem uma compreensão abrangente do conceito. Além disso, essas interpretações mostram como o processo de organização do território reflete na configuração da paisagem. Esse enfoque está alinhado com o que propomos discutir.

Portanto, para compreender como essas duas categorias de análise podem ser incluídas no estudo das Unidades de Conservação no Acre, vamos inicialmente explorar algumas considerações sobre a evolução do território sob uma perspectiva de ocupação, que está

intrinsecamente ligada à configuração concebida da região amazônica. Em seguida avançaremos para entender a configuração territorial sob a dimensão das florestas, com base na análise de Silva (2023). A partir dessa perspectiva, exploraremos também as Unidades de Conservação no Acre.

Nos escritos de Silva (2007), é possível encontrar o contexto histórico e geográfico da ocupação da Amazônia desde os tempos da colonização do Brasil. Esse estudo destaca como a ocupação da região até o século XVIII não esteve associada ao desenvolvimento de um povoamento integrado, estando mais voltada voltadas para estabelecer limites políticos com a Espanha.

Nessa conjuntura, os domínios sobre o espaço foram gradualmente estabelecidos, primeiramente através da catequização indígena e da expansão de fortificações militares. Em seguida, com a exploração das "drogas do sertão" — um processo produtivo que avançava ao longo dos rios, ocupando os cursos superiores. A produção local se baseava nos recursos dos rios e da floresta, tendo a natureza como fonte de produção, "sob a base econômica e produtiva e da circulação do sistema caboclo-regatão (Silva, 2007, p. 294)".

O processo de ocupação mais intenso do território acreano se viabilizou a partir da atividade extrativista da borracha:

> sob base empresarial, no sistema de aviamento do capital industrial estrangeiro. Sob esta ligação compulsória do fornecimento de mercadoria e dinheiro na aquisição da compra da produção da borracha, fora submetido todo processo de construção econômica da região à viabilidade do "negócio extrativista" na floresta (Silva, 2007, p.294).

Assim, observamos como a dimensão das florestas se tornou base para a configuração do território. Isso já ocorria antes do surgimento da economia capitalista extrativista e permaneceu assim

ao longo do tempo. A importância das florestas era tão significativa que ultrapassava o aspecto produtivo, servindo também como delimitadora do tamanho e limites dos seringais, determinados com base na quantidade de árvores de seringueira existentes (Silva, 2007).

A derivação da lógica territorial do estado do Acre foi incentivada por uma política de desenvolvimento da Amazônia que o integrou no contexto da economia mundial da borracha. Posteriormente, o Acre tornou-se uma das últimas fronteiras a ser integrada com interesses na exploração dos recursos naturais, como floresta, madeira e solo. Concomitantemente, a construção social, dada pelas populações desses territórios que foram excluídas desses processos, ficou a cargo de sobreviver e resistir às novas dinâmicas. Entre essas populações estão os indígenas, ribeirinhos, seringueiros e outros grupos (Silva, 2023).

A Evolução das Unidades de Conservação no Estado do Acre

Considerando a criação das Unidades de Conservação, a primeira unidade no estado do Acre, foi a estação Ecológica do Rio Acre, criada em 1981. Ela está localizada no município de Assis Brasil, na fronteira com o Peru. Sete anos depois, em 1988, foi criada a segunda unidade, a Floresta Nacional do Macauã, situada no município de Sena Madureira (Lira, 2015). Ambas foram criadas com um viés conservacionistas, voltadas para pesquisas e preservação ambiental.

Com foco nas políticas de reforma agraria e ambiental, intensificam-se as propostas para a criação das Reservas Extrativistas (RESEX). Em 1990, foram estabelecidas as duas

primeiras RESEX do país: a RESEX do Alto Juruá e a RESEX Chico Mendes. Em 2012, o estado do Acre já contava com 17 unidades de conservação, que abrangiam 31, 65 % do seu território (Lira, 2015).

Atualmente, 47,3% da extensão do estado é composta por Unidades de Conservação (UC), totalizando vinte e três áreas, de gestão federais, estaduais e municipais, distribuídas entre as categorias de Proteção Integral e Uso Sustentável (SEMA, 2024).

A maior parte das UC no estado é habitada por populações tradicionais que dependem dos recursos naturais para suas atividades, como agricultura de subsistência, extrativismo, pesca e pecuária de pequeno porte, entre outros (Lira, 2015). Isso evidencia a peculiaridade da região e destaca a necessidade de uma gestão florestal que contemple esses aspectos.

Silva (2023, p. 291) aborda essas realidades dos territórios de floresta, caracterizando-os como territórios usados, uma vez que sempre foram habitados. Ele incorpora um entendimento da dimensão social no conceito de floresta, definindo-a como "[...]espaços consagrado, requerido e defendido como lugar de exercício de domínio de certas relações de grupos sociais[...]".

Sendo assim, é crucial ressaltar a importância das regiões florestais, conforme abordado por Silva (2023), que vai além da mera perspectiva natural. Esses espaços são lugares de vivência para muitos grupos sociais que ocupam a região. Os territórios de florestas, antes de serem institucionalizados pelo estado, já eram ocupados pelas populações tradicionais.

Ou seja, nos espaços de florestas, como os "habitats" e os "seringais", estabeleceram-se configurações sociais que se manifestam em diversas territorialidades. Por exemplo, a territorialidade seringueira surgiu durante a época dos seringais.

> Não nos esqueçamos, todavia, que a borracha mobilizara os sonhos de toda essa/aquela gente e, como um sonho que fôra mais que um sonho, posto que implicara em toda uma prática social que se materializara no seu modo de vida (e, na memória, no melhor de suas vidas) pode, a partir de novas e outras circunstâncias, ser atual, ser *atualizada*. Espaço e Memória. Habitat e *habitus* (Porto-Gonçalves, 2009, p.72).

Os seringueiros ressignificam toda uma organização do espaço, pautada no processo de desenvolvimento integrado com a floresta. Esse processo se contrapõe aos diferentes modelos de territorialização que surgiram no abandono dos seringais pelos seringalistas e a subsequente venda desses territórios para paulistas/ e sulistas (Porto-Gonçalves, 2009).

Um exemplo dessa forma de organização espacial seringueira é o "modelo" descrito por Oliveira (2023) e a "invenção" mencionada por Porto-Gonçalves (2009, p. 77), que surgiu na década de 80 no Acre. Essas ideias formuladas por "intelectuais tradicionais" em um período em que o mundo debatia os significados de sustentabilidade. Naquele contexto, esses intelectuais praticavam a sustentabilidade na representação de seu espaço como um "habitus" (Porto-Gonçalves, 2009, p. 77).

Consideramos a territorialidade seringueira como central nas dinâmicas territoriais das Unidades de Conservação. Historicamente, muitos desses territórios eram antigos seringais que foram vendidos e transformados em fazendas, Projetos de Assentamentos Extrativistas e Projetos de Assentamentos Dirigido; portanto, são espaços habitados por seringueiros (Terra, 2017; Lira, 2015).

Neste ponto da discussão, é importante destacar que as reservas extrativistas servem como um ponto crucial para entender

uma das diferentes territorialidades instituídas nesses espaços de florestas que se constituíram "[...] não só um lugar ocupado, que era; era, também, um lugar habitado, habitat e *habitus,* e assim um *locus* de conformação de subjetividades" (Porto-Gonçalves, 2009, p.73).

Atualmente, outros grupos também ocupam essas áreas, como assentados, posseiros e pecuaristas. Essa diversidade de ocupantes e suas diferentes formas de uso da terra são fontes de numerosos conflitos nas Unidades de Conservação, incluindo disputas pela posse da terra, a entrada de novos posseiros, invasões para a extração de madeira com fins comerciais e atividades de pecuária, entre outros (Brandão, 2018).

Trazemos o modelo de Reserva Extrativistas porque foi um dos movimentos que enfrentou as políticas de incentivo a implantação de empresas agropecuária que devastava a floresta amazônica e geravam conflitos pela posse da terra na década de 1980. A mobilização dos seringueiros de lutar pelo direito de permanecer nas terras que ocupavam desencadeou uma série de debates sobre os problemas do desmatamento na Amazônia, tanto no Brasil quanto no mundo, o que pressionou o governo federal a criar diversas Unidades de Conservação na região (Lira, 2015).

Portanto, elas não se restringem apenas às reservas extrativistas, mas configuram-se como elementos centrais na representação da territorialidade seringueira em diferentes contextos de conservação.

> A Reserva Extrativista expressa a Territorialidade Seringueira com os recursos materiais, políticos e simbólicos que o movimento dos seringueiros dispunha no momento que vai de 1985, quando a ideia é, pela primeira vez formulada como tal, a 1990 quando é consagrada e sancionada formalmente, tendo grafado a terra, construído seus varadouros não só com os memoriais com suas

> descrições e seus mapas necessários para a decretação legal mas, também, deixando rastros de sangue pela floresta (Porto-Gonçalves, 2009, p.77).

Esse modelo de território pensado pelos seringueiros e para os seringueiros, que se constituíram as reservas extrativistas, foi posteriormente instituído como Unidade de Conservação nos termos do art. 18º da Lei 9.985 que trata das Reservas Extrativistas do Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza-SNUC (BRASIL, 2000). A lei conceitua essas reservas como áreas utilizada por populações extrativistas tradicionais, com "objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade".

Dentro dessa ótica, introduzimos na análise da paisagem e do território a discussão das Unidades de Conservação (UCs). Essas unidades desempenham um papel crucial como instrumentos no arranjo territorial de âmbito ambiental, representando o controle dos recursos naturais por parte do Estado. Além disso, são nesses espaços que se estabelece a ligação do homem e a natureza, refletida nas territorialidades dos diferentes sujeitos. A Paisagem, nesse contexto, suscita a dimensão ética e reflexiva sobre o agir do homem no mundo (Souza, 2018).

Os aspectos de fragmentação da paisagem nas Unidades de Conservação do Acre

A destruição da paisagem fundamenta-se no discurso de sua desvalorização ou negação, algo que se reflete no contexto econômico sob a justificativa do desenvolvimento. As ações de fragmentação da paisagem são, assim, resultado das lógicas de desenvolvimento moldadas pelas dinâmicas econômicas (Souza, 2018).

Essas lógicas de desvalorização refletem o grau dos impactos da supressão florestal no estado do Acre e foram intensificadas a partir da década de 1970 com a abertura das estradas, resultando na exploração madeireira e no estabelecimento da agricultura e da pecuária, atividades que demandam degradação ambiental. Isso provocou uma mudança no uso do solo, sendo uma das principais causas do desmatamento (Steingraber *et al.*, 2018).

Com isso, o modelo de desenvolvimento baseado na cadeia produtiva da carne, implementado no Brasil e na região amazônica, também se consolida no estado do Acre, conforme mencionado por Melo (2022). Dessa forma, as áreas desmatadas tendem a ser predominantemente ocupadas por pastagens, representando aproximadamente 70% da cobertura, conforme apontado por Silva *et al.*, (2021a).

Por conseguinte, os efeitos das ações de fragmentação da paisagem no estado do Acre podem ser visualizados nos mosaicos de desmatamento que margeiam as BR-364 e BR-317. Esses efeitos são concentrados nas áreas urbanas e nas cidades que compõem o baixo e alto Acre, muitas das quais são caracterizadas pela expansão da atividade agropecuária, conforme destacado por Reis (2022).

Melo *et al.* (2019) Identificaram três regiões críticas para o desmatamento e focos de calor no estado do Acre para o período de 2001 a 2017. A primeira área está situada nas proximidades da Reserva Extrativista Chico Mendes, abrangendo a BR-317, próxima à fronteira do Peru e Bolívia. A segunda está ao longo do eixo da BR-364 nos municípios de Sena Madureira e Manuel Urbano e a terceira na região central do estado, nos municípios de Feijó e Tarauacá.

Essas duas últimas áreas estão localizadas em zonas de fronteira de expansão da ocupação humana e concentram a maior

parte das áreas de florestas protegidas. O estudo destaca a RESEX Chico Mendes como uma área preocupante devido à intensificação do processo de desmatamento e dos focos de calor, também aponta as APAs e a Área de Relevante Interesse Ecológico como áreas significativas em termos de desmatamento (Melo *et al.,* 2019).

Cada vez mais, as atividades produtivas que se impões no território das Unidades de Conservação no Acre, estão alterando os padrões de uso e ocupação da terra com práticas destrutivas, como o desmatamento e queimadas. Isso demonstra uma inversão do modelo tradicional de agricultura para um modelo de pecuária extensiva, em vista do aumento do desmatamento em áreas maiores que 20 hectares (Silva *et al*, 2021b).

Entre 2015 e 2020, oito Unidades de Conservação no Acre representaram 90% do desmatamento. Essas unidades são: Resex Chico Mendes, Floresta Estadual Afluente, Resex Cazumbá-Iracema, Floes Antimary, Floes Rio Gregório, Área de Proteção Ambiental (APA) Igarapé São Francisco, Parque Nacional Serra do Divisor e Resex Riozinho da liberdade. A Reserva Extrativista Chico Mendes lidera com 57% do desmatamento. Do ponto de vista percentual de desmatamento em relação a área total de cada UC, as APAs Irineu Serra e Igarapé São Francisco, localizadas no entorno urbano da cidade de Rio Branco, apresentam de 67% a 78% de alteração da cobertura florestal original (Silva *et al*, 2021a).

Essas mudanças na cobertura da terra representam um fenômeno estrutural, avançando gradualmente a partir das bordas e incorporando latifúndios até impactar as áreas protegidas, como destacado por Menezes (2023). Essa dinâmica influencia os processos políticos, resultando na flexibilização das políticas ambientais nas áreas protegidas do estado do Acre.

Nesse sentido, podemos identificar uma influência política significativa que atua por meio do aparato do Estado, em conjunto com as forças econômicas. Trata-se de uma inclinação para crimes ambientais, influenciada por políticas de desregulamentação ambiental que visam a apropriação privada de terras públicas no país e principalmente, na Amazônia (Carrero *et al.*, 2022; Oviedo *et al.*, 2021).

Entre os anos de 2016 e 2018, as políticas ambientais federais passaram por um processo de enfraquecimento, que se intensificou ainda entre 2019 e 2020, refletindo diretamente no aumento das taxas de desmatamento na Amazônia, conforme observado por Reis *et al.* (2022).

Esse enfraquecimento resultou em um acentuado processo de apropriação e degradação florestal, contribuindo para a especulação fundiária nas florestas, especialmente devido à ocupação privada de terras públicas em áreas onde o Estado não exerce um controle efetivo. Esse processo foi facilitado pela flexibilização da legislação.

> Assim, evidencia-se um viés político na região que vai de encontro aos interesses de crescimento econômico, manifestando-se na busca pela flexibilização ambiental das áreas protegidas. Estes posicionamentos apresentam contradições ao apontar fragilidades nas unidades de conservação relacionadas à viabilidade econômica das populações tradicionais, sem, contudo, propor soluções concretas para superar esses desafios sociais dentro dessas áreas. Ao contrário, sugerem medidas que, em vez de fortalecer, enfraquecem ainda mais essas áreas (Reis, *et al.*, 2023, p. 96).

Os aspectos de mudança na cobertura da terra nas Unidades de Conservação se intensificam justamente devido ao fato de serem áreas ricas em recursos naturais, como solo, madeira e

florestas, tornando-as mais vulneráveis a tais processos, como apontado por Silva *et al.* (2021b).

Assim, a análise da paisagem proporciona esclarecimentos sobre as dinâmicas territoriais e sua influência na transformação da paisagem. Nesse contexto, é necessário reconhecer a importância da paisagem "como um elemento político", pois sua análise conduz à busca por soluções para "questões que impactam territórios, em todos os seus aspectos" (Souza, 2018, p.120). Além disso, é fundamental reconhecer o papel e a dimensão social da floresta, que continua a influenciar os aspectos socioculturais da Amazônia-acreana.

Nesses territórios, existem lógicas e realidades distintas que não se encaixam nas dimensões urbanas e rurais. Destacar a dimensão floresta, que no contexto da Amazônia acreana é repleta de significações e revela diferentes perspectivas, é essencial. É preciso amadurecer essa discussão e reconhecer uma terceira dimensão territorial, compreendendo seus significados para as populações do estado.

Considerações Finais

A discussão teórica abordada no texto considerou a relação entre paisagem e território, destacando que o território reflete a organização social. Assim, buscamos aprofundar nossa compreensão desses conceitos no contexto dos estudos das Unidades de Conservação no Acre. O território é visto como um produto da apropriação social, que define as relações socioespaciais.

Compreendemos o estado do Acre como um território que é parte do contexto Amazônico que se constituiu a partir da produção política e econômica, sendo uma sociedade formada a partir da floresta. A dimensão da floresta é analisada como um componente

essencial da territorialidade, abrangendo os espaços florestais e suas interações com as dinâmicas sociais e ambientais. Observamos como as transformações ao longo do tempo vão incorporando ameaças e levantam novos desafios a serem enfrentados nas Unidades de Conservação.

É possível compreender que as degradações das florestas do Acre, resulta das relações sociais, econômicas e políticas que se desenvolveram no século XIX e persistem até hoje. É importante considerar tanto a organização social local quanto as influências externas que afetam a região. Exemplos dessas influências incluem mudanças nas políticas nacionais e estaduais voltadas a exploração dos recursos naturais, bem como bem como a pressão de grandes grupos organizados que impõem seus interesses sobre o governo local e suas perspectivas políticas.

Atualmente, esses territórios enfrentam novos desafios relacionados a antigos interesses de exploração dos recursos naturais, com diferentes formas de apropriação e transformação da paisagem, surgindo em função de mudanças na legislação que visam flexibilizar as exigências ambientais que protegem essas áreas. Essa realidade revela a necessidade de uma gestão que assegure a viabilidade econômica das populações tradicionais, permitindo a continuidade de práticas, sem abrir espaço para atividades que causam degradação ambiental.

Referências

ALBUQUERQUE, Diêgo Souza; ALVES, Larissa da Silva Ferreira; JÚNIOR, Francisco do O' de Lima; SOUSA, Maria Losângela Martins de. A dimensão ambiental para o ordenamento Territorial. **Revista de Geografia**. Recife v. 38, n. 2, 2021.

BARBOSA, Liriane Gonçalves; GONÇALVES, Diogo Laercio. A paisagem em Geografia: diferentes escolas e abordagens. **Élisée - Revista de Geografia da UEG**, *[S. l.]*, v. 3, n. 2, p. 92–110, 2015. Disponível em: //www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/3122.. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRASIL. Lei N. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2000. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-9985-18-julho-2000-. Acesso em: 20 jul. 2024.

BERTRAND, George; BERTRAND, Claude. **Uma geografia transversal e de travessias**: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. Maringá: Massoni, 2007. Disponível em: BERTRAND, G. Uma Geografia Transversal e de Travessias | PDF | Geografia | Science (scribd.com). Acesso em: 9 ago. 2023

BRANDÃO, Mirys. **Diagnóstico dos conflitos fundiários e socioambientais no estado do Acre**. June 2018. Disponível em: (PDF) DIAGNÓSTICO DOS CONFLITOS FUNDIÁRIOS E SOCIOAMBIENTAIS. Acesso em: 20 jul. 2024.

CAVALCANTI, Lucas Costa de Souza; CORRÊA, Antônio Carlos de Barros. Geossistemas e Geografia no Brasil. **R. Bras. Geogr.**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 2, p. 3-33, jul./dez. 2016. Disponível em: https://rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/82. Acesso em: 11 abr. 2024.

CARRERO, Gabriel Cardoso; WALKER, Robert Tovey; SIMMONS, Cynthia Suzanne; FEARNSIDE, Philip Martin. Land grabbing in the Brazilian Amazon: Stealing public land with government approval. **Land Use Policy**, v. 120, 2022, p.106133. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2022.106133.. Acesso em: 25 jul. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa,** 4. ed., São Paulo: Atlas, 2002.

LIRA, Elisandra. Moreira de**. A criação do parque nacional da serra do divisor no Acre (1989) e sua inserção nas políticas federais de implantação de Unidades de conservação federais no Brasil**. Dissertação (Mestrado) em História. Universidade de São Paulo. 2015. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/. Acesso em: 05 dez. 2023.

MACHADO, Mônica Sampaio. Geografia e Epistemologia: Um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade. **Geo UERJ**, [S.l.], n. 1, p. 17-32, fev. 2016. Disponível em: Geografia e Epistemologia: Um passeio pelos conceitos de espaço, território . Acesso em: 25 jul. 2023.

MASSOQUIM, Glória Nair; COSTA, Jorge Luis Oliveira. O modelo teórico da paisagem: uma revisão de ideias e abordagens. **Revista Geonorte**, [S. l.], v. 14, n. 45, p.159-189, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/11971. Acesso em: 11 abr. 2024.

MELO, Antonio Willian Flores de. **Relatório técnico**: dinâmica e evolução de desmatamento e queimadas na reserva extrativista Chico Mendes. Curitiba: Instituto de estudos amazônicos, 2022. Disponível em: https://institutoestudosamazonicos.org.br/acervo/relatorio- . Acesso em: 21 mar. 2024.

MELO, Antonio Willian Flores de; SILVA, Sonaira Souza da; OIGHENSTEIN, Liana Anderson; AMARAL, Eufran Ferreira do; SILVA, Myris; SOUZA Conceição Marques de. Áreas críticas para desmatamento e focos de calor no Acre: integrando dados de sensoriamento remoto e entrevistas participativas. In: XIX Simpósio brasileiro de sensoriamento remoto. 2019, Santos. **Anais**[...] São José dos Campos, Galoá. 2019. p. 1260-1263.

MENEZES, Mário Menezes. 2023. 1 vídeo (2 horas:18 minutos). Publicado pelo canal Café com ciência. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0GXP0b2Sp5E&t=789s. Acesso em: 13 mar. 2024.

MENDONÇA, Francisco. Território e paisagem: uma articulação moderna conflituosa. *In:* FRAGA, Nilson Cesar (org.). **Territórios e**

fronteiras_(re)arranjos e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2011, p. 51-68.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia**: pequena história crítica . 15ª edição, São Paulo: Hucitec, 1987.

MORAES, Antonio. Carlos. Robert. Ordenamento territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico. *In*: **Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial**. Brasília: Ministério da Integração Nacional. 2005. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=KG0qAAAAYAAJ. Acesso em: Acesso em: 20 ag. 2024.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. 2023. 1 vídeo (2 horas:18 minutos). Publicado pelo canal Café com ciência). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0GXP0b2Sp5E&t=789s. Acesso em: 13 mar. 2024.

OVIEDO, Antonio; AUGUSTO, Cicero; LIMA, William Augusto. **Conexões entre o CAR, desmatamento e o roubo de terras em áreas protegidas e florestas públicas**. Nota Técnica foi produzida em 12 abril de 2021. Disponível em: https://site-antigo.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental..Acesso em: 25 jul. 2023.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. A Territorialidade Seringueira - Geografia e Movimento Social. **GEOgraphia**, Niteroi, v. 1, n. 2, p. 67-88, set. 2009. Disponível em: A Territorialidade Seringueira - Geografia e Movimento Social |. Acesso em: 19 ago. 2024.

REIS, Francisca da Silva. **Detecção do desmatamento na Amazônia**: governança ambiental federal e as áreas protegidas no estado do Acre. (Dissertação) Mestrado em Geografia . Universidade Federal do Acre. Orientadora: Dra. Karla da Silva Rocha. 2022. 109 f.

REIS, Francisca da Silva; ROCHA, Karla da Silva. Desmatamento e Governança Ambiental na Amazônia. *In*: SANTOS, Waldemir Lima dos; SERRANO, Rodrigo Otávio Peréa (org.). **Análise da dinâmica socioambiental na Amazônia Sul-Ocidental**. Curitiba: CRV, 2022, p.135-159. Disponível em: https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/37379-crv. Acesso em: 5 jul. 2023.

REIS, Francisca da Silva; LOHMANN, Marciel; NABARRO, Sérgio Aparecido. A apropriação da terra nos territórios das unidades de conservação no estado do Acre. *In*: **Dinâmicas socioambientais na contemporaneidade** [livro eletrônico] CUNHA, Fábio César Alves da; RODRIGUES, Fernando Veronezzi Leonardo; AGUIAR, Nicolas Vinicius Cesario de; NABARRO, Sérgio Aparecido (org.). Londrina. 2023, p. 88-100.

RODRIGUEZ, José Manuel Mateo; SILVA, Edson Vicente da. A classificação das paisagens a partir de uma visão geossistêmica. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, ano 01, n. 01, 2002.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

SEMA. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Departamento de Unidades de Conservação. Disponível em: Departamento de Unidades de Conservação (DEUC) |. Acesso em: 18 . ago.2024.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez. 2007.

SILVA, Sílvio Simione da. A floresta como dimensão territorial: novos e velhos apontamentos para a compreensão do desenvolvimento agrário na amazônia-acreana. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio Cesar (org.). **Geografia Agrária**: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, Silvio Simione da. O espaço agrário amazônico-acreano: o campo, a floresta e a cidade como dimensões territoriais. **Revista Mutirõ**. Folhetim de Geografias Agrárias do Sul, v.4, n.1, 2023. https://doi.org/10.51359/2675-3472.2023.257553.

SILVA, Sonaira Souza da; OLIVEIRA, Igor; MORELLO, Thiago Fonseca; ANDERSON, Liana Oighenstein; KARLOKOSKI, Adriele; BRANDO, Paulo Monteiro. Burning in southwestern Brazilian Amazonia, 2016–2019, **Journal of Environmental Management**, v. 286, p.112189, 2021a. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0301479721002516. Acesso em: 04 mar. 2024.

SILVA, Sonaira Souza da; BORDIGNON, Leandra; MELO, Antonio Willian Flores de; OLIVEIRA, Igor. Unidades de Conservação no Acre: tendência de desmatamento e queimadas. *In*: FRANCO, Alexsande de Oliveira; BENTO, Victor Régio da Silva (org.). **Áreas naturais protegidas brasileiras**: gestão, desafios, conceitos e reflexões. Campo Grande: Editora Inovar, 2021b. p.33-46.

SOUZA, Reginaldo José de; PASSOS, Messias Modesto dos. Algumas reflexões sobre o território enquanto condição para a existência da paisagem. **Geoingá**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 1, n. 1 , p. 1-12, 2009. Disponível em: (pdf) algumas reflexões sobre o território enquanto condição.(researchgate.net). Acesso em: 25 jul. 2023.

SOUZA, Reginaldo José de. Paisagem e Socionatureza: olhares geográfico-filosóficos [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2018, 133 p. Disponível em: https://books.scielo.org/id/27djv. Acesso em: 25 jul. 2024.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes, NUNES, João Osvaldo. Rodrigues. A natureza da Geografia Física na Geografia. **Terra Livre**, *[S. l.]*, v. 2, n. 17, p. 11–24, 2015. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/337. Acesso em: 20 ago. 2024.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Meio, Ambiente e Geografia**. Porto Alegre: Compasso Lugar-cultura, 2021. 145p.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes; DE PAULA, Cristiano Quaresma. Geografia e questão ambiental, da teoria à práxis. AMBIENTES: **Revista de Geografia e Ecologia Política**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 79, 2019. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/22686. Acesso em: 20 ag. 2024.

STEINGRABER, Ronivaldo; KANOPPA, Ana Paula; CAETANO, Janaina Fidelis. Environmental services as an endogenous development strategy: an alternative to deforestation in the state of Acre, Brazil. **Acta Scientiarum**. Human and Social Sciences, v. 40, n. 2, p.36473, 2018.

TERRA, Govinda. **A efetividade da fiscalização do desmatamento ilegal nas unidades de conservação federais no estado do Acre**.

Dissertação (Mestrado em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia). Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA. Manaus, 2017. 94.f. Disponível em: https://repositorio.inpa.gov.br/handle/1/12925 . Acesso em: 18 ago. 2024.

Submetido em: 14 de abril de 2024
Devolvido para revisão em: 17 de agosto de 2024
Aprovado em: 27 de agosto de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3450

Como citar:
SILVA REIS, F.; LOHMANN, M. A DISCUSSÃO DE TERRITÓRIO E PAISAGEM NA PERSPECTIVA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA-ACREANA. **Terra Livre**, São Paulo, ano 39, v.1, n.62, jan.-jun. 2024, p. 570-598. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3450. Acesso em: dia/mês/ano.

SOCIOBIODIVERSIDADE E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MATA CAVALO - NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT - BRASIL

SOCIOBIODIVERSITY AND TRADITIONAL KNOWLEDGE OF THE QUILOMBOLA COMMUNITY OF MATA CAVALO - NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT – BRAZIL

SOCIOBIODIVERSIDAD Y CONOCIMIENTOS TRADICIONALES DE LA COMUNIDAD QUILOMBOLA DE MATA CAVALO - NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT - BRASIL

Maria Aparecida Matos Rios da Costa
Universidade Federal de Mato Grosso
E-mail: matosrios2011@hotmail.com

Giseli Gomes Dalla Nora
Universidade Federal de Mato Grosso
E-mail: giseli.nora@ufmt.br

Resumo:
O uso de plantas medicinais é uma prática bastante antiga, difundida principalmente entre povos indígenas e comunidades tradicionais. Esta pesquisa foi concebida na Comunidade Quilombola Mata Cavalo, no município de Nossa Senhora do Livramento-MT, com o objetivo de compilar informações a respeito dos saberes tradicionais relacionados às plantas medicinais do cerrado, visando a identificar as espécies utilizadas pela comunidade. Por meio de pesquisa exploratória, foi feito o levantamento sobre uso de plantas medicinais do cerrado. O resultado mostrou que as espécies identificadas já foram estudadas anteriormente, algumas possuem propriedades anti-inflamatórias, citotóxicas, antioxidantes, antidiabéticas, cicatrizantes, entre outros usos. As entrevistas demonstraram que os moradores fazem uso das ervas medicinais do cerrado para tratar diversos problemas de saúde e obtiveram esses conhecimentos de forma empírica por meio das pessoas mais velhas da família. Portanto, conclui-se que o conhecimento local relacionado está ligado às suas raízes ancestrais e intimamente relacionado à sua identidade cultural.

Palavras-chave: Biodiversidade Comunidades, etnoconhecimento, plantas medicinais do cerrado.

Abstract:
The use of medicinal plants is a very old practice, widespread mainly among indigenous peoples and traditional communities. This research was conceived in the Mata Cavalo Quilombola Community, in the municipality of Nossa Senhora do Livramento-MT, with the objective of compiling information regarding traditional knowledge related to medicinal plants from the cerrado, aiming to identify the species used by the community. The result showed that the identified species have already been studied previously, some have anti-inflammatory, cytotoxic, antioxidant, antidiabetic, healing properties, among other uses. The interviews demonstrated that residents use medicinal herbs from the cerrado to treat various health problems and obtained this knowledge empirically through older people in the family. Therefore, it is concluded that the related local knowledge is linked to its ancestral roots and closely related to its cultural identity.

Keywords: Biodiversity Communities, ethnoknowledge, medicinal plants of the cerrado.

Resumen:
El uso de plantas medicinales es una práctica muy antigua, extendida principalmente entre los pueblos indígenas y comunidades tradicionales. Esta investigación fue concebida en la Comunidad Quilombola Mata Cavalo, en el municipio de Nossa Senhora do Livramento-MT, con el objetivo de recopilar información sobre conocimientos tradicionales relacionados con plantas medicinales del cerrado, con el objetivo de identificar las especies utilizadas por la comunidad. A través de una investigación exploratoria, se realizó una encuesta sobre el uso de plantas medicinales en el cerrado. El resultado arrojó que las especies identificadas ya han sido estudiadas previamente, algunas tienen propiedades antiinflamatorias, citotóxicas, antioxidantes, antidiabéticas, cicatrizantes, entre otros usos. Por lo tanto, se concluye que los conocimientos locales relacionados están vinculados a sus raíces ancestrales y estrechamente relacionados con su identidad cultural.

Palabras-clave: Biodiversidad Comunidades, etnoconocimiento, plantas medicinales del cerrado.

Introdução

Desde os primórdios dos tempos utilizam-se plantas para tratar diversos tipos de doenças que afetam o ser humano. Essa prática é conhecida em várias culturas, principalmente entre os povos indígenas e comunidades tradicionais, que são "verdadeiros guardiões" do patrimônio genético.

> Os povos e comunidades tradicionais manejam e conservam uma ampla gama de espécies e variedades de plantas que fornecem alimentos, fibras, remédios e energia, tanto para consumo doméstico como para venda. Essas pessoas são os verdadeiros guardiões da agrobiodiversidade (Vernooy *et al.*, 2016, p.13, tradução nossa)[1]

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) (FAO; FILAC, 2021, p. 37), os saberes tradicionais dos povos indígenas e tribais sobre fauna e flora são baseados em séculos de experiência e observação do ambiente natural. Esses conhecimentos incluem informações detalhadas sobre as espécies de plantas e animais presentes em seus territórios, seus ciclos de vida, características e usos medicinais, alimentares e culturais. Além do mais, esses povos tendem a ter mais conhecimento sobre manejo do fogo, habilidades que muitas vezes faltam aos que não estão familiarizados com esse meio, dado que a sociedade moderna tem se distanciado cada vez mais das suas origens ancestrais.

[1] Texto original - *gentes y comunidades tradicionales aún manejan y conservan un amplio rango de especies y variedades de plantas que proveen alimentos, fibras, medicinas y energía, tanto para el consumo doméstico como para la venta. Estas personas son los verdaderos guardianes de la agrobiodiversida* (Vernooy *et al.*, 2016, p. 13).

A FAO alerta para a existência de poucas informações a respeito das "florestas em territórios quilombolas", quando comparados aos dos povos indígenas, sendo que o Brasil comporta a maior área de territórios quilombolas, "mas não há estimativa confiável em relação à abrangência de sua superfície e extensão de sua cobertura florestal"[2] (FAO; FILAC, 2021, p. 21, tradução nossa).

De acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), instituída por meio do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) são definidos como

> grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007. P 01).

Essas culturas ganharam reconhecimento nas últimas décadas; no entanto, estão em constante ameaça devido às atividades econômicas, como o avanço da monocultura de grãos, a pecuária e a mineração, sempre acompanhadas de ações antrópicas, como o desmatamento e as sucessivas queimadas, que agridem o meio ambiente e empobrecem o solo, tornando-o menos fértil.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o cerrado é o segundo bioma brasileiro mais afetado pelas mudanças antrópicas, e nas "três últimas décadas vem sendo degradado pela expansão da fronteira agrícola brasileira", porém, e apesar do

[2] "*Brasil tiene el área más grande de territorios tribales (quilombolos), pero no existe ninguna estimación confiable sobre su superficie y menos sobre su cobertura forestal*". (FAO; FILAC, 2021, p. 21).

reconhecimento de sua "importância biológica", ainda é o que possui a menor porcentagem de área protegida integralmente. O MMA afirma que "com a crescente pressão para a abertura de novas áreas, visando incrementar a produção de carne e grãos para exportação, tem havido um progressivo esgotamento dos recursos naturais da região" (Brasil, 2023).

A perda da vegetação nativa contribui para o desequilíbrio ambiental; além do mais, essas áreas são suscetíveis às queimadas em razão das peculiaridades de sua formação, o que favorece o espalhamento das chamas sobretudo nos longos períodos de seca, que, conforme Ab'Sáber (2003, p. 120), é de cinco a seis meses secos para seis a sete meses relativamente chuvosos.

O cerrado é conhecido também como "savana brasileira" em consequência de sua formação, que se assemelha à savana africana e por seu clima tropical sazonal, que apresenta altas temperaturas com duas estações bem-marcadas, sendo uma seca e outra chuvosa. Segundo Ab'Sáber (2003, p. 39), a temperatura média anual do cerrado "varia de amplitude, de um mínimo de 20 a 22º C até um máximo de 24 a 26º C, [...] a umidade do ar atinge níveis muito baixos no inverno seco (38 a 40%) e níveis muito elevados no verão chuvoso (95 a 97%)" (Ab'Sáber, 2003, p. 39).

A fitofisionomia desse bioma é bastante variada e sua vegetação é composta por formações florestais, savânicas e campestres. Um de seus aspectos mais fascinantes é a sua biodiversidade, com fauna e flora única. De acordo com Vila Verde (2003, p. 64), a floresta do cerrado e a sua diversidade biológica é "influenciada pelo arcabouço cultural das populações que nele vivem".

Como relatado no *site* do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), "o cerrado é um bioma de maior diversidade biológica do mundo e estima-se que possua mais de 6 mil espécies de árvores e 800 espécies de aves" (ICMBIO, 2022). Ecossistemas biologicamente diversificados são importantes para manter o equilíbrio ambiental, pois abrigam uma ampla variedade de vida animal e vegetal.

O desenvolvimento deste estudo se deu na comunidade do Quilombo Mata Cavalo, localizada no município de Nossa Senhora do Livramento – MT, distante 50 quilômetros da capital Cuiabá, tendo acesso através da BR-MT 060. De acordo com a Fiocruz (2020), o complexo Quilombo Boa Vida Mata Cavalo é formado por seis associações, quais sejam: Mata-Cavalo de Cima, Mata Cavalo de Baixo, Capim Verde (ou Mata Cavalo do Meio), Água Sul (Água Sul de Cima), Ponte da Estiva (fazenda Ourinhos), Mutuca (ou Ribeirão da Mutuca). Compreende um total de "14.622 hectares".

O presente trabalho tem por objetivo compilar informações a respeito dos saberes tradicionais relacionados às plantas medicinais do cerrado, visando a identificar as espécies utilizadas pela comunidade do Quilombo Mata Cavalo.

Metodologia de pesquisa e área de estudo

Para a elaboração deste trabalho, utilizou-se de abordagem qualitativa semiestruturada e revisão bibliográfica. Nas palavras de Marconi e Lakatos (2003 p. 183), a "pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo". Partindo dessa concepção, buscaram-se, na literatura, inúmeras fontes de informações para desenvolver o

presente trabalho, incluindo livros, monografias, dissertações, teses, artigos, *sites*, entre outros, que pudessem contribuir para uma melhor compreensão da etnobotânica, etnoecologia, e taxonomia, assim como a flora presente nesse bioma.

Para Toledo e Barrera-Bassols (2009, p. 44), a etnoecologia tem a função de decifrar a memória biocultural da espécie humana, resgatando e reconhecendo aqueles que a guardam, dado que os saberes tradicionais são baseados nas experiências do mundo vivido, nas ações e significados, e devem ser vistos em uma relação íntima com seu sistema de crenças e sua avaliação do contexto natural e cultural em que se desenvolvem. "A etnoecologia tem a singular tarefa de decifrar a 'memória da espécie' e de reivindicar e revalorizar, de passagem, aqueles que a representam e a mantêm viva" (Toledo; Barrera-Bassols, 2009, p. 44).

Este estudo contou ainda com elaboração e aplicação de questionário semiestruturado de caráter qualitativo exploratório, o qual apresenta perguntas relativas à escolaridade, quantidade de pessoas que moram na residência, se faz uso de plantas medicinais nativas do cerrado e com qual frequência, se há crianças na casa que fazem uso dos remédios naturais, a partir de qual idade, o nome da planta, se é da região, forma de obtenção, tipo de coleta, parte utilizada e a forma de utilização, quais tipos de remédio são produzidos com a planta, quais doenças são tratadas com a planta, qual a classificação (arbusto, arbórea, gramíneas, entre outros), se é usada no tratamento dos animais ou outras finalidades, se tem período ou época do ano para a extração da planta e se há horário específico para a coleta, se a planta utilizada é colhida verde, madura ou seca, se jovem, madura ou velha, se é usada fresca, seca naturalmente, seca à sombra, seca ao sol, entre outras.

As perguntas foram elaboradas de forma que o entrevistado pudesse usar um nome fictício caso desejasse. Visando à maior objetividade na pesquisa, buscou-se detectar o nível de conhecimento das pessoas envolvidas, para que a linguagem adotada fosse a mais adequada. Foi realizada apenas uma entrevista por residência.

Além disso, buscou-se identificar a partir de qual idade as crianças passam a usar as plantas, a fim de identificar se há limite de idade para utilização das plantas medicinais. O intuito foi também verificar se as pessoas conseguiam identificar se a espécie era nativa ou não. Foram efetuadas perguntas específicas com o intuito de descobrir se havia técnicas ou rituais para obter e manipular o vegetal. A intenção era também entender a interação da comunidade com o ambiente ao qual está inserida e compreender a abrangência da utilização das plantas do cerrado na comunidade.

A pesquisa foi realizada com moradores adultos da associação de Mata Cavalo de Baixo, nos dias 16 e 17 de agosto de 2021. Foram entrevistadas 7 pessoas, sendo 4 mulheres e 3 homens, que apontaram 27 nomes de plantas e 53 respostas no total, buscando manter um certo distanciamento de vizinhança, a fim de observar se há diferença na obtenção e no uso do material, já que o cerrado na região, como esclarecido por Dias (2009, p. 192), não se apresenta de uma única forma e passa por mudanças bastante expressivas no decorrer do ano, “na época de seca, muitas plantas do cerrado perdem as folhas, flores e frutos, apresentando apenas seus talos e isto as tornam parecidas e difíceis de serem diferenciadas uma das outras” (Dias, 2009, p. 192).

A data em que foi realizada a pesquisa coincidiu com o período mais seco do ano na região, dificultando a identificação das plantas. Em consequência disso foi necessário retornar em outra

data para obtenção de algumas imagens. O registro fotográfico foi realizado utilizando aparelho celular, o que se deu no dia 13 de novembro de 2022. Os dados coletados foram organizados em um quadro com as famílias, nomes populares, nomes científicos e classificação, assim como as partes utilizadas das plantas, indicação popular e forma de uso.

De acordo com Silveira (2009, p. 159), a Comunidade Mata Cavalo é constituída por descendentes de pessoas escravizadas, "que em 1883, receberam como doação, a Sesmaria da Boa Vida, por parte da fazendeira Anna da Silva Tavares, que na ocasião era proprietária da área e dos escravos". Posteriormente acabaram sendo expulsos da terra que receberam como doação, porém permaneceram ali seis famílias que conseguiram comprar a terra que já lhes pertencia.

Contudo, seus descendentes foram expulsos mais uma vez, e somente em 1988 a Constituição Federal (CF) reconheceu os direitos territoriais dos remanescentes de quilombolas, o que, segundo Silveira (2009, p. 161), "permitiu que muitas famílias pudessem retornar à terra dos seus ascendentes". Esse retorno, segundo o autor, teve início no ano de 1996, e em 1998 foi reconhecida "a propriedade da Comunidade Mata Cavalo" pelo governo federal. Porém, só em "2003, o Governo Federal, por meio do Decreto nº 4.887, regulamentou tal reconhecimento, entretanto, não pôs fim à luta pela terra" (Silveira, 2009, p. 161-162).

Plantas medicinais são ervas que possuem determinados tipos de propriedades ou substâncias em sua composição capazes de proporcionar alívio ou cura de alguma doença. Ou seja, são espécies vegetais que possuem ação terapêutica que ajudam no tratamento de enfermidades ou que melhoram as condições de saúde das pessoas. Dias (2009, p. 42) esclarece que a medicina popular é o método usado

pelas pessoas comuns para tratar diversos tipos de doenças, sendo que "a sua prática é baseada no conhecimento tradicional, transmitido de geração em geração e; no uso de diversos recursos como: remédios caseiros, dietas alimentares, banhos, benzimentos, orações, aconselhamentos, aplicação de argila, entre outros" (Dias, 2009, p. 42).

As plantas medicinais têm sido usadas para tratar doenças há séculos e têm um forte impacto na história e na cultura humana, de acordo com Piper e Dalla Nora (2019, p. 43), no passado o aprendizado acontecia por meio da vivência, observação, percepção e instinto.

> Nossos ancestrais mantinham uma relação íntima com a natureza, viviam em contato permanente com o ambiente que os circundava, que teve início com a observação, percepção e a intuição, tornando real a descoberta das propriedades benéficas e maléficas das plantas, fato que ampliou no conhecimento e na capacidade de adaptação e sobrevivência da humanidade (Piper; Dalla Nora, 2019, p. 43).

No entanto, no decorrer do tempo, com o crescimento demográfico, o surgimento de grandes cidades e o aparecimento e disseminação de diferentes tipos de doenças, surgiu também a necessidade de desenvolver e aprimorar as técnicas de tratamentos. Com o avanço da ciência, viu-se a possibilidade de produzir outros tipos de medicamentos, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, período em que "o setor farmacêutico mundial se consolidou" (Kornis; Braga; Paula, 2014, p. 888).

Todavia, se por um lado esse avanço permitiu uma melhoria significativa na saúde e qualidade de vida, por outro resultou no distanciamento com as raízes ancestrais. Esses conhecimentos foram pouco a pouco caindo no esquecimento, sendo mantidos, no entanto,

entre populações menos favorecidas economicamente e, de forma mais consistente, entre povos e comunidades tradicionais, cabendo a esses conservar e compartilhar esse conhecimento. Para Vila Verde, Paula e Carneiro (2003, p. 64), o ser humano depende dos recursos naturais e "nessa constante interação homem-ambiente, a necessidade tornou-se um fator relevante no delineamento da medicina popular regional" (Vila Verde; Paula; Carneiro, 2003, p. 64).

De acordo com Castro (2022, p. 14), o baixo padrão de vida e o alto custo dos medicamentos também influenciam no aproveitamento de plantas e consumo de fitoterápicos. Conforme o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) do Ministério da Saúde (2009, p. 93), "fitoterápico é o produto obtido das plantas medicinais ou de seus derivados, exceto substâncias isoladas, com finalidade profilática, curativa ou paliativa" (Brasil, 2009, p. 93).

Resultados e discussões

Todos os participantes dessa entrevista têm faixa etária acima de 45 anos de idade e possuem pouco ou nenhum grau de instrução escolar. São pessoas dotadas de saber empírico obtidos por meio da convivência e experiências tradicionais, herança dos antepassados.

Com o questionário aplicado no Quilombo Mata Cavalo, direcionado a verificar o emprego das plantas medicinais do cerrado adotado pela comunidade, identificou-se que 100% dos entrevistados consomem ervas pertencentes ao cerrado para fins medicinais e afirmam ter aprendido esse hábito com os mais velhos da família, como avós, pais e tios.

As informações fornecidas pelos moradores foram disponibilizadas no quadro 1, as espécies apontadas foram compiladas com os nomes populares em ordem alfabética seguidos pelos respectivos nomes científicos, família e classificação, obtidos por meio de literatura, assim como parte utilizada, indicação popular e forma de uso.

Quadro 1: Espécies do Cerrado com ação medicinal utilizadas na Comunidade Quilombola Mata Cavalo-MT.

Nome popular	**Nome científico**	**Família**	**Classificação**	**Parte utilizada**	**Indicação popular**	**Forma de uso**
Angélica	*Himatanthus obovatus (M. Arg.) R. E. Woodson*	Apocynaceae	Árvore	Folha	Como depurativo de sangue	Chá
Aroeira	*Astronium urundeuva (Fr. All.) Engl.) ou Myracrodruon urundeuva*	Anacardiaceae	Árvore	Casca	Anti-inflamatório para tratar o pulmão, gripes, tosse, dor no corpo e fraturas expostas	A casca na água, chá, xarope e melado ou (melaço)
Assa peixe	*Vernonia ferruginea Less.*	Compositae	Arbusto	Folhas	Anti-inflamatório para o pulmão, gripes, tosse	Chá e xarope
Barbatimão	*Stryphnodendron sp.)*		Árvore	Casca	Anti-inflamatório do aparelho urinário e reprodutivo, gastrite e feridas na pele	Chá para lavar feridas, banho de assento e garrafada
Cambara	*V. divergens Pohl*	Apocynaceae	Árvore	Casca	gripes e tosse	Chá e xarope
Cordão de frade, chá de frade, ou cordão de São Francisco	*Leonotis nepetaefolia (L.) R. Br*	Lamiaceae	Arbusto	toda a Planta	Ressaca (mal-estar), dor de cabeça.	Chá para ingestão e banho do corpo todo.
Cumbaru	*Dipteryx alata Vogel*	Fabaceae	Árvore	Casca e castanha	Artrose e feridas	Chá
Espinheira santa	*Monteverdia aquifolia (Mart.) Biral. e Monteverdia ilicifolia (Mart. ex Reissek) Biral.*	Celastraceae	Árvore	Casca	Para tratar o pulmão, gripes e tosse	Chá e xarope
Fava de santo Inácio (sucupira)	*Pterodon pubescens (Benth.) Benth.*	Fabaceae	Árvore	Sementes e broto	Para Artrose, pneumonia, anti-inflamatório pulmonar, gripes, tosse, dor no corpo, dor e inflamação do ouvido	Chá e xarope
Fedegoso	*Cassia occidentale L..*	Legumi nosae-caesalpinioieae	Arbusto/ subarbusto	Toda a planta	Anti-inflamatório pulmonar, gripe e dor no corpo	Chá
Gerbão ou (gervão)	*S. cayennensis (L. C. Rich.)*	Verbenaceae	Arbusto	Folhas	Anti-inflamatório para tratar o pulmão, gripe e dor no corpo	Chá
Hortelã do campo ou Hortelã do brejo	*Hyptis dilatata Benth*	Lamiaceae	Herbácea	Toda a planta	Anti-inflamatório para o pulmão, gripes, tosse, dor no corpo e verminose	Chá e xarope
Imbaúba/ imbauva	*Cecropia pachystachya Tréc*	cecropiaceae	Árvore	Broto	Para tratar gripes, tosse, pulmão e ouvido	Chá e xarope

Jatobá	*Hymenaea stigonocarpa Mart. ex Hayne*	fabacea e	Árvore	Casca, seiva	Anti-inflamatório para pulmão, gripes, tosse e dor no corpo	Chá e xarope
Jatobá-mirim	*Hymenaea courbaril*	Fabacea e	Árvore	Casca	Para tratar o pulmão	Chá e xarope
Mangava	*Hancornia speciosa Gomez*	Apocyna ceae	Árvore	Casca	Para lavar feridas e tratar gastrite	Usado na água e decocção
Mangava brava	Lafoensia pacari St. Hil	lythrace ae	Árvore	Casca	Úlcera do estômago e gastrite	Chá
Negraminea	*Siparuna guianensis Aubl.*	Siparun aceae	Arbusto	Planta toda	Para baixar febre e tratar doenças respiratórias como tosse e gripe	Banho, chá e xarope
Nó de cachorro ou raiz de Santo Antônio	*classificaram a espécie como Heteropterys tomentosa A. Juss*	Malpigb iaceae	Arbusto	Raiz	Depurativo do sangue	
Paratudo ou ipê amarelo	*Tabebuia.aur ea (Manso) Benth. & Hook. f. ex*	bignoni aceae	Árvore	Casca	Gripes, tosse e anemia	Chá e xarope
Paudoleo podólio ou copaíba	*Copaifera langsdorffii Desf.*	Fabacea e	Árvore	Óleo e semente	Para tratar gripes, tosse e cicatrizar feridas, as sementes são usadas como fortificante	Adiciona o óleo no chá (passa o óleo na ferida)
Quina	*Strychnos pseudoquina St. Hil.*	Logania ceae	Árvore	Casca e folhas	Anti-inflamatório para pulmão, sinusite, gripe, dor no corpo e malina (dores fortes de cabeça e sangramento nasal, constantemente atribuída às mulheres, mas também atinge aos homens)	Na água e chá
Quina genciana	*Leptolobium dasycarpum*	Fabacea e	Árvore	Raiz	Problemas estomacais, verminose e sintomas da dentição	Na água
Soita cavalo/Açoita cavalo	*Luehea grandiflora*	Malvace ae	Árvore	Folha, casca e entrecasca	Inflamações pulmonares, gripes tosse, dor na cabeça e dor no corpo	Banho, chá e xarope
Tapera velha	*Hyptis suaveolens (L.) Poit*	Lamiace ae	Arbusto	Toda a planta	Tratar estômago, problemas digestivos e ressaca (dor de cabeça, náusea e mal-estar, causados por ingestão de bebidas e alcoólicas)	Chá
Vassourinha	*Scoparia dulcis L.*	Scrophu lariacea e	Subarbu sto	Toda a planta	Como anti-inflamatório do pulmão, para verminose, gripe e dor no corpo	Chá

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

No decorrer deste trabalho, serão apresentadas algumas informações referentes aos exemplares citados, assim como estudos realizados anteriormente por autores que atestam as propriedades medicinais de algumas dessas espécies. Foram apontadas 27 espécies de plantas, classificadas como árvores, arbustos, subarbustos e

herbáceas. Dentre essas, as mais citadas foram a aroeira, a hortelã do campo, a fava de Santo Inácio e a quina.

A Angélica é uma árvore de pequeno porte e folhas grandes, como visto na (Figura 1), consumida por adultos da Comunidade Mata Cavalo na forma de chá, como depurativo de sangue. É colhido ainda verde, geralmente pela manhã, apesar de também ser utilizada seca. De acordo com Pott e Pott (1994, p. 42), "*Himatanthus obovatus (M. Arg.) R. E. Woodson*" é uma arvoreta ereta que varia de 3 a 5 metros de altura, sua etimologia significa manto da flor, tem floração de outubro a abril e suas flores possuem "aroma de limão", ocorrendo frequentemente "na parte leste, cerradão ralo, caapão de cerrado, solos arenosos". Segundo Ribeiro *et al.* (2022), também é comumente chamada de leiteiro ou vaca leiteira e é polinizada por mariposas. Tem dispersão por vento e sua distribuição se dá nos estados de "AL, AM, BA, DF, GO, MA, MG, MS, MT, PA, RO, SP, TO" (Ribeiro *et al.*, 2022, p. 72).

Figura 1: *Himatanthus obovatus (M. Arg.) R. E. Woodson.*



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

De acordo com relato, a aroeira possui propriedades anti-inflamatórias e analgésicas, que ajudam na cura de doenças. O melaço, feito à base da casca dessa árvore (obtido por meio do

cozimento da casca até que se torne um líquido espesso), é usado para tratar fraturas expostas, pois auxilia no processo de cicatrização. O chá, o xarope e até mesmo a imersão da casca na água auxiliam no tratamento de doenças do pulmão, gripes, tosse e dor no corpo. Segundo Ribeiro *et al.* (2022), a *Astronium urundeuva (M. Allemão) Engl.* é identificada como "aroeira, urundeúva, aroeira-do-sertão, aroeira-do-campo, [...] uso forrageiro, madeireiro, medicinal, melífero, ornamental, resina, tanífero, cultural/ ritualístico" (Ribeiro *et al.*, 2022, p. 410).

Ainda conforme os autores, essa espécie está distribuída por várias regiões do Brasil, podendo atingir até 15 metros de altura e ultrapassar 100 anos de idade. Pott e Pott (1994) afirmam que ela é polinizada por abelhas e sofre dispersão por vento, seus frutos servem de alimento para periquitos e papagaios, sua madeira é pesada e resistente, possui "comprovado efeito anti-inflamatório e cicatrizante, contra úlceras e alergia" (Pott; Pott, 1994, p. 31). Segundo Conceição *et al.* (2011), a *Myracrodruon urundeuva*, que, de acordo o *site* funga e flora do Brasil, disponível em Flora e Funga do Brasil - Flora e Funga jbrj.gov.br, é um sinônimo de *Astronium urundeuva (M. Allemão) Engl.* (Figura 2), demonstrou ter ação importante para o tratamento de Alzheimer.

Nas palavras de Conceição *et al.* (2011, p. 4), "estudos também apontam que as espécies Myracrodruon urundeuva [...] apresentam atividades anticolinesterásica, antioxidante e antiinflamatória, importantes para o tratamento da doença de Alzheimer, provavelmente diminuindo a sua progressão".

Figura 2: ***Myracrodruon urundeuva a (Engl.) Fr. All.***



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

O Assa peixe, a Espinheira Santa, o Fedegoso e o Gervão, por sua vez, são utilizados como anti-inflamatório no tratamento de doenças do pulmão, gripes, tosse e para aliviar a dor no corpo. Freitas e Guarim-Neto (2013) enfatizam que, dentre as espécies do gênero *Vernonia* registradas na região de Mato Grosso, quatro possuem proveito medicinal no combate a infecções respiratórias e distúrbios do sistema gastrointestinal, dentre as quais está a *Vernonia ferruginea Less.*

Maier (2016, p. 53) ressalta que estudos com essa planta mostraram ação contra o protozoário causador da doença de Chagas, "os extratos etanólicos de *Vernonia ferruginea* (folha) [...] apresentaram atividade tripanocida frente à forma epimasigota de *T. cruzi*" (Maier, 2016, p. 53). Na região podem ser encontradas variedades da espécie *Vernonia*, algumas têm aspectos semelhantes, como formato e texturas ásperas das folhas, mas se diferenciam em tamanho e na coloração das flores que em grande parte do tempo está arrodeada de pequenos insetos. No entanto, há também aquelas que se assemelham visualmente apenas no formato das flores. Pott e Pott

(1994) dizem que a *Vernonia ferrugínea Less* pode medir até quatro metros de altura e as folhas até 30 centímetros com florescência de agosto a outubro. Fornece néctar para as abelhas e, apesar de ser considerada uma "invasora de pastagens [...] no Pantanal também é encontrada em vegetação natural" (Pott; Pott, 1994, p. 94). (Figura 3).

Figura 3: *Vernonia ferruginea (Less.) H. Rob.*



Fonte: INaturalist, 2022.

Stryphnodendron sp. / Stryphnodendron adstringens, (Figura 4), popular barbatimão, é usada no tratamento de gastrite, gripes, tosse, inflamações do pulmão, em forma de chá para lavar feridas e em banho de assento (consiste em se sentar em um recipiente, geralmente uma bacia, com líquidos que podem ser chá, água ou algum produto escolhido), para tratar o útero e aparelho urinário. Tem denominação variada conforme a região ou localidade e, como apresentado por Ribeiro *et al.* (2022, p. 212), é polinizada por abelhas e a dispersão é feita por mamífero, de nome popular "barbatimão, barba-de-timão, charãozinho-roxo, casca-da-virgindade, [...] é forrageiro, madeireiro, medicinal, ornamental, tanífero, tintorial, tóxico para animais" (Ribeiro *et al.*, 2022, p. 212).

Pott e Pott (1994, p. 156) explicam que essa árvore mede entre 2 e 6 metros de altura e o desenvolvimento das flores ocorre de outubro a fevereiro, mas algumas podem estender a floração até junho, sendo ela uma "forrageira bem aceita por bovino, apesar do tanino. Teores de cálcio (0,37%), magnésio (0, 17%), cobre (6 ppm) e zinco (12 ppm) são bons, o de fósforo (0, 17%) é razoável e o de proteína (16% PB) é bom, para vacas" (Pott; Pott, 1994, p. 156).

Conforme Oliveira, Vanzeler e Chig (2014, p. 119), o tanino é uma substância adstringente, "que são compostos polifenóis (polímeros fenólicos) com ação defensiva em plantas contra insetos. É adstringente, isto é, precipita proteína".[3]

Pott e Pott (1994, p. 156) dizem que essa é uma árvore da flora do Cerrado cuja nomenclatura "Stryphnodendron=madeira adstringente obovatum= obovado, forma de ovo invertido, [...] o nome vem do guarani iba-timó=árvore que aperta". Medeiros (2011, p. 261) afirma que essa espécie tem como "Fitofisionomia ou Habitat, cerradão, cerrado (stricto sensu)".

Figura 4: ***Stryphnodendron adstringens.***



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

[3] "*el tanino [...] que son compuestos polifenólicos (Polímeros de fenol) teniendo una acción defensiva en las plantas contra los insectos. Es astringente, es decir, precipita proteína*" (Oliveira; Vanzeler; Chig, 2014, p. 119).

O cambará é usado na comunidade no preparo de chá e xarope para tratar resfriados, gripes e tosse. Foi observado que há variações pertencentes à família *vochysiaceae* na localidade, como a *vorchysia divergens Pohl* (Figura 5) e a *Vochysia rufa Mart* (Figura 6).

Algumas dessas plantas têm muita semelhança entre si, o que dificulta a identificação, por esse motivo são classificadas por populares como sendo a mesma espécie. Sampaio (2017, p. 74) diz que essa é uma espécie "polimórfica" (sofre variações). Segundo ele, são "cerca de 240 espécies e oito gêneros [...] há um grande contínuo de variação entre estes táxons infraespecíficos, não havendo limites morfológicos que permitam a circunscrição deles como unidades taxonômicas distintas" (Sampaio, 2017, p. 74).

Figura 5: *Vorchysia divergens Pohl.*



Fonte: Shimizu *et al.*, 2023b.

Figura 6: ***Vochysia tucanorum Mart.***



Fonte: Shimizu *et al.*, 2023b.

A *Leonotis nepetifolia (L.) R. Br.* (Figura 7) é conhecida na comunidade como Cordão de São Francisco, Chá de Frade, ou Cordão de Frade, é utilizada para curar a ressaca, mal-estar e dor de cabeça. De acordo com Moreira e Bragança (2011, p. 514), essa planta é pouco ramificada, com "inflorescência do tipo glomérulo, localizado ao redor do caule na porção superior da planta, caracterizado por apresentar flores desprovidas de pedúnculo, muito próximas entre si, aglomeradas de configuração mais ou menos globosa" (Moreira; Bragança, 2011, p. 514).

Figura 7: ***Leonotis nepetifolia (L.) R. Br.***

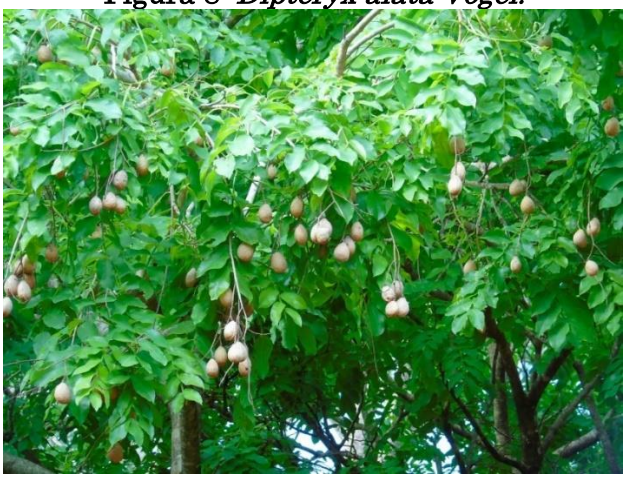


Fonte: Antar, 2023.

Em Mata Cavalo, o *Dipteryx alata Vogel* (Figura 8) é conhecido como cumbaru, dele faz-se o chá para tratar feridas, e da castanha, junto com a fava de Santo Inácio, para tratar a artrose, mas em outras regiões pode ser encontrado como "baru, bauí, guaiçára, cumbaru, cumaru, [...] uso alimentício, aromático, forrageiro, madeireiro, medicinal, melífero, oleaginoso, ornamental" (Ribeiro *et al.*, 2022, p. 562). De acordo com Pott e Pott (1994, p. 170), serve de alimento para porco, aves e bovinos, que também espalham suas sementes. Ele possui

> Bons teores de proteína (13% PB), fósforo (0,23%) e zinco 24 ppm), [...] a polpa contém baixos teores de minerais, salvo fósforo (0,22%), mediano, e proteína (9% PB), abaixo da média de arbustos, suficiente para vacas. Semente comestível, rica em cálcio, fósforo e manganês I, óleos (45%) e proteína, [...] ocorrência, flora do Cerrado, compondo o cerradão solos providos de cálcio, mata seca; também Paraguai e Bolívia (Pott; Pott, 1994, p. 170).

Figura 8: *Dipteryx alata Vogel.*



Fonte: Sano, Brito e Ribeiro, 2018.

A Espinheira Santa, encontrada na comunidade, é uma pequena árvore usada para tratar problemas pulmonares,

respiratórios, gripes e tosse. Conforme Biral e Lombardi (2023), no Brasil, ela possui uma ampla variedade em sua espécie, tendo em comum espinhos nas bordas de suas folhas, apresenta-se na forma de "árvore, arbusto, subarbusto, lianas, ou raramente herbáceas" (Biral, 2023). De acordo com os autores, a planta, denominada cientificamente "*Monteverdia ilicifolia (Mart. ex Reissek) Biral*" (Figura 9), é nativa do Brasil, com ocorrências confirmadas no Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

Segundo Guarino, Molina e Barbieri, (2019, p. 7), o gênero *Monteverdia Celastraceae* está presente em todos os biomas brasileiros, e "35 das 46 espécies nativas são endêmicas do país, [...] é um fitoterápico reconhecido oficialmente pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)" (Guarino; Molina; Barbieri, 2019, p. 7).

Peralta, Latini e Mendonça (2022, p. 933) afirmam que o Brasil lidera as pesquisas científicas com espinheira santa, inclusive, "no ano de 2007, o Sistema Único de Saúde passou a disponibilizar espinheira santa para o tratamento de úlceras e gastrites, e em 2009 foi iniciado o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos" (Peralta; Latini; Mendonça, 2022, p. 933). No entanto, os autores ressaltam que das 17 patentes registradas, de compostos feitos à base de espinheira santa, apenas seis pertencem ao Brasil.

De fato, constatou-se que a formulação de *M. ilicifolia* está presente como medicamentos fitoterápicos no Anexo II da Relação Nacional de Medicamentos do Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica, da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME 2020) (Brasil, 2019).

Figura 9: *Monteverdia ilicifolia (Mart. ex Reissek) Biral.*



Fonte: Biral e Lombardi, 2023a.

No que diz respeito à Fava de santo Inácio (Figura 10), o broto e a semente são utilizados no tratamento do pulmão, pneumonia, gripes tosse, dor no corpo, dor e inflamação do ouvido. Identificada como "*Pterodon pubescens (Benth.) Benth.* Sucupira-branca-da-flor-rosa, sucupira-branca, sucupira-rosa, [...] uso madeireiro, medicinal, melífero, oleaginoso e ornamental" (Ribeiro *et al.*, 2022, p. 208).

Em consonância com Batalini *et al.* (2020, p. 77597), "produtos fitoterápicos cadastrados e que apresentam na constituição o óleo de sucupira purificado já pode ser encontrado e comercializado em farmácias". A extração do óleo geralmente é feita através de amassamento ou quebra das sementes, quando em processo artesanal. O autor revela ainda que constatou a presença de metabólitos com potencial antioxidante na entrecasca do caule da sucupira branca, segundo ele, isso os credencia como "produtos naturais que propiciam segurança ao uso popular benéfico à saúde" (Batalini *et al.*, 2020, p. 77602).

Figura 10: *Pterodon pubescens (Benth.) Benth.*



Fotos: Marcelo Kuhlmann: Bruno Nonato, 2022.
Fonte: EMBRAPA.

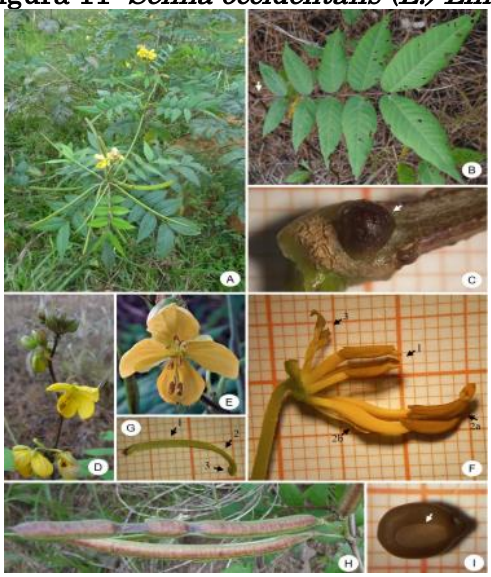
Fedegoso é usado como anti-inflamatório pulmonar e no tratamento de gripe e dor no corpo. Com base em Pott e Pott (1994, p. 142), essa planta é um subarbusto que tem flor e vagem na maior parte do ano e suas sementes podem ser aproveitadas na substituição do café, porém os autores ressaltam que essa planta, cujo nome científico é "*senna occidentalis (L.) Link ou Cassia occidentalis L.* [...] contém glicosídeos antraquinônicos e tem inseticida e nematicida" (Pott; Pott, 1994, p. 142). De acordo com Lombardo *et al.* (2015, p. 12), em triagem antimicrobiana mostrou que o extrato hidroalcoólico das sementes de *Senna occidentalis* (Figura 11) "apresentou um amplo espectro de atividade, com pronunciada inibição a *Pseudomonas aeruginosa*"[4] (Lombardo *et al.*, 2015, p. 12).

[4] *The antimicrobial screening of Senna occidentalis plant parts showed that the hydroalcoholic extract of the seeds displayed a broad spectrum of activity, with pronounced inhibition to Pseudomonas aeruginosa.* (LOMBARDO *et al.*, 2015, p. 12).

"*Pseudomonas aeruginosa* é um dos principais agentes de infecção nosocomial em hospitais brasileiros, [...]" (Neves *et al.*, 2011, p. 410).

De acordo com Monteiro (1993, p. 135), "infecção nosocomial, pode ser definida como qualquer infecção associada à internação em unidade de saúde, desde que não esteja em período de incubação no momento da internação".

Figura 11: ***Senna occidentalis (L.) Link.***

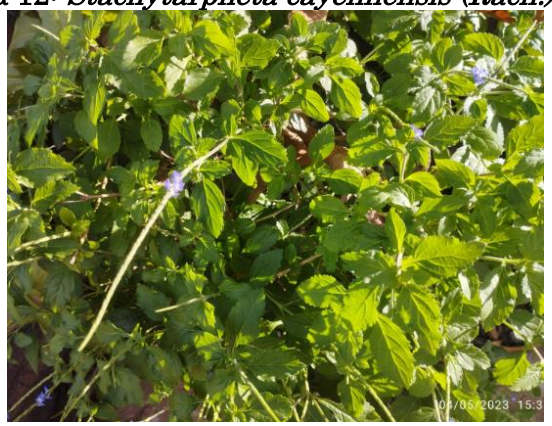


Fonte: Fernandes; Cruz; Lopes, 2022, p. 207.

Gerbão ou (Gervão) é usado como anti-inflamatório para o pulmão, para tratar gripe e dor no corpo. De nome científico "*Stachytarpheta cayennensis (Rach.) Vahl.*" (Figura 12), "se desenvolve em todo território nacional de forma espontânea. [...] Propaga-se por meio de sementes" (Moreira; Bragança, 2011, p. 911). "A classe de maior interesse medicinal de S. cayennensis são os compostos fenólicos. As realizações das análises evidenciaram grande quantidade desta classe por todo mesófilo foliar bem como em suas flores" (Araújo 2020, p. 54).

Angelo e Jorge (2017, p. 2) dizem que os compostos fenólicos são essenciais para o crescimento e reprodução das plantas, sendo que eles atuam "como agente antipatogênico" e possuem atividade anticarcinogênica, as quais, segundo os autores, são atribuídas "à inibição dos cânceres de cólon, esôfago, pulmão, fígado, mama e pele". Os compostos fenólicos, por serem antioxidantes, "são incluídos na categoria de interruptores de radicais livres, sendo muito eficientes na prevenção da autoxidação" (Angelo; Jorge, 2017, p. 2). Os autores explicam que a ação dos antioxidantes, quando "incorporad[a] na alimentação humana", além de conservar a qualidade dos alimentos, também reduz o risco de desenvolver "patologias, como arteriosclerose e câncer". (Angelo; Jorge, 2017, p. 2).

Figura 12: ***Stachytarpheta cayennensis (Rach.) Vahl.***



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Hortelã do brejo ou hortelã do campo (Figura 13) é uma planta rasteira de folhas miúdas, grossa e flores de tom azul-claro e de sabor amargo, utilizada como anti-inflamatório para o pulmão, no tratamento das gripes, tosse, dor no corpo e verminose, além de servir como repelente para espantar mosquito.

Seu nome científico é "*Hyptis dilatata Benth*", como disposto por Harley e Antar (2023a). Pott e Pott (1994, p. 129) apresentam

essa planta como "*Hyptis crenata Pohl*". De acordo com os autores, ela é uma apícola que possui forte odor de hortelã, floresce quase o ano todo, mas nos meses de agosto e setembro suas "partes aéreas morrem parcialmente". No entanto, durante esta pesquisa, observou-se que nessa região, no período de seca, a hortelã do campo morre por completo.

Figura 13. *Hyptis dilatata Benth.*



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

A imbaúba, o jatobá, e o jatobá-mirim, de acordo com os entrevistados, possuem propriedades anti-inflamatórias e são usadas na forma de chá e xarope para tratar problemas pulmonares, gripes, tosse, ouvido e dores no corpo. Segundo Pott e Pott (1994, p. 77), a "*Cecropia pachystachya Trécul ou cecropia adenopus*" (Figura 14) é uma árvore que pode atingir até 15 metros de altura, possui "copa aberta, ramos horizontais, ocos, cheios de formigas, seu fruto é comestível". Serve de alimento para diversos animais silvestres, é uma espécie que possui

> elevado teor de cálcio (1,33%) e magnésio (0,38%), médio de fósforo (0,22%), cobre (10 ppm) e zinco (19

> ppm), e de proteína (14%PB), para bovino, fruto comestível, sabor de figada (maduro), alimento de bugio, morcegos, tucano, arancuã e outras aves, que a semeiam, apícola do pólen também para muitas abelhas nativas. (Pott; Pott, 1994, p. 77).

Ribeiro *et al.* (2022, p. 748) a identificam também como "embaúba-cinzenta e árvore-da-preguiça". Conforme os autores, pode ser aproveitada no "uso alimentício, artesanal, cosmético, forrageiro, fibra, madeireiro, medicinal, melífero, ornamental, resina, tanífero, tintorial" (Ribeiro *et al.*, 2022, p. 748).

Figura 14: *Cecropia pachystachya Trécul.*



Fonte: Gaglioti e Aguiar, 2023.

O jatobá, de nome científico "*Hymenaea stigonocarpa Mart. ex Hayne"* (Figura 15), conhecido também como Jatobá-do-cerrado, é polinizado por morcegos e disperso por mamíferos, de "usos alimentício, artesanal, forrageiro, madeireiro, medicinal, melífero, ornamental, resina, tintorial" (Ribeiro *et al.*, 2022, p. 190).

Pott e Pott (1994, p. 139) afirmam que o jatobeiro pode atingir 20m altura, possui casca rugosa e as folhas, quando novas, são avermelhadas. A floração acontece de outubro a dezembro e a frutificação, de julho a novembro. O fruto pode ser consumido cru ou cozido, podendo ainda ser transformado em farinha, é "alimento de

fauna, (periquitos, papagaios, bugio, roedores, lobinho e insetos), apícola, pouco forrageira (broto). [...] resina da casca (ou fruto) contém tanino, essências e esteróides-triterpenóides" (Pott; Pott, 1994, p. 139).

O jatobá-mirim ou, conforme Ribeiro *et al.*, (2022, p. 574), *Hymenaea courbaril L.* (Figura 16), é polinizado por "morcegos, abelhas, beija-flores e disperso por mamíferos, tendo uso alimentício, artesanal, celulose, forrageiro, madeireiro, medicinal, melífero, ornamental, resina, tanífero, tintorial" (Ribeiro *et al.*, 2022, p. 574). Por ser melífero contribui na produção de mel. Pott e Pott (1994, p. 138) dizem que essa é uma "árvore ereta" que mede até 20 metros de altura, tem "folha menor (por isto mirim) que a do jatobá-do-cerrado, [...] fruto comestível, adocicado, farinhento, serve de alimento de aves e mamíferos dispersores, rico em cálcio e magnésio, apícola, madeira de lei, pesada (dens. 1,0), resistente a cupim" (Pott; Pott, 1994, p. 138).

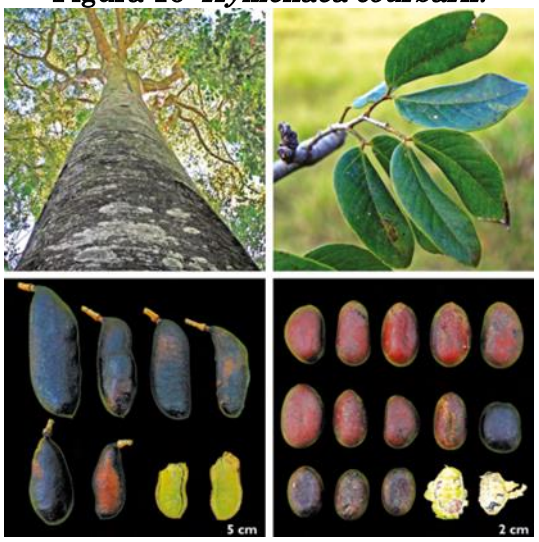
Embora os autores relatem que a frutificação do *Hymenaea courbaril* ocorre de setembro a fevereiro, foi constatado, no decorrer deste trabalho, que nas localidades próximas à comunidade, alguns exemplares de jatobá-mirim permaneceram com frutos por um período mais prolongado, sendo notados alguns com poucos frutos verdes nas primeiras semanas do mês de maio.

Figura 15: ***Hymenaea stigonocarpa Mart.***



Fonte: Marcelo Kuhlman e Bruno Nonato, 2022

Figura 16: ***Hymenaea courbaril.***



Fonte: Marcelo Kuhlman, 2022

A mangava, de nome científico *Hancornia speciosa Gomez* (Figura 17), é usada na água e em decocção para lavar feridas, tratar gastrite e problemas digestivos. De acordo com Ribeiro *et al.* (2022, p. 70), a espécie é polinizada por mariposas e dispersa por mamíferos, seus usos incluem alimentos, condimentos, látex, madeireiro,

remédios e ornamentos. Segundo Pott e Pott (1994, p. 41), o fruto é comestível, mas quando verde é laxativo, podendo "ser tóxico" e quando maduro pode ser transformado em "doce, sorvete, suco, licor, vinho, xarope, álcool e vinagre, [...] Forrageira bem aceita por bovino, possui teores baixos de minerais (0,29% cálcio, 0,14% fósforo), proteína (7% PB) no limite mínimo para vacas" (Pott; Pott, 1994, p. 41).

Figura 17: ***Hancornia speciosa Gomez.***



Fonte: Marcelo Kuhlmann: Bruno Nonato, 2022.

A *Lafoensia pacari St. Hil.* (Figura 18) é conhecida na comunidade como mangava brava, é usada para tratar gastrite e úlcera do estômago. De acordo com Ribeiro *et al.* (2022, p. 187), essa árvore está distribuída nos estados do "AM, BA, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PR, RJ, SC, SP, TO" e é de "uso artesanal, forrageiro, madeireiro, medicinal, melífero, ornamental, tintorial" (Ribeiro *et al.*, 2022, p. 230). Em concordância com Pott e Pott (1994,

p 187), essa planta possui porte médio, entre três e dez metros e sua casca é

> amarelada (escura na planta velha), Semente alada, espalhada pelo vento, no início das chuvas, [...] flor abre à noite, polinizada por morcegos, néctar também atrai beija-flores, [...] em pó é cicatrizante, a raiz considerada tônica e febrífuga e a planta toda é sudorífica, casca tem taninos e flavonóides, e a folha, esteróides/triterpenóides (Pott; Pott, 1994, p. 187).

Figura 18: ***Lafoensia pacari St. Hil.***



Fonte: Cavalcanti, 2023.

A *Siparuna guianensis Aubl.* (Figura 19), conhecida nessa comunidade como negramina, é colhida no tempo das águas, no período da manhã. De acordo com Valentini, Rodriguez-Ortiz e Coelho (2011, p. 100), ela é polinizada por mosquitos (Díptera: Cecidomyiidae) no período noturno, é dispersa por aves, por formigas (Mirmecocoria) que removem as sementes expostas e por animais, como roedores e primatas (*Callithrix flaviceps),* que se alimentam de seus frutos.

Os autores esclarecem que a "casca da semente é tóxica para os animais", mas em estudos anteriores foi observado que o *Callithrix flaviceps* come o fruto maduro depois de aberto, descartando a casca.

Ressaltam ainda que em outras observações foi detectada mudança na "composição dos óleos de folhas frescas e secas, assim como do caule e frutos, mudando entre diferentes países, até mesmo entre diferentes regiões geográficas no mesmo país, e dentro da mesma região de acordo com as estações do ano" (Valentini; Rodriguez-Ortiz; Coelho, 2011, p. 100). Segundo os autores, as condições climáticas também interferem na composição do óleo. Nessa perspectiva, pode-se dizer que essa espécie se adapta ao ambiente ao qual se insere.

Figura 19: ***Siparuna guianensis Aubl.***



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

O nó de cachorro, ou raiz de Santo Antônio, é usada como depurativo do sangue. De acordo com Borges *et al.* (2007, p. 9), "a *Heteropterys aphrodisiaca O. Mach*" (Figura 20), intitulada "popularmente por Nó de-cachorro, é uma planta nativa do cerrado de Mato Grosso e Goiás". Pott e Pott (1994, p. 91) a descrevem como um arbusto, que tem raiz com partes grossas "e nós", as flores, segundo eles, são amarelas quando novas e mudam para tom avermelhado quando velhas, podendo "perder as folhas na seca".

Essas afirmativas foram constatadas empiricamente no decorrer desta pesquisa.

Coelho *et al.* (2011, p. 475) afirmam que ela foi reclassificada como "*Heteropterys tomentosa A. Juss*". No entanto, quando pesquisado por imagens da planta na internet, é perceptível uma certa confusão entre as imagens apresentadas e os respectivos nomes que deveriam coincidir entre si.

Figura 20: *Heteropterys tomentosa A. Juss.*



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023

O paratudo (Figura 21) é uma árvore de porte médio, com grandes flores amarelas, usada no tratamento de gripe, tosse, dor no corpo e como anti-inflamatório pulmonar. Ribeiro *et al.* (2022, p. 120) apresentam essa espécie como "*Tabebuia aurea (Silva Manso) Benth. e Hook.f. ex S.Moore*, Ipê-Caraíba, Carobeira, Piúva-Amarela, Ipê-Amarelo-do-Cerrado" e acrescentam que ela pode crescer até 30cm anualmente e atingir até 8 metros de altura no campo, podendo ultrapassar os 100 anos.

É polinizada por abelhas e o espelhamento das sementes se dá pelo vento. Pott e Pott (1994) dizem que essa árvore tem casca grossa, que suporta fogo e sua floração é entre agosto e outubro. De

acordo com os autores, a flor é comestível e tem sabor amargo, como a alface, e é uma "forrageira de arancuã, jacutinga, papagaio, bugio, veado e bovino (também come a folha), papagaio faz ninho em ocos e come o fruto" (Pott; Pott, 1994, p. 55).

Figura 21: ***Tabebuia aurea Silva Manso) Benth. e Hook.f. ex S.Moore.***



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Do caule da árvore copaíba ou pódoleo (Pau-d'óleo) extrai-se o óleo para passar em feridas. Além disso, é adicionado também ao chá para tratar gripes e tosse. As sementes são amassadas e adicionadas ao guaraná de ralar (guaraná em bastão), pois acreditam que essa combinação tem ação fortificante. Segundo Quemel *et al.* (2021, p. 10505), o óleo de copaíba é cientificamente conhecido por sua potente ação contra várias doenças, "como a leishmaniose". Além do mais, algumas espécies desse gênero possuem atividades "antibacterianas e até anticancerígenas".

Segundo as autoras, óleo e resina de copaíba podem ser usados para tratar "dor de garganta, ferimentos e inchaços". O óleo

possui "atividade anti-inflamatória, cicatrizante, antibacteriana, germicida, antitumoral, analgésica, antisséptica, expectorante, antiviral entre outros" (Quemel *et al.*, 2021, p. 10505).

Para Ribeiro *et al.* (2022, p. 560), a *Copaifera langsdorffii Desf.* (Figura 22) é uma árvore resistente ao fogo, polinizada por abelhas, dispersa por aves e de crescimento lento. No campo cresce cerca de 30 cm por ano e pode ultrapassar 100 anos de idade. É "artesanal, madeireiro, medicinal, melífero, oleaginoso, ornamental, tintorial" (Ribeiro *et al.*, 2022, p. 560).

Figura 22: ***Copaifera langsdorffii Desf.***

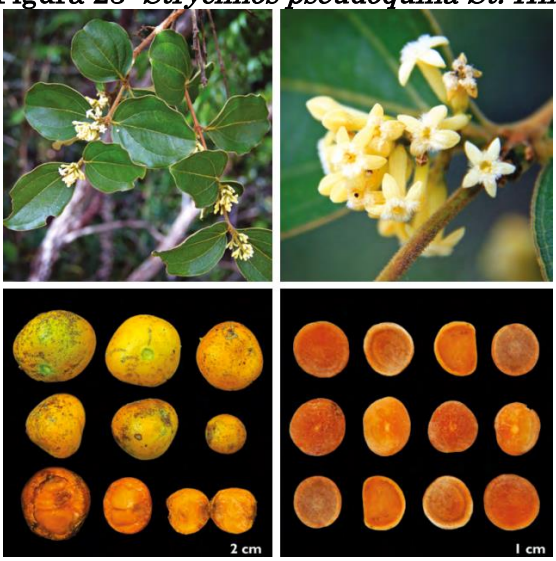


Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

A quina (Figura 23) é uma árvore de cerne amargo, que possui cascas grossas de tonalidade cinza. Suas flores atraem alguns insetos, que, de acordo com Ribeiro *et al.* (2022), a polinizam. De nome "*Strychnos pseudoquina St. Hil.* – Quina, Quina-do-Cerrado, Quina-Grossa, [...], dispersa por mamíferos, de "usos alimentício, cortiça, madeireiro, medicinal" (Ribeiro *et al.*, 2022, p. 228). Pott e Pott (1994, p. 185) destacam que ela tem tolerância ao fogo.

A floração ocorre em fevereiro, a frutificação em agosto, os frutos podem ser comidos e a rebrota serve de alimento para o gado, além de ter "ação comprovada contra febres" (Pott; Pott, 1994, p. 185). Nessa comunidade, usa-se a casca da quina na água para beber e o chá das folhas como banho para lavar a cabeça para tratar gripe, sinusite, dor no corpo, como anti-inflamatório para o pulmão e malina (a malina, de acordo com populares, refere-se a dores fortes no corpo e cabeça na maioria das vezes acompanhadas por sangramento nasal. Constantemente é atribuída às mulheres, mas também atinge os homens).

Figura 23: ***Strychnos pseudoquina St. Hil.***



Autor: Marcelo Kuhlmann, 2022
Fonte: EMBRAPA.

Há uma grande variedade de plantas medicinais no cerrado, com propriedades que auxiliam no cuidado com a saúde. Mas para garantir a disponibilidade desses recursos naturais no futuro é necessário um cuidado especial com a conservação e preservação desse bioma.

A degradação coloca em risco toda a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos providos por ele. As interações biologicamente diversas são importantes para a sobrevivência de todos os seres vivos, pois fornecem recursos essenciais, como água e alimentos, além de favorecer a equiparação na qualidade ambiental, proporcionando uma maior harmonia entre seus componentes. Biodiversidade refere-se à variedade de vida na Terra e baseia-se no conceito de que todas as espécies contribuem para a riqueza dos ecossistemas. A heterogeneidade em comunidades tradicionais demonstra como o conhecimento transmitido empiricamente pode contribuir na preservação dos recursos naturais, pois esses povos em geral vivem em harmonia com a natureza e adotam práticas que contribuem com o equilíbrio do meio vivido. Esses saberes são repassados espontaneamente para os mais jovens.

A comunidade quilombola Mata Cavalo tem forma de organização territorial distinta entre as seis associações que a compõem, no entanto há interação com a natureza em todo o complexo (constatado anteriormente em aulas de campo e visitas eventuais). Essas pessoas utilizam-se de uma ampla gama de plantas medicinais, incluindo várias espécies do cerrado.

Essas plantas crescem naturalmente e espontaneamente e são coletadas pelos próprios moradores, que as utilizam em preparos que servem para tratar diversos problemas que afetam a saúde. A manutenção da diversidade biológica é um método eficaz de preservação dos recursos naturais para as gerações futuras.

O conhecimento tradicional das comunidades locais garante que esses recursos sejam resguardados para uso futuro. “A segurança da indicação de uma planta medicinal para determinada doença ou sintoma é proporcionada pelo conhecimento tradicional, transmitido

de geração em geração e, hoje difundido entre as comunidades" (Dias, 2009, p. 49).

Em geral, os povos e comunidades tradicionais dependem das plantas para fins alimentícios, religiosos e manutenção da saúde. Isso demonstra seu compromisso em preservar suas formas de viver na Terra, mantendo sua identidade cultural.

Considerações finais

Tendo como base o resultado da pesquisa qualitativa semiestruturada de caráter exploratório, com informações obtidas no Quilombo Mata Cavalo, este estudo estruturou-se na revisão bibliográfica e análise de literaturas relacionadas à medicina natural e ao conhecimento de povos tradicionais.

O estudo demonstrou que as espécies identificadas já foram estudadas anteriormente, algumas com propriedades terapêuticas reconhecidas cientificamente. As plantas medicinais são ótimas opções para tratar vários problemas de saúde. Algumas delas possuem propriedades anti-inflamatórias, antioxidantes, anticancerígenas, antidiabéticas, cicatrizantes, citotóxicas, antiplasmodial e antifúngicas.

O conhecimento relacionado às plantas medicinais do cerrado está diretamente ligado às raízes ancestrais dessa comunidade, e a obtenção das ervas acontece de modo extrativista. Pode-se dizer que o favorecimento nessa interação é mútuo, visto que as pessoas se beneficiam dos efeitos farmacológicos dessas espécies. Em contrapartida, o manejo é realizado de forma que o solo seja minimamente agredido, tornando possível que esse costume seja passado para as futuras gerações. Assim, as ervas medicinais

desempenham um papel significativo no cotidiano dessa comunidade e estão intrinsecamente ligadas à sua identidade cultural.

As plantas medicinais possuem uma riqueza de compostos químicos com propriedades terapêuticas que auxiliam na manutenção da saúde. Muitas dessas plantas têm sido objeto de estudos científicos para validar suas propriedades medicinais. A preservação da biodiversidade e a conservação das espécies vegetais são fundamentais para garantir a disponibilidade contínua dessas plantas.

Referências

AB'SÁBER, A. N. *Os domínios de natureza no Brasil*: potencialidades paisagísticas. Ateliê Editorial, 2003.

ANGELO, P. M.; JORGE, N. Compostos fenólicos em alimentos – Uma breve revisão. *Revista do Instituto Adolfo Lutz*, v. 66, n. 1, p. 1-9, 2007.

ANTAR, G. M. Leonotis. *In*: *Flora e Funga do Brasil*. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: https://floradobrasil.jbrj.gov.br/FB17909. Acesso em: 04 jul. 2023.

ARAÚJO, E. O. *Desempenho fenológico e caracterização anatômica de gervão-roxo Stachytarpheta cayennensis (Rich.) Vahl (Verbenaceae).* 2020. Dissertação (Mestrado em Agronomia - Horticultura) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho, Botucatu, 2020.

ÁRVORE DO BRASIL. *Informações e estudos sobre árvores nativas brasileiras.* Açoita cavalo - Luehea grandiflora. Disponível em: Açoita cavalo Luehea grandiflora (arvores.brasil.nom.br). Acesso em: 22 abr. 2023.

BATALINI, C. *et al*. Avaliações fitoquímica, fitotóxica e antifúngica da entrecasca do caule de Pterodon pubescens Benth (sucupira branca). *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 10, p. 77589-77607, 2020.

BIODIVERSITY4ALL. Disponível em: https://www.biodiversity4all.org/taxa/1101380-Vernonia-ferruginea. Acesso em: 01 maio 2023.

BIRAL, L.; LOMBARDI, J. A. Celastraceae. *In*: *Flora e Funga do Brasil.* Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: https://floradobrasil.jbrj.gov.br/FB605053. Acesso em: 04 jul. 2023.

BORGES, S. G. V. *et al*. Análise de nutrientes em mudas de Nó-de-Cachorro (Heteropterys aphrodisiaca O. Mach.) cultivadas em diferentes substratos. *Embrapa Pantanal. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento*, 2007.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial da União*, n. 28, p. 316-316, 2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *O Bioma Cerrado*. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: https://antigo.mma.gov.br/biomas/cerrado.html. Acesso em: 16 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos*. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (saude.gov.br). Acesso em: 27 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Relação nacional de medicamentos essenciais*: 2020. Brasília-DF, 2019. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relacao_medicamentos_rename_2020.pdf. Acesso em: 16 fev. 2023.

CASTRO, M. S.; MONGE, M.; SOARES, P. N.; RIVERA, V. L.; DEMATTEIS, M.; SEMIR, J. (*in memoriam*). Vernonanthura. *In*: *Flora e Funga do Brasil*. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: https://floradobrasil.jbrj.gov.br/FB27446. Acesso em: 04 jul. 2023.

CASTRO, T. G. R. *Diversidade fitoterápica do cerrado: conhecimento passado entre gerações e o uso de plantas medicinais*. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Instituto Federal Goiano, Ceres, 2022.

CAVALCANTI, T. B. Lafoensia. *In*: *Flora e Funga do Brasil*. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: https://floradobrasil.jbrj.gov.br/FB8784. Acesso em: 04 jul. 2023.

COELHO, M. F. B. *et al*. Nó-de-cachorro (Heteropterys tomentosa A. Juss.): espécie de uso medicinal em Mato Grosso, Brasil. *Revista Brasileira de Plantas Medicinais*, v. 13, p. 475-485, 2011.

CONCEIÇÃO, G. M. *et al*. Plantas do cerrado: comercialização, uso e indicação terapêutica fornecida pelos raizeiros e vendedores, Teresina, Piauí. *Scientia Plena*, v. 7, n. 12, 2011.

CURSOS APRENDIZ. *Terapêutica medicamentosa em odontologia*. 2011. Disponível em: https://www.cursosaprendiz.com.br/terapeutica-medicamentosa-odontologia/. Acesso em: 04 jul. 2023.

DALLA-NORA, G.; SATO, M. Pontes nas securas das águas: reflexões sobre as mudanças climáticas e justiça climática em comunidades quilombolas. *Ciência Geográfica*, v. 23, n. 1, 2019.

DIAS, J. E. *Farmacopéia popular do cerrado*. Pacari, 2009.

FAO; FILAC. *Los Pueblos Indígenas y Tribales y la Gobernanza de los Bosques*: Una Oportunidad Para la Acción Climática en América Latina y el Caribe. 2021. Disponível em: https://www.fao.org/documents/card/en/c/cb2953es. Acesso em: 1 dez. 2022.

FERNANDES, J.; CRUZ, K.; LOPES, C. R. Morfologia de Senna occidentalis (Leguminosae): uma espécie medicinal em Alta Floresta, Mato Grosso. *Enciclopédia Biosfera*, v. 19, n. 39, 2022.

FIOCRUZ. *Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil*. 2020. Disponível em: https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/. Acesso em: 23 maio 2023.

FREITAS, A. S. H. J.; GUARIM-NETO, G. O gênero Vernonia (Asteraceae) para a flora de Mato Grosso. *In*: 64º CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA. Belo Horizonte, 10-15 de novembro de 2013. *Anais* [...]. Belo Horizonte, 2013.

GAGLIOTI, A. L.; AGUIAR, D. P. P. Cecropia. *In*: *Flora e Funga do Brasil.* Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: https://floradobrasil.jbrj.gov.br/FB15041. Acesso em: 04 jul. 2023.

GERACE, S.; BOVINI, M. G. Luehea. *In*: *Flora e Funga do Brasil*. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: https://floradobrasil.jbrj.gov.br/FB9095. Acesso em: 04 jul. 2023.

GUARIM NETO, G.; MORAIS, R. G. de. Recursos medicinais de espécies do cerrado de Mato Grosso: um estudo bibliográfico. *Acta Botanica Brasilica*, v. 17, p. 561-584, 2003.

GUARINO, E. S. G.; MOLINA, A. R.; BARBIERI, R. L. Distribuição potencial de Espinheira-santa (Monteverdia ilicifolia e M. aquifolia) e sua relação com os bancos ativos de germoplasma da Embrapa. *Embrapa 50 Anos*. 2019.

HARLEY, R. M.; ANTAR, G. M. Hyptis dilatata Benth. *In*: *Flora e Funga do Brasil*. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. 2023a. Disponível em: https://floradobrasil.jbrj.gov.br/FB36539. Acesso em: 04 jul. 2023.

HARLEY, R. M.; ANTAR, G. M. Hyptis Jacq. *In*: *Flora e Funga do Brasil*. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. 2023b. Disponível em: https://floradobrasil.jbrj.gov.br/FB8183. Acesso em: 04 jul. 2023.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *Biodiversidade do cerrado*. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cbc/conservacao-da-biodiversidade/biodiversidade.html. Acesso em: 21 jan. 2022.

INaturalist. Disponível em: https://www.inaturalist.org/. Acesso em: 10 dez. 2022.

KORNIS, George E. M.; BRAGA, Maria Helena; PAULA, Patrícia A Braungratz de. Transformações recentes da indústria farmacêutica: um

exame da experiência mundial e brasileira no século XXI. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 24, p. 885-908, 2014.

JIANG, Z. *et al*. Uma revisão sobre a fitoquímica e farmacologia da erva Scoparia dulcis L. para o potencial tratamento da síndrome metabólica. *RSC Avanços*, v. 11, n. 50, p. 31235-31259, 2021.

LOMBARDO, M. *et al*. Avaliação das propriedades biológicas in vitro de Senna occidentalis (L.) Link. *Acta Scientiarum. Ciências Biológicas*, Maringá, v. 37, n. 1, p. 9-13, 2015.

MAIER, F. S. C. *Avaliação do efeito de extratos vegetais de plantas do cerrado e pantanal sobre o crescimento de trypanosoma cruzi*. 2016. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2016.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2003.

MEDEIROS, J. de D. *Guia de campo*: vegetação do Cerrado 500 espécies. Brasília: MMA/SBF, 2011.

MISHRA, P.; SOHRAB, S.; MISHRA, S. K. Uma revisão sobre as propriedades fitoquímicas e farmacológicas de Hyptis suaveolens (L.) Poit. *Revista Futura de Ciências Farmacêuticas*, v. 7, n. 1, p. 1-11, 2021.

MONTEIRO, J. A. Infecções nosocomiais. Alguns aspectos. *Acta Médica Portuguesa*, v. 6, n. 3-4, p. 135-40, 1993.

MOREIRA, H. J. da C.; BRAGANÇA, H. B. N. Manual de identificação de plantas infestantes: hortifrúti. São Paulo: FMC Agricultural Produtos, 2011.

NEVES, P. R. *et al*. Pseudomonas aeruginosa multirresistente: um problema endêmico no Brasil. *Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial*, v. 47, p. 409-420, 2011.

OLIVEIRA, S. S.; VANZELER, M. L. A.; CHIG, L. A. Plantas medicinales: el uso de barbatimao-stryphnodendron adstringens (mart.) coville. *Uniciências*, v. 18, n. 2, 2014.

PERALTA, C. O.; LATINI, A. O.; MENDONÇA, F. M. Prospecção Científica e Tecnológica de Espinheira Santa Maytenus Ilicifolia e Maytenus Aquifolium. *Cadernos de Prospecção*, v. 15, n. 3, p. 929-943, 2022.

PIPER, R. T. C.; DALLA NORA, G. A educação ambiental e as plantas medicinais do Parque Estadual Zé Bolo Flô em Cuiabá-MT: uma proposta pedagógica. *Revista Outras Fronteiras*, v. 6, n. 2, p. 42-64, 2019.

POTT, A.; POTT, V. J. *Plantas do Pantanal*. Brasília: EMBRAPA-SPI, 1994.

QUEMEL, G. K. C. *et al*. Propriedades medicinais do óleo da Copaifera Langsdorfii: uma revisão integrativa da literatura. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 4, n. 3, p. 10490-10508, 2021.

REDE DOR. *Resistência à insulina*. 2023. Disponível em: https://www.rededorsaoluiz.com.br/doencas/resistencia-a-insulina. Acesso em: 17 dez. 2022.

RIBEIRO, J. F. *et al. Guia de plantas do Cerrado para recomposição da vegetação nativa*. EMBRAPA: Brasília-DF, 2022.

SAMPAIO, T. H. S. *Vochysiaceae A. St.-Hil. nos Parques Estaduais da Serra de Caldas Novas e da Serra Dourada e sua sinopse para o estado de Goiás*. 2017. Dissertação (Mestrado em Biodiversidade Vegetal – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

SANO, S. M.; BRITO, M. A.; RIBEIRO, J. F. Dipteryx alata. *Brasil*. Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial: plantas para o futuro. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade, 2018.

SHIMIZU, G. H.; SOUZA, L. F.; GONÇALVES, D. J. P.; FRANÇA, F. Vochysiaceae. *In*: *Flora e Funga do Brasil*. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. [20?]. Disponível em: https://floradobrasil.jbrj.gov.br/FB33324. Acesso em: 04 jul. 2023.

SHIMIZU, G. H.; SOUZA, L. F.; GONÇALVES, D. J. P.; FRANÇA, F. Vochysiaceae. *In*: *Flora e Funga do Brasil*. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. [20?]. Disponível em: https://floradobrasil.jbrj.gov.br/FB15322. Acesso em: 04 jul. 2023.

SILVEIRA, A. Reflexões sobre a Propriedade: em foco a comunidade de Mata Cavalo. *Territórios e Fronteiras*, v. 2, n. 1, p. 153-181, 2009.

SOUZA, P. A. de *et al. Estudo fitoquímico e farmacológico das espécies Stachytarpheta cayennensis (Rich.) Vahl (Verbenaceae) e Pleurothyrium bahiense (Meissnes) Barroso (Lauraceae)*. 2004.

TOLEDO, V. M. M.; BARRERA-BASSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 20, 2009.

VALENTINI, C. M. A.; RODRIGUEZ-ORTIZ, C. E.; COELHO, M. F. B. Siparuna guianensis Aublet (negramina): uma revisão. *Revista Brasileira de Plantas Medicinais*, v. 12, p. 96-104, 2010.

VANZELER, M. L. A. *et al.* Ensaios preliminares em ratas wistar com extrato hidroetanólico de calunga (Simaba ferruginea St. Hil.) vo, nas fases gestacionais de implantação, organogênese e período fetal: interferências na prole. *Revista Brasileira de Plantas Medicinais*, v. 17, p. 454-461, 2015.

VERNOOY, R. *et al. Bancos comunitarios de semillas*: orígenes, evolución y perspectivas. 2016.

VILA VERDE, G. M.; PAULA, J. R. de; CANEIRO, D. M. Levantamento etnobotânico das plantas medicinais do cerrado utilizadas pela população de Mossâmedes (GO). *Revista Brasileira de Farmacognosia*, v. 13, p. 64-66, 2003.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Conselhos sobre doença coronavírus (COVID-19) para o público*. Disponível em: Conselhos para o público (who.int). Acesso em: 25 maio 2023.

ZULFIKER, A. H. M. *et al*. In vivo analgesic activity of ethanol extracts from two medicinal plants- Scoparia dulcis L. and Ficus racemosa Linn. *Biol. Med.*, v. 2, n. 2, p. 42-48, 2010.

Submetido em: 05 de março de 2024
Devolvido para revisão em: 22 de agosto de 2024
Aprovado em: 25 de agosto de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3312

Como citar:
NORA, G. D.; COSTA, M. A. M. R. da. SOCIOBIODIVERSIDADE E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MATA CAVALO - NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT - BRASIL. **Terra Livre**, São Paulo, ano 39, v.1, n.62, jan.-jun. 2024, p. 599-643. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3312. Acesso em: dia/mês/ano.

“A NATUREZA É NOSSA ANCESTRAL”: A ÓTICA DO RACISMO AMBIENTAL E A VAGUEZA DO DEBATE NO ENSINO SUPERIOR CEARENSE

“NATURE IS OUR ANCESTRY”: THE PERSPECTIVE OF ENVIRONMENTAL RACISM AND VAGUENESS IN THE DEBATE IN CEARANCE’S HIGHER EDUCATION

“LA NATURALEZA ES NUESTRA ANCESTRIA”: LA PERSPECTIVA DEL RACISMO AMBIENTAL Y LA VAGEDAD EN EL DEBATE EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR DE CEARANCE

Ruth dos Santos Lima
Educanda do Mestrado em Educação pela Universidade Estadual do Ceará.
E-mail: ruth.lima@aluno.uece.br

Davison da Silva Souza
Educando do Mestrado em Educação pela Universidade Estadual do Ceará.
E-mail: davison.souza@aluno.uece.br

Ingrid Gomes da Silva
Educanda do Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará.
E-mail: ingrid_gomes10@outlook.com

Resumo:
Dialogar acerca dos racismos (sim, no plural), se faz *sine qua non* enquanto temática urgente na sociedade brasileira contemporânea. Nesse contexto, essa pesquisa tem como objetivo analisar a (não) discussão do racismo ambiental dentro de duas Universidades públicas do Estado do Ceará. Para tal, sob aporte metodológico, a pesquisa se comporta como natureza qualitativa e contra colonial. Em termos de revisão bibliográfica utilizou-se Krenak (2019); Mestre Nego Bispo (2015; 2023); Gonzalez (2020), dentre outros/as. Associado a composições de análise do discurso e critério retórico que perfaz o estado da arte, pelo uso de observância pelo portal de periódicos da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Universidade Federal do Ceará (UFC), identificamos a escassez de debate sobre o tema dentro da academia, e com isso, o não questionamento do modelo colonial-capitalista no qual a natureza e seus/suas descendentes são tidos/as como mercadorias nesse necrófilo sistema, enfatizado na hodiernidade.

Palavras-chave: Educação antirracista. Currículo. Contra colonial.

Abstract:
Dialogue about racism (yes, in the plural) is sine qua non as an urgent topic in contemporary Brazilian society. In this context, this research aims to analyze the (non) discussion of environmental racism within two public Universities in the State of Ceará. To this end, under methodological support, the research behaves as a qualitative and counter-colonial nature. In terms of bibliographic review, Krenak (2019); Mestre Nego Bispo (2015; 2023); Gonzalez (2020), among others. Associated with compositions of discourse analysis and rhetorical criteria that make up the state of the art, through the use of observance by the periodical portal of the State University of Ceará (UECE) and Federal University of Ceará (UFC), we identified the scarcity of debate on the topic within academia, and with this, the non-questioning of the colonial-capitalist model in which nature and its descendants are considered commodities in this necrophilic system, emphasized in modern times.
Keywords: Anti-racist education, Curriculum, Against colonial.

Résumé / Resumen:
El diálogo sobre el racismo (sí, en plural) es *sine qua non* como tema urgente en la sociedad brasileña contemporánea. En este contexto, esta investigación tiene como objetivo analizar la (no) discusión sobre el racismo ambiental en dos universidades públicas del Estado de Ceará. Para ello, bajo apoyo metodológico, la investigación se comporta como de carácter cualitativo y contracolonial. En cuanto a la revisión bibliográfica se utilizó a Krenak (2019); Maestro Nego Bispo (2015; 2023); González (2020), entre otros. Asociado a las composiciones de análisis del discurso y criterios retóricos que componen el estado del arte, a través del uso de la observancia por el portal periódico de la Universidad Estadual de Ceará (UECE) y de la Universidad Federal de Ceará (UFC), identificamos una falta de debate sobre el tema dentro de la academia, y con ello, el no cuestionamiento del modelo colonial-capitalista en el que la naturaleza y sus descendientes son considerados como mercancías en este sistema necrófilo, enfatizado en los tiempos modernos.

Mots-clés / Palabras-clave: Educación antirracista, Plan de estudios, Contra lo colonial.

Palavreando o início

“Então não se precipite!
A terra está no limite.
E é nossa casa e riqueza.
Não merece tantos danos.
Nem seres tão desumanos.
Destruindo a natureza.” - (Acopiara, 2022, p. 29)

Visando ampliar as discussões sobre racismo ambiental e educação, este estudo adota o termo, a partir das percepções de que nas relações sociais brasileiras a raça é um fator determinante nas desigualdades existentes, quer seja na educação, saúde, lazer ou nas relações ambientais. Contudo, durante a gestão passada do Governo Federal muitas problemáticas se acentuaram, inclusive acerca do racismo ambiental.

Atravessada pela pandemia global do coronavírus, o Brasil registra 704. 320 mil óbitos (até o momento[1]) em decorrência da doença (PAINEL, 2023), casos esses agravados pelo desrespeito e despreocupação - como política intencional - da gestão do governo Bolsonaro (2019-2022).

Durante esse período o Brasil retorna ao mapa mundial da fome. Ocorrências como as sofridas pelos povos Yanomamis, que foram negligenciados pelo Governo Federal, optando pela comunhão ao genocídio dos povos originários (Justino, 2023) ou o caso da dona Lúcia que foi filmada retirando comida do lixo para se alimentar com sua família (Vieira, 2021), ilustram como a prática do racismo

[1] A pesquisa foi feita em julho de 2023. Esses dados são referentes a esse período.

ambiental está presente no país e foi reforçada pela gestão passada do Governo Federal.

Perante a monopolização da vida, somos ensinados durante os anos de escolarização institucional que o corpo não é natureza, ou que o "homem[2]" dominou a natureza (Soares, 1995), tais afirmações são parte do binarismo colonial - ou seja, a fragmentação de uma política de dominação que busca a desumanização das relações -. Por isso, durante essa escrita comungamos com Mestre Nego bispo e afirmamos que "nós somos a natureza e nos relacionamos com a vida[3]". Contudo, essa vida que foi mercantilizada pelo sistema capitalista vem se tornando um privilégio para poucas pessoas (homens brancos cis-heteros em sua maioria).

Dito isso, essa pesquisa surge da inquietação de um professor e uma professora, ambos negros[4], que a partir de suas vivências na periferia, mas especificamente na comunidade do Barroso e do Parque Veras, em Fortaleza-CE perceberam o intercurso entre raça e meio ambiente. Presenciamos em nossos bairros as marcas do racismo ambiental, na falta de saneamento básico até nas más condições de alimentação ocasionadas pela omissão do poder público com aquele território. E enquanto pesquisador e pesquisadora, constatou-se a falta/escassez de

[2] O termo está em aspas porque divergimos de sua utilização pela ciência eurocêntrica na qual afirma a palavra como universal, ou seja, abrangendo homens e mulheres.

[3] Fala proferida durante a aula aberta intitulada "As fronteiras entre o tempo e o horário" no dia 07 de julho de 2023 no Porto Iracema das Artes em Fortaleza-CE

[4] Ressaltamos que o termo "negro/a" aqui empregado tem caráter social. Portanto, refere-se à identidade político-social de sujeitos que sofrem na pele os efeitos do racismo no Brasil.

discussões sobre a temática nas universidades situadas no território cearense.

A partir do exposto, esta pesquisa tem como objetivo analisar a (não) discussão do racismo ambiental dentro de duas Universidades públicas do Estado do Ceará. Para tal, este estudo se caracteriza como contra colonial, segundo Santos (2015, p. 48) “[...] vamos compreender por contra colonial todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios. ” Portanto, uma investigação que fuja da lógica mortal do colonialismo-capitalista, uma pesquisa respeitadora dos modos e meios de vida ancestrais.

Sendo essa uma pesquisa qualitativa que “[...] considera a concepção de mundo do pesquisador, sua subjetividade e busca compreender fenômenos vivenciados pelos sujeitos, considerando assim sua interpretação sobre o objeto estudado” (Polak; Diniz, 2011, p. 71), ou seja, este estudo visa trabalhar com aspectos das relações sociais atravessados pelo racismo.

Tendo em vista o referencial teórico-metodológico deste estudo, dialogamos com os escritos e saberes tradicionais do quilombola Mestre Nego Bispo (2015; 2023); com os conhecimentos ancestrais de Ailton Krenak (2019; 2022) e com a sabedoria periférica de Lélia Gonzalez (2020), autores/as escolhidos em consonância com a pesquisa contra colonial e antirracista aqui dissertada configurando está como uma pesquisa bibliográfica.

Assim, esse estudo se estrutura em três seções, sendo a primeira: uma interlocução entre o racismo ambiental e as estruturas raciais no Brasil, atravessadas pelo colonialismo e pela

falácia da democracia racial; a segunda: dialoga a respeito dos percursos metodológicos, indicando os caminhos traçados por nós para a concretização da pesquisa; e a terceira: discorre acerca das possíveis discussões ou as ausências delas dentro das universidades cearenses, partindo dos trabalhos disponíveis no repositório institucional da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Universidade Federal do Ceará (UFC); e por último são tecidas as considerações dos debates dispostos.

Contra colonizando o óbvio: raça, racismo ambiental e educação

"Expropriaram a vida da terra
Expropriaram a terra da vida."
(SantosS, 2015, p. 17)

A colonização, fruto da exploração de corpos outros fora do território europeu, teve entre seus efeitos nefastos, a divisão do mundo em binarismos, seja: homem e mulher; ciência e mitologia; colonizado e colonizador; corpo e mente ou até mesmo ser humano e natureza. Esta última, a desconexão de nossos corpos com a nossa mãe - Pacha Mama-nos deslocou do nosso organismo em comum, a natureza (Krenak, 2019). Nessa relação o ser humano é transformado em não-humano (Teixeira, 1995).

Aimé Césaire (2020, p. 24), descreve as relações coloniais da seguinte forma:

> Entre colonizador e colonizado, só há espaço para o trabalho forçado. A intimidação, a pressão, a polícia, os impostos, o roubo, o estupro, a imposição cultural, o desprezo, a desconfiança, o necrotério, a presunção, a grosseria, as elites descerebradas, as massas aviltadas.

Esse sistema que expropriou os corpos africanos de seus territórios, os transportaram em locais desumanos e os venderam como mercadoria em praças públicas, nas Américas, ganhou uma nova configuração - o escravagismo - sistema de exploração de corpos humanos, os condicionando ao (não) lugar de seres sem alma, cultura e humanidade, vale ressaltar, que a colonização deu recursos financeiros a burguesia, para que ela criasse o mundo a sua imagem (Marxs; Engels, 1998) - desconectada da natureza visando o lucro acima de tudo. Salientamos que durante a vigência desse sistema a resistência se fez morada em terras brasileiras (Santos, 2015)

A retirada dessas pessoas de seu território as colocou à margem de uma sociedade desconhecida. Quando houve a "abolição[5]" da escravatura no Brasil em meados de 1888, após séculos de vigência desse sistema, essas populações foram abandonadas pelo poder público sem cidadania e indenização. Situadas longe do território natal de seus ancestrais e sem-terra, essas populações subiram os morros e lá fizeram suas casas.

Mediante o exposto, Lélia Gonzalez (2020, p. 84-85) afirma que:

> Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do branco dominante são moradias saudáveis situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães do mato, capangas, etc. Até a polícia formalmente construída. [...] Já o lugar do negro é o oposto, evidentemente: das senzalas as

[5] O uso das aspas advém na concordância com o professor Clóvis Moura (2023) considerando a "abolição" como a transição de um modo de exploração (escravista) por outro (capitalismo). É uma crítica pela falta de direitos.

> favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos "habitacionais"

Sendo esses lugares definidos socialmente e demarcados pela estrutura racista da sociedade brasileira, condicionado as populações negras a lugares marginais, essas populações vêm sofrendo com o "[...] racismo ambiental, visto que para além de suportarem altas taxas de poluição e viverem em áreas sem infraestrutura e saneamento adequados, o lixo tóxico e sistematicamente destinado à periferia e as zonas em que vivem só grupos vulnerabilizados." (Silva, 2012, p. 98), portanto, percebemos que o racismo ambiental se manifesta principalmente nas periferias, lugar onde vivem e sonham grande parte das populações negras no Brasil.

Ressaltamos, que mesmo após o nefasto crime colonial, os modos de vida trazidos de África, ainda resistem e se encontram em quilombos e terreiros espalhados no vasto território brasileiro. Esses povos da circularidade, vivem em comunhão com a natureza, nesse espaço-tempo "[...] temos uma relação orgânica com todas as vidas. Todas as vidas são necessárias[...] (Santos, 2023, p. 26)

Essa relação orgânica não é pensada pela lógica do capitalismo-racista (Cunha Jr, 2001), pelo contrário, nesse sistema o lucro é mais importante que a vida - são essas as relações sociais impostas pelo neoliberalismo (Dardot; Laval, 2016) -, o progresso como ato discursivo e perspectiva de futuro se tornam falaciosos, pois não existe futuro sem natureza. Mediante o exposto João do Cumbe[6] define racismo ambiental como sendo:

[6] Natural do Quilombo do Cumbe, localizado em Aracati, no interior do Ceará, João é a liderança dessa comunidade, educador popular, ambientalista e mestre em educação pela Universidade Federal do Ceará.

> Nesse sentido, o racismo ambiental é como se nós, povos tradicionais e quilombolas, não tivéssemos direito ao meio ambiente sadio e de qualidade, que passa a ser invadido por atividades econômicas que desconsideram a nossa existência. Essa invasão vem com um discurso de progresso e desenvolvimento, que busca justificar a degradação e destruição (G1, 2022, s/p)

Além de afetar os povos tradicionais como os ribeirinhos, pescadores, caiçaras, ciganos, quilombolas e povos indígenas, por exemplo, o racismo ambiental afeta diretamente os moradores das favelas, sendo esse um território de resistência e de pertencimento, também vivencia o descaso pelas ausências de políticas públicas que corroborem com condições favoráveis e saudáveis de vida.

Em nossa vivência enquanto corpos negros periféricos, pudemos presenciar como o racismo ambiental aliado a uma educação colonial nos condicionava a um meio de quase vida. Na comunidade em que nascemos, percebemos como a falta de saneamento básico (gerador de doenças), o acúmulo de lixo em terrenos baldios (ocasionando a convivência com ratos, baratas, mosquitos, dentre outros animais nocivos à saúde humana) e uma alimentação industrializada eram naturalizações de um meio (quase) de vida.

Ora, a falta de recursos financeiros aliados ao preço exorbitante dos alimentos orgânicos, dificultam o acesso das populações excluídas de uma alimentação saudável. Como nos diz Santos (2023, p. 101) “Se um quilo de carne orgânica é muito caro, o pobre não pode comprar; e se o pobre não pode comer não é orgânico.” Portanto, o racismo ambiental se manifesta no dia a dia, se caracterizando como a deterioração de vidas (incluo aqui, seres

humanos e seus territórios) em conservação de um mercado para poucos.

Esses condicionamentos naturalizados pela educação institucional e não institucional em que nós formamos, apresentam as perspectivas de uma educação colonial expropriadora da vida, e fomentadora de individualidades consumistas, ligadas a lógica de destruição do capitalismo, tem o intuito de formatar nossos corpos, ou seja, apagar da nossa memória os modos de vida e relações harmônicas com a natureza. Pois, segundo Ailton Krenak (2022, p. 108) "A educação que conhecemos sempre teve o ímpeto de formatar as pessoas. "

Portanto, essa formatação, que é um apagamento genocida de nossa ancestralidade, - afinal, a natureza é nossa ancestral (Krenak, 2022) -, está de acordo com o sistema mortífero do capitalismo, que vê no racismo ambiental uma ferramenta de legitimação das desigualdades ambientais, e para além disso, respalda a invasão, extermínio e depredação da de territórios tradicionais pelas grandes empresas com o apoio - seja pelo silenciamento ou falta de monitoramento do Estado - que poluem, desmatam e envenenam nossa terra-mãe.

Contudo, o movimento de confluência é circular, requer dois movimentos (Freire; Shor, 2021), sendo um deles a **denúncia** do racismo ambiental. Diante disso, Costa ressalta que os:

> Movimentos sociais diversos e povos originários e tradicionais do mundo inteiro começaram a se organizar e denunciar a Colonialidade do Poder em suas diferentes expressões, do racismo à expropriação de terras, as desigualdades na distribuição dos riscos e danos ambientais gerados pelo modelo de desenvolvimento capitalista e eurocêntrico, os quais produzem impactos diversos

> sobre etnias vulnerabilizadas, até mesmo a extinção de culturas. Muitos desses movimentos persistem ainda hoje em lutas contra a dominação dos colonizadores, opressores ou imperialistas, trabalhando para verem reconhecidas suas soberanias, assim como para verem reconhecidos e protegidos seus direitos, tratados culturas e terras sagradas (2011, p.107)

Se relacionar com a natureza de modo que gere vida, é um saber ancestral, uma relação orgânica que necessita ser resgatada. Diante disso, precisamos **anunciar** uma relação com o meio em que vivemos, necessitamos de uma educação para a transfluência, uma educação que seja como um rio, que tenha começo, meio e começo. (Santos, 2023), que utilize os saberes tradicionais na preservação da vida, na comunhão com o meio ambiente e na necessária proteção da nossa casa - a terra -.

O racismo ambiental sendo uma tecnologia colonial, precisa ser combatida por uma ação necessária e contínua, que busque aprender com os povos quilombolas e de terreiro um modo de vida fora da colonização (Santos, 2023) em que nosso corpo - a natureza - seja respeitado.

“Sejamos água, em matéria e espírito”: percursos metodológicos

> “Sejamos água, em matéria e espírito,
> em nossas movências e capacidade de
> mudar de rumo, ou estaremos
> perdidos” -Krenak, 2022, p. 14

Entendemos o percurso metodológico como o curso de um rio, fluído, constante e que está em contínua mudança. As pré-determinações que tínhamos na gestação inicial do trabalho foram mudando, assim como as águas de um rio, que se movem, destroem

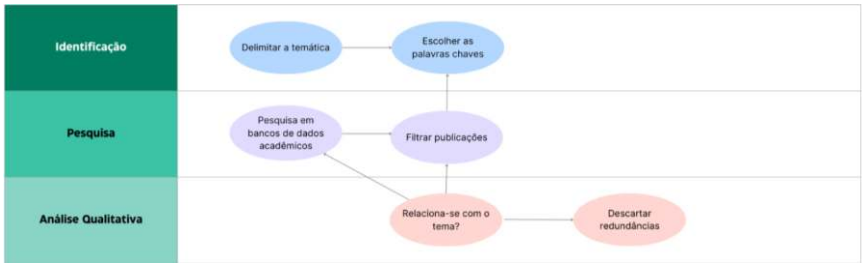
as certezas e apresentam uma pesquisa-água, aberta as correntezas da (trans) formação (Cordeiro, 2015)

Diante disso, apresentamos uma pesquisa qualitativa, que se ocupa de um universo de valores, leituras de mundo, significados que são partes da realidade social (Minayo, 2009) na qual estamos envolvidos/as, imersos na realidade e emergimos em uma análise que parte da nossa indignação frente à ausência do racismo ambiental em duas universidades cearenses.

Optamos por uma pesquisa contra colonial (Santos, 2015) que marque a resistência e luta em defesa dos territórios tradicionais e os diferentes modos de vida, de se relacionar com a natureza, respeitando nossa casa comum e os conhecimentos produzidos com ela.

Partindo do exposto acima, buscamos conhecer o que tem sido produzido sobre Racismo Ambiental nas duas maiores universidades públicas do Ceará, sendo elas: Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Universidade Federal do Ceará (UFC), partindo do entendimento que as academias citadas acima assumem a responsabilidade em discutir sobre os problemas sociais (ambientais, políticos e outros) do seu entorno (Gomes, 2014) - no caso, a cidade de Fortaleza. O percurso metodológico se sucedeu na seguinte ordem:

Figura 1. Percurso metodológico para levantamento de dados



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Após o delineamento da temática, para o levantamento de dados, utilizamos palavras-chave, sendo estas: Racismo Ambiental, Racismo e Ambiental. Tais escolhas se deram frente a necessidade de encontrar a presença ou ausência de escritos que discorrem sobre a temática.

Em um segundo momento, delimitamos que os locais de pesquisas para consulta seriam os Repositórios Institucionais da UECE e UFC, que são locais públicos e estão disponíveis para a consulta na internet, diante disso delimitamos a busca a partir das palavras-chave citadas acima.

No terceiro momento, analisamos as pesquisas encontradas com as palavras-chave, a fim de obter os dados para esse trabalho, encontramos 0 trabalhos na UECE e 30 na UFC referente ao Racismo Ambiental; já na palavra Racismo encontramos 102 trabalhos na UECE e 187 na UFC; por fim, na palavra Ambiental foi encontrado na UECE 1656 trabalhos e na UFC 9698 escritos.

O quarto momento foi a leitura dos resumos, referentes à palavra-chave “Racismo Ambiental”, dos 30 trabalhos encontrados exclusivamente na Universidade Federal do Ceará, apenas 10 abordaram diretamente a questão do racismo ambiental, os 20 restantes não tratavam diretamente do tema. Nos apresentando a

ausência do debate acerca da temática nas universidades em questão.

Por fim, comungamos com um referencial teórico-metodológico de saberes tradicionais do quilombola Mestre Nego Bispo (2015; 2023); com os conhecimentos ancestrais de Ailton Krenak (2019; 2022) e com a sabedoria periférica de Lélia Gonzalez (2020), autores/as escolhidos em consonância com a pesquisa contra colonial e radicalmente antirracista aqui proposta.

Produção acadêmica e Racismo Ambiental: um diálogo urgente

"Aqui, assoreamento
Ali um desmatamento
E um lago com lama preta.
E o que se pode fazer?
No sentido de conter
A matança do planeta?"
-Acopiara, 2022, p. 28

O avanço da política ambiental no Brasil tem início na década de 1930, marcado pela criação do Código das Águas e do Código Florestal (Moura, 2016). Alguns eventos mundiais também foram importantes para a junção de representantes de seus países, em que o objetivo era pensar e propor mudanças mundiais que pudessem remediar as alterações ambientais que tem colocado em risco a vida da espécie humana.

Em 2002, marcado pela Conferência Ambiental Rio+ 10, a crise climática já era uma pauta discutida (Moura, 2016). Atualmente, a crise tem se apresentado, cada vez mais, de maneira avassaladora marcada por mudanças de temperatura, fortes chuvas, embranquecimento dos corais e muitas outras feridas irreversíveis. O ser humano tem sido o maior vírus para a vida no planeta Terra.

Entretanto, apesar de ser uma questão mundial, sabemos que as pessoas não sofrem de maneiras iguais com os efeitos negativos que assolam o mundo. Reflexo disso são as notícias que mostram "progressos" como: viagem espacial e a busca incessante por possibilidade de vida em outro planeta, pois sabemos quais pessoas terão essa "escapatória" (Wattles, 2021). Dessa forma, falar em racismo ambiental, é entender que há pessoas sofrendo diretamente e de maneira mais profunda com as crises que acontecem no mundo, e em especial a ambiental. Young e Lustosa (2003) quando discorrem sobre o conceito de centro-periferia, trouxeram à tona reflexões sobre o centro usar a periferia para alocar suas fábricas de maior índice de poluição e usá-la até a exaustão para captar matéria prima.

Na Conferência Ambiental Rio+ 20, uma das propostas era a possibilidade de países mais desenvolvidos apoiarem financeiramente países mais pobres para a superação da crise ambiental, e a resposta veio de maneira **negativa** (Moura, 2016). Apesar de todos os líderes mundiais se colocarem a responder positivamente ao agravamento da crise climática, é nítido o que já era apresentado por Young e Lustosa em suas pesquisas. Os países desenvolvidos só conseguem o status de *desenvolvimento* por explorarem e esgotarem as fontes naturais e de matérias primas de países *"sub-desenvolvidos"*. Além disso, é assim que conseguem mascarar o nível de poluição geradas por eles, pois só é possível porque parte (ou todas) suas empresas mais poluentes estão com sede em outros países.

Com esse entendimento inicial e por estarmos inseridos em uma universidade pública, entendemos a academia como um ambiente propício para a construção de conhecimento, propagação de

ideias e diálogo, além de entender a necessidade do alinhamento entre universidade e comunidade externa (Gomes, 2014). A cidade de Fortaleza, geograficamente, é uma periferia, em totalidade, em termos socioterritoriais. Apesar dos seus inúmeros bairros considerados a "área nobre", grande parte da cidade é marcada pelo processo de favelização.

Dessa forma, neste trabalho discutiremos racismo ambiental partindo da concepção para além das inúmeras consequências em que a população negra e da periferia vêm sentido com a crise climática, marcados por inundações e desmoronamentos de terra. Ou dos próprios crimes ambientais mediados por empresas, como o que aconteceu em Brumadinho, Mariana ou com a aldeia Krenak[7]. (Senlle; Brunoro; Tannus; Klein, 2016) Aqui abordaremos também englobando o acesso negado a espaços da cidade, assim como a falta de uma infraestrutura digna.

Por exemplo, no bairro Barroso – situado em Fortaleza/CE - é recorrente o caso de inundação de casas no período de chuvas, pois parte do bairro está situado em cima de um braço do Rio Cocó. Além desse fator, muitas das casas não possuem saneamento básico, propiciando um aumento no risco de doenças nessa época do ano. Outra questão presente no bairro é a falta de lixeiras nas ruas, ocasionando uma maior chance de criação de pontos de lixo e entupimento dos bueiros e bocas de lobo. Realidade muito diferente do que é percebido em grandes bairros da capital, como por exemplo Aldeota e Meireles, localizados na Zona Norte da cidade, em que

[7] São exemplos de territórios que tiveram suas vidas modificadas totalmente em decorrência do crime ambiental vivenciado por eles.

apresentam ruas limpas e cuidadas, características de um saneamento básico eficiente.

Ao traçarmos questionamentos sobre as desigualdades, não somente sociais, mas também ambientais de bairros situados em uma mesma cidade, também estamos discutindo sobre o Racismo Ambiental. No entanto, o conceito ainda é pouco utilizado e discutido, a exemplo disso, parte desta pesquisa se deteve à busca por pesquisas acadêmicas produzidas pelas duas maiores universidades públicas de Fortaleza, sendo elas UECE e UFC, a fim de entender como a academia tem contribuído para a disseminação de conhecimento e informação sobre o tema. Os primeiros resultados obtidos apresentam-se no Quadro 1.

Quadro 1: Levantamento por palavra-chave

Palavra-chave/Repositório	UECE	UFC
Racismo Ambiental	0	30
Racismo	102	187
Ambiental	1656	9698

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

De início, a escolha das palavras-chave se baseia na busca por entender o que tem sido publicado sobre esses assuntos, sendo essas palavras percebidas no título e/ou nas palavras escolhidas por seus autores. A pauta ambiental apresenta-se com um maior número de publicações, que envolvem todo tipo de discussão: educação, degradação, gestão e outros. No entanto, quando se trata de “racismo” e “racismo ambiental”, percebemos uma grande defasagem de pesquisas produzidas e publicadas.

O currículo acadêmico, em sua maioria, é composto por autores brancos e carregados de um pensamento eurocêntrico que nos apresentam *o que fazer e como fazer* nas respectivas áreas e profissões (Melo; Ribeiro, 2019). Dessa forma, muitas discussões que poderiam e *deveriam* ser feitas durante o percurso acadêmico, se tornam invisibilizadas, e aqui entra a pauta racial. Apesar de muito ter se avançado, é perceptível o ambiente extremamente fechado da academia, induzindo os discentes a produzirem mais do mesmo.

Em um segundo momento, das 30 (trinta) produções aparentes sobre racismo ambiental no Repositório Institucional da UFC, foi percebido que nem todas as publicações eram, de fato, sobre o assunto. O resultado obtido a partir da leitura detalhada dos resumos presentes nos 30 trabalhos encontrados encontra-se no Quadro 2. A leitura teve como foco entender a discussão central dos trabalhos e se, de fato, o tema Racismo Ambiental era um dos conceitos principais utilizados.

Quadro 2: Levantamento após leitura de resumo

Pesquisas sobre Racismo Ambiental	Pesquisas que não abordam Racismo Ambiental
10	20

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Após a segunda análise, percebemos uma diminuição gradativa nos números de pesquisas publicadas que envolvem o tema central de Racismo Ambiental. Das 30 (trinta) pesquisas que apareciam junto da palavra-chave "racismo ambiental", **apenas 10 (dez)**, de fato, abordavam o tema. Com esse resultado, muitos

questionamentos foram criados: “Há uma discussão sobre Racismo Ambiental dentro das universidades?”, “Se há uma discussão sobre o tema, por que não existem pesquisas sendo produzidas/publicadas?”, “Existem professores/grupos/coletivos dentro das universidades que dialogam sobre o tema?”.

Os questionamentos supracitados, ainda que iniciados após a percepção das pesquisas encontradas no Repositório Institucional da UFC, tem um peso muito maior para o total de **0 (zero)** pesquisas encontradas no Repositório Institucional da UECE. Nesse sentido, nos atemoriza um questionamento central: Afinal, onde está a discussão sobre racismo ambiental nas universidades investigadas? Será que, de fato, esse tema não está sendo discutido dentro da academia?

Partindo dos resultados obtidos, percebemos que a superação do racismo ambiental é (e talvez por muito tempo, ainda continuará sendo) uma incerteza de quando se dará. Em janeiro de 2024, a ministra da Igualdade Racial do Brasil, Anielle Franco levantou o tema nas redes sociais e recebeu muitos comentários negativos com o termo por ela apresentado (CAPITAL, 2024). A população, em sua maioria, não conhece e não entende o termo e, dessa forma, não o aceita. Após o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, muitas pautas envolvendo as minorias da população, passaram a ser tratadas como “mimimi”, desmerecendo suas reivindicações e sua seriedade, em especial a questão racial.

A universidade que deveria ser um ambiente para a construção e divulgação de conhecimento, atendendo as demandas sociais da comunidade do seu entorno e publicizando pesquisa científica que valide conceitos, apresenta uma falha nessa área, como

apresentado nos resultados acima. Apesar do termo ter sido criado há mais de 40 anos (CAPITAL, 2024), somando as produções publicadas pelas duas universidades não obtemos um resultado que expresse seu compromisso em discutir a pauta. Entendemos, como discentes da Universidade Estadual do Ceará, a urgência em propor espaços para discussão e reflexão sobre as contribuições reais da academia para a realidade social e ambiental da cidade de Fortaleza.

Palavreando a (in)conclusão

Em um processo de construção sócio-histórica de nos tornarmos seres humanos, parte da humanidade foi perdida. A conexão entre natureza-humano passou de uma relação respeitosa, para uma relação de dominação. O homem branco não só se sentia dono de terras e todos os "recursos" naturais visíveis, como dono de corpos que acreditavam ser uma *espécie inferior*.

Estamos (sobre)vivendo em um ritmo de vida e produção desconexos com a natureza e com nós mesmos/as. Somos imersos/as no pensamento, modelo econômico e social, do capitalismo, empurrados constantemente a sempre querermos mais, consumirmos mais, sem nos preocuparmos com a finitude das coisas. No entanto, a natureza busca, de todas as maneiras possíveis, o seu equilíbrio. Exemplo disso são as suas inúmeras apresentações, que incluem as fortes chuvas e as imensas inundações.

Percebemos as mudanças ambientais que ocorrem no mundo e afetam de maneira diferente a população global. Países mais pobres tendem a sofrerem mais consequências, pois é perceptível a instalação de empresas mais poluentes que migram do centro. Assim

como as periferias da cidade sofrem com a questão ambiental de maneira mais presente, como observa-se em casos de alagamentos e desmoronamentos de terras.

Todos esses exemplos refletem questões ambientais que são marcadas pelo racismo ambiental, pois sabemos que a população, em maioria, nesses espaços é a população negra, que já sofre com a questão racial antes mesmo da questão ambiental. Por isso, nesta pesquisa entendemos o racismo ambiental não somente como uma série de consequências entrelaçadas com as questões ambientais locais e mundiais, mas também como a negação e exclusão de direitos ambientais.

Neste trabalho, após um levantamento de dados nos repositórios institucionais da UECE e UFC, podemos ter uma leitura inicial que a pauta do racismo ambiental ainda é algo distante. Com apenas 10 (dez) produções publicadas, entendemos que há uma falta de docentes, grupos, palestras, cursos e demais movimentos que levantem a pauta dentro da universidade de maneira que contemple a realidade externa. Imersos a tal questionamento, que possivelmente não se faz apenas em escala local, mas nos meandros da nossa nação, é urgente uma pauta de diálogo que coloquem em xeque a base intencional do sistema vigente e as prerrogativas perversas tão necessárias à acumulação capitalista.

Referências

ACOPIARA, Moreira. **Poemas para adiar o fim do mundo.** Jandira/SP: Principis, 2022.

CAPITAL, Carta (org.). O que é o racismo ambiental? **Carta Capital.** Brasil, p. 1-3. 15 jan. 2024. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/o-que-e-o-racismo-ambiental/. Acesso em: 20 jan. 2024.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

CORDEIRO, Gilson Soares. Vem jogar mais eu, mano meu: Cartografando a capoeira na cidade de Camocim como jogo de linguagem e resistência negra. 2015. 252 f. Tese (Doutorado em 2015) - Universidade Estadual do Ceará, 2015. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=84461> Acesso em: 14 de agosto de 2024

CUNHA JUNIOR, Henrique Antunes. Africanidade, afrodescendência e educação. **Educação em Debate**, Fortaleza, v. 2, n. 42, p. 5-15, 2001.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e Ousadia:** o cotidiano do professor. 14 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo Afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

JOÃO do Cumbe e a luta contra o racismo ambiental nos quilombos. **G1**, 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/ce/ceara/especial-publicitario/unifor/ensinando-e-aprendendo/noticia/2022/06/13/joao-do-cumbe-e-a-luta-contra-o-racismo-ambiental-nos-quilombos.ghtml Acesso em: 13 de mar. de 2024.

JUSTINO, Guilherme. Caso yanomami: o que é e por que se fala em genocídio indígena. **Um só planeta**, 2023. Disponível em: https://umsoplaneta.globo.com/sociedade/noticia/2023/01/24/caso-

yanomami-o-que-e-e-por-que-se-fala-em-genocidio-indigena.ghtml. Acesso em: 13 de jul. de 2023.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MINAYO, Cecília de Souza. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOURA, Adriana Maria Magalhães de. TRAJETÓRIA DA POLÍTICA AMBIENTAL FEDERAL NO BRASIL. In: MOURA, Adriana Maria Magalhães de (org.). **Governança Ambiental no Brasil**. Brasil: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2016. Cap. 1. p. 13-42. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6800. Acesso em: 10 jan. 2024.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Dandara, 2023.

PAINEL Coronavírus. **Coronavírus Brasil**, 2023. Disponível em: https://covid.saude.gov.br/. Acesso em: 13 de jul. de 2023.

POLAK, Ymiracy Nascimento de Souza; DINIZ, José Alves. Conversando sobre pesquisa. In: POLAK, miracy Nascimento de Souza; DINIZ, José Alves; SANTANA, Rogério Santana. **Dialogando sobre metodologia científica.** Fortaleza: Edições UFC, 2011, p. 67-98

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos **Colonização, quilombos modos e significados**. Brasília: Unb, 2015.

SENLLE, Marília; BRUNORO, Mario; TANNUS, Rafael Monteiro; KLEIN, Tatiane (ed.). “Não foi um acidente”, diz Ailton Krenak sobre a tragédia de Mariana. **Instituto Socioambiental.** Altamira, p. 1-3. 09 nov. 2016. Disponível em: https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/nao-foi-um-acidente-diz-ailton-krenak-sobre-a-tragedia-de-mariana. Acesso em: 10 jan. 2024.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Economia e filosofia no pensamento político moderno.** Campinas, SP: Pontes, 1995

VEIRA, A. Mulheres alimentam famílias com restos de comida jogados no lixo. **O povo**, 2021. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2021/10/21/mulheres-alimentam-familias-com-restos-de-comida-jogados-no-lixo.html> Acesso em: 13 de jul. de 2023.

YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann; LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira. A questão ambiental no esquema centro-periferia. **Economia**, Niterói, v. 4, n. 2, p. 201-2021, jul./dez., 2003. Disponível em: https://www.anpec.org.br/novosite/br/volume-4. Acesso em: 10 ago. 2023.

WATTLES, Jackie (ed.). Elon Musk sobre missões em Marte: “você pode não voltar vivo”. **Cnn Brasil.** Brasil, p. 1-3. 28 abr. 2021. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/elon-musk-sobre-missoes-em-marte-voce-pode-nao-voltar-vivo/. Acesso em: 10 jan. 2024.

Submetido em: 05 de abril de 2024
Devolvido para revisão em: 09 de agosto de 2024
Aprovado em: 16 de agosto de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3405

Como citar:
DOS SANTOS LIMA, R.; DA SILVA SOUZA, D.; GOMES DA SILVA, I. “A NATUREZA É NOSSA ANCESTRAL”: A ÓTICA DO RACISMO AMBIENTAL E A VAGUEZA DO DEBATE NO ENSINO SUPERIOR CEARENSE. **Terra Livre**, São Paulo, ano 39, v.1, n.62, jan.-jun. 2024, p. 644-667. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3405. Acesso em: dia/mês/ano.

A DINÂMICA ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS NO REASSENTAMENTO RURAL COLETIVO KM 27 EM VITÓRIA DO XINGU/PA

THE ECONOMIC DYNAMICS OF FAMILIES IN THE COLLECTIVE RURAL RESETTLEMENT KM 27 IN VITÓRIA DO XINGU/PA

LA DYNAMIQUE ÉCONOMIQUE DES FAMILLES DANS LE RÉINSTALLATION RURALE COLLECTIVE KM 27 À VITÓRIA DO XINGU/PA

Jéssica Ferreira de Castro
Doutoranda em Geografia (PPGEO/UFPA)
E-mail: jessica.castro@altamira.ufpa.br

José Antônio Herrera
Doutor em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Campinas e Professor associado da Universidade Federal do Pará (PPGEO/UFPA)
E-mail: herrera@ufpa.br

Gleiciely Barroso Carvalho
Doutoranda em Geografia (PPGEO/UFPA)
E-mail: tiely_atm@hotmail.com

Márcio Douglas Brito Amaral
Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo, Professor adjunto da Universidade Federal do Pará (PPGEO/UFPA)
E-mail: marcioamaral@ufpa.br

Resumo:
A Região de Integração do Xingu sofreu interferências com a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, este empreendimento provocou modificações severas nos municípios de influência direta, impactos ambientais, culturais e econômicos. As famílias que residiam na Volta Grande do Xingu, foram remanejadas compulsoriamente para outros espaços. O Reassentamento Rural Coletivo km 27 localizado em Vitória do Xingu – PA, foi criado com intuito de assentar moradores de diferentes áreas rurais que foram atingidos por UHEBM. O objetivo da pesquisa é compreender as estratégias produtivas das famílias reassentadas no RRC km 27. A pesquisa foi construída por meio de revisão bibliográfica sobre a construção do RRC; levantamento e análise de dados secundários e aplicação de formulário junto aos moradores. A UHEBM promoveu grandes mudanças na produção socioeconômica dos reassentados, assim, as famílias tentam sobreviver com as novas técnicas e novas alternativas nos sistemas produtivos, e a produção do novo espaço.

Palavras-chave: Usina Hidrelétrica de Belo Monte, Produção, Reassentamento Rural Coletivo, Espaço.

Abstract:
The Região de Integração do Xingu has experienced interferences due to the construction of the Belo Monte Hydroelectric Plant (UHEBM). This project has caused severe modifications in the municipalities directly influenced, leading to environmental, cultural, and economic impacts. Families residing in the Volta Grande do Xingu were compulsorily relocated to other areas. The Collective Rural Resettlement (RRC) at km 27, located in Vitória do Xingu – PA, was established to settle residents from various rural areas affected by the UHEBM. The research aims to understand the productive strategies of the resettled families in the RRC km 27. The study was developed through a literature review on the construction of the RRC, collection and analysis of secondary data, and the application of a questionnaire to the residents. The UHEBM has brought significant changes to the socioeconomic production of the resettled families. As a result, these families are striving to survive with new techniques and alternative approaches in their production systems and the creation of the new living space.

Keywords: Belo Monte hydroelectric plant, Production, Collective rural resettlement, Space.

Résumé
La région d'intégration du Xingu a subi des interférences avec la contruction de la centrale hydroélectrique de Belo Monte, ce projet a provoqué de graves changements dans les municipalités d'influence directe, des impacts environnementales, culturelles et économiques. Les familles résident dans la Volta Grande do Xingu ont été obligatoirement relogées dans d'autres zones. La zone de Réinstallation rurale collective du km 27, située à Vitória do Xingu - PA, a été créée dans le but d'installer les résidents de différentes zones rurales qui ont été touchées par l'UHEBM. L'objectif de la recherche est de comprendre les stratégies productives des familles réinstallées dans le CRR du km 27. La recherche a été construite à partir d'une revue bibliographique sur la construction du RRC; enquête et Analyse des données secondaires et aplications d'un formulaire auprès des residentes. L'UHEBM a apporté des changements majeurs dans la production socio-économique des personnes réinstallées, ainsi, les familles tentent de survivre avec les nouvelles techniques et les nouvelles alternatives dans les systèmes de production, et la production du nouvel espace.
Mots clefs: Centrale hydroélectrique de Belo monte, Production, Réinstallation rurale collective, Espace.

A DINÂMICA ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS NO REASSENTAMENTO RURAL COLETIVO KM 27 EM VITÓRIA DO XINGU/PA

Introdução

A expansão da fronteira capitalista na Amazônia, entre as décadas de 1960 e 1970 no século XX, desencadeou novas atividades econômicas na região, como a exploração dos recursos hídricos por meio da implantação de grandes projetos de investimentos (GPI'S) e a exploração do subsolo em busca de minérios. Esses grandes projetos de investimentos transformam os elementos socioespaciais, os modos de vida[1] e a produção do espaço em que está inserido.

As novas atividades econômicas, quando inseridas no território, mudam a dinâmica do espaço, os novos agentes de produção são integrados, novas técnicas de produzir normalmente respondem às demandas externas resultantes da junção do capital financeiro e industrial, vale lembrar que "o capital financeiro e industrial está voltado para transformar a natureza e para garantir a apropriação dos recursos naturais pelo capital mundial" (Alvarez; Costa; Herrera, 2019, p. 65).

A inserção de novos projetos de investimentos na Amazônia, no período atual, tornou-se prática comum no conjunto das ações desenvolvimentistas estabelecidas na região, de modo a provocar diversas mudanças, alterando assim, todo modo de vida existente (Herrera, 2019).

Nesse sentido, foi construída na Região de Integração do Xingu (RIX)[2], a Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHEBM), com

[1] A análise dos modos de vida, submete-se à lógica da reprodução da força de trabalho expressa pelas condições de exploração e de classe (Braga, Fiúza, Remoaldo, 2017, p. 372).

[2] A Região de Integração Xingu é composta por 10 municípios (Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto do Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu) (Plano Plurianual, 2023).

capacidade instalada de 11.233,1 MW (Norte Energia, 2021), a construção iniciou em 2011 e seu término em 2019. Porém, o empreendimento provocou modificações no território mesmo antes do início das obras, gerando o que Santos (2006) definiu de psicosfera, através dos objetos, técnicas, novas formas de vida, prática social e afetiva do espaço.

O empreendimento UHE Belo Monte encontrou grande resistência por parte da população local, os sujeitos atingidos questionavam sobre os impactos ambientais, sociais e econômicos que a Usina Hidrelétrica iria provocar na região. Desse modo, o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB)[3], ambientalistas de todo o mundo e a população local se posicionaram contra o empreendimento. Em fevereiro de 1989 em Altamira, ocorreu o 1° Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, o indígena Caiapó, Truíra, estendeu a lâmina do seu facão no rosto do presidente da Eletronorte durante o encontro, a situação representou a emblemática da resistência contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte na região do Xingu.

No decorrer da instalação da UHE Belo Monte, diversas populações tradicionais foram deslocadas compulsoriamente de suas áreas para outros locais, a grande maioria, distantes do rio. Esse deslocamento, ao distanciar as famílias do rio, caracterizou a perda do lugar, as relações identitárias foram interrompidas e suas atividades econômicas modificadas. Outrora, as populações tinham o

[3] O Movimento dos Atingidos por Barragens tem uma longa história de resistência, lutas e conquistas. Nasceu na década de 1980, por meio de experiências de organização local e regional, enfrentando ameaças e agressões sofridas na implantação de projetos de hidrelétricas (Mab, 2022).

seu modo de vida ligado ao Rio Xingu, a obtenção de renda era pautada principalmente, na prática da pesca. Neste sentido, além dos deslocamentos físicos, deve-se considerar que também ocorreram perdas econômicas, uma vez que a restrição de acesso às áreas comuns e aos recursos utilizados pelas famílias limitou as atividades de sobrevivência, deslocando-as de forma indireta (Ifc, 2012).

Nessa perspectiva, os grandes projetos de investimentos não levam em consideração os laços afetivos, simbólicos e econômicos que as populações tradicionais que moram ao redor do rio possuem. Assim, mesmo com a resistência por parte da população local, contra o empreendimento, os sujeitos foram forçados a se adequar a imposição econômica, consequência da globalização perversa (Santos, 2000), tendo que deixar seus espaços vividos em função da apropriação que o capital faz dos recursos naturais disponíveis.

O objeto de estudo desta pesquisa é o Reassentamento Rural Coletivo, localizado no km 27 no município de Vitória do Xingu –PA (RRC km 27). A escolha do RRC km 27 foi motivada por este ter sido construído pela empresa Norte Energia, para compensar as famílias que foram diretamente atingidas por Belo Monte. Inicialmente, 28 famílias foram remanejadas para o RRC km 27 (Silva, 2020), sendo estas em diferentes atividades econômicas como: meeiros, extrativistas, pescadores, ribeirinhos e entre outros. A pesquisa que fundamenta este artigo, é compreender as estratégias produtivas das famílias reassentadas no RRC km 27, verificando as estratégias de sobrevivência que os sujeitos foram estabelecendo para permanecer no reassentamento, uma vez que independente de suas trajetórias foram destinados a atividades econômicas diferentes.

Outro ponto importante é que as famílias deslocadas mantinham suas relações econômicas na cidade de Altamira, os sujeitos tinham o centro comercial da cidade como principal entreposto para comercializar seus produtos e adquirir mercadorias essenciais para o seu cotidiano. Devido ao deslocamento dessas famílias para o RRC-27, faz-se a seguinte pergunta: quais as mudanças nas relações econômicas das famílias após o deslocamento forçado?

Portanto, através da pesquisa foi possível verificar que apesar de algumas famílias terem conseguido estabelecer estratégias produtivas para se fixarem e produzirem no reassentamento, desenvolvendo novas técnicas e alternativas econômicas, muitas famílias não conseguiram se adaptar no reassentamento e gerar renda para garantir a manutenção familiar, principalmente devido à fragilidade do solo[4] para a plantação, o não conhecimento de técnicas compatíveis com os sistemas de produção previsto pelo empreendedor (responsável pelo reassentamento) e a ausência de assessoria técnica eficiente.

Procedimentos metodológicos

Compreende-se que a observação em campo é fundamental para entender o fenômeno a ser estudado, desse modo, com as atividades de campo no reassentamento, foi possível compreender a

[4] O conceito de fragilidade pode ser definido como a vulnerabilidade do ambiente em sofrer qualquer tipo de impacto e está relacionada com fatores de desequilíbrio de ordem natural e antropogênica (Tamanini, 2008).

realidade em que os sujeitos foram inseridos após o empreendimento Belo Monte.

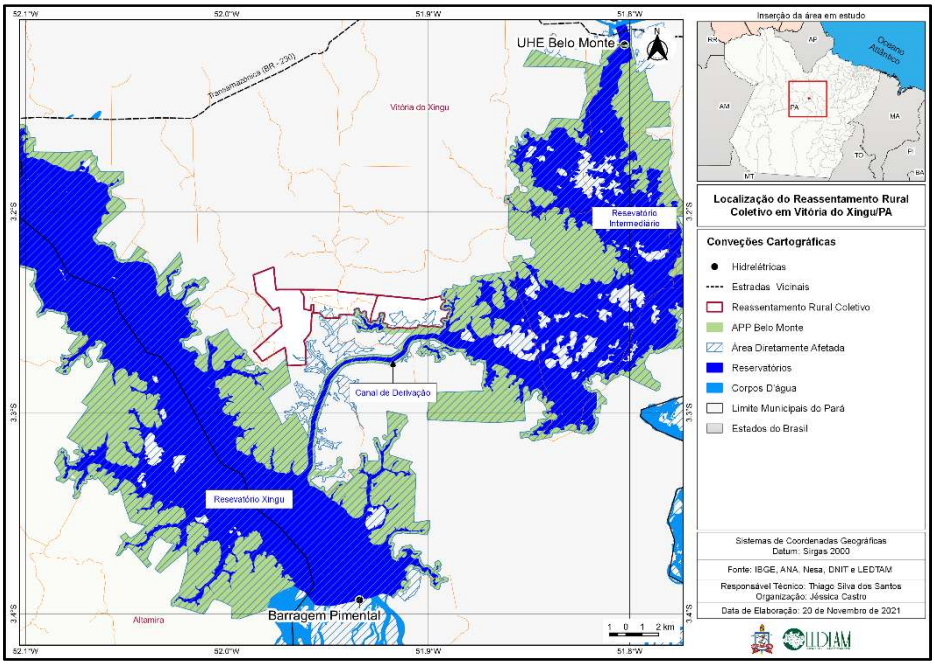
Neste sentido, os sujeitos que residiam em áreas consideradas de risco em virtude da construção do reservatório da UHEBM foram remanejados para outros locais da cidade. Dessa forma, a empresa Norte Energia ofereceu indenizações para as famílias por meio de: "I Carta de Crédito (CC); II Indenização em dinheiro; III Realocação podendo ser, Urbana, Reassentamento individual em áreas remanescentes (RAR) ou coletivo (RRC)" (Arcanjo, 2019, p. 7). Com o deslocamento compulsório ocasionado pela chegada do empreendimento, é importante compreender a nova realidade que os reassentados foram inseridos, pois "a maneira como o sujeito se relaciona com a realidade se dá a partir da mediação feita pelo trabalho, se tornando este um elemento constitutivo do próprio sujeito" (Oliveira Neto, 2014, p. 17).

Para entender como essas famílias estão se organizando ao novo espaço de moradia, tem-se como categoria analítica o Espaço, este considerado na perspectiva Miltoniana. Portanto, tem como abordagem central que "[...] o espaço está em evolução permanente. Tal evolução resulta da ação de fatores externos e de fatores internos. Uma nova estrada, a chegada de novos capitais ou a imposição de novas regras" (Santos, 2014, p. 28-29).

Essa perspectiva metodológica tem como foco central o fato que as famílias foram inseridas em um novo espaço, com características diferentes do que estavam habituadas e, ainda, ponderando que o empreendedor, por meio de suas formas de compensações não garante a manutenção dos modos de vida que as famílias outrora possuíam. Assim, considerou-se essencial investigar as contradições

existentes, para isso calçou a pesquisa no materialismo histórico e dialético, buscando compreender a realidade como totalidade, fazendo o exercício de ir e vir na trajetória das famílias, bem como percebendo as implicações do estar e viver num novo espaço, que exige das famílias a necessidade de adaptação a essa nova realidade.

Como exposto no mapa 1, a seguir, o RRC-27 está localizado no município de Vitoria do Xingu-PA, muito próximo do canal de derivação do reservatório gerado com o barramento do rio Xingu. O RRC tem uma estrutura dividida em três partes, sendo a parte do centro a área com ocupação dos lotes, permitido o uso com prática agropecuária em 15ha em cada lote, nas extremidades são áreas de reserva florestal coletiva.



Mapa 01: Localização do Reassentamento

Fonte: IBGE/ANA/NESA, 2021.

É importante ressaltar que no espaço em que foi construído o RRC, antes era uma fazenda com

forte presença de pecuária bovina, sendo esta a principal atividade produtiva naquele espaço, segundo os documentos analisados da empresa Norte Energia (2018).

Desse modo, para a realização desta pesquisa, foram seguidos alguns procedimentos metodológicos referente ao objeto de estudo:

1. Pesquisa bibliográfica de natureza histórico-geográfica acerca da construção do RRC km 27: artigos científicos, teses, dissertações, capítulo de livro e TCC' s.
2. Pesquisa documental: relatórios da empresa Norte Energia como o projeto do Reassentamento e o EIA-RIMA.
3. Atividade de campo com aplicação de formulário junto aos moradores do referido RRC km 27, e, observações do pesquisador sobre a realidade dos sujeitos no novo espaço.
4. Análise e sistematização dos dados primários e secundários para elaboração do trabalho final.

O RRC km 27 é acompanhado desde 2017 pelo Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais na Amazônia (LEDTAM). Desse modo, as pesquisas já realizadas contribuíram significativamente para a análise e interpretação dos dados coletados no ano de 2021, conforme consta a tabela 01. No entanto, devido à pandemia do Novo Coronavírus, não foi possível realizar atividade de campo no ano de 2020, em virtude dos protocolos de saúde adotados para o controle da doença.

Neste sentido, em 2017 foram realizadas 16 entrevistas com as famílias, sendo em 2018, 23 entrevistados, no ano de 2019 foram realizadas 27 entrevistas, e em 2021 foram realizadas 10 entrevistas das 28 famílias reassentadas, não sendo possível entrevistar todas as famílias do RRC, devido à pandemia e em função de algumas delas

terem vendido e/ou abandonado os lotes, por não conseguirem se adaptar no RRC.

	2017	2018	2019	2021
Reassentado	12	13	16	7
Não reassentado	2	10	11	2
Ausentes	14	5	1	19
Total de Entrevistados	14	23	27	9

Tabela 01: Quantificação das entrevistas

Fonte: Coleta de campo Ledtam. Org. Autor, 2022.

No primeiro momento da atividade de campo, foi possível observar o espaço em que foi construído o RRC, como foi mencionado anteriormente, a observação em campo somada as entrevistas, foi fundamental para entender como os sujeitos buscaram se organizar no novo espaço, como também, verificar os tipos de atividades econômicas desenvolvida por eles.

Devido ao espaço em que o RRC foi construído, a presença de pastagens no solo dificulta as atividades econômicas para quem deseja trabalhar com agricultura ou psicultura, desse modo, grande parte dos moradores ressaltaram dificuldades em conseguir produzir no local, pois as pastagens deixam partes do solo fragilizado para produção, neste sentido:

> Os solos ocupados por pastagens em geral são marginais quando comparados àqueles usados pela agricultura de grãos. Estes apresentam problemas de fertilidade natural, acidez,

> topografia, pedregosidade ou limitações de drenagem (Adamoli *et al.*, 1986). Os solos de melhor aptidão agrícola são ocupados pelas lavouras anuais de grãos ou as de grande valor industrial para a produção de óleo, fibras, resinas, açúcar etc. Dessa forma é de esperar que as áreas de exploração para os bovinos de corte apresentem problemas de produtividade e de sustentabilidade de produção (Macedo *et.al.*, Sem Ano, p. 1-2).

Portanto, esses problemas quanto à presença de pastagens no solo do reassentamento dificultam que as famílias consigam realizar suas atividades produtivas em uma área com grande presença de capim e pastagens. Além disso, tem-se que ter como elemento fundamental que a realidade dessas famílias, outrora era muito diferente, com características próprias que as distanciam a priori da condição de moradores do RRC km27, em função de vários elementos como estes, a proposição dessa pesquisa esteve pautada na compreensão do espaço na condição de totalidade, afinal, "nenhum enfoque que deixe de lado a noção de totalidade, permitirá uma correta noção da realidade" (Santos, 2012, p. 135).

A economia da região amazônica brasileira e os projetos de investimentos, o espaço como conceito chave

A Amazônia configura-se como um dos espaços indispensáveis para o desenvolvimento do capitalismo. Normalmente, adotando estratégias de implantação de Grandes Projetos de Investimentos (Vainer, Araújo, 1992), como alternativa para a expansão do capital sobre o espaço amazônico, neste movimento, ressaltam o discurso de melhorias e desenvolvimento para a região. Porém, constata-se que a chegada desses grandes empreendimentos tem provocado danos

irreparáveis às populações tradicionais, impactando sobre as condições socioespaciais e o ambiente natural das famílias ribeirinhas.

O olhar para o espaço amazônico ainda se remete a um espaço que contém atrasos tecnológicos, carência de investimentos e falta de mercadorias e produtos. Todavia, os projetos de investimentos são uma forma que o capital encontrou para trazer melhores condições de vida para a região amazônica. Entretanto, esse tipo de desenvolvimento, pensado pelo próprio Estado brasileiro, modifica e controla o espaço em que se insere (Chaves, 2018).

Ressalta-se que os recursos existentes na região amazônica sempre foram alvo para a expansão do capitalismo, sua amplitude e riquezas de recursos hídricos, minerais e florestais, estão sendo explorados/retirados de forma intensa, tendo como consequência a degradação do meio ambiente, os conflitos sociais e a extinção de determinadas espécies (Herrera; Miranda Neto; Moreira, 2012).

Devido ao grande valor hídrico e florestal que a Amazônia brasileira possui, essa é muito "disputada" pelos agentes econômicos e, com isso, dificulta a ação dos pequenos produtores no espaço produtivo. Neste sentido, Becker salientou que:

> O ufanismo do discurso oficial e a denúncia do saque feito pelos grupos econômicos deixam pouco espaço para a ação construtiva de milhares de pequenos produtores e trabalhadores que não são apenas vítimas, mas sim também os principais artífices da formação regional (Becker, 1994, p. 7).

A inserção da Amazônia no sistema capitalista carrega consequências, pois, além de ser vista como fornecedora de matéria-prima, os agentes econômicos desconsideram a história e a trajetória

das famílias que sempre desenvolveram suas práticas econômicas e simbólicas nos espaços tradicionais, sobretudo a margem do rio, e principalmente aquelas que foram forçadas a deixarem seu local de origem em função da apropriação do espaço pela nova dinâmica capitalista.

A retirada das famílias dos seus antigos espaços é uma das primeiras consequências do aporte de Belo Monte no território, Chaves, Monzoni e Artuso (2019, p. 2), afirmam que "no ano de 2015 mais de 40 milhões de pessoas em todo o mundo foram deslocadas de suas casas e seus territórios, estando entre as razões a instalação de grandes obras de infraestrutura e desenvolvimento." A inserção de novos objetos espaciais na Amazônia ressalta o que Santos (2006) definiu de psicoesfera, os atores hegemônicos reorganizam o espaço amazônico através de novas redes estabelecidas com discursos de melhorias e "processo de convencimento", porém, além de modificar os espaços, acabam deslocando as populações tradicionais para outros espaços com dinâmicas e características diferentes, impondo um novo modo de vida.

Nesta perspectiva, Herrera (2019, p. 473) destaca que "o desenvolvimento capitalista interfere no espaço de modo a configurar as relações sociais e de produção", no caso de Belo Monte, as transformações socioespaciais afetaram drasticamente a vida de vários sujeitos e, para tentar compensar as famílias atingidas, normalmente os grandes empreendimentos tentam indenizar as famílias, porém, não há indenizações que compensem um deslocamento forçado:

> A saída forçada das populações ribeirinhas, promovidas pelas obras de instalação das usinas, é acompanhada por compensações financeiras que se

> volatizam em pouco tempo. O processo de reassentamento, seja ele rural ou urbano, rompe com as tradições culturais, o elo fmiliar e não assegura a manutenção das condições anteriores de vida (Pereira; Costa; Souza, 2010, p. 197).

A economia do espaço amazônico é tradicionalmente constituída pela prática da pesca e do extrativismo, devido aos rios que o compõem e aos elementos simbólicos tradicionais. Os sujeitos tradicionais existentes no espaço amazônico, possuem seus modos de vida ligados a floresta amazônica, nesta perspectiva, muitas das vezes os sujeitos locais são considerados "invisíveis" ou entraves para o capital quando tenta se reproduzir em um determinado espaço (Lima, 2020), uma vez que para reprodução ampliada do capital muitos desses grupos precisam ser remanejados para outros espaços.

Exemplo deste processo está representado pelo ocorrido com as 28 famílias deslocadas compulsoriamente para o Reassentamento Rural Coletivo km 27 em Vitória do Xingu -PA, os antigos espaços foram considerados áreas de risco pela construção do reservatório da UHE Belo Monte. Assim, o RRC-27 é entendido como um espaço construído forçadamente para que as famílias vistas como empecilhos à apropriação dos recursos naturais pela lógica capitalista fossem retiradas de seu percurso, mas sem muita ou nenhuma preocupação se conseguiram se estabelecer neste novo espaço.

Reassentamento Rural Coletivo km 27: Construção forçada do espaço para viver

O RRC km 27, foi organizado para as famílias que residiam em áreas de inundações provocadas pela construção da barragem da

UHE Belo Monte. Cada reassentado recebeu um lote de 75 hectares, sendo que 15ha para uso agropecuário, a grande porção do lote, e 60ha destinado a reserva legal. As casas dos reassentados estão estruturadas com três quartos, sala, cozinha e banheiros adaptados para pessoa com deficiência.

Na figura 01.a, destaca-se uma das casas do RRC, como visto, de alvenaria e telha de barro, bem diferente das estruturas das antigas casas, dos antigos espaços. Na figura 01.b, tem-se a estrutura construída por uma das famílias, esta imagem representa de forma similar a maioria das casas antigas das famílias, inclusive, muitas famílias ao saírem dos espaços antigos levaram consigo o material da antiga casa e aproveitaram como exposto, ampliando a casa padrão do reassentamento, configurando então, uma resistência na adaptação ao novo espaço.



Figura 01: Casa padrão do reassentamento

Logo depois da entrega das casas, muitos reassentados fizeram modificações e ampliações que representam símbolos e costumes dos antigos espaços. Todavia, o reassentamento não atende as

Fonte: Coleta de campo Ledtam, 2018.

necessidades das famílias, como por exemplo, a falta de escola, posto de saúde e transporte e, além disso, tem a dificuldade em acessar o centro do comércio de Vitória do Xingu ou de Altamira, devido não haver o transporte adequado para auxiliá-los, segundo o relato de alguns moradores. A ausência de escola e posto de saúde, dificultou muito para os reassentados que não possuem transportes para se locomover. Outrora, a locomoção era feita pelo rio Xingu, utilizando embarcações pelas famílias como meio de transporte. Contudo, para ter acesso aos serviços que ainda são inexistentes no reassentamento, as famílias tentam utilizar os serviços de educação em Altamira e Vitória do Xingu, como aponta Silva:

> Para o acesso à educação, as pessoas precisam se deslocar para uma escola localizada no km 18, agrovila Leonardo D' Vinci, a qual disponibiliza apenas séries do ensino fundamental menor e maior. No caso dos estudantes que precisam de acesso ao ensino médio, é necessário o deslocamento até as escolas do município de Altamira ou Vitória do Xingu. Para tratamento médico se deslocam para a comunidade Baixada, Leonardo D`vinci, Altamira, Anapu, Vitória do Xingu entre outros (Silva, 2020, p. 109).

Nesta perspectiva, a partir do momento que as famílias foram deslocadas para o reassentamento, o primeiro impacto social foi a interrupção na relação que as famílias tinham com o rio, que era a principal fonte de renda. Conforme o Projeto de Apoio a Pequena Produção e à Agricultura Familiar do RRC (Norte Energia, 2018), a empresa Norte Energia ofereceu projetos de incentivo às práticas produtivas aos reassentados, esses projetos estavam associados a criação de peixes em tanque escavado, galinheiros, casa de farinha, estufas, mudas de cacau e pimenteiras para auxiliar na produção, na figura 02 a seguir, têm-se registros de elementos das atividades

propostas pelos projetos de práticas produtivas ofertados pela Norte



Energia.

Figura 02: Projeto de práticas produtivas

As atividades econômicas que foram ofertadas aos reassentados, por meio do projeto de práticas produtivas, estão voltadas para a agricultura, a pecuária e a psicultura. Neste sentido, a empresa Norte Energia ofereceu essas práticas produtivas para incentivar os reassentados a produção de alimento próprio para consumo (segurança alimentar), e até para comercialização, este incentivo na produção de farinha, tanque de peixes, galinheiros e culturas anuais, foram formas compensar os impactos gerado na vida econômica dos sujeitos a partir da UHEBM.

Essas atividades estavam distantes da realidade da maioria dos reassentados, as famílias em sua maioria não possuíam

Fonte: Coleta de campo Ledtam, 2021.

experiência com as práticas produtivas. No entanto, para ajudar os

reassentados a realizar as atividades, inicialmente, as famílias deveriam contar com assistência técnica, durante 3 anos, neste sentido, a condicionante 2.9, que demanda "manter, para todos os reassentados, assistência técnica, social e ambiental (ATES), por um período mínimo de 3 (três) anos," conforme consta no PBA da UHE Belo Monte (Norte Energia, 2015, p. 3). Portanto, segundo alguns moradores, a assistência técnica durou menos de 1 ano no reassentamento, como afirma dois entrevistados:

> Teve no começo, agora não tem, deram adubo mais não ensinaram a usar (Entrevistado A, 2018).

> Não existe mais, durou apenas 6 meses (Entrevistado B, 2018).

Neste sentido, não sendo suficiente para suprir as demandas do RRC, muitas famílias não conseguiram se adaptar ao novo modelo produtivo, além disso, tiveram dificuldades com o plantio devido à fragilidade do solo, a fragilidade do solo foram os mais relatados pelos moradores do RRC- km 27.

Na figura 03, apresentam-se as principais atividades produtivas realizadas por alguns reassentados, como a criação de porcos (figura 03.g); gado bovino (figura 03.h); plantação de cacau (figura 03.i); e banana consorciada com outros cultivos (figura 03.j). Essas novas atividades econômicas representam os tipos de estratégias produtivas que os reassentados desenvolveram e investiram na terra para tentar sobreviver no reassentamento.

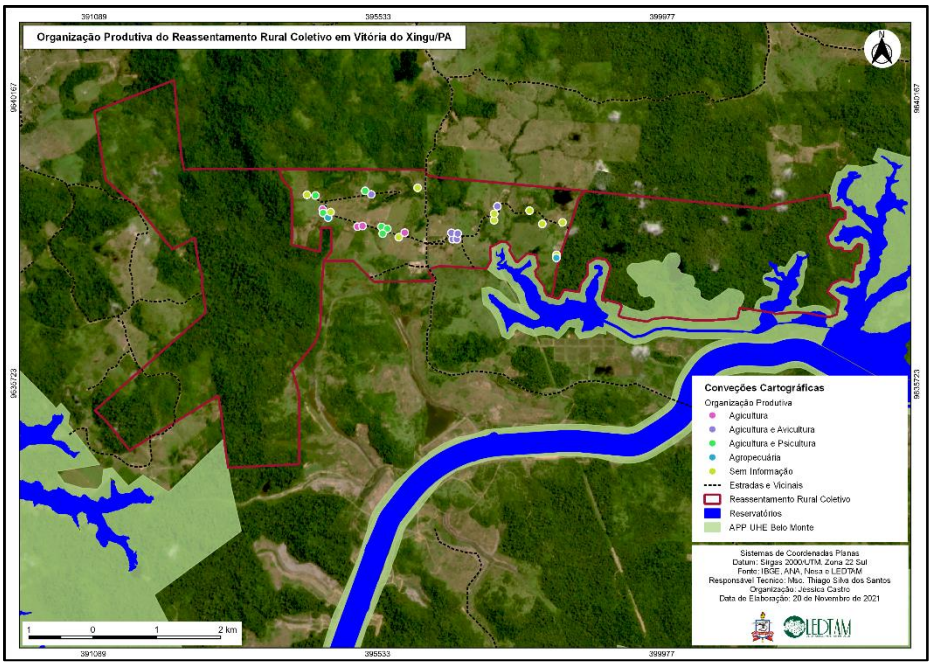
Figura 03: Produção econômica dos lotes



Fonte: Coleta de campo Ledtam, 2021.

No mapa 02, apresenta-se a distribuição dos reassentados, destacando também suas atividades produtivas, pode-se observar que a maioria das famílias adotou práticas vinculadas à agricultura, e, na verdade, muito embora as famílias tenham outras atividades, elas sempre contam com a agricultura como atividade em suas propriedades.

Mapa 02: Organização produtiva dos lotes



Fonte: Coleta de campo Ledtam/NESA, 2021.

Interessante aqui é que muitos reassentados apontam sobre a fragilidade dos solos para atividade agrícola, a fragilidade que os reassentados ressaltaram, é definida por eles como "terra seca", como destacou os entrevistados:

> A terra é ruim e mesmo com adubo os pés de cacau morrem, plantei arroz, mas não prestou, nem milho (Entrevistado C, 2019).

> A terra é muito seca, as mudas de cacau morrem antes de começar a produzir, falta água, uma irrigação para as plantações, porque a gente planta no inverno, mas quando chega o verão as mudas de cacau morrem (Entrevistado D, 2019).

Muito embora as famílias tentassem a agricultura como alternativa produtiva, algumas famílias não conseguiram desenvolver e por isso abandonaram ou venderam os lotes, como

mencionado por alguns entrevistados. Vale lembrar que o espaço onde o RRC foi construído, era uma antiga fazenda com grandes áreas de pastagens para pecuária (Alvarez; Costa; Herrera, 2019) e o solo apresentava caraterísticas físicas ruins, como foi mencionado anteriormente, além disso, estava degradado devido ao uso sem manejo adequado.

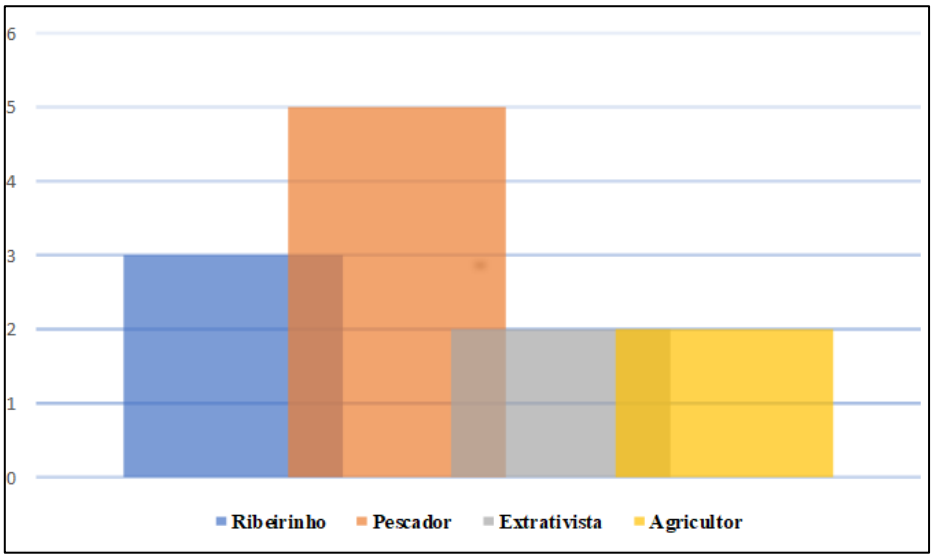
No entanto, dados coletados em campo e entrevistas realizadas com as famílias, mostraram que a produção de cacau e a criação de gado foram as atividades de maior expressão entre as famílias, demonstrando que mesmo com poucas condições financeiras e sem a ajuda da assistência técnica, fizeram investimentos e dedicaram-se as atividades, permitindo que as mesmas permanecessem nos seus estabelecimentos.

Através das observações nas atividades em campo, constatou-se que os reassentados buscaram novas estratégias produtivas para tentar sobreviver e permanecer no RRC em meio a muitas dificuldades, estratégias essas, mediante investimento na terra para desenvolver a produção. Das 28 famílias reassentadas, restam apenas 7 famílias, e essas 7 famílias desenvolveram atividades produtivas de cacaueira, gado e culturas anuais no RRC, conforme foi oferecido a eles através do projeto de incentivo das práticas produtivas, pela empresa Norte Energia. É importante lembrar que os novos sujeitos que tem chegado no reassentamento, no caso, os não reassentados, tem desenvolvido atividades produtivas parecidas com os reassentados, como a criação de gado e plantação de cacau, como também, durante as entrevistas e observações em campo, os sujeitos não reassentados tem investido na terra com mais eficácia, devido terem condições financeiras para tal.

A dinâmica econômica do Reassentamento Rural Coletivo km 27

As relações que se definem como simbólicas, são aquelas que as famílias detinham com o rio Xingu, podem ser materializadas quando questionados sobre suas profissões antes de serem remanejados. Com isso, pode se observar no gráfico 01, a maior frequência de respostas pescador e ribeirinho, ou seja, atividades que remetem a relação direta com o rio. Os dados apresentados no gráfico 01, estão relacionados a pesquisa de campo realizada no ano de 2017.

Gráfico 01: Profissão dos reassentados antes da UHEBM



Fonte: Coleta de campo Ledtam. Org. Autor, 2021.

Destaca-se aqui, ter aparecido a condição de ribeirinho como profissão para algumas pessoas entrevistadas, isso ocorre devido o rio ser muito mais do que simplesmente o lócus de renda, representa a condição do ser. Nesse sentido, o espaço passa ter um sentido diferente:

> Absoluto, relativo, concebido como planície isotrópica, representado através de matrizes e grafos, descrito através de diversas metáforas, reflexo e condição social, experienciado de diversos modos, rico em simbolismos e campo de lutas (Corrêa, 1995b, p. 44).

Durante as entrevistas, as famílias relataram que muitos não praticam mais a pesca e a caça, pois o reassentamento encontra-se distante do rio Xingu, desse modo, ouve interrupções nos laços simbólicos que as famílias tinham com o rio. Para além da perda no modus operandi de reprodução econômica, chamam atenção os relatos sobre a falta do lazer tendo o rio como central, o convívio com a vizinhança e os familiares que residiam próximo das suas casas e as festas que realizavam entre eles no antigo espaço, como afirma uma das entrevistadas:

> Assurini é mais assim o, a questão da, da, porque assim a gente passou muitos anos lá, foi 30 ano lá, então, a vizinhança, os amigos assim, era tudo da área lá, aí depois se espalhou todo mundo. Ai a gente sente daqueles encontro que a gente tinha lá que era festa de aniversário, era 3 dias de festa, casamento, meu casamento foi 3 dia de festa, então assim, tudo era exagerado, nessa parte assim a gente sente falta, que aqui tudo é, cada um na sua, ninguém... lá não, lá é mais... (Entrevistado E, 2021).

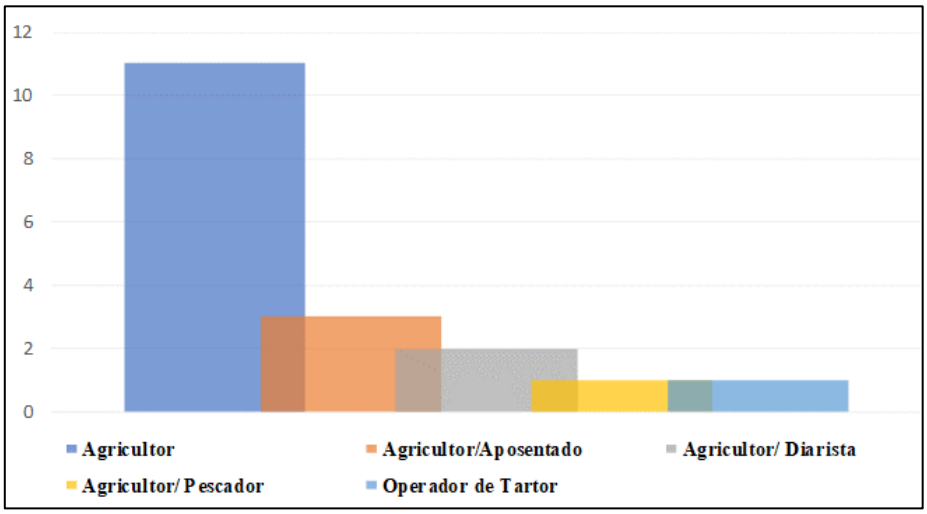
As relações socioculturais que os sujeitos tinham com o antigo espaço, revela que "(...) a reciprocidade entre famílias é um componente central dos valores culturais e expressa sempre relações de parentesco" (Woortamann, 1995, p. 40). Contudo, essa interrupção nas relações sociais dos sujeitos representa mais um motivo de abandono e venda dos lotes. Mas, por outro lado, representa também

a chegada de pessoas que possuem vínculos com as famílias que se estabeleceram e permanecem no RRC.

Observar a história e a trajetória das famílias indicam os elementos se essas conseguirão efetivamente construir uma perspectiva de vida em seu novo espaço, salientando que os mesmos tiveram grandes perdas simbólicas que levam tempo para serem reconstruídas, quando essas são reconstruídas.

O gráfico 02 demonstra a profissão atual dos reassentados, entretanto, os dados apresentados também estão relacionados com as pesquisas dos anos anteriores do reassentamento, respectivamente de 2017 até o ano de 2021, pois através de dados antigos de pesquisas é possível compreender se permanecem as antigas profissões, ou se sofreram alterações ao longo do tempo. Contudo, percebe-se que durante esses anos a profissão atual dos reassentados passa a ser agricultor, as famílias entendem que suas atividades profissionais sofrem alterações após o deslocamento forçado, como exposto no gráfico a seguir.

Gráfico 02: Profissão atual dos reassentados 2017- 2021



Fonte: Coleta de campo Ledtam. Org. Autor, 2021.

A segunda característica encontrada da profissão atual entre os entrevistados foi agricultor/aposentado, nestes casos, o recebimento de benefícios sociais do governo passa a fazer parte da renda familiar das famílias, uma vez que ainda não dá para sobreviver somente da produção do lote, além disso, tem as dificuldades em escoar corretamente a produção, devido alguns não possuírem transporte adequado para ir até o centro de Altamira e/ou de Vitória do Xingu vender a produção do lote.

As entrevistas com os reassentados apontam que, com a mudança nas atividades produtivas, as famílias consequentemente alteraram seus modos de vidas, de modo que a maioria não se considera mais ribeirinhos e/ou pescadores, as mudanças ocorrem de forma imediata a partir da chegada no reassentamento, pois as famílias não têm mais o contato direto com o rio Xingu, muitos reassentados relataram que não utilizam o rio nem como lazer, devido à distância em que se encontra do reassentamento.

Os impactos ocasionados com o deslocamento forçado, impactou as diversas áreas na vida dos sujeitos, pois foi imposto um novo modo de vida, um novo modo de produção, um novo padrão de organização que não foi estabelecido pelos sujeitos, e sim pela imposição de um novo capital que não reflete as necessidades de grande parte dos sujeitos locais (Herrera, 2019).

Portanto, observa-se que os grandes projetos de investimentos, como a UHE Belo Monte, não consideram as transformações ocorridas no modo de vida dos sujeitos reassentados, no que tange aos elementos simbólicos, as tradições e costumes que os reassentados tinham com o antigo espaço, e que uma vez em um novo espaço esses elementos socioculturais podem demorar ou não para se concretizar (Silva, 2020).

Considerações finais

Os grandes empreendimentos instalados na região Amazônica têm gerado diversos impactos políticos, socioeconômicos, ambientais e culturais, modificando todo o modo de vida tradicional existente, e, geralmente, as práticas compensatórias oferecidas aos sujeitos que tem sido impactado não traz de volta o sentimento de pertencimento e a identidade cultural que esses povos construíram ao longo dos anos, diante disso, as populações tradicionais levam tempo para recomeçar suas vidas, evidentemente, quando isso acontece, pois em muitos casos as famílias não conseguem.

O processo de deslocamento compulsório das famílias atingidas pela UHE Belo Monte, trouxe danos irreparáveis, principalmente, devido ao pouco acesso à informação por parte dos moradores quanto

a construção e deslocamento para o RRC (Chaves; Monzoni; Artuso, 2019). Assim, houve uma grande insatisfação pelo reassentamento visto que as assessorias não ocorreram conforme foi previsto e divulgado as famílias, nas entrevistas pode-se observar que os moradores se sentem abandonados pela empresa Norte Energia, a falta de assistência, o transporte e as dificuldades em produzir em um solo não adequado, situações que eles não estavam habituados e se encontram sozinhos no reassentamento sem apoio, inclusive do poder público local.

O deslocamento compulsório ocasionado pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte, além de retirar esses sujeitos de áreas consideradas de risco pelo barramento, o mesmo foi planejado com o intuito de proporcionar melhores condições de vida a essas populações tradicionais (Silva, 2020), no entanto, o novo espaço fornecido a eles não supre as necessidades que precisam, tendo em vista que o convívio e as relações com o rio Xingu foram interrompidos, mediante a distância em que foram realocados.

A bem da verdade, a forma como foi criado o projeto do Reassentamento Rural Coletivo e as condições impostas as famílias, essas tiveram mudanças significativas em suas dinâmicas de vida, para além da referência produtiva e econômica, observam-se alterações no que tange as relações afetivas e simbólicas, essas fundamentais para o bem-estar das famílias.

A falta de transporte público, escola e posto de saúde tem aumentado o sacrifício de permanência das famílias no RRC, pois algumas famílias não possuem transportes para se locomover, e durante a Pandemia da COVID-19, essas dificuldades aumentaram,

pois os moradores relatam que desde o início da pandemia a empresa Norte Energia não compareceu para lhes dar assistência.

Diante disso, é possível compreender o sofrimento dessas famílias ao se sentirem abandonadas, sem nenhum tipo de assistência ou ajuda por parte daqueles que os retiraram do seu antigo espaço. As 7 famílias reassentadas que continuam morando no RRC, estão tentando construir laços de pertencimento com o novo espaço, mesmo que distante do rio Xingu, e com isso, continuam buscando novas técnicas de produção e tentam investir na terra como forma de sobreviver no RRC.

Os elementos simbólicos que os reassentados tinham com o antigo espaço não foram considerados, os sujeitos que moravam em torno do Rio Xingu, tinham seu modo de vida diferenciado, sobreviviam totalmente da pesca e do extrativismo como foi observado durante as entrevistas. Portanto, de 28 famílias reassentadas pela empresa Norte Energia, restam apenas 7 famílias, esse índice demonstra o quanto que os sujeitos se sentiram insatisfeitos pelo novo espaço, pois o RRC-27 não supre todas as necessidades das famílias.

Referências

ARCANJO, N. M. M. **Produção do Espaço do Reassentamento Rural Coletivo km27 Vitória do Xingu/ PA**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Faculdade de Geografia, Universidade Federal do Pará, Altamira. 36f. 2019.

ALVAREZ, W. P.; COSTA, D. F.; HERRERA, R. C. **Transformação na paisagem do reassentamento rural coletivo, travessão km 27, Vitória do Xingu/PA.** Nova revista amazônica, Bragança-PA, v. 7, n. 03, p. 65-79, nov/2019.

BECKER., B. K. **Amazônia.** 3. ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 1994.

BRAGA, G. B. FIÚZA, A. L. C. REMOALDO, P. C. A. **O conceito de modo de vida: entre traduções, definições e discussões.** Sociologias, Porto Alegre, ano 19, n. 45, p. 370- 396. maio/ago 2017.

CHAVES, K. A.; MONZONI, M.; ARTUSO, L. F. **UHE Belo Monte: reassentamentos rurais, participação social e direito à moradia adequada.** Revista Direito FGV, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 2-27, jun./2019.

CORRÊA, R. L. **Espaço: um conceito chave da geografia** in CASTRO Iná Elia de & GOMES, Paulo César da Costa & CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 1995b.

LIMA, M. M. **Territórios de uso comum na Amazônia: relação sociedade-natureza e modernização do espaço regional.** 2020. 391 f. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade Federal do Pará, Belém -PA, 2020.

Movimento atingidos por barragens. Disponivel em: https://mab.org.br/quem-somos/. Acesso em jan/2022.

HERRERA, J. A**. Desenvolvimento capitalista e a produção do espaço agrário Amazônico.** Geosul, Florianópolis, v. 34, n. 71, p. 473-499, abr./2019. Disponível em: http://doi.org/10.5007/1982-5153.2019v34n71p473 . Acesso em: 5 jan. 2021.

HERRERA, J. A. COSTA, D. F. **O uso das áreas de preservação permanente no reassentamento rural coletivo, travessão km 27, Vitória do Xingu Pará.** RA'EGA, Curitiba, PR, (A Geografia da Amazônia em suas múltiplas escalas), v. 52. p. 108–128, 2021.

HERRERA, J. A.; MIRANDA NETO, J. Q.; MOREIRA, R. P. **Integração e estruturação do território amazônico como consequência da expansão capitalista no brasil.** Bol. geogr., Maringá, v. 31, n. 2, p. 19-36. nov/2012.

HERRERA, J. A.; SILVA, D. C.; ARCANJO, N. M. M. **Hidrelétrica de Belo Monte: dinâmica socioespacial das famílias no RRC travessão 27 km, Vitória do Xingu-PA.** Nova revista amazônica - volume VII - nº 03. dez/2019.

International Finance Corporation (IFC). Padrão de desempenho 5 – Revisão 0.1. **Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário**. 2012.

MENDES, F. J. C.; SOUZA, C. M.; MIRANDA NETO, J. Q. **Memórias de migração na Amazônia: um estudo a partir das narrativas orais dos sujeitos no território da Transxingu.** Cadernos do CEOM, Chapecó- SC, v. 31, n. 49, p. 72-82, dez./2018.

MACEDO, M. C. et. al. **Degradação de pastagens, alternativas de recuperação e renovação, e formas de mitigação.** Pesquisadores da Embrapa Gado de Corte, Campo Grande- MS, p. 1-42.

Norte Energia. **UHE Belo Monte, a maior usina hidrelétrica 100% brasileira.** Disponível em: https://www.norteenergiasa.com.br/pt-br/uhe-belo-monte/a-usina . Acesso em: 01 jan. 2021.

Norte Energia, 4.2.1 **Projeto de apoio à pequena produção e à agricultura familiar.**

Norte Energia, 3º **Relatório consolidado de andamento do PBA e do atendimento de condicionantes** 4.1.3 – projeto de reassentamento rural.

OLIVEIRA NETO, J. D. **Avaliação da Satisfação do Usuário dos Sistemas ERP como Instrumento para Gestão: Uma Abordagem Multivariada de Dados em uma Indústria Farmacêutica**.

Perspectivas em Gestão & Conhecimento, João Pessoa, v. 4, n. 2, jul/ 2014.

PEREIRA, S. R.; COSTA, B. P.; SOUZA, E. B. C. (Orgs). **Teorias e práticas territoriais: análises espaços – temporais.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Plano Plurianual. Disponível em: https://www.ioepa.com.br . Acesso em: 16 fev. 2023.

SANTOS, M. **Espaço e Método.** 5. Ed.,2 reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia.** 1. Ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Editora Record. Rio de Janeiro, 2000a.

SANTOS, L. C. B. **Desenvolvimento capitalista e condição de vida de famílias deslocadas compulsoriamente para Reassentamento Rural Coletivo em Vitória do Xingu, Estado do Pará.** 2019. 179f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

SILVA, D. C. **Reassentamento rural coletivo na Amazônia: Estudo da desterritorialização das famílias afetadas pelas hidrelétricas Santo Antônio (RO) e Belo Monte (PA).** 2020. 143f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho- RO, 2020.

TAMANINI, M. S. A. **Diagnóstico físico-ambiental para determinação da fragilidade potencial e emergente da Bacia do Baixo Curso do Rio Passaúna em Araucária** - PR. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

VAINER, C. B.; ARAÚJO, F. G. de. **Grandes Projetos Hidrelétricos e Desenvolvimento Regional.** Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

WOORTMANN, E. H. **Parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do Nordeste.** Hucitec/EdUnB. São Paulo/ Brasília, 1995.

Submetido em: 8 de abril de 2024
Devolvido para revisão em: 11 de junho de 2024
Aprovado em: 21 de julho de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3422

Como citar:
FERREIRA DE CASTRO, J.; HERRERA, J. A.; BARROSO CARVALHO, G.; AMARAL, M. D. B. A DINÂMICA ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS NO REASSENTAMENTO RURAL COLETIVO KM 27 EM VITÓRIA DO XINGU/PA. **Terra Livre**, São Paulo, ano 39, v.1, n.62, jan.-jun. 2024, p. 668-699. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3422. Acesso em: dia/mês/ano.

O MITO DE LUGAR NA PERSPECTIVA DE LUGAR E PAISAGEM NARRADA NA OBRA "SAGA DA ESPERANÇA: SOCIALISMO UTÓPICO À BEIRA DO IVAÍ", UMA INTERFACE ENTRE A GEOGRAFIA E A LITERATURA

THE MYTH OF PLACE IN THE PERSPECTIVE OF PLACE AND LANDSCAPE NARRATED IN THE WORK: "UTOPIAN SOCIALISM ON THE BANKS OF THE IVAÍ", AN INTERFACE BETWEEN GEOGRAPHY AND LITERATURE

EL MITO DEL LUGAR EN LA PERSPECTIVA DEL LUGAR Y PAISAJE NARRADO EN LA OBRA: "SOCIALISMO UTÓPICO A ORILLAS DEL IVAÍ", UNA INTERFAZ ENTRE GEOGRAFÍA Y LITERATURA

Brunna Adla Ferreira
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG),
E-mail: adlabrunna@gmail.com

Almir Nabozny
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG),
E-mail almirnabozny@yahoo.com.br

Resumo:
Este trabalho visa apresentar uma leitura na interface entre a Geografia e a Literatura da obra "Saga da Esperança: Socialismo Utópico à Beira do Ivaí" de Josué Corrêa Fernandes. A fonte é um texto ficcional no qual à narrativa é inspirada no sujeito histórico de Jean-Maurice Faivre (1795-1858) e do lugar histórico, o distrito de Tereza Cristina, localizado no norte do estado do Paraná. Assim, o objetivo é explorar um caminho entre a Geografia e a Literatura, através de uma obra e um autor não "canônico" no campo da literatura brasileira. Desse modo, observou-se como o mito de lugar (Shields, 1991) se estabelece nas paisagens e lugares narrados, entendendo que a leitura destaca a literatura como uma forma de pensar promovida pelo imaginário que complexifica a consciência geográfica do sujeito leitor.

Palavras-chave: Geografia; Literatura; Mito de Lugar; Ficção.

Abstract:
This paper aims to present a reading at the interface between Geography and Literature of the work "Saga da Esperança: Socialismo Utópico à Beira do Ivaí" by Josué Corrêa Fernandes. The source is a fictional text in which the narrative is inspired by the historical figure Jean-Maurice Faivre (1795-1858) and the historical place, the district of Tereza Cristina, located in the north of the state of Paraná. Thus, the aim is to explore a path between Geography and Literature, through a work and an author that are not "canonical" in the field of Brazilian literature. In this way, we observed how the myth of place (Shields, 1991) is established in the landscapes and places narrated, understanding that the reading highlights literature as a way of thinking promoted by the imaginary that complexifies the reader's geographical awareness.
Keywords: Geography; Literature; Place-Myth; Fiction.

Resumen:
El objetivo de este trabajo es presentar una lectura en la interfaz entre Geografía y Literatura de la obra "Saga da Esperança: Socialismo Utópico à Beira do Ivaí" de Josué Corrêa Fernandes. La fuente es un texto de ficción en el que la narración se inspira en el sujeto histórico Jean-Maurice Faivre (1795-1858) y en el lugar histórico, el distrito de Tereza Cristina, situado al norte del estado de Paraná. Así, el objetivo es explorar un camino entre Geografía y Literatura, a través de una obra y un autor que no son "canónicos" en el campo de la literatura brasileña. De este modo, se observó cómo el mito del lugar (Shields, 1991) se establece en los paisajes y lugares narrados, entendiendo que la lectura destaca la literatura como una forma de pensar promovida por el imaginario que complejiza la conciencia geográfica de los lectores.

Palabras-clave: Geografía; Literatura; Mito de lugar; Ficción.

Introdução

> A ciência é a arte, interpretando o que muitos denominam realidade, de sempre rearranjar informações – elas mesmas, um produto da criação – que permitem construir o desenho do mundo, das coisas e dos seres, das suas complexas relações e dos seus lugares. (Hissa 2002. p.14).

O presente trabalho visa ampliar o diálogo da Geografia com o campo da Literatura, a partir da obra "A Saga da Esperança: Socialismo Utópico à Beira do Ivaí", do escritor Josué Corrêa Fernandes, natural do município de Prudentópolis-PR.

Na obra, Fernandes (2006) narra em terceira pessoa, a construção da ideia do processo de criação da colônia utópica Tereza Cristina (século XIX), centrado e inspirado no sujeito histórico Jean-Maurice Faivre, a narrativa apresenta a intenção de uma união entre história, mito, ficção e realidade, com a proposta de contar a história desde a origem de seu personagem – na França –, surgimento de projetos paralelos, como a criação da Academia Nacional de Medicina Brasileira, sua vivência em outros lugares do país como médico, o retorno a França para trazer conterrâneos que acreditassem em seu sonho de fundar uma colônia com mão de obra livre, até o decaimento da mesma, após seu falecimento.

A ideia de sujeito parte da sua relação com o espaço, território e o lugar, que caminha para uma interdisciplinaridade (Savério Spósito; Silva, 2021). Perceber, portanto, o sujeito leitor e histórico consiste em sua conexão com o lugar narrado na obra de Fernandes (2006), uma vez que ele irá construir novas experiências/interpretações, pois "é a experiência dos sujeitos que dá existência aos lugares" (Savério Spósito; Silva, 2021, p. 179). Por

fim, o termo histórico pressupõe a relação do sujeito com a narrativa que o torna um personagem do texto.

Para tanto, entender a relação entre duas áreas consolidadas do conhecimento como a Geografia e a Literatura é deveras desafiadora, pois essa ligação entre áreas "são dois discursos postos a discutir em um processo interdiscursivo não hierárquico[1]" (Marques, 2014, p. 19). Compreende-se então, a literatura como um instrumento de apoio para o estudo e o conhecimento geográfico (Holzer, 2020).

Se Suzuki (2010) destacou a relação entre Geografia e Literatura como uma forma de ampliar uma leitura geográfica estrutural e quantitativa, outros autores mencionam a Literatura como uma fonte de experiência concreta da realidade geográfica, entre outros aspectos. Em paralelo, e como uma espécie de cenário, pode-se destacar a atividade de leitura enquanto primordial na constante formação profissional do geógrafo e da geógrafa.

Dessa maneira, o objetivo é o de explorar os interstícios entre a Geografia e a Literatura, através de uma obra e um autor não estabelecido como "canônico" no campo da literatura brasileira, buscando entender como se institui fundamentalmente o conceito de mito de lugar por meio da leitura da produção que narra a epopeia do personagem principal de Fernandes (2006), o médico francês, Jean-Maurice Faivre.

Portanto, o trabalho em tela, apresenta a proposta de compreensão da obra de Josué Corrêa Fernandes, a partir do conceito de Rob Shields (1991), chamado de *place-myth* (mito de

1 Entende-se por este processo, a promoção de um diálogo entre a Geografia e a Literatura que se dá inicialmente na leitura da obra e posteriormente na escrita do presente texto, em que os "campos de conhecimentos" são promovidos sem hierarquias ou ordens.

lugar), fazendo menção ao lugar imaginado de Fernandes (2006), explicitando dois momentos, através de pares dialéticos: o mito de lugar enquanto conceito, com relação ao lugar ficcional da obra, e o mito de lugar na paisagem imaginada na leitura da narrativa.

O Mito de Lugar como conceito

Rob Shields (1991) considera o mito de lugar como um agrupamento de imagens de um determinado lugar. Portanto, pensa-se aqui em um lugar ficcional, lugar este criado na obra de Josué Corrêa Fernandes (2006), inspirado em um lugar histórico. Conforme Shields (1991), a criação do mito de lugar irá se caracterizar a partir de 3 processos (entende-se também a possibilidade de diversas interpretações de cada sujeito leitor da obra aqui tratada).

O primeiro processo é destacado por Shields (1991) como "simplificação" e utiliza-se para o entendimento de uma "memória fotográfica", em que ao ler sobre o lugar imaginado o leitor faz uma relação a outros lugares já lidos e/ou vividos. Ou seja, existe a busca de assimilar o que já lhe é conhecido para compreender de maneira mais "rápida" o lugar imaginado em uma primeira instância, pois a partir dos processos seguintes a ideia caminha para uma etapa de amadurecimento, sendo através de muitas leituras onde enfim se cria uma nova ideia.

Pinto (2004) frisa a importância do leitor, um "leitor sábio" que vai para além do entendimento da obra, carregando consigo a fixação do lido e assim sua utilização, seja em novos textos ou para compreensão de um devaneio.

Enquanto que o segundo passo é exposto como "construção de estereótipos" e caracteriza-se pelas lembranças que são

guardadas mediante ao primeiro processo, no sentido de que neste momento o leitor consegue descrever e não obstante entender o lugar, trazendo dessa maneira, novas possibilidades: "[...] a leitura instala o lugar da crítica e cria condição para a existência da história, a volúvel história, com seus caprichos e oscilações de interpretação, com sua vocação crítica" (Pinto, 2004, p. 36).

As possibilidades identificadas e/ou criadas pelo leitor são para entender o lugar da obra como um lugar ficcional, desvinculando-se dessa maneira do lugar o qual foi inspiração para Fernandes (2006). A leitura ocupa assim, um lugar de identificação de construção, a partir da bagagem que o sujeito leitor traz da simplificação.

Ao passo que o terceiro ponto apresentado por Shields (1991) é colocado como 'atribuição de rótulos', pelo qual se entende que o leitor já construiu uma definição para o lugar experienciado a partir da leitura da obra de Fernandes (2006), assim, este processo tem como intenção "finalizar" o conceito, no qual o lugar ficcional da obra já é compreendido e seu ponto principal a partir desse entendimento é definir o lugar imaginado como um resultado de tudo que se analisou no decorrer dos processos para alcançar a interpretação do conceito tratado por Shields (1991).

O autor ainda afirma que esse conceito é passível de modificações, sobretudo quando se trata de um lugar histórico. Contudo, sabendo que a presente pesquisa aborda em seu todo um lugar imaginado, entende-se que a obra de Fernandes (2006) teve e terá novos leitores e assim novos olhares e possibilidades, portanto, sua perspectiva em mudar pode acontecer mesmo tratando-se de um lugar construído, ficcional.

Nesse ínterim, envolve-se no diálogo o lugar enquanto conceito geográfico, trazendo o olhar de Tuan (1983), um lugar com sentido de pertencimento e identidade a partir do espaço, e quando se trata de um lugar imaginado, procura-se também o sentimento de estar ligado de alguma maneira àquela representação na obra.

Tuan (1983, p. 179-180), afirma que o lugar pode ser definido de várias maneiras. Dentre elas esta: "lugar é qualquer objeto estável que capta nossa atenção", além de que "uma função da arte literária é dar visibilidade a experiências íntimas, inclusive às de lugar", pois "a arte literária chama a atenção para áreas de experiência que de outro modo passariam despercebidas", sendo assim "lugar é construído a partir da experiência" (Tuan, 2015, p. 06). Contudo, a experiência de lugar conforme a citação pode estar atrelada de forma direta ao autor da obra que estamos debatendo, bem como, ao personagem e sujeito histórico. Nesse caso, o nosso argumento se expande para a ideia do processo de leitura do texto ficcional como uma experiência de lugar que se forma por (e com) meio do imaginário geográfico dos leitores.

Dessa maneira, ao se pensar em lugar, pensamos em símbolos, pois "uma pessoa pode conhecer um lugar tanto de modo íntimo como conceitual" (Tuan, 1983, p. 07). No caso do lugar imaginado da obra de Fernandes (2006), o conhecer se torna conceitual pela construção que se estabelece a partir do conceito de Shields (1991).

Rogério Haesbaert (1997, p. 24), afirma:

> Como se sabe, os signos, representações ou substitutos da realidade concreta, podem se estender desde o extremo de uma reprodução direta e "literal" das coisas e fenômenos, como palavras que tenham um sentido, diretamente vinculado a uma "realidade", até a pura invenção

> (o "imaginário radical" a que se refere Castoriadis), com um significado abstrato e subjetivo que pertence ao reino dos sonhos e/ou da imaginação e que, por ausência de um código padronizado, está aberto a todo tipo de interpretação, sugerindo as mais diversas imagens.

Surge assim a ponte necessária para a inserção do objeto de pesquisa nesse diálogo: conhecer conceitualmente o lugar criado por Josué Corrêa Fernandes (2006), o qual desperta no sujeito leitor o imaginário e as imagens acerca deste mesmo lugar ficcional, desse modo, pensando na experiência com o lugar, "ver e pensar são processos intimamente relacionados" (Tuan, 1983, p. 11).

No lugar conceitual/imaginado de Fernandes (2006), o avanço das imagens construídas pelos leitores da obra só irá acontecer em áreas de trocas, de diálogo com sujeitos que já construíram um mito de lugar a respeito deste lugar ficcional, em uma Geografia de lugar nenhum, como afirma Maria Lúcia de Amorim Soares (2010), uma vez que cada leitura e interpretação é suficiente para criar novas ideias a respeito do lugar imaginado, pois

"a função da arte literária é dar visibilidade a experiências íntimas, inclusive as de lugar" (Tuan, 2015, p. 203). Tuan (2015, p. 172) continua:

> As experiências íntimas jazem enterradas no mais profundo do nosso ser, de modo que não apenas conhecemos de palavras para dar-lhes forma, mas frequentemente não estamos sequer conscientes delas.

Portanto, o mito de lugar se constrói através das percepções do sujeito leitor da obra, seja ele um leitor que está

buscando respostas no desenvolvimento de um trabalho científico, ou um leitor que está conhecendo novos limiares da literatura. Como afirma Sarmento (2004, p. 46-47):

> A imagem que um determinado indivíduo ou grupo de indivíduos possuem sobre um lugar ou paisagem é assim construída através da soma de crenças, ideias e impressões que ele ou ela têm acerca de um lugar ou paisagem em particular.

Assim, o mito permeia o ideal estabelecido por Ferreira-Santos e Almeida (2020), onde pode ser compreendido como uma forma de conhecimento, constituído através de narrativas simbólicas, e que se relaciona a narrativa de Fernandes (2006), voltada à forma como o autor se expressa, dando abertura à percepção dos símbolos.

Portanto, pode-se pensar no que Iser (1993) trata como texto ficcional. Ao trabalhar o estudo de imaginários dentro da Geografia, entende-se que são trabalhos e pesquisas novas nesse âmbito, pois de acordo com Ferreira-Santos; Almeida (2020, p. 44):

> [...] sua total indiferença à tentativa humana de compreendê-lo, não nos impede, no entanto, de organizá-lo, de datá-lo de sentidos, de buscar compreendê-lo. É o que realiza o imaginário. Sua função eufemizadora possibilita que nos situemos no real, ao organizá-lo imaginariamente por meio de narrativas simbólicas.

Além disso, "os lugares nos falam de enraizamento, do pitoresco, do exotismo" (Claval, 2014, p. 231). Nesse sentido, dá-se experiência ao lugar, pois a partir da leitura da história criamos novas tramas, novas imagens e possibilidades dentro da ciência geográfica. Em outros termos, o mundo do livro habitado pelas

palavras também passa a constituir a geografia dos leitores da obra permeada por uma leitura mítica do lugar de Faivre fundado por Fernandes (2006).

Partindo desse breve diálogo, Shields (1991) ainda expõem sobre a ascensão e queda das imagens de um determinado lugar, que acontece "through the record of the number of the people who visited it and a knowledge of what activities people engaged in When They were there[2]" (p. 47).

Assim, o lugar imaginado construído por Josué Corrêa Fernandes (2006) pode assemelhar-se ao espaço mítico discutido por Tuan (2015), na obra "Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência", uma vez que os mundos criados a partir da ficção são engendrados pela vontade do autor, sendo uma produção intelectual de acordo com Tuan (2015), uma resposta ao sentimento de imaginação.

Desse modo, a imaginação segue criando novas imagens com relação aos lugares, ou seja, à medida que o leitor se aprofunda na obra, novos sentidos de imaginação se aguçam, pois a mutabilidade dos processos geográficos do mito de lugar torna-se possível no movimento da literatura.

Para além desta possibilidade de mudança, a partir do ato de imaginar, ela pode ocorrer também de maneira "inversa", uma vez que a falta de acesso à literatura de Fernandes (2006) apresenta. Contudo, o sentimento de imaginação não fica de fora, pois "a memória passa a assumir um papel político, configurando um discurso orientador ao lado da história" (Duran; Bentivoglio, 2013, p. 220), além de que "há que se notar que é na memória que

2 Por meio do registro do número de pessoas que o visitaram e do conhecimento das atividades em que as pessoas se envolveram quando estiveram lá (SHIELDS, 1991, p. 47, tradução nossa).

se efetiva uma reconciliação do instante com a duração, que a memória recria o real e o vivido" (Duran; Bentivoglio, 2013, p. 220). Entretanto, a construção de sentidos em relação à memória e imaginários e das imagens sobre o lugar pode ser afetada.

Isso relaciona-se diretamente com o que Tuan (1983) afirma a respeito de lugares com pouca notoriedade visual, mas que em alguma medida são importantes para determinados indivíduos, pois "these images connected with a place may even come to be held as signifiers of its essential character[3]" (Shields, 1991, p. 47).

Portanto, entende-se que além do "mito de lugar" ser esse agrupamento de imagens específicas, ele é também uma variante, por assim dizer, do conceito de Lugar, comumente trabalhado na Geografia e com um grande espaço para a discutibilidade. E Shields (1991) quer justamente demonstrar que a mudança dos lugares altera também as imagens a respeito do lugar, claro que em um ritmo diferente.

A constância com que esse processo ocorre pode ser comparada para com um processo de movimentos de massa em uma encosta, por exemplo, a qual gera uma alteração na paisagem considerada rápida, porém, a imagem acerca do lugar que sofre com esse evento demora se reconstruir, na medida que cada indivíduo que carrega consigo essa imagem, passa pelo lugar ou até mesmo ouve sobre a ocorrência. É nesse processo que novas imagens e um novo imaginário se remonta no intuito de continuar a demonstrar seu valor simbólico para um determinado grupo de sujeitos.

Após estabelecido essa nova mudança, Shields (1991) fala acerca das "metáforas mortas", que são essas imagens passadas dos

3 Essas imagens relacionadas a um lugar podem até ser consideradas significantes de seu caráter essencial (Shields, 1991, p. 47, tradução nossa).

lugares, que podem ser "invented, disseminated, and become accepted in common parlance[4]" (p. 61). E Shields (1991, p. 62):

> Place and space myths are united into a system by their relative differences from one another even white they achieve their unique identities by being 'set-off' against one another[5].

Nesse sentido, caminha-se para entender como a literatura de Josué Corrêa Fernandes (2006) ensaia um pensamento de mito de lugar, a partir de um mundo imaginário. Pois, ora "even When the caracteristics of a place change so radically that one would expect a change in the place-myth, this does not Always take place[6]" (SHIELDS, 1991, p. 256). Shields (1991, p. 61) continua afirmando que:

> [...] There is both constancy and a shifting quality to this model of a place or space myths as the core change slowly over time, are displaced by radical changes in the nature of a place [...].[7]

Sendo assim, a relação com o conceito de Shields (1991) é possível, entendendo que dentro do panorama exposto, a narrativa

4 Inventado, disseminado e aceito na linguagem comum (Shields, 1991, p. 61, tradução nossa).

5 Os mitos do lugar e do espaço são unidos em um sistema por suas diferenças relativas entre si, mesmo que, em branco, eles alcancem suas identidades exclusivas ao serem "colocados" uns contra os outros (Shields, 1991, p. 62, tradução nossa).

6 Mesmo quando as características de um lugar mudam tão radicalmente que seria de se esperar uma mudança no mito do lugar, isso nem sempre acontece (Shields, 1991, p. 256, tradução nossa).

7 Há uma constância e uma qualidade mutável nesse modelo de mitos de um lugar ou espaço, pois o núcleo muda lentamente com o tempo e é deslocado por mudanças radicais na natureza de um lugar (Shields, 1991, p. 61, tradução nossa).

ficcional e o lugar imaginado de Josué Corrêa Fernandes (2006), podem se dispor ou não de mudanças de perspectivas e/ou interpretações vindas do sujeito leitor.

Mito de lugar e a relação com a paisagem na narrativa

Tal qual os estudos de Literatura e Geografia, Corrêa (2012) afirma que a paisagem tem sido um conceito buscado por geógrafos para inserir em suas análises, contudo, o autor apresenta um parâmetro de que esse interesse não foi homogêneo, explicando isso a partir de três períodos.

A contar da metade do século XIX, a paisagem é interpretada por e a partir da morfologia, ou seja, de forma material, com muitos estudos realizados em um primeiro momento na Europa e logo após nos Estados Unidos, nesse período também a Geografia sofre muitas críticas (Corrêa, 2012).

Partindo de 1940 a 1970, este interesse cai por terra pensando na paisagem enquanto objeto de estudo, pois, nesse período, ocorre o final da 2ª Grande Guerra Mundial, e "a paisagem foi, neste contexto, considerada como tema do passado, sem praticidade, sendo, então, colocada em plano marginal" (Corrêa, 2012, p. 31).

Chega-se então ao período que perdura até os dias atuais, em que de acordo com Corrêa (2012), o interesse pelos estudos que envolvessem a paisagem retorna com maior relevância.

Sendo assim, entende-se a relação entre a paisagem e a literatura, que se torna mais relevante no período pós 1970 (Corrêa, 2012), trazendo a discussão do mito de lugar de Shields (1991), conduzindo um caminho para o diálogo a partir da paisagem

narrada por Fernandes (2006), fazendo com que o leitor da obra continue com o exercício de imaginar e criar imagens acerca de sua ficção.

A paisagem narrada por Josué Corrêa Fernandes (2006) irá demonstrar relações para com o espaço e lugar narrado/imaginado, sendo a paisagem uma porção desse todo geográfico. A mudança do mito de lugar com relação a imaginação fica mais compreensível no sentido de que ficará a critério do sujeito leitor novas análises.

No início da obra, por exemplo, Fernandes (2006, p. 19, grifo nosso) narra o lugar de nascimento do seu personagem Faivre:

> [...] **vales** que se formam no ponto de contato dos **terrenos calcários duros com solos argilosos ou semelhantes**. Estes, menos resistentes, permanecem acumulados no fundo, enquanto que os outros se elevam em forma de **muralhas escarpadas**. Tais várzeas oferecem, de ordinário, um belo aspecto, com **transparentes lagos, cascatas espumantes e grutas embelezadas por reluzentes estalactites**.

Uma relação com o lugar histórico não conhecido pelo leitor, mas que a partir da narrativa se desenvolvem as imagens de um determinado lugar, ou o mito de lugar de Shields (1991), a partir dessas colocações de Fernandes (2006) a respeito da sua construção textual e do discurso que ele quer apresentar ao sujeito leitor, como uma forma de instigar o sentimento de imaginação. Shields (1991, p. 17) afirma:

> Place-images, and our views of them, are produced historically, and are actively contested. There is no whole picture that can be 'filled in'

> since the perception and filling of a gap lead to the awareness of other gaps[8].

Através desta produção de opiniões e o surgimento de novos pontos de partida com relação ao sentimento de imaginação, o ciclo para compreender o mito de lugar constantemente se renova, pois entende-se que o prorromper de novas percepções alavancam, como afirma Shields (1991), novas lacunas para inserir nos processos de construção do conceito, uma nova simplificação, construção de estereótipos e uma nova atribuição a análise.

Sendo assim, "landscapes do not result from a unifed instrumental action, but reflect different historical uses and projects[9] [...]" (Shields, 1991, p. 24). Assim Fernandes (2006, p. 73, grifo nosso), descreve:

> De dia, ainda não afeito as peculiaridades da nova terra, o grupo observava, curioso, **as bananeiras, os lírios do brejo, as alevantadas aroeiras e guamerins; encantando-se com a copada azul-violeta das quaresmeiras que se disseminavam pela escarpa**.

Os diferentes usos e projetos que Shields (1991) afirma se estabelecem também nas diferentes interpretações que o leitor tem de obras. No caso da narrativa de Fernandes (2006), a paisagem narrada se estabelece a partir da construção de estereótipos preestabelecidos por um leitor já ciente da história e para um leitor que utiliza a obra a título de curiosidade. A interpretação e por conseguinte o uso se estabelecem a partir dos três momentos do

8 As imagens de lugares e nossas visões sobre elas são produzidas historicamente e são ativamente contestadas. Não existe um quadro completo que possa ser "preenchido", pois a percepção e o preenchimento de uma lacuna levam à conscientização de outras lacunas (Shields, 1991, p. 17, tradução nossa).

9 As paisagens não resultam de uma ação instrumental unificada, mas refletem diferentes usos e projetos históricos (Shields, 1991, p. 17, tradução nossa).

mito de lugar, entendendo que as opiniões e compreensões se diferem.

As paisagens narradas por Fernandes (2006), assim como o lugar imaginado, abrem portas para o imaginário, sendo assim entende-se que diferente do que Santos (1996) afirma com relação à estaticidade da paisagem, ela pode realmente ser mutável, o exemplo está na obra "A Saga da Esperança: Socialismo Utópico à Beira da Ivaí" (2006), pois seu autor toma como princípio descrever a paisagem do seu lugar imaginado tendo como inspiração um lugar histórico onde a construção das paisagens descritas e como elas se estabelecem se encaixam de maneira equilibrada em sua escritura.

Em comentários acerca da construção do Colônia, do rio Ivaí, das passagens dos personagens por lugares insossos, Fernandes (2006) deixa o sentimento de imaginação dos leitores se aflorar, "[...] em terras alterosas onde o verde dos ervais e a imponência das araucárias ainda estão presentes [...]" (Fernandes, 2006, p. 83), e continua ainda (p. 88, grifo nosso):

> Do alto da cordilheira onde se encontravam, sob a luz dardejante do sol de abril que quase tomava conta do espaço anilado, podiam eles enxergar **as sinuosidades do volumoso rio, fendendo a mata cerrada e escura** com relação ao ocidente.

A manifestação da imaginação a partir da leitura das paisagens narradas por Fernandes (2006) é ideal na construção das ideias e definição de processos. Como afirma Iser (1993, p. 01):

> It is perhaps to state another commonplace to point out that a piece of fiction devoid of any connection with known reality would be incomprehensible. Consequently, if we are to attempt a description of what is fictive in fiction, there is little point in clinging to the old

> distinction between fiction and reality as a frame of reference. The literary text is a mixture of reality and fictions, and as such it brings about an interaction between the given and the imagined.[10]

Assim, a relação feita por Fernandes (2006) em sua obra tendo uma ligação/inspiração com a realidade, não é toda inviabilizada, uma vez que para construir algo a partir do imaginário torna-se importante ter referências, sobretudo referências que resistem ao espaço-tempo, como fez Josué Corrêa Fernandes (2006).

A interação entre o real e o imaginado na obra objeto principal do trabalho caminha, portanto, a partir da composição e relação entre três lacunas, a primeira, entender conceitualmente o mito de lugar (Shields, 1991), a segunda, atrelar o conceito ao lugar imaginado aprofundado por Fernandes (2006) para então trazer consigo a paisagem, a qual realiza uma interação para com o lugar, que, por sua vez, também foi inspirado a partir de uma dada realidade. E de acordo com Palhares (2020, p. 354)

> O texto literário dá ao leitor possibilidades de devanear, penetrar na história de tal forma que ele é capaz de se emocionar - chorar ou sorrir - tornando real o que é imaginado, pois "imaginamos mundos em que nossa vida teria todo o seu brilho, todo o seu calor [...]" (Bachelard, 1988, p. 143). Geografias imaginadas, paisagens imaginadas pelo leitor nas quais o desejo de ser

10 Talvez seja um lugar-comum afirmar que uma peça de ficção desprovida de qualquer conexão com a realidade conhecida seria incompreensível. Consequentemente, se quisermos tentar uma descrição do que é fictício na ficção, não faz muito sentido nos apegarmos à antiga distinção entre ficção e realidade como um quadro de referência. O texto literário é uma mistura de realidade e ficção e, como tal, provoca uma interação entre o dado e o imaginado (Iser, 1993, p. 01, tradução nossa).

> atravessado por elas se torna tão intenso que não há necessidade de se deslocar.

A paisagem imaginada na obra de Fernandes (2006) vai remeter ao sujeito leitor que está envolvido na escritura a retomar ao lugar ficcional já estabelecido por ele mesmo, a partir do mito de lugar, criando, dessa maneira, imagens para então compor seu imaginário, podendo se "deslocar" do modo desejado, pois o caminho que se trilha por cada indivíduo é único, no sentido das possibilidades. Fernandes (2006, p. 99), descreve:

> No ano seguinte à fundação, já se percebia que a Vila Thereza não era um pequeno amontoado de cabanas [...]. Dividiu-se perfeitamente a zona que ficariam as residências, com os quintais, com a frente, daquela onde seriam erigidos os estabelecimentos de uso comum [...].

É entre o lugar histórico inspiracional para Fernandes (2006) e o lugar imaginado construído por ele que se constrói a relação de um sentido de imaginação, do real e do imaginário, trabalhado por Iser (1999, p. 67), em que "a especificidade da literatura, o traço que a distingue como meio consiste no fato de que é produzida mediante uma fusão do fictício e do imaginário."

De agora em diante, entende-se que o mito de lugar desenvolvido pelo leitor a partir do pensar a paisagem imaginada de Fernandes (2006) caminha em direção à capacidade individual de dar sentido ao mundo, mas um mundo particular, dando forma a um pensamento.

Sendo a paisagem uma "exegese da vinculação imagética do homem ao meio" (Araujo, Kunz, 2014, p. 94), o mito de lugar surge novamente com representações, sobretudo a partir de símbolos, pois a leitura do lugar e da paisagem dentro dessa perspectiva se dá

partir do sentido de imaginação, como Palhares (2018, p. 354), caracteriza:

> A literatura cria diálogos possíveis com a geografia, tradicionalmente voltada para o exterior, para os aspectos visíveis do olhar. Assim, entre o mundo real, concreto e o mundo imaginário, nos deparamos com uma geografia interior, cuja "leveza se liberta dos pensadores para se elevar aos cumes" (Dardel, 2011, p. 5). O geógrafo se interessa pela essência de ser e estar no mundo, onde se sinta estreitamente ligado à Terra. Nesta perspectiva, podemos dizer que somos seres que se relacionam com o quem, o que e o onde.

Os símbolos e signos, assim como a literatura, criam diálogos possíveis com a Geografia, toma-se como exemplo os conceitos geográficos. No trabalho em tela, o ponto de partida vem com lugar, paisagem e percepções a partir de uma obra regional. Contudo, o diálogo é a partir de novas análises que aqui estão encaminhadas em direção da ficção e percepção.

Embora tenha-se arrolado no texto algumas definições de paisagem, segundo o trabalho dos geógrafos, se faz necessário também pensar a paisagem na poética. Em "Poética e Filosofia da Paisagem", o poeta e professor de Literatura Francesa – Michel Collot (2013) destaca a paisagem como uma forma de pensamento. Neste trabalho, frisa-se que não é pensado a paisagem propriamente como a descrição de um espaço de ambientação da obra e ou do personagem, mas como uma forma de olhar, ver e ler o texto.

Em outro trabalho, Collot (2012) define 03 elementos para discutir o conceito de paisagem. Em primeiro lugar, a paisagem enquanto um "ponto de vista", algo subjetivo, ou seja, a paisagem

imaginada da obra se revela como uma experiência, a partir da Literatura, afirmando que a experiência e o objeto são inseparáveis e: "salvaguardar a paisagem é uma forma de reivindicar o lugar do sujeito num espaço cada vez mais objetivado e objetivamente" (Collot, 2012, p. 13). O segundo elemento é caracterizado como "parte", no sentido de que a paisagem oferece uma parte do todo, como já estabelecido, uma fração. Enquanto o terceiro elemento, apresentado como "conjunto", "justamente porque não se dá para ver por completo, a paisagem se constitui como totalidade coerente" (Collot, 2012, p. 16).

Esta delimitação de acordo com o autor, irá preparar a paisagem para se tornar um quadro, pois entende-se que a Literatura e as obras levam o sujeito leitor a pensar em um começo e um fim de uma paisagem, sendo assim, além de ser imaginada, ela é percebida, portanto, só se fala de paisagem a partir de sua percepção (Collot, 2012).

Assim, o mito de lugar, dá-se dentro da perspectiva do lugar e da paisagem ou da ciência geográfica como um todo e demonstra um caminho de compreensões a partir do imaterial, pois entende-se que a partir da obra de Josué Corrêa Fernandes (2006) o leitor não acessa o lugar histórico, apenas o ficcional, dado pelo autor, tendo então a criação de imagens e símbolos acerca do lugar como um resultado inevitável.

Shields (1991) afirma que cada história demonstra uma nova centralidade com relação ao lugar e ao mito, determinando imagens de lugares e "[...] these images and steretypes, na imaginary geography of places and spaces, are shown to have social

impacts wich are empiracally and located not Only at the level of individual proxemics[11]" (Shields, 1991, p. 06).

E a partir da percepção aqui discutida e destacada, é no acontecimento de novas leituras que a centralidade do lugar e da paisagem irá mudar, sempre tendo como ponto de partida o mito de lugar e seus processos.

A literatura aqui é uma ponte necessária que liga a construção do conceito de Shields (1991) aos conceitos trabalhados neste estudo, o lugar ficcional se conecta ao mito a partir do sentido de imaginação construído pelo sujeito leitor, ao passo que partindo desta compreensão a paisagem se insere como um quadro, dando mais clareza ao sentido de lugar.

Considerações Finais

Para tanto, no presente trabalho destacou-se a partir do conceito de mito de lugar os modos pelos quais a paisagem e o conceito se tornam possíveis ao ato de leitura da obra proferida por geógrafos de formação. Neste complemento, gera-se a mudança no sentido da imaginação, pois as imagens estão passíveis de novas interpretações, tal qual a literatura e a ciência geográfica.

A pesquisa e a relação entre Geografia e Literatura remetem a reflexões complementares. A primeira é que a ideia deste trabalho não é esgotar as contribuições para a relação Geografia e Literatura, nem discussões com relação ao lugar e paisagem, mas caminhar na direção de ampliar estes diálogos, trazendo o conceito de Shields (1991) para o centro, juntamente com

11 Essas imagens e estereótipos, uma geografia imaginária de lugares e espaços, demonstram ter impactos sociais que são empíricos e localizados não apenas no nível da proxêmica individual (Shields, 1991, p. 06, tradução nossa).

as literaturas/epopeias regionais, apresentando novas experiências para a ciência geográfica e tendo como princípio do movimento o trânsito de conhecimentos mediados pela leitura de uma obra ficcional.

Assim, unindo a realidade e a ficção, surge uma interação que de acordo com Iser (1999), regula essa relação, através da possibilidade de serem aplicadas a diversos contextos dentro da literatura, onde Josué Corrêa Fernandes (2006) constrói um lugar imaginado e a partir do conceito de *place-myth* (Shields, 1991).

Dessa maneira, se compreende a possibilidade da utilização do conceito para um novo diálogo dentro da relação explorada, pois Fernandes (2006) desperta o interesse em descobrir mais sobre seu lugar imaginado, o que faz com que o caminho para novos trabalhos a respeito da sua obra se faça possível.

Também foi trabalhando a partir da ideia de narrativa que destacamos a importância do conceito de lugar no discurso geográfico e concomitantemente sua primazia de significados humanos direcionados pela linguagem. Não menos importante o exercício de transitar entre a Geografia e a Literatura demonstrou a potência do imaginário como dimensão do que se pode conceber como dimensão geográfica da realidade.

Referências

ARAUJO, Gilvan Charles Cerqueira de. KUNZ, Sildemar Alves da Silva. O conceito de paisagem sígnica aplicado à geografia: mosaico de sentidos perpassados pelo cultural e subjetivo. *Revista Linguagem Acadêmica.* Batatais, v. 4, n. 2, p. 91-112, 2014. Disponível em: < https://silo.tips/download/o-conceito-de-paisagem-signica-aplicado-a-geografia-mosaico-de-sentidos-perpassa > Acesso em: 06 jul. 2022.

CLAVAL, Paul. A experiência humana na Terra: a abordagem cultural em Geografia. In: CLAVAL, Paul. *Epistemologia da Geografia.* Tradução de Margareth de Castro Afeche Pimenta, Joana Afeche Pimenta. 2. ed. rev. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2014. p. 221-253.

COLLOT, Michael. Pontos de vista sobre a percepção de paisagens. In: NEGREIROS, Carmen. ALVES, Ida. LEMOS, Masé. *Literatura e paisagem em diálogo.* Rio de Janeiro: Edições Makunaima, 2012. p. 11-28.

COLLOT, Michael. *Poética e Filosofia da Paisagem.* Tradução: Ida Alves *et. al*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2013. 204 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. Paisagem e geografia. In: NEGREIROS, Carmen. ALVES, Ida. LEMOS, Masé (Orgs.). *Literatura e paisagem em diálogo.* Rio de Janeiro: Edições Makunaima, 2012. p. 29-43.

DURAN, Maria Renata da Cruz. BENTIVOGLIO, Julio. Paul Ricoeur e o lugar da memória na historiografia contemporânea. *Dimensões,* v. 30, p. 213-244, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/dimensoes/article/view/6162>. Acesso em: 16 abr. 2021.

FERNANDES, Josué Corrêa. *A saga da Esperança:* Socialismo Utópico à Beira do Ivaí. Curitiba: Sesquicentenário, 2006. 256 p.

FERREIRA-SANTOS, Marcos. ALMEIDA, Rogério de. *Aproximações ao imaginário:* bússola de investigação poética. 2ª ed. São Paulo: FEUSP, 2020. Disponível em: <

http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/453 > Acesso em: 11 de dez. 2020.

HAESBAERT, Rogério. Território, poesia e identidade. *Espaço e Cultura,* nº 03, 1997. Disponível em: < https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6708/4786 > Acesso em: 05 de março de 2021.

HOLZER, Werther. Geografia Humanista e as Humanidades: Por uma epistemologia fenomenológica. *Revista da ANPEGE.* v. 16. n. 31. p. 142-149. 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12303/pdf>. Acesso em: 08 mar. 2021.

ISER, Wolgang. O fictício e o imaginário. In: ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). *Teoria da Ficção:* Indagações à Obra de Wolfgang Iser. Tradução: Bluma Waddington Vilar e João Cezar de Castro Rocha. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 65-77.

ISER, Wolfgang. *The fictive and the imaginary:* charting literaly anthropology. The Johns Hopkins University Press, 1993.

MARQUES, Marcos Aurélio. Filosofia e linguagem: mediando geografia e literatura. *Revista de Estudos de Literatura, Cultura e Alteridade,* v. 4. n. 01. p. 253-272. 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/igarape>. Acesso em: 16 abr. 2021.

PALHARES, Virgínia de Lima. Geografias Imaginadas: O mundo pelo olhar do outro. *Revista da ANPEGE,* v. 16. n. 31. p. 350-359, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12303/pdf>. Acesso em: 08 mar. 2021.

PINTO, Júlio Pimentel. Lugares e memórias dos livros: bibliotecas reais e imaginárias. In: PINTO, Júlio Pimentel (Org.). *A leitura e seus lugares.* São Paulo: Estação Liberdade, 2004. p. 33-43.

PINTO, Júlio Pimentel. O lugar do leitor: do texto aberto aos protocolos de leitura. In: PINTO, Júlio Pimentel (Org.). *A leitura e seus lugares.* São Paulo: Estação Liberdade, 2004. p. 45-59.

SANTOS, Milton. Espaço geográfico, um híbrido. In: *A Natureza do espaço:* Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 72-88.

SHIELDS, Rob. *Places on the Margin:* alternative geographies of modernity. Routledge, New York, 1991. 350 p.

SARMENTO, João. *Representação, Imaginação e Espaço Virtual:* Geografias de Paisagens Turísticas em West Cork e nos Açores. 2004. DOI: 10.13140/2.1.4996.1765.

SOARES, Maria Lucia de Amorim. O que é uma geografia de lugar nenhum? In: MARANDOLA JUNIOR, Eduardo. GRATÃO, Lúcia Helena Batista. *Geografia e Literatura:* Ensaios sobre geograficidade, poética e imaginação. Londrina: Eduel, 2010, p. 191-206.

SAVÉRIO SPOSITO, Eliseu; ANASTÁCIO ALVES DA SILVA, Késia. O sujeito na Geografia: uma proposta para pensar o espaço por meio de diferentes primas. *Caminhos da Geografia*, Uberlândia, v. 22, n. 82, p. 173-190, 2021. DOI: 10.14393/RCG228255896. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/55896. Acesso em: 13 de jun. 2024.

SUZUKI, Júlio César. O poeta, a cidade e o esfacelamento do indivíduo na modernidade: uma leitura de 'A Rosa do Povo'. In: MARANDOLA JUNIOR, Eduardo. GRATÃO, Lúcia Helena Batista. *Geografia e Literatura:* Ensaios sobre geograficidade, poética e imaginação. Londrina: Eduel, 2010. p. 243-256.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar:* a perspectiva da experiência. Tradução de Lívia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983. 262 p.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia:* um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de: Lívia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2015. 342 p.

Submetido em: 16 de abril de 2024
Devolvido para revisão em: 12 de junho de 2024
Aprovado em: 24 de junho de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3477

Como citar:
FERREIRA, B. A.; NABOZNY, A. O MITO DE LUGAR NA PERSPECTIVA DE LUGAR E PAISAGEM NARRADA NA OBRA "SAGA DA ESPERANÇA: SOCIALISMO UTÓPICO À BEIRA DO IVAÍ", UMA INTERFACE ENTRE A GEOGRAFIA E A LITERATURA. **Terra Livre**, São Paulo, ano 39, v.1, n.62, jan.-jun. 2024, p. 700-725. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3477. Acesso em: dia/mês/ano.

A OCUPAÇÃO CEMITERIAL DO BAIRRO DE SANTO ANTÔNIO, VITÓRIA/ES: CEMITÉRIOS VISÍVEIS E INVISÍVEIS A PARTIR DA ABORDAGEM TERRITORIALISTA ITALIANA

THE CEMETERY OCCUPATION OF THE SANTO ANTÔNIO NEIGHBORHOOD, VITÓRIA/ES: VISIBLE AND INVISIBLE CEMETERIES FROM THE ITALIAN TERRITORIALIST APPROACH

LA OCUPACIÓN CEMENTERIAL DEL BARRIO DE SANTO ANTÔNIO, VITÓRIA/ES: CEMENTERIOS VISIBLES E INVISIBLES DESDE EL ENFOQUE TERRITORIALISTA ITALIANO

Paloma Barcelos Teixeira, Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
E-mail: paloma93barcelos@hotmail.com

Michela Sagrillo Pegoretti Fadini
Prof.ª Dr.ª Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)
E-mail: michelasagrillo@yahoo.com.br

Resumo:
A cidade de Vitória, no Espírito Santo, possui um único cemitério monumental no bairro de Santo Antônio, localizado próximo ao Centro Histórico capixaba. No entanto, dois outros cemitérios antigos na região, o do Morro do Pinto e o Cemitério Batista, são frequentemente negligenciados nos estudos sobre os processos territoriais que levaram a localização atual do cemitério monumental de Santo Antônio. Dado o exposto, este artigo tem como objetivo apresentar a historiografia territorial desses cemitérios sob a perspectiva dos estudiosos da escola territorialista italiana. Para tanto, além de pesquisa bibliográfica sobre a história do lugar, utilizou-se de levantamentos de dados primários documentais custodiados em arquivos públicos. Ao enfatizarmos o sedimento material ambiental das transformações territoriais, propomos uma interpretação possível do ciclo TDR (territorialização - desterritorialização - reterritorialização) dos cemitérios do sítio Santo Antônio. Concluímos que esse movimento teórico revela novas formas de compreender o contexto cemiterial do bairro à luz dos processos de transformação associados ao território.

Palavras-chave: Vitória/ES, cemitério, escola territorialista italiana.

Abstract:
Vitória, ES, boasts a single monumental cemetery in the Santo Antônio neighborhood, near the historic center. Yet, two other ancient cemeteries nearby, Morro do Pinto and Batista Cemetery, are often overlooked in studies of the territorial processes that led to Santo Antônio's current location. This article aims to present the territorial historiography of these cemeteries from an Italian territorialist perspective. Besides bibliographic research, primary documentary data surveys from public archives were used. By emphasizing the environmental material sediment of territorial transformations, we propose a possible interpretation of the TDR cycle (territorialization - deterritorialization - reterritorialization) of the Santo Antônio site's cemeteries. We conclude that this theoretical movement reveals new ways of understanding the cemetery context of the neighborhood amid transformation processes associated with the territory.

Keywords: Vitória/ES, cemetery, Italian territorialist school.

Resumen:
Vitória, ES, tiene un único cementerio monumental en el barrio Santo Antônio, cerca del centro histórico. Sin embargo, se ignoran frecuentemente dos cementerios antiguos cercanos, Morro do Pinto y Cementerio Batista, en estudios sobre los procesos territoriales que llevaron al cementerio de Santo Antônio. Este artículo busca presentar la historiografía territorial de estos cementerios desde la perspectiva territorialista italiana. Además de la investigación bibliográfica, se utilizaron encuestas de datos primarios documentales en archivos públicos. Al destacar el sedimento material ambiental de las transformaciones territoriales, se propone una interpretación del ciclo TDR (territorialización - desterritorialización - reterritorialización) de los cementerios en Santo Antônio. Esto revela nuevas formas de entender el contexto del cementerio en el barrio ante los procesos de transformación del territorio.

Palabras-clave: Vitória/ES, cementerio, escuela territorialista italiana.

Introdução[1]

No século XIX, o crescimento populacional das cidades brasileiras deparou-se com uma série de epidemias e doenças, verificadas diante de um panorama urbano deficitário, no que diz respeito à infraestrutura urbana e às formas de uso e ocupação do solo. Tal fato acometeu especialmente cidades coloniais e seus centros urbanos, resultando em intervenções que, aos poucos, tentavam reverter tal cenário. Os cemitérios, por exemplo, geralmente localizados próximos às igrejas (e administrados por elas) em consonância com o padrão de urbanização portuguesa no sítio físico, foram alvo destas intervenções e transformações urbanas.

Assim sendo, além do crescimento populacional, os fluxos migratórios e uma série de eventos ligados ao modo de lidar com a morte nos períodos de grandes epidemias, impuseram transformações de natureza sanitária sobre os espaços cemiteriais de diversas cidades brasileiras (Pimentel Franco, 2014). Esse fenômeno gerou diferentes graus de resistência por parte da Igreja em partes distintas do país (Rocha, 2013; Reis, 1991).

Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, localizada no sudeste brasileiro e fundada ainda no século XVI, experimentou tal cenário em seu curso histórico, tendo seus cemitérios originais

[1] A pesquisa é financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) através de bolsa de doutorado, Processo nº 88887.840216/2023-00. O presente artigo é resultado dos trabalhos desenvolvidos na disciplina "Território-Patrimônio: teoria e representação para planejamento e projeto", cursada no PPGAU/UFES, ministrada pela Prof. Dra. Renata Hermanny de Almeida.

transferidos gradualmente para longe de seu centro urbano. O primeiro esforço nesse sentido foi dirigido para a região conhecida como sítio Santo Antônio onde, atualmente, situa-se o bairro de mesmo nome[2]. Coube, então, a tal região, localizada à oeste do Centro, o papel de sediar os cemitérios da cidade na ótica "extramuros"[3], afastando, assim, os perigos sanitários inerentes a este tipo de uso do solo, naquele contexto.

Na verdade, a necessidade de criação de cemitérios extramuros, distantes dos centros urbanos, nasceu em razão do ideal higienista que direcionava as políticas públicas referentes às epidemias. Esse movimento ocorreu em várias cidades brasileiras e pode ser observado, também, em Vitória/ES.

Em um cenário onde cabiam, exclusivamente, ao poder público as decisões sobre o território, Santo Antônio recebeu, sequencialmente, a partir da segunda metade do século XIX, os cemitérios do Morro do Pinto, Batista e o cemitério público de Santo Antônio. Os dois primeiros foram, aos poucos, entrando em desuso e foram apropriados para uso habitacional de pessoas menos abastadas. Esta mudança de função do território foi acompanhada, segundo dados históricos, por relações de tensão, conflito e cooperação entre os moradores e o poder público (Teixeira, 2022). O fato gerou transformações territoriais significativas, relacionadas a

[2] O atual bairro de Santo Antônio ocupa parte do chamado sítio Santo Antônio, uma porção rural de difícil acesso na margem oeste da ilha de Vitória, separada dos quadrantes originais da cidade, pelo menos até o início do século XX.

[3] O termo extramuros refere-se à localização de cemitérios fora dos limites das cidades. Historicamente, essa prática tinha por objetivo afastar os perigos sanitários e os maus odores provenientes da decomposição dos corpos, prevenindo, assim, possíveis surtos de doenças e mantendo a salubridade nas áreas habitadas.

mudanças no uso da terra, que instigam possibilidades inéditas de investigação. É natural que, em relação ao crescimento da população e à ocupação de novas áreas, a gestão das cidades produza uma grande quantidade de conflitos sociais e ambientais capazes de eleger objetos de estudo sobre as relações de poder sobre o território e sobre a produção geográfica do espaço urbano.

Atualmente, o bairro de Santo Antônio possui um conjunto cemiterial composto pelo Cemitério Público de Santo Antônio (municipal) e quatro pequenos cemitérios particulares: o Cemitério da Irmandade do Santíssimo Sacramento, o Cemitério da Irmandade de Santo Antônio dos Pobres, o Cemitério da Irmandade de São Benedito do Rosário e o Cemitério da Irmandade Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção. Essa configuração cemiterial atual se deve a processos de construção e apagamento de cemitérios antigos. O ciclo de transformações urbanas sobre este território foi motivado por necessidades sanitárias e de ordem social que tiveram repercussões socioespaciais na complexa relação entre a cidade dos vivos e a cidade dos mortos.

Todo território está intrinsecamente ligado aos processos de dominação e resistência. Quando buscamos compreender o território em uma perspectiva mais ampla, percebemos que ele não é apenas um espaço físico, mas também um ambiente permeado por relações de poder que se estendem para além das esferas tradicionais. Essas relações não se limitam apenas ao domínio político, mas abrangem também o simbólico e o afetivo. Neste contexto, as emoções, sentimentos e afetos desempenham um papel significativo na configuração da política territorial. Essa interconexão entre espaço, poder e subjetividade destaca a

complexidade do conceito de território em suas múltiplas dimensões. Segundo Saquet (2010, p. 114), para Dematteis (1995, p. 85.) "o território significa economia, cultura, política e natureza: ambiente, chão, formas espaciais e relações entre sujeitos".

A proposta de Magnaghi (2011), a partir de sua escola territorialista, dentro do contexto da corrente teórica italiana de planejamento ambiental, apresenta uma visão de que o território tem ciclos de vida (nascimento, crescimento, decadência, morte e renascimento) e, portanto, pode ser analisado conforme perspectivas históricas. Portanto, para Magnaghi,

> o ambiente não é uma besta a ser domada nem um sistema a ser protegido ao máximo da ação humana. Devemos nos confrontar não com uma natureza abstrata, mas com o que podemos considerar um neoecossistema produzido pelo homem, resultante das relações dinâmicas entre o ambiente natural, o ambiente construído e o ambiente entrópico. Desses relacionamentos emergem os territórios, os lugares, que são sujeitos culturais, que falam, dialogam ao longo do processo de antropização através da paisagem; eles restituem identidade, memória, linguagem, culturas materiais, mensagens simbólicas e efetivas (Magnaghi, 2011, p. 09).

Acreditamos que os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização propostos por Magnaghi (2011) se fizeram presentes na consolidação do contexto cemiterial atual em Santo Antônio.

O bairro de Santo Antônio, visto sob a ótica de sua ocupação cemiterial histórica, considerando os apagamentos ocorridos e as transformações funcionais do uso da terra, é a base material analítica e o recorte espacial do presente artigo. Estes

processos territoriais serão observados sob o recorte temporal de 1850 a 1981, iniciando pelos primeiros projetos de criação de um cemitério extramuros na segunda metade do século XIX, que suportasse os sepultamentos dos cadáveres das epidemias, até a última invasão popular de áreas cemiteriais em desuso.

Assim sendo, o objetivo deste artigo é compreender como as lógicas de implantação, localização e transformação dos cemitérios do bairro de Santo Antônio tiveram um impacto na organização do espaço urbano, à luz da escola territorialista italiana.

É possível considerar que a ideia de certa arqueologia (ou geografia) das cidades a partir dos cemitérios, seja útil para verificar as dinâmicas espaciais estabelecidas na área urbana, atravessando períodos de diferentes gestões políticas. Tomando outros caminhos com interesses distintos, a cidade de Vitória/ES já foi analisada segundo seus projetos de expansão ligados a mercados de terra e produção de área urbana, algo que moveu diretamente as tradições dos estudos urbanos na Geografia (Campos Junior, 1996). Em outra direção, este mesmo conjunto de interesses também se constituiu como um importante objeto de análise da Arquitetura (planimetria e a volumetria histórica), sob a perspectiva da produção social do espaço urbano, focalizando aspectos do mercado imobiliário para identificar a dinâmica do processo de urbanização em diferentes períodos no Brasil, desde o período colonial até a primeira República, isto permitindo associações diretas com os espaços cemiteriais no espaço urbano (Bueno, 2018).

A elaboração do presente texto, não trata de realizar um "planejamento local dirigido ao passado", mas sim, de permitir que a abordagem territorialista, proposta por Alberto Magnaghi (2011),

possa oferecer uma perspectiva mais crítica sobre os fatos ocorridos no sítio Santo Antônio. Para tanto, analisamos os cemitérios de Vitória tanto como vestígios geográficos do passado, quanto como vetores de produção do presente-futuro.

Procedimentos metodológicos

O artigo está fundamentalmente apoiado nas bases da Geografia Histórica, que busca compreender as transformações geográficas ocorridas ao longo do tempo em um determinado recorte espacial de análise, levando em consideração as relações sociais, políticas, econômicas e culturais que influenciaram essas transformações no espaço geográfico (Abreu, 2000; Vasconcelos, 2009). Igualmente, busca-se fundamento nos procedimentos metodológicos da escola territorialista italiana que percebe o território como um ciclo e que lê os espaços através do ciclo TDR, territorialização, desterritorialização e reterritorialização (Magnaghi, 2011).

Para apresentarmos a formação e a evolução territorial cemiterial do sítio Santo Antônio sob a ótica da escola territorialista italiana, buscamos entender as dinâmicas espaciais como resultado de processos históricos e geográficos, especialmente a partir dos cemitérios e seus impactos socioespaciais, sendo necessário um conjunto de esforços metodológicos para cumprir tal objetivo.

Para isso, as análises foram balizadas em fontes de diferentes naturezas que documentaram fatos ocorridos entre 1850 e 1981 ou seja, desde o momento da tentativa de construção do

primeiro cemitério extramuros da cidade até a última invasão popular de áreas cemiteriais em desuso.

Nesse viés, estes foram os seguintes percursos metodológicos adotados nesta pesquisa:

1. Levantamento bibliográfico sobre o lugar: Hemeroteca Digital Brasileira (HDB), onde selecionamos os principais periódicos da cidade de Vitória no recorte temporal da pesquisa, foram eles: A Tribuna e o Diário da Manhã, com o objetivo de identificar a presença de registros, estudos e análises da questão cemiterial no Brasil e no Estado do Espírito Santo;
2. Realização de trabalhos de campo em arquivos públicos a fim de obter acesso a diferentes fontes documentais iconográficas: mapas antigos e fotografias e, documentação escrita: registros de fundação de cemitérios e planos urbanos. Para isso, foram acessados os seguintes lugares: a) Arquivo Público Municipal de Vitória (APMV), b) Arquivo Público Estadual de Vitória (APEES) e c) Cúria Metropolitana de Vitória.

Cemitério do Morro do Pinto: O primeiro território cemiterial extramuros da cidade de Vitória/ES

Durante o período colonial brasileiro, o sepultamento dos corpos no interior das igrejas ou em terrenos contíguos a elas se caracterizava como uma prática comum. Isso era resultado de uma reprodução da matriz cultural católica, que considerava a definição do lugar de sepultamento próximo de suas referências e signos de proteção um sinal de prestígio espiritual. No entanto, a partir da primeira metade do século XIX, este modelo espacial entre os

cemitérios e as igrejas foi gradualmente alterado pelos fundamentos do higienismo, que os deslocou para as periferias do espaço urbano, em muitas cidades, devido a necessidade de lidar com grandes epidemias. A medicina, como conhecimento aplicado as políticas de ordenamento territorial, começou a apropriar-se do fenômeno da morte, avançando no espaço antes dominado pela religião (Reis, 1991).

No Brasil, o cientificismo aplicado às cidades surgiu tardiamente em relação à Europa. Na segunda metade do século XIX, em meio ao fortalecimento dos ideais republicanos, o Estado brasileiro modernizou suas estruturas, especialmente, nos espaços urbanos.

O processo de mudança dos espaços de sepultamentos para as periferias urbanas, impulsionado pelas preocupações sanitárias, verificado em Vitória, capital do Espírito Santo, consolidou-se a partir da segunda metade do século XIX.

A febre amarela representou uma das primeiras epidemias graves a atingir o Brasil, manifestando-se por volta de 1849 e disseminando-se de forma endêmica a partir de 1850. De acordo com Odair Franco, "a Província do Espírito Santo foi assolada pela febre-amarela em novembro de 1850, provavelmente importada de Campos, onde grassava com intensidade" (Franco, 1969, p. 16).

Durante a primeira onda da febre amarela, ocorrida no final de 1850 e início de 1851, Pereira Leal (1851, p. 12) informou que "a febre amarela ceifou em todo o Espírito Santo cerca de 200 pessoas", um número que, embora pareça baixo hoje, deve ser contextualizado considerando que, de acordo com Derenzi (1965), a população da capital era pouco superior a 3.000 pessoas.

Tal fato despontou perspectivas do poder público sobre a criação de um cemitério fora do perímetro urbano, baseando-se em alterações culturais no sentido de acabar com "o inveterado e prejudicial costume de fazerem-se os enterros nas igrejas" (Leal, 1851, p. 15). O relatório do então presidente, em 1851, sugere um reforço nesta perspectiva: "legislai, senhores, nesse sentido, e deixai que o governo, por meios persuasivos, vença os preconceitos do povo, fazendo-lhes conhecer os perigos que resultam das inumações nos templos" (Leal, 1851, p. 17).

Percebe-se que não se tratava somente de uma alteração dos costumes fúnebres mediante às urgentes demandas causadas pelas epidemias, mas, antes de tudo, de repensar o lugar geográfico dos mortos na cidade. Como aponta Claudia Rodrigues (1997), a localização das necrópoles era apenas uma das contendas urbanas. Em lugares como no Rio de Janeiro e na Bahia, houve intensos debates sobre como e por quem esses espaços deveriam ser geridos: se pela igreja ou pela administração pública.

O primeiro surto de febre amarela na capital capixaba teve uma curta duração, no entanto, todos os historiadores concordam que, devido à ausência de serviços preventivos e de higiene pública, a doença ressurgiu em 1854 e 1858, conforme relato de Sebastião Pimentel Franco (2015).

Terezinha Tristão Bichara (1984), enquanto assessora da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, liderou, uma pesquisa abrangente sobre a produção legislativa e história do poder legislativo estadual entre 1835 e 1889. A autora destacou que a definição da localização para o novo cemitério de Vitória foi muito complicada, tendo o Legislativo discutido o problema em várias

sessões. Projetos para os afastamentos dos cemitérios começaram a ser debatidos concomitantemente. Houve uma ideia inicial de alocar o cemitério na Ilha do Príncipe, mas esta proposta foi abortada, ao que parece, devido a questões financeiras e dificuldades na obtenção do terreno. As intervenções para construção do novo cemitério, então, seguiram em direção ao sítio Santo Antônio, à oeste do Centro histórico, em uma elevação natural conhecida até os dias de hoje como Morro do Pinto.

Daemon (2010, p. 390) comentou sobre a obra do cemitério do Morro do Pinto destacando que "foi efetivamente iniciada, mas, como a maioria das obras nesta província, nunca foi concluída, apesar dos consideráveis contos de réis despendidos com esse cemitério". Bichara afirma que:

> Devido à falta de recursos do erário provincial, as obras iniciadas pelo impulso do flagelo da cólera e da febre, ficaram inacabadas, sem cerca que protegesse os túmulos, servindo o 'campo santo' de pastagem para os animais (1984, p. 191).

O cemitério do Morro do Pinto não foi o único projeto que enfrentou dificuldades de execução, mas marcou de modo emblemático o período entre 1854 e 1855, quando surgiram as primeiras propostas para a delimitação de um espaço destinado a cemitérios naquela parte da cidade.

As obras inconclusas de um cemitério nunca inaugurado oficialmente não foram motivo para que ele não fosse efetivamente apropriado para o sepultamento dos mortos das epidemias. Sem ter nem mesmo um nome oficial que o designasse, o "cemitério do Morro do Pinto" emergiu como a principal resposta capixaba às medidas emergenciais contra a epidemia de febre amarela na

década de 1850. No entanto, o desejo de construir um cemitério fora dos limites da cidade estava condicionado à existência de acessos adequados, um desafio não superado pela necrópole do Morro do Pinto por décadas, o que fez com que ela permanecesse destinada apenas aos corpos considerados "perigosos" durante as epidemias e outros grupos indesejados da sociedade.

Considerando que as epidemias afetavam também as elites (as quais não consideravam sepultamentos no Morro do Pinto como uma opção aceitável) e que estava proibido o sepultamento nas igrejas locais (tanto pelo grande número de vítimas, quanto pelas questões sanitárias), é importante mencionar que, nesse mesmo período, outra iniciativa pública de administração cemiterial estava em andamento no Centro da cidade: o cemitério do Convento de São Francisco.

Esse antigo convento, construído em 1591, cedeu parte de seu terreno ao governo em 1856 para a instalação temporária de um cemitério público que funcionou simultaneamente ao Morro do Pinto e que chegou a ser considerado historicamente, por equívoco, o único cemitério público da cidade, quando era, na verdade, o único cemitério público que abrigava as elites locais.

Já quanto ao Morro do Pinto, estabelecido em um período excepcional, não tinha função de preservar a memória dos mortos, mas sim de afastar seus corpos. A preocupação com a memória dos mortos é uma atividade associada aos tempos de paz (Pitte, 2004) e, embora não houvesse uma guerra, os tempos da criação da necrópole do Morro do Pinto não foram tempos de normalidade e de paz.

Cemitério Batista: um território de sepultamentos destinado aos protestantes em Vitória

A chegada dos primeiros missionários protestantes ao Brasil não é o foco deste artigo, mas contextualizar brevemente a trajetória deste grupo é essencial para compreendermos a presença de um remoto cemitério destinado aos batistas no sítio Santo Antônio.

A trajetória dos batistas no Brasil é bem documentada e se concentra do final do século XIX ao início do século XX. Segundo Assis, em 1860 ocorreu uma breve incursão desta religião no Brasil, mas oficialmente, a Convenção Batista Brasileira (CBB) considera que o marco inicial do seu trabalho no país é o ano de 1882, quando foi organizada a Primeira Igreja Batista da Bahia (Assis, 2019).

Nos últimos anos do século XIX e nos primeiros do século XX, os primeiros batistas que já residiam na Bahia expandiram suas atividades para o estado do Espírito Santo. Após a conversão dos primeiros capixabas, "chegaram ao estado missionários da Junta para legitimar as primeiras Igrejas Batistas em solo espírito-santense" (Assis, 2019, p. 133). Este novo elemento social do início do século desencadeou a construção de uma legitimidade não apenas religiosa, mas também educacional, fortalecendo a Igreja Batista e implementando um sistema educativo distinto daquele praticado na cidade.

Contudo, a presença da Igreja Católica representou um desafio significativo para a missão batista nos primeiros tempos, já

que os protestantes estavam impedidos de utilizar os cemitérios religiosos católicos, restando-lhes apenas o cemitério público.

Sobre o cemitério, conforme as palavras de Reno[4] (*apud* Assis, 2019, p. 142), "é aqui usado para nada além dos paupérrimos da classe mais baixa, para os casos de varíola e febre amarela, e para os protestantes". A assertiva deixa claro que o cemitério do Morro do Pinto era considerado uma medida segregacionista, sendo utilizado apenas para corpos que não tinham direito de usufruir dos cemitérios das irmandades católicas ou do Convento de São Francisco, corpos sem direito à memória.

Reno solicitou ao Conselho Municipal de Vitória a concessão de um terreno para a "construção de um cemitério para os evangélicos" (Assis, p. 142, 2019). Naturalmente, foram necessários esforços para superar os obstáculos administrativos e políticos, conforme relatado à Junta de Richmond nos EUA, em 1906, por Loren Reno. Ele informou que, após grande insistência, o terreno foi cedido, garantindo a construção da necrópole batista:

> [...] a lei nos impede de usar terrenos comprados de indivíduos, então a única alternativa para nós era conseguir que o governo nos desse o controle de um pequeno terreno do governo. Os termos são que o terreno fosse inteiramente entregue nas mãos da Igreja Batista para cercá-lo, planejá-lo e mantê-lo. Durante seis meses nós trabalhamos para assegurar isso, e os sacerdotes trabalharam para evitar isso. Duas vezes nossa petição foi negada pelo Conselho Municipal por questões técnicas (Reno, *apud* Assis, 2019, p. 142).

[4] Loren Reno foi um missionário batista norte-americano que chegou à Vitória em 1904 para ampliar e fortalecer a Igreja Batista no Estado, tornando-se, rapidamente, uma autoridade local (Assis, 2019).

É relevante destacar que o terreno destinado à construção do Cemitério da Missão Batista foi designado no sítio Santo Antônio, próximo ao cemitério do Morro do Pinto, por volta de 1906, favorecendo o impulsionamento da cemiterização do sítio Santo Antônio.

Observa-se que o cemitério batista, posteriormente conhecido como "cemitério velho de Caratoíra", surgiu como resposta à segregação espacial que expunha os protestantes à convivência com os "paupérrimos da classe mais baixa" respaldando certo movimento defensivo de apropriação territorial. Tal movimento, ao que parece, acabou gerando outra forma de segregação, agora para afirmar e distinguir os membros da comunidade religiosa. Contudo, entre a criação do cemitério Batista (1906) e a morte de Loren Reno (1935) outro fator alterou a espacialidade cemiterial do antigo sítio Santo Antônio: a inauguração do "novo cemitério público de Santo Antônio", em 1912.

Havendo uma necrópole pública mais universalista e secularizada, aqueles que realizaram o sepultamento de Loren Reno não viram a necessidade de fazê-lo na necrópole Batista que ele mesmo estabeleceu. Isso indicou que aquele cemitério privado, que teve em seu fundamento uma luta contra a segregação, eventualmente perdia sua relevância diante de uma sociedade em transformação.

Novo cemitério público de Santo Antônio: território cemiterial universalista

O remoto território cemiterial instalado no antigo sítio Santo Antônio, onde estava o cemitério do Morro do Pinto (década de 1850) e o Cemitério Batista (1906), ambos marcados por características segregatórias, somente teve sua importância ampliada com as reformas do governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912), quando o acesso por terra estava concluído, quando foi instalada a linha de bondes e quando foi criada outra necrópole, adjacente às antigas áreas cemiteriais.

No sentido de tentar consolidar um padrão atualizado de urbanismo, o relatório do então presidente da província afirmava que o novo cemitério foi construído em uma área adequada e que atendeu plenamente às exigências de higiene moderna. Além disso, sendo uma necrópole pública e laica, foi a primeira da cidade com pretensões universalistas e padrão estético monumental, que incorporava, gradativamente, expressões mais significativas de arte funerária.

Os bondes até o cemitério de Santo Antônio foram implementados em 1912[5]. O empreendimento incluía, inclusive, vagões funerários que transportavam o ataúde e, em outro, os acompanhantes, que partiam da Igreja Matriz da cidade de Vitória[6] até o novo cemitério.

[5] A tração elétrica dos bondes foi oficialmente inaugurada em 21 de junho de 1911.

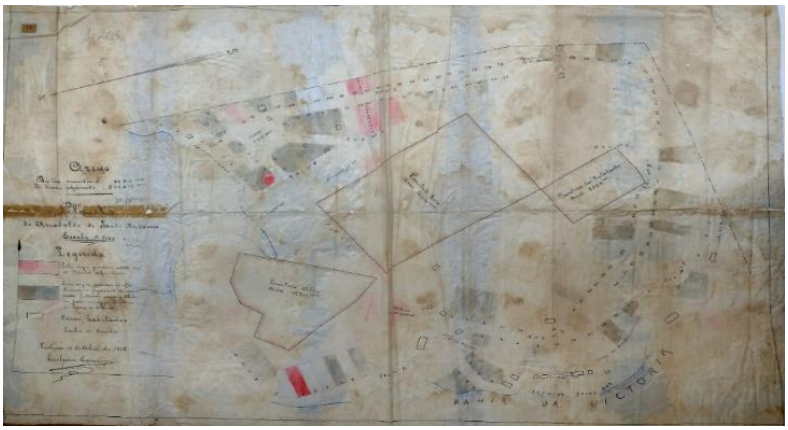
[6] A igreja Matriz foi demolida em 1918 para dar lugar a Catedral Metropolitana de Vitória.

Estudos, como o de Teixeira (2022), indicam que, mesmo após a inauguração do novo cemitério, em 1912, foi mantido o funcionamento do cemitério do Morro do Pinto, que ficou conhecido como o "cemitério velho". Os periódicos consultados indicam que várias pessoas da comunidade solicitaram autorizações à prefeitura municipal para construir mausoléus sobre as antigas covas rasas do Morro do Pinto, no desejo de torná-lo semelhante à nova estética do cemitério novo. Outras solicitações foram no sentido de transladar restos mortais dos cemitérios das irmandades católicas ou do cemitério do Convento de São Francisco para o "novo cemitério" inaugurado.

Esses eventos evidenciam que a inauguração do novo cemitério de Santo Antônio representou o momento decisivo para que o arrabalde Santo Antônio assumisse a configuração definitiva de território cemiterial de Vitória.

Ao examinar os documentos do Arquivo Público do Estado, deparamo-nos com a "Planta do Arrabalde de Santo Antônio" (Figura 01), datada de 18 de abril de 1912, que apresenta detalhadamente o cenário local, incluindo todas as necrópoles abordadas neste estudo: a primeira e mais antiga, do Morro do Pinto, denominada "cemitério velho", com 14.300 m²; a segunda, da missão batista, identificada como "cemitério dos protestantes", com 6.621 m²; e a terceira, a mais recente, a única amplamente documentada, intitulada "cemitério novo", com 30.414 m².

Figura 1– Planta do Arrabalde de Santo Antônio, datada de 1912 indicando as áreas dos cemitérios existentes na época.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (ref. A0403).

Na Figura 01, vale ressaltar a ausência dos cemitérios das irmandades católicas, presentes atualmente na área retratada. O único cemitério particular presente na região, em 1912, é o da missão batista.

À medida que as necrópoles do Morro do Pinto e dos Batistas gradualmente perdiam sua função, as irmandades religiosas começaram a solicitar à Prefeitura locais de sepultamento específicos, situados nas proximidades do novo cemitério público, como exemplificado pelos pedidos despachados pelo prefeito e publicados no jornal O Diário em 22 de novembro de 1912:

> A irmandade de São Benedito do Rosário, por seu secretário Adolpho Oliveira, pedindo, por aforamento perpétuo ou por venda, uma área de 28 metros de frente por 60 metros de fundo, em Santo Antônio, anexa ao novo cemitério, assim como a concessão das pedras fronteiras ao antigo cemitério e licença para quebrar as mesmas (O Diário da Manhã, p. 01, 1912).

Somente em 1921, a Lei Municipal 217 concedeu a propriedade definitiva dos terrenos que foram cedidos às irmandades a partir de 1913.

Atualmente, as necrópoles de Santo Antônio dos Pobres e do Santíssimo Sacramento estão estabelecidas na lateral do cemitério novo. Do outro lado da rua, localizam-se as necrópoles da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e de São Benedito do Rosário.

A evolução do território cemiterial em Santo Antônio revela mudanças não apenas nas práticas e na organização espacial da morte na sociedade local, mas também, nas transformações físicas desses mesmos territórios. Este processo, marcado por deslocamentos e reivindicações de áreas, revela a dinâmica singular da gestão funerária em Vitória, consolidando o bairro de Santo Antônio como o ponto central desse complexo cemiterial.

Cada um dos cemitérios mencionados desempenhou um papel único em seu contexto histórico. Na próxima seção, iremos explorar, à luz da abordagem territorialista italiana, o modo como essas necrópoles se transformaram ao longo do tempo.

Escola territorialista italiana

Essa abordagem relacional reconhece que o território é sempre moldado pelas relações de poder que o permeiam, o que nos permite uma análise crítica sobre os acontecimentos em Santo Antônio. Nesta perspectiva, a complexidade das interações humanas no espaço geográfico tem sido objeto de estudo e reflexão

há décadas, levando à formulação dos conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR). Tais conceitos são, para a escola territorialista italiana, processos profundamente entrelaçados, onde diferentes perspectivas e ações se conjugam, influenciando a predominância de um processo sobre o outro. Soma-se o papel fundamental de tais conceitos na compreensão das dinâmicas territoriais, refletindo a capacidade das sociedades de moldar, desfazer e redefinir seus territórios ao longo do tempo.

É fundamental entender que a noção de território deve ser claramente definida antes de discutir a seus desdobramentos, ou seja, a desterritorialização e a reterritorialização. Muitos equívocos surgem devido à falta de uma definição adequada de território. Alguns desses equívocos incluem a concepção do território como sinônimo de espaço absoluto, local ou lugar, bem como a ideia de que a desterritorialização é apenas uma desespacialização ou uma homogeneização cultural. É essencial considerar o território como um conceito multifacetado, profundamente vinculado às relações sociais, culturais e políticas, a fim de compreender a complexidade da desterritorialização (Haesbaert, 2004).

Conforme o Dictionnaire de la Géographie et de l'espace des sociétés, Lévy e Lussault (2003) consideram que o termo "território" possui diversas definições no âmbito geográfico. Em uma abordagem, é entendido como um espaço fisicamente delimitado, cujas fronteiras podem ser naturais ou estabelecidas pela intervenção humana. Em outras perspectivas, é utilizado como uma alternativa ao conceito de "espaço", destacando características específicas de áreas urbanas ou regionais dentro de entidades geográficas mais amplas. O termo também é associado, em alguns

contextos, ao conceito de "lugar", descrevendo áreas específicas com ênfase em singularidade e identidade dentro de um contexto mais amplo. Além das definições geográficas, o conceito de "território" pode ser interpretado politicamente e socialmente como um espaço controlado e delimitado, conquistado não apenas por meios violentos, mas também por apropriação e identificação. Metaforicamente, o termo pode simbolizar um espaço de controle exclusivo, assemelhando-se ao comportamento territorial de certas espécies animais, como observado pelos geógrafos franceses (Lévy; Lussault, 2003).

Em se tratando da escola territorialista italiana, Alberto Magnaghi promove uma abordagem interconectada do território, incorporando diversas dimensões que incluem aspectos políticos. Através do destaque à diversidade de conceitos e as necessidades uma visão mais abrangente, Magnaghi argumenta que a concepção do território vai além de uma abordagem estritamente funcionalista, que o trata como um mero suporte técnico-funcional (Magnaghi, 2011).

Segundo Magnaghi, "o território não existe na natureza, pois é produto histórico dos atos culturais do homem numa relação dialética e coevolutiva com o ambiente natural" (2001, p. 06). Neste mesmo sentido, Raffestin afirma que:

> é fundamental entender como o espaço está em posição que antecede ao território, porque este é gerado a partir do espaço, constituindo o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível. Apropriando-se concretamente ou abstratamente (por exemplo, através da representação) de um

> espaço, o ator o "territorializa" (Raffestin, 2009, p. 26)

Ou seja, a territorialização revela a identidade complexa dos lugares, pois o território é um resultado de atos culturais do ser humano em relação ao ambiente natural. Assim, a relação coevolutiva entre o ambiente e a sociedade origina o território, que é sempre dinâmico e, constantemente, moldado e redefinido pela sociedade. Por isso, falar de uma "identidade" territorial é reconhecer um sistema antrópico historicamente duradouro, possuidor de elementos de longa duração, que compõem o que Magnaghi se refere como "patrimônio territorial".

Aplicando a visão dos territorialistas italianos, podemos interpretar que as lógicas econômicas afastaram os habitantes das decisões relativas ao planejamento territorial em Santo Antônio. Portanto, é fundamental reconhecer que as desterritorializações ocorridas ali que não aconteceram isoladamente, mas sempre em relação a uma reterritorialização concomitante. Neste sentido,

> a desterritorialização e a reterritorialização são processos simultâneos e podem ocorrer no mesmo lugar, ou em diferentes lugares, no mesmo momento ou em distintos momentos e períodos históricos, de acordo com cada situação, cada relação espaço-tempo (Saquet, 2010, p. 111).

Na verdade, a desterritorialização é um processo complexo que envolve interações, relações de poder e, muitas vezes, a gestão ativa dos limites espaciais. O entendimento da desterritorialização favorece uma análise aprofundada da dinâmica contemporânea do território e do poder (Haesbaert, 2007). A desterritorialização, portanto, pode ser vista como a perda/mudança do controle sobre os

limites espaciais que, muitas vezes, determinam nossa própria existência.

Identificar um ciclo TDR no contexto de um objeto concreto significa, em última análise, explicar as transformações que acontecem no processo de territorialização, mostrando seus mecanismos e seus efeitos nas morfologias territoriais. A complexidade no processo de produção do território é desenvolvida no tempo: cada variável envolvida faz parte de um sistema dinâmico estendido no tempo histórico e é capaz de alterar o espaço geográfico. Assim, compreender o desenvolvimento territorial por meio da análise do processo TDR é fazer uso de modelos capazes de descrever e representar graficamente o processo histórico de produção do território. Estes modelos são adaptáveis nos mais variados contextos.

Indo ao encontro ao conceito proposto por Magnaghi (2001) sobre o território, acreditamos que os cemitérios são produtos históricos que surgem da necessidade humana de atribuir significados e rituais ao espaço dedicado aos mortos. A relação dialética e coevolutiva entre a sociedade e o ambiente natural se manifesta nos cemitérios através de práticas culturais, arquitetura específica e simbolismos que remetem ao imaginário da morte e da memória.

Resultados e discussões:

Ao analisarmos o cenário dos antigos cemitérios do Morro do Pinto e Batista, percebemos que esses territórios passaram por

um processo simultâneo de desterritorialização e reterritorialização na perspectiva da construção do novo cemitério de Santo Antônio.

À luz da escola territorialista italiana, propõe-se as seguintes reflexões em relação ao **cemitério do Morro do Pinto:** (1) enquanto coexistiu com o novo cemitério, o antigo permaneceu com a função segregacionista, haja vista documentos encontrados em relatórios municipais que destinavam indigentes, pobres falecidos em hospitais da Santa Casa de Misericórdia, enfermarias públicas ou prisões a serem enterrados gratuitamente no antigo cemitério de Santo Antônio (Coleção Jerônimo Monteiro, 1912); (2) o cemitério sofreu uma mudança de função, ou seja, a área que evoluiu de seu estado natural para um cemitério, transformou-se, em seguida, em uma área habitacional, tal como se encontra nos dias de hoje. No entanto, a ausência de registros documentais específicos referentes à transição desse território cemiterial para uma área residencial contribui para a persistência de uma narrativa incompleta acerca da transformação desse território ao longo do tempo. A única foto que temos indícios do cemitério do Morro Pinto é a Figura 2, que tinha o objetivo de registrar o novo cemitério Monumental de Santo Antônio visto a partir do cemitério do Morro do Pinto, onde fotógrafo registra também simples sepulturas aos seus pés. Na verdade, o movimento organizado de moradores que ocupou antigas áreas cemiteriais visou, em última análise, afastar-se do projeto público territorial funcionalista e segregacionista, orientando sua ação com base em decisões tomadas localmente, mobilizando recursos territoriais e identitários de comunidades locais. As habitações podem ser vistas na Figura 3, antiga área do cemitério do Morro do Pinto.

Já, em relação ao **cemitério Batista**, as reflexões são as seguintes: (1) após a criação de uma necrópole laica e pública que aceitava sepultamentos de pessoas que praticassem qualquer religião, o cemitério batista foi caindo em desuso, ficando praticamente abandonado, até o fim da década de 1950; (2) uma parcela do cemitério batista tornou-se campo de futebol, enquanto outra parte foi abandonada, sendo descrita como "coberta pelo mato, utilizada como local de depósito de materiais roubados e esconderijo para marginais" (A Tribuna, em 01 de fevereiro de 1981); (3) após décadas de abandono, em 1981, o cemitério batista foi ocupado por moradores locais, que exigiram da prefeitura a regularização do espaço para abrigar 48 famílias, conforme reportagem do mesmo jornal, que pode ser verificado na Figura 4. As modificações nas relações sociais influenciaram diretamente na variação das formas como as pessoas interagiram com o território ao seu redor.

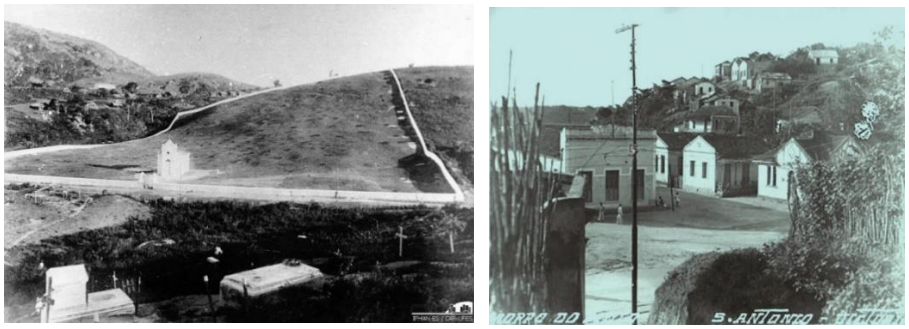
Em relação a estes cemitérios, a transição de função ocorrida em cada um, de acordo com a proposta da escola territorialista, reflete o ciclo de vida do território: nascimento, crescimento, decadência, morte e renascimento. Segundo Magnaghi:

> Quando definimos o território como um sujeito vivo de alta complexidade, estamos nos referindo a um sujeito produzido pela interação a longo prazo entre o povoamento humano e o ambiente, sendo ciclicamente transformado pela sucessão das civilizações (Magnaghi, 2011, p. 112).

Quanto ao novo cemitério de Santo Antônio (aquele inaugurado na gestão de Jerônimo Monteiro, em 1912), o processo transicional de função foi distinto dos demais. Em poucas décadas

perdeu seus predecessores e adquiriu novos vizinhos com a delimitação das áreas destinadas às irmandades religiosas, que ocorreu um pouco depois. Suas feições geográficas internas foram alteradas com as obras de terraceamento que nivelaram a parte íngreme do cemitério e auxiliaram a definir seis planos de diferentes importâncias conforme a lógica centro-periferia. Embora tenha adotado algumas ampliações com aproveitamento de área, a sua ocupação de estética monumental com jazigos perpétuos, rapidamente esgotou seu espaço físico, reduzindo a rotatividade típica das sepulturas temporárias. Atualmente, mesmo no ambiente acadêmico, o início da ocupação cemiterial do antigo sítio Santo Antônio muitas vezes é equivocadamente ligado à inauguração desta necrópole, fato que promove um apagamento de importantes processos territoriais antecedentes (Teixeira, 2022).

Figura 02 e 03: Na figura 02, à esquerda, temos uma fotografia capturada a partir do Morro do Pinto, conhecido como "cemitério antigo". Já na figura 03, à direita, percebe-se em outro ângulo o Morro do Pinto na década de 1930, já ocupado por casas, sem qualquer vestígio do antigo cemitério.



Fonte: Reprodução da Coleção Jerônimo Monteiro do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 1912 e Reprodução da Instituto Jones dos Santos Neves acervo Bairro Santo Antônio década de 1930.

Figura 04 – Posseiros ficarão no cemitério de Caratoíra.



Posseiros ficarão no cemitério de Caratoíra

A população do bairro Caratoira saiu vitoriosa ontem do gabinete do prefeito Carlos Alberto von Schilgen, de quem teve a confirmação de posse dos 48 terrenos demarcados sobre o antigo cemitério que existia no bairro e invadido na última semana pelos moradores locais, "cansados" de dividirem as áreas de suas residências com o mato que cobria o terreno municipal.

A confirmação da posse a 48 famílias veio atender às expectativas dos moradores. Ao invadirem, eles anunciaram que somente sairiam caso fosse anunciada para o local abandonado a execução de algum projeto que viesse a atender a população da região. Caso contrário, eles habitariam o antigo cemitério.

Ontem, depois da reunião com o prefeito da capital, os invasores do terreno ficaram sabendo que a solução encontrada pela Municipalidade seria a regularização da posse para 48 famílias, dos terrenos demarcados nos mil metros quadrados. Foram afastadas as hipóteses sobre construção de alguma escola ou posto de saúde no local, pois segundo levantamentos feitos o bairro já conta com estes ser-

Os posseiros ficarão com o cemitério abandonado

tado pelos moradores se relaciona aos serviços de limpeza urbana que, como nos demais bairros periféricos, é feito de forma precária. Agora eles querem solução para este problema, pois o antigo cemitério

Fonte: Jornal "A Tribuna" em 01 de fevereiro de 1981.

Compreendendo o território como um produto histórico, percebemos os modos como seus processos se evidenciam nos movimentos de redefinições ocorridos entre o homem e o ambiente (Saquet, 2010). Pode-se considerar que o ciclo de vida do cemitério Batista revela semelhanças com o ciclo do cemitério do Morro do Pinto, embora tenham ocorrido em décadas diferentes. Em ambos os casos, surgiram novos enraizamentos e novas organizações do território, possibilitando a presença de novos habitantes e identidades históricas (Magnaghi, 2011).

Entendemos que os cemitérios, em geral, representam uma forma particular de territorialização, onde a identidade do lugar está intrinsecamente ligada às práticas e crenças culturais da sociedade que os criou. Este fato revela a complexidade dos cemitérios, visto que para compreendê-los é preciso captar a interação dinâmica entre a comunidade, as tradições culturais e o ambiente físico. Os cemitérios, assim como outros territórios, estão

sujeitos a mudanças e redefinições ao longo do tempo. Assim, por meio das transformações na ocupação cemiterial do sítio Santo Antônio, conseguimos apresentar uma síntese da territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) para cada um dos cemitérios abordados.

Deste modo, desenvolvemos uma representação analítica fundamentada no diagrama apresentado por Magnaghi (2001), para promover análises do ciclo TDR na área cemiterial implementada no sítio Santo Antônio. Cabe salientar a necessidade de adaptações ao esquema original da abordagem territorialista, visto que a dinâmica de aplicação deste método difere das necessidades desta pesquisa em alguns campos.

Assim, em um primeiro ciclo de territorialização, as condições se encontram em seu estado mais próximo ao natural, sem interferências de camadas territoriais geradas por ações precedentes. Já nos ciclos subsequentes o processo parte de uma realidade já modificada no passado e, na relação passado/presente, por vezes se reproduzem as condições e identidades territoriais herdadas (territorialização), por vezes se pode desfazê-las ou destruí-las (desterritorialização), ou, ainda, pode-se recriá-las (reterritorialização). Raffestin (2009) entende que, mesmo nas descontinuidades possivelmente verificadas, o que se nota é uma releitura da relação entre a sociedade e o seu território, e não uma interrupção desta relação.

> Na produção territorial sempre tem um ponto de partida que nunca é ileso das ações do passado. O processo territorial desenvolve-se no tempo, partindo sempre de uma forma precedente, de outro estado de natureza ou de outro tipo de

> território. Deus partiu do Caos, isso não pode acontecer com os homens, mesmo se tivessem a sensação de que os seus predecessores fossem "caóticos" (Rafestin, 2009, p. 31).

Partindo do recorte proposto, identificamos as seções históricas atreladas aos eventos de transformação dos sedimentos[7] territoriais no território analisado. Desconsideramos as possíveis implementações e rupturas dos sedimentos territoriais desenvolvidos durante prováveis ocupações indígenas da região, assim como, a primeira aquisição da área e uso (ou desuso) do solo do sítio Santo Antônio. Interessam para nós os fatos ocorridos a partir da década de 1850, com a implantação do primeiro cemitério extramuros de Vitória, que é o que consideramos a primeira seção histórica, até os dias atuais, a quarta seção histórica. Quanto à segunda e terceira seções, correspondem à desterritorialização e reterritorialização dos dois primeiros cemitérios que ocuparam a região e que não existem atualmente.

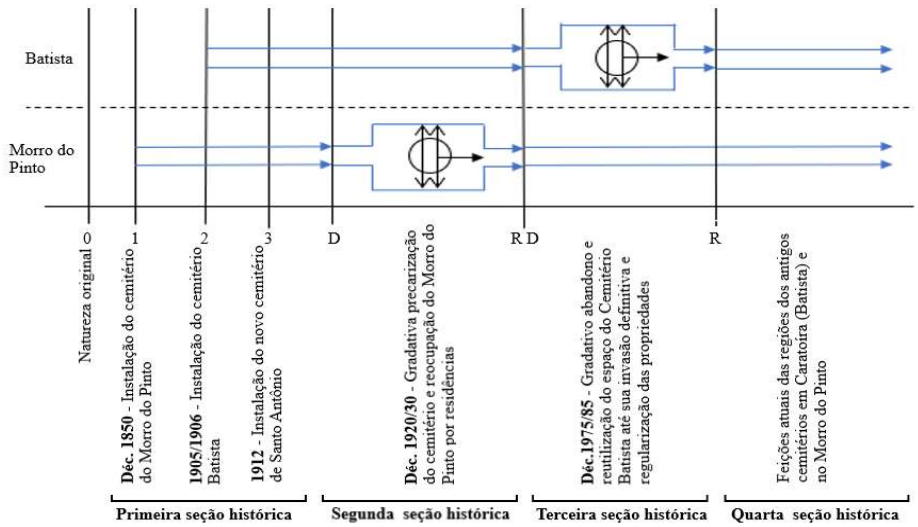
Com as representações gráficas abaixo, nos cemitérios analisados no Gráfico 1 (Cemitério do Morro do Pinto e Cemitério Batista), por exemplo, foi possível identificar seções históricas com características distintas, às quais correspondem às implantações dessas duas necrópoles no sítio Santo Antônio (territorializações), à precarização e abandono (desterritorialização) e à reocupação por moradores locais (reterritorialização).

[7] Sedimentos são vestígios duradouros da construção histórica do território, podendo ser invariantes (permanências) ou transformados (persistências). Dividem-se em dois tipos: cognitivos (ambientais ou identitários) e materiais.

O Símbolo  representa o momento do processo TDR no qual as "Energias da Contradição" se relacionam com as "Energias da Inovação" promovendo os novos arranjos territoriais.

Vejamos:

Gráfico 01: Diagrama dos ciclos de territorialização dos cemitérios do Morro do Pinto e Batista, com ênfase em suas seções históricas.

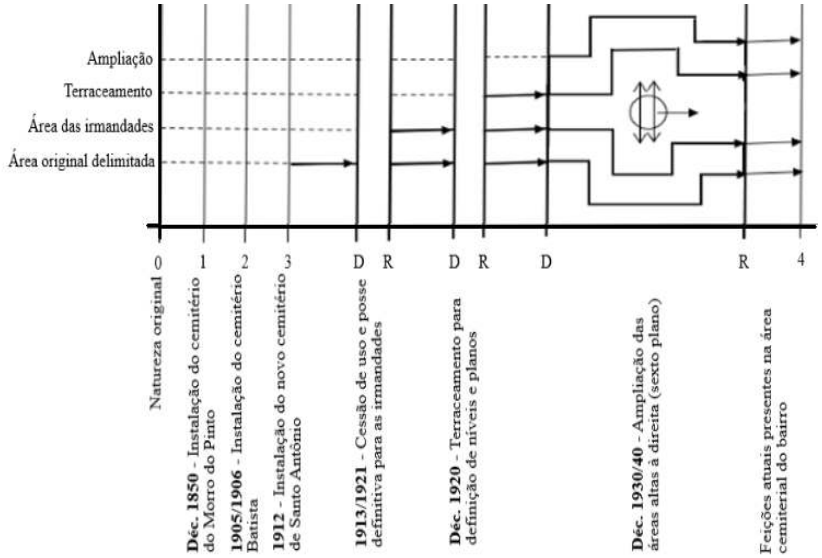


Fonte: elaborado pelas autoras, 2024, inspirado em Magnaghi (2001).

Já no Gráfico 2, abaixo, que é referente exclusivamente ao cemitério de Santo Antônio (aquele inaugurado na gestão de Jerônimo Monteiro, em 1912), ao invés de propor seções históricas, os ciclos TDR são correspondidos e possuem repercussões com nos sedimentos eleitos para análise: a delimitação da área do cemitério em 1912, a delimitação das áreas destinadas às irmandades religiosas que ocorreu um pouco depois, o terraceamento para nivelar a parte íngreme do cemitério e definir os planos e, finalmente, a ampliação com aproveitamento de área.

Vejamos:

Gráfico 02: Diagrama dos ciclos de territorialização do cemitério de Santo Antônio, com ênfase em suas expansões geográficas:



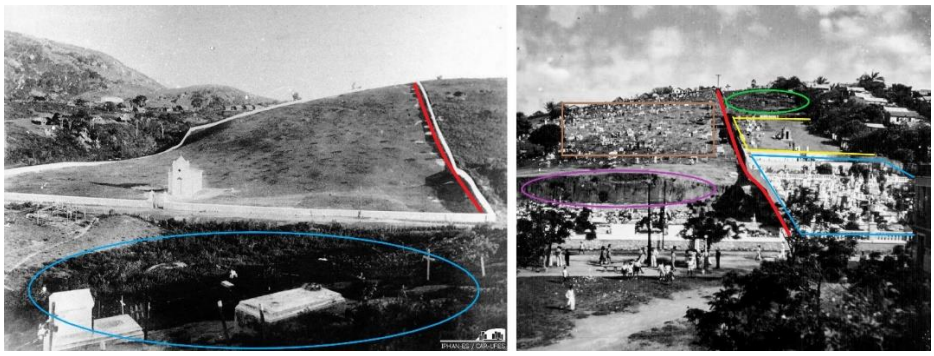
Fonte: elaborado pelas autoras, 2024, inspirado em Magnaghi (2001).

Ao elaborar as representações gráficas, não tivemos a pretensão de abordar todos os sedimentos propostos por Magnaghi que poderiam ser investigados no cemitério de Santo Antônio. Contudo, reconhecemos a presença de vários outros elementos, como sedimentos ambientais (análise do tipo de materiais e técnicas utilizados em cada época, como bronze, mármore, granito), sedimentos identitários (como o mapeamento de sepulturas de personalidades locais, de arte funerária, aspectos étnicos), entre outros produzidos ao longo da evolução do cemitério. Assim, reconhecemos a importância e a possibilidade dos estudos desses sedimentos cognitivos para um entendimento do cemitério de Santo Antônio como um bem comum sujeito a processos territoriais.

Entretanto, como desde a produção de outras pesquisas temos voltado nossa atenção para a localização geográfica dos cemitérios, na nossa representação gráfica buscamos representar alguns sedimentos materiais, mantendo o foco em suas transformações territoriais (em área e feições geográficas) desde a sua criação aos dias atuais. Por isso, nos interessou eleger os elementos de memória reificados na paisagem, caracterizados ora como permanências (estruturas invariantes) ora como persistências (estruturas transformadas), tais como, a definição das formas das áreas, suas ampliações e as modificações na infraestrutura da paisagem (terraceamento). Entendemos que a integração desses sedimentos constitui um acúmulo histórico de informações para a compreensão do território e o do seu desenvolvimento.

Resumidamente, também podemos documentar parte do ciclo TDR por meio de algumas fotos que descrevem parte dos processos e parte dos cemitérios envolvidos que podem ser verificados na Figura 07:

Figura 07: Comparativo 1912 – 1940



Fonte: Reprodução da Coleção Jerônimo Monteiro do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 1912 e Reprodução da Instituto Jones dos Santos Neves acervo Bairro Santo Antônio década de 40.

À esquerda, imagem geral do ambiente do "novo" cemitério de Santo Antônio, demarcado e pronto para ser inaugurado, em 1912. Aos pés do fotógrafo, no círculo azul, sepulturas do cemitério "velho", no Morro do Pinto. Destacado em vermelho, o muro da lateral direta do "novo" cemitério de Santo Antônio. Na Figura 07, a imagem da esquerda, obtida cerca de trinta anos depois, o mesmo muro lateral destacado em vermelho, sendo que, do outro lado dele, marcado de azul, o cemitério da Irmandade do Santíssimo Sacramento e, marcado de amarelo, o cemitério da Irmandade de Santo Antônio dos Pobres. Acima destes, no círculo verde, uma área livre que viria a ser anexada mais tarde. Já na parte interna do "novo" cemitério de Santo Antônio, no círculo roxo, o primeiro terraço da obra de nivelamento da parte acidentada do terreno; depois deste, outros terraços seriam feitos na parte indicada pelo retângulo marrom, reconfigurando as sepulturas já existentes, para facilitar o acesso aos novos planos.

Conclusão

Buscamos, no presente artigo, resgatar a historicidade da ocupação cemiterial do bairro de Santo Antônio, em Vitória/ES, compreendendo-o como território material enraizado no ambiente cultural, econômico e político do período considerado.

Temos, por fim, condições de compreender que o sítio Santo Antônio começou a ser ocupado por cemitérios na segunda metade do século XIX, quando foi realizado, pela primeira vez, o projeto de um cemitério extramuros na cidade. A importância das necrópoles instaladas na região cresceu gradualmente até os últimos anos do

mesmo século XIX. E, por fim, a inauguração do novo cemitério de Santo Antônio, em 1912, cuja administração foi transferida para a municipalidade, foi uma confirmação da escolha da região para a atividade funerária.

Os espaços cemiteriais passaram por uma série de transformações decorrentes do espírito modernista, republicano e higienista aplicados ao urbano. O Estado teve participação central, por meio de ações municipais e do governo estadual, em atuar diretamente sobre uma lógica de ordenamento territorial.

A partir da década seguinte, o (novo) cemitério de Santo Antônio, público e laico, com seu caráter universalista, gradualmente produziu um esvaziamento de importância dos cemitérios antigos. Criados desde a segunda metade do século XIX, com características segregatórias, destinados, notadamente, a vítimas de epidemias e a protestantes, começaram lentamente a cair em desuso. A rápida expansão urbana, realizada de maneira desordenada, no caso do bairro de Santo Antônio, acabou por avançar sobre as áreas dos antigos cemitérios, que desapareceram como paisagem e memória material.

Desse modo, entendemos que o planejamento urbano proposto pelo poder público capixaba na ocupação do sítio Santo Antônio foi funcionalista ao atender a demanda da medicina social e do higienismo para a remoção dos cemitérios centrais para áreas despovoadas. Depois, com a indução do crescimento urbano, o Estado não superou a visão puramente funcionalista, nem favoreceu processos autênticos de planejamento participativo na comunidade, visando estratégias de autodeterminação local.

O resultado, em poucas décadas, foi o crescimento de energias insurgentes nas atitudes comunitárias. As organizações de moradores desempenharam um papel significativo nesse processo coletivo, que envolveu o desenvolvimento da consciência de lugar e as lutas decorrentes dele. As invasões, primeiro do cemitério do Morro do Pinto e, posteriormente, do Cemitério Batista, representaram a (re)produção do território a partir das relações profundas entre o suporte natural e a cultura.

A consciência de lugar surgida nas populações vizinhas aos cemitérios de Santo Antônio foi um processo identitário fundamental para a substituição das relações funcionais estabelecidas pelo Estado por outros tipos de relações, quando o bairro de Santo Antônio começou a ser um local de construção coletiva. Nesse processo, os principais protagonistas foram os habitantes e suas capacidades de auto-organização do território. Ao que parece, a ação dos moradores representou uma resistência às imposições de projetos territoriais centralizados, privilegiando a autonomia decisória e a valorização das particularidades locais.

Analisar todos esses processos à luz da escola territorialista italiana é relevante para compreender os ciclos de vida do território cemiterial no Sítio de Santo Antônio. Entendemos que há muito a ser estudado e que existem outros sedimentos no cemitério de Santo Antônio que ainda não foram suficientemente explorados, podendo revelar muito sobre a memória coletiva e a cultura cemiterial da cidade de Vitória.

Referências:

ABREU, Maurício de Almeida. Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. **GEOUSP tempo e espaço.** São Paulo, n° 7, 2000. p. 13-25. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ge ousp/arti cle/view/12340. Acessado em 25/03/2024.

ASSIS, Elezeare Lima de. **Educação como instrumento de condução à evangelização e à civilidade: os missionários Loren e Alice Reno à frente do processo de criação do Colégio Americano Batista na cidade de Vitória/ES entre os anos de 1904 a 1935**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. Vitória, 2019.

BICHARA, Terezinha Tristão. **História do Poder Legislativo do Espírito Santo 1835-1889.** Vitória, Leoprint, 1984. 2v.

BONICENHA, Walace. **Devoção e Caridade: as irmandades religiosas na cidade de Vitória**. Vitória, Editora Multiplicidade, 2004.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **A cidade como negócio: mercado imobiliário rentista, projetos e processo de produção do Centro Velho de São Paulo do século XIX à Lei do Inquilinato (1809-1942).** Tese Livre Docência - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

CAMPOS JUNIOR, Carlos Teixeira de. **O Novo Arrabalde**. Vitória: PMV, Secretaria Especial de Cultura e Turismo, 1996.

DAEMON, Basílio. **Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística**. Coordenação, notas e transcrição de Maria Clara Medeiros Santos Neves – 2.ed. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

DEMATTEIS, Giuseppe. **Progetto implicito. Il contributo della geografia umana alle scienze del territorio.** Milano: Franco Angeli, 1995.

DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma Ilha**. Rio de Janeiro: editora Pongetti, 1965.

FRANCO, Odair. **História da febre amarela no Brasil**. Ministério da Saúde. Departamento Nacional de Endemias Rurais, Rio de Janeiro, 1969, p. 30.

FRANCO, Sebastião Pimentel. **O terribilíssimo mal do Oriente: o cólera na província do Espírito Santo (1855-1856)**. Vitória: EDUFES, 2015, p. 51

PIMENTEL FRANCO, Sebastião. Pânico e terror: a presença da cólera na Província do Espírito Santo (1855-1856). **Almanack**. Guarulhos, n. 07, p. 117-136, 1º semestre de 2014, p. 127.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. *In*: SANTOS, Milton *et al.* (orgs.) **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 43 – 71.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: Do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004.

LEAL, Felipe José Pereira. **Relatório**. Vitória. Typographia Capitaniense de P. A. de Azeredo, 1851.

LÉVY, Jacques; LUSSAULT, Michel. **Dictionnaire de la Géographie et de l'espace des sociétés.** Éditions Belin, 2003.

MAGNAGHI Alberto. Una metodologia analitica per la progettazione identitaria del territorio. *In*: MAGNAGHI, Alberto. **Rappresentare i luoghi. Metodi e tecniche**. Firenze, 2001, p. 1-40.

MAGNAGHI, Alberto. **El Proyecto local hacia una conciencia del lugar.** Universitat Politècnica de Catalunya, 2011.

MONTEIRO, Jerônimo de Souza**. Exposição sobre os negócios do Estado no quadriênio 1909 a 1912.** Vitória: Congresso legislativo, 1913.

NOVAES, Maria Stella de. **Jerônimo Monteiro: sua vida e obra**. Coleção Canaã. Volume 24. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2ª edição, 2017.

PITTE, Jean-Robert. A short cultural geography of death and the dead. **GeoJournal**, Vol. 60, nº 4, 2004, p. 345-351. Disponível em https://link.springer.com/article/10.1023/B:GEJO.0000042970.93288.0e. Acessado em 16/11/2023.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. *In:* SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009, p. 17- 37.

REIS, João José. **A morte é uma festa:** ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros. **Revistainter-legere,** Natal, n. 12, 2013, p. 197-213.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos:** tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica, razão e emoção**.** São Paulo: EDUSP, 2003.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades:** Teorias, processos e conflitos**.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

TEIXEIRA, Paloma Barcelos. **Sete Palmos de Terra:** Historiografia e desigualdade na formação territorial dos cemitérios de Vitória/ES. Dissertação- Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós- graduação em Geografia, Vitória, 2022.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. **GeoTextos**, Vol. 5, n° 2, 2009, p. 147-157. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php /geotextos/ article/view/3791/2768. Acessado em: 25/03/2024.

VITÓRIA. Lei Municipal n° 217. 1921. Concede a propriedade definitiva dos terrenos às irmandades. Vitória, 1921.

Fontes documentais:

A TRIBUNA, Vitória, 01 de fevereiro de 1981

Coleção prefeito Henrique de Novaes. Arquivo Público do Município de Vitória (APMV). Vitória.

Coleção Jerônimo Monteiro. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES). Vitória.

Coleção prefeito Otávio Índio do Brazil Peixoto. Arquivo Público do Município de Vitória (APMV). Vitória.

DIÁRIO DA MANHÃ, Vitória, 22 de novembro de 1912

Submetido em: 26 de março de 2024
Devolvido para revisão em: 12 de julho de 2024
Aprovado em: 15 de julho de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3377

Como citar:
TEIXEIRA, P. B.; FADINI, M. S. P. A OCUPAÇÃO CEMITERIAL DO BAIRRO DE SANTO ANTÔNIO, VITÓRIA/ES: CEMITÉRIOS VISÍVEIS E INVISÍVEIS A PARTIR DA ABORDAGEM TERRITORIALISTA ITALIANA. **Terra Livre**, São Paulo, ano 39, v.1, n.62, jan.-jun. 2024, p. 726-765. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3377. Acesso em: dia/mês/ano.

LIVRO DIDÁTICO: REFLEXÕES PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA

TEXTBOOK: REFLECTIONS FOR TEACHING GEOGRAPHY

LIBRO DE TEXTO: REFLEXIONES PARA LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA

Elaine Moreira de Oliveira
Mestre em Ensino, Linguagem e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB - *Campus* VI)
E-mail: elaine.cte@hotmail.com

Glauber Barros Alves Costa
Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos
Professor adjunto da Universidade do Estado da Bahia (UNEB - *Campus* VI)
E-mail: gbcosta@uneb.br

Resumo:
O livro didático configura-se como ferramenta pedagógica consolidada e amplamente utilizada nas mais diversas áreas de ensino, o que lhe confere forte influência no trabalho docente. Com o intuito de refletir sobre o uso do livro didático no ensino de Geografia e sua interação com a Geografia local, realizou-se revisão bibliográfica fundamentada em Bittencourt (2004), Callai (1998, 2016), Castellar e Vilhena (2012), dentre outros. O que permitiu evidenciar que o uso do livro didático de maneira contínua interfere na autonomia do professor e consequentemente no trabalho desenvolvido em sala de aula, podendo gerar um distanciamento dos alunos na compreensão de fenômenos que se manifestam em escala local. Desse modo, é possível afirmar que não existe livro didático perfeito e por melhor que ele seja, sempre haverá necessidade do professor trabalhar eventuais incorreções com olhar crítico e reflexivo.

Palavras-chave: Livro Didático, Ensino de Geografia, Geografia local.

Abstract:
The textbook is a consolidated pedagogical tool widely used in the most diverse areas of teaching, which gives it a strong influence on teaching work. In order to reflect on the use of textbooks in Geography teaching and its interaction with local Geography, a bibliographic review was carried out based on Bittencourt (2004), Callai (1998, 2016), Castellar and Vilhena (2012), among others. This made it possible to demonstrate that the continuous use of textbooks interferes with the teacher's autonomy and, consequently, with the work carried out in the classroom, which can cause students to distance themselves from understanding phenomena that manifest themselves on a local scale. In this way, it is possible to state that there is no perfect textbook and no matter how good it is, there will always be a need for the teacher to work on any inaccuracies with a critical and reflective thinking.

Keywords: Textbook, Geography Teaching, Local geography.

Resumen:
El libro de texto es una herramienta pedagógica consolidada y ampliamente utilizada en los más diversos ámbitos de la enseñanza, lo que le confiere una fuerte influencia en el trabajo de los profesores. Con el objetivo de reflexionar sobre el uso de los libros de texto en la enseñanza de la geografía y su interacción con la geografía local. Se realizó una revisión bibliográfica basada en Bittencourt (2004), Callai (1998, 2016), Castellar y Vilhena (2012), entre otros. En ella se observó que el uso continuado de libros de texto interfiere en la autonomía del profesor y, en consecuencia, en el trabajo realizado en el aula. Esto puede llevar a que los alumnos se distancien de la comprensión de fenómenos que se manifiestan a escala local. Así pues, es posible afirmar que no existe un libro de texto perfecto y que, por muy bueno que sea, siempre será necesario que el profesor trabaje las posibles imprecisiones con um pensamento crítico y reflexivo.

Palabras-clave: Libro de texto, Enseñanza de la Geografía, Geografía Local.

Introdução

Ao longo dos anos, o livro didático tem sido objeto de debate e pesquisa de estudiosos das mais diversas áreas da educação. As temáticas são diversificadas, dentre elas estão investigações a respeito da sua constituição, os processos de avaliação, distribuição e sua utilização na Educação Básica.

No que concerne à Geografia, há autores que consideram o livro didático um "vilão" capaz de comprometer o processo de ensino-aprendizagem ao apresentar conteúdos previamente definidos de forma predominantemente estática e distante da realidade do educando. Além de moldar o trabalho docente, deixando-os refém das suas propostas e consequentemente, reprodutores de saberes que já vem postos como verdades absolutas, o que favorece a reprodução de preconceitos, ideologias e estereótipos cada vez mais presentes na sociedade.

Por outro lado, também há aqueles que veem o livro didático com otimismo, entendendo que ele se constitui em um importante recurso pedagógico que acompanha professores e alunos a décadas. Tendo como ponto forte a facilidade no acesso, já que é disponibilizado gratuitamente em todo território nacional, chegando em áreas remotas do país e em escolas com infraestruturas precárias, nas quais é a principal fonte de leitura dos alunos, além de auxiliar na complementação do planejamento do professor.

Por sua vez, Callai (2016) afirma que devido à falta de estímulo, de estrutura e de fatores sociais e políticos, é através do livro didático que muitas famílias têm o único livro que pode ser manuseado, que pode ser lido, que pode ser considerado uma fonte

[1] Este estudo está vinculado a pesquisa de Dissertação intitulada: A realidade local pode estar livro no didático de Geografia? Uma proposta de ensino a partir de um livro de Geografia sobre e para Caetité – BA. Financiada pela FAPESB.

de informação. Desse modo, fica evidente que o livro didático se constitui num eficaz instrumento que auxilia professores e alunos a trabalhar com os conteúdos das mais diversas áreas. Sendo fonte de pesquisa, leitura e informação que perpassam o ambiente escolar.

Contudo, o livro por si só não abrange as potencialidades do ensino e tão pouco desperta no educando o senso crítico e reflexivo, ficando a cargo do professor mediar o relacionamento estabelecido entre conhecimento, aluno e livro didático para que os temas tratados nos seus capítulos sejam acompanhados de uma contextualização espaço-temporal brasileira, regional, local e de pesquisa. A fim de ampliar e diversificar os recursos didáticos e as fontes de informações, sobre as contradições e tensões relacionadas aos fenômenos abordados, o que refletirá diretamente no uso do livro didático e seu papel no processo de ensino-aprendizagem.

Com essa perspectiva, o presente estudo tem como objetivo refletir sobre o uso desse material como recurso didático no ensino de Geografia e sua interação com a Geografia local. Para tanto, apresenta uma breve apreciação sobre livro didático no ensino de Geografia e o processo de avaliação, distribuição pelo qual ele vem sendo submetido.

Procedimentos Metodológicos

Para concretização desse estudo, realizou-se pesquisa bibliográfica com revisão de literatura do tipo narrativa utilizando artigos científicos. “Esse tipo de método permite uma ampla descrição sobre o assunto, mas não esgota todas as fontes de informação, visto que sua realização não é feita por busca e análise sistemática dos dados” (Cavalcante e Oliveira, 2020, p. 85).

A escolha das obras e seus respectivos autores desenvolveu-se a partir de buscas nas bases: *Google* Acadêmico e *Scielo*, utilizando os indexadores: Livro Didático e Ensino de Geografia, para essa busca livre não foi utilizado marco temporal, por entender que era importante perceber quais os primeiros trabalhos que haviam discutido o livro didático de Geografia.

Ao todo foram encontrados mais de 60 artigos, no entanto, a partir desse resultado foi realizada a filtragem dos dados, que teve como critério de seleção utilizar obras de professores da Geografia e autores que discutissem no campo do livro didático o ensino de Geografia numa perspectiva crítica, voltado para formação cidadã.

Feito a seleção dos artigos, eles foram separados em três categorias: Livro Didático (11); Ensino de Geografia (12); Livro Didático e Ensino de Geografia (4). Totalizando 27 artigos, os quais permitiram a construção do referencial teórico fundamentado nas concepções de: Bittencourt (2004), Callai (1998, 2016), Castellar e Vilhena (2012), Cavalcanti (1998), Copatti (2017), Gonçalves e Melatti (2017), Mainardes (2006), Santana Filho (2006), Santos (2005), Silva e Carvalho (2004), Soares (2002), Tavares e Cunha (2011), Vesentini (1998), entre outros.

O livro didático no ensino de Geografia

O ensino de Geografia como saber geográfico disciplinar passou a vigorar nas escolas brasileiras no século XIX. Contudo, somente a partir da década 1930 surgem os primeiros cursos superiores de Geografia no país.

> O governo brasileiro trouxe vários professores estrangeiros para começar a educação geográfica em nível superior. Para essa função foi designado

> o professor Theodoro Ramos, da Escola Politécnica, que entrou em contato com o governo francês e italiano para trazer docentes para o grupo de trabalho da USP (Costa, 2019, p. 49).

Com isso, a Geografia passa a se apresentar como ciência acadêmica e escolar, ganhando espaço e notoriedade. A educação básica da época foi garantida pelo Colégio Dom Pedro II no Rio de Janeiro, que teve forte papel na região do Rio e São Paulo exercendo influência no que deveria ser ensinado na sala de aula de Geografia.

Todavia, o ensino de Geografia estava centrado no estudo descritivo e nomenclaturista, conhecido como ensino mnemônico que era baseado no método mecanizado, no qual o foco era a memorização e reprodução de conteúdo (Gouveia e Ugeda, 2021). Essa concepção de ensino aplicada dentro dos pressupostos da Geografia tradicional também foi amplamente utilizada durante o período militar brasileiro de 1964 a 1985 (Campos, 2002).

Época em que a disciplina de Geografia foi extinta dos currículos escolares, dando origem ao componente curricular Estudos Sociais, que seria a junção das disciplinas de Geografia e História. Esse período marca uma mudança nos textos presentes nos livros didáticos que passam a se apresentar de forma mais direta e simplificada, em alguns casos, mais superficiais com enfoque descritivo e informativo (Azambuja, 2014).

É a partir de meados do século XX com o surgimento de uma nova Geografia denominada de Geografia Crítica que este cenário ganha outros contornos, segundo Vesentini (1998, p. 37):

> O conhecimento a ser alcançado no ensino, na perspectiva de uma Geografia Crítica, não se localiza no professor ou na ciência a ser 'ensinada' ou vulgarizada, e sim no real, no meio onde aluno

> e professor estão situados e é fruto da práxis coletiva dos grupos sociais.

Em razão disso, verifica-se uma mudança de paradigma na forma de ensinar Geografia que baseado nos pressupostos da Geografia Crítica passa a considerar o cotidiano e a vivência dos alunos como referência para a construção de conhecimentos geográficos. Autores, como:

> José Wiliam Vesentini, Melhen Adas, Diamantino Pereira, Douglas Santos e Marcos Carvalho, empenharam-se na produção de manuais didáticos que incluíssem as novas concepções e temáticas da Geografia voltada para a ruptura com o caráter descritivo e informativo (Azambuja, 2014, p. 24).

Nesse momento, os olhares se voltam para o processo de formação do senso crítico do aluno, que deixa de ser visto como mero espectador e torna-se sujeito do processo de ensino-aprendizagem. A Geografia escolar é uma das mediações por meio das quais desempenha um papel fundamental para a formação de uma práxis de cidadão crítico, responsável e transformador, pois essa disciplina lida diretamente com a temática social, isto é, trata dos fenômenos envolvidos no processo de produção e reprodução do espaço geográfico.

Desse modo, o professor tem mais possibilidades para inserir as questões atuais da sociedade nas aulas, promovendo o debate e a reflexão. Dando condições para que o aluno possa construir os instrumentos necessários para efetivar a compreensão do espaço em que está inserido. Assim, a Geografia cumpre seu papel de ciência crítica quando consegue fomentar no discente um papel crítico, político e reflexivo, que o instrumentaliza a reconhecer em seu

espaço de vivência as lutas das minorias, a organização da sociedade capitalista e a disputa de poder e território (Costa, 2014).

A abordagem da escala local, ou seja, do espaço vivido e percebido nas aulas de Geografia, permite que o aluno crie vínculos com as teorias ensinadas na escola, associando-as com uma geograficidade próxima e real de modo que o conteúdo se torne significativo e seja, de fato, internalizado pelo aluno.

Se o aluno não compreende as nuances que envolve o contexto socioespacial em que está inserido, não discute, interpreta e analisa as informações que lhe são postas em sala de aula e em seu cotidiano, certamente terá uma visão deturpada da sua realidade. Por conseguinte, enfrentará dificuldades para compreender e interpretar os conteúdos geográficos não conseguindo estabelecer ligações com as distintas escalas de análise.

Neste contexto, o município é um excelente laboratório para a inserção do estudante no ensino de Geografia. Pois, de acordo com Santos (2005, p. 161) "hoje, certamente mais importante que a consciência do lugar é a consciência do mundo, obtida através do lugar".

Assim, o estudante é capaz de compreender como fatos externos à escala local não lhe são alheios, estão imbricados de relações mais amplas podendo afetar seu cotidiano ou a realidade do seu país, quiçá do mundo. São reflexões como essa que fazem com que o processo de ensino-aprendizagem em Geografia ganhe sentido e intencionalidade, contribuindo no contexto da formação cidadã. Um ensino voltado para o que Franco (2016) chama de uma prática pedagógica em seu sentido de práxis, que dirige e dá

significado à ação. No entanto, Callai (1998, p.82) chama atenção para o seguinte:

> A Geografia que estuda esse mundo, que é expresso pela produção de um espaço resultante da história das sociedades que vivem nos diversos lugares, constituindo os diversos territórios, tem considerado a necessidade de formar cidadão?

Partindo desse ponto de vista, é possível refletir que por vezes a preocupação das instituições e consequentemente de alguns educadores não é preparar os alunos para o exercício da cidadania. A principal preocupação é com o cronograma de conteúdos que precisam ser cumpridos dentro do prazo estipulado, e a necessidade de preparar os educandos para fazer as provas estabelecidas pelo governo, reproduzindo um fazer considerado necessário.

Tardif e Lessard (2012, p. 25) enfatizam que:

> Os governos [...] consideram mais e mais a educação escolar como um investimento que deve ser rentável [...] visam simultaneamente aumentar sua eficácia e sua "imputabilidade" através de práticas e normas de gestão [...] provenientes do ambiente industrial e administrativo.

Diante dessa concepção de educação, Viana, Costa e Cunha (2022, p.1016) destacam que "[...] muitas vezes as subjetividades, os contextos sociais das escolas brasileiras e a realidade de seus alunos não podem em sua totalidade serem revelados."

Deste modo, é propício refletir que até mesmo o livro didático, uma das mais antigas e relevantes ferramentas utilizadas pelos professores, não oferece subsídios para se trabalhar com o conhecimento prévio do aluno, abordando o seu cotidiano e o conhecimento geográfico local. Visto que, em sua maioria apresenta imagens e fatos direcionados para o Sul e Sudeste do país, regiões as quais são produzidos, destoando da realidade do aluno que vive

no Nordeste brasileiro que ao observar sua região nas páginas dos livros didáticos geralmente é retratada pelo estereótipo da pobreza e seca (Jesus, 2014).

Ainda sobre essa discussão a pesquisa de Castro, Guimarães e Costa (2022, p. 175), apontam como resultados que:

> é necessário derrubar os estereótipos negativos acerca da região Nordeste existentes nos livros de Geografia, promovendo o debate de que a região não é representada como recorte espacial homogêneo e subdesenvolvido por conta de aspectos climáticos como a seca, mas sim por conta de práticas políticas, sociais e econômicas que a marcaram desde seu surgimento até os dias atuais.

Neste viés, Bittencourt (2004) discorre que o livro didático, um instrumento mediador no processo de ensino-aprendizagem, "possui ou pode assumir funções diferentes, dependendo das condições, do lugar e do momento em que é produzido e utilizado nas diferentes situações escolares" (Bittencourt, 2004, p.301).

Silva e Carvalho (2004) destacam que ao longo dos anos o livro didático também vem sendo utilizado como instrumento de manutenção de preconceitos e fortalecimento dos valores culturais hegemônicos "através do silenciamento sobre determinadas culturas, principalmente aquelas consideradas minoritárias" (Silva e Carvalho, 2004, p. 01). Entende-se assim, que o livro didático é concebido como veículo difusor de conhecimentos, mas também pode disseminar ideologias e valores que perpassam a sociedade.

Devido às relações contraditórias estabelecidas entre livro didático e sociedade, grande parte dos problemas relacionados ao ensino de Geografia por muito tempo foram atribuídos a qualidade desse recurso pedagógico. Por este apresentar erros conceituais, conteúdos enciclopédicos, descritivos, possuir caráter ideológico e

culturais, além de em muitos casos não possibilitar ao aluno, o pensamento crítico sobre as complexas relações sociais que se materializam no espaço.

Apesar dos avanços advindos do movimento de renovação da Geografia, o ensino dessa disciplina de acordo com Lopes (2005) ainda enfrenta uma forte resistência junto aos alunos, pois a aula de Geografia ainda é frequentemente descrita como chata, monótona e desinteressante. O autor ressalta que esse desinteresse é provocado pela "dificuldade dos professores em estabelecer uma relação entre os conteúdos estudados [no livro didático] e o cotidiano dos alunos, a realidade concretamente vivida e experienciada pelos educandos" (Lopes, 2005, p. 7978).

Neste contexto, é propicio refletir que todo aluno traz consigo conhecimentos que vem do seu cotidiano, utilizar esses conhecimentos no ensino de Geografia é uma forma de superar o senso comum ao confrontá-los com o conhecimento cientificamente produzido. Por conseguinte, Santana Filho (2006, p.05) salienta que:

> Os saberes geográficos gozam de reconhecida relevância para a leitura e conhecimento do mundo, justificando sua presença no ensino – mas a sua presença precisa ser ressignificada para não produzirmos um disciplinamento vazio, a aceitação de verdades acabadas [...].

Diante destas afirmativas, surge o seguinte questionamento: o que é necessário para que o livro didático de Geografia promova conhecimentos adequados à Geografia escolar favorecendo a aprendizagem significativa dos alunos?

Sposito (2006, p. 65-66) apresenta cinco princípios que servem de orientação para definir a função do livro didático de Geografia:

> (a) Em primeiro lugar, o livro didático, como meio de acessar o mundo letrado de Geografia, deve, entre outras características básicas: conter o conhecimento geográfico (...), apresentar linguagem clara (...) e ser inovador (...); (b) Um outro princípio básico refere-se à natureza do conhecimento geográfico que se pretende levar o aluno a aprender. (...) Foi considerado, como objeto do conhecimento, o espaço geográfico, avaliado como convergência interativa de variáveis da natureza e sociedade (...); (c) Outro princípio refere-se aos conceitos e instrumentos que devem ser elaborados e utilizados pelo aluno. (...)Além disso, o aluno deve se apropriar e utilizar a linguagem cartográfica; (d) Outro princípio básico refere-se à participação propositiva e reativa diante de questões socioambientais (...) e, (e) finalmente, um último e importante princípio refere-se à adequação geral do livro didático de geografia aos três sujeitos básicos da relação ensino-aprendizagem: ao aluno, ao professor e a escola.

Nesse sentido, o livro didático de Geografia não pode ser concebido e compreendido isoladamente. É necessário levar em consideração os sujeitos fundamentais do processo de ensino e aprendizagem e o contexto no qual eles estão inseridos.

Para adequar-se ao aluno, o livro além de utilizar os conhecimentos e experiências que o estudante já possui através do senso comum e do cotidiano vivido, deve também contribuir para o desenvolvimento da sua autonomia, utilizando uma abordagem na qual ele se sinta sujeito da sua própria aprendizagem e participante do espaço que estuda (Rodrigues e Cunha, 2020).

Com relação ao professor, esse material precisa fornecer subsídios para auxiliá-lo em sua prática pedagógica. Para isso, o livro deve apresentar informações e conceitos atuais e de qualidade, formulados e manipulados de maneira correta e, também, estar adequado às transformações sociais (Sposito, 2006). No que se

refere a escola, o livro precisa contemplar seu projeto pedagógico, suas características de estrutura, currículo e condições de trabalho, além de possibilitar a articulação com todas as áreas do conhecimento.

Por conta da sua notada relevância para o ensino, nas últimas duas décadas o livro didático vem passando por mudanças que provocou avanços significativos na qualidade destes materiais. Essas modificações são realizadas através de políticas educacionais que tem como objetivo a produção de guias e propostas curriculares para orientar a organização curricular das escolas, a elaboração de livros didáticos e o trabalho pedagógico.

Dentre elas se destacam a avaliação dos livros didáticos, por meio do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), elaborada pelo Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de orientar os conhecimentos e conceitos a fim de estabelecer competências e habilidades comuns aos alunos em todo o território nacional.

Assim, antes de chegar às mãos dos estudantes, o livro didático passa por um processo de avaliação pedagógica devendo atender às orientações e exigências contidas no edital do PNLD, lançado pelo governo federal, periodicamente num calendário trienal. A equipe de avaliadores responsáveis pela fase inicial de avaliação é composta por diversos profissionais, dentre eles professores de vários segmentos e de todas as regiões do país.

Nessa primeira etapa, a avaliação dos livros didáticos é realizada a partir de uma ficha, criada seguindo as deliberações do edital. Esta seleção/avaliação gera como resultado o Guia do Livro Didático, composto pelos seguintes itens:

> a) visão geral da obra, b) descrição de seus principais elementos e seções, c) sumário sintético, d) análise da obra, que é composta pela proposta pedagógica, formação cidadã e manual do professor, e) em sala de aula, com informações sobre cuidados que o professor deve ter ao se utilizar da coleção ou possibilidades disponibilizadas (Copatti, 2017, p.81).

É a partir do Guia do livro didático que os professores das escolas públicas de todo país têm o primeiro contato com as coleções de livros didáticos. Através da leitura do Guia, eles conseguem analisar e escolher a coleção que mais se aproxima do contexto em que atua e assim, fazer a seleção do livro que melhor atende a sua perspectiva teórica e metodológica de trabalho.

Porém, embora muito já se tenha avançado na tentativa de tornar o livro didático mais adequado à aprendizagem escolar e consequentemente possibilitar ao aluno compreender que a Geografia que ele estuda está presente no seu cotidiano.

Copatti (2017, p. 78) salienta que:

> É necessário que se avance na qualidade e atualização de conteúdos, conceitos, informações e no atendimento à formação cidadã, visto que, mesmo com progressos principalmente na última década, há ainda certa resistência na adequação de determinados temas nos materiais didáticos.

Além disso, na maioria das vezes as mudanças e adequações propostas não são realizadas de forma efetiva. Ou seja, cumprem minimamente as normas estabelecidas no edital do PNLD, com textos e imagens que se mantém ainda de modo pontual e superficial, sem estimular reflexões que avancem no debate dos temas abordados, mantendo situações que reforçam estereótipos ou não debatem invisibilidades e preconceitos sociais.

Gonçalves e Melatti (2017, p. 47) apontam que para suprir essas carências dos livros didáticos, o professor precisa "realizar um

trabalho cotidiano de contextualização espaçotemporal brasileira, regional e local e de pesquisa sobre as contradições e tensões relacionadas aos fenômenos levantados". Neste sentido, o papel do professor é de extrema relevância, pois, suas experiências e reflexões podem proporcionar ao estudante assimilar o conteúdo de forma mais consciente, conseguindo refletir sobre o que o livro didático traz na sua concepção de Geografia.

Segundo Tavares e Cunha (2011, p. 03):

> Não adianta realizar um trabalho organizado, seguindo uma ordem lógica se a finalidade for apenas à reprodução do conteúdo que está posto, sem a mínima análise crítica ou aproximação deste com os alunos.

Isto é, o professor, através das suas práticas pedagógicas deve atuar criando "pontes" entre o conhecimento que está posto no livro didático e o conhecimento concreto, vivido. Acompanhando as mudanças na sociedade e abordando de forma crítica os fenômenos sociais.

No entanto, para Soares (2002) esses profissionais também enfrentam dificuldades quanto à utilização do livro didático, ele enfatiza que "há o papel ideal e o papel real. O papel ideal seria que o livro didático fosse apenas um apoio, mas não o roteiro do trabalho dele. Mas na verdade isso dificilmente se concretiza" (Soares, 2002, p. 2).

Isso evidencia que em muitos casos o professor se torna refém do livro didático e acaba reproduzindo na sala de aula as desigualdades existentes na sociedade. Outro ponto bastante interessante reflete sobre a forma que é encarado o conteúdo presente no livro didático. De acordo com (Rockenbach, 1993, p.27):

> O autor do livro didático acaba sendo encarado como autoridade infalível do saber, como referência acima do real, e não como um ser

> humano passível de erros, indecisões e contradições e mesmo com pontos de vista e concepções de mundo diferenciadas. Podemos dizer, portanto, que há a fetichização do livro didático, uma relação entre pessoas, passa-se como se fosse uma relação professor/aluno com um objeto, coisa (o livro didático), cujo conhecimento, absoluto, não pode ser questionado.

Acrescenta-se a isso um último ponto que reflete sobre a submissão comercial do livro didático, pois como toda mercadoria, ele precisa atender aos padrões exigidos pelo mercado consumidor. Sendo assim, a comercialização dos livros "está ligada aos interesses do capitalismo [...], e portanto, fonte de lucro, destinada a um mercado específico [...] a escola" (Costa e Dantas, 2016, p. 326).

O que gera uma repetição na feição desses livros, que muitas vezes se encontram alheios à realidade estudantil. Além disso, sua produção em escala nacional pode causar graves danos às abordagens das realidades regionais e locais (Paiva e Júnior, 2004/2005). Portanto, por melhor que seja o livro ele precisa ser ampliado com exercícios, sugestões de atividades e consultas a outras fontes para relacionar com o lugar e os questionamentos dos estudantes.

Vasconcelos et al. (2019, p. 6) enfatiza que "o docente que pauta suas aulas exclusivamente no livro didático restringe o aluno a uma vivência distante do cotidiano, o lugar para esse estudante será aprendido de forma especulativa e abstrata". Nesse sentido, torna-se imprescindível que o professor sempre associe os conteúdos trabalhados com a realidade dos discentes e quando possível realize aulas práticas.

Contudo, é importante destacar que o professor na sua formação inicial não teve obrigatoriamente que estudar a Geografia

do município em que atua, é no momento de suas práticas profissionais que realiza leituras e busca subsídios para tornar suas aulas mais significativas e atraentes, levando em consideração as necessidades dos alunos.

Todavia, Tardif e Lessard (2012, p. 22) salientam que "é preciso considerar que uma grande parte dos professores têm mais de um emprego e precisam cumprir dois ou três contratos semanalmente para receber um salário decente". Portanto, na maioria das vezes esses profissionais não dispõem de tempo para se atualizarem ou montar material que possibilite relacionar os conteúdos que serão trabalhados na disciplina com a Geografia local.

Diante disso, é possível perceber o quanto se faz importante que o livro didático de Geografia seja elaborado levando em consideração as peculiaridades regionais e locais. Pois, além de permitir que o aluno tenha contato com uma Geografia sistematizada, também representa para os docentes um instrumento de trabalho e formação complementar que se adequado à realidade escolar e do aluno, pode colaborar com a preparação de uma aula que possibilite aos educandos uma aprendizagem mais significativa e contextualizada, proporcionando experiências pedagógicas bem-sucedidas.

Para Cavalcanti (1998, p. 75) "a Geografia é uma ciência que estuda o espaço, na sua manifestação global e nas singulares". Sendo assim, os conteúdos geográficos precisam ser 'apresentados' para serem trabalhados pelos alunos nessa dupla inserção: global e local. Considerando os conhecimentos que os alunos trazem para trabalhar determinados conteúdos, discutindo, ampliando e alterando a qualidade das práticas desses alunos, no sentido de

uma prática reflexiva e crítica. Para que assim, o livro utilizado no processo de ensino e aprendizagem possa promover no aluno o "saber construir conhecimento".

Nesse sentido, Castellar e Vilhena (2012, p.138) destacam que "[...] o livro didático deveria ser um ponto de apoio da aula para que o professor pudesse, a partir dele, ampliar os conteúdos". Lajolo (1996, p. 6) complementa dizendo que:

> É só a partir do conhecimento que já têm do mundo em que vivem, que os alunos poderão construir os conhecimentos nos quais livro didático e escola devem iniciá-los. Alunos, por exemplo, que acreditam que o leite azeda porque o saci cuspiu nele, dificilmente mudarão de opinião pela mera leitura de um texto que os informe sobre contaminação do leite como fruto da falta de higiene. No caso, é preciso partir do saci e chegar aos bacilos.... E essa passagem só o professor pode fazer, e é o que ele precisa fazer de mais importante.

Entende-se assim que não basta que os alunos tenham em mãos excelentes livros, se as ações docentes não convergirem para uma visão ampla e crítica do contexto social e dos fenômenos trazidos à baila pelos livros. Fenômenos estes que devem ser geridos e analisados com responsabilidade e autonomia, o que demanda professores bem-preparados para que possam construir com seus alunos uma leitura crítica da dinâmica da sociedade, da escola, do ensinar e do aprender.

Logo, o professor que articula os saberes abordados no livro didático, que expressam o mundo, com os saberes presentes e perceptíveis na escala local, de maneira que o estudante possa ser sujeito participativo, ativo, pensante e dinâmico, age transformando suas práticas em instrumentos pedagógicos de formação e no atendimento à formação cidadã.

A trajetória das políticas voltadas para a avaliação, regulação e distribuição dos livros didáticos no Brasil

Livros didáticos circulam diariamente pelas mãos de professores e alunos por todo o mundo, sendo amplamente utilizados em estabelecimentos de ensino públicos e privados. São frutos da cultura escolar e, com o advento da imprensa no final do século XV, tornou-se o primeiro produto feito em série.

No Brasil, os primeiros livros começam a ser produzidos a partir de 1808, com a vinda da corte portuguesa e a chegada da máquina tipográfica, utilizada na época para produção de artigos. Todavia, somente em 1929, foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL), com a função de legitimar o livro didático nacional e incrementar a sua produção.

Durante o Estado Novo, governo implantado por Getúlio Vargas, a partir de 1937, por meio do Decreto-Lei nº 1.006/38 é formada a Comissão Nacional do Livro Didático e se inicia a discussão sobre produção, controle e distribuição do livro didático no país.

Segundo Freitag, Costa e Motta (1997) essa comissão possuía mais a função de controle político-ideológico que didática, pois visava controlar a produção do livro com o intuito de produzir obras que corroborassem com a ideologia do Estado, isso que gerou inúmeras críticas tanto a respeito do seu funcionamento quanto da ausência dos docentes na escolha dos livros didáticos. Então, em 1945 o Estado consolida a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático, restringindo ao professor a escolha do livro a ser utilizado pelos alunos.

Em 1967 é estabelecido um acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), como resultado tem-se a criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED). Que surge com o objetivo de coordenar as ações referentes à produção, edição e distribuição do livro didático e com a pretensão de distribuir de forma gratuita 51 milhões de livros no período de três anos (Freitag; Costa e Motta, 1997).

No entanto, esse acordo foi alvo de diversas críticas por parte de educadores brasileiros, devido ao fato dos órgãos técnicos da USAID terem todo o controle da produção dos livros, ficando o MEC e o Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEL) responsáveis apenas pela execução. Além disso, Mantovani (2009) salienta que "segundo alguns estudiosos da educação brasileira a 'ajuda' da USAID, trazia consigo o controle americano das escolas brasileiras [...]" (Mantovani, 2009, p. 30). Situação extremamente desvantajosa para o Brasil.

Em 1971 o convênio MEC/SNEL/USAID é desfeito e a COLTED extinta, cabendo ao INL desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF), assumindo as atribuições administrativas e de gerenciamento dos recursos financeiros (Mantovani, 2009).

Em 1976 o INL também é extinto, ficando a responsabilidade pela execução do PLIDEF a cargo da Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME). Passou a ser competência da FENAME:

> 1- definir diretrizes para a produção de material escolar e didático e assegurar sua distribuição em todo território nacional; 2- formular programa editorial; 3- executar os programas do livro didático e 4- cooperar com as instituições

> educacionais, científicas e culturais públicas e privadas, na execução de objetivos comuns (Freitag; Costa e Motta, 1997, p.15).

Assim como os demais programas que lhe antecederam, a FENAME também sofreu críticas ferrenhas, principalmente por não conseguir atender a demanda de livros advindas dos alunos do ensino fundamental da rede pública de educação. A solução encontrada diante dessa situação foi excluir do programa a grande maioria das escolas municipais.

Com isso, surgiu a necessidade de se criar uma nova estratégia para sanar essa lacuna, era preciso formular um programa que fosse capaz de fazer o controle de produção e distribuição de qualidade do livro didático em todo território nacional. Para atender a esse propósito, em 1980 foi criada a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), responsável por todo controle de produção do livro.

No entanto, a FAE acabou incorporando vários programas assistencialistas do governo, o que acarretou diversas problemáticas. Sobretudo, a não distribuição dos livros nos prazos previstos, a pressão política das editoras e o autoritarismo na escolha dos livros (Mantovani, 2006).

Novamente se fez necessário a existência de um novo programa para substituir e/ou instituir alterações significativas aos existentes. À vista disso, em 1985 nasce o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Uma iniciativa do governo federal que compreende um conjunto de ações voltadas para análise e distribuição gratuita de livros didáticos aos alunos das escolas públicas de ensino fundamental de todo o país.

O PNLD institui alterações importantes como: garantia do critério de escolha do livro pelos professores; reutilização do livro

por outros alunos em anos posteriores, tendo como consequência a eliminação do livro descartável; aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos; aquisição com recursos do governo federal, com o fim da participação financeira dos estados, com distribuição gratuita às escolas públicas (Sposito, 2006).

O PNLD vigora até os dias atuais, deixou de ser apenas o programa do livro didático e passou a incluir também materiais didáticos, é de responsabilidade do MEC tendo como responsável pela política de execução o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O programa a princípio assegura que toda criança tem direito de usufruir durante o ano letivo, de forma totalmente gratuita, do livro de Português, Matemática, Ciências, Geografia e História. Além de cartilha de alfabetização aos estudantes do primeiro ano.

A partir de 2001 o PNLD ampliou o atendimento, passando a distribuir de forma gradativa, exemplares em Braille e CD-ROM, aos alunos com deficiência visual. Já em 2003 através da Resolução CD FNDE nº 38, é instituído o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), para ser executado de forma progressiva.

No ano de 2007, os alunos surdos e com deficiência auditiva das escolas de Ensino Fundamental e Médio são atendidos com a distribuição de dicionários trilíngues (português, inglês e libras), além de livros em Língua Brasileira de Sinais/Libras, visando promover a qualidade do processo educacional e a inclusão social. Em 2009, a resolução CD FNDE nº 51, de 16/09/2009, cria o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de

Jovens e Adultos (PNLA), para atender estudantes na fase de alfabetização.

Em 2010 o Decreto nº 7.084 defini novos procedimentos para execução dos programas de material didático. Nesse cenário o PNLD tem como função principal a distribuição de livros didáticos às escolas públicas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, assim como às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público. O que culminou na extinção do PNLEM.

No ano seguinte, ocorreu a aquisição e distribuição integral dos volumes únicos e consumíveis de Inglês, Espanhol, e ainda os livros de Filosofia e Sociologia. Ainda, em 2011, acontece a ampliação do PNLD com o Programa Nacional do Livro Didático para o Campo (PNLD-Campo), destinado a distribuir livros para as escolas de ensino fundamental que mantenham classes multisseriadas e turmas seriadas, na área rural.

De acordo com Jesus (2014, p. 22) a crítica ao PNLD é tecida:

> Pois ao fazer a distribuição do livro por todo território brasileiro o Programa não leva em conta as diferentes realidades, ou seja, o público alvo que irá fazer uso do material. A universalização dos livros didáticos é fato, porém nem todos têm acesso a livros de qualidade, que permita trabalhar com as vivências dos alunos, ou mesmo que esteja mais próximo de sua realidade.

Esse cenário exige um olhar atento do professor para que ele possa trabalhar eventuais incorreções, desmistificar informações desatualizadas, equivocadas ou até mesmo estereotipadas. "[...] considerando que em boa parte dos lares brasileiros o livro didático é, ainda, a principal fonte de formação do alunado e [...] influencia consideravelmente a formação crítica e ética das consciências" (Santos, Costa e Castro, 2022, p.11), o livro precisa ser estudado

histórico, social e culturalmente, compreendendo seus limites e seus avanços, principalmente como política pública educacional.

Segundo Mainardes (2006) os professores exercem um papel ativo no processo de interpretação e reinterpretação das políticas educacionais e, dessa forma, o que eles pensam e acreditam têm implicações para o processo de implementação dessas políticas. Desse modo, quando bem-preparados, eles possuem a capacidade de fugir de uma Geografia que fortalece e repete ideias-clichês, fazendo dos alunos reprodutores de discursos e posicionamentos que podem vir a imobilizar a construção de uma opinião própria e independente.

Para que isso se concretize, é imprescindível organizar o diálogo entre o conhecimento que está no livro didático e o cotidiano do aluno. Diversificando os recursos didáticos e usando fontes de informações que possam complementar, ou até mesmo, contrapor o que está posto no livro didático. Procurando sempre enriquecer sua prática pedagógica para que assim, haja dentre outras coisas, a valorização da experiência extraescolar e a vinculação entre a prática escolar, o trabalho e as práticas sociais. Conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Franco (2016, p. 543) afirma que o professor, no exercício de sua prática docente:

> [...] pode ou não se exercitar pedagogicamente. Ou seja, sua prática docente, para se transformar em prática pedagógica, requer, pelo menos, dois movimentos: o da reflexão crítica de sua prática e o da consciência das intencionalidades que presidem suas práticas.

Entende-se, desse modo, que cabe aos educadores na abordagem dos conteúdos, dos saberes e atividades propostas observar de que maneira o livro didático pode contribuir no processo de ensino e aprendizagem. No entanto, quanto piores forem as condições de trabalho e estudo desses profissionais, mais protagonista se torna o livro didático.

Considerações Finais

O livro didático desempenha papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem, podendo ser utilizado tanto na escola como em casa, pelo aluno ou pelo professor. Ao longo de sua existência ele vem passando por avaliações que proporcionaram efetivas mudanças e melhorias, seja em sua formatação, abordagem dos temas e principalmente na qualidade dos conteúdos.

Todavia, deve-se levar em consideração que o livro didático é também instrumento de transmissão de valores ideológicos e culturais, permeado pelo discurso aparentemente verídico de seus autores. É justamente esse ponto que requer o máximo de atenção do professor, pois a relação que ele estabelece com esse material e a forma que utiliza em sala de aula é determinante para produção do conhecimento da Geografia.

Mais do que nunca o professor precisa estar munido de diferentes saberes e dominar o conhecimento geográfico, para conseguir trabalhar eventuais incorreções presentes no livro didático. Além de estimular o pensamento crítico dos educandos a fim de desconstruir situações engessadas, preconceituosas e estereotipadas que por vezes são retratadas nos livros, a exemplo

da região nordeste vista apenas como a região seca e pobre do território brasileiro.

Ao mesmo tempo, é necessário "que os estudantes consigam estabelecer relações que propiciem a construção de conhecimentos que lhes auxiliem a ler e compreender o mundo da vida" (Copatti, 2017, p. 83). Neste sentido, o docente precisa agir operando com os conceitos do cotidiano e os conceitos científicos apresentados no livro didático, levando em consideração o conhecimento prévio do aluno, originários do senso comum.

Para isso, é preciso abordar situações decorrentes do espaço de vivência dos alunos, utilizando o lugar como laboratório para compreender o que o livro didático traz na sua concepção de Geografia. Despertando no educando consciência de mundo através da interpretação geográfica da sua realidade, para que ele possa se ver como sujeito atuante no espaço geográfico.

Referências

AZAMBUJA, L. D.de; O livro didático e o ensino de Geografia do Brasil. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 4, n. 8, p. 11-33, jul./dez., 2014. Disponível em: https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/180. Acesso em: 20 maio 2024.

BITTENCOURT, C. M. F. Em foco: história, produção e memória do livro didático. **Revista Educação e Pesquisa**. v. 30, nº 3. São Paulo: EDUSP. Set/dez. 2004. DOI: https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000300007. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27952/29724. Acesso em: ago. 2022.

CALLAI, H. C. O ensino de Geografia: recortes espaciais para análise. In: GASTRIOVANNI, A. C. (orgs) **Geografia em sala de aula, práticas e reflexões**. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Porto Alegre, 1998.

_____. O livro didático permite e oportuniza a democratização do conhecimento? In: SPOSITO, Eliseu [et. al.]. **A**

diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2016.

CAMPOS, R. R. de;. O golpe nas ciências humanas: 1964 e estudos sociais. **Geografia**, Rio Claro, Vol. 27(3): 29-70, dez. 2002. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/1910.Acesso em: 25 maio 2024.

CASTELLAR, S.; VILHENA, J. **Ensino de Geografia**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

CASTRO, F. L., GUIMARÃES, G. L.; COSTA, G. B. A. Os estereótipos e representações da região nordeste no livro didático de geografia. **Revista Ensino de Geografia,** Recife, 5(2), 158–177, ago. 2022. DOI: https://doi.org/10.51359/2594-9616.2022.253581. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/ensinodegeografia/article/view/253581/41732. Acesso em: 20 fev. 2023.

CAVALCANTE, L. T. C.; OLIVEIRA, A. A. S. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. In: **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-102, abr. 2020. DOI: https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n1p82-100. Disponível em:https://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/12005/18070. Acesso em: out. 2023.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos.** Campinas: Papirus, 1998.

_____. A Geografia e a Realidade Escolar Contemporânea: avanços, caminhos e alternativas. In. **Anais do I Seminário Nacional**: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais: Belo Horizonte, nov. 2010. Disponível em: ortal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7167-3-3-geografia-realidade-escolar-lana-souza/file. Acesso em: jun. 2023.

COPATTI, C. Livro didático de geografia: da produção ao uso em sala de aula. **Revista Geo**. UEG, Porangatu, v.6, n.2, p.74-93, jul./dez.2017. DOI: 10.46551/rvg26752395202210523. Disponível em:https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/verdegrande/article/view/4864. Acesso em: jul.2023.

COSTA, G. B. A. Por um ensino de Geografia Crítico: discutindo questões de gênero em sala de aula. In: COSTA, Glauber Barros Alves. **Diálogos entre Geografia e Educação**. Curitiba: CRV Editora, 2014. p. 11-30.

COSTA, G. B. A.; DANTAS, D. N. O livro didático de Geografia e as questões de Gênero: algumas reflexões. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Dossiê "Geografia na educ. infantil e anos iniciais do ensino fundamental". Campinas, jan/jun de 2016. Disponível em: https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/339/194. Acesso em: set. 2023.

COSTA, G.B. A. **Cartografias do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) de Geografia no Brasil**: o desenho da política pública e seus saberes. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11256. Acesso em: mar. 2023.

FRANCO, M. A. R. S. do. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Rev. bras. Estud. pedagog. (on-line)**, Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, set./dez. 2016. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S2176-6681/288236353. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbeped/a/m6qBLvmHnCdR7RQjJVsPzTq/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: jun.2022.

FREITAG, B.; COSTA, W. F. da; MOTTA, V. R. O livro didático em questão. Coleção Biblioteca da Educação, série 8. **Atualidades em Educação**, v. 3. São Paulo: Cortez, 1997.

GONÇALVES, A. R.; MELATTI, C. Instrumentos para análise e escolha do Livro Didático de Geografia pelo professor: aspectos da formação cidadã. In: TONINI, et. Al. **O Livro Didático de Geografia e os desafios da docência para aprendizagem**. Porto Alegre: Sulina, 2017, p. 39 - 59. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/171377/001053918.pdf. Acesso em: nov.2022.

GOUVEIA, P. S. da; UGEDA, J. C. J. O ensino de geografia no Brasil e os métodos tradicional e histórico cultural. **Revista Formação (online)**, v. 28, n. 53, 2021, p. 855-884. DOI: https://doi.org/10.33081/formacao.v28i53.8066. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/8066. Acesso em abr. 2024.

JESUS, M. E. de. **Para onde foram as categorias geográficas no livro didático? Uma análise a partir do espaço, território, região e lugar**. 2014. Trabalho de conclusão de curso (licenciatura em Geografia) – UNEB, *Campus* VI, Caetité - BA, 2014.

LAJOLO, M. Livro didático: um (quase) manual de usuário. **Em Aberto**, Brasília, ano 16, n.69, jan./mar. 1996. DOI:

https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.16i69.2061. Disponível em:https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2368. Acesso em: fev. 2023.

LIMA, J. A. S.; THOMAZ, L. **O estudo do lugar e a formação do aluno cidadão**. Maringá, Paraná, 2016. Disponível em: artigo_janete_aparecida_lima.pdf (diaadia.pr.gov.br). Acesso em: 16 mar. 2022.

LOPES, C. S. Sala de aula de Geografia: que espaço é esse? **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Claudivan-Lopes/publication/265809110_SALA_DE_AULA_DE_GEOGRAFIA_QUE_ESPACO_E_ESSE/links/5597e70108ae793d137de6fd/SALA-DE-AULA-DE-GEOGRAFIA-QUE-ESPACO-E-ESSE.pdf. Acesso em: jun. 2023.

MAINARDES, J. Abordagem do Ciclo de Políticas: Uma Contribuição para a Análise de Políticas Educacionais. **Educ., Soc**., Campinas, vol. 27, n.94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/NGFTXWNtTvxYtCQHCJFyhsJ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: jun. 2022.

MANTOVANI, K. P. **O Programa nacional do livro didático – PNLD –** Impactos na qualidade do ensino público. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-24112009-152212/publico/KATIA_PAULILO_MANTOVANI.pdf. Acesso em: dez. 2022.

PAIVA, M. A.; JÚNIOR, M. M. O ensino da geografia, a cidade e a construção da cidadania. 2004, 2005. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 6/7, n.1, p. 123-140, 2004/2005. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4850564.pdf. Acesso em: abr. 2023.

RODRIGUES, A. L. de; CUNHA, E. S. de. Nas entrelinhas do livro didático de geografia: a percepção de professores e alunos. 2020. **Revista GeoPantanal**, UFMS/AGB. Corumbá/MS, N. 28 183-193, jan./jun. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/10963. Acesso em: 20 de nov. 2022.

ROCKENBACH, D. **A Geografia Urbana no livro didático**. 1993, Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 1993.

SANTANA FILHO, M. M. de. A educação Geográfica na escola: elementos desafiantes para o exercício da cidadania. **Revista Tamoios**, ano II, nº 2, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, dez. 2006. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/613/645. Acesso em: set. 2022.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, I. G. A., COSTA, G. B. A.; CASTRO, F. L. Movimentos ambientalistas/ecológicos em destaque no livro didático de geografia: representações e contradições. In: **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 12, n. 22, p. 05-28, jan./dez., 2022. DOI: https://doi.org/10.46789/edugeo.v12i22.1141. Disponível em: https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/1141. Acesso em: fev. 2024.

SILVA, R. C. da; CARVALHO, M. A. de; O livro didático como instrumento de difusão de ideologias e o papel do professor intelectual transformador. In: **III Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI/II Congresso Internacional em Educação**. 2004. p. 1-11. Disponível em: https://escritosperifericos.wordpress.com/wp-content/uploads/2020/01/artigo-do-iiiep-ufpi-2004.pdf. Acesso em: ago. 2022.

SOARES M. B. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na Cibercultura. **Educ. Soc**, Campinas, dez. 2002, v. 23. n. 81, p. 141-160. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/zG4cBvLkSZfcZnXfZGLzsXb/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: jan. 2023.

SOUZA, J. D. S.; AZEVEDO, R. C. O. de. **O ensino de Geografia no contexto da história da educação brasileira:** a categoria lugar e suas relações na educação e ensino. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Departamento de Ciências Humanas – DCH – Campus VI, Caetité, 2018.

SPOSITO, E. S. O livro didático de Geografia: necessidade ou dependência? Análise da avaliação das coleções didáticas para o ensino fundamental. In: SPOSITO, M. E, B. (Org). **Livros didáticos de História e Geografia**: avaliação e pesquisa. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006. p. 55-71. Disponível em: https://www.ufrgs.br/neegeo/wp-content/uploads/2020/08/O_livro_didatico_de_geografia.pdf. Acesso em: jul. 2023.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Tradução: João Batista Kreuch. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

TAVARES, D. A.; CUNHA, J.S. O livro didático e o ensino de geografia: algumas reflexões. In: **V colóquio internacional educação e contemporaneidade**, 2011, São Cristovão/ SE. Geografia e ensino, 2011.

THOMAZ, L.; OLIVEIRA, R. C. A educação e a formação do cidadão crítico, autônomo e participativo. **Dia-a-dia Educação**, p. 1-25, 2009. Disponível em: https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2019/03/5c8fe857605ed-5c8fe857605f1a-educao-e-a-formao-do-cidado-crtico-pdf.pdf. Acesso em: jan. 2023.

VASCONCELOS. V. S.; PASSOS. M. C. D. dos. SANTO. L. A. E. do. SILVA. H. P. B. A importância do conceito de lugar no ensino de geografia. **Anais VI Congresso nacional de educação**. Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA17_ID2210_16082019101941.pdf. Acesso em: 10 jun. 2022.

VESENTINI, J. W. **Para uma geografia crítica na escola**: textos críticos. São Paulo: Ática, 1998.

VIANA, M. M.; COSTA, G. B. A.; CUNHA, A. L. S. A política nacional de alfabetização (PNA) de 2019: algumas reflexões. 2022. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 2, p. 1012-1025, abr./jun. 2022. DOI: https://doi.org/10.21723/riaee.v17i2.14800. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14800. Acesso em: abr. 2023.

Submetido em: 03 de abril de 2024
Devolvido para revisão em: 16 de julho de 2024
Aprovado em: 13 de agosto de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3398

Como citar:

MOREIRA DE OLIVEIRA, E. M.; BARROS ALVES COSTA, G. LIVRO DIDÁTICO: REFLEXÕES PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA. **Terra Livre**, São Paulo, ano 39, v.1, n.62, jan.-jun. 2024, p. 766-796. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3398. Acesso em: dia/mês/ano.

EPISTEMOLOGIA DA GEOGRAFIA: ARTICULAÇÃO ENTRE OS CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS E OS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS NA FORMAÇÃO DOCENTE

EPISTEMOLOGY OF GEOGRAPHY: ARTICULATION BETWEEN SPECIFIC AND DIDACTIC-PEDAGOGICAL KNOWLEDGE IN TEACHER TRAINING

EPISTEMOLOGÍA DE LA GEOGRAFÍA: ARTICULACIÓN ENTRE CONOCIMIENTOS ESPECÍFICOS Y DIDÁCTICO-PEDAGÓGICOS EN LA FORMACIÓN DOCENTE

Leildo Dias Silva
Secretaria de Estado da Educação do Pará e Universidade Federal de Goiás.
E-mail: leildodias89@gmail.com

Vanilton Camilo de Souza
Universidade Federal de Goiás.
E-mail: vanilton@ufg.br

Resumo
Que disciplinas, que temas, que autores e que obras devem compor o currículo na formação inicial do professor de Geografia é uma discussão salutar porque o resultado disso tem consequências na formação de profissionais para atuar na educação básica. Nesse sentido, este texto elenca como problema a desarticulação curricular entre os conteúdos específicos e os didático-pedagógicos nos cursos de Licenciatura em Geografia das universidades federais da Região Centro-Oeste com ênfase nas disciplinas de epistemologia. Com isso, o objetivo é fazer uma análise de temas, autores e obras que possibilitam uma formação integrada para o exercício da docência. A metodologia adotada foi a análise dos Projetos Pedagógicos de Curso, especialmente nas disciplinas de epistemologia da Geografia. Organizamos em tabela e quadros a distribuição dessas disciplinas, autores e obras indicadas como referência básica para posterior análise. Como considerações, os dados apontam que as disciplinas analisadas reservam pouco espaço para uma formação com base numa articulação curricular por meio de temas de ensino em Geografia e da Prática como Componente Curricular.
Palavras-chave: Formação inicial do professor de Geografia, ensino de Geografia, epistemologia da Geografia.

Abstract

The discussion on which disciplines, which themes, which authors and which works should be part of the curriculum in the initial training of Geography teachers is good, because the result of this has consequences for the training of professionals to work in basic education. In this sense, this text points out as a problem the curricular disarticulation between specific and didactic-pedagogical contents in Geography degree courses at federal universities in the Central-West Region with an emphasis on epistemology disciplines. This way, the objective is to analyze themes, authors and works that enable an integrated training for teaching. The methodology adopted was the analysis of Pedagogical Course Projects, especially in Geography epistemology disciplines. It was organized in tables and charts the distribution of disciplines, authors and works indicated as basic references for subsequent analysis. As considerations, the data indicate that the diciplines analyzed reserve little space for a training based on curricular articulation through teaching themes in Geography and Practice as a Curricular Component.

Keywords: Initial training of Geography teachers, Geography teaching, epistemology of Geography.

Resumen

La discusión sobre qué disciplinas, qué temas, qué autores y qué obras deben componer el currículo en la formación de inicial del profesor de Geografía es saludable, porque el resultado de eso tiene consecuencias en la formación de profesionales para actuar en la educación básica. En este sentido, el presente texto enumera como problema la desarticulación curricular entre los contenidos específicos y didáctico-pedagógicos en los cursos de Licenciatura en Geografía de las universidades federales de la Región Centro-Oeste con énfasis en las disciplinas de epistemología de la Ciencia Geográfica. Con esto, objetivando hacer un análisis de temas, autores y obras que posibilitan una formación integrada para el ejercicio de la docencia. La metodología adoptada fue el análisis de los Proyectos Pedagógicos de Curso, especialmente en las disciplinas de epistemología de la Geografía. Organizamos en tabla y cuadros la distribución de esas disciplinas, autores y obras indicadas como referencia básica para posterior análisis. Como consideraciones, los datos apuntan que las disciplinas aquí analizadas reservan poco espacio para una formación basada en una articulación curricular por medio de temas de enseñanza en Geografía y de Práctica como Componente Curricular.

Palabras clave: Formación inicial del profesor de Geografía, enseñanza de Geografía, epistemología de la Geografía.

Introdução

> O problema da formação dos professores tem [...] uma importância capital e se trata menos de aumentar o estoque de conhecimentos de cada um, que de estranhar nos diferentes tipos de raciocínios geográficos e de os conduzir a tomar consciência das verdadeiras razões de ser da geografia (Lacoste, 2012, p. 230).
> O currículo, que num momento se configura e se objetiva como um projeto coerente, já é por si o resultado de decisões que obedecem a fatores determinantes diversos: culturais, econômicos, políticos e pedagógicos. Sua realização posterior ocorre em um contexto prático no qual se realizam tipos de práticas muito diversos (Sacristán, 2017, p. 26).

Optamos por iniciar colocando em destaque duas dimensões que representam o foco de interesse da análise desenvolvida no presente texto: a formação do professor de Geografia e as disputas que o currículo possibilita à formação. Nesse sentido, a formação inicial dos professores de Geografia tem sempre objetivos culturais, sociais, políticos e pedagógicos, uma vez que esse profissional terá papel relevante na sociedade: a formação de jovens escolares para exercício da cidadania. Seguindo essa linha de pensamento, uma formação que não busca uma articulação curricular entre os conhecimentos específicos de área e os didático-pedagógicos está fadada a reproduzir a educação dominante. Isto é, ensinar os conteúdos sem a preocupação de didatizá-los e, igualmente, sem preocupação de que a epistemologia perpasse os conteúdos e a maneira que os ensinamos.

Entendemos que essa articulação pode ser alcançada, por exemplo, com aulas que mobilizam a produção do conhecimento pedagógico dos conteúdos, por meio de propostas articuladoras da relação teoria e prática como dimensões inerentes à formação (Shulman, 2005; Pereira; Oliveira, 2020). Isso pode ser possibilitado a partir das discussões que tematizam o ensino de Geografia no

sentido de relacionar os conhecimentos produzidos na universidade com sua utilização na escola. Todavia, nessa relação, é importante que se considerem a Geografia escolar e o contexto dos estudantes.

Tendo em vista uma possível desarticulação curricular na formação inicial do professor de Geografia, na qual os conhecimentos específicos de área recebem maior peso em detrimento dos didático-pedagógicos, o artigo lança o seguinte questionamento: qual é o espaço reservado nas disciplinas obrigatórias de epistemologia da Geografia que efetivam, de alguma maneira, a articulação curricular dos conhecimentos específicos de área e os conhecimentos didático-pedagógicos?

O recorte da análise são os cursos de Licenciatura em Geografia sediados nos campi-sedes das universidades federais da Região Centro-Oeste. Neles, vamos analisar o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) com ênfase nos componentes curriculares obrigatórios de epistemologia da Geografia. Demarcamos, também, que os documentos analisados são aqueles que se encontram em vigência no momento da construção deste artigo. Os objetivos aqui são: compreender quais autores e obras permeiam a formação inicial nas disciplinas obrigatórias de epistemologia da Geografia e analisar as possibilidades de articulação curricular entre os conhecimentos específicos dessas disciplinas com os conhecimentos didático-pedagógicos.

Na metodologia, adotamos um conjunto de procedimentos para dar conta da análise que empreendemos. Nossa análise é documental. O primeiro procedimento foi definir a amostra que foi analisada. Para tanto, selecionamos os PPCs de Licenciatura em Geografia das universidades federais de Goiás, Campus Goiânia; do Mato Grosso, Campus Cuiabá; do Mato Grosso do Sul, Campus Três

Lagoas, e da Universidade de Brasília (UnB). Para a seleção desses PPCs, usamos como critério a universidade mais antiga de cada unidade da federação da Região Centro-Oeste e que possua o curso de Licenciatura em Geografia.

Feito isso, o segundo procedimento foi localizar os PPCs que estão disponíveis, em meio virtual, nos *sites* das instituições selecionadas. Infelizmente, nem todas as instituições disponibilizam esses documentos para acesso. Para resolver essa situação, entramos em contato por *e-mail* com colegas professores que atuam nas referidas universidades, solicitando ajuda para acessar esses projetos. De posse desses documentos, verificamos a quantidade de disciplinas de epistemologia da Geografia apresentada neles, buscando entender como esses componentes curriculares estão organizados. Em seguida, analisamos as ementas com foco nos temas propostos a serem estudados na formação inicial desses futuros professores de Geografia.

Depois, mapeamos as obras e os autores que foram indicados nas referências básicas das disciplinas de epistemologia da Geografia. Esse procedimento teve por finalidade verificar as indicações de autores e de textos para entender se essas sugestões estabelecem diálogos entre os conhecimentos específicos e aqueles ligados ao ensino ou aos saberes pedagógicos necessários para serem ensinados.

Para a compreensão do que se propõe neste texto, abordaremos, inicialmente, nosso entendimento do que consideramos disciplinas representativas da epistemologia de Geografia, enfatizando a problemática da articulação com a dimensão pedagógica. Em seguida, a discussão girará em torno dos aspectos curriculares e das marcas dessa falta de integração da

epistemologia da Geografia para a formação de professores e, por fim, como as disciplinas de epistemologia possibilitam a conexão com os conhecimentos didático-pedagógicos.

Epistemologia da Geografia na formação de professores

Estamos entendendo epistemologia de acordo com as concepções defendidas por Gomes (2009), o qual afirmou que a concepção de epistemologia é um domínio aberto e plural. Assinala, ainda, que esse termo nasceu para se contrapor ao termo "filosofia da ciência", que foi bastante associado ao positivismo e, portanto, nesse sentido, podemos dizer que perdeu a qualidade de abertura e pluralidade. Então, acerca da palavra epistemologia, afirma-se que ela "[...] pretende ser justamente um domínio aberto ao reconhecimento da pluralidade de recursos e orientação nas diferentes disciplinas científicas" (Gomes, 2009, p. 15). Quanto à associação da epistemologia e da Geografia, compreende-se que

> [...] ao associarmos geografia e epistemologia queremos indicar que a discussão pretendida aqui não almeja estabelecer a forma ideal e absoluta pela qual a geografia deve ser pensada ou tampouco apontamos a boa direção para trabalharmos geograficamente (Ibidem, p. 15).

É nessa direção que compreendemos a epistemologia neste ensaio: aberta e plural. No entanto, consideramos que, em boa medida, as disciplinas de epistemologia da Geografia nos PPCs analisados não caracterizam, na sua essência, essa dimensão "aberta" conforme apontamentos posteriores. Defendemos que tanto a construção do conhecimento sobre esse campo está aberta como devem estar abertas as disputas nas disciplinas à inserção de novos

temas e discussões. Isso significa dizer que as discussões acerca de como ensinar epistemologia devem compor esse campo de disputas no currículo.

Além disso, Gomes (2009) entendeu que epistemologia diz respeito à constituição de um

> [...] campo de discussão, de questões sobre métodos e limites de validade [...], podemos, de forma muito geral, dizer, assim, que a epistemologia é um campo crítico de discussões sobre formas de pensamento científico (p. 13).

Com isso, esse autor demarca que a epistemologia está mais no campo da produção do conhecimento científico por meio dos métodos. Gomes (2009, p. 13) demarcou isso quando afirmou que deixou fora de suas análises os autores que confundem epistemologia com a história da Geografia, como se esses campos se recobrissem. "Ao fazerem [isso], negam a interdependência desse campo de questões epistemológicas e o traduzem como simples etapas da evolução da disciplina, o que no ponto de vista defendido aqui não é aceitável." Diante disso, compreendemos que essa não observância da diferença da história da Geografia e sua epistemologia pode ser lugar-comum nas disciplinas que tematizam esses dois campos.

Tal fato já se observa na nomenclatura das disciplinas que ora a grafam como história do pensamento geográfico, ora como epistemologia da Geografia, mas seus autores, temas e conteúdos, em suas ementas, trazem pouca diferenciação, como poderemos notar nas discussões que se seguirão.

As disciplinas que estamos analisando neste artigo são as que cobrem estes dois campos: a história do pensamento geográfico e sua epistemologia. Demarcamos, ainda, que essas disciplinas, para além das nomenclaturas, que já observamos anteriormente, também

discutem as questões de teoria e métodos em Geografia sem fazer suas diferenciações.

Compreendemos que o que essas disciplinas ensinam não está desvinculado do contexto histórico e atual da produção do conhecimento geográfico. Por isso, defendemos que, em um curso de licenciatura em Geografia, não se pode negar a emergência de que a epistemologia perpassa toda a Geografia e seu ensino. É diante disso que defendemos uma articulação entre esses conhecimentos e os didático-pedagógicos, isto é, como se ensinam os conteúdos por meio da epistemologia da Geografia. Nada melhor do que essas próprias disciplinas reservarem espaço para essa discussão.

Disputas curriculares para o ensino de Geografia na formação inicial

Nas conclusões de Lia Osorio Machado (2011), no texto intitulado *Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaço vazio e a ideia de origem*, ela sinaliza para uma recusa da Geografia em pesquisar as origens do pensamento geográfico brasileiro. Isso se deu dentro de uma estratégia para sua institucionalização, a qual parece ter sido vencedora. Contudo,

> [...] o preço tem sido alto: do ponto de vista institucional, a ambivalência da geografia 'técnica' (geógrafo) e a geografia escolar (professor); do ponto de vista científico/político, uma pretensa neutralidade [...], suprimiu o debate epistemológico [...] (Machado, 2011, p. 347).

Contudo, sabemos que, a partir da década de 1970, muita coisa já mudou na Geografia no que diz respeito às questões atinentes a essa pretensa neutralidade e na pesquisa sobre sua epistemologia.

Em outra direção, na conferência de abertura do XI Fórum Nacional do Núcleo de Ensino e Pesquisa em Educação Geográfica (Nepeg), o professor Paulo César da Costa Gomes (2022) trata, em linhas gerais, da epistemologia da Geografia e seu ensino. Em determinado momento de sua exposição, ele pontuou:

> [...] como a gente ensina essa Geografia? É uma pergunta para vocês responderem, é dirigida para vocês. Mas eu quero dizer algumas coisinhas [...]. Eu diria que essa seria uma discussão fundamentalmente epistemológica, o que ensina a Geografia. Ela ensina aquilo que a gente acredita ser a essência da Geografia [...]. Na história da Geografia, inúmeros autores que pensaram em novas formulações epistemológicas foram aqueles também que pensaram novos formatos para ensinar a Geografia (2022, s/p.)[1].

Gomes (2022), para embasar seus argumentos a respeito da epistemologia da Geografia e seu ensino, lançou mão de trabalhos ou ações que estão diretamente ligadas à sistematização da Ciência Geográfica, de autores como Alexander von Humboldt, Carl Ritter, Elizièr Reclus e Vidal de La Blache. Foi afirmado, a título de exemplificação, que Reclus escreveu um capítulo, em um de seus livros, sobre educação geográfica e La Blache elaborou mapas para educação escolar na França.

Porém, ainda há muitas barreiras a serem superadas. Destaca-se a fragmentação da própria Geografia entre ciência humana e ciência natural, do geógrafo bacharel e do professor de Geografia, em que esse último ganha um papel secundário em termos de prestígio, mesmo sendo a escola o *locus* principal de atuação dos sujeitos formados em Geografia. Nesse sentido, Santos e Souza

[1] Essa palestra encontra-se disponível no *YouTube*, no Canal do Nepeg https://www.youtube.com/watch?v=32LWQXMUzPI&t=6053s. Acesso em: 17 set. 2022. Esse fragmento, que aqui citamos, encontra-se a partir de 1h39 minutos da referida palestra.

(2017) evidenciam que, nos cursos de licenciatura em Geografia, há uma desarticulação curricular entre os conhecimentos de área (entendidos como teóricos e específicos da Geografia) e os conhecimentos didático-pedagógicos (necessários à docência), o que reflete nos currículos dos cursos de graduação em licenciatura de nossa área.

Nos currículos, é comum as disciplinas que não são da didática nem do ensino de Geografia não se preocuparem com a formação do professor de Geografia para além dos conteúdos estritamente tidos como geográficos, o que aqui não se nega a sua importância. É fundamental! Em outras palavras, essas disciplinas não inserem em suas discussões como o futuro professor pode mobilizar os conhecimentos produzidos na universidade para o contexto da escola, ambiente de trabalho desses profissionais. O que se questiona é: há espaço para se pensar como a epistemologia da Geografia perpassa o ensino para jovens escolares e o trabalho docente do futuro professor de Geografia nas disciplinas de epistemologia e de história do pensamento geográfico?

Inevitavelmente, essa discussão nos leva a tratar de currículo. Desde já afirmamos que não há currículo "perfeito" ou que desfrute de consenso em seu processo de construção. Ele é apreendido como um campo de disputas que vai se moldando por meio delas e tornando o currículo possível. Para fins de análise, trata-se, portanto, de um documento que sinaliza escolhas e opções, sendo ele representativo de distintas intencionalidades. Sacristán (2013, p. 20) afirmou que,

> [...] desde suas origens, o currículo tem se mostrado uma invenção reguladora do conteúdo e das práticas envolvidas no processo de ensino-aprendizagem; ou seja, ele se comporta como um instrumento que tem a capacidade de estruturar a escolarização, a vida nos centros educacionais e as práticas pedagógicas, pois

> dispõe e transmite regras, normas e uma ordem que são determinantes.

O currículo tem sua função e é aberto às disputas dentro dos ambientes escolares e dos departamentos das universidades. Ele, porém, tem determinantes que podem ser o conjunto de leis e pareceres federais, estaduais e municipais que vão moldando o que pode, de certa maneira, conter nele. Também é um espaço de disputas da sociedade. Por exemplo, no Brasil recente, a inserção ou supressão de temas como educação sexual e identidade de gênero (tachada de ideologia de gênero) mostra como diferentes grupos desejam interferir na condução dos conhecimentos e a se fazerem presentes (ou não) nos currículos.

Trazendo isso para os cursos de licenciatura em Geografia, essas disputas não são diferentes. O que muda é a natureza da discussão. Um grupo adepto da Geografia física, por exemplo, vai buscar espaço no currículo para seus temas de interesse. Da mesma maneira, os professores de Geografia Humana vão buscar seu espaço também nesse documento. E, dentro dessas disputas, às vezes, para não dizer que isso é uma prática comum, esquece-se de que estamos formando professores de Geografia, o que precisaria reservar espaço no currículo — e dentro de cada disciplina — para discussões acerca de como se ensinar o conteúdo que se aprendeu nelas. É nessa direção que Santos e Souza (2017) partem da constatação de que há uma desarticulação curricular na formação inicial de professores entre os conhecimentos da própria Geografia (físico e humano/social) e dos conhecimentos didático-pedagógicos.

Esses dois autores vão evidenciar, com base em Shulman (2005), que para o exercício da docência necessita-se de conhecimentos dos conteúdos específicos (que são os conhecimentos,

no caso da Geografia, geográficos), de conhecimentos da didática geral (os conhecimentos gerais sobre a sala de aula, os quais, na nossa formação, são mais comumente ministrados por professores das faculdades de Educação) e de conhecimentos pedagógicos do conteúdo (que seria como ensinar o que se aprende para os estudantes na escola básica). Santos e Souza (2017), com base nessas três categorias de conhecimento, vão argumentar em favor da existência, no caso da Geografia, de um conhecimento pedagógico do conteúdo geográfico. Assim, esses autores afirmam:

> [...] entende-se que, quando utiliza criativamente diferentes metodologias e desenvolve modos de explicar um mesmo conteúdo de várias formas em sala de aula, apresentando-o aos seus alunos utilizando diferentes exemplos com o intuito de tornar tal conteúdo ensinável e compreensível, o professor medeia esse processo de aprendizagem do aluno de forma ativa, ele desenvolve um raciocínio próprio e uma ação pedagógica, bem como a construção de conhecimentos próprios indispensáveis a sua prática, auxiliando no desenvolvimento de sua profissionalidade e, assim, constrói CPC (conhecimentos pedagógicos de conteúdos), e se este for de Geografia, constrói o que chamamos de CPCG (conhecimentos pedagógicos de conteúdos geográficos). Este processo só é possível se o professor formador realizar uma articulação curricular de disciplinas específicas de Geografia que ele está ministrando com os conhecimentos das disciplinas pedagógicas (p. 122).

Essa operação dentro de cada disciplina, se fosse uma prática comum levada a cabo pelos professores formadores, poderia contribuir significativamente na formação inicial de professores. O que parece é que essa prática não ocorre nas disciplinas de área específica nas licenciaturas. Parece também que se entende que primeiro se ensinam os conteúdos específicos e, em seguida, outro professor, em outra disciplina, ensina os conteúdos didático-pedagógicos. Por sua vez, os professores de Geografia das disciplinas de Ensino em Geografia ou de Didática da Geografia teriam a missão

de possibilitar aos discentes que façam essa operação, qual seja, a construção do conhecimento pedagógico do conteúdo de Geografia. Quais seriam, então, as possibilidades das disciplinas aqui elencadas como representação de natureza epistêmica da Geografia com a dimensão pedagógica para formação do professor?

- A dimensão pedagógica pressupõe método da ciência. O professor ensina um dado conteúdo e a episteme da Geografia orienta a abordagem pedagógica para ensiná-lo.
- Sendo o desenvolvimento do pensamento geográfico dos estudantes uma das principais metas da Geografia escolar (Cavalcanti, 2019), as condições para o professor efetivar esse pensamento, no âmbito escolar, pressupõem clareza epistêmica da ciência para tal. O pensamento é resultado de processos epistemológicos.
- É recorrente, na formação do professor de Geografia, a fragmentação dos conhecimentos geográficos. Os conteúdos escolares não podem ser efetivados de forma fragmentada. Uma das bases da Didática da Geografia é estabelecer as conexões necessárias para uma compreensão ampla dos conteúdos escolares. As dimensões epistêmicas da Geografia e da Educação são estruturantes para a Didática conseguir estabelecer essas conexões para ensino dos conteúdos.

Em uma pesquisa que coaduna com o objeto que aqui estamos propondo (articulação entre a epistemologia da Geografia com o pedagógico), Khaoule e Oliveira (2017) reclamaram um espaço para a epistemologia da Geografia nas disciplinas de Ensino em Geografia, alegando que não se ensina um conhecimento

desvinculado de sua historicidade. Essas duas autoras entenderam que

> [...] tomar os fundamentos teóricos do ensino de Geografia como objeto de estudo é uma atividade epistemológica. Em primeiro lugar, porque o ensino de Geografia é um campo de conhecimento da Geografia [...]. Em segundo lugar, porque a atividade de ensinar Geografia em si é epistemológica, pois é uma prática geográfica voltada para a formação do pensamento conceitual, portanto que envolve o processo de construção de sujeitos (Khaoule; Oliveira, 2017, p. 36).

As autoras afirmaram que cabe ao professor conhecer a epistemologia da Geografia, as metodologias e os contextos sociais, culturais e econômicos. Compreendemos que, assim como o ensino de Geografia é uma atividade epistemológica, como argumentaram essas autoras, as disciplinas de epistemologia da Geografia podem possibilitar aos futuros professores o ensino da epistemologia ou o ensino pela epistemologia da Geografia. Pois os métodos de ensino e o próprio ensino são orientados por concepções epistemológicas de nossa ciência.

As disciplinas de epistemologia da Geografia: quais conexões com o pedagógico?

O espaço a qualquer disciplina ou tema dentro de um componente curricular não é dado, não é natural, é resultante de diferentes disputas de campos de saberes e de visões de mundo. É nesse sentido, próximo das afirmações de Sacristán (2013), que vamos abordar os dados que produzimos acerca das possibilidades da articulação curricular entre os conhecimentos específicos de área e os didático-pedagógicos nas disciplinas de epistemologia da Geografia, nos PPCs dos cursos de licenciatura em Geografia das universidades federais da Região Centro-Oeste do Brasil. O Quadro 1, a seguir,

mostra a distribuição dessas disciplinas nas universidades selecionadas.

Quadro 1: Disciplinas de epistemologia da Geografia nas universidades federais da Região Centro-Oeste, Brasil, 2022

Instituição – ano do PPC	Componente Curricular		
	Nome	Período	CH
UFG – 2015	Teoria e Metodologia da Geografia I	3º	64h (teórica)
	Teoria e Metodologia da Geografia II	4°	64h (teórica)
UFMT – 2019	Teoria e Método da Geografia	2°	64h (teórica)
	História do Pensamento Geográfico	4°	64h (teórica)
UFMS[2]	Introdução à Ciência Geográfica	1º	68h (teórica)
	Teoria e Método em Geografia	6º	68h (teórica)
UnB – 2019	Introdução à Ciência Geográfica	1°	60h (teórica)

Fonte: PPCs de Licenciatura em Geografia da UFG, UFMT, UFMS e UnB. Elaborado pelos autores, 2023.

Como se percebe, não há consenso de quase nada a respeito da nomenclatura das disciplinas que abordam a epistemologia da Ciência Geográfica nos cursos de licenciatura em Geografia das universidades analisadas. Entre os nomes dados a essas disciplinas, identificamos Teoria e Metodologia da Geografia I e II (UFG), História do Pensamento Geográfico (UFMT), Teoria e Método da Geografia (UFMT e UFMS) e Introdução à Ciência Geográfica (UnB e UFMS). Sendo, dessa maneira, os nomes que mais se repetem: Teoria e Método em Geografia e Introdução à Ciência Geográfica, duas vezes cada um deles.

Algo a ser destacado nas disciplinas de Teoria e Método em Geografia são as maneiras diferenciadas em definir quais obras e temas devem compô-las. Nessas disciplinas, há ocorrência de mescla entre obras de método e metodologia (de "escrita científica") e de obras que discutem a história e a epistemologia da Geografia.

[2] O documento não deixa claro qual foi sua data de elaboração, o que ele menciona é: "[a]nexo da Resolução nº 394-Cograd/UFMS, de 26 de novembro de 2021".

Desse modo, nossa análise se efetivou mediante dois parâmetros para compreender a articulação dos conhecimentos específicos de área e os didático-pedagógicos expressos nos PPCs: a) a Prática como Componente Curricular (PCC) nos projetos pedagógicos; b) as principais obras e autores de referência à epistemologia da Geografia. Há autores que permitem essa articulação, como Milton Santos e Paulo César da Costa Gomes, que são muito referenciados para a Didática da Geografia; e Yves Lacoste, que já falava do lugar da Geografia dos professores. Enquanto isso se observa a ausência de autores, a exemplo de Lana de Souza Cavalcanti, nessas epistemes.

Também não há consenso em que período do curso essas disciplinas devem ser ofertadas. A UFMS oferece uma dessas disciplinas no primeiro semestre, assim como a UnB. Onde parece existir maior convergência é na quantidade de disciplinas obrigatórias, sendo que três das quatro universidades analisadas (UFG, UFMT e UFMS) ofertam duas disciplinas de epistemologia Já a UnB disponibiliza apenas uma obrigatória e oferece outra, dessa natureza, como optativa.

Quanto à carga horária, a UFG e a UFMT compreendem que 64 horas para cada uma das duas disciplinas ofertadas são suficientes. Por outro lado, a UFMS reserva 68 horas para cada uma de suas duas disciplinas no campo da epistemologia da Geografia. A UnB entende que 60 horas são suficientes para seu único componente curricular dessa natureza. Uma marca eloquente dessas disciplinas é a compreensão de que nelas não há necessidade de se reservar espaço para a prática enquanto um componente curricular.

A PCC deveria ter um lugar privilegiado em qualquer disciplina, inclusive nas disciplinas de epistemologia da Geografia,

para articular essas dimensões inerentes à identidade do professor de Geografia na articulação desses conteúdos com o didático-pedagógico. O que se evidencia no Quadro 1 é que, embora a legislação obrigue os cursos de licenciatura a reservarem 400 horas desse componente curricular durante todo o curso, ela não perpassa todas as disciplinas e cada universidade elabora formatos diferenciados para cumprir essa legislação. Acerca disso, a UFG expressa que

> [...] as práticas como componente curricular no curso de Geografia Licenciatura se desenvolverão em todas as disciplinas do currículo cabendo às mesmas abordar como elas se relacionam com o seu ensino, com a escola, com a pesquisa e com a formação do professor de Geografia. Para efeito de realizar o cumprimento das 400 horas para as práticas dessa natureza, *cada disciplina estabeleceu uma carga horária para desenvolver este trabalho*, como pode ser observado no quadro do item 5.1. Matriz Curricular, deste PPC (UFG, 2015, p. 52, grifo nosso).

Para essa mesma questão, a UFMT (2019, p. 44) observa em seu PPC que

> [...] no curso de Geografia, Licenciatura, a Prática como Componente Curricular será realizada como componente curricular, ou seja, a carga horária de 400 horas será dividida em 4 disciplinas. As disciplinas são: Projetos Educativos em Geografia Humana, Projetos Educativos em Geografia Física, Projetos Educativos em Cartografia e Didática para o Ensino de Geografia.
> Entendeu-se que dividir as 400 horas dessa maneira garantirá a execução da carga horária nas atividades de prática como componente curricular e não como disciplina. *Essa divisão oferece ao discente da licenciatura a maturação de atividades práticas acerca das áreas específicas da Geografia em locais de ensino e de educação geográfica, seja na educação formal e na não-formal* (Grifo nosso).

Compreendemos que a PCC pode ser um espaço de formação integrada em que o formando pode mobilizar e construir conhecimento fazendo conexões com a teoria e com a prática, construindo, desse modo, a *práxis*. Pode, de igual modo, construir

conhecimento pedagógico do conteúdo trabalhado nas disciplinas. No caso do PPC da UFG, ela demarca que vai distribuir as 400h de PCC em todas as disciplinas, mas isso não acontece nas disciplinas de epistemologia, nas quais a carga horária é toda reservada para questões teóricas, conforme pudemos observar no Quadro 1.

A UFG, embora não reserve espaço nas disciplinas de epistemologia à PCC, traz no documento curricular possibilidades quando aponta que um dos temas a ser trabalhado será "[...] [a] disciplina no contexto profissional" (UFG, 2015, p. 17). Porém, nas bibliografias indicadas, nenhuma delas, como veremos à frente, possibilita essa discussão. Aqui, faz-se necessário demarcar que em nenhum dos PPCs analisados, com ênfase nas disciplinas de epistemologia da Ciência Geográfica, é posto como horizonte essa conexão dos conteúdos trabalhados com a atuação prática dos futuros professores nem com o ensino de Geografia.

Já a UFMT se organiza de modo diferente para cumprir a legislação e para ofertar a PCC. Ela criou quatro disciplinas específicas para tal: *Projetos Educativos em Geografia Humana* (128h práticas), *Projetos Educativos em Geografia Física* (128h práticas), *Projetos Educativos em Cartografia* (128h práticas) e *Didática para o Ensino de Geografia* (48h teóricas e 16h práticas). No caso da disciplina de Projetos Educativos em Geografia Humana, um dos temas que devem ser trabalhados nela é a história do pensamento geográfico, o que sinaliza para uma integração dos conhecimentos mobilizados por essas disciplinas e a prática dos futuros professores. Com isso, fica claro que primeiro o discente deve aprender os conteúdos teóricos, específicos de sua área, e depois aprender como praticá-los em sua futura docência.

Esses apontamentos corroboram com Morais *et al.* (2020) quando indicam que as PCCs ainda carecem de maior clareza tanto na legislação como por parte dos professores formadores, e que, por isso, apresentam poucos avanços desde as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de 2002. Assim, esses autores afirmaram que "[...] o cenário das PCCs nos PPCs e no depoimento dos [professores] formadores indica pouquíssimos avanços em um campo fundamental para a construção do conhecimento pedagógico do conteúdo [...]" (p. 24).

Outra questão que também nos mobilizou na análise foi compreender quais autores e obras são indicados como bibliografia básica nesses PPCs nas disciplinas em tela. Pelos dados catalogados, percebe-se uma grande diversidade de indicações como sugestão de leitura para a formação de professores de Geografia, conforme traz a Tabela 1.

Tabela 1: Autores mais indicados nas disciplinas de epistemologia nos PPCs de Licenciatura em Geografia da Região Centro-Oeste, Brasil, 2022

Autores	UFG	UFMT	UFMS	UnB	Total	%
Milton Santos	1	2	2	0	5	16,7
Yves Lacoste	0	2	0	0	2	6,7
Ruy Moreira	0	0	2	0	2	6,7
Antônio Christofoletti (org.)	1	1	0	0	2	6,7
Paul Claval	1	0	0	1	2	6,7
Paulo César da Costa Gomes	1	1	0	0	2	6,7
Máximo Quaini	1	1	0	0	2	6,7
Antonio Carlos Robert de Moraes	0	1	1	0	2	6,7
Outros	1	3	4	3	11	36,7
TOTAL	**6**	**11**	**9**	**4**	**30**	**100**

Fonte: PPCs de Licenciatura em Geografia da UFG, UFMT, UFMS e UnB. Elaborada pelos autores, 2023.

É importante demarcar, mesmo com grande pulverização de autores indicados uma única vez (36,7%), que Milton Santos ocupa o primeiro lugar como aquele que mais recebeu indicações de leitura — com 5 do total de 30, equivalente a 16,7% — de suas obras na

bibliografia básica nas disciplinas analisadas. Ainda podemos destacar Yves Lacoste, Ruy Moreira, Antônio Christofoletti (org.), Paul Claval, Paulo César da Costa Gomes, Máximo Quaini e Antonio Carlos Robert de Moraes; todos eles tiveram duas obras indicadas, isto é, 6,7% do total de 30. Outro dado relevante diz respeito à quantidade de obras indicadas como básicas nessas disciplinas. Tem-se uma variação de quatro obras na UnB e 11 na UFMT.

Podemos aferir da Tabela 1 que temos como autores considerados relevantes e, por isso, indicados para as discussões de epistemologia nos cursos de licenciatura em Geografia, sobretudo aqueles vinculados às universidades da Região Sudeste e europeus. Em sua totalidade, homens ligados à Geografia crítica, pós-crítica e cultural. Demarcamos, ainda, que os autores mais indicados têm longa trajetória nesses debates; da mesma maneira, ajudaram na construção do movimento de renovação da Ciência Geográfica, tal como Milton Santos, Yves Lacoste e Ruy Moreira.

No Quadro 2, a seguir, catalogamos as obras mais indicadas nas referências básicas nessas disciplinas. Mais uma vez, tem-se uma grande diversidade de obras recomendadas como leitura básica nas disciplinas de epistemologia da Geografia nos cursos aqui analisados. De 30 obras sugeridas, 16 delas, 53,3%, apareceram apenas uma vez nesses PPCs. *Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*, de Milton Santos, aparece como o livro mais recomendado, com quatro indicações (13,3%). Ainda podemos destacar o livro de Yves Lacoste, *A Geografia — isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, com duas indicações (6,7%). Assim como as obras *Perspectivas da Geografia*, organizada por Antônio Christofoletti; *História da Geografia*, de Paul Claval; *Geografia e Modernidade*, de Paulo César da Costa Gomes, e

Geografia: pequena história crítica, de Antonio Carlos Robert de Moraes, que figuram por duas vezes entre as obrigatórias nas disciplinas de epistemologia da Geografia.

Quadro 2: Obras mais indicadas em Licenciatura em Geografia nas disciplinas de epistemologia da Região Centro-Oeste, Brasil, 2022

Obras	UFG	UFMT	UFMS	UnB	Total	%
SANTOS, Milton. Por Uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a Uma Geografia Crítica. 2. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 1980. 236p.	1	1	2	0	4	13,3
LACOSTE, Y. A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 2006.	0	2	0	0	2	6,7
CHRISTOFOLETTI, A. (org.). Perspectivas da geografia. 2. ed. São Paulo: Difel, 1985.	1	1	0	0	2	6,7
CLAVAL, Paul. História da geografia. Lisboa: Edições 70, 2007.	1	0	0	1	2	6,7
GOMES, Paulo César da Costa. Geografia e modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.	1	1	0	0	2	6,7
MORAES, A. C. R. Geografia: pequena história crítica. São Paulo: Annablume, 2007.	0	1	1	0	2	6,7
Outros	2	5	6	3	16	53,3
TOTAL	**6**	**11**	**9**	**4**	**30**	**100**

Fonte: PPCs de Licenciatura em Geografia da UFG, UFMT, UFMS e UnB. Elaborado pelos autores, 2023.

Entre todos os autores e obras mapeados nesta pesquisa, não há uma publicação que esteja diretamente relacionada ao ensino de Geografia ou à sua didática. Parte-se da ideia de que o importante é o ensino da epistemologia e da teoria da Geografia e que esse futuro professor, com base no saber específico de área, irá ser capaz de mobilizar seus conhecimentos adquiridos durante o curso para construir um conhecimento pedagógico dos conteúdos mobilizados nas disciplinas de epistemologia da Geografia. Tal evidência nos leva à associação de uma desarticulação curricular na formação inicial do

professor, bem como Santos e Souza (2017) apontaram em suas pesquisas.

No entanto, é oportuno destacar que não devemos operar com ideias apressadas. Quando analisamos esses dados, é importante evitar leituras aligeiradas para que não se estabeleça alguma relação de determinação entre o que está escrito no currículo e o que é vivenciado em cada disciplina na sala de aula. Entre o que está no currículo e o que se realiza, há uma grande distância, uma vez que o professor irá interpretar o currículo de acordo com sua realidade. Se ele possui autonomia para tal, como mostrou Sacristán (2013) — a qual é resultado de uma formação inicial sólida e integrada —, esse professor poderá estabelecer conexões com os sujeitos e com seu futuro espaço de atuação, a escola. Nesse sentido, o professor, no seu plano de aula, visando a uma formação articulada, pode fazer interpretações desse documento em seu plano de curso, abrindo espaço para abordagens que olham o ensino de Geografia como uma ferramenta capaz de integrar os conhecimentos de área e os didático-pedagógicos, mesmo nas disciplinas de epistemologia.

Nesse sentido, entre as obras citadas, a de Yves Lacoste — *A Geografia — isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra* — traz possibilidades de questionar o conhecimento geográfico pautando a formação do professor de Geografia e o ensino de Geografia. Essa obra, com 23 capítulos, levanta e possibilita — em, pelo menos, quatro deles — o questionamento das bases da formação do professor de Geografia, defendendo que tal formação deve objetivar a construção de sujeitos críticos e que o ensino de Geografia deve facultar que eles saibam agir no/sobre o espaço (político). Esses capítulos são: *Da geografia dos professores aos écrans da geografia do espetáculo*; *A geografia escolar que ignora toda prática teve, de*

início, a pátria; *A crise da geografia dos professores,* e *Ensinar a geografia*.

Lacoste (2012), ao tratar da Geografia dos professores e do espetáculo, afirmou que a Geografia dos professores se situa no nível da reprodução de elementos de conhecimento. Já quanto à produção de teses, assinala que as grandes teses da Geografia correspondem à produção de informações novas, mas sentencia que seus autores deveriam questionar os saberes produzidos, afirmando que vê "[...] seus trabalhos por excelência como um saber pelo saber e nem se pense em perguntar numa tese de geografia para o que, para quem todos esses conhecimentos acumulados poderiam servir (aos que estão no poder)" (p. 31). Em outra passagem, e fazendo uma crítica ao ensino de Geografia no contexto francês da década de 1970, ele afirmou que

> [...] ensinar geografia, dizia eu, não é coisa cômoda e, no entanto, essa disciplina não parece árdua: ela descreve paisagens, enumera nomes de lugares, e algumas cifras; na aparência, ela seria antes simplista e a tal ponto que, desde há decênios, pensa-se que se pode encarregar dela professores que não tiveram formação nesse domínio (Lacoste, 2012, p. 223).

Assim como nos disse Gomes (2022), os grandes geógrafos também se ocuparam de como ensinar Geografia. Lacoste (2012, p. 232) vai defender uma Geografia que não deixa o político fora do seu ensino, afirmando que é necessário fazer com que aqueles que

> [...] ensinam a geografia hoje tomem consciência de que saber pensar o espaço pode ser uma ferramenta para cada cidadão, não somente um meio de compreender melhor o mundo e seus conflitos, mas também a situação local na qual se encontra cada um de nós.

Esses apontamentos, com base em Lacoste (2012), mostram-nos que há possibilidades para uma articulação curricular entre os conhecimentos de área e aqueles necessários à atuação do professor

de Geografia no contexto escolar, mesmo quando o currículo legal não reserva lugar para tal. É necessário não achar natural que, porque a disciplina é de epistemologia ou de teoria, ela seja desvinculada de sua utilidade na prática dos futuros professores. Tais professores — quando a instituição que os forma escuta seus egressos — podem trazer inquietações daquilo que sua formação inicial não deu conta e tensionar a construção do currículo. Nesse sentido, o PPC da UnB justifica algumas alterações em seu quadro de disciplinas, assim como sua duração, a partir das observações emitidas por seus egressos. Esse documento pontua que

> [...] não são poucos os relatos de egressos que, na prática docente junto a instituições públicas e privadas de ensino fundamental e médio, constataram que vários assuntos atinentes ao temário previsto pela geografia escolar não haviam sido tratados durante a graduação. Logo, esses depoimentos chamaram-nos a atenção para a premência de certas reconsiderações (UnB, 2019, p. 11).

Esse fragmento, assim como outros já citados anteriormente, nos leva a afirmar que: primeiro, o currículo precisa ser aberto às disputas por espaço das demandas da sociedade, de grupos que compõem a universidade e a escola. Em segundo lugar, afirma-se que há uma desarticulação curricular na construção do conhecimento produzido nas disciplinas de epistemologia da Geografia. Afirma-se isso com base em ementas, autores e obras que não contemplam lugar para a produção de conhecimento sobre aquilo que nessas disciplinas se ensina e sua reconstrução no espaço de atuação dos futuros professores.

E, por fim, nos cursos analisados, o ensino de Geografia não tem lugar claro nas disciplinas de epistemologia da ciência geográfica. Ele fica a critério de cada professor, que pode ou não trazer à tona essa discussão durante suas aulas. Isso dependerá,

certamente, da trajetória da formação de cada docente. Se ele pesquisar ou tiver uma formação integrada e sólida na articulação curricular dos conhecimentos específicos de área e didático-pedagógicos, é mais possível que ele insira, em suas aulas, essas discussões.

Diante disso, observa-se que os autores que discutem a formação de professores, os conceitos e sua formação pelos futuros docentes e pelos escolares não são contemplados nessas ementas. Nem mesmo para se discutir a Geografia contemporânea, a qual as ementas que analisamos trazem, em seu bojo, como tema a ser estudado. Então, para além das obras e autores que estão expressos nesses documentos, também se observam ausências. Uma delas, dentre outras, é a de Lana Cavalcanti, que possibilitaria uma discussão dos conceitos e sua construção no ensino de Geografia, assim como poderia questionar as bases da epistemologia, a partir da Ciência Geográfica, que sustentam a prática docente na educação básica. Tais bases, segundo Cavalcanti (2011, 2019), ainda são sustentadas pelo empirismo.

Essa discussão possibilitaria, a partir do ensino de Geografia, questionar o ensino do fenômeno, do fato, isolado da realidade. Ao mesmo tempo, poder-se-ia pensar um ensino que colocasse o fato, o fenômeno no/s processo/s, com múltiplas conexões e determinações (naturais e/ou sociais). Nessa perspectiva, Cavalcanti (2011) nos alertou que

> [...] percebe-se em depoimentos de professores, ou em relatos de suas experiências, dificuldades em articular bem as escalas de apreensão do real, o que pode levar muitas vezes a uma retomada de um tipo de empirismo — ensinar a partir do local, do experimentado, do vivido, sem alterar a fundamentação epistemológica: a de que o conhecimento são as coisas, os fatos, os objetos, não os processos (p. 198).

A epistemologia e o ensino de Geografia, na licenciatura, podem caminhar juntos. Isso pode ser feito tanto nas disciplinas de epistemologia, possibilitando o ensino de Geografia pelas bases epistemológicas de nossa ciência, como nas disciplinas de ensino e de didática da Geografia, que podem possibilitar uma articulação dessas discussões com a epistemologia a partir de conceitos e categorias geográficas. Isso mostraria uma articulação entre os conhecimentos geográficos e os didático-pedagógicos na formação inicial de professores. É nesse sentido que compreendemos que as discussões apresentadas por Cavalcanti (2011, 2019) contribuem para esse tipo de formação.

Outra contribuição, a partir do ensino e da didática da Geografia, para a epistemologia da Geografia contemporânea é o conceito de pensamento geográfico defendido por Cavalcanti (2019). Tomando como base os pressupostos de Vigotski e as concepções da Geografia crítica, essa autora compreendeu por pensamento geográfico o desenvolvimento de capacidades psíquicas superiores que ocorrem de maneira contínua pelos sujeitos para

> [...] a formação de conceitos geográficos (cotidiano e científico: lugar, paisagem...) e no exercício articulado de raciocínios cognitivos genéricos (memorização, análise, síntese) e mais específicos para a Geografia (observação, comparação, conexão, descrição), que são representados/apresentados de diferentes maneiras, articulados em diversas partes... (Cavalcanti, 2019, p. 96).

Diante disso, afirmamos que a formação do pensamento geográfico se pauta no percurso histórico e social da constituição da Geografia enquanto ciência, embasada nos métodos, nas teorias, nas categorias e nos conceitos geográficos. Esse arcabouço teórico-metodológico orienta maneiras de se pensar as práticas sociais desenvolvidas na produção dos espaços geográficos. Esse entendimento, a partir das bases teóricas e epistemológicas da

Geografia, possibilitaria aos escolares recortar e interpretar a realidade, de maneira mais lúcida, praticando e desenvolvendo seu pensamento geográfico.

Essas contribuições poderiam auxiliar na superação de práticas transmissivas e reprodutivas, fortemente arraigadas no empirismo, "[...] que não apenas comprometem a relevância epistemológica da Geografia como também inibem sua relevância social" (Cavalcanti, 2019, p. 99). Compreendemos, desse modo, que as disciplinas de História do Pensamento Geográfico e de Epistemologia da Geografia podem ter papel decisivo na inserção dessas discussões na formação de professores, articulando epistemologia e ensino de Geografia.

Considerações finais

No âmbito das disciplinas de epistemologia da Ciência Geográfica, nos cursos de licenciatura em Geografia da Região Centro-Oeste, pode-se considerar que não há consensos acerca da nomenclatura das disciplinas. Também não há concordância na carga horária reservada para cada uma delas, nem quantidade de disciplinas para discussão da construção da Geografia enquanto ciência, tampouco em que período deve se ofertar esse componente curricular. O consenso que surge, nesses documentos analisados, é que não foi reservada carga horária, nessas disciplinas, para a PCC.

Quanto aos autores indicados nos PPCs das disciplinas de epistemologia das universidades analisadas, assim como as referências básicas para a formação dos professores, não assinalam para uma discussão dos conhecimentos epistemológicos de maneira mais integrada, em que se busque a articulação dos conhecimentos

de área e os didático-pedagógicos. Isso reduz a possibilidade de que esse futuro professor possa encontrar sentidos, nos conteúdos trabalhados nessas disciplinas, para a sua atuação profissional na escola da educação básica. Fica claro, nesses documentos, que primeiro se deve aprender os conhecimentos específicos de área e depois, com outro professor e em outras disciplinas, deve-se articular tais conhecimentos.

Ainda percebemos que a possibilidade para a construção da articulação do conhecimento — nas disciplinas de epistemologia, para além do conhecimento epistemológico por ele mesmo — fica a critério de cada professor, que, no gozo de sua autonomia, pode incluir, no seu plano de curso, textos e momentos para se pensar na construção de conhecimentos que conectem o que se aprende nelas e como se faz uso no cotidiano de espaços escolares.

Percebeu-se, por fim, que há uma diversidade de tensionamentos no sentido de cumprir as legislações sobre a formação inicial do professor. Sobretudo, no que tange à PCC, que algumas universidades, como a UFG, vão distribuir as 400 horas durante todo o curso. Mesmo que essa instituição entenda que as disciplinas de epistemologia da Geografia não devem ter lugar para a prática como um componente curricular. Já a UFMT vai compreender que a melhor maneira de cumprir essa legislação é criando quatro disciplinas e distribuindo, nelas, essas 400 horas. Ressalta-se, assim, que a PCC tem potencialidade para possibilitar uma formação mais integrada no âmbito da teoria e da prática.

Referências

CAVALCANTI, Lana de Souza. *Ensinar geografia para a autonomia do pensamento*: o desafio de superar dualismos pelo pensamento teórico crítico. Revista da ANPEGE, v. 7, n. 1, número especial, p. 193-203, out. 2011. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6563. Acesso em: 24 jul. 2024.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *Pensar pela Geografia*: ensino e relevância social. Goiânia: C&A Alfa Comunicações, 2019.

GOMES, Paulo César da Costa. Um lugar para a geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. *In*: MENDONÇA, Francisco *et al*. *Espaço e tempo*: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN), 2009. p. 13-30.

GOMES, Paulo César da Costa. *A epistemologia da geografia para formação de sujeitos críticos* (mesa de abertura). *In*: XI Fórum Nacional NEPEG, em 4 set. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/results?search_query=canal+nepeg. Acesso em: 14 set. 2022.

KHOULE, Anna Maria Kovacs; OLIVEIRA, Karla Annyelly Teixeira de. Contribuições epistemológicas e teóricas para a formação do pensamento geográfico no ensino. *In*: ALVES, Adriana Olivia; KHOULE, Anna Maria Kovacs (org.). *A geografia no cenário das políticas públicas educacionais*. Goiânia: C&A Alfa e Comunicação, 2017.

LACOSTE, Yves. *A geografia* — isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Trad.: Maria Cecília França. 19. ed. Campinas: Papirus, 2012.

MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de origem (1870-1930). *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. *Geografia*: conceitos e temas. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. Página inicial-final.

MORAIS, Eliana Marta Barbosa de; RICHTER, Denis; ASCENÇÃO, Valéria de Oliveira Roque. Formação de professores de geografia no Brasil: tópicos em discussão. *In*: MORAIS, E. M. B. de; RICHTER, D. (org.). *Formação de professores de geografia no Brasil*. Goiânia: C&A Alfa Comunicações, 2020. p. 13-48.

PEREIRA, Carolina Machado Rocha Bush; OLIVEIRA, Suzana Ribeiro Lima. A pesquisa na formação docente em geografia e a relação teoria e prática. *In*: MORAIS, E. M. B. de; RICHTER, D. (org.). *Formação de professores de geografia no Brasil*. Goiânia: C&A Alfa Comunicações, 2020. p. 13-48.

SACRISTÁN, José Gimeno (org.). *Saberes e incertezas sobre o currículo*. Trad.: Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Penso, 2013.

SACRISTÁN, José Gimeno. *O currículo*: uma reflexão sobre a prática. Trad.: Ernani F. da Fonseca Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2017.

SANTOS, Robson Alves dos; SOUZA, Vanilton Camilo de. Articulação curricular entre conhecimentos específicos e pedagógicos na formação do professor de geografia. *In*: CAVALCANTI, Lana de Souza; PIRES, Lucineide Mendes; SOUZA, Vanilton Camilo de (org.). *Currículo e ensino de geografia*: apontamentos para a formação de professores no contexto ibero-americano. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2017.

SHULMAN, Lee S. Conocimiento y enseñanza: fundamentos de la nueva reforma. *Revista de currículum y formación del professorado*, cidade? n. 9, v. 2, Universidad de Granada, 2005. Disponível em: http://www.ugr.es/~recfpro/rev92ART1.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Projeto Pedagógico de Curso*, Licenciatura em Geografia, 2019. Documento enviado por e-mail por uma professora do curso em 12 set. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADO. *Projeto Pedagógico de Curso*, Licenciatura em Geografia, 2016. Documento enviado por e-mail por uma professora do curso em 30 ago. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. *Projeto Pedagógico de Curso*, Licenciatura em Geografia, 2015. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/51/o/PPC_Geografia_2015__Licenciatura_IESA_UFG_-_atualizado_07maio2019.pdf. Acesso em: 10 ago. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL. *Projeto Pedagógico de Curso*, Licenciatura em Geografia, 2021(?). Documento enviado por e-mail por um professor do curso em 16 set. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO. *Projeto Pedagógico de Curso*, Licenciatura em Geografia, 2019. Disponível: https://sistemas.ufmt.br/ufmt.ppc/PlanoPedagogico/Download/234. Acesso em: 20 set. 2022.

Submetido em: 08 de abril de 2024
Devolvido para revisão em: 22 de julho de 2024
Aprovado em: 1º de agosto de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3424

Como citar:
SILVA, L. D.; SOUZA, V. C. de. EPISTEMOLOGIA DA GEOGRAFIA: ARTICULAÇÃO ENTRE OS CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS E OS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS NA FORMAÇÃO DOCENTE. **Terra Livre**, São Paulo, ano 39, v.1, n.62, jan.-jun. 2024, p. 797-826. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3424. Acesso em: dia/mês/ano.

O CERRADO NO CONTEXTO DA VEGETAÇÃO BRASILEIRA: CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

THE CERRADO IN THE CONTEXT OF BRAZILIAN VEGETATION: CONTRIBUTIONS TO THE TEACHING OF GEOGRAPHY IN BASIC EDUCATION

LE CERRADO AU CONTEXTE DE LA VEGETATION BRESILIENNE: DES CONTRIBUTIONS A L'ENSEIGNEMENT DE GEOGRAPHIE DANS L'ECOLE PRIMAIRE

Clara Lúcia Francisca de Souza
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (PPGeo/IESA/UFG)
E-mail: claretoile@gmail.com

Eliana Marta Barbosa de Morais
Professora do Instituto de Estudos Socioambientais e do Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Goiás (PPGeo/IESA/UFG)
E-mail: eliana@ufg.br

Resumo:
Este texto apresenta uma reflexão sobre a relação entre o componente físico-natural vegetação e seu ensino na Educação Básica em escolas situadas no domínio morfoclimático do Cerrado. A partir de discussões assentadas na concepção de diversidade vegetacional, objetiva evidenciar a importância de encaminhar o ensino desse componente considerando problemáticas situadas no cotidiano dos estudantes. Como metodologia de pesquisa assentada em abordagem qualitativa, realizou-se levantamento bibliográfico, análise de currículo e de livros didáticos de Geografia, bem como entrevistas com professoras de Geografia que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental. Conclui-se que a vegetação precisa ser abordada de forma interligada aos demais componentes físico-naturais do espaço geográfico; que essa perspectiva deve fundamentar as aulas de Geografia; e que seu ensino deve ser encaminhado a partir do cotidiano dos estudantes. Buscando reconhecer a importância de sua análise para a compreensão do espaço geográfico e, consequentemente, do seu significado para o desenvolvimento do pensamento geográfico dos estudantes.

Palavras-chave: Ensino de Geografia, Vegetação, Cerrado, Componentes físico-naturais.

Abstract:
This text presents a reflection on the relationship between the physical-natural component vegetation and its teaching in Basic Education in schools located in the morphoclimatic domain of the Cerrado. From the discussions based on the concept of vegetational diversity, it aims to highlight the importance of teaching this component taking into account problems situated in students' daily lives. As a research methodology based on a qualitative approach, a bibliographical survey was carried out, analysis of the curriculum and geography textbooks, as well as interviews with geography female teachers who work in the final years of elementary school. It is concluded that the vegetation needs to be approached in an interconnected way with the other physical-natural components of the geographical space; that this perspective must underpin Geography classes; and that its teaching must be referred from the students' daily lives. Seeking to recognize the importance of its analysis for understanding geographical space and, consequently, its significance for the development of students' geographical thinking.
Keywords: Geography teaching, vegetation, Cerrado, Physical-natural components.

Résumé:
Ce texte présente une réflexion sur la relation entre la composante physique-naturelle de la végétation et son enseignement dans l'Éducation de Base dans les écoles situées dans le domaine morphoclimatique du Cerrado. On s'appuyant sur des discussions autour du concept de diversité végétale, l'article vise à souligner l'importance d'enseigner cette composante en considerant des problématiques de la vie quotidienne des élèves. Comme méthodologie de recherche basée sur une approche qualitative, on a fait une enquête bibliographique, une analyse des programmes scolaires et des manuels de géographie, ainsi que des entretiens avec des professeurs de géographie qui travaillent dans les dernières années de l'école primaire. Il est conclu que la végétation doit être abordée d'une manière qui soit interconnectée avec les autres composantes physiques et naturelles de l'espace géographique; qu'il faudrait être dans les cours de Géographie; et que son enseignement doit être guidé à partir de la vie quotidienne des étudiants. En reconnaissant l'importance de son analyse pour la compréhension de l'espace géographique et, par conséquent, sa signification pour le développement de la pensée géographique chez les étudiants.
Mots-clés: Enseignement de Géographie, Végétation, Cerrado, Composantes physique-naturelles.

Introdução

A vegetação, um importante componente físico-natural do espaço geográfico, é frequentemente endossada no debate político, nos meios de comunicação, nas instituições escolares e na sociedade civil, de uma forma geral. Embora referendada, verificamos uma discussão ainda incipiente acerca desse componente nas unidades escolares, em especial, no ensino de Geografia, sobretudo, quando correlacionada ao cotidiano de estudantes e professores.

Na Educação Básica, outras disciplinas também encaminham o processo de ensino e aprendizagem tendo como referência a vegetação, a exemplo de Ciências e Biologia. Todavia, há de se ter clareza das especificidades do trabalho com esse componente no ensino de Geografia, visto que não é o conteúdo que diferencia tais disciplinas, e sim a maneira como é empreendida sua análise.

Na Geografia, não se objetiva compreender a vegetação de maneira isolada, como um organismo, no qual estudam-se suas especificidades, como a flor, a folha, o fruto, o caule e a raiz, por exemplo, mas integrada aos demais componentes físico-naturais do espaço geográfico. A concepção de componente físico-natural evidenciada por Morais e Ascenção (2021) se baseia na ideia de compor em sua individualidade, integrar e interagir a parte e o todo. Assim, como o solo, o relevo, o clima, a hidrografia, na perspectiva de, ao mesmo tempo, em que se observa essa integração, busca compreender como a sociedade se apropria desse componente e as consequências advindas desse processo.

Nesse sentido, questões como características da vegetação, concebidas a partir de diferentes domínios, dialogam com o processo de uso e ocupação do espaço geográfico, nos auxiliando a

compreender questões postas a essa temática no contexto da sociedade atual, a exemplo dos impactos ambientais advindos do desmatamento ou das queimadas.

Neste texto discutimos a classificação da vegetação brasileira realizada por diversos naturalistas e enfatizamos as contribuições de Ab'Sáber (2003), conforme o conceito de domínio morfoclimático, com o intuito de compreender o papel desempenhado pela vegetação em conjunto com os demais componentes para a análise e compreensão do espaço geográfico.

A partir dos estudos realizados no território brasileiro Ab'Sáber (2003) identifica seis domínios morfoclimáticos e uma área de transição, quais sejam: Amazônico, Araucárias, Caatingas, Cerrado, Mares de Morros e Pradarias, além das Faixas de Transição, como mencionado. Em virtude de estarmos situados no domínio morfoclimático do Cerrado, ressaltamos a importância de aprofundar o estudo sobre este domínio, levando em consideração, assim como fizeram Morais e Ascenção (2021), a integração entre componentes físico-naturais e sociais.

A análise empreendida é realizada pautando-se na perspectiva de que a vegetação se configura como um dos componentes físico-naturais vulneráveis às ações sociais, pois, com os desmatamentos, por exemplo, ela pode perder sua composição e estruturas originais, afetar a dinâmica dos demais componentes físico-naturais do espaço geográfico, bem como comprometer a qualidade de vida da sociedade, em especial da população de menor poder aquisitivo, visto ser a parcela que está comumente mais sujeitas às consequências advindas dos impactos ambientais, como as inundações.

Assim, considerando a importância de compreender essa temática procurou-se investigar a forma como a vegetação tem sido tratada na Geografia Escolar, com destaque para o trabalho desenvolvido em escolas situadas no domínio morfoclimático do Cerrado. Procurou-se, nessa investigação, compreender se a abordagem dada a esse componente na sala de aula considera o cotidiano dos estudantes e se potencializa a construção de conhecimentos voltados ao desenvolvimento do pensamento geográfico.

Assentada em metodologia de pesquisa do tipo qualitativa, realizou-se levantamento bibliográfico sobre vegetação, análises do Currículo da Rede Estadual de Educação (REE) de Goiás e de livros didáticos de Geografia dos anos finais do Ensino Fundamental, além de entrevistas com professores de Geografia que atuam nessa rede.

Com a finalidade de apresentar as análises empreendidas, organizou-se este texto em duas partes. Na primeira, denominada "A vegetação no contexto do desenvolvimento do pensamento geográfico", a discussão centra-se na classificação da vegetação em diferentes âmbitos escalares, com destaque para o domínio morfoclimático do Cerrado. Essa discussão é apresentada com o intuito de evidenciar a diversidade da vegetação do "Cerrado", muitas vezes apresentada genericamente como uma vegetação uniforme com árvores de pequeno porte, formada por troncos retorcidos e folhas ásperas. E, portanto, distante do cotidiano de muitos estudantes que embora residam e estudem nessas áreas, o que veem na paisagem pode se diferenciar dessa imagem retratada em diferentes meios.

Na segunda seção, intitulada "A vegetação e o Cerrado no ensino de Geografia", a reflexão incide sobre a maneira como a

vegetação do Cerrado tem sido abordada na Geografia Escolar. Nesta seção, busca-se destacar que apresentar a diversidade da vegetação do Cerrado para os estudantes, embora necessário, é insuficiente para que eles construam seus próprios conhecimentos. Isto posto, permeia o debate a necessidade de problematizar temáticas associadas à vegetação a partir de contextos vivenciados pelos estudantes para que a aprendizagem voltada ao desenvolvimento do pensamento geográfico seja de fato efetivada.

A vegetação no contexto do desenvolvimento do pensamento geográfico

Inicia-se este texto afirmando, assim como já o fizeram diversos autores, que o conteúdo concebido de forma isolada não garante a aprendizagem dos estudantes. Para que a aprendizagem seja favorecida, há a necessidade de uma abordagem assentada no conhecimento pedagógico do conteúdo, conforme pontua (Shulman, 2014). Para esse autor, é preciso, também saber como ensinar. De igual maneira, Libâneo (2002) aponta que, se ao ensinarmos estamos ensinando um conteúdo pedagogicamente tratado, sem o conteúdo ou sem o conhecimento pedagógico-didático, essa amálgama responsável pela aprendizagem não se efetiva. Fortalece-se, dessa maneira, a acepção de que embora o conteúdo por si só não represente a aprendizagem, ele é essencial para que esta se efetive.

Nesse sentido, busca-se discutir como encaminhar o ensino de Geografia tendo como referência problemáticas que perpassem o trabalho com a vegetação. Embora o foco esteja associado a este componente, não se pode perder de vista a integração que há entre os diversos componentes físico-naturais e sociais do espaço geográfico. Para encaminhar o ensino que vise discutir a ocorrência

de processos erosivos na Educação Básica, por exemplo, precisamos mobilizar a integração entre diferentes componentes e o processo de uso e ocupação do solo. Isto se deve ao fato de que a retirada da vegetação, associada ao uso do solo, se constitui num dos fatores responsáveis pela ocorrência de processos erosivos laminares (lençol) ou lineares (sulcos, ravinas ou voçorocas) tanto em áreas urbanas quanto em áreas rurais. Portanto, os processos erosivos podem ser evitados com a presença da vegetação, pois ela ameniza o impacto das gotas d'água da chuva no solo, ao mesmo tempo em que diminui o escoamento superficial, aumentando a taxa de infiltração d'água no solo.

Outro problema acarretado ou intensificado pela falta da vegetação é a inundação, por exemplo. As inundações decorrem das águas acumuladas na planície de inundação. Por mais que estas áreas sejam suscetíveis a este evento, eles podem ser intensificados pelos desmatamentos, que somados as obras de engenharia civil, como calçadas, asfaltos e construção civil de uma forma em geral, dificultam os espaços de infiltração d'água no solo, favorecendo e intensificando o escoamento.

Outra situação correlacionada à vegetação, que cabe destacarmos aqui, circunscreve ao avanço do agronegócio que vem impulsionando a supressão da vegetação original, principalmente no domínio do Cerrado, desencadeando problemas ambientais e territoriais evidentes em diferentes escalaridades, especialmente, no cotidiano dos povos e comunidades tradicionais. A vegetação do Cerrado gera renda a esses povos e comunidades a partir da coleta de frutos e de materiais para a confecção de artesanatos, por exemplo, além de proporcionar uma relação de pertencimento e

fortalecer a criação de identidade, o que garante, consequentemente, a manutenção da biodiversidade.

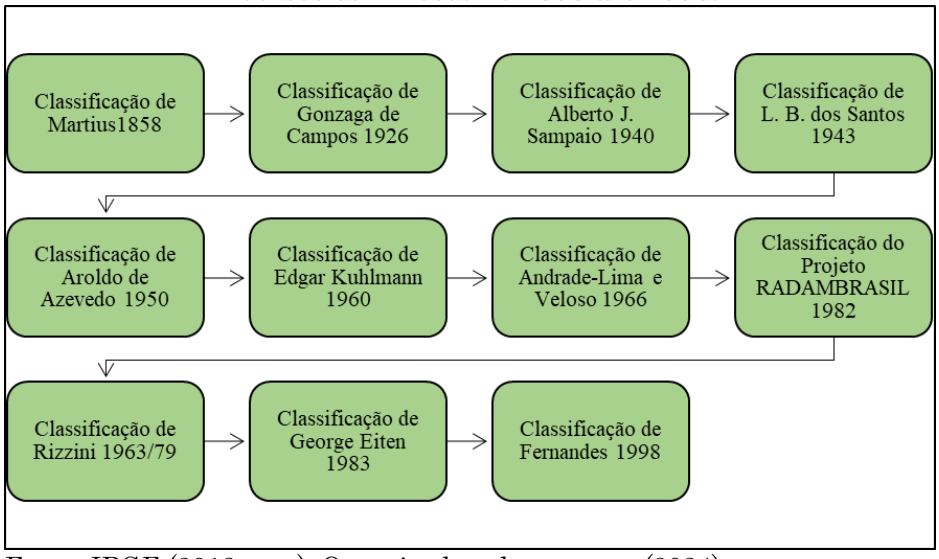
Ainda que quiséssemos, não conseguiríamos pontuar neste texto todas as problemáticas que envolvem a ausência da vegetação. Nesse sentido, o que fizemos foi exemplificar algumas situações que podem ser problematizadas nas escolas. Para além das questões postas, a vegetação ajuda na purificação do ar, contribui para o balanço hídrico do solo, ameniza o impacto da chuva, diminui a poluição atmosférica e sonora, conserva o solo, regula o ciclo da água, entre outros, evidenciando a importância de abordar esse componente físico-natural associado aos demais componentes nas aulas de Geografia da Educação Básica.

Isto posto, o termo vegetação, usualmente utilizado na Geografia, pode ser entendido como um conjunto de plantas que habitam um determinado lugar. Configura-se, portanto, como resultado da inter-relação entre componentes físico-naturais como as estabelecidas entre os tipos de rochas e solos, características do relevo e as condições climáticas de uma dada localidade. Desse modo, entende-se que os componentes físico-naturais estão interligados e como resultado tem-se a fisionomia da vegetação que se desenvolve em uma dada localidade, apresentando um aspecto fitofisionômico característico, conforme as regiões do planeta.

A cobertura vegetal da Terra, de acordo com o IBGE (2012), sempre chamou a atenção da humanidade e, desde a época de Aristóteles (384-322 a.C.) e seus seguidores, vem sendo objeto de investigação. O estudo sobre a vegetação teve grande repercussão na Idade Média, e, posteriormente, com o avanço das expedições europeias nos séculos XV e XVI, ampliou-se a compreensão acerca da diversidade desse componente no planeta.

De acordo com o IBGE (2012), o estudo da vegetação começou a se desenvolver com maior velocidade, após a publicação do livro de Humboldt, em 1808, sobre aspectos da natureza. Humboldt é considerado o pai da Fitogeografia a partir de seu artigo sobre fisionomia dos vegetais, de 1806. A publicação de inúmeras obras de Humboldt influenciou muitos naturalistas e levou à formação de novas gerações de estudiosos do campo da Geografia Física, Botânica e outros. As novas gerações de naturalistas, seguidoras de Humboldt, procuraram categorizar a vegetação, e estas classificações se sobressaíram em âmbito universal, continental e também nas regiões brasileiras (Figura 1).

Figura 1 : Classificações da vegetação brasileira realizada por diversos estudiosos de 1858 até 1998.



Fonte: IBGE (2012, n.p.). Organizado pelas autoras (2024).

Conforme demonstrado na Figura 1, para o Brasil foram elaboradas 11 classificações. A primeira, definida por Martius (1858), apresentou uma classificação assentada em cinco regiões florísticas: *Nayades* (Flora Amazônica), *Hamadryades* (Flora Nordestina),

Oreades (Flora do Centro-Oeste), *Dryades* (Flora da Costa Atlântica) e *Napeias* (Flora Subtropical). A de Campos (1926) foi assentada no caráter fisionômico-estrutural e próxima a divisão florística de Martius com três regiões florestais (Equatorial, Atlântica e Interiorana) e duas campestres (campos e caatingas). Sampaio (1940), ao empregar terminologia regionalista com feições florísticas, definiu a vegetação brasileira como Flora Amazônica ou Hileia Brasileira e Flora Geral ou Extra-Amazônica (IBGE, 2012).

Santos (1943) apresentou uma divisão fitogeográfica fisionômica, seguida de uma terminologia regionalista. Azevedo (1950) aplicou em São Paulo a mesma classificação de Santos (1943). Kuhlmann (1953) sugeriu uma nova divisão fitogeográfica brasileira, fundamentada em conceitos climatoestruturais e em terminologias regionais (IGBE, 2012).

Andrade-Lima (1966) e Veloso (1982) resgataram o termo *formação* para dividir os grupos maiores da vegetação e empregaram uma terminologia para a estrutura ecológica nas subdivisões florestais, seguida da terminologia regionalista para as subdivisões não florestais.

O Projeto RADAMBRASIL (1982) apresentou uma classificação fitogeográfica fundamentada em Ellenberg e Mueller-Dombois (1967). Rizzini (1963 *apud* IBGE, 2012) definiu a classificação da vegetação brasileira em: Floresta Amazônica; Floresta Atlântica; Complexo do Brasil Central; Complexo da Caatinga; Complexo do Meio Norte; Complexo do Pantanal; Complexo da Restinga (todo o litoral); Complexo do Pinheiral; Campos do Alto Rio Branco; e Campos da Planície Rio-Grandense. Em 1979, conforme o IBGE (2012), o mesmo naturalista modificou a classificação anterior, acrescentando o caráter fisionômico das

formações e categorizando a vegetação brasileira em duas classes de formação, cinco séries de formação e 32 formações.

O botânico Eiten (1983) utilizou uma nova classificação da vegetação brasileira. Nela constam 24 itens principais, subdivididos de modo regionalista e bastante detalhado. Ele ordenou a sua classificação em tipos florestais, em número de três; tipos não florestais, em número de sete; e ocorrências locais ou restritas a áreas específicas do país, em número de quatorze. Fernandes (1998) apresentou um sistema de classificação da vegetação brasileira considerando a fitofisionomia da vegetação com relação ao porte e à influência climática/edáfica (IBGE, 2012).

Em 1992 o IBGE lançou o *Manual Técnico da Vegetação Brasileira*. Em 2012, publicou a segunda edição revisada desse manual. Trata-se da mais atual classificação, adaptada a um sistema universal.

No Brasil, não há uma unanimidade entre os autores para se referirem às classificações da vegetação brasileira. Oliveira (2014, p. 313) apontou a seguinte relação entre conceito e autor: *"província vegetacional* (Eiten, 1993), *sistema biogeográfico* (Barbosa, 1996), *domínio fitogeográfico* (Ab'Saber, 1971), *bioma* (Dias, 1993; Alho, 1993; Alho; Martins, 1995; Ribeiro; Walter, 1998) e, ainda, *região fitoecológica* (Magnago; Silva; Fonzar, 1983)".

Uma vez que tratar sobre vegetação na Geografia implica realizar análises que visam compreender o espaço geográfico, consideramos importante mobilizar o conceito de Domínio, na perspectiva de abranger uma vasta área com características similares, que pode ter em sua composição espécies características de diferentes domínios, porém com a predominância de um destes. Considerar a ideia de domínio permite tratar a perspectiva da

distribuição espacial, que acrescida da análise acerca dos sistemas de objetos e sistemas de ações, conforme defendido por Santos (1996), nos possibilita avançar frente à compreensão do espaço geográfico.

A par dessa consideração, utilizaremos, para a análise da vegetação brasileira, o conceito de domínios morfoclimáticos de Ab´Sáber (2003), e para as investigações que envolvem a relação entre o cotidiano e esse componente físico-natural, tendo o Estado de Goiás como referência, mobilizaremos a especificidade dada por esse autor ao domínio morfoclimático do Cerrado.

Conforme Oliveira (2014), de acordo com a classificação adotada para os tipos de vegetação e de fitofisionomia do Cerrado, tem-se diferentes denominações. Por exemplo, Eiten (1979) utiliza os termos Cerradão, Cerrado (sentido restrito), Campo cerrado, Campo sujo e Campo limpo. Já o (IBGE 2012, citado por Oliveira, 2014), correlaciona as denominações com as nomenclaturas típicas do Cerrado: a savana arbórea densa, *grosso modo*, equivale ao cerradão; a savana arbórea é equivalente ao Cerrado *stricto sensu* e ao campo cerrado; a savana parque é o campo sujo de Cerrado; e a savana gramíneo-lenhosa equivale ao campo limpo de Cerrado.

Ab'Sáber (1983) apresenta os cerrados e cerradões, que estão presentes nos interflúvios e vertentes suaves dos diferentes tipos de planaltos regionais; as faixas de campos limpos ou campestres e florestas galerias, que permanecem ligadas ao fundo aluvial dos vales de porte médio a grande; a vegetação ciliar, presente nos sulcos das cabeceiras dendritificadas das sub-bacias hidrográficas; e as veredas, identificadas nos corredores herbáceos nos dois bordos da galeria florestal.

Para Ribeiro e Walter (2008), a fisionomia (categoria de análise visual) refere-se às formas de crescimento (árvores, arbustos

e herbáceas) e às mudanças estacionais (sempre verde, semidecídua e decídua) dominantes na vegetação. A estrutura é diferenciada, pois depende da disposição, da organização e do arranjo dos indivíduos na comunidade, tanto em altura (estrutura vertical) quanto em densidade (estrutura horizontal). Outro termo utilizado é fitofisionomia, o qual considera o ambiente e a composição florística como critérios de classificação (Ribeiro; Walter, 2008).

A figura 2 apresenta o comparativo entre as nomenclaturas do IBGE (2012), de Ribeiro e Walter (2008) e Ab' Sáber (1983).

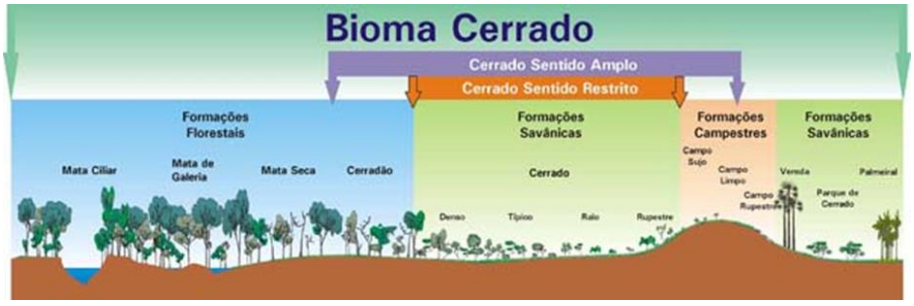
Figura 2 : Adequação do sistema de classificação das fitofisionomias do Cerrado de Ribeiro e Walter (2008), Sistema Fitogeográfico Brasileiro IBGE (2012) e Domínios dos Cerrados Ab'Sáber (1983).

DOMÍNIOS DOS CERRADOS AB'SABER (1983)	FITOFISIONOMIAS DO CERRADO RIBEIRO E WALTER (2008)		CLASSIFICAÇÃO DA VEGETAÇÃO BRASILEIRA IBGE (2012)		
ESCALA PAISAGÍSTICA	FORMAÇÃO	TIPOS / SUBTIPOS	TIPO DE VEGETAÇÃO	CLASSE DE FORMAÇÃO	SUBFORMAÇÃO
Campos limpos ou campestres	CAMPESTRE	Campo limpo seco Campo limpo úmido Campo sujo seco Campo sujo úmido Campo sujo com murundus Campo rupestre	CAMPESTRE	Savana Gramíneo-lenhosa	Campo limpo sem Floresta Galeria Campo limpo com Floresta Galeria
				Savana Parque	Campo sujo Campo sujo com Floresta Galeria Campo de Murundus (covoal)
Cerrados Vereda	SAVÂNICA	Cerrado SR/Denso Cerrado SR/Típico Cerrado SR/Ralo Cerrado SR/Rupestre Parque de Cerrado Palmeiral/Macaubal Palmeiral/Guerobal Palmeiral/Buritizal Palmeiral/Babaçual Vereda		Savana Arborizada	Cerrado denso Cerrado típico Campo cerrado
				Savana Parque	Campo rupestre
				Vegetação com influência fluvial	Palmeiral (Herbácea com palmeiras)
Cerradão Floresta galeria Vegetação ciliar	FLORESTAL	Cerradão Mata Galeria Inundável Mata Galeria Não Inundável Mata Ciliar Semidecídua Mata Seca Sempreverde Mata Seca Semidecídua Mata Seca Decídua	FLORESTAL	Savana Florestada	Cerradão
				Floresta Estacional	Sempreverde Inundável Sempreverde Aluvial Semidecídua Aluvial Sempreverde Semidecídua Decídua

Fonte: Valeriano (2016, p. 24). Adaptado pelas autoras, 2024.

No contexto geral, conforme a figura 2, que apresenta as três classificações Ab' Sáber (1983), Ribeiro e Walter (2008) e IBGE (2012), o objetivo não é adotar uma única escala, pois na escola a referência é trabalhar a multiescalaridade. Isto posto, as três classificações se completam, numa perspectiva de se pensar um diálogo entre local e o global. Pois, elas trabalham diferentes níveis de escala. Dessa forma, o trabalho realizado na escola com os estudantes, considerando que o cotidiano é um elemento importante desse processo e que esse cotidiano embora tem uma relação local e global, será expresso na paisagem a partir dos diferentes tipos de fitofisionomias do Cerrado, figura 3. Nessa perspectiva, a classificação adotada é de Ribeiro e Walter (2008), mas, não desconsideramos as outras classificações para pensar na espacialidade do Cerrado dentro do território nacional. Consideramos a escala paisagística de Ab' Sáber (1983) para entender não a vegetação pela vegetação, mas a vegetação com os demais componentes físico-naturais do espaço geográfico.

Figura 3 : Fitofisionomias do Cerrado, 2008.



Fonte: Ribeiro e Walter (2008, p. 165).

A classificação da fitofisionomia do Cerrado, apresentada na Figura 3, indica as formações florestais, savânicas e campestres. As formações florestais (Figuras 4, 5, 6 e 7) são compostas por: mata

ciliar – acompanha os rios de médio e grande porte, com predomínio de árvores eretas de 20 a 25 metros de altura; mata de galeria – estende-se nos rios de pequeno porte e localiza-se nos fundos de vales ou nas cabeceiras de drenagem, com estrato arbóreo de 20 a 30 metros de altura (é característico desse tipo de mata o encontro do dossel arbóreo da vegetação que está presente nas duas margens dos cursos d'água); matas secas – não possuem associação com cursos de água e ocorrem em locais com mais nutrientes, as árvores podem alcançar de 15 a 25 metros de altura; Cerradão – a vegetação apresenta folhas duras e ásperas, caules retorcidos e permite entrada de luz, com estrato arbóreo cuja altura pode ser de 8 a 15 metros.

Figuras 4, 5, 6 e 7: (4) Mata Ciliar, (5) Mata de Galeria, (6) Mata Seca, (7) Cerradão (vista aérea, Januária-BA).

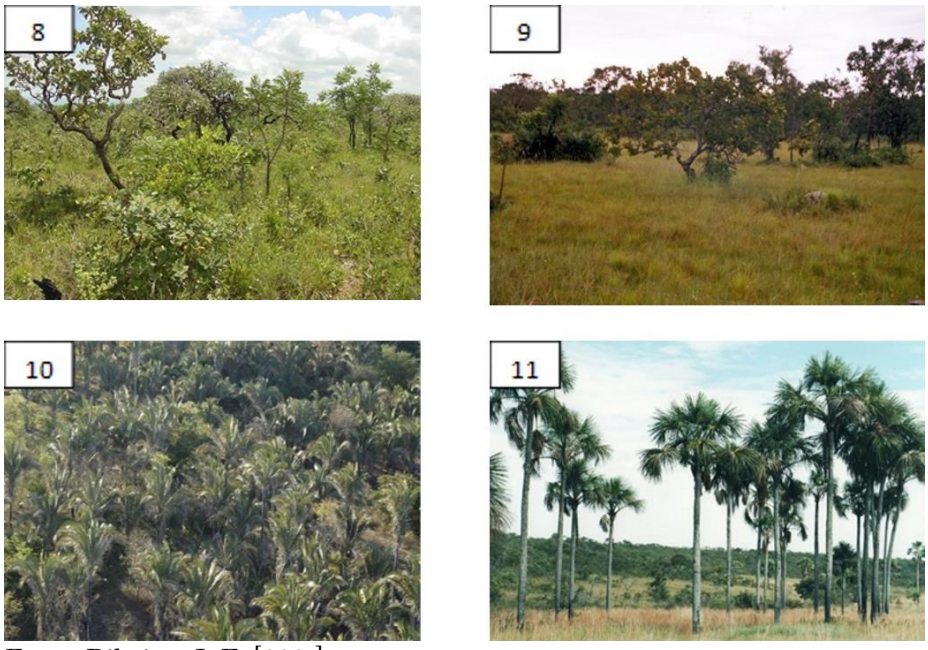


Fotos: Ribeiro, J. F. [200-].

As formações savânicas (Figuras 8, 9, 10 e 11) são constituídas por: Cerrado sentido restrito – presença de árvores baixas, inclinadas, tortuosas, com ramificações irregulares e retorcidas;

parque de Cerrado – caracterizado pela presença de árvores agrupadas nas pequenas elevações do terreno, conhecidos como murundus ou monchões; palmeiral – em que predomina uma única espécie de palmeira arbórea, como guerobal, babaçual e buritizal; vereda – agrupamentos mais ou menos densos de espécies arbustivo-herbáceas e presença de buritis (sem formar dossel como no buritizal).

Figuras 8, 9, 10 e 11: (8) Cerrado Típico, (9) Parque de Cerrado, (10) Palmeirais (Babaçu), (11) Vereda.



Fotos: Ribeiro, J. F. [200-].

As formações campestres (Figuras 12, 13 e 14) são compostas por: campo sujo – arbustos e subarbustos esparsos (são as formações menos desenvolvidas das espécies arbóreas do Cerrado sentido restrito); campo limpo – predominantemente de herbácea, com raros arbustos e ausência de árvores; e campo rupestre –

presença de herbáceo-arbustivo e com algumas árvores de pequeno porte, ocupando trechos de afloramentos rochosos.

Figuras 12, 13 e 14: (12) Campo Sujo - Formosa (GO), (13) Campo Limpo - Alto Paraíso de Goiás (GO), (14) Cerrado Rupestre.



Fotos: Ribeiro, J. F. [200-]. [1]

O diálogo acerca das classificações do Cerrado foram apresentadas nesse item com o intento de explicitar a diversidade de vegetação presente neste domínio. Embora as classificações busquem, de uma forma geral, categorizar elementos ou classe de elementos que possuem características comuns ou mais próximas entre si, refletir sobre essas classificações nos permite ultrapassar uma perspectiva de homogeneização, que, nesse caso, situa-se num dos tipos específicos de vegetação desse domínio. É possível, a partir de um estudo mais direcionado a esse componente, verificar que há no Cerrado formações florestais, campestres e savânicas, o que auxilia os estudantes a se identificarem como pertencentes a esse domínio ainda que a vegetação stricto sensu não seja a predominante em seu cotidiano. Adentrar esses elementos, numa escala mais próxima ao cotidiano dos estudantes, nos dão pistas de como mobilizar esses conhecimentos para que, em interação com os

[1] As figuras de 4 a 14 estão disponíveis em: https://www.embrapa.br/cerrados/colecao-entomologica/bioma-cerrado. Acesso em 30 de jun. 2023.

conhecimentos pedagógico-didáticos, possam favorecer a aprendizagem.

Isto posto, objetiva-se que o estudante, ao compreender as relações entre formações vegetais e processo de uso e ocupação do solo no Cerrado, possa desenvolver o seu pensamento geográfico, assentado em perguntas tais como: Onde? Por que aí? Como se distribui? Quais são suas características? Com isso, podemos auxiliar o estudante a pensar o motivo de certas atividades ocorrerem na formação florestal, na formação savânica ou na formação campestre. Cabe ao professor indagar: o que diferencia uma das outras? O solo? O relevo? O curso d'água? Questionando, ainda, como se situa o desenvolvimento técnico-científico frente ao processo de uso e ocupação do solo. Ao analisarmos a formação florestal, pode-se pensar sobre quais atividades são desenvolvidas naquele espaço e seus impactos, ou discutir as características dos solos, pelo fato de serem, comumente, mais profundos e terem alto teor de nutrientes, por exemplo. Na formação savânica pode dialogar acerca do predomínio de um solo com escassez de nutrientes, porém por ser favorecida por um relevo mais plano, tem sido direcionada para o uso voltado às pastagens. E na formação campestre cabe discutir suas características associadas a um solo mais raso e de uso mais comum para a pastagem, pois se configura como uma das formações que mais sofrem com as queimadas durante o período da seca. É possível apresentar aos estudantes problemáticas que mobilizem a pensar o Cerrado a partir da relação entre as partes e o todo, na perspectiva do diálogo que se estabelecem entre os componentes físico-naturais e sociais.

Assim sendo, é preciso avançar na construção de conhecimentos que favoreçam a aprendizagem junto aos estudantes,

pois dissertar sobre essa classificação na sala de aula é insuficiente para o desenvolvimento do pensamento geográfico. Conforme Cavalcanti (2019), para desenvolvimento do pensamento geográfico é necessário a adoção de aprendizagens nas quais os estudantes sejam sujeitos de seu processo de aprendizagem, a partir de propostas críticas que se encontram com as abordagens emergentes para o ensino de Geografia. Com isso, há a necessidade de que essa temática dialogue a partir de problemáticas latentes na sociedade atual com o cotidiano dos estudantes. Esse é o tema do próximo item.

O Cerrado no ensino de Geografia

Para pensarmos sobre a abordagem da vegetação na Geografia Escolar, partimos dos seguintes questionamentos: como o Cerrado tem sido abordado no Ensino de Geografia? Quais problemáticas têm atravessado seu ensino? A escala de abordagem adotada para o trabalho com o Cerrado tem favorecido o desenvolvimento do pensamento geográfico? O que é abordado no currículo e no livro didático sobre esse componente? Para auxiliar a reflexão sobre esses questionamentos e, consequentemente, contribuir com o ensino de temáticas relacionadas ao Cerrado na Geografia Escolar, discutiremos a seguir a análise realizada acerca do currículo da REE de Goiás, de livros didáticos aprovados pelo Plano Nacional do Livro Didático – PNLD/2017 e de entrevistas realizadas em 2018 com cinco professoras de Geografia que atuam nessa rede.

A análise empreendida a partir do uso desses procedimentos identificou que é no 6º e no 7º anos do Ensino Fundamental que indica-se o trabalho com a vegetação no ensino de Geografia. No

Currículo Referência da REE de Goiás, por exemplo, esse conhecimento é apresentado no 3º bimestre, tanto no 6º quanto no 7º anos (Figura 15).

Figura 15 : Conteúdos indicados para serem trabalhados em Geografia nos 6ºs e 7ºs anos do Ensino Fundamental na REE de Goiás, 2012.

	6º Ano	7º Ano
1° Bimestre	• Espaço geográfico; • Lugar e Paisagem: Urbana e Rural; • Cartografia.	• Cartografia; • Gráficos, Tabelas; • População brasileira e cultura; • Trabalho e migração e mobilidades.
2° Bimestre	• Planeta Terra.	• Regionalização do território brasileiro; • Goiás no contexto econômico e cultural brasileiro.
3° Bimestre	• Aspectos naturais: Clima, relevo, vegetação, solo e hidrografia do Brasil.	• Vegetação, Clima, Hidrografia, Relevo e Solos do Brasil; • Domínios Morfoclimáticos, Ecossistemas.
4° Bimestre	• Natureza e Degradação Ambiental.	• A Industrialização, a urbanização e modernização no campo.

Fonte: Currículo Referência da REE de Goiás (GOIÁS, 2012, n.p.).
Organizado pelas autoras, 2018.

Na análise que realizamos de três coleções de livros didáticos de Geografia aprovados no PNLD/2017, e adotados nas escolas em que atuam os professores entrevistados, identificou-se, também, que esse tema é apresentado nos 6º e 7º anos. Nesses materiais, a vegetação está associada à sua distribuição no espaço geográfico. No 6º ano o foco são os principais biomas do mundo e no 7º ano os domínios morfoclimáticos brasileiros.

Nessa mesma direção perguntamos às professoras de Geografia se trabalham com esse componente em sala de aula e, em

caso positivo, em que anos do ensino elas o trabalhavam. Todas elas acenaram positivamente sobre o trabalho com esse componente na Geografia Escolar. Todavia, ressaltou-se desse conjunto dois grupos de respostas. Num primeiro grupo, situam-se os mesmos referenciais apresentados no currículo e no livro didático, conforme pode ser observado a seguir.

> *O conteúdo de vegetação está sendo trabalhado nas turmas de 6º e 7º ano. (Professora A).*
>
> *Nos momentos em que estudamos sobre os aspectos naturais, como clima, relevo e hidrografia, de lugares específicos, regiões e país ou em escala global. (Professora B).*
>
> *Geografia física, sexto ano. Geografia do Brasil, sétimo ano. Geografia da América, oitavo ano. Geografia da Europa/Ásia de 9º ano. (Professora C)*
>
> *Quando previsto no currículo. (Professora E).*

Vemos, portanto, nesse conjunto de respostas as referências ao 6º e 7º anos, visto que esses anos foram explicitados pela professora A. Aparece de forma mais implícita na exposição da professora B, pois se é nos momentos em que se trabalham com os aspectos naturais, vai recair, consequentemente, nos 6º e 7º anos. A professora E, ao trazer como referência o que está previsto no currículo, reafirma também esses anos escolares. A professora C, o faz quando evidencia a necessidade de seu trabalho em todos os anos finais do Ensino Fundamental, pois ao explicá-lo externaliza que "depende da matriz curricular". Nos chama a atenção a referência que essa professora faz à Geografia Física. O nosso pressuposto é o de que na Educação Básica não há Geografia Física ou Humana, mas Geografia (Morais, 2011). Ao trabalharmos na perspectiva de integração natureza e sociedade, o trabalho com esse componente

poderia ser mobilizado junto a diferentes temáticas, a exemplo do trabalho com o processo de uso e ocupação do solo.

No outro grupo situa-se a resposta dada por uma docente. Observe o que diz essa professora a seguir:

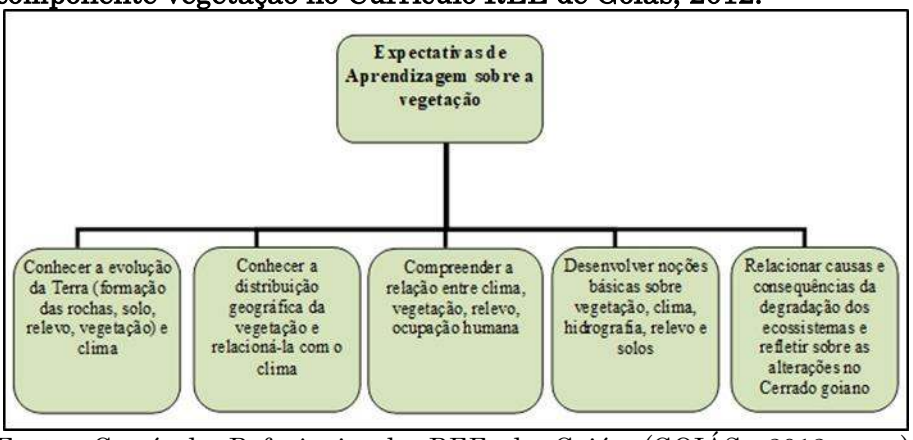
> *O conteúdo sobre vegetação deve ser trabalhado desde o primeiro momento que o aluno entra na escola. (Professora D)*

Notamos, a partir da resposta apresentada por essa docente, o direcionamento ao trabalho com esse componente ao longo do ensino. Nesse sentido, estamos em acordo ao expresso pela professora D, de que o trabalho com esse tema deve ser realizado ao longo de toda educação, evidenciando continuidade em sua abordagem. Essa manifestação deve ser endossada com a realização de conexões com os demais componentes físico-naturais e sociais do espaço geográfico.

Conforme observamos na matriz curricular dos 6º e 7º anos, embora a vegetação esteja presente, não há destaque para o trabalho com a vegetação do Cerrado. Silva e Bueno (2015, p. 204), ao analisar o Currículo Referência do Estado de Goiás, assinalam que o "[...] Cerrado não é abordado em nenhum conteúdo. O que pode contribuir para a ausência deste no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que depende exclusivamente do professor a escolha de trabalhá-lo ou não".

Numa análise mais verticalizada junto às expectativas de aprendizagem sobre esse componente, verificamos que no currículo da REE explicita-se o conhecimento acerca dos componentes físico-naturais e de sua correlação, da distribuição da vegetação no espaço geográfico, bem como da dinâmica que envolve o processo de uso e ocupação (Figura 16).

Figura 16: Relação das expectativas de aprendizagem sobre o componente vegetação no Currículo REE de Goiás, 2012.



Fonte: Currículo Referência da REE de Goiás (GOIÁS, 2012, n.p.). Organizado pelas autoras, 2018.

Embora no currículo dessa rede não conste o Cerrado como conteúdo, ele é apresentado numa das expectativas de aprendizagem, no sentido de indicar as causas e consequências da degradação dos ecossistemas brasileiros e refletir sobre as alterações do Cerrado goiano (Figura 16).

Tais expectativas poderiam ser ampliadas, principalmente quando se trata do domínio morfoclimático do Cerrado, localidade onde se situa a totalidade do Estado de Goiás, e, consequentemente, a REE. Haveria a necessidade de mobilizar o trabalho com escalas associadas ao cotidiano dos estudantes que favorecessem sua aprendizagem.

Nos três manuais didáticos do 6º ano analisados, verificamos que a formação vegetal mais citada é a Floresta Amazônica, citada cinco vezes no conjunto dessas coleções. Em seguida vêm o Cerrado, citado quatro vezes, e a Mata Atlântica, três vezes. As demais vegetações citadas são Mangue e Pantanal, ambas com uma citação. Destaca-se que apenas uma das coleções do 6º ano apresenta essas cinco formações vegetais brasileiras.

Nos livros didáticos de Geografia do 7º ano analisados são apresentados oito tipos de formações vegetais brasileiras. Todos mencionam as mesmas vegetações. Um livro destaca a Floresta Amazônica e o Pampa, citados quatro vezes. Em seguida, o Cerrado, a Mata Atlântica, a Caatinga, a Mata de Araucárias e o Pantanal são mencionados três vezes. O Mangue é citado duas vezes.

No que concerne a classificação da vegetação nesses livros didáticos segue a classificação disponibilizada pelo Manual Técnico de Vegetação Brasileira IBGE (2012) na sua versão mais atualizada. Como vimos anteriormente a classificação da vegetação foram se modificando ao longo do tempo, seja na esfera universal, continental e, inclusive, nas regiões brasileiras.

A análise dos livros didáticos demonstrou que o Cerrado é o segundo domínio morfoclimático mais citado, ainda que comumente seja considerado apenas uma de suas fitofisionomias, o que não representa de forma significativa a realidade dos estudantes que vivem neste domínio morfoclimático.

Portanto, cabe aos professores de Geografia, ao encaminharem o processo de ensino e aprendizagem sobre a vegetação relacionando-a à realidade dos escolares, contextualizar o ensino desse componente com os lugares conhecidos por seus estudantes e por eles próprios. Acreditamos que um dos primeiros passos para isso é o de desmistificar a homogeneidade do Cerrado, vendo como essa vegetação é apresentada em seu cotidiano. E, a partir dessa temática, discutir problemáticas que sejam significativas. Para auxiliar nesse processo de problematização, textos, reportagens e outros materiais de apoio, além do livro didático, se constituem em referências importantes.

Outra questão levantada junto aos sujeitos da pesquisa direcionou a associação entre os lugares que eles e seus estudantes frequentam com o ensino de vegetação. Segundo as professoras, essa associação é realizada, conforme observamos nas respostas a seguir:

> *Sim. O ensino de Geografia deve ser voltado ao desenvolvimento da capacidade de entender a espacialidade através da realidade, portanto no conteúdo sobre vegetação foram citados os locais de vivência. (Professora A).*
>
> *Sempre que possível. Quando estudamos sobre o Cerrado, por exemplo, instigo aos alunos em pensar, recordar e/ou pesquisar sobre as paisagens vegetais que observam nos passeios que fazem próximos ao nosso município, como para Aruanã. (Professora B).*
>
> *Sim. Com aula de campo, projetos, construção de maquetes e vivência do dia a dia. (Professora C).*
>
> *Desenvolvemos o Projeto Pesc e fazemos visitas em alguns pontos para que o aluno associe o estudo teórico com a realidade. (Professora D).*
>
> *Sim. Fazendo comparações, em relatos de viagem. (Professora E).*

Embora essas respostas denotem a importância que as professoras atribuem à mobilização do cotidiano para a construção do conhecimento, vemos que muitas delas estão associadas aos percursos maiores de deslocamento *"paisagens vegetais que observam nos passeios que fazem próximos ao nosso município"*; *"Fazendo comparações, em relatos de viagem"*. Considerando que os percursos realizados pelos estudantes se situam, predominantemente, em cidades goianas, há a necessidade de evidenciar a diversidade de paisagens que compõem essas localidades do domínio do Cerrado e, ao mesmo tempo, problematizar essas diversas paisagens vistas e vividas por esse coletivo de sujeitos.

Acerca do interesse/gosto dos estudantes pelo estudo sobre vegetação, seguem as respostas:

> *Sim. A vegetação e o clima andam juntos, e os alunos mostram curiosidade e interesse pelo assunto. (Professora A).*
>
> *Sim. Creio que pela associação, sentimento de pertencimento, por ser o espaço vivido e percebido por eles. (Professora B).*
>
> *Sim. Pois a Geografia Física faz parte da vivência da maioria dos alunos. (Professora C).*
>
> *Os alunos gostam das aulas de campo, dos vídeos sobre o assunto, mas a parte teórica deixa eles desinteressados. (Professora D).*
>
> *Não se interessam, por não ser atrativo. (Professora E).*

Vemos, ainda a partir do relato das professoras, a predominância do interesse dos estudantes por esse tema. Todavia, para dialogar com esse coletivo necessitamos refletir sobre os motivos pelos quais essa temática ainda é considerada distante do gosto dos escolares. Algumas pistas têm sido dadas em vista da compreensão do distanciamento de nossas aulas dos estudantes, dentre elas situa-se, por exemplo, o encaminhamento da aula abordando temáticas distantes da realidade vivida por eles. Essa é uma das dimensões que temos chamado a atenção nesse trabalho. Como encaminhar as discussões sobre Cerrado na Geografia Escolar mobilizando o cotidiano dos estudantes? Essa questão ainda está em aberto.

Quanto aos temas trabalhados sobre vegetação, as professoras relataram o seguinte:

> *O tipo e as características, as formações vegetais e suas alterações através da ação humana. (Professora A).*

> *As relações entre elementos da natureza nas paisagens, espécie vegetais típicas do Cerrado e identificadas no município, interdependência entre relevo, clima, hidrografia e vegetação. (Professora B).*
>
> *Cerrado, degradação, preservação. (Professora C).*
>
> *Tudo depende da série que o aluno está. Vegetação local, biomas, reflorestamento, sustentabilidade, impactos ambientais. (Professora D).*
>
> *Cerrado, mata ciliar, etc. (Professora E).*

As docentes B, C e E mencionaram, em suas respostas, o trabalho com o Cerrado. Acreditamos que o trabalho com esse recorte temático favorece a aprendizagem acerca da vegetação, pois aproxima essa temática do cotidiano do estudante. Todavia, há dificuldades nesse encaminhamento visto que tanto o currículo quanto o livro didático trazem poucas referências que as apoiem nesse trabalho.

Quanto aos recursos didáticos utilizados para preparar suas aulas sobre vegetação, as professoras mencionaram mapas, livros didáticos, pesquisas na internet e trabalho de campo. A despeito da importância de todos esses materiais ao encaminhamento do processo de ensino e aprendizagem, acreditamos que é a sólida formação do professor o referencial primordial para que o ensino se efetive de forma crítica e criativa, sempre considerando o estudante como sujeito dessa aprendizagem.

Quando se planeja uma aula, ela não está pronta, visto que não se trata de uma palestra ou de quaisquer outras atividades dessa natureza. Mais que isso, é construir juntos, tecer o conhecimento, mediado pelo professor. O mapa não pode ser idealizado apenas como um desenho a ser pintado ou uma área a ser localizada; os livros didáticos não devem ser concebidos como autor do processo de ensino

e aprendizagem; a internet não deve ser imaginada como formadora; assim como o trabalho de campo não pode se converter em passeio ou atividade ilustrativa.

Nossa concepção não é de negação desses recursos ou metodologias para a qualificação do processo de ensino e aprendizagem, mas de fortalecer a ideia de que essas contribuições se associam a uma sólida formação teórico-metodológica docente, que possibilitem aos estudantes, tendo como mediadores os professores, desenvolver o pensamento geográfico.

Por exemplo, consta no calendário escolar trabalhar com o tema Cerrado no dia 11 de setembro, em virtude de comemorar-se o "dia do Cerrado". Com o intuito de dar resposta à essa comemoração comumente solicita-se que os estudantes desenhem árvores do Cerrado.

Ainda que a escola esteja situada próximas a áreas de mata seca ou mata de galeria ou em área desprovida de vegetação, o foco ainda é o de discutir apenas as árvores específicas do Cerrado Sentido Restrito, em virtude de sua tortuosidade. Soma-se a esse o fato de comumente desconsiderar as problemáticas atravessadas nesse domínio em virtude do processo de uso e ocupação.

Nesse sentido, é importante que a vegetação e, especificamente o Cerrado, seja discutida quando se quer compreender a agropecuária, a agroindústria, a poluição, os movimentos de massa, a valorização imobiliária, a qualidade de vida, as inundações, escassez hídrica, os processos erosivos, as mudanças na paisagem, seja essa assentada na evolução do relevo ou no espaço urbano e rural, dentre tantos outros temas que precisam ser problematizados, como valorizar a importância que tem a análise da vegetação para a compreensão do espaço geográfico.

Trabalhar a vegetação nesse contexto indica a necessidade de compreender sua importância para, dentre outros, diminuir os impactos das águas da chuva no solo, do aumento do escoamento da água pluvial; para favorecer o processo de evapotranspiração e a infiltração da água no solo, o que, em seu conjunto, contribuem para a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Considerações finais

Procuramos, neste texto, demonstrar como a vegetação tem sido abordada na Geografia Escolar e como seu ensino tem sido correlacionado à realidade vivenciada por estudantes de escolas situadas no domínio morfoclimático do Cerrado, no sentido de provocar questionamentos acerca da realidade dos escolares para o confronto com os conhecimentos produzidos acerca do tema Cerrado.

Apresentamos as classificações da vegetação em diferentes escalas, com o intuito de evidenciar que sem o conhecimento do conteúdo não é possível seu ensino (Shulman, 2014). Dada a importância de mobilizar o cotidiano de estudantes e professores para a construção do conhecimento, discutimos esse componente tendo como recorte o Domínio Morfoclimático do Cerrado, para compreender suas características, em interligação com o conhecimento pedagógico, na perspectiva do conhecimento pedagógico do conteúdo (Shulman, 2014), permitindo, assim, avançar em torno desse ensino.

Ao ser efetuada a análise do currículo, dos livros didáticos e das entrevistas realizadas com professoras de Geografia que atuam no Ensino Fundamental, observamos que o componente vegetação é trabalhado nos 6ºs e 7ºs anos, mas há a necessidade de mobilizá-lo ao

longo de toda a formação estudantil, nos momentos em que ele é requerido para a construção dos conhecimentos em torno de uma situação-problema. Verificamos, também, que a representação do Domínio Morfoclimático do Cerrado nos livros didáticos está em segundo plano, destacando-se apenas uma fitofisionomia do Cerrado que não é condizente com a realidade de boa parcela dos estudantes.

É preciso desconstruir a imagem do Cerrado como um domínio frágil, visão essa estereotipada, que decorre do fato de se referir a um componente que muitas vezes tem sido preterido e poucas vezes correlacionado à realidade das escolas situadas no domínio morfoclimático do Cerrado, buscando favorecer a construção de conhecimentos. Com sua autonomia e seus sólidos referenciais teórico-metodológicos, cabe ao professor o papel de construir conhecimentos com seus estudantes sobre o componente vegetação, especificamente sobre o Cerrado. Os conhecimentos produzidos permitirão que se posicionem de forma crítica e consciente no mundo e no contexto em que vivem.

Referências

AB'SÁBER, Aziz. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

AB'SÁBER, A. N. O domínio dos cerrados: introdução ao conhecimento. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 111, n. 4, p. 41-55, 1983.

ANDRADE-LIMA, D. Vegetação. *In*: IBGE. **Atlas Nacional do Brasil**, I. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1966.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. **Projeto RADAMBRASIL**. Folha SE.22 Goiânia: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação, uso potencial da terra. Rio de Janeiro, 1983. (Levantamento de Recursos Naturais, 31).

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2017**: guia de livros didáticos: ensino fundamental anos finais. Brasília, DF: MEC/SEB, 2015. Disponível em: http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/guias-dopnld/escolha-pnld-2017. Acesso em: 20 jul. 2018.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Pensar pela Geografia**: ensino e relevância social. Goiânia: C e A Alfa Comunicação, 2019.

EITEN, G. Formas fisionômicas do Cerrado. **Revista Brasileira de Botânica**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 139-148, 1979.

GIARDINO, Claúdio; ORTEGA, Lígia; CHIANCA, Rosaly B.; CARVALHO, Virna. **Geografia nos dias de hoje**: Ensino Fundamental: 6º e 7º Anos. 2. ed. São Paulo: Leya, 2015.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Referência da Rede Estadual de Educação de Goiás**. Goiânia: SEE, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. **Manual técnico de vegetação brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**: velhos e novos temas. Goiânia: Edição do Autor, 2002.

MORAIS, Eliana Marta Barbosa de; ASCENÇÃO, Valéria de Oliveira Roque. Uma questão além da semântica: investigando e demarcando concepções sobre os componentes físico-naturais no

Ensino de Geografia. **Boletim Goiano de Geografia**, [S. l.], v. 41, n. 1, 2021. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/65814. Acesso em: 8 out. 2021.

MORAIS, Eliana Marta Barbosa de. **O ensino das temáticas físico-naturais na Geografia escolar**. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, Ivanilton José de. Chapadões descerrados: relações entre vegetação, relevo e uso das terras em Goiás. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 34, n. 2, p. 311-336, maio/ago. 2014.

RIBEIRO, José Felipe; WALTER, Bruno Machado Teles. As principais fitofissionomias do Bioma Cerrado. *In*: SANO, Sueli Matiko; ALMEIDA, Semíramis Pedrosa de. **Cerrado**: ambiente e flora. 2. ed. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 2008.

RIBEIRO, José Felipe; WALTER, Bruno Machado Teles. **Bioma Cerrado**. [200-]. Disponível em: https://www.embrapa.br/cerrados/colecao-entomologica/bioma-cerrado. Acesso em 30 de jun. 2023.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Ed. USP, 1996. 384 p.

SILVA, Flávia Gabriela Domingos; BUENO, Míriam Aparecida. Os territórios cerradeiros nas aulas de Geografia: análise da abordagem do conceito de Cerrado no Currículo Referência da Rede Estadual de Educação de Goiás. **Revista Brasileira de educação em Geografia**, Campinas, v. 5, n. 10, p. 193-211, jul./dez. 2015. Disponível em: http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/234. Acesso em: 5 nov. 2018.

SHULMAN, Lee S. Conhecimento e ensino: fundamentos para a nova reforma. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, v. 4, n. 2, p.196-229, dez. 2014. Disponível em: http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/293/297. Acesso em: 11 jul. 2017.

VALERIANO, Dalton M. Definição de Floresta utilizada no FREL-Cerrado. *In*: Reunião do GTREDD+, 7., 2016, Brasília. **Anais eletrônicos**... Brasília, 2016. Disponível em: http://redd.mma.gov.br/images/gttredd/daltonvaleriano_definicaoflo resta.pdf. Acesso em: 5 nov. 2018.

VELOSO, Herique P.; GÓES-FILHO, Luiz. Fitogeografia brasileira: classificação fisionômico-ecológica da vegetação neotropical. **Boletim Técnico Projeto Radambrasil**, Salvador, Série Vegetação, n. 1, dez. 1982.

Submetido em: 21 de março de 2024
Devolvido para revisão em: 04 de junho de 2024
Aprovado em: 18 de junho de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3372

Como citar:
SOUZA, C. L. F. de; MORAIS, E. M. B. de. O CERRADO NO CONTEXTO DA VEGETAÇÃO BRASILEIRA: CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Terra Livre**, São Paulo, ano 39, v.1, n.62, jan.-jun. 2024, p. 827-859. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3372. Acesso em: dia/mês/ano.

REVISITANDO OS "GRANDES PROJETOS NA AMAZÔNIA: A ECOLOGIA POLÍTICA DOS DANOS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS"

GREAT PROJECTS IN THE AMAZON: THE POLITICAL ECOLOGY OF SOCIO-ENVIRONMENTAL DAMAGES AND CONFLICTS

REVISANDO LOS "GRANDES PROYECTOS EM LA AMZONÍA: LA ECOLOGÍA POLÍTICA DE LOS DAÑOS Y CONFLITOS SOCIOAMBIENTALES"

Gilcimar Maysonnave da Luz
Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Roraima
Professor efetivo da Secretaria de Educação e Desporto do Estado de Roraima
E-mail: gilcimarmaysonnave@hotmail.com

Resumo:
A presente resenha debate a obra *Grandes projetos na Amazônia: a ecologia política dos danos e conflitos socioambientais*, organizada por André Luís Assunção de Farias e publicada em 2023. O objetivo é revisitar e discutir as consequências dos instrumentos de produção e reprodução capitalista na Amazônia brasileira. Desse modo, este trabalho considera que o livro analisado evidencia danos socioambientais sofridos por povos tradicionais, negros, mulheres e moradores das periferias das cidades, relatados nos estudos de casos.

Palavras-chave: Grandes projetos, Amazônia brasileira, danos socioambientais.

Abstract:
This review discusses the book *Great projects in the Amazon: the political ecology of socio-environmental damages and conflicts*, organized by André Luís Assunção de Farias and published in 2023. The aim is to revisit and discuss the consequeces of the instruments of capitalist production and reproduction in the Brazilian Amazon. Thus, this work considers that the book analyzed evidences socio-environmental damages suffered by traditional peoples, blacks, women and residents of the outskirts of cities, reported in case studies.

Keywords: Big projects, Brazilian Amazon, socio-environmental damage.

Résumé / Resumen:
Esta revision analiza la obra Grandes proyectos en la Amazonía: la ecología política de los daños y conflictos socioambientales, organizada por André Luís Assunção de Farias y publicada en 2023. El objetivo es revisitar y discutir las consecuencias de los instrumentos de producción capitalista y reproducción en la Amazonía brasileña. Por lo tanto, este trabajo considera que el libro analizado resalta los daños socioambientales sufridos por pueblos tradicionales, negros, mujeres y residentes de la periferia de las ciudades, reportados en los estudios de caso.

Mots-clés / Palabras-clave: Grandes proyectos, Amazonía brasileña, daño socioambiental.

A Amazônia Internacional é composta por oito países e um território ultramarino francês (Guiana Francesa), destacando-se por sua importância ecológica no contexto climático do planeta. A área pertencente ao território brasileiro é complexa por comportar na contemporaneidade uma diversidade de interesses ligados aos povos tradicionais, aos produtores do espaço urbano e aos idealizadores de grandes projetos que atendam aos negócios capitalistas.

Partindo dessas premissas, este trabalho é uma resenha do livro *Grandes projetos na Amazônia: a ecologia política dos danos e conflitos socioambientais*. Sua relevância se dá pela necessidade de ponderar a conjuntura socioambiental da Amazônia e sua vulnerabilidade em face do avanço das atividades predatórias capitalistas, que alteram o ecossistema com suas megainfraestruturas, mineração, monoculturas e pecuária, visando o "desenvolvimento" desta região, no Brasil.

O livro é organizado por André Luís Assunção de Farias e composto por quinze capítulos escritos por diversos autores, pertencentes à Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade de Brasília (UnB). Os capítulos referem-se a estudos de casos realizados no estado do Pará, que, em sua maioria, apresentam metodologia com abordagem descritiva e de caráter exploratório.

O primeiro capítulo, intitulado "Faces dos grandes projetos na Amazônia: a ecologia política desvela o véu da dominação", tem como intuito, segundo os autores, analisar as facetas dos grandes projetos na Amazônia paraense como manifestações de dominação. A metodologia utilizada foi a análise bibliográfica e a descrição como abordagem.

Nesse sentido, o trabalho elenca grandes projetos como: Programa Grande Carajás; Projeto Trombetas; Projeto Jari; rodovia Belém-Brasília; projetos agropecuários; UHE-Tucuruí; BRs 230 e 163, entre outros, que foram implementados por grandes empresas e pelo Estado brasileiro, assentados em discursos de modernidade e desenvolvimento regional, sem a consulta aos povos locais, ocasionando expropriação de terras e danos socioambientais em territórios tradicionais e áreas urbanas.

O capítulo dois é denominado "As transformações do trabalho feminino na dendeicultura: contradições entre a dominação e liberdade em Tailândia/ PA". Tem como premissa principal, segundo os autores, compreender as transformações do trabalho feminino no campo e como este se relaciona com a proposta de desenvolvimento local. O estudo ocorreu em caráter exploratório, com uso de entrevistas e questionários, ouvindo agricultores, empresários e funcionários públicos.

Partindo disso, a pesquisa faz uma delação da usurpação dos direitos trabalhistas dos agricultores (em especial das mulheres) de Tailândia, PA, onde o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher está desativado, o que favorece o surgimento de vulnerabilidades desse gênero na seara laboral, diante dos interesses capitalistas da monocultura do dendê. Outro fator refere-se à corrupção de agentes públicos em desfavor dos agricultores locais, o que coloca em xeque a segurança alimentar e a propriedade da terra, segundo os autores.

No tocante ao terceiro capítulo, designado "O conflito socioambiental e gestão de terra pública: monocultura de Palma versus Comunidades do Vale do Acará – PA". O objetivo central é discutir a monocultura do dendê como um grande projeto na Amazônia paraense e o papel do Estado e de suas instituições ao

tomar decisões relacionadas à mesma. O estudo se ancora em referencial bibliográfico e reflete sobre os conceitos de periferia exportadora, ecologia política e justiça ambiental.

Assim, o texto aborda o cultivo de dendê no Vale do Acará, PA, destacando a mudança da dinâmica do uso e ocupação do solo, uma vez que registra-se conflitos socioambientais entre povos há décadas ali instalados e empresas representantes do grande capital. Ainda, enfatiza a inércia e burocracia do Estado para a resolução das problemáticas, o que em muitos casos finda em expropriação de terras, por parte dos agricultores locais, e mesmo em de vidas humanas, geralmente dos subalternos.

O quarto capítulo, "Conflito socioambiental e lixo tóxico: atuação do Ministério Público Estadual no caso da Companhia Brasileira de Bauxita, em Ulianópolis (PA)", tem como objetivo analisar os danos e conflitos socioambientais decorrentes da instalação da Companhia Brasileira de Bauxita (CBB), em área de floresta tropical, na cidade de Ulianópolis, PA. O trabalho é ponderado com abordagem exploratória a partir do conceito de danos socioambientais.

Dessa forma, o ensaio frisa que os agricultores e extrativistas locais foram as principais vítimas do criminoso despejo de rejeitos tóxicos decorrentes da extração mineradora no município, bem como da exportação de lixo tóxico de outras regiões do país para Ulianópolis. Como reação, o Ministério Público do Pará (MPPA) interveio, paralisando as atividades socioambientais danosas e orientando a população local a ficar longe da área e não usar objetos descartados nesse processo, como os tambores para armazenamento de água.

O capítulo cinco é denominado "Da resistência silenciosa ao grito das águas: elementos autoetnográficos (da atualização) de um conflito". Objetiva analisar as diversas formas de resistência, das mais cotidianas e silenciosas, até as mais espetaculares, que ribeirinhos e quilombolas manifestam contra a implantação do Terminal Portuário de Uso Privado Abaetetuba/Cargill. Quanto ao método, a pesquisa está baseada na etnografia e autoetnografia.

As autoras relatam os conflitos e danos socioambientais nas ilhas de Abaetetuba devido a instalação de empreendimentos do grande capital na região. A instalação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Complexo Industrial de Barcarena e a tentativa da empresa Cargill de construir um terminal de uso privado na ilha Xingu têm provocado resistência silenciosa e espetacular dos ribeirinhos e quilombolas, por conta de alterações em seus modos de vida e ameaça à autonomia territorial.

"Grandes Projetos de Mineração: conflitos socioambientais provocados na Amazônia" é o sexto capítulo e tem como intuito sistematizar os conflitos e impactos socioambientais provocados e/ou desencadeados em decorrência de construções de barragens de rejeitos de mineração das empresas Hydro/Alunorte e Imerys Rio Capim Caulim S.A, no município de Barcarena, PA. A metodologia da pesquisa foi integralmente bibliográfica e descritiva.

Nesse viés, o autor reflete sobre os temas desastres e suas dimensões, impactos socioambientais, o capital e Amazônia, barragens e riscos. O trabalho elenca os desastres ambientais, como o vazamento de barragens e de óleo nos corpos hídricos de Barcarena entre 2000 e 2018, considerando a fauna e a flora, bem como os vulneráveis socioeconômicos como os mais afetados com os problemas

advindos da implementação de grandes projetos minero-siderúrgicos no município.

O capítulo sete, intitulado "Grandes projetos e conflitos socioambientais na Amazônia o uso desigual dos recursos naturais como causa?". Tem como principal objetivo compreender o papel dos grandes projetos em relação aos conflitos, problematizando o uso desigual dos recursos naturais. A revisão bibliográfica e consulta documental foi a metodologia adotada pelo autor, abordando a ecologia política e o conceito de conflitos ambientais.

O trabalho reflete ainda sobre os conceitos de recursos naturais e meio ambiente, com vistas a fundamentar os impactos causados pelos grandes projetos às comunidades tradicionais, afetando o uso dos recursos que são essenciais à sobrevivência desses povos. Com base nisso, o manuscrito exemplifica os prejuízos de comunidades a jusante de construções hidrelétricas que tiveram drástica redução de pescado devido à mudança da dinâmica dos corpos hídricos, base destes empreendimentos.

O oitavo capítulo, alcunhado "Grandes projetos na Amazônia: danos e conflitos socioambientais na Terra Indígena Cachoeira Seca (PA)", visa identificar a dinâmica do processo de desmatamento através de focos de calor na Terra Indígena Cachoeira Seca, no período de 2010 a 2020. Para tanto, foram utilizadas imagens de satélites da Terra Indígena (TI) e de seu entorno (em um raio de cinco quilômetros) coletadas junto ao Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE).

Partindo desses pressupostos, os autores asseveram a intrínseca relação do aumento dos focos de calor na TI, principalmente, no último triênio do período analisado, ao aumento do desmatamento devido às desestruturações dos aparelhos de

fiscalizações estatais. Nesse sentido, as imagens geoespaciais mostram que os focos de calor se adensam na borda da TI, às margens da BR 230, constituindo a extração ilegal madeireira e a agropecuária como fatores explicativos para a problemática.

O capítulo nove, denominado "Grandes projetos urbanos e mobilidade na Amazônia: o caso do Bus Rapid Transit (BRT) metropolitano da RMB (PA)", tem como objetivo analisar o transporte público na Região Metropolitana de Belém (RMB) a partir da ótica do Grande Projeto Urbano *Bus Rapid Transit* (BRT). A metodologia fundamenta-se em revisão bibliográfica e documental com caráter exploratório.

Os autores destacam a importância da antiga ferrovia Belém-Bragança e a construção da BR-316 para o surgimento da RMB (composta por sete municípios). Nesse sentido, enfatizam a conurbação entre os municípios de Belém, Ananindeua e Marituba, foco da implantação do BRT da RMB, tendo em vista que a maioria da população usa transporte coletivo na metrópole. Ainda, destacam a burocracia, a falta de recursos e a ausência de consenso entre município e estado como fatores para a demora na conclusão do projeto.

O décimo capítulo, designado "Grandes Projetos Urbanos na Amazônia: entre o Portal da Amazônia e a porta do inferno?", tem como alvo manifestar os principais danos e riscos socioeconômicos e ambientais originados a partir da implantação de Grandes Projetos Urbanos (GPU) na Amazônia. O estudo se ancorou em revisão bibliográfica, e refletiu sobre os conceitos de GPU e Ecologia Política Urbana.

O manuscrito faz uma ponderação sobre o Projeto Portal da Amazônia, região central de Belém, PA, plano desenvolvido pela

prefeitura que retirou as famílias da localidade e construiu uma obra urbanística. Todavia, segundo os autores(as), a obra teve caráter de embelezamento citadino e fins comerciais/turísticos, causando segregação socioespacial devido ao encarecimento do solo urbano na região. Ademais, os moradores se sentem lesados pela falta de cumprimento de promessas da administração municipal.

O capítulo onze, nomeado "História dos Grandes Projetos e danos socioambientais na Amazônia: a trajetória do Projeto Trombetas no estado do Pará", objetiva refletir sobre a história dos Grandes Projetos na Amazônia e seus danos socioambientais, exemplificado pelo Projeto Trombetas, localizado no município de Oriximiná, na mesorregião do Baixo Amazonas, no estado do Pará. A revisão bibliográfica com caráter exploratório foi o método utilizado.

Dessa forma, a pesquisa faz um panorama geo-histórico sobre a implantação de grandes projetos desenvolvimentistas na Amazônia brasileira, destacando as consequências da implementação do Projeto Trombetas, no Pará, na década de 1970. Segundo os autores, o projeto ocasionou sérios danos socioambientais aos quilombolas situados no entorno do empreendimento, como: deslocamentos compulsórios, impedimento de acesso aos recursos ambientais, desterritorialização etc.

O décimo segundo capítulo, intitulado "Mineração e conflitos ambientais: estratégias corporativas de gestão dos 'riscos sociais' em Onça Puma", tem como intuito discutir as estratégias de gestão de risco social adotadas pela empresa Vale S/A, no contexto de exploração de níquel, no sudeste do Pará, na Amazônia brasileira. O estudo se pautou em análise bibliográfica descritiva e pesquisa exploratória em campo.

Destarte, os autores evidenciam os problemas socioambientais causados por atividade mineradora do projeto Onça Puma a indígenas e assentados rurais de Ourilândia do Norte. Além da ocupação de Terra Indígena e desterritorialização de assentados, o texto revela que o PA Campos Nossos sofre a prática do "financiamento do silêncio" (doação de dinheiro), usado pela Vale como gestão de risco social, visando inibir protestos e dividir os grupos afetados.

O décimo terceiro capítulo denominado "Percepção de famílias tradicionais sobre riscos ambientais e de saúde associados à expansão de cultivos de soja no Planalto Santareno, Oeste do Pará", objetivou avaliar a percepção do impacto da expansão de cultivos de soja na zona rural dos municípios de Santarém e Mojuí dos Campos, oeste paraense. O trabalho foi realizado com base em questionário exploratório e descrição dos resultados.

Os autores relatam a insatisfação dos agricultores da área de estudo quanto à chegada dos sojicultores à região, principalmente devido ao intensivo uso de agrotóxicos na monocultura. Segundo os pequenos agricultores, notou-se a mudança nos corpos hídricos, o aparecimento de doenças de pele e respiratórias, e associam tais questões com a proximidade entre as plantações de soja e as comunidades locais. Outra consequência é o abandono das comunidades por pessoas que ali viviam.

O penúltimo capítulo tem como título "Usos e abusos dos recursos hídricos pela dendeicultura na Amazônia Paraense" e visa mostrar os usos dos recursos hídricos pelo cultivo dessa palmeira no espaço rural da Amazônia paraense, concebendo-a como agro-hidronegócio. Para tanto, usou-se amostras de geoprocessamento

digital, análise bibliográfica e documental, além de pesquisa em campo.

Os autores destacam a produção do Dendê nessa porção amazônica como influenciadora da dinâmica da paisagem, da configuração socioespacial e econômica das localidades onde se inserem. Nesse contexto, afirmam que a produção é grande consumidora de recursos hídricos e tal necessidade tem provocado danos socioambientais na microrregião de Tomé-açu, , por exemplo: assoreamento de rios e igarapés, plantação próxima a nascentes, contaminação de corpos hídricos, entre outros problemas.

O décimo quinto capítulo é denominado "Violência, lutas e alternativas aos grandes projetos na Amazônia". Tem como propósito fomentar discussões sobre o modelo de desenvolvimento da Amazônia no âmbito dos grandes projetos, bem como propor novas alternativas econômicas sustentáveis levando, em conta as características socioambientais da região. Quanto ao método, o trabalho é pautado em análise bibliográfica com caráter descritivo.

Nesse sentido, os autores refletem sobre a proposta desenvolvimentista implementada a partir de 1964 na Amazônia, destacando os projetos mineradores e energéticos ancorados em mitos propagados à época. Frisam os grandes problemas socioambientais resultantes dessa política autoritária na região. Por fim, elencam proposições como: manejo florestal, pesca artesanal, turismo e fabricação de produtos fitoterápicos, entre outros, como formas econômicas alternativas sustentáveis à região.

Em linhas gerais, o livro *Grandes projetos na Amazônia: a ecologia política dos danos e conflitos socioambientais* propõe reflexões direcionadas ao mundo científico e à sociedade em geral, principalmente aos amazônicos, tendo em vista o foco nas

problemáticas socioambientais que assolam a região. Nesta perspectiva, é salutar que os simpatizantes e defensores da Amazônia tomem conhecimento dos diversos enredos usados pelo poder hegemônico em detrimento da exploração da região e para que possam buscar novas formas de resistência.

Portanto, a importância do livro resenhado se fundamenta por relembrar o contexto geo-histórico de ocupação da Amazônia brasileira, o que nos permite compreender a realidade atual. A publicação é relevante ainda por delatar as variadas formas de degradação socioambiental em curso na região, onde os indígenas, ribeirinhos e os demais vulneráveis são os mais impactados pelo modelo "desenvolvimentista" capitalista, que age com a ajuda e conivência do Estado brasileiro.

Referências Bibliográficas

FARIAS, André Luís Assunção de. (Org). Grandes projetos na Amazônia: a ecologia política dos impactos e conflitos socioambientais. ISBN 978-65-5360-260-1. Guarujá-SP: Científica Digital, 2023, 240 p.

Submetido em: 15de abril de 2024
Devolvido para revisão em: 02 de maio de 2024
Aprovado em: 12de maio de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3341

Como citar:
MAYSONNAVE DA LUZ, G. REVISITANDO OS "GRANDES PROJETOS NA AMAZÔNIA: A ECOLOGIA POLÍTICA DOS DANOS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS". **Terra Livre**, São Paulo, ano 39, v.1, n.62, jan.-jun. 2024, p. 860-871. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3341. Acesso em: dia/mês/ano.

RESENHA: GEOGRAFIAS COMUNITÁRIAS NO CARIRI CEARENSE

REVIEW: COMMUNITY GEOGRAPHIES IN CARIRI CEARENSE

RESEÑA: GEOGRAFÍA COMUNITARIA EN EL CARIRI CEARENSE

Gerlane Gomes da Rocha
Mestranda em Geografia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
E-mail:gerlanegomesrocha@gmail.com

GONÇALVES, Claudio Ubiratan. **Geografias comunitárias no Cariri Cearense.** Ética, capitalismo e trabalho. Vitória: Ed. Cousa, 2022.

O livro "Geografias Comunitárias no Cariri Cearense: Ética, Capitalismo e Trabalho", de autoria do geógrafo Claudio Ubiratan Gonçalves, apresenta discussões pertinentes sobre a ética singular compartilhada nos territórios comunitários do Cariri Cearense, a luta das comunidades tradicionais pela garantia dos seus territórios, bem como de seus modos de vida e de produção. Esta obra é fruto da tese de doutorado em Geografia do autor pela Universidade Federal Fluminense (UFF, 2005) e das reflexões desenvolvidas ao longo de suas pesquisas e vivências na região do Cariri cearense. Atualmente, Claudio Ubiratan Gonçalves é professor associado na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e coordena o Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato (LEPEC-UFPE).

A região do Cariri Cearense está localizada no sul do Ceará, sendo composta atualmente por 29 municípios, segundo a Secretaria do Planejamento e Gestão do Ceará: Abaiara, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Aurora, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteiras, Potengi, Salitre, Santana do Cariri, Tarrafas e Várzea Alegre. As condições físico-naturais também marcam a geodiversidade local, a qual é evidenciada pela Chapada do Araripe, pelas serras e pela caatinga, assim como pelos valores simbólicos e culturais que compõem a identidade territorial da região. Com isso, o espaço da natureza é compartilhado nos territórios, vinculado à lógica dos meios de produção, do trabalho, do próprio capital, da religiosidade e das vivências comunitárias.

Nesse contexto, a obra "Geografias Comunitárias no Cariri Cearense: Ética, Capitalismo e Trabalho" dedica-se a examinar a realidade sócio-territorial do Cariri cearense. Para tanto, organiza-se em cinco capítulos que relatam experiências e reflexões teóricas vivenciadas durante a construção da tese de doutorado do autor. Essas etapas ganharam novas formulações a partir de um processo de revisão. As fases da pesquisa desdobram-se pela compreensão da Geografia Comunitária, da ética e do modo como ela está situada no território de pesquisa. A obra explora o local de onde essa pesquisa está sendo desenvolvida e, aliada a origem da toponímia Kariri, suas características histórico-geográficas territorialmente situadas.

A partir desta análise, examinam-se detidamente as perspectivas dos sujeitos sociopolíticos, representados pelo trabalho artesão, considerando as características de seus meios de produção e a reprodução de seu ofício. Destaca-se o processo de devoção e a religiosidade entrelaçada às comunidades, evidenciando a figura do romeiro. Essas comunidades desempenharam um papel crucial na formação do Cariri cearense, com ênfase na conexão entre Juazeiro do Norte e a influência do Padre Cícero Romão Batista. Por fim, o autor explora as dinâmicas ecológicas, políticas, sociais e econômicas das comunidades na interação com a Chapada do Araripe, cujo modo de vida é representado pelo extrativismo do Pequi, pelo trabalho artesão e pela religiosidade romeira.

No capítulo 1, "De qual Chão Falamos e de onde partimos para comunicar a Geografia Comunitária?", o autor apresenta a Geografia Comunitária, destacando a dificuldade em analisar aspectos cronológicos e a toponímia Cariri devido à falta de registros escritos e a visão político-econômica desenvolvida pela região, a partir de uma perspectiva litorânea e exógena ao lugar social. A aproximação

objetiva e contraditória entre o litoral e o sertão é explorada, levando a questionamentos sobre a ética predominante no Cariri ao longo do tempo e a diversidade de grupos presentes na região. A investigação da ética é abordada sob quatro dimensões, a saber: ética da complexidade, ética da alteridade, ética armorial e espírito da ética capitalista.

O autor, baseado nessas dimensões éticas, analisa ainda as relações de sociabilidade dos sujeitos e as instituições no Cariri Cearense. Destaca-se a inter-relação entre o meio físico-natural e as atividades humanas, ressaltando a singularidade geográfica do Cariri, assim como a necessidade de integrar a gestão de bens naturais, físicos e culturais. O capítulo também aborda a formação da identidade territorial relacionada à fragmentação étnica dos povos, às conexões técnicas e às articulações econômicas na economia solidária social. A perspectiva ética é discutida como componente central do desenvolvimento e da geodiversidade do Cariri Cearense, compreendido a partir da Geografia Comunitária, das relações de trabalho e da religiosidade.

No capítulo 2, "Geografando o *Ethos* Capitalista no Cariri Cearense", apresentam-se aspectos do *ethos* capitalista no Cariri Cearense, revelando conflitos decorrentes da disputa por projetos territoriais. O termo "*ethos*" é entendido como o modo de proceder, englobando hábitos, costumes e funcionamento das instituições sociopolíticas. A narrativa começa com uma análise histórico-geográfica do termo "Kariri", delineando quatro versões fundamentais a partir das perspectivas indígenas (Kariri), dos coronéis, da igreja católica e do Estado. Pontua-se a transferência do termo originalmente indígena para uma apropriação pelo Estado, ao nomear a região como "Cariri", ressaltando a modificação do

significado ao longo do tempo. Gonçalves (2022) examina a formação territorial da região, incorporando à análise, relatos de viajantes, registros de crônicas e de tradições orais. Além disso, aborda a resistência dos indígenas Kariri diante da imposição colonial, recebendo destaque a Confederação dos Cariri, como uma resposta coletiva para a manutenção do seu território.

Somando-se a isso, o capítulo evidencia a mitologia fundadora da nação Kariri, apontando a relação simbólica dela com a água, bem como seu mito de origem associado a um lago encantado. O texto destaca a cosmologia indígena e o papel da Chapada do Araripe nesse contexto da ancestralidade indígena. Ao narrar a invasão dos colonizadores, o autor discute a resistência dos indígenas, culminando na formação do *ethos* capitalista durante o choque de civilizações no sertão. Assim, a imposição do modelo de vida europeu, marcado por violência e repressão, constrói, ao seu modo, um *ethos* capitalista nessa região que, ao longo do tempo, influencia não apenas a geografia, mas também as relações sociais e culturais do Cariri Cearense. Esse processo pode ser observado por meio da promoção do trabalho árduo como dignificação humana e da apropriação da língua, dos seus sentidos e das suas representações sócio-políticas originais, com a apropriação territorial.

Em seguida, no capítulo 3, "A Ética Comunitária no trabalho artesão", o autor traz diálogos sobre a ética comunitária do trabalho artesanal no Cariri, enfatizando a interconexão entre o sagrado, a espiritualidade e a vida cotidiana. Ao analisar a reprodução do espaço e da economia vinculada ao sistema de produção artesanal, destacam-se as práticas religiosas populares na comunidade. Tal situação ocorre desde a construção de altares sagrados nas residências até a influência do Padre Cícero na tradição de construir

esses santuários. Essas práticas religiosas permeiam as oficinas de trabalho, assim como também influenciam o próprio processo de fixação dos artesãos, em sua maioria romeiros, na região. Gonçalves (2022) ressalta ainda como a produção artesanal, diversificada em vários setores, contribui para a prosperidade deste setor no território e dá destaque para dois tipos de oficinas, sendo essas: as que trabalham com o gesso (produção de crucifixos) e as que trabalham com o zinco (produção de candeeiros).

Nesse cenário, a circulação de mercadorias e a eficiente rede de comunicação inter-regional, nacional e até internacional, incluindo caixeiros viajantes e o comércio ambulante, são outros fatores que impulsionaram a produção artesanal de mercadorias. A exportação desses produtos torna-se parte integrante da agenda das famílias envolvidas, embora apresente desafios em termos de capacidade de produção local em relação à demanda do mercado externo. O autor também destaca a importância das relações de confiança e solidariedade no comércio local, estabelecendo uma conexão entre as oficinas artesanais, as experiências comunitárias e a ética cristã de matriz weberiana. Dessa maneira, a complexa teia de relações entre ética comunitária, práticas religiosas e atividades econômicas evidencia-se como um elemento central na vida dos artesãos de Juazeiro do Norte.

No capítulo 4, "A devoção e o espírito religioso de comunidade no romeiro-peregrino", o autor apresenta a convivência coletiva com o sagrado no Cariri Cearense, enfatizando a cidade de Juazeiro do Norte a partir da figura do Padre Cícero Romão. Inicialmente, ao delinear o significado das romarias no contexto temporal e espacial, destaca-se a ética do afeto, que é um sentimento espiritual ancestral ressignificado pela presença do Padre Cícero. A análise aprofunda-se

na espiritualidade cíclica da comunidade, evidenciada em práticas como a Romaria das Candeias, a qual é tomada como retrato dos sacrifícios dos romeiros em suas peregrinações. Aborda-se, nesse cenário, a ética da alteridade, salientando-se a relevância do encontro ascético com o outro no contexto da romaria e do ambiente religioso, de modo a promover uma responsabilidade ética e solidária.

No ambiente das romarias, Gonçalves (2022) identifica três tipos de romeiros: povoadores, artesãos e viajantes que estabelecem relações específicas com o Cariri Cearense. As romarias estão organizadas em um ciclo anual no Juazeiro do Norte, formulando um calendário religioso marcado por momentos importantes: Nossa Senhora das Candeias (fevereiro), nascimento do Padre Cícero (março), morte do Padre Cícero (julho), Nossa Senhora das Dores (setembro), São Francisco de Assis (outubro) e Finados (novembro). Com isso, constrói-se a relação entre a ascese, entendida como um conjunto de práticas austeras e disciplinadas, e a devoção do romeiro-peregrino, revelando a busca pela purificação e pelo crescimento espiritual. Nesse contexto, o envolvimento das forças políticas nas romarias e a interligação do caminho da salvação com a estabilidade econômica também são abordados, evidenciando a complexidade das práticas religiosas e sua interconexão com aspectos sócio-políticos.

Por fim, no capítulo 5, "O que é comum aos pequizeiros na Chapada do Araripe", aponta a vida e a organização produtiva dos pequizeiros na Chapada do Araripe, indicando as práticas tradicionais, o contexto histórico e as intervenções estatais na região. A comunidade de Cacimbas, inserida na Floresta Nacional do Araripe, é um exemplo emblemático, uma vez que sua análise revela a relação contraditória entre a comunidade e o Estado. Nesse sentido, situa-se a compreensão do ciclo anual espaço-tempo da produção,

centrado no uso do pequi, na lógica familiar, na mobilidade espacial e nas práticas ecológicas dos pequizeiros. O autor ressalta ainda o descompasso entre as políticas públicas territoriais, voltadas para o empreendedorismo local, e as necessidades prementes da comunidade.

Nesse cenário, também se enfatiza a resistência dos pequizeiros às imposições do Estado, que, ao ignorar a relação ancestral dessa comunidade com a natureza, impõe-lhe uma compreensão de gestão espacial diferente das suas dinâmicas territoriais. Dessa forma, esse posicionamento, aliado a um projeto liberal, é questionado de ponta a ponta, pois, apesar de oferecer alternativas econômicas, não contempla efetivamente o desenvolvimento social local com autonomia na base ética solidária já empreendida na comunidade. Gonçalves (2022) ressalta a necessidade de considerar as práticas tradicionais, o ciclo anual da produção e a coexistência em relativo equilíbrio entre os pequizeiros e a natureza para uma abordagem diversificada do desenvolvimento territorial.

A partir dos apontamentos desenvolvidos nesta obra, é possível obter uma leitura abrangente sobre o processo sócio-territorial de formação do Cariri Cearense e do Brasil. Destacam-se os sujeitos sociopolíticos vinculados a esse processo, com ênfase no trabalho artesão, nas comunidades tradicionais, nos camponeses, nos povos indígenas emergentes e nos romeiros. Essa análise correlaciona-se à figura religiosa e política do Padre Cícero Romão Batista, assim como à influência físico-natural do espaço geográfico representado pela Chapada do Araripe e as condições propícias para a formação de agrupamentos. Com base nesses fatores, o processo de

migração para o Cariri foi impulsionado, notadamente, para a cidade de Juazeiro do Norte.

O autor realiza uma leitura desse processo com base na ética compartilhada nesses territórios do Cariri, explorando como isso se reflete nas relações sociais desenvolvidas nesses espaços. Elas confrontam alguns aspectos do modo de vida ocidental eurocêntrico, principalmente no que se refere ao contato com o outro, com a natureza e com a espiritualidade. Apesar das condições impostas, vindas de outro modelo de desenvolvimento, perante a lógica ancestral e intergeracional de reprodução social das comunidades do Cariri, a dinâmica local de ordenamento espacial é reinventada por estratégias de permanência no território. Além disso, destaca-se de que modo o trabalho é representado nessas comunidades, bem como sua origem relacionada à fé cristã, que se materializa na ligação com o padre Cícero Romão e, posteriormente, com as romarias.

Assim, esse livro faz um convite àqueles que buscam compreender a geodiversidade do Cariri Cearense e do Brasil, com base numa perspectiva da Geografia Comunitária, destacando aspectos sócio-territoriais de uma ética solidária representada nas relações religiosas e de trabalho. A leitura desta obra proporciona, então, uma interpretação abrangente sobre a gênese do que é o Cariri Cearense, servindo de auxílio para a compreensão dos impactos desse processo que estão inseridos nesta região atualmente.

Submetido em: 19 de março de 2024
Aprovado em: 16 de julho de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3366

Como citar:
GOMES DA ROCHA, G. GEOGRAFIAS COMUNITÁRIAS NO CARIRI CEARENSE. **Terra Livre**, São Paulo, ano 39, v.1, n.62, jan.-jun. 2024, p. 872-880. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3366. Acesso em: dia/mês/ano.

II FÓRUM DE EDITORES DA ASSOCIAÇÃO DAS GEÓGRAFAS E GEÓGRAFOS BRASILEIROS (AGB)

Coletivo de Publicações da Diretoria Executiva Nacional (DEN) Gestão 2023-2024

Coordenador:
Eduardo Karol

Suplente da coordenação:
Maria Clara Salim Cerqueira

Integrantes do Coletivo:
Rogata Soares Del Gaudio
Rachel Facundo Oliveira
Lorena Izá Pereira

Resumo:
Este texto é o relato do debate ocorrido no II Fórum de Editores da AGB, realizado no dia 9 de julho de 2024 durante o XVIII Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos (CBG) na Universidade de São Paulo (USP).

Palavras-chave: política editorial, publicações, geografia.

II Fórum Editores da Associação das Geógrafas e dos Geógrafos Brasileiros

Início das atividades: 10h
Primeiro momento do fórum: representantes dos periódicos da AGB e das Seções Locais.

Apresentação do fórum pela representante do Coletivo de Publicações da Diretoria Executiva Nacional Gestão 2023-2024, Maria Clara Salim Cerqueira, associada à Seção Local (SL) Belo Horizonte. Leitura dos pontos de pauta.

Ponto de Pauta 1: Apresentação dos periódicos:

Revista Fluminense de Geografia (SL Niterói)

Representantes: Felipe Moura e Marcos Couto

A revista tem o princípio político de não ter os critérios de avaliação da CAPES como parâmetro geral para edição. Além de artigos, resenhas, etc. aceitam publicações artísticas (fotografia, desenhos, similares). A avaliação dos textos submetidos é do tipo cega por pares. A revista foi lançada em 2024. Na capa, trazem a ilustração de um instrumento que precisa de afinamento, e fizeram um texto de apresentação explicando como a publicação de outros formatos. O Boletim Fluminense foi o primeiro periódico da SL, em 1993. Na gestão de Charlles França, na década de 2000, virou Revista Fluminense. Realizaram 2 números impressos.
Na composição da chapa para eleição da SL há previsão de nomes de um coletivo de publicações. Por ser uma revista em processo de retomada, ainda sem avaliação da CAPES, relataram dificuldade em conseguir artigos.

Boletim Campineiro de Geografia (SL Campinas)

Representante: Luciano Duarte

Publicada desde 2012 ininterruptamente. Era semestral, mudaram para quadrimestral. A revista está no portal da AGB, e não no portal da Universidade. Não contam com financiamento, o que é considerado um dos maiores desafios da manutenção do periódico, mas contam com apoio da SL com o pagamento do DOI. O conselho editorial não necessariamente está em Campinas, apesar de associados à SL, mas mantém

pelo menos um editor dentro da Unicamp. O conselho editorial é praticamente o mesmo desde 2012, mudando os editores chefes. A avaliação CAPES não é central para a política editorial, porém a melhora na avaliação (A3 no Qualis 2017-2020) tem impactos, com maior número de submissões. Mudaram nas últimas edições o tom dos editoriais, com um teor mais político, fizeram o último editorial sobre a questão de Gaza na Palestina.

Revista Eletrônica da SL Três Lagoas (SL Três Lagoas)

Representante: Amanda, Bruno, Joser, Diogo e Thiago Santos

Revista está em atividade desde 2004, conselho editorial é o mesmo há aproximadamente 5 anos. A linha editorial segue a linha política da AGB.

Publicação semestral em Site hospedado no portal da Universidade (UFMS), no qual relatam problemas com invasões. Os avaliadores são escolhidos a partir de uma "afinidade" com a AGB. Avaliação Capes: A3. A Universidade apoia financeiramente com DOI.

Território e Cidadania (SL Vitória)

Representante: Akylla Cozer Chiabai Silva

Estão retomando o periódico, após 20 anos. Relatou dificuldade de conseguir avaliadores e artigos.

AGB Santa Inês

Representante: Janeide

Estão retomando a SL após 10 anos de inatividade, e veem necessidade de retomar a organização, pela importância científica e política da AGB para as ações do cotidiano. Decidiram fazer uma SL em "rede", com sede em Santa Inês, no Instituto Federal. Uma das tarefas da articulação da SL é a articulação de uma publicação.

Boletim Prudentino de Geografia (SL Presidente Prudente)

Representante: Eduardo Nardez

Era semestral, desde 2021 passou a ser quadrimestral. Hospedagem no portal da FCT/UNESP, e obtém apoio financeiro apenas da SL. Os avaliadores são escolhidos pelo

conselho editorial e pela diretoria da SL, sendo a maior parte dos membros do conselho científico composto por mestrandos e doutorandos. No intervalo de 2016-2018 a publicação foi interrompida.
Passam por problemas em relação ao tempo de avaliação de artigos, por vezes há uma demora. Pedem que o conselho científico dê ao menos um parecer por ano. Relatam problemas técnicos com o sistema, e-mails automáticos não são enviados, dificuldade de recuperação de senha, etc.

SL Belo Horizonte

Representantes: Bruno von Sperling e João Moraleida
Apesar de não ter periódico, a SL entende que é necessário debater as políticas editoriais da entidade e da Terra Livre a partir das bases, ou seja, as SLs. A SL elaborou uma publicação não científica, denominada **AGB e Lutas**, com a primeira edição sobre o golpe de 64 e o que permanece da ditadura. Imprimiram e fizeram distribuição gratuita.

Terra Livre (DEN/Coletivo de Publicações)

Representantes: Maria Clara Salim Cerqueira (SL Belo Horizonte), Rogata Soares del Gaudio (SL Belo Horizonte).
A revista está em atividade conforme as deliberações das Reuniões de Gestão Coletiva da AGB Nacional, com chamadas livres, exceto em anos de realização de eventos nacionais, quando são realizadas chamadas temáticas com o tema do evento. A partir do momento que foi realizada a atualização do sistema OJS e contratação de empresa de suporte, o trabalho de editoração passou a ser mais fluido. Os problemas cotidianos da revista são relativos a pareceristas que por vezes não estão alinhados com as políticas editoriais da AGB, sendo necessário contatar muitos avaliadores ad hoc. A revista está com uma edição atrasada.

Lorena Izá (SL João Pessoa) participou do coletivo de publicações na gestão de 2018-2019, e permaneceu nas atividades do periódico até a gestão seguinte, em 2020. Durante a gestão foi realizada atualização das edições, foi implementada a chamada livre dos números, e regularizado o ISSN da versão digital da revista.

Um associado, Antônio, de Pernambuco, participou como ouvinte.

Ponto de Pauta 2: Acesso aberto/financiamento

O debate foi iniciado a partir das particularidades das ciências humanas, que se diferem das ciências duras. Como seria possível que o acesso ao conteúdo fosse ampliado? Como manter as revistas sem financiamento direto? Foi relatado que a Chamada CNPq/CAPES n. 30/2023, na sua primeira versão, excluía as revistas que realizam a cobrança da Taxa de Processamento de Artigo, mais conhecida como APC (sigla para a expressão Article Processing Charges) da possibilidade de solicitação de recursos via esta chamada. Neste contexto, a coleção SciELO Brasil solicitou a revisão da chamada e um dos pontos foi a não exclusão das revistas com APC sob a justificativa que revistas cobram a taxa justamente pelo fato de não terem recursos para cobrir custos com DOI, tradução, etc. e, por isso, as revistas precisam de concorrer o edital. O desafio posto é que o custo para manter uma revista é alto, e deve-se prezar pelos princípios da Ciência Aberta / *Open Science*. Também foi levantada a importância de ter clareza sobre quem são os interlocutores dos periódicos, qual é o público que a revista almeja atingir. A transparência da avaliação na modalidade "às cegas por pares" também foi apontada como uma questão ética a ser tratada, pois é necessário que a avaliação seja anônima para garantir a isonomia do processo avaliativo. Esse debate foi iniciado pelo fato de relatos acerca da revisão/avaliação informada, na qual autoras(es) e avaliadoras(es) têm acesso a identidade de ambos, que é cada vez mais comum em periódicos das ciências exatas e da vida. A partir do debate sobre os altos custos necessários à manutenção das atividades dos periódicos, levantou-se a necessidade de "profissionalizar" as publicações, sem que esse movimento recaia na simples aceitação dos desenvolvimentos de ferramentas utilizadas na editoração. É necessário, assim, definir claramente o escopo e a "missão" dos periódicos, e os problemas técnicos têm que ser resolvidos a partir desses princípios. Foi apontada a possibilidade de criação de um corpo técnico de apoio para questões técnicas e burocráticas que

pudesse aliviar o trabalho dos editores. O portal de periódicos da AGB já tem suporte com a empresa OJSBR – já pode ser considerado um avanço em relação ao balanço dos últimos 10 anos. Ainda sobre esse movimento de "profissionalização" deve ser tratado com cuidado, para que não sejam naturalizadas exigências de avaliação da CAPES que não condizem com a política editorial geral dos periódicos, em especial da AGB. Foi relatado caso do Boletim Campineiro de Geografia (BCG), em que o corpo editorial busca ampliar a divulgação científica por meio da internacionalização da revista, pensando em ampliar o diálogo com a América Latina, que é um público que tem interesse de fato nas publicações brasileiras, o que faz com que sejam priorizadas publicações na língua espanhola ao invés de inglês. Também criaram redes sociais para divulgação do conteúdo do periódico, e passaram a publicar traduções de textos com licença *creative commons* para atrair mais leitores. Foi apontada a necessidade de que os periódicos da AGB estejam reunidos no Portal de Periódicos da entidade, pois o apoio técnico que temos atualmente é bastante eficiente, e a construção desse portal deve ser coletiva e fomentar a coletividade. A junção dos periódicos no mesmo portal pode fortalecer o papel teórico-político das revistas da AGB, melhorar a qualidade das publicações e fortalecer a construção de uma identidade política destes. Foi apontada a necessidade de um espaço de compartilhamento cotidiano para construir essa unidade política. A utilização de softwares detectores de similaridade também devem ser levados em conta, já que o acesso aos programas que fazem são pagos. O fato de as revistas não serem mais impressas cria uma ilusão de que não há mais gastos cotidianos com a manutenção da publicação, pois a impressão era o maior gasto, mas manter o funcionamento do portal de periódicos também gera custos, e é necessário investir financeiramente nisso. Foi posto em questão o fato de as revistas, em especial a Terra Livre, terem uma quantidade grande de artigos publicados por número, gerando edições com uma grande quantidade de páginas, sem que haja conexão entre os textos publicados, devido às chamadas serem de tema livre, e foi colocado que isso pode ser fruto da ausência de um debate político editorial mais amplo, o que resulta em publicações feitas a toque de caixa. Foi

apontada a necessidade de que as Seções Locais debatam as políticas editoriais em suas Assembleias, tanto no que diz respeito aos periódicos associados às SLs quanto à Terra Livre. Foi apontado que o grande número de páginas pode ser resolvido através de uma diagramação diferente, e que as chamadas livres mantêm a pluralidade das contribuições. Os artigos usualmente são acessados através do google, e não pelo portal de periódicos diretamente. Manter uma unidade editorial da revista pode ser mais eficiente do que pensar na unidade de cada edição. Podem ser feitas seções temáticas para criar uma unidade entre alguns dos textos da revista.

Encaminhamentos:

- "Profissionalização" do portal de periódicos para ampliar o acesso das revistas: Unificação do DOI, com prefixo único da AGB; diagramação padronizada; utilização de software detectorde similaridade, capacitação dos editores.
- Unir todas as revistas no portal periódicos da AGB.
- Elaborar e fortalecer a identidade política das revistas da AGB. Criação de uma comissão (executiva) para construção de um espaço de diálogo cotidiano que possibilite a construção dessa unidade.
- Publicação com seções temáticas na Terra Livre (possivelmente com editores convidados), para que haja uma unidade mais clara em cada número publicado.
- Realizar um panorama das revistas brasileiras de geografia.

Encerramento turno da manhã: 12h30
Início turno da tarde: 14h44

Participantes: Editoras e editores de periódicos da área da Geografia.

Apresentação do fórum e das pautas propostas por Maria Clara Salim Cerqueira (SL Belo Horizonte/Coletivo de Publicações da DEN Gestão 2023-2024) e rodada de apresentação dos editores/periódicos. Os editores das revistas da AGB que se apresentaram no primeiro turno também se apresentaram

nesta etapa, no entanto, não houve modificações em relação ao conteúdo apresentado.

Revista NERA
Representante: Lorena Izá
Periódico vinculado ao grupo de pesquisa Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária, avaliado como A1 (Qualis CAPES 2017-2020). Os problemas apontados foram artigos submetidos que não estão no escopo da revista, e principalmente em relação a boas práticas de pesquisa, plágio/autoplágio.

Boletim DATALUTA
Representante: Aline Albuquerque Jorge
Organizado pela rede de pesquisa DATALUTA, há cerca de 20 anos. Foi criado como um espaço de publicações e diálogos informal para debate de movimentos sociais, e não como um periódico científico, seu caráter foi transformado ao longo do tempo. Tiveram avaliação A3 no Qualis CAPES 2017-2020. Era vinculada à UNESP, agora é vinculada à UnB. A equipe editorial é formada por pós-graduandos, graduandos, e professores de diversas universidades.

Boletim Gaúcho de Geografia
Representante: André Baldraia
A publicação existe desde 1974. O maior desafio é conseguir pareceristas para avaliação dos textos submetidos. Estão com atraso de um ano nas publicações.

Revista Tamoios
Representante: Mateus da Silveira Grandi e Giovana
(Mateus também representa a Revista Espaço e Cultura)
O periódico existe sem vacância há 20 anos. Periodicidade semestral, vinculado à Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (FFP UERJ). Apoio da universidade com bolsa de extensão e vinculado ao portal de periódicos da instituição. Não foram relatados problemas com os avaliadores, e conseguem manter o tempo de avaliação em um período que consideram adequado.

Revista Formação
Representante: Rodrigo Sartori Bogo
30 anos de atuação do periódico, opera com submissões em fluxo contínuo. Financiamento a partir de editais da UNESP e do Programa de Pós Graduação. Avaliação A2 no Qualis CAPES 2026-2020. Problemas relatados em relação ao fluxo de recebimento de artigos após a pandemia. Pareceristas que avaliavam os textos eram apenas doutores, estão ampliando recentemente para doutorandos. Busca internacionalização, mas se depararam com problemas financeiros com traduções etc. Necessidade de bolsistas para funcionamento da revista.

Revista Equador
Representante: Bartira Viana
Periódico vinculado ao Programa de Pós Graduação em Geografia da UFPI.
Avaliada como A2, não conta com financiamento, os editores são responsáveis por todo o processo de edição e editoração da revista. Existente há 11 anos, fundada junto ao PPG. Tiveram problema com migração de sistema OJS. O conselho editorial é composto por pessoas de várias instituições e a publicação é semestral.

Revista Ensaios de Geografia (UFF)
Representante: Bernardo Bronze
Revista organizada pelos discentes do programa de pós-graduação em geografia da UFF, apesar de alguns professores comporem o corpo editorial.
Os editores não são apenas da geografia. O PPG provê apoio financeiro. Submissões de fluxo contínuo, com realização de dossiês eventualmente. Buscando membros do conselho editorial que sejam de instituições estrangeiras para internacionalização.

Revista Mares
Representante: Julia Caldas
O periódico teve início de suas atividades em 2019, a partir da Rede Geografias da Pesca. Revista de caráter inter-científico, aberta para diálogos de saberes. As publicações eram semestrais, agora são em fluxo contínuo. Os avaliadores são os

pesquisadores da rede. Vinculada ao Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão da FURG. Relataram dificuldade de manter a periodicidade, pois o corpo editorial é composto pelos pós-graduandos que fazem esse trabalho voluntariamente. Avaliadores atrasam os pareceres e não há financiamento.

Revista Entre-Lugar (UFGD)
Representante: Lisandra Pereira Lamoso
A revista é possível pelo trabalho dos editores, do qual a professora faz parte enquanto editora associada. Está vinculada ao sistema da universidade. Foi relatada dificuldade em manter fluxo de qualidade, e muitos artigos submetidos são recusados.

Revista Geografia (UNESP Rio Claro)
Representantes: Cenira e Leandro
Revista fundada nos anos 1970 como Revista de Geografia Teorética, fundada pela Associação de Geografia Teorética, agora associada ao PPGG da UNESP Rio Claro. Organizada e operacionalizada pelos discentes, conta com um bolsista. Busca pela internacionalização e indexadores mais robustos. Submissões em fluxo contínuo. Realizam minicursos quando há novos membros no corpo editorial.

Estudos Geográficos (UNESP Rio Claro)
Representante: Diego Corrêa Maia
Periódico também associado ao PPGG da UNESP Rio Claro. Atualmente é avaliada como A3. Problemas relatados são relacionados a avaliação, dificuldade de encontrar bons avaliadores, sofrem com muitos casos de plágio/autoplágio. A universidade apoia a revista possibilitando a participação dos editores em cursos da Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC).

Revista Confins (USP)
Representante: Lucas Coutinho
Periódico semestral, publicam artigos, resenhas, etc. Acesso aberto.

Revista Continentes (UFRRJ)

Representante: André Santos da Rocha
Vinculada ao PPGG da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com publicação semestral há 10 anos. Problemas relacionados à ausência de financiamento, é necessário ter revisores profissionais, o que acaba sendo deixado como responsabilidade de cada autor. O PPGG financia a manutenção da plataforma e o doi, tem intenção de ter traduções e revisor profissional.

Revista Espaço e Economia (UFRRJ)
Representante: Leandro Dias de Oliveira
Colóquios Espaço e Economia, periódico voltado para a área de Geografia Econômica. Hospedagem em plataforma internacional. A equipe de pós-graduandos mantém o funcionamento do processo de editoração. Fundada em 2012. Relatou sobrecarga de trabalho de alguns pareceristas, por ser de uma área específica. Conseguem manter a semestralidade, por vezes fazem volumes extras como dossiês.

Revista GeoUECE
Representante: Cláudio Smalley
O representante recém entrou na universidade e na editoração da revista. Relatou problemas relacionados ao financiamento da revista, tiveram que aprender a utilizar o sistema por problemas técnicos. O fluxo de submissões é contínuo.

Revista Mutirõ. Folhetim de Geografias Agrárias do Sul (UFPE)
Representante: Gerlane Gomes da Rocha
Revista fundada em 2019 no Laboratório de Estudos e Pesquisa em Educação do Campo (LEPEC / UFPE) após a realização do Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA) em Recife. Editores vinculados ao laboratório, pretendem abrir para membros de outras instituições, o mesmo em relação aos avaliadores. Conseguem manter a periodicidade, com alguns atrasos. Publicam dossiês. Interdisciplinaridade é um princípio da revista. Recebem textos em espanhol o que dificulta obter pareceres. Recebem apoio técnico da universidade. Realizam divulgação por meio de redes sociais.

Revista Geografias (UFMG)
Representante: João Moraleida
Início da publicação em 2005. Relatou dificuldade de conseguir pareceristas e problemas com questões de plágio e utilização de softwares para detecção destes. Realização de publicação de dossiês temáticos. Recurso para traduções é necessário. Divulgação da publicação em redes sociais. Previsão de realização de seminários. Tentam estabelecer um diálogo mais profundo e respeitoso com os autores e autoras.

Revista Verde Grande da Unimontes
Representante: Gustavo Cepolini
Publicação impressa, retomada em 2018. Avaliação A3 no Qualis CAPES, obtinha apoio da Prefeitura de Montes Claros/MG. Tem dificuldade com questão de avaliadores.

Revista da ANPEGE (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia)
Representante: Gustavo Cepolini
Problemas com o portal da UFGD, onde o periódico está hospedado. Publicam dossiês temáticos e recebem artigos apenas de pós-graduados e doutores.

Ponto de pauta 3: Papel dos pareceristas
Neste ponto, foram debatidas as formas com que os editores escolhem os avaliadores e como é feito o processo de avaliação. Alguns periódicos têm a política de não convidar pareceristas *ad hoc,* o que acaba sobrecarregando os membros do conselho científico, mas a política torna as avaliações mais coerentes. A Revista NERA publiciza um documento de orientação política sobre as avaliações, compartilham isso com os pareceristas e os chamam para construir os formulários de avaliação. O índice de rejeição é alto em alguns periódicos, como é o caso da Revista NERA. Na Revista Continentes, foi relatada a política editorial de não "perder" os artigos, e fazer da avaliação um processo pedagógico. Para isso, é necessário que os avaliadores sejam membros do conselho científico propriamente dito. Os periódicos da AGB, hospedados no Portal de Periódicos da entidade, contam com um banco de avaliadores que é compartilhado pelas revistas, o que ajuda a encontrar

avaliadores que estejam alinhados à política editorial. Parte do problema dos avaliadores vem da própria criação das revistas, pois normalmente os periódicos são vinculados a instituições, programas de pós- graduação, o que torna os escopos muito genéricos. Isso torna mais difícil ter um conselho científico conciso. Foi apontada a importância de os avaliadores não serem apenas doutores. É necessário de alguma forma valorizar e dar visibilidade ao trabalho do parecerista. Pode-se pautar essa valorização a partir da avaliação dos programas de pós-graduação. É necessário, ainda, pensar que se colocar isso como parâmetro de avaliação pode gerar mais pareceres mal feitos apenas para compor currículos. Há a possibilidade de gerar comprovação da realização das avaliações a partir dos e-mails enviados automaticamente pelo OJS. A qualificação do debate sobre a divulgação científica e valorização desse trabalho pode melhorar a condição de trabalho dos avaliadores. É necessário também investir na descrição do que cada autor e coautor fez em cada texto. É importante ressaltar que plataformas distintas são utilizadas em cada periódico, e a criação de um banco de dados demandaria um estudo técnico muito específico. Foi apontada a questão da endogenia dos conselhos científicos, e no caso da AGB, a posição é de que atender a essas normas iria contra as políticas editoriais da revista, que tem seu conselho composto por indicações das Seções Locais, ou seja, todo o conselho é vinculado apenas a uma instituição, a AGB. Foi relatado que existem periódicos que, para um autor ter seu texto publicado, é necessário que ele realize pelo menos duas avaliações. Foi sugerido que as seleções de pós-graduação considerem avaliações para currículos, pois há um caráter pedagógico em realizar avaliação. Foi apontado que avaliações podem ser realizadas através de sistemas de Inteligência Artificial, o que pode gerar um problema.

Encaminhamentos

- Criação de um banco de pareceristas nacional.
- Defender a valorização do trabalho realizado enquanto parecerista, com as seguintes medidas: Otimização dos mecanismos de certificação desses trabalhos; Levar para

outros fóruns que os pareceres constem na ficha de avaliação da CAPES.

Ponto de pauta 4: utilização de Inteligência Artificial (IA) e Softwares de detecção de plágio/autoplágio

Inicia-se o debate com o apontamento de que a utilização de softwares que detectam plágio e autoplágio nos textos necessita de uma boa revisão, pois muitas vezes é dada uma porcentagem do texto que se assemelha a outros conteúdos na internet, e não é possível simplesmente associar um número dado por um software às práticas antiéticas. Apontar que algo é plágio é uma acusação de crime, então deve ser um assunto tratado com muita cautela. É necessário fazer uma avaliação crítica dos documentos, para ver se o que foi detectado como plágio. Os periódicos relataram não utilizar o termo "plágio" ao comunicar aos autores sobre arquivamento de submissões em que foram detectados problemas do tipo. Os programas de detecção de plágio gratuitos muitas vezes não são eficientes. É necessária uma política que garanta que as revistas tenham acesso a *softwares* qualificados para esses processos. É importante, ainda, ter um documento que perdure na revista para garantir uma continuidade de cada revista, para que os debates não sejam perdidos, como o documento citado pela representante da Revista NERA sobre boas práticas de pesquisa, atualizado anualmente. Foram apontadas medidas a serem tomadas quando um texto é publicado e seja detectado plágio posteriormente: em tese, o artigo não pode ser tirado do ar depois de publicado. Há a possibilidade de retratação, publicada junto ao artigo. Essa questão é permeada por um desafio jurídico, e é necessária uma consultoria jurídica para saber a melhor forma de abordar isso, e o fortalecimento de associações e redes que permitam um diálogo sobre o tema. Alguns periódicos têm como política editorial o aceite de textos que têm similaridades a textos de teses e dissertações. É necessário indicar para o governo brasileiro – Ministério da Educação e outros – a necessidade de criação de um programa nacional de detecção de plágio de uso gratuito. Sobre o uso de Inteligência Artificial, é necessário que os periódicos apontem em suas políticas editoriais que não são aceitos textos produzidos a partir de IA. É necessário aprofundar o debate

sobre IA e direitos autorais. Há uma diferença entre automação e produção de fato no uso de IA. Exemplo de revistas estrangeiras que pedem descrição detalhada da metodologia de produção de mapas e gráficos, pois podem ser gerados por IA. Foi apontada a diferença entre IA generativa, que cria novos conteúdos a partir do que existe publicado na internet, e IA supervisionada, que geram traduções, e outras coisas, que são amplamente utilizadas há tempos.

Encaminhamentos:

- Construção conjunta de um documento de boas práticas de pesquisa e publicação da Geografia Brasileira. Construído pela AGB, junto à ANPEGE, e que as demais revistas se tornem signatárias.
- Aumentar a frequência da realização de Fóruns de Editores.
- Estudar a viabilização de uma democratização do uso de *softwares* de detecção de similaridade.
- Defender e construir junto a outras entidades a elaboração de um *software* detector de similaridade nacional de uso gratuito.

Ponto de pauta 5: Qualis CAPES

Nos Fóruns de Editores da ANPEGE, foi deliberado que é necessário defender o Qualis, e não as outras métricas como fator de impacto, que na geografia é quase inexistente. O Qualis é uma avaliação feita por brasileiros para brasileiros. Os fatores de impacto estão relacionados à quantidade de citações. Qualis está relacionado ao índice h, outras métricas têm outras indexações. No CNPq, a avaliação de bolsas de produtividade tem como orientação não utilizar os fatores de impacto. A produção seria avaliada de maneira qualitativa. Esta orientação não é a mesma da CAPES. É necessário fortalecer a redução da análise desses fatores nas avaliações. São necessários critérios diferentes para as ciências humanas. Na geografia, os representantes da geografia física defendem os fatores de impacto, enquanto os representantes da geografia humana não defendem. Como seria possível aumentar a divulgação do que é publicado? Os participantes entendem que é importante utilizar redes sociais, e que isso amplia a

divulgação, mas na maior parte das vezes é difícil dar conta de todo o trabalho. É importante incentivar a leitura de periódicos também dentro da academia, incentivar a prática de leitura de periódicos nas aulas de graduação.

Encaminhamento:

- Defesa de parâmetros de avaliação científica nacionais e de área que sejam democraticamente construídos.

Encerramento do fórum: 18h40.

REVISTA TERRA LIVRE
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Terra Livre é uma publicação semestral da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), cujo objetivo é divulgar a produção do conhecimento geográfico. Publicam-se textos sob as formas de artigos, notas, resenhas e comunicações, entre outras, dos que se interessam e participam do conhecimento propiciado pela geografia.

1. Os textos deverão ser submetidos através do sistema eletrônico de editoração da Revista Terra Livre no portal de periódicos da AGB, no endereço http://publicações.agb.org.br/ .

2. Todos os textos enviados à Terra Livre devem ser inéditos e redigidos preferencialmente na língua portuguesa e, excepcionalmente, em outras línguas.

3. Os textos devem ser submetidos de acordo com o layout disponibilizado no link: https://drive.google.com/file/d/1pjvPkM4FN_Zc4gsiGePqFDM40TSJXo6V/view .

Caso os textos não sejam submetidos nesse formato, serão automaticamente arquivados.

4. Os textos devem ser apresentados com o mínimo de 5.000 e máximo de 10.000 palavras, com margem (direita, esquerda, superior e inferior) de 3 cm, e parágrafos de 1,5 cm, em Word para Windows, utilizando-se a fonte Century, tamanho 11, espaço 1 e ½, formato A-4 (210x297mm).

5. Os arquivos não poderão ultrapassar 2,0 Mb, incluindo texto, referências bibliográficas, tabelas, figuras etc.

5.1. As ilustrações (figuras, tabelas, desenhos, gráficos, fotografias etc.) devem ser enviadas nos formatos JPG ou TIF, e somente serão aceitas em tons de cinza. Não serão aceitas ilustrações coloridas, a menos que o(s) autor(es) do texto arquem com os custos adicionais decorrentes.

6. O cabeçalho deve conter o título (e subtítulo, se houver) em português, inglês e espanhol ou francês. Na segunda linha, o(s)

nome(s) do(s) autor(es), e, na terceira, as informações referentes à seção local a que está(ão) associado(s) ou instituição(ões) a que pertence(m), bem como o(s) correio(s) eletrônico(s) e endereço postal do(s) autor(es).

7. O texto deve ser acompanhado de resumos em português, inglês e espanhol ou francês, com no mínimo 10 e no máximo 15 linhas, em espaço simples, e uma relação de 5 palavras-chaves que identifiquem o conteúdo do texto.

8. A estrutura do texto deve ser dividida em partes não numeradas e com subtítulos. É essencial conter introdução e conclusão ou considerações finais.

9. As notas de rodapé não deverão ser usadas para referências bibliográficas. Este recurso pode ser utilizado quando extremamente necessário, e cada nota deve ter em torno de 3 linhas.

10. As citações textuais longas (mais de 3 linhas) devem constituir um parágrafo independente. As menções a ideias e/ou informações, no decorrer do texto, devem subordinar-se ao esquema (SOBRENOME DO AUTOR, data) ou (SOBRENOME DO AUTOR, data, página). Ex.: (OLIVEIRA, 1991) ou (OLIVEIRA, 1991, p. 25). Caso o nome do autor esteja citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses. Ex.: "A esse respeito, Milton Santos demonstrou os limites... (1989)". Diferentes títulos do mesmo autor publicados no mesmo ano devem ser identificados por uma letra minúscula após a data. Ex.: (SANTOS, 1985a), (SANTOS, 1985b).

10.1. As citações, bem como vocábulos e conceitos que não estejam em português, deverão ser oferecidas ao leitor em nota de rodapé.

11. A bibliografia deve ser apresentada no final do trabalho, em ordem alfabética de sobrenome do(s) autor(es), como nos seguintes exemplos.

a) no caso de livro:

SOBRENOME, Nome. Título da obra. Local de publicação: Editora, data.

Ex.:

VALVERDE, Orlando. Estudos de Geografia Agrária Brasileira. Petrópolis: editora Vozes, 1985.

b) No caso de capítulo de livro:

SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (org.). Título do livro. Local de publicação: Editora, data, página inicial-página final.

Ex.:

FRANK, Mônica Weber. Análise geográfica para implantação do Parque Municipal de Niterói, Canoas – RS. In: SUERTEGARAY, Dirce. BASSO, Luís. VERDUM, Roberto (orgs.). Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000, p.67-93.

c) No caso de artigo:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do periódico, local de publicação, volume do periódico, número do fascículo, página inicial-página final, mês(es). Ano.

Ex.:

SEABRA, Manoel F. G. Geografia(s)? Orientação, São Paulo, n.5, p.9-17, out. 1984.

d) No caso de dissertações e teses:

SOBRENOME, Nome. Título da dissertação (tese). Local: Instituição em que foi defendida, data. Número de páginas. (Categoria, grau e área de concentração).

Ex.:

SILVA, José Borzacchiello da. Movimentos sociais populares em Fortaleza: uma abordagem geográfica. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1986. 268p. (Tese, doutorado em Ciências: Geografia Humana).

12. O descumprimento das exigências anteriores acarretará a não-aceitação do referido texto; tampouco seguirá a tramitação usual para os pareceristas da Revista Terra Livre.

13. Os títulos, subtítulos e nomes dos autores devem ter apenas a primeira letra das frases e de substantivos próprios em caixa alta.

14. Os artigos serão enviados a dois pareceristas, cujos nomes permanecerão em sigilo, omitindo-se também o(s) nome(s) do(s) autor(es). Em caso de divergência nos pareceres, o texto será submetido a um terceiro parecerista.
15. Os originais serão apreciados pela Coordenação de Publicações, que poderá aceitar, recusar ou reapresentar o original ao(s) autor(es) com sugestões de alterações editoriais.
16. Cada trabalho publicado dá direito a dois exemplares a seu(s) autor(es), no caso de artigo, e um exemplar, nos demais casos (notas, resenhas, comunicações). A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) se reserva o direito de facultar os artigos publicados para reprodução em seu sítio ou por meio de cópia xerográfica, com a devida citação da fonte.
17. Os conceitos emitidos nos trabalhos são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), não implicando, necessariamente, na concordância da Coordenação de Publicações e/ou do Conselho Editorial.
18. Os autores poderão manter contato com a Comissão Editorial por meio do endereço eletrônico da Revista Terra Livre - terralivreagb@gmail.br

TERRA LIVRE JOURNAL STANDARDS FOR PUBLICATION

Terra Livre is an Association of Brazilian Geographers' biannual publication that aims to disseminate materials pertaining to the themes present in the training and practice of geographers and your participation in the citizenship construction. Its texts are received in the form of articles, notes, reviews, communications, among others, of all who are interested and participate in the knowledge afforded by Geography, and which are related with the discussions that involves the theories, methodologies and practices developed and used in this process, as well as the conditions and situations under which they are manifesting and prospects.

1. All the texts sent to this journal must be unpublished and written in Portuguese, English, Spanish or French.

2. The texts must be presented with minimum lenght of 15 and maximum 30 pages, with margins (right, left, top and bottom) of 3 cm, and paragraphs of 2 cm, in Word for Windows, using the Times New Roman, size 12, space 1 and ½, A4 format (210x297mm).

3. The files don't exceed 2.0MB, including text, references, tables, figures etc.

3.1 The illustrations (figures, tables, pictures, graphics, photographs etc.) must be available in JPEG or TIF formats, and not only be accepted in black, or that details are accented in shades of gray, no color pictures will be accepted.

4. The header should contain the title (and subtitle, if any) in Portuguese, English and Spanish or French. In the second line, the name (s) of author (s), and the third, the information of the institution (s) you belong to and mailing address of the author (s).

5. The text should be accompanied by summaries in English, Portuguese and Spanish or French, with a minimum 10 and maximum of 15 lines, single-spaced, and a list of 5 keywords identifying the content of the text.

6. The structure of the text should be divided into unnumbered and with subtitles. It is essential to include an introduction and conclusion or closing remarks.
7. Footnotes should not be used for references. This feature can be used when absolutely necessary and every note should be about 3 lines.
8. Textual quotes long (more than 3 lines) should be a separate paragraph. The words to ideas and / or information during the text should be referred to the scheme (author's surname, date) or (author's surname, date, page). Example: (Oliveira, 1991) or (Oliveira, 1991, p.25). If the author's name is mentioned in the text, indicate only the date in parentheses. E.g.: In this regard, Milton Santos revealed the limits ... (1989). Different works by the same author published in the same year should be identified by a letter after the date. E.g.: (Santos, 1985a), (Santos, 1985b).
8.1. The quotes and words, concepts that are not in Portuguese, must be offered to the reader in a footnote.
9. References must be submitted at the end of the work, in alphabetical order by surname of the author (s) (s), as the following examples.
a) For a book:
LAST NAME, Name. Title. Place of publication: Publisher, date.
Example:
Valverde, Orlando. Agrarian Studies Geography Brazilian. Petrópolis:Vozes, 1985.
b) In the case of book chapter:
LAST NAME, Name. Title of chapter. In: SURNAME, Name (ed.). Title of book. Place of publication: Publisher, date, page-last page.
E.g.:
Frank, Monica Weber. Geographical analysis for implementation of the Municipal Park of Niterói, Canoas - RS. In: SUERTEGARAY, Dirce. BASSO, Luis Verdun, Roberto (eds.). Environment and place in the city: the Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000, p.67-93.

c) In the case of article:
LAST NAME, Name. Title of article. Journal title, place of publication, journal volume, issue number, page-last page, month (s) Year.
E.g.:
SEABRA, Manoel F. G. Location (s)? Guidance, São Paulo, n.5, p.9-17, out. 1984.
d) In the case of dissertations and theses:
LAST NAME, Name. Title of dissertation (thesis). Location: Institution Where it was held, date. Number of pages. (Category, grade and area of concentration).
E.g.:
SILVA, José borzacchiello da. Popular social movements in strength: a geographical approach. São Paulo: Faculty of Philosophy and Humanities at the University of São Paulo, 1986. 268p. (Thesis, Doctor of Science: Human Geography).
10. Failure to comply with the above requirements will result in the rejection of the text; neither follows the usual procedure for ad hoc of the journal Terra Livre.
11. The articles will be sent to referees, whose names remain in secrecy and is also the name (s) of author (s).
12. The originals will be considered by the Coordination Office, which may accept, rejectorreturnthe originaltotheauthor(s) withsuggestionsforeditorialchanges. The versions that contain the comments of the reviewers, and also parts of evaluations of the reviewers that the Editorial Board considers important to direct the authors, are compared with the versions that the authors should return to the Commission, if there is compliance with the requests signaled by the referee that carry the disfigurement and demerits of the journal, the texts will be refused by the Editorial Board.
13. Titles, subtitles and authors' names must have only the first letter of sentences and proper nouns in capital letters.
14. The Association of Brazilian Geographers (AGB) reserves the right to provide the published articles for playback on your website

or by photocopy, with proper citation of the source. Each published work is entitled to two copies of your author (s), if the article, and a copy in all other cases (notes, reviews, communications ...).

15. The concepts expressed in papers are the sole responsibility of the author (s) (s), not implying necessarily the agreement of the Coordination Office and / or the Editorial Board.

16. E-mail addresses, for which the texts are to be targeted will be announced in each call specifies for each issue.

17. Authors may contact the Editorial Board via e-mail address of the Editorial Board of Revista Terra Livre, terralivre@agb.org.br as well as through the postal address of the AGB / National: National Executive / Coordination Office – Terra Livre- Av. Lineu Prestes, 332 - Historical Geography and History - Cidade Universitária - CEP 05508-900 - São Paulo (SP) - Brazil.

TERRA LIVRE
NORMAS PARA PUBLICACIÓN

Terra Livre es una publicación semestral de la Asociación de los Geógrafos Brasileños (AGB) que tiene como objetivo divulgar materias concernientes a los temas presentes en la formación y la práctica dos geógrafos y su participación en la construcción de la ciudadanía. En ella se recogen textos bajo la forma de artículos, notas, reseñas, comunicaciones, entre otras, de todos los que se interesan y participan del conocimiento propiciado por la Geografía, y que estén relacionados con las discusiones que incluyen las teorías, metodologías y prácticas desarrolladas y utilizadas en este proceso, así como con las condiciones y situaciones bajo las cuales se vienen manifestando y sus perspectivas.

1. Todos los textos enviados a esta revista deben ser inéditos y redactados en portugués, inglés, español o francés.

2. Los textos deben ser presentados con extensión mínima de 15 y máxima de 30 páginas, con margen (derecho, izquierdo, superior e inferior) de 3 cm, y párrafos de 2,0 centímetros, en Word para Windows, utilizando la fuente Times New Roman, tamaño de fuente 12, espacio 1,5 formato A-4 (210x297mm).

3. Los archivos no podrán sobrepasar 2,0 Mb, incluyendo texto, referencias bibliográficas, tablas, figuras, etc.).

3.1. Las ilustraciones (figuras, tablas, dibujos, gráficos, fotografías, etc.) deben estar dispuestos en los formatos JPG o TIF, y no solamente se aceptarán en color negro, o que los detalles se acentúen en tonos grises; no se aceptarán figuras en colores.

4. El encabezado debe contener el título (y subtítulo, si hubiera) en portugués, inglés y español o francés. En la segunda línea, el(los) nombre(s) del(s) autor(es), y, en la tercera, las informaciones referentes a la(s) institución(ones) a la que pertenece(n), así como el(los) correo(s) electrónico(s) y dirección postal del(los) autor(es).

5. El texto debe estar acompañado de resúmenes en portugués, inglés, español o francés, con un mínimo 10 y como máximo 15 líneas,

en espacio simple, y una relación de 5 palabras clave que identifiquen el contenido del texto.

6. La estructura del texto se debe dividir en partes no numeradas y com subtítulos. Es esencial contener introducción y conclusión o consideraciones finales.

7. Las notas al pie de página no deberán ser usadas para referencias bibliográficas. Este recurso puede ser utilizado cuando sea extremadamente necessário y cada nota debe tener alrededor de 3 líneas.

8. Las citaciones textuales largas (más de 3 líneas) deben constituir um párrafo independiente. Las menciones a ideas y/o informaciones en el transcurso del texto deben subordinarse al esquema (Apellido del autor, fecha) o (Apellido del autor, fecha, página). Ej.: (Oliveira, 1991) u (Oliveira, 1991, p.25). En el caso de que el nombre del autor esté citado en el texto, se indica sólo a la fecha entre paréntesis. Ej.: "A este respecto, Milton Santos demostró los límites... (1989)". Diferentes títulos del mismo autor publicados en el mismo año se deben identificar por una letra minúscula después de la fecha. Ej.: (Santos, 1985a), (Santos, 1985b).

8.1. Las citas, así como vocablos, conceptos que no estén en portugués, deberán ser ofrecidas al lector en nota al pie de página.

9. La bibliografía debe ser presentada al final del trabajo, en orden alfabético de apellido del(los) autor(es), como en los siguientes ejemplos.

a) En el caso de libro:

APELLIDO, Nombre. Título de la obra. Lugar de publicación: Editorial, fecha.

Ej.:

VALVERDE, Orlando. Estudos de Geografia Agrária Brasileira. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

b) En el caso de capítulo de libro:

APELLIDO, Nombre. Título del capítulo. In: APELLIDO, Nombre (org). Título del libro. Lugar de publicación: Editora, fecha, página inicial - página final.

Ej.:

FRANK, Mônica Weber. Análise geográfica para implantação do Parque Municipal de Niterói, Canoas – RS. In: SUERTEGARAY, Dirce. BASSO, Luís. VERDUM, Roberto (orgs.). Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre. Porto Alegre: Editora de la Universidad, 2000, p.67-93.

c) En el caso de artículo:

APELLIDO, Nombre. Título del artículo. Título del periódico, lugar de publicación, volumen del periódico, número del fascículo, página inicial – página final, mes(es). Año.

Ej.:

SEABRA, Manoel F. G. Geografía(s)? Orientação, São Paulo, n.5, p.9-17, oct. 1984.

d) En el caso de disertaciones y tesis: APELLIDO, Nombre. Título de la disertación (tesis). Lugar: Institución en que fue defendida, fecha. Número de páginas. (Categoría, grado y área de concentración).

Ej.:

SILVA, José Borzacchiello da. Movimentos sociais populares em fortaleza: uma abordagem geográfica. São Paulo: Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas de la Universidad de São Paulo, 1986. 268p. (Tesis, doctorado en Ciencias: Geografía Humana).

10. El no cumplimiento de las exigencias anteriores, acarreará la no aceptación del referido texto; tampoco seguirá la tramitación usual para los funcionários de pareceres ad hoc de la Revista Terra Livre.

11. Los artículos se enviarán a los funcionarios de pareceres, cuyos nombres permanecerán en sigilo, omitiéndose también el(los) nombre(s) del(los) autor(es).

12. Los originales serán apreciados por la Coordinación de Publicaciones, que podrá aceptar, rechazar o representar el original al(los) autor(es) con sugerencias de alteraciones editoriales. Las versiones que contendrán las observaciones de los funcionarios de pareceres, así como partes de las evaluaciones de los funcionarios de pareceres que la Comisión Editorial juzgue importante dirigir a los

autores, serán comparadas con las versiones que deberán retornar de los autores a la Comisión; caso en el caso que no haya el cumplimiento de las solicitudes señalizaciones por los funcionarios de pareceres y que implican en la desfiguración y demérito de la Revista, los textos serán rechazados por la Comisión Editorial.

13. Los títulos, subtítulos y nombres de los autores deben tener solo la primera letra de las oraciones y los nombres propios en mayúsculas.

14. La Asociación de los Geógrafos Brasileños (AGB) se reserva el derecho de facultar los artículos publicados para reproducción en su sitio o por medio de copia xerográfica, con la debida citación de la fuente. Cada trabajo publicado da derecho a dos ejemplares a su(s) autor(es), en el caso de artículo, y un ejemplar en los demás casos (notas, reseñas, comunicaciones, ...).

15. Los conceptos emitidos en los trabajos son de responsabilidad exclusiva del(los) autor(es), no implicando, necesariamente, en la concordancia de la Coordinación de Publicaciones y/o del Consejo Editorial.

16. Direcciones electrónicas, para las cuales los textos deberán ser dirigidos serán divulgados en cada llamada específica para cada número de la revista.

17. Los autores podrán mantener contacto con la Comisión Editorial através de la dirección electrónica de la Comisión Editorial de la Revista Terra Livre, terralivre@agb.org.br, así como por medio de la dirección vía postal de la AGB/Nacional: Dirección Ejecutiva Nacional / Coordinación de Publicaciones – Terra Livre - Av. Prof. Lineu Prestes, 332 – Edificio Geografía e Historia – Ciudad Universitaria – CEP 05508-900 – São Paulo (SP) – Brasil